UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RUI GOMES DE MATTOS DE MESQUITA

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS: ESTUDO SOBRE A NARRATIVA PETISTA

Recife, fevereiro de 2009.

RUI GOMES DE MATTOS DE MESQUITA

Representação política e constituição de identidades coletivas: estudo sobre a narrativa petista

Tese apresentada à Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.
Área de concentração: Sociologia Política
Orientador: Joanildo A. Burity
Co-orientador: Remo Mutzenberg

Recife
2009

Mesquita, Rui Gomes de Mattos de

Representação política e constituição de identidades coletivas : estudo sobre a narrativa petista / Rui Gomes de Mesquita. – Recife: O Autor, 2009.

362 folhas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2009.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Sociologia. 2. Representação política. 3. Discurso. 4. Narrativa. 5. Partidos políticos. 6. Movimentos sociais. 7. Democracia. 8. Ideologia. 9. Partido dos Trabalhadores (Brasil). I. Título.

316.1	**CDU (2. ed.)**	**UFPE**
301	**CDD (22. ed.)**	**BCFCH2009/03**

Ata da Sessão de Defesa de Tese de RUI GOMES DE MATTOS DE MESQUITA, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro e Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de 2009, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **RUI GOMES DE MATTOS DE MESQUITA** sob o título **"Representação Política e Constituição de Identidades Coletivas: Estudo Sobre a Narrativa Petista".** A comissão foi composta pelos professores: **Prof. Dr. Joanildo Albuquerque Burity- Presidente/Orientador; Profª Dra. Celi Regina Jardim Pinto – Titular-Externa/UFRGS; Prof. Dr. Marcos Costa Lima/ Titular- Externo/PPGP/UFPE; Prof. Dr. Remo Mutzenberg- Titular-Interno/PPGS/UFPE; Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque- Titular-Interno/PPGS/UFPE.** Dando início aos trabalhos, o **Prof. Dr. Joanildo de Albuquerque Burity** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua argüição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem o Prof. **Dr, Joanildo de Albuquerque Burity,** presidente da mesa e orientador do candidato solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese com distinção por maioria**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 23 de janeiro de 2009.

Vânia Maria de O. Vasconcelos – Secretária

Prof. Dr. Joanildo de Albuquerque Burity

Profª Drª Celi Regina Jardim Pinto

Prof. Dr. Marcos Costa Lima

Prof. Dr. Remo Mutzenberg

Prof. Dr. Paulo Henrique Martins de Albuquerque

Rui Gomes de Mattos de Mesquita

Agradecimentos

Gostaria, inicialmente, de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos sem a qual eu não poderia ter me dedicado ao curso de doutorado da maneira que o fiz. Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao professor Joanildo A. Burity, orientador dessa tese, com quem tenho aprendido bastante ao longo desses seis anos de convívio acadêmico. Agradeço pela possibilidade de aprofundamento teórico, pela consideração humana e pelo exemplo de dedicação e prazer pela profissão de pesquisador. Agradeço também a Remo Mutzenberg, co-orientador, pelas inúmeras vezes que me atendeu, sempre disponível a ajudar. Gostaria de agradecer aos professores Aécio Mattos e Silke Weber, que participaram da minha banca de defesa do projeto e que deram contribuições valiosas. Gostaria de agradecer, especialmente, a Silke Weber pelas discussões no grupo de pesquisa. Estabeleci um diálogo interno com ela durante toda a escritura dessa tese, o que comprova sua enorme influência na minha formação. Sou, especialmente, grato a todos os militantes políticos que se dispuseram a me conceder as entrevistas e, assim, contribuíram com informações sem as quais não nos teria sido possível produzir o presente relatório de pesquisa. Gostaria de citar nominalmente Carlúcio Castanha e Maria Ednalva Bezerra, companheiros que faleceram durante a escritura deste trabalho. Agradeço, igualmente, aos funcionários da Fundação Perseu Abramo, do MST e da CUT em São Paulo e Pernambuco. Gostaria de agradecer aos colegas de doutorado (não cito o nome de alguns para não ser injusto), especialmente Gustavo Gilson, com quem estabeleci importante parceria acadêmica e construí uma bela amizade. Igual gratidão nutro pelo amigo Fábio, com quem desde muito cedo compartilho questões políticas e pessoais. Também sou bastante grato a Priscila e Zuleika, pelos serviços que prestaram na secretaria do PPGS. Agradeço de todo o coração a minha companheira Telma, pelo envolvimento e cumplicidade desses 31 anos de amizade e amor. Agradeço a meus filhos, Luísa e Raul, por terem cedido tanto nas nossas “negociações” nesses últimos quatro anos. Também agradeço a minha sogra, Gilvanete, pela incondicional solidariedade que nos tem dedicado. Por fim, mas não por último, agradeço a meus pais, a quem devo a essência dos valores morais e éticos que cultivo.

RESUMO

Nessa pesquisa objetivamos estudar a história da relação de representação política entre o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Observamos, nesse contexto, vozes e demandas feministas no interior dessas agremiações. Refletimos acerca da existência de uma dimensão ontológica na ação de representação política, relacionando-a com o estabelecimento das curvas identitárias do PT, CUT e MST ao longo de suas histórias. Construímos para tal um instrumental analítico a partir da triangulação entre a teoria do discurso de Ernesto Laclau, a abordagem da identidade em análise de narrativas de Margaret Somers e a semiótica de Greimas. Desse esforço, surgiram, como contribuição teórica da pesquisa, o conceito de ambiente narrativo, que procura aproximar, em uma perspectiva não-idealista, as regras de formação dos discursos com a prática política; e a abordagem espacial de hegemonia, que propõe a incorporação da dimensão extralingüística dos discursos na análise política. Aceitando o desafio de contribuir para a superação da crise de paradigmas, que acreditamos assolar a tradição de esquerda, apontamos para a conveniência de se refletir acerca da "necessária" articulação entre os modelos social e representativo de democracia. Em contraposição à pretensa superioridade racional do discurso ético e republicano, propomos que as ações antagonísticas devem resignificar valores narrativos comunitários pré-modernos para construir um modelo socialista de democracia. O local emerge na narrativa petista como um espectro que ameaça o discurso ético-republicano e sua tentativa ideológica de promover um fechamento na totalidade do social. Tal discurso termina, entretanto, por interpelar a narrativa que analisamos. Esse processo culmina na construção de um modelo participativo de democracia, o modo petista de governar. Tal modelo, ao tornar a contra-hegemonia intra-sistêmica, condiciona os termos pelos quais se darão as escolhas políticas e, portanto, limita o horizonte político e identitário de representantes e representados. Concluímos apontando para a possibilidade estratégica de se romper com o preceito liberal da autonomia da esfera política e promover uma articulação com outras esferas e dimensões do social (cultura, economia, religião, educação), como forma de fuga do corporativismo.

Palavras chave: representação política, discurso, narrativa, identidade, partido político, movimentos sociais, democracia, ideologia, Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

This research aims at studying the history of the relation of political representation among Partido dos Trabalhadores (Workers' Party) (PT), Central Única dos Trabalhadores (Central of Trade Unions) (CUT) and Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless people movement) (MST). We have paid attention, in this context, to the feminist voices and demands inside these organizations. We have looked into a ontological dimension in the political representation action, relating it to the configuration of PT's, CUT's and MST's identitary curves alongside their histories. We have built for that an analytical instrument through a triangulation among Ernesto Laclau's discourse theory, the Margaret Somers' identity approach to narrative analyses and the Greimas' semiotics. From this effort has emerged, as a theoretical contribution of this research, the narrative environment concept, which tries to approach, in a non-idealist perspective, the rule formation of the discourse with the political practice; as well as the space approach of hegemony that incorporates the extra linguistic dimension of discourse to the political analyses. Taking up the challenge of helping to the overcome the paradigm crises, we believe the left wing tradition passes through, we have called attention to the property of reflecting over the "necessary" articulation between the social and representative models of democracy. Contradicting the supposed ethical and republican discourses' rational superiority, we have proposed that the antagonistic action must resignify pre-modern communitarian narrative values in order to build a socialist model of democracy. The local have emerged in the PT narrative as a spectre that haunts the ethical-republican discourse and its ideological desire of promoting an enclosed social totality. Such a discourse ends up, nevertheless, making an interpellation the PT narrative. This process culminates with the construction of a participative model of democracy called the "PT's way of governing". This model turns the counter-hegemony intra-systemic. By doing so, it establishes the terms through which the political choices will be made and, thus, limits the political and identitary horizon of both, the representative and represented. We have finally pointed out to the strategic possibility of braking up with liberal value of the political sphere autonomy and to promote an articulation with other sphere and dimensions of the social (culture, economy, religion, education), as a way of amplifying the field of the polity, going away from the corporativism.

Key words: political representation, discourse, narrative, identity, political party, social movements, democracy, ideology, Worker's Party.

RÉSUMÉ

Cette recherche a comme objectif étudier l'histoire de la relation de représentation politique entre le Parti des Ouvriers (PT – Partido dos Trabalhadores), la Centrale Unique des Ouvriers (CUT – Central Única dos Trabalhadores) et le Mouvement des Ouvriers Rurales Sans Terre (MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). On observe, dans ce contexte, des voix et des demandes féministes à l'intérieur de ces organismes. On a réfléchi à propos de l'existence d'une dimension ontologique dans l'action de représentation politique en relation à l'établissement des courbes identitaires du PT, de la CUT et du MST au long de leurs histoires. Pour développer cette réflexion on a construit un instrumental analytique basé sur trois piliers : la théorie du discours d'Ernesto Laclau, l'approche de l'identité à partir des analyses des narratives de Margaret Somers et la sémiotique de Greimas. De cet effort, ont émergé, comme contribution théorique pour la recherche, le concept «d'ambiant narratif», qui vise rapprocher, à travers une perspective non-idéaliste, les règles de formation des discours et la pratique politique ; et l'approche spatial d'hégémonie, qui propose l'incorporation de la dimension extralinguistique des discours par l'analyse politique. En acceptant le défi de contribuer à surmonter la crise des paradigmes – qu'on croit détériorer la tradition de la gauche – on signale l'intérêt de réfléchir sur la «nécessaire» articulation entre les modèles social et représentatif de démocratie. En opposition à la supériorité rationnelle prétendue du discours étique et républicain, on propose que les actions antagoniques doivent reprendre des valeurs narratives communautaires pré-modernes afin de construire un modèle socialiste de démocratie. Le «local» émerge dans la narrative du PT comme un spectre qui menace le discours étique-républicain et sa tentative idéologique d'encourager une fermeture du social comme un tout. Ce discours finit, néanmoins, pour interpeler la narrative analysée par ce travail. Le processus culmine à la construction d'un modèle participatif de démocratie, la manière de gouverner du PT. Lorsque ce modèle rend la contra-hégémonie intrasystémique, il conditionne les termes par lesquels les choix politiques seront faits et par conséquent il limite l'horizon politique et identitaire des représentants et représentés. On conclue en signalant la possibilité stratégique de rompre avec le préjugé libéral de l'autonomie de la sphère politique et de promouvoir une articulation avec d'autres domaines et dimensions sociales (culture, économie, religion, éducation), comme manière de s'éloigner du corporatisme.

Mots clé : représentation politique, discours, narrative, identité, parti politique, mouvements sociaux, démocratie, idéologie, PT (Parti des Ouvriers).

SUMÁRIO

Agradecimentos III

Resumo IV

Abstract V

Sumário VI

Apresentação 01

Capítulo 1: **05**
A construção do objeto
1.1. Representação política: dimensão constitutiva de identidades coletivas em regimes democráticos contemporâneos **05**
1.2. Politizando o conceito de cultura: narrativas e representação política **13**
1.3. Conclusão **29**

Capítulo 2: **30**
Uma abordagem narrativa para a análise da representação política em processos antagonísticos
2.1. Introdução **30**
2.2. Análise narrativa, tipologia e potenciais analíticos: primeira aproximação metodológica **31**
2.3. Marco teórico e metodologia: segunda aproximação metodológica **45**
2.4. Ambiente narrativo e representação política: terceira aproximação metodológica **59**
2.5. Ideologia, mito e ambiente: quarta aproximação metodológica **70**
2.6. Aspectos metodológicos: pesquisa de campo e análise dos dados **83**

Capítulo 3: **89**
Condições de possibilidade do discurso petista: breve incursão no interdiscurso
3.1. Introdução **89**
3.2. Breve mapeamento do ambiente narrativo petista **92**
3.2.1. Marxismo: escolhas e espaços na construção de uma tradição política **98**
3.2.2. Complexificação da sociedade civil e reativação de valores narrativos **109**
3.3. Articulações narrativas na América Latina **122**
3.4. Conclusão **135**

Capítulo 4 **137**

Emergência e consolidação da narrativa petista nas décadas de 1970 e 1980
4.1. Introdução **137**

4.2. Emergência da narrativa petista: considerações sobre algumas articulações narrativas **138**

4.3. O estabelecimento dos loci de ação política e os sentidos da narrativa petista **158**

4.3.1. PT, CUT e MST: representação e definição dos loci de ação política **162**

4.3.2. Movimentos sindical e popular e administrações municipais do PT **181**

4.4. Conclusão **194**

Capítulo 5 **200**
Hegemonia neoliberal e ação petista de representação política
5.1. Introdução **200**

5.2. Contexto europeu e latino americano: as pressões vindas de "fora" **205**

5.2.1. Articulações narrativas e representação política **213**

5.2.2. Novas articulações narrativas e aprofundamento das tensões estratégia-tática: entre o poder local do movimentalismo popular-territorial e a necessidade de superação do corporativismo **221**
5.3. Encruzilhada petista: entre a crise do socialismo e a resistência ao avanço do neoliberalismo **230**
5.3.1. Reverberações da política no ambiente narrativo petista **230**

5.3.2. A estratégia participativa do socialismo democrático e as necessárias redefinições do poder local **241**
5.3.3. A disputa em torno das unidades de representação política: articulação entre governo local e projeto nacional **254**
5.4. Um balanço: PT, mídia e espaço público **268**

5.5. Conclusão **284**

Capítulo 6 **287**
PT, Governo Lula e consolidação hegemônica de uma concepção de democracia
6.1. Introdução **287**

6.2. "Lula lá", na Presidência da República **290**

6.2.1. Trajetória da narrativa petista e resistência ao neoliberalismo: a consolidação de uma concepção de democracia **291**
6.2.2. Desdobramentos políticos do rearranjo espacial na narrativa petista **313**

6.2.3. O poder carismático de Lula, a sensação de permanência identitária na narrativa petista e o poder popular **337**
6.3. O potencial antagonístico da narrativa petista **351**

7. Conclusão **359**

Bibliografia 1: Geral **363**
Bibliografia 2: Fonte primária **375**

Anexos **383**
Anexo 1: Lista de siglas **384**
Anexo 2: Lista de entrevistados **386**
Anexo 3: Modelo do quadro analítico **387**

APRESENTAÇÃO

O Partido dos Trabalhadores (PT) tem sido objeto, ao longo de sua trajetória, de inúmeras e contraditórias adjetivações: bolchevique, revolucionário, igrejeiro, pelego, liberal, neoliberal, pós-moderno, pré-moderno, social-democrata, liberal de esquerda, corrompido, vendido, fraude eleitoral, ninho de intrigas e brigas intestinais, light, vermelho, rosa, lilás, populista, stalinista, antidemocrático, oportunista, incoerente, ideológico, anarquista, pragmático. Poderíamos continuar essa lista por, pelo menos, uma lauda. Há, algo, entretanto, que parece ser de consenso, ainda que se altere o teor, mais positivo ou negativo, da leitura que se faz do fato consensual: trata-se do entendimento que o PT "mudou". Muitas vezes, a mesma fonte emissora do discurso ressalta o lado positivo ou negativo da mudança, a depender do contexto da enunciação e dos interesses conjunturais perseguidos.

Essa mudança, não raro, é acessada, quer internamente ou externamente ao Partido, em termos de maior ou menor transparência na ação de representação política. A positividade da mudança remete, nesse contexto, a um incremento em tal transparência; a negatividade remete, por outro lado, à noção de embaciamento da representação. Julgamentos moralizantes de traição à causa e juras de que o Partido mantém a coerência, tendo apenas mudado a "estratégia" e o "jeito" de fazer política são recorrentes nos debates partidários internos, assim como no debate público. O projeto "socialista" do PT tem sido posto à prova nesse contexto. Não são poucos os intelectuais, políticos e militantes de uma forma geral, seja individualmente ou em grupos constituídos, que têm optado pela dissidência. Outros têm aderido ao projeto petista na medida em que a própria mudança gera processos de identificação. Há ainda os arrivistas, oportunistas de última hora, sedentos por parcelas de poder. A importância e o peso na política nacional (e

internacional) adquiridos pelo PT amplificam a importância dessa questão haja vista sua inegável contribuição (em curso) para a estruturação da democracia e nação brasileiras.

Multiplicam-se os estudos acadêmicos sobre diversas áreas da experiência petista e sob os mais variados enfoques e abordagens teóricas. Analistas e militantes não têm considerado, entretanto, aquilo que tomamos como nossa *hipótese de trabalho*, a saber, a existência de uma dimensão ontológica na ação de representação política. Tal hipótese considera que é na ação de representação que os atores sociais, representantes e representados, constituem suas identidades político-sociais. Qual a natureza daquela mudança? Como ela se dá *vis-à-vis* o processo de representação política? Qual o rebatimento da mudança partidária no horizonte político dos coletivos representados pelo PT e vice-versa? Essas são questões que não têm merecido a devida atenção e que a presente pesquisa busca refletir.

Dito isto, podemos estabelecer como **objetivo geral** da nossa pesquisa: *estudar os vínculos entre a representação política dos movimentos sociais pelo PT e a constituição de identidades, tanto partidária como dos movimentos sociais, de 1990 a 2007*. Diante deste objetivo geral, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos**[1]:

1) Analisar as mudanças identitárias do PT de 1990 a 2007;
2) Analisar a interface entre a curva identitária petista e a história da relação de representação com o movimento sindical cutista de 1990 a 2007;
3) Analisar a interface entre a curva identitária petista e a história da relação de representação com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de 1990 a 2007;
4) Analisar as demandas feministas como elemento particular e heterogêneo nos espaços político-sociais PT, CUT e MST de 1990 a 2007.

Tomando a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), além do PT e das demandas e vozes feministas no interior dessas

[1] A seleção do movimento sindical se deveu à sua estreita relação com a própria história do PT e a coincidência de seu refluxo na década de 1990 com as flutuações discursivas do partido. As demandas feministas serão consideradas como possíveis indicadores da heterogeneidade dos coletivos em questão. A escolha do MST se deveu à radicalidade do seu discurso; à sua estreita relação com o PT; à sua amplitude em termos de mobilização e representatividade social e, em diálogo com a tradição dos marxismos na América Latina, ao fato de pertencer ao mundo rural.

organizações, como objetos de investigação, partimos do pressuposto de que suas trajetórias políticas, desde finais da década de 1970 e início dos anos de 1980 até 2007, estão inexoravelmente vinculadas ao jogo de representação política e às escolhas realizadas em termos táticos e estratégicos por representantes e representados.

Para construir a análise das referidas trajetórias, trilhamos passos que se foram mostrando necessários no bojo mesmo da pesquisa. O primeiro capítulo foi dedicado à construção do objeto de pesquisa, quando historiamos em suas linhas gerais a trajetória da narrativa petista. Neste capítulo, nós estabelecemos os termos teóricos básicos da nossa problemática de pesquisa que aponta, a partir da emergência de "novos" atores coletivos, para a importância da politização da dimensão cultural para o estabelecimento de projetos políticos antagonísticos. Apontamos, outrossim, para a importância político-metodológica da análise de narrativas e sugerimos o tipo de vínculo que se estabelece entre narrativa e representação política. Propomos, também, em tensão com o valor narrativo moderno da dicotomia sujeito-objeto, o conceito de ambiente narrativo, para o qual oferecemos uma definição inicial e provisória.

Isto feito, num segundo capítulo, partimos para a exposição de nosso referencial teórico e construção de um instrumental analítico especificamente desenhado para nosso objeto de pesquisa. Expusemos, a partir de uma triangulação entre a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a semiótica de Greimas e a abordagem narrativa da identidade de Margaret Somers, e de forma mais sistemática, o conceito de ambiente narrativo. Propomos tal conceito, a partir da necessidade política de superar a dicotomia entre epistemologia e ontologia, numa operação metodológica que se destina a questionar tanto as perspectivas objetivistas como as idealistas. Delineamos os passos de nosso método de análise, as dimensões analíticas consideradas e os temas-chave através dos quais acessamos tais dimensões. Delimitamos, por fim, o *corpus* utilizado nas análises, assim como as técnicas de análise de dados.

No capítulo 3, exploramos a interdiscursividade da narrativa petista, proporcionando ao leitor uma visão panorâmica do conjunto de narrativas, cujos valores se mostraram constitutivos do que chamamos de petismo. Valores cristãos, anarquistas e do socialismo utópico circulavam, em processo de ressignificação (reinvenção da tradição) na cena européia, ocidental e oriental, e na América Latina. O conjunto desses valores narrativos, articulados à conjuntura política brasileira da década de 1970, serviu de esteio para a emergência da narrativa petista no final da década de 1970. Chamamos especial atenção do leitor para a articulação entre marxismo e cristianismo, levada à cabo, principalmente, pela Teologia da Libertação e que foi pilar fundamental para as estratégias adotadas pelo PT de articulação entre os modelos representativo e social de democracia.

No capítulo seguinte, nós procedemos a uma análise introdutória das relações de representação entre PT, CUT e MST (considerando a presença das mencionadas vozes feministas). Já significativamente imersos nos dados empíricos da pesquisa, esse capítulo destina-se a delimitar e expor de forma mais sistemática os desafios e demandas que se colocaram à narrativa petista na década de 1980. Tal análise prévia demonstrou ser essencial para atingirmos os objetivos dessa pesquisa desde que, através dela, pudemos perceber os meandros do estabelecimento de uma espécie de equilíbrio estrutural instável da narrativa petista em uma década de consolidação da mesma no cenário político nacional. Procuramos capitar tal instabilidade através da construção das linhas básicas do que passamos desde então a chamar de *abordagem espacial de hegemonia*.

Ao fim desse capítulo, esperamos ter fornecido ao leitor os termos centrais do debate que se seguirá nos dois derradeiros capítulos da tese. Estes últimos são voltados para cumprir os objetivos acima elencados, quando lidamos, sistematicamente, com os dados coletados.

Capítulo 1

A Construção do Objeto

1.1. Representação Política: dimensão constitutiva de identidades coletivas em regimes democráticos contemporâneos

O Partido dos Trabalhadores (PT) nasceu em um país onde o *espaço público* é tradicionalmente imerso em uma cultura política elitista e autoritária, amplamente estudada na historiografia brasileira (Rodrigues, 1982; Brandão 2001; Lahuerta, 2001; Holanda, 2002). Tal cultura tinha impactos na forma de organização dos trabalhadores, o que fazia os petistas serem críticos, por um lado, ao cupulismo e vanguardismo dos partidos comunistas e, por outro, ao populismo da tradição trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Surgiu, assim, no imaginário de seus militantes, em finais dos anos de 1970, como uma agremiação que iria, pela primeira vez na história brasileira, representar "verdadeiramente" os interesses dos trabalhadores. Para isso, o PT, conforme sua Carta de Princípios (1979), entendia que os "explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manterem organizados *à parte*" (grifo nosso) (Partido dos Trabalhadores, 1999: 49). Tal "autonomia" em relação à democracia existente era necessária mediante a compreensão de que o processo de *abertura política* em curso era hegemonizado "pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime" (ibid: 51).

Deveria, pois, ser um partido construído não *para* os trabalhadores, e sim ser *dos* trabalhadores, que se organizariam de forma *autônoma* e *transparente*. O que o diferenciaria das experiências socialistas e social-democratas internacionais, do populismo e dos partidos comunistas no Brasil era seu compromisso com a *democracia operária*, traduzido num *vínculo inextricável com os movimentos sociais*. Assim – formulando uma crítica às recentes experiências de resistência armada –, a revolução não seria equivalente a um assalto ao poder e sim fruto de

um *processo emancipatório* de acúmulo de forças e amadurecimento da consciência revolucionária. Os órgãos de representação, obedecendo à *lógica dualista* de uma nova cultura política em expansão, num futuro governo dos trabalhadores, seriam "criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma *primordial democracia direta*" (grifo nosso) (ibid: 53).

Mas o fato de o PT se apresentar para a disputa eleitoral estava em contradição com aqueles *valores* de autonomia e externalidade. Como é amplamente discutido por estudiosos do partido, estabeleceu-se uma crescente *tensão entre reforma e revolução* em seu discurso (Burity, 1994; César, 2002; Keck, 1991; Sader, 1988). Supomos que tal tensão ocupou o cerne das transmutações de identidade do partido, que perdeu sua radicalidade antagonística inicial. A relação de proximidade entre o PT e os movimentos sociais, como atesta um exame preliminar das teses de seu III Congresso (Brasília, 31 de agosto/2 de setembro de 2007) – que propugnam, com maior ou menor ênfase, a necessidade de um "retorno às bases" –, foi significativamente abalada a partir da década de 1990. A ação do Partido na institucionalidade democrática brasileira, cujos valores culturais, lógicas e práticas sedimentadas são afins ao modelo liberal-representativo de democracia, demandou respostas dos movimentos sociais que, num *continuum*, oscilaram entre um pólo de adesão e um pólo de rejeição à trajetória delineada pelo Partido. Isso nos leva a crer que a participação do PT na institucionalidade pode ter provocado alterações identitárias não apenas do Partido, mas também dos próprios movimentos que o partido se propôs a representar. Assim, *nos indagamos acerca da existência de uma dimensão ontológica – constitutiva do social – intrínseca à representação política em regimes democráticos contemporâneos, conhecimento que, sendo desenvolvido, pode gerar uma importante contribuição no que tange à definição de estratégias socialistas.*

Estabelecemos, à luz dessa reflexão, o seguinte *objetivo geral de pesquisa*: *estudar os vínculos entre a representação política dos movimentos sociais pelo PT e a constituição de identidades, tanto partidária como dos movimentos sociais, de 1980 até o III Congresso*

Nacional do Partido realizado em 2007[2]. Nesse bojo, interessa-nos analisar a relação do PT com a CUT e o MST. Isso porque esses movimentos, cada um à sua maneira, são partes integrantes, desde o início da década de 1980, da construção do que chamaremos de "narrativa petista". Na década de 1990, por seu turno, esses movimentos, com escolhas e perspectivas próprias, protagonizaram os principais embates de resistência à implantação da agenda neoliberal no Brasil. *Isso lhes confere uma força material e simbólica que torna imprescindível, para os fins de nosso estudo, uma análise mais detida que contraste a curva identitária do PT e dos movimentos em questão com suas respectivas histórias de representação política*.

A CUT e o MST, contudo, eram partes de uma emergente *sociedade civil*, cujos mais variados setores reivindicavam pertencimento no PT. Ao se propor representar esse conjunto plural, o PT passou a nomeá-lo de forma cada vez mais imprecisa: "população trabalhadora, conjunto dos trabalhadores, massas trabalhadoras, classes trabalhadoras, setores populares, massas oprimidas, massas populares, e bases da sociedade" (Mesquita, 2005: 70-1) [3]. Ou seja, o PT colocava-se diante da difícil tarefa de *representar um conjunto heterogêneo de movimentos sociais* e concedia, inicialmente, centralidade à categoria de classe. Assim *construía* uma *unidade* a ser representada. Tal articulação tornava-se factível mediante o fato de que, em fins da ditadura militar, a hegemonia daquela cultura política autoritária a que nos referimos era evidente. Estado e sociedade civil pareciam, naquele contexto, ser *dois espaços bem delimitados*, situação que permitia a alimentação da *lógica dualista* do discurso petista: tudo que dizia respeito ao Estado era visto de forma negativa e a sociedade civil, ao contrário, representava tudo de bom (Lahuerta, 2001: 87). Tal situação facilitava a construção da dita unidade e, conseqüentemente, a crença no PT como *espaço de plena representação* – diferente de tudo que estava posto. Essa mesma

[2] Um estudo dessa monta, por questões de ordem prática, deve estabelecer alguns cortes metodológicos. Esclarecemos, inicialmente, que o nosso foco é na relação *partido-movimento* e não, por exemplo, na relação *partido-parlamento* ou partido e administrações do poder executivo em seus três níveis. Estas relações farão parte de nossa análise apenas na medida em que produzam efeitos importantes na nossa relação-foco.

[3] O discurso petista na década de 1980 foi objeto de nossa Dissertação de Mestrado.

situação de dualidade, que desenhava uma clara linha de antagonismo no seio da sociedade, facilitava ao PT articular seu discurso a uma *narrativa marxista revolucionária clássica*, que supõe uma *unidade de interesses do povo* explorado contra um Estado "burguês".

Lembrar do processo de transição democrática no Brasil na década de 1980 significa, outrossim, referir-se à crescente visibilidade dos movimentos sociais. Forças políticas latentes (Coutinho, 1992; Antunes, 1995; Brandão, 2001; Lahuerta, 2001; Sader, 1988) irromperam, a partir dos anos 1970, numa miríade de movimentos tidos como uma novidade na cena política (Weffort, 1972; Moisés, 1977; Evers, 1987). Neste contexto, Iran Jácome Rodrigues (1997: 37), apesar de não considerar que o sindicalismo cutista agregava o conjunto dos movimentos sociais, afirmou que a CUT "simbolizava" amplas parcelas desse movimento. Esse caráter simbólico – construído – da unidade representada pelo PT fica mais evidente se considerarmos que a própria emergência do sindicalismo combativo no Brasil – o que veio a se chamar de "novo sindicalismo" e teve como marco mais notório as greves dos metalúrgicos do ABC de 1978, 1979 e 1980 –, de acordo com Lúcio Kowarick, deve ser pensada a partir de uma conexão "entre as lutas nas fábricas e as lutas nos bairros populares" (Kowarick, 2006: 156). Acrescente-se a isso a ativa participação do Movimento Estudantil, que promoveu várias manifestações de massa na década de 1970[4] e o papel crucial exercido pelas mulheres na resistência à ditadura militar (Pinto, 2003), especialmente na campanha pela anistia (Guedes, 2006; Müller, 2006a), que, conforme depoimento de Lula da Silva (2006: 258) – após uma resistência inicial – veio a se tornar "pauta obrigatória de qualquer encontro sindical". Devemos também registrar a atuação da Igreja Católica, não apenas por suas pastorais de base, mas enquanto instituição que fornecia "infra-estrutura" para a ação coletiva – fundamental para o surgimento do próprio PT (Doimo, 1984;

[4] De acordo com André Singer, o Movimento Estudantil promoveu, em 1977, após a edição do Pacote de Abril pelo regime militar – exemplo crasso de casuísmo no Governo Geisel –, manifestações de massa para protestar contra a prisão de estudantes que preparavam o 1º de Maio daquele ano. Foi dessa época também a famosa invasão da PUC de São Paulo (Singer, 2006: 159-160).

Burity, 1994; Mainwaring, 2004). Nesse contexto, ao longo de sua história, o PT procurava construir um leque de alianças políticas que possibilitasse sua atuação no *plano institucional* (inicialmente uma espécie de outro antagonístico) sem, contudo, se descaracterizar enquanto um *partido-movimento em expansão*. Esta ampla unidade a ser representada seria portadora de uma *cultura política específica e "autônoma"*, cuja identidade de classe radicalmente antagonística era guiada principalmente pelos princípios libertários da *democracia direta, operária*.

O processo de adaptação do PT à racionalidade e lógicas dos arranjos institucionais hegemônicos, no entanto, vem a ganhar tons dramáticos na década de 1990 (Florestan, 1991). Na verdade, a esquerda viveu, internacionalmente, o aprofundamento de uma crise que se anunciara nos anos 1980 (Laclau e Mouffe, 2001; Lefort, 1987). Tal crise se precipitou a partir de 1989 com a derrocada do socialismo no Leste europeu. Concomitantemente evidenciou-se a ascensão do neoliberalismo, iniciada em escala internacional já na década de 1980, capitaneada inicialmente por Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher na Inglaterra, e a crise da social-democracia européia. No Brasil, com a derrota de Lula em 1989, coube a Fernando Collor implementar, ainda que tardiamente em relação a outros países da América Latina, a agenda neoliberal, tarefa que seria levada a cabo por Fernando H. Cardoso com o aprofundamento da chamada "reestruturação produtiva" (Antunes, 2005; Boito Jr, 2005) e o amplo redesenho da presença estatal nas políticas públicas. A diminuição do número de empregos, as privatizações e o impacto ideológico decorrente da crise do socialismo real provocaram um forte refluxo no sindicalismo cutista, que passou a adotar um discurso de corte menos "classista" e mais propositivo. Eram tempos da "CUT Cidadã", de participação em fóruns, câmaras setoriais, conselhos etc. O MST, ao contrário – apesar de sujeito às antinomias da participação política –, estabeleceu uma relação tensa e de afastamento crítico em relação ao PT.

É nesse contexto de crescente tensão – a chamada *crise das ideologias* – que ressurgiu, no âmbito acadêmico e político, a *questão democrática*. Demandas, cujas particularidades estavam

ainda “silenciadas” no Brasil da década de 1980, devido à centralidade do discurso de classe na esquerda, vieram inexoravelmente à tona. A “unidade” de interesses do *povo* representada pelo PT passou a exigir um evidente esforço político de concertação. Foi apenas a partir da década de 1990 que, não sem forte polêmica, o movimento feminista conseguiu aprovar o sistema de cotas no PT (1991), na CUT (1993) e no MST (2006). Igualmente, as secretarias de mulheres das referidas organizações só vieram a se firmar como instâncias com identidade própria bem recentemente. A importância assumida pelo feminismo no âmbito da cena política nesse período nos fez tomá-lo, em nossa pesquisa, como exemplo de *demanda particular que expõe o caráter político e heterogêneo da “unidade” que o PT reivindicava representar*[5].

Nota-se, a partir de então – quando o PT já estava bastante inserido na institucionalidade democrática –, uma clara tendência, por parte de intelectuais orgânicos e/ou acadêmicos, a (re)articularem narrativas dos mais diversos matizes (republicana, liberal, humanista, nacionalista, marxistas, cristãs etc.)[6], como forma de dar resposta à crise teórica e prática da esquerda como um todo e do PT em particular. Não raro, analistas e militantes cobram uma maior ou menor fidelidade a narrativas que lhes parecem mais ou menos importantes e/ou “corretas”. A narrativa republicana, por exemplo, tem sido amplamente articulada à tradição socialista (Guimarães, 2004a; Chauí, 2006a; Genro, 1996-7). Tal articulação aprofunda, em certo sentido, o modelo participativo de democracia proposto pelo Partido e integrado à estratégia do “socialismo petista”. Essa *cultura participativa* propunha-se, desde pelo menos o início dos anos de 1990, a romper com os limites de uma política sindical tida como excessivamente *corporativa* em benefício da criação de *espaços públicos de atuação política* – caminho já pavimentado na

---

[5] Inicialmente, consideramos a possibilidade de incluir o estudo da relação de representação política entre o PT e o movimento negro. Infelizmente, os limites impostos pelo tempo nos fizeram desistir de tal desejo. O peso político-simbólico que o debate étnico-racial vem assumindo recentemente no Brasil torna esse tema atrativo para a realização de uma futura pesquisa.

[6] Originalmente, quando da construção do PT, as narrativas marxistas eram articuladas, correntemente, com o comunitarismo cristão da Teologia da Libertação e com certa tradição revolucionária presente no Novo Sindicalismo (Sader, 1988).

Constituição de 1988[7]. Recentemente, Paul Singer (2001) resgata o esforço teórico de John Stuart Mill, como forma de articular a tradição socialista ao liberalismo político, enquanto a esquerda petista alerta contra os desvios social-democratizantes do PT (Antunes, 1993a), que o tornariam um partido marcadamente eleitoral (Machado, 1993). Parte dessa esquerda, ao longo de um período de tensão que culmina com a posse de Lula, em 2003, e com a chamada crise do "mensalão", em 2005, vem a deixar o partido e criar suas próprias agremiações, como forma de se preservar do que seria uma socialdemocratização/liberalização do PT. Habilitar-se-iam, assim, a conduzir um eventual processo revolucionário. É o caso do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), em 1994, e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2004.

As referidas narrativas são, não raro, percebidas como essencialmente estratégicas e conceitualmente puras – enunciadas por sujeitos unitários e plenamente constituídos previamente à elaboração das referidas narrativas –, como se não guardassem, conforme nossa hipótese, relação de mútua constituição com os *espaços institucionais* onde ocorrem. Consideramos que tal perspectiva é conformada por certa *dicotomia epistemológica sujeito-objeto*, que é própria do horizonte moderno de política (Laclau, 1996a)[8]. Uma característica particularmente importante de tal dicotomia é que os sujeitos políticos teriam suas identidades constituídas na dimensão social e que sua ação nos espaços destinados ao fazer político é orientada por *interesses* definidos alhures. Isso gera análises que reverberam a tensão reforma/revolução no plano político, pois há uma tendência a se estabelecer, uma linha divisória que se move a depender da força política de quem julga e das conjunturas específicas e que define, em tese, o quanto se perdeu do fim último

[7] É interessante notar que novas articulações narrativas sempre surgem em função de desafios impostos por crises conjunturais. É nesse sentido que entendemos a reorientação da prática política do sindicalismo cutista em São Paulo (ABCD) que, com o advento da reestruturação produtiva do setor automobilístico nos anos 1990, passou a investir em estratégias de participação política no plano local com foco no desenvolvimento econômico regional. Para um estudo sobre o tema ver "Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense" organizado por Iran Jácome Rodrigues e José Ricardo Ramalho (2007).

[8] Operar dentro desse horizonte, portanto, inviabilizaria a própria consideração teórica de relacionar representação política e constituição de identidades coletivas.

(revolucionário), resultando numa maquiagem do capitalismo. Assim, não havendo um acordo sobre os efeitos práticos das estratégias adotadas, privilegiam-se ora as questões de engenharia político-institucional (André Singer, 2001; Leal, 2005; Santos, 2006a), ora os aspectos "ideológicos" (Stédile, 2006; Guimarães, 2004a; Boff, 2006; Chauí, 2006a)[9], mais vinculados à preocupação de manter o sentido "estratégico" do programa partidário.

Para superar tais tendências interpretativas, consideramos como *decisão metodológica fundamental*, a mobilização de conceitos que sublinhem a dimensão construída e compósita dos atores coletivos. Acreditamos ser possível evidenciar o caráter não-objetivo da dicotomia Estado-sociedade que, hegemônica no horizonte moderno de política, continua a informar a prática dos militantes e/ou cientistas sociais. Esse passo metodológico nos sugere dois outros desdobramentos. Primeiramente, nós percebemos a importância de focalizar o caráter contingente – imerso nas demandas do jogo político – das articulações narrativas acima mencionadas. Isso pode nos ajudar a aprofundar a intuição de que há uma dimensão ontológica na representação política, pois estaremos desnaturalizando o vínculo entre tais narrativas – materializadas nos programas políticos –, e os *interesses* supostamente objetivos dos representados. Em não correspondendo a uma representação objetiva do social, as narrativas antagonísticas não se vinculariam *naturalmente* a nenhum esquema teleológico (progresso, desenvolvimento, comunismo) presente na concepção moderna de história. Isso sugere um outro desdobramento metodológico, que defenderemos com mais vagar: a politização do conceito de cultura – possibilidade teórica que guarda tensão lógica com ambos, marxismo e liberalismo. Tentaremos evidenciar que as articulações narrativas, para que possam ser efetivas, tensionam as fronteiras (simultaneamente lingüísticas e não-lingüísticas) identitárias de determinada tradição política. A

[9] Para uma análise mais cuidadosa conferir, do autor desta tese, o artigo "PT e representação política: do porto seguro da identidade ao mar aberto da democracia", apresentado no 31º Encontro Nacional da ANPOCS (2008).

necessidade de se deslocar de um terreno social (objetivado) e de se organizar à parte, como no caso do PT, assim, poderia ser entendida a partir da politização da dimensão cultural.

1.2. Politizando o conceito de cultura: narrativas e representação política

Como antevimos, nossa abordagem insere-se num contexto de retorno, nas ciências sociais, da questão democrática (Lefort, 1987; Dhal, 1988; Przeworski, 1989; Laclau e Mouffe, 2001) na década de 1980. Conceitos como sociedade civil e cultura política ganharam, então, importância como forma de responder aos desafios teóricos impostos pela emergência de um leque de "novos" atores coletivos (Somers, 1995a; Mouffe, 1996; Burity, 2002; Mutzenberg, 2002). Esses movimentos colocaram problemas à questão da representação política, pois construíam *espaços de ação* não redutíveis seja a indivíduos (liberalismo) ou classes sociais (marxismo). Formularam-se, assim, nos planos epistemológico e político, esforços de *articulação dos pólos* (e superação) da mencionada dicotomia sujeito-objeto. Tais esforços eram pensados a partir de uma tradição teórica ocidental, que remete a uma "rede conceitual" construída nos limites da *metanarrativa do naturalismo social* (Somers, 1995a). Nesta, os dois grandes protagonistas do mundo moderno eram o Estado e o mercado. Operar em seu horizonte epistemológico implica conceber certa *unidade* (identidade) em cada um desses pólos, o que possibilitaria sua integração num *todo*, harmônico ou dialético. Laclau e Mouffe (2001) acrescentam o *hegelianismo* como metanarrativa moderna decisiva[10]. Para Hegel, que pensava segundo os códigos dessa dicotomia, o sujeito da história era o *Estado orgânico* antiliberal, que encarnaria o *espírito do povo* (Habermas, 1984), promovendo a integração Estado-sociedade.

[10] Segundo Bobbio (1994: 20-21), esse modelo dicotômico – que contrapõe o Estado como momento positivo à sociedade pré-estatal como momento negativo – apresenta três variações principais: a) Estado como negação e eliminação do estado de natureza (Hobbes-Rousseau); b) Estado como aperfeiçoamento em relação à fase que o precede (Locke-Kant) e c) Estado como conservação e superação da sociedade pré-estatal (Hegel), ponto alto de racionalização do Estado, que deixa de ser uma exigência (como no jusnaturalismo) e passa a ser uma realidade, um evento da história.

Nos parâmetros dessas metanarrativas, uma perspectiva liberal – por exemplo, weberiana – concede, referenciada na supremacia da "ética da responsabilidade" sobre a "ética dos fins últimos" (Weber, 1963a: 51), *caráter universal à racionalidade das instituições democráticas* (pólo do Estado). Já a tradição marxista, no outro pólo da dicotomia, nega tal unidade e denuncia o caráter particular do Estado sob a égide do capitalismo. Confere, entretanto, *universalidade à classe operária que, no século XIX, estava em plena expansão*. Nos dois casos, seja para reconhecer sua universalidade, seja para identificá-lo como um "outro" antagônico, o Estado parlamentar moderno foi histórica e contingencialmente tomado como lócus *par excellence* da política. Entre os sujeitos da história e o Estado não havia nenhum outro *espaço de articulação política*. Esse dualismo epistemológico facilitava a crença na existência de sujeitos unos (com interesses naturalizados) que obedeciam a uma razão objetiva, seja ela egoísta ou coletiva. Passíveis, assim, de plena representação política, na medida em que forjavam suas identidades no âmbito da economia-mercado ou da socialização familiar, ou seja, fora da dimensão "política". *Estabelece-se, assim, uma relação imbricada entre dualismo epistemológico e político*.

Nota-se, como característica das teorias políticas do século XIX, um desejo de superação dos dualismos, expresso na crença de um inevitável desaparecimento do Estado, conforme o mito alimentado por Saint-Simon (Bobbio, 1994). Assim, mesmo que com perspectivas distintas, tanto no marxismo (quando do advento do comunismo) como no liberalismo (nos marcos da democracia representativa), temos a presença do ideal milenar de se instituir uma *comunidade política*. Esta, por não pressupor espaços alternativos entre os indivíduos/classes e as instituições de representação (sociedade política), não apresentaria maiores antagonismos, pois a razão estaria reduzida ao espaço único da "política". Em termos epistemológicos, isso decorre de um desejo de coincidência entre sujeito e objeto. No plano político prático, opera-se em tese um rechaço radical a possíveis tentativas, presentes ou futuras, de desenvolvimento de discursos "particularistas" no seio de uma *totalidade social* que, no essencial, deveria ser harmônica.

O marxismo, num dos pólos, apostou na expansão da unidade de classe para a derrocada do Estado, cujo caráter burguês – não universal ou particular – ele denunciava. Tal expansão, em termos narrativos, pressupõe um *movimento dialético*, que vai da antítese das partes à síntese do todo. No outro pólo, o liberalismo apostava na universalidade de um arranjo institucional neutro e racional, único *método* capaz de prevenir contra os efeitos maléficos de uma sociedade composta de múltiplos interesses individuais. Concebe a sociedade como sendo fragmentada pelos desejos egoístas de indivíduos, entendidos como mônadas, conforme a crítica marxiana (Marx e Engels, 1987). A inexistência de um *bem comum substantivo* a ser defendido – conforme se vê no marxismo – confere ao liberalismo, em termos narrativos, uma propensão à "estática" política.

Na nossa perspectiva, essa noção de presença ou o desejo de estabelecimento futuro (utopia) de uma totalidade social fechada indica a razão pela qual a politização do conceito de cultura foi historicamente rechaçada (ou não potencializada num sentido antagonístico) pelas principais tradições políticas da modernidade: o liberalismo e o marxismo.

Essas tradições, longe de refletirem uma razão objetiva do que acontecia na dimensão social, expressavam reações conjunturais de atores políticos concretos a uma série de transformações que refletiam uma época de crise das instituições feudais. O que ressalta o caráter narrativo dessas teorias é que elas eram *respostas articuladas contingencialmente a partir de tradições* que remontam aos modelos clássicos de democracia (Held, 2002: 29-90). Assim, a descrição de Marx e Engels de uma ordem democrática ideal aproximava significativamente a Comuna de Paris (1871) do modelo direto ateniense de democracia (ibidem: 37). Na tradição que Marx bebia e que remonta a autores vinculados ao legado democrático ateniense clássico, como Marsílio de Pádua, Rousseau e Wollstonecraft (ibidem: 59-65) – denominada por Held de democracia ou *republicanismo desenvolvimentista* –, a *participação política* tem valor intrínseco, vinculado à auto-realização do *cidadão*. Coerente com o sentimento de unidade presente na experiência ateniense (totalidade epistemológica), o cidadão era concebido de acordo com a

função que desempenhava na *polis* (ibidem: 33-4). Ou seja, havia um predomínio conceitual do *público* (totalidade) sobre o *privado* (partes)[11]. A irrupção de "novas" identidades coletivas, entretanto, ao insistir em politizar questões correntemente consideradas secundárias ou de âmbito *privado*, tensiona as fronteiras entre o público e o privado; o que desestabiliza as lógicas totalizantes constituintes do que Laclau (1996a) chama de "cimento social".

O florescimento dos modelos liberais de democracia, em contraste, deita raízes numa outra tradição, iniciada com o modelo romano, chamado de *republicanismo protetor* (Held, 2002: 64-65). De acordo com essa narrativa, a participação política não tem nenhum valor inerente, mas sua disseminação seria necessária "apenas" para impedir o monopólio político de um grupo, o que redundaria numa ameaça à liberdade das *pessoas* (note que aqui ainda há uma hegemonia do público decorrente do conceito de cidadão acima exposto). Os modelos liberais de democracia, que retomarão essa noção *preventiva* de participação[12], vão ter suas condições de possibilidade postas apenas quando da emergência de um sistema de *poder nacional* entre os séculos XV e XVIII (ibid: 91). Esses sistemas passaram a englobar várias unidades menores (cidades-estado), antes autônomas, o que, aliado ao processo de crescente *diferenciação* da sociedade moderna, tornou o ato de governar mais complexo do que o era nas antigas cidades urbanas gregas.

Nesse processo de mudanças pelo qual passou o Estado, uma nos é de interesse: trata-se da noção ideológica de indivíduo na Reforma Protestante. De acordo com Lutero e Calvino, o

---

[11] É certo que, na sociedade capitalista, dado que o marxismo caracteriza seu Estado como particular, o cidadão estaria alienado da sua vocação de plena participação – de realizar-se, portanto. A comunidade política (subordinação da parte em relação ao todo), nesse sentido, era deslocada para a unidade classe social, representada por seu partido. Simultaneamente havia uma projeção utópico-temporal da comunidade política para quando do advento da sociedade comunista. De qualquer maneira, não havia espaço para que outros atores coletivos (particulares/privados) fossem representados, o que se percebia como um impedimento concreto aos ditos desejos de projeção. Uma política de *movimento*, assim, exigia *unidade*.

[12] Essa noção preventiva de participação é cara ao pensamento liberal e tem a ver com o conceito de *liberdade negativa*. Para os liberais a noção de "bem comum", da forma como era percebida na pré-modernidade – como uma finalidade comum –, só poderia levar a alternativas tirânicas ou, contemporaneamente, totalitárias, que não comportam o princípio moderno do pluralismo. Este último, por negar a idéia *substantiva de bem comum* (que tem unidade e direção, *finalidade*), demandaria uma noção negativa de liberdade individual – entendida como "ausência de coerção" (Mouffe, 1996: 84-7). Daí é que decorre sua propensão narrativa à "estática", conforme apontamos acima.

indivíduo se definiria na sua relação direta com Deus (ibid: 94), ou seja, no âmbito do *privado* e não do público, conforme definição de cidadão nos modelos clássicos (ateniense e romano).

O princípio liberal das liberdades econômica, política e religiosa advém exatamente dessa noção privada e autônoma de indivíduo, que está no centro da dicotomia Estado-mercado identificada por Somers (1995a). Assim, para Held (2002: 96), os teóricos liberais passaram a se preocupar com uma pergunta básica: como conciliar o "Estado soberano" com o "povo soberano"? A resposta dos liberais a essa pergunta – especialmente os da linhagem protetora – aponta para a construção de um *arranjo institucional neutro e racional* (negado veementemente por Marx enquanto houvesse exploração econômica), regido por um *sistema positivo de direito* (advindo de Montesquieu). Essa seria a única forma de manter intacta a soberania do povo, que era, em consonância com uma *concepção liberal de sociedade* (Hobbes, Locke e Montesquieu), composta por uma soma de indivíduos egoístas. Note-se que o liberalismo, ainda que com uma "certeza epistemológica" menor *vis-à-vis* o marxismo, expressa uma verdade substantiva sobre a sociedade (Glynos, 2001). Tal verdade só se viabiliza mediante uma noção de *totalidade* que informa o desejo de estabelecimento de uma comunidade capaz de ensejar uma representação política plena. Nesse caso, não haveria maiores problemas desde que se zelasse, referenciado na racionalidade do direito positivo, pelo bom funcionamento das instituições.

O caráter politicamente constituído dessas totalidades, outrossim, pode ser historicamente evidenciado através do fato de que, como atesta Held (ibid: 141-2), essas tradições – protetora (Madison, Bentham, James Mill) e desenvolvimentista (John Stuart Mill) – sempre foram *elitistas*. É recorrente, portanto, nas mais diversas experiências democráticas ao longo da história, a presença do que Held (2002: 39) chama de "caráter exclusivista" da democracia. O sentimento de identidade das comunidades urbanas gregas (unidade), nesse sentido, decorria do estabelecimento de uma linha que demarcava "os de fora": escravos, mulheres e membros de outras comunidades. Tal caráter está mais radicalmente presente na linhagem protetora do

republicanismo romano, que tinha um corte aristocrático e que "suscitou com freqüência a instabilidade civil, provocada pelos grupos excluídos" (ibid: 61). Este fator de exclusão tornou-se ainda mais complexo e radical com o vertiginoso processo de diferenciação pelo qual passou a sociedade moderna, especialmente no século XX. Pensar as sociedades contemporâneas com seus múltiplos atores sociais exige, cada vez mais, o reconhecimento do caráter político (que envolve atos de poder) do *estabelecimento das fronteiras* definidoras do espaço público e suas instituições democráticas. Tais fronteiras são constitutivas de uma *cultura política dominante* e rechaçam lógicas e valores (narrativos) que lhes venham a ameaçar a integridade.

Esse aspecto das instituições políticas como materialização de atos de poder ficar bastante evidente na teoria política de Madison, para quem a função da política é conter a formação de *facções*. Chamamos a atenção para o fato de que o direito positivo trabalha em consonância com aquela noção negativa de liberdade. Madison vê no que chama de "democracias puras" (modelo clássico, eivado de uma noção substantiva de bem comum) um foco potencial de injustiça, intolerância e instabilidade institucional (ibid: 111). Defende, assim, o *modelo representativo de democracia*, portador de disposições constitucionais capazes de coibir qualquer tentativa de estabelecimento de uma "tirania da maioria" (ibid: 112-3) – situação que se estabeleceria mediante o crescimento (indesejado) de alguma facção particular. Segundo Madison, o sistema eleitoral representativo em sociedades complexas, ao impor a "clarificação" *pública* de certas questões, funciona como um elemento de coação ao crescimento dessas mesmas facções, devido à grande diversidade de interesses conflitantes na sociedade.

Pode-se perceber em detalhe o significado dessa coação examinando-se uma intuição importante de Madison: ele via nas facções uma mescla de *razão e egoísmo*. O que queria evitar, portanto, nos nossos termos, era o estabelecimento de espaços político-culturais (relativamente) autônomos e, com isso, o deslocamento da razão para além das instituições democráticas hegemônicas; situação de "externalidade" que ameaçaria a universalidade das ditas instituições.

A aparição desses *espaços*, esteio para o crescimento daquelas facções, significaria, em termos políticos, uma ameaça à estabilidade social e à governabilidade – pois se caracterizariam como um terreno fértil para o florescimento de outras razões e valores ("egoístas", no dizer de Madison). Em termos metodológicos, esses espaços fragilizam a noção de totalidade e a naturalidade das unidades de representação política neles contidas. A politização do conceito de cultura nos possibilita, assim, narrativizar a própria epistemologia madisoniana que, à guisa de defender um sistema positivo e totalizante de regras, intenta exercer o mais clássico *poder* de hegemonia. Ou seja, a emergência de espaços político-culturais antagonísticos ressalta o caráter politicamente constituído das totalidades sociais e, assim, *vincula, narrativamente, a representação social (verdades epistemológicas) às vicissitudes contingentes do jogo político*.

Tal compreensão sugere, para os fins de nossa pesquisa, o rompimento epistemológico com as tradições liberal e marxista – hegemônicas na sociologia política contemporânea (Somers, 1995a: 233). Tal rompimento, que, sendo parcial, não nega o *ethos* transformador do marxismo e tem pontos de articulação com o liberalismo (Mouffe, 1996), põe questões de fundo ao horizonte político moderno (Laclau, 1996a). Tais tradições, informadas pelo desejo de estabelecer uma comunidade política, almejam uma coincidência entre sujeito e objeto que nega, em essência, o vínculo ora proposto entre representação política e constituição de identidades. Tal rompimento, com efeito, passa a se insinuar nas ciências sociais a partir da emergência de *conflitos* étnicos, religiosos e nacionalistas protagonizados em todo mundo na década de 1980. Foi nesse contexto que os paradigmas pós-modernos e pós-estruturalistas (Laclau e Mouffe, 2001; Zizek, 1996; Hall, 2003) promoveram uma ruptura com a epistemologia iluminista (Mouffe, 1996: 23). Colocava-se então a *questão da identidade* como um novo eixo de reflexão teórica. Passou-se a relacionar a identidade com o conceito de *ideologia*, que não mais corresponderia a uma "falsa consciência" (Marx, 1987) ou a uma "visão de mundo" de uma posição de classe (Löwy: 1994). Laclau e Mouffe (2001: x), pensando nesses novos tipos de conflito, sugerem que "uma questão

estritamente ontológica pergunta como os entes têm que ser, para que a objetividade de um campo particular seja possível [totalidade, RM]", de forma que "qualquer mudança no conteúdo ôntico de um campo de pesquisa leva também a novos paradigmas ontológicos" (ibidem).

Lançaram-se, então, as bases de uma *ontologia do político*, que insistem sobre o caráter contingente, instituído, dos arranjos institucionais e procuram desnaturalizar as fronteiras entre público e privado (que remete ao estabelecimento do lócus *per se* da política). A sociedade, na medida em que se reconhece o caráter contingente, e, portanto, não determinado do socialmente instituído, pode ser vista como um campo de relações em que as decisões são tomadas a partir de situações indecidíveis. Ou seja, campo em que os termos da escolha não ditam o caminho a ser tomado, como está implícito na noção marxista clássica de *estratégia*. O que caracteriza um campo *indecidível* é que toda *decisão* corresponde a uma *escolha*, entendida como um *ato de poder* que institui o social através da exclusão de outras possibilidades igualmente disponíveis. Tal escolha, por sua vez, não é ditada estritamente por vetores estruturais presentes na situação, mas implica igualmente num ato de responsabilidade do sujeito – decidir em condições sobre as quais não se tem absoluto controle, mas que tampouco simplesmente impõem o curso a seguir é o que vincula a indecidibilidade à responsabilidade (Laclau, 1996b: 47-67)[13].

O que caracteriza o discurso ideológico, para Laclau, é seu caráter negativo, construído mediante as contingências do jogo político, ou seja, não se concebe a existência de uma objetividade dada do social como uma realidade extra-ideológica a qual lidaríamos a partir de "mecanismos que pertencem ao reino ideológico" (Laclau, 2002: 11). O que está em jogo não é a "veracidade" ou "falsidade" do conteúdo que se afirma em determinada situação; caracterizamos o discurso como ideológico quando ele é "funcional com respeito a alguma relação de dominação

[13] Na mesma linha, Boaventura de Sousa Santos (2005: 117) denuncia o caráter político, não natural, das distinções entre Estado e sociedade civil: separação entre o econômico e o político, redução do poder político ao poder estatal e identificação do direito com o direito estatal. Tal denúncia, em nossa perspectiva, tem a ver com a não aceitação de uma divisão objetiva entre o público e o privado.

social" (Zizek, 1996: 13-4). A ideologia faz-se notar em situações de crise (deslocamento), em que a estabilidade do social está sempre ameaçada. Procura, entretanto, naturalizar-se como um discurso *objetivo*, justo e evidente para sanar os efeitos maléficos das situações indesejadas. Essas últimas, por outro lado, implicam em disputas políticas acirradas em torno dos rumos a serem tomados. As articulações narrativas mais antagonísticas, nesse contexto, não encontram na *esfera pública* hegemônica (por exemplo, na transição conservadora da Nova República), um terreno fértil no qual possam ganhar "coerência". Deve-se lembrar, a título de ilustração, que o discurso petista, nas primeiras eleições que o PT participou (1982), era motivo de chacota e escárnio para boa parte do eleitorado brasileiro. Isso refletia o poder de coação da esfera política (e seu sistema eleitoral) às "facções", conforme observação perspicaz de Madison. Em termos teóricos, diríamos que não podemos separar os "intercâmbios lingüísticos" das "ações [e espaços, RM] nas quais estão envolvidos" – como diria Laclau (2005: 27) referenciando-se em Wittgenstein.

A partir dessa reflexão, nossa abordagem metodológica toma *o estabelecimento de fronteiras político-culturais relativamente autônomas como condição de possibilidade das articulações narrativas mais antagonísticas*. O estabelecimento de tais fronteiras, entretanto, se dá de forma negativa, a partir de situações sociais de crise – o que ressalta seu caráter performativo e contingente. Isso permite desvincular a dimensão cultural da noção parsoniana de coesão social (questão da ordem), como o faz, segundo Somers (1995b: 116), o conceito habermasiano de esfera pública. *Menos preso à coesão social, o conceito de cultura pode ser pensado como trajetória engendrada desde um esquema narrativo.* Nesses termos, podemos politizar o conceito de cultura, assumindo como hipótese que (nas sociedades democráticas contemporâneas) é através da representação política que as articulações narrativas conformam determinadas trajetórias identitárias. Potencializar o teor antagonístico da dimensão cultural depende, assim, da construção de espaços políticos concretos, com grau relativo de externalidade, que problematizem a harmonia sistêmico-estrutural entre esferas ou subsistemas sociais.

Para que se analisem as trajetórias antagonísticas, que emergem do tecido social deslocado (e com ele se articulam), propomos a construção do conceito de *Ambiente Narrativo.* Esta tarefa será levada adiante no próximo capítulo. Para o momento, podemos entendê-lo como *um clima narrativo fértil, que, presente em situações sociais de crise, disponibiliza valores narrativos rechaçados, assim como a razoabilidade desses valores serem articulados pelos atores políticos. Potencializa, assim, a emergência de novas articulações ideológicas que – na medida em que delimitem um espaço político-cultural relativamente autônomo – fogem à racionalidade dos arranjos institucionais hegemônicos.* O sentido narrativo, entendido como a definição de que caminhos se devem tomar (estratégia nos programas políticos), concretamente construído a partir daí, no entanto, não é objetivamente dado e está sujeito às escolhas ideológicas envidadas no jogo político. O analista acessa metodologicamente um ambiente narrativo através da delimitação das principais narrativas disponíveis e do mapeamento dos *loci* da política.

Inspiramo-nos em Homi K. Bhabha, para quem o embate cultural é performático. Ou seja, "o reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este produz outras *temporalidades culturais* incomensuráveis na invenção da tradição. Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição 'recebida'" (Bhabha, 2005: 21). Vale frisar que ao se delinearem trajetórias narrativas antagonísticas estar-se-ão construindo espaços político-culturais concretos de ação capazes de tornar materialmente "efetiva" sua política. Sob a ameaça do mais completo isolamento, entretanto, tais espaços têm que estar inseridos (em maior ou menor grau) nos seus respectivos contextos políticos e sociais, o que sugere seu caráter intrinsecamente relacional. *A representação política deve então ser percebida como uma ação ativa que articula, no bojo da luta por hegemonia, diferentes espaços sociais num contínuo processo de reinvenção das tradições*.

Nesse contexto, articular-se politicamente com outros espaços sociais significa relacionar-se com as narrativas que os constituem. O caráter ontológico da representação política reside na

composição, exclusão e fusão (articulação) das diversas narrativas disponíveis em determinados contextos históricos, sendo que é dessa prática articulatória que se geram as transmutações identitárias. As instituições democráticas (sistema eleitoral, parlamentos, executivos, espaços de participação, partidos, sindicatos, mídia etc), assim, são portadoras de uma força material hegemônica que torna imprescindível a toda força política a elas se referir. Tais instituições podem, portanto, ser entendidas como espaços sociais constituídos, ao longo da história, pela articulação das mais variadas narrativas – de onde decorre seu próprio caráter narrativo.

Na tradição da esquerda marxista, na qual se insere nosso objeto de estudo, os partidos políticos, guardando diferenças significativas no que tange ao teor mais ou menos objetivista de suas correntes teóricas (Bobbio, 1994), são entendidos como representantes de interesses de classe constituídos na esfera econômica (Conceição, 2006). Do ponto de vista da ação concreta, a coesão e a centralidade da unidade de representação "classe social", que já pareceram incontestes na origem do marxismo, têm sido seriamente questionadas, pelo menos desde Bernstein (Oliveira, 2002). Como antevimos, a quebra da unidade no pólo dicotômico da classe remete à quebra do pólo do Estado, que passa a não ser mais visto como um bloco monolítico de poder burguês. Isso gera, sob o impulso da complexificação da sociedade civil (Cerroni, 1982), novos entendimentos sobre *estratégia política*, que atinge grande refino em Gramsci (1978), na noção dialética de construção de laços orgânicos entre Estado e sociedade (Nosella, 1992; Nogueira, 2003).

O *dualismo político*, caro à tradição marxista, precisaria ser "superado" a partir de uma política "democrática" de esquerda (Coutinho, 1996). Carlos Nelson Coutinho, que chegou a ser um intelectual orgânico do PT na segunda metade da década de 1980 e defendia a democracia como valor universal, desempenhou um papel de proa na divulgação/interpretação da obra de Antonio Gramsci no Brasil, (Coutinho, 1992). Explicita-se, assim, uma crise dos partidos de tradição de esquerda, que passam a viver uma tensão entre projeto socialista e "estática"

democrática – principalmente no que tange à adesão destes partidos à lógica liberal/social-democrata quando alçados ao poder (Eley, 2005; Crome, 2006; Maringoni e Sicsú, 2006). A sociologia e ciência políticas passam a focar o contraste entre democracia e burocracia (Etzioni-Halevy, 1985: 75-98), o que expressa uma crise do horizonte socialista. Nesse contexto, autores como Nicos Poulantzas (1985), Ralph Miliband (1982) e Claus Offe (1984) passam a se preocupar com o crescimento do aparato burocrático em detrimento das instâncias democráticas.

Na sociedade moderna, *os partidos políticos de massa* foram tradicionalmente instituídos como veículos de representação política. Contemporaneamente, embora tenham surgido espaços alternativos de articulação – com especial relevância para os fóruns sociais (Leite, 2003; Whitaker, 2005), que agregam amplos setores dos movimentos sociais –, os partidos seguem basicamente hegemônicos (Mainwaring, 2002; Sallum Jr, 2005; Brie, 2006). Por outro lado, o processo de emergência de novos atores políticos tem isolado politicamente aquelas forças antagonísticas que, ancoradas em tradições marxistas mais ortodoxas, insistem numa ação de representação política prioritariamente voltada para a classe operária como sujeito histórico privilegiado da revolução. Esse é o caso, no Brasil, entre outros exemplos, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), politicamente isolado não apenas no plano político-institucional, mas, em boa medida, no plano social.

Os partidos antagonísticos, assim, parecem desafiados a articularem narrativas que se descolem da ação universalizante da classe operária, mas que não se absorvam no imobilismo estático do pluralismo liberal. O Estado é cada vez menos visto como um arranjo institucional que serve *exclusivamente* aos interesses de uma classe. Sua derrocada, no sentido marxista-leninista clássico, não tem sido posta como elemento estratégico por boa parte das forças de "esquerda" (Poulantzas, 1985) que, seguindo os rumos menos movimentalistas traçados pelos eurocomunistas (Carrillo, 1977; Mehrav, 1985), *internalizam* – abandonando a perspectiva dualista – *a luta política*. No Brasil, além de C. N. Coutinho, essa linha foi seguida por Luiz

Werneck Vianna (1983). A desestabilização da narrativa marxista revolucionária exige das forças antagonísticas, no nosso entendimento, a compreensão de que a luta política envolve uma disputa pelo estabelecimento das unidades de representação política, seus espaços e linhas de ação.

É nesses termos que pautamos a importância de nosso estudo. Quando a *participação política* está na ordem do dia (Pateman, 1992; Teixeira, 1997; Dagnino, 2002; Gohn, 2003; Dagnino, 2004; Pinto, 2006)[14], pensar a relação de representação política entre partidos antagonísticos e movimentos sociais se impõe como importante tarefa intelectual. Os recentes estudos dedicados aos arranjos democráticos não têm focado a questão da representação política (Lavalle *et alli*, 2006) e têm visto a democracia, que é reduzida a um subsistema político, como um "padrão total de sociedade" (Lamounier, 2007). A presença dos representantes desses partidos nos espaços institucionais já não é de pura externalidade, como outrora desejaram Marx e Lênin. Além disso, a hegemonia internacional das narrativas liberais é flagrante, o que justifica os incontáveis protestos em favor da "autonomia" contra uma política "necessária", tida hoje, hegemonicamente, como "realista" no seio da "esquerda". Os partidos de esquerda, que, como o PT, operam uma importante reação contra-hegemônica na América Latina, vêem-se – uma vez inseridos na institucionalidade democrática – obrigados a articular seus discursos com valores e práticas (neo)liberais. Mais do que nunca se questiona a adaptação da *estrutura* desses partidos à lógica institucional, particularmente ao sistema eleitoral. Como reação – e distanciando-se de uma tradição política eurocêntrica, de onde surgiram os partidos políticos –, movimentos mais céticos a esse caminho têm proposto (na luta pelo poder político) alternativas às tradicionais

[14] Schulte e Hildebrandt (2006), avaliando o Primeiro Seminário da Fundação Rosa Luxemburgo (em cooperação com a Fundação Perseu Abramo), realizado em novembro de 2005, e que congregou partidos de esquerda de toda a América Latina e da Alemanha, concluem que a participação política – ao lado da eficiência e da transparência – fazem parte de um estilo característico da esquerda fazer política atualmente.

estruturas partidárias, como são os casos do incipiente Movimento de Consulta Popular[15], no Brasil, e do movimento Pachakutik no Equador[16].

Como pano de fundo desse debate está a discussão acerca da construção de *modelos de democracia*. Embora não seja nosso objetivo propor um modelo alternativo – tarefa que excederia os limites dessa tese –, assumimos o desafio de levantar, ao cabo da mesma, alguns elementos da experiência petista que venham a contribuir com a construção e enriquecimento do modelo radical de democracia proposto por Mouffe e Laclau.

Disputando, política e teoricamente, o conceito de cidadania, Mouffe propõe uma definição alternativa de participação política. Lança-se o desafio de superar o dilema entre *liberalismo* e *republicanismo cívico*, em que o segundo enaltece a importância da participação dos "cidadãos" numa comunidade política e o primeiro afirma haver uma incompatibilidade entre a participação e a liberdade moderna (que seria pluralista e negativa) (Mouffe, 1996: 83-7). Subjacente a esse dilema, nos nossos termos, está a tensão entre valores políticos *movimentalistas* (que pressupõem a existência de uma *finalidade comum* à comunidade) e valores políticos que, baseados na noção negativa de liberdade, apostam na racionalidade do direito positivo. Este último, que se materializa nas instituições da democracia representativa, traz consigo uma vocação "estática", cuja *razão* se realiza em espaço único e se opõe à idéia de *movimento*.

O modelo radical de democracia questiona o formalismo do conceito de cidadania, pois seu significado está sempre em disputa por "interpretações concorrentes" (ibid: 90). Tal disputa,

---

[15] Construído em 1997 a partir da Conferência de Itaici – uma iniciativa do MST –, o Movimento Consulta Popular vem, na opinião de Ricardo Gebrim (2006: 240), suprir uma lacuna deixada pelo PT desde que esse partido integrou-se "política e moralmente à ordem em vigor". Esse novo instrumento de intervenção política deve ser preferencialmente chamado de "movimento político" como uma forma de se distanciar do significado hegemônico – ligado à democracia representativa – que adquiriu o termo "partido" para a atual geração política (ibid: 238).

[16] Resultado de uma crise de representação política entre as nações indígenas e o partido comunista, que não os reconhecia como ator político, emergem no Equador, na década de 1980, organizações indígenas nacionalmente organizadas. A crise pela qual passaram os movimentos sociais na década de 1990, especialmente o movimento sindical, fez com que amplos setores populares se identificassem com o movimento indígena que, em 1995, constituiu o movimento de unidade plurinacional Pachakutik. Para Fernando García Serrano (2006) é difícil determinar exatamente se se trata de um movimento social, político ou de um partido, uma vez que o Pachakutik tem uma estrutura organizativa híbrida, peculiar à cultura indígena, mas que participa do sistema eleitoral equatoriano.

como a vemos, se dá em torno do estabelecimento das unidades de representação política, o que problematiza as abordagens que tendem a essencializar o "bem comum" da comunidade política. É assim que Mouffe sugere a necessidade de "conceber um modo de associação política que... Implique a existência de um *elo ético-político* que crie uma ligação entre os participantes de uma associação" (grifo nosso) (ibid: 91). A autora, ao assim proceder, sinaliza para a importância da *governabilidade* sem, contudo, render-se ao argumento de Madison que, apoiado no direito positivo, advoga contra as *facções*. Ao mesmo tempo, Mouffe não reconhece a existência substantiva do bem comum – que teria uma finalidade por si. Essa dupla postura nos indica que a autora procura superar a já mencionada dicotomia epistemológica sujeito-objeto.

Abrindo um diálogo com Michael Oakesshott, Mouffe enxerga um potencial teórico em seu conceito de *societas* (que é contraposto ao de *universitas*) no que tange à definição, nas democracias modernas, de uma associação política. Ao contrário da *universitas*, a *societas*, ou "associação civil", designa, para Oakesshott, "uma relação formal em termos de regras, não uma relação substantiva em termos de ação comum" (ibidem). A autora opera, expressamente, uma ligação entre as regras da *societas* – que não é entendida como *doutrina*, de acordo com um direito positivo – e o elo ético-político do seu modelo de democracia. Ter-se-ia, assim, "uma comunidade sem forma ou identidade definidas e em constante reconstrução" (ibid: 93), o que, no final das contas, permitiria manter a idéia (não essencialista) de comunidade. Dito isto, a autora aponta para a necessidade de introduzir a noção de antagonismo no modelo de Oakesshott, posto que toda *res publica* remete à noção de relações de poder que disputam suas regras.

Chegamos, nesse ponto, a questões que envolvem o caráter *exclusivo* das democracias e que impossibilitam a plena concretização de qualquer comunidade política. É aqui que a aposta na construção de *elos ético-políticos*, que criaria uma *identidade cidadã* identificada com a *res publica* (ibid: 95), nos deixa desconfortável. A cidadania, na perspectiva da democracia radical, poderia ser definida como "um princípio articulador, que afeta as diferentes posições de sujeito...

Ao mesmo tempo em que permite uma pluralidade de compromissos e o respeito pela liberdade individual" (ibid: 96). Consideramos que ao *imaginar* essa *quase-comunidade política* – ainda que sem forma definida e com uma coesão não positiva, que advém de *laços* éticos politicamente construídos –, Mouffe termina por reduzir a possibilidade de emergência de movimentos antagonísticos mais radicalizados, que, como vimos, requerem a construção de espaços político-culturais mais "autônomos". Trata-se, pois, de uma questão de ênfase, que, como esperamos evidenciar ao longo da tese, pode fazer uma diferença em termos de prática política. Acreditamos que os discursos antagonísticos, mesmo podendo manifestar-se no modelo mouffiano de democracia (lembramos afinal que os laços ético-políticos não são propriamente de conteúdo, mas de regras), necessitam, por vezes, de uma percepção mais radical de sua externalidade. Podem, assim, ir de encontro às próprias regras que regem a "comunidade".

Na nossa perspectiva, para que as forças da contra-hegemonia não sejam domesticadas/internalizadas, os laços ético-políticos não podem coincidir com a delimitação de um *espaço público único*. A identidade cidadã assim proposta teria o efeito concreto de arrefecer a radicalidade do discurso antagonístico. Este, apesar de não ter uma *essência substantiva* que naturaliza a noção de movimento e de finalidade (horizonte do socialismo revolucionário), pode ter uma *existência política orientada para finalidades* (sempre sujeitas a reorientações). Tal existência, por sua vez, requer uma noção de *movimento*. É verdade que a construção de espaços político-culturais "autônomos" em relação ao poder instituído pode, potencialmente, inviabilizar a governabilidade e a própria noção de fechamento da sociedade. Entretanto, achamos algo *idílico* que a manutenção dessa *totalidade precária* venha a se efetivar através da aposta política na construção de uma ética não positiva. Ao contrário, na prática, os cálculos dos atores políticos antagonísticos – que consideram riscos de isolamento, sucesso e repressão – serão influenciados e, de certa forma, modelados, por um lado, pela força material e moral do poder instituído (força

hegemônica desse poder) e, por outro, pela relação com os outros atores. Além disso, devemos considerar as circunstâncias não previstas e não controláveis pelos atores políticos.

1.3. Conclusão

O leitor deve ter essa problemática em mente. Acreditamos que a análise da narrativa petista, *vis-à-vis* sua ação de representação política, pode trazer uma contribuição significativa para o debate da relação entre socialismo e democracia, que se insere no bojo da crise de paradigmas da tradição socialista. A necessária remissão pelas forças antagonísticas aos poderes instituídos envolve, nesse contexto, a construção de estratégias alternativas de ação. Como essa ação se dá no presente, não se pode confundir o que é *desejado* com o que se *resolve* ou "tem" que fazer aqui e agora. A incorporação dessa compreensão nas análises e práticas políticas da *esquerda* pode ser facilitada mediante a consideração dos elementos narrativos básicos da *temporalidade* e *espacialidade*, entendidos como estruturantes da ação política. A construção de "modelos" de democracia, desde um imaginário socialista revolucionário, deve considerar a tensão entre a noção de *movimento* e a *estática* política do liberalismo. Deve, portanto, ser pensado desde uma noção de *transição*, sob o risco de confundir o *ser* com o *dever ser*.

Esse é, no nosso entendimento, um eixo valioso para refletirmos sobre a rica experiência do PT. Para potencializarmos a presente pesquisa, entretanto, cumpre a construção de um método de análise e a explicitação dos pressupostos teórico-político-metodológicos que o conformam. A esta tarefa nos dedicaremos no capítulo que se segue.

Capítulo 2

Uma Abordagem Narrativa para a Análise da Representação Política em Processos Antagonísticos

2.1. Introdução

No capítulo introdutório, nós esboçamos e defendemos o nosso problema de pesquisa, qual seja, *a dimensão ontológica do processo de representação política*. Apontamos também o desafio de se romper com o dualismo sujeito-objeto característico das metanarrativas modernas que, mesmo em crise, orientam as práticas políticas em regimes democráticos contemporâneos. Partindo da constatação de que a emergência de "novos" atores coletivos na segunda metade do século XX impôs sérios desafios à racionalidade da epistemologia iluminista (que comporta a idéia de uma natureza humana universal), nós apontamos para a importância metodológica dos processos narrativos e da politização do conceito de cultura. Esse caminho metodológico rompe com as noções de objetividade e totalidade sociais que informam as principais tradições políticas modernas – o marxismo e o liberalismo. Tal rompimento permite, como defenderemos a seguir, considerar, metodologicamente, as narrativas antagonísticas em regimes democráticos contemporâneos como espaços político-culturais relativamente autônomos, que se constituem através de um processo indecidível de articulação com certas tradições narrativas.

Quando falamos de narrativa petista, nos referimos a algo mais amplo do que o PT como agremiação política. Um partido antagonístico, enquanto instituição, mantém uma relação de mútua constituição com o espaço político-cultural ou narrativa, cujo arco de abrangência, idealmente, envolve as organizações e identidades coletivas que o partido tenta representar. As identidades sociais se forjam contingencialmente num jogo de representação que se caracteriza por articular diferentes espaços sociais e as narrativas que lhes são historicamente constitutivas.

Neste capítulo, nos propomos a aprofundar os parâmetros teóricos e as estratégias metodológicas de análise dos dados da presente pesquisa. Cumpre, inicialmente, precisarmos nossa concepção de análise narrativa. Como veremos, essa concepção, em diálogo com a *abordagem da identidade* (Somers e Gibson, 1995; Somers, 2001), rompe com uma noção *representacionista* de narrativa (aquela narrativa que, limitada a uma dimensão lingüística, se realizaria paralelamente aos processos sociais reais) e entende que as narrativas são mais do que meios disponíveis para que o pesquisador acesse relações de poder que se dariam de forma independente das próprias narrativas. Referenciando-nos em tal abordagem, proporemos uma triangulação[17] com aspectos conceituais da teoria do discurso laclauniana e da semiótica greimasiana, no sentido de enriquecer e aprofundar uma metodologia narrativa que pretende articular sujeito e objeto. Com isso, nos armaremos de um instrumental teórico-metodológico que nos permitirá construir – em diálogo aberto com a sociologia política – nossa estratégia de coleta e análise dos dados da pesquisa. Tal estratégia será articulada em torno da proposição de três *dimensões analíticas,* assim como de temas-chave através dos quais poderemos acessar as referidas dimensões. Num momento final, ao cabo de quatro aproximações metodológicas, procederemos à delimitação do *corpus* da pesquisa, à especificação das fontes de coleta de dados e à explicitação das técnicas de tratamento analítico destes últimos.

2.2. Análise narrativa, tipologia e potenciais analíticos: primeira aproximação metodológica

O ato de narrar parece ser recorrente na história dos homens (Brockmeier & Harré, 2003). Segundo Roland Barthes "não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes,

[17] Procedemos a uma "triangulação metodológica" (entre duas ou mais perspectivas metodológicas), cuja importância, segundo Uwe Flick, repousa no fato de "enriquecer e completar ainda mais o conhecimento e de transpor os potenciais epistemológicos (sempre limitados) do método individual" (Flick, 2004: 238). Tal triangulação, em nossa perspectiva, é construída sempre em diálogo com o objeto de pesquisa quando da sua construção, se afastando, portanto, das visões mais empiricistas que tentam se *apropriar* com mais precisão da "realidade".

todos os grupos humanos têm suas narrativas" (Barthes, 1976: 19). É através das lógicas estruturais narrativas, que se pode *apreender* (e julgar, no bojo da luta por hegemonia) os acontecimentos, personagens, objetivos, moralidade e relações constitutivas da história (Jovchelovitch e Bauer, 2002: 92). No que concerne às narrativas políticas, é interessante notar que há uma profunda ligação entre o ato narrativo e a orientação concreta para a *ação* que se destina a determinados fins *ou* "interesses". Isso pode ser notado nos *programas políticos antagonísticos*, que normalmente projetam suas estratégias a partir de situações conjunturais. Nestes programas, os acontecimentos do início e do meio de uma história ganham sentido retroativo e são postos em episódios (Gallie, 2001: 45), que – protagonizados por determinados atores encarnados em representantes/representados políticos – obedecem a uma lógica temporal naturalizada de sucessão (ou interseção). Teríamos, então, uma coerência ou *unidade narrativa, que é, fundamentalmente, um efeito de verdade provocado por um recurso à temporalidade*.

A possibilidade de produzir efeitos coesivos de verdade através da temporalidade se faz notar, no entanto, mediante situações sociais de crise, em que a presença de um *ambiente narrativo* ganha importância metodológica. Tais crises, com efeito, passam a ser sentidas (e combatidas) por narrativas antagonísticas emergentes, quando alguns acontecimentos já não são facilmente integrados ou postos em episódios num determinado sistema hegemônico de significação. As estruturas narrativas, assim, trabalham no sentido de fundamentar "os poderes persuasivos do discurso" (Brockmeier & Harré, 2003: 526). Esse vínculo entre narrativa e discurso orientado para a ação favorece, nessas situações de crise, uma questão que é fundamental para o desenvolvimento de nossa metodologia: qual o grau de "contaminação" que a história, enquanto ciência, deveria se permitir em relação aos esquemas narrativos?

Na tentativa de superar abordagens mais positivistas que, defendendo o caráter científico-investigatório da história, negam qualquer narratividade à mesma (a história seria, assim, uma "narrativa plana", pois diria exatamente o que aconteceu), autores como W. H. Dray (2001) e W.

B. Gallie (2001) defendem a narrativa como um *instrumento explicativo de investigação*. Isso os afasta – na medida em que, mesmo não reconhecendo um caráter teleológico ou imanente à história, a consideram uma história "única" – das intuições metodológicas que temos perseguido, as quais ressaltam a importância metodológica de politizar o conceito de cultura. Dray (2001), assim, apoiando-se no "modelo inteligível da contingência" de Gallie, nega a causalidade na interconexão entre fatos históricos. Desenvolve, considerando o atributo explicativo da narrativa como instrumento analítico, uma noção de "continuidade retrospectiva", cujo objetivo expresso é (utilizando critérios externos) imprimir uma lógica global à narrativa histórica (única). Os autores em questão parecem não se colocar, a exemplo do que faz Margaret Somers (1995a; 1995b), a questão da articulação entre epistemologia (ciência histórica) e ontologia (quando a leitura do "processo" histórico – frisamos – está voltada para as ações políticas) – o que abre espaço teórico, conforme defende a autora, para a politização do conceito de cultura.

A narratividade, nessa esteira, tem duas dimensões: uma *epistemológica*[18] e uma *ontológica* (Somers, 2001). Levando em consideração esta última é que Somers intenta romper com a visão "representacionista" das narrativas – característica do iluminismo – e postula, na sua *abordagem da identidade*, que as "histórias guiam a ação" e as pessoas constroem suas identidades "posicionando-se ou sendo posicionadas dentro de um repertório de histórias" disponíveis em determinados contextos históricos (Somers e Gibson, 1995: 38). É interessante notar que, através dessa compreensão, Somers (cuja preocupação central é a formação histórica dos conceitos sociológicos) nos permite perceber com certa nitidez a dimensão histórico-narrativa

[18] Somers e Gibson (1995: 49) consideram que na teoria sociológica clássica (Marx, Durkheim e Weber), de forma abstrata e a-histórica, a "ação social estava teoricamente embebida na ficção histórica (metanarrativa) da individuação do ator social cujo estado natural se movia em direção 'à liberdade em relação ao passado e separação de uma associação simbólica, da tradição, e, acima de tudo, das limitações advindas dos 'Outros'".

das epistemologias. Há, pois, uma profícua relação metodológica indicada pela autora entre narrativas ontológicas e epistemologia[19] que pretendemos explorar nesse capítulo.

Antes, contudo, cumpre tecermos alguns comentários acerca da abordagem narrativa somersiana, indicando o que dela interessa-nos reter. O grande mérito de Somers, conforme percebemos, é a historicização da epistemologia, o que significa entender, com Laclau (2005) e Greimas (1976), que os discursos não devem ser analisados por seus conteúdos específicos. Conceber conceitos que não são estáveis e, portanto, preditores da agência política, só é realmente possível mediante o reconhecimento da narratividade das lógicas sistêmicas do social. Ou seja, é na *particularidade do objeto* – numa *perspectiva empírica* – que se devem pautar as estratégias metodológicas de análise. Deve-se, nessa esteira, ter um olhar atento para o *local*, pois é nesta dimensão que se articulam as identidades particulares excluídas das lógicas narrativas hegemônicas. A questão metodológica que nos interessa é saber por meio de que instrumentos "acessar" identidades antagonísticas particulares nas suas relações com a institucionalidade democrática hegemônica (lógica sistêmica) *vis-à-vis* o processo de representação política.

Somers (2001), interessada na formação histórica dos conceitos sociológicos, entende a necessidade de fugir da codificação (cultura de conhecimento) conceitual das metanarrativas modernas e propõe a construção de um novo vocabulário analítico. Mencionaremos, nesse contexto, seus conceitos de "identidade narrativa" e "contexto relacional". O conceito de *identidade narrativa* remete àquela idéia de que as identidades são constituídas desde um esquema narrativo. Se assim o é, o desafio do pesquisador, segundo Somers (2001: 364), é – baseado numa narrativa conceitual – captar exatamente a narratividade pela qual a identidade do

[19] Os discursos estariam, assim, enraizados em determinadas "culturas de conhecimento" constituídas por um "específico escopo de pensamento, racionalização e práticas institucionais possíveis em um dado tempo e espaço histórico" (Somers, 1995a: 54-5). Ou seja, a narrativa não se forja externamente (dicotomicamente) ao objeto narrado. Tais culturas, "ao invés de quaisquer verdades específicas... Delimitam o que pode ser concebido como 'verdadeiro-ou-falso'" (ibidem: 55). Tomamos como um desafio, nesse capítulo, através do desenvolvimento do conceito de ambiente narrativo, perceber os mecanismos pelos quais é possível a emergência de atores políticos antagônicos que rompam, parcialmente, com essas culturas de conhecimento.

seu objeto é constituída. O método da identidade concebe, assim, que as ações são envidadas desde uma perspectiva relacional e contingente e não a partir de interesses dados inscritos no social. Eis porque Somers vê-se compelida a formular o conceito de *contexto relacional*.

Seu vocabulário conceitual destina-se claramente a relacionar as identidades ao conjunto de fatores a que chama de "forças sociais" (Somers, 2001: 365). O desafio da sua *narrativa conceitual* é, a partir da narrativa ontológica dos atores sociais, enredá-lo numa "configuração" temporal e espacial de relacionamentos e práticas. É a partir desse entendimento que fala em desenvolver "uma *narratividade causal* – uma necessária noção de causalidade baseada na seqüência e contingência da narratividade e não na universalidade e leis preditivas" (Somers, 1995a: 68) (grifo nosso). Isto feito, o pesquisador poderia tornar *inteligíveis* as ações dos atores em questão. Para Somers, através da construção de um *contexto relacional*, poder-se-ia romper com as metáforas totalizadoras e substituí-las por metáforas relacionais. *Tal proposta, ao que parece, procura incorporar a dimensão extralingüística do discurso à análise social.*

Entretanto, apesar do refino de sua abordagem, consideramos que Somers recai sub-repticiamente numa armadilha estruturalista, aprisionando a particularidade do objeto na totalidade que constrói (contexto relacional). Mesmo considerando a relacionalidade do contexto construído analiticamente a partir de uma perspectiva empírica, Somers termina não sendo capaz de explicar o *momento do sujeito*. Momento de quebra da *inteligibilidade* da narrativa ou ainda, numa perspectiva laclauniana, o momento em que o social é visto como um terreno indecidível (conceito derridiano que, como veremos, partindo do entendimento da inexistência de correspondência entre signo e objeto, problematiza, nos nossos termos, a integração orgânica entre as estruturas narrativas mais profundas e as narrativas ontológicas). A meio caminho no seu intento de politizar o conceito de cultura, comete a aporia de perceber o contexto relacional como uma "matriz geométrica de instituições" (Somers, 2001: 367). A contradição reside em tomar arranjos institucionais contingentes (hegemônicos) como centro/base da análise sociológica. Isto

porque os atores estariam embebidos nessa rede de relacionamentos que se lhes impõem como condição de possibilidade para suas práticas de significação. Estabelece, portanto, uma distinção entre um nível "discursivo" e um outro composto por "relações estruturais" materiais (ibid: 368) – força social –, o que a afasta do conceito laclauniano de discurso, que engloba, além do lingüístico, o extralingüístico. Termina por recair, dessa forma, no dualismo sujeito/objeto, desde que não capta o processo pelo qual os sujeitos deslocam as fronteiras dos espaços sociais.

A relacionalidade/historicidade das identidades e instituições, presente numa tipologia das narrativas, proposta por Somers, é, contudo, uma intuição metodológica importante na tentativa de inter-relacionar as dimensões lingüística e extralingüística do discurso. Tendo em mente os limites já apontados da abordagem em questão é que passamos a explorar, informados – conforme irá sendo progressivamente explicitado ao longo das seções do capítulo – pela teoria do discurso laclauniana e por alguns aspectos da semiótica de Greimas, a referida tipologia. Cumpre, inicialmente, anunciarmos a contribuição de fundo que pretendemos buscar na semiótica greimasiana. Nosso principal foco metodológico é, tendo em vista, por um lado, a particularidade dos objetos e, por outro, sua necessária relacionalidade – que os remetem a sistemas narrativos de significação hegemônicos –, refletir sobre como articular as dimensões lingüística e extralingüística do discurso. Greimas nos oferece contribuições importantes para lidarmos com tal questão.

Sendo nosso objeto de estudo uma narrativa antagonística particular, Greimas nos ajudará a pensar a realização/*enunciação* do discurso petista dentro de certas condições de produção. Isso porque, "segundo Greimas, enunciação é a instância de *mediação* que produz o discurso, ou seja, que realiza a passagem das estruturas semióticas narrativas às estruturas discursivas" (grifo nosso) (Barros, 1988: 3). O sentido do discurso, assim entendido, emergiria da relação entre a estabilidade do sistema (narrativo) de significação e a variedade do social (ibid: 4). Trabalha-se, portanto, com o pressuposto de que o discurso é sustentado e organizado a partir de "estruturas

sintático-semânticas narrativas" (ibid: 7). Essa é, na medida em que, para além de uma análise exclusiva do texto, propõe um modelo que leve em conta o contexto sócio-cultural, um passo importante para a aproximação metodológica que almejamos entre o lingüístico e o extralingüístico. A análise estrutural de Greimas, por outro lado, ao procurar uma imanência no texto (ibid: 14), não supera a polaridade entre estruturas narrativas profundas e superfície discursiva, o que – à maneira, como veremos, do conceito foucaultiano de formação discursiva – revela as marcas de certo idealismo lingüístico (típico das abordagens estruturalistas).

Para Greimas, a construção do sentido do discurso ou "percurso gerativo" vai das estruturas mais simples/abstratas (fundamentais), passando pelas estruturas intermediárias (narrativas), até chegar nas estruturas mais complexas/concretas (discursivas). Segundo Barros (ibid: 14-5), trata-se de um processo de "complementação" e "enriquecimento" que vai da imanência à aparência. A sintaxe narrativa, em contraste com as operações lógicas das estruturas fundamentais, é *antropomorfizada*, ou seja, traz as marcas da *cultura* humana. O problema metodológico que colocamos é o de como lidar com tais *narrativas entendidas como modelos de análise sociológica*, pois entendemos que, na prática, os atores sociais não as tomam como um sistema "puro" ou mais definido de regras. Ao contrário, tomam como referência narratividades que, mais embebidas na dimensão cultural, são parte integrante de instituições e práticas sociais (extralingüístico). Assim, como não encontramos modelos puramente lingüísticos (idealismo), somos compelidos a construir um instrumental metodológico que nos permita aproximar de maneira mais *articulada* o lingüístico do extralingüístico.

Levando em consideração o entendimento de que as narrativas já se nos apresentam com um grau considerável de institucionalização (antropomorfização), podemos imprimir uma interpretação particular ao conceito de "enunciado elementar" da sintaxe narrativa na semiótica. Para Barros (ibid: 28), esse conceito se define pela relação-função entre "pelo menos dois actantes" – sujeito e objeto – de forma que tais actantes só existem mediante a consideração da

relação transitiva que se estabelece. Sendo forjada historicamente, a transitividade dessa relação indica que não há uma lógica narrativa ancorada preferencialmente seja no nível lingüístico ou extralingüístico. Qualquer sistema de regras que venha a orientar, seja a análise ou a prática política, teria, em nossa opinião, que incorporar à lógica de seu funcionamento, a referida antropomorfização.

O sentido narrativo emerge da interação constituinte entre sujeito e objeto. Gerar sentido implicaria em intervir num enunciado elementar prévio, ou seja, num sentido – comunhão entre sujeito e objeto – previamente existente. Esse era, segundo a leitura que fazemos de Rector (1978: 16), o centro das preocupações de Greimas, que teria ultrapassado os limites da semântica estruturalista para adentrar nos domínios da semiótica. A lingüística, como ramo "mais importante" da semiótica, fornece a esta os "modelos teórico-práticos" (ibidem) de análise. *A incorporação dessa discussão à sociologia, na perspectiva de articulação entre narrativa e cultura, sugere um tensionamento com esses modelos advindos da lingüística estruturalista*. Tais modelos, para explicar a realidade, considera o próprio "objeto" a ser explicado como um conjunto de elementos relacionados (Pinto, 1976: 8). Acontece que, para tanto, sempre se utilizam de alguns elementos (noção de pertinência) e se deixam outros de fora (ibidem) – que podem ser utilizados nas análises e práticas políticas antagonísticas. Há, desde uma lógica estruturalista, dois riscos, apontados por Pinto (ibid: 12-3), que queremos evitar: a atenção exagerada, à guisa de "profundidade" analítica, a elementos particulares, pois isso fragmenta excessivamente o todo; e a restrição àqueles elementos escolhidos do modelo que geram, a exemplo da estatística, uma superficialidade descritiva. Essa precaução deve nos prevenir de essencializar as culturas políticas antagonísticas por um lado e, por outro, sufocar essas mesmas culturas com o peso estrutural. Tendo essa discussão em mente é que consideramos haver um espaço formal-metodológico que aponta para a construção de um conceito que articula o lingüístico e o extralingüístico. Retomaremos a essa discussão mais adiante.

Dito isto, nos interessa considerar a divisão das narrativas em quatro tipos básicos (Somers, 2001), aqui tomados como "instrumentos analíticos" para compreender a relação entre representação política e constituição identitária. Ao expor tal tipologia, já estaremos "corrigindo" a abordagem da identidade somersiana pelos elementos da semiótica acima apontados. A primeira delas é a *narrativa ontológica*, através da qual os agentes sociais fazem sentido de suas vidas. Ou seja, constituem suas identidades e, portanto, seus interesses, localizando-se (a si e aos outros), criativamente, em *narrativas públicas* (nacionalismo, desenvolvimentismo, internacionalismo, anarquismo etc) disponíveis em determinados contextos históricos. O desenvolvimento de nossa estratégia analítica ao longo desse capítulo terá como desafio pensar o tipo de relação que se estabelece entre esses dois tipos de narrativa *vis-à-vis* o processo de representação política e o estabelecimento de fronteiras político-culturais na sociedade. Cumpre frisar que, na nossa terminologia, as narrativas ontológicas são discursos que se forjam a partir da articulação de narrativas públicas mais ou menos disponíveis no espaço público, de maneira que estão estreitamente vinculadas à materialidade das configurações sociais. Isso traz, como veremos adiante, conseqüências para o grau possível de "autonomia" dos atores antagonísticos.

O terceiro tipo é a *narrativa conceitual* (analítica/sociológica), que pertence ao universo dos conceitos e explicações propostas pelos pesquisadores e remetem a certas *representações do social*. Consciente do caráter histórico deste tipo de narrativa, Somers (2001: 363), como vimos, lança como desafio metodológico para a sociologia *construir um vocabulário conceitual* capaz de enredar no tempo e no espaço, as narrativas ontológicas de atores sociais específicos e as narrativas públicas então disponíveis. Finalmente, temos as *metanarrativas*, que fornecem os parâmetros no interior do qual se trabalham os conceitos nas ciências sociais (dicotomia estado-sociedade, progresso, desejo/possibilidade de estabelecimento de uma comunidade política, racionalidade emancipadora, totalidade social fechada etc).

Esses quatro tipos (ou dimensões) de narrativas, obviamente, não se apresentam de forma estanque, cada qual correndo em faixa própria. Muito menos devem ser entendidas como meros instrumentos analíticos, que se restringem ao saber sociológico. Ao contrário, ao imbricarem-se e condicionarem-se entre si, são constitutivas das relações políticas e sociais. As *metanarrativas* contêm os valores que, via de regra, conformam todas as outras narrativas. Assim, com Greimas (1976), considerar analiticamente as metanarrativas significa dispensar atenção à sintaxe de estruturas narrativas mais profundas – ou seja, mais formais e menos "contaminadas" pelos aspectos culturais – do que as narrativas públicas, disponíveis em certos contextos históricos e mais próximas às vicissitudes do jogo político. A influência das metanarrativas nem sempre é percebida por atores políticos e cientistas sociais. Segundo Laclau (1996a), nessa esteira, a crença moderna na transformação radical do social, se respalda numa noção/valor metanarrativo de *totalidade*. Essa última, ao imprimir à história uma inteligibilidade, dá suporte à crença na *plena representabilidade do social* – segundo seu próprio sistema de significação. Isso porque suas partes (identidades), ainda que concebidas relacionalmente, como nas teorias estruturalistas, são tomadas em coerência a uma lógica totalizante de fechamento do social. Assim, influenciada pelo hegelianismo, a narrativa conceitual marxiana – apostando na absorção do Estado pela sociedade – pressupunha a possibilidade de anular a distância entre o racional e o real, o ser e o conhecer, numa operação política cuja utopia era promover a conciliação sujeito-objeto.

Esses valores metanarrativos trabalham no sentido de esconder o caráter indecidível do social e, assim, rechaçar outras alternativas político-narrativas cujos sistemas de significação por ventura fujam à inteligibilidade hegemônica. Essas narrativas alternativas deveriam, de acordo com o imaginário iluminista de ciência (narrativa conceitual), ser entendidas como secundárias ou expressões de mera aparência e não como algo imanente ao social, sendo este último o que realmente importaria, política e teoricamente. Em termos de representação política, as classes sociais, numa perspectiva marxista-leninista, são quem realmente definiriam as coisas em matéria

de política[20]. Assim, para Lênin (Harnecker, 2003), numa análise de conjuntura importava menos falar de classes sociais do que de "posições de classe" e "forças sociais". Isso porque esses dois últimos conceitos não remetem a *atores políticos concretos* e sim a "interesses" *objetivos*. Para promover uma aproximação do racional com o real – do ser com o conhecer –, Lênin era obrigado a recorrer ao artifício "teórico" (narrativa ontológica) de diferenciar "forças motrizes potenciais" (definidas como classes sociais fundamentais) das "forças motrizes reais" (aqueles setores da população que assumem ou não, efetivamente, uma política classista).

Ao definir os interesses num nível narrativo-conceitual se estabelece, num processo de representação política, uma *unidade* (identidade a ser representada) a partir de um quadro que é contingente e heterogêneo. Não é por outro motivo que o marxismo clássico secundarizou as questões de gênero, étnico-raciais e ambientais (Eley, 2005). Ao reprimir essas demandas, estabelecia-se uma relação de representação política a qual Hanna F. Pitkin (1972) define como uma *ação substantiva por outros*. A autora expressa a idéia de que o representante, em contraste com a noção de *delegação*, exerce a ação da representação política de forma ativa. Pitkin (2006), assim, problematizando, numa espécie de genealogia do conceito de representação, a correspondência entre "palavra" e "mundo", defende que este é um conceito cultural, que se vincula à emergência das instituições democráticas da modernidade. Há, nos nossos termos, uma relação entre conceituação e espacialidade – que problematiza noções sedimentadas nas ciências sociais como espaço público, esfera pública e vida pública (Lavalle, 2005) –, de maneira que à crise de representação epistemológica no final do século XX, soma-se uma crise de representação política dos partidos e instituições democráticas, que já não são vistos como "ordenadores estáveis das identidades e preferências do eleitorado" (Lavalle *et alli*, 2006: 50).

[20] Mas é interessante notar que o marxismo nunca conseguiu promover uma correspondência perfeita, de puro reflexo, entre infraestrutura e superestrutura. Isso pode explicar porque a história do marxismo "é uma contínua alternância de interpretações tendencialmente mais objetivistas e de interpretações tendencialmente mais subjetivistas" (Bobbio, 1994: 10).

Na visão marxista-leninista, a ação de representação guia-se, fundamentalmente, pela fidelidade à narrativa, de onde vem, para utilizar uma terminologia hobbesiana, a "autoridade autoral" – aquele *ente* que legitima a ação do representante[21]. Consideram-se menos os eventuais *desejos* e *opiniões* das forças motrizes reais (operários em carne e osso). Por isso, para Lênin (2005: 201), não fazia sentido que os "revolucionários intelectuais" descessem ao plano da "massa operária", como queriam os "economicistas", mas, ao contrário, os operários é que deveriam se elevar ao plano dos revolucionários. Como corolário, essa ação de representação política minimiza a necessidade de *responsividade* aos representados e aumenta tal necessidade em relação aos programas políticos. Isso porque a relação se constitui noutro lugar que não a "consciência de classe" dos operários, ali onde a história e as condições objetivas produziram seu máximo de consciência possível na figura dos intelectuais revolucionários – que vêem e pensam no lugar da objetividade metahistórica do social, para onde é preciso "elevar" os operários.

As *narrativas públicas*, como antevimos, nunca se apresentam em um estado *puro* (se é que isso existe). Elas são, antes de tudo, narrativas que foram historicamente vitoriosas através da luta hegemônica, motivo pelo qual são consideradas por Somers como narrativas *disponíveis*, não esquecidas. Seu sentido narrativo – unidade e coesão (efeitos de verdade) – é sempre histórica e contingencialmente forjado, muito embora que as marcas dessa contingência possam estar relativamente apagadas (Greimas, 1976). Passam, pois, por diversas *articulações narrativas*, quando são "contaminadas" pelas narrativas ontológicas e conceituais (articuladas por atores políticos e/ou cientistas sociais). Essas últimas produzem representações do social que conformam as narrativas públicas e ontológicas. As narrativas públicas, na medida em que são

[21] O marxismo se diferencia, nesse sentido, do liberalismo quanto à origem da autoridade na ação substantiva de representar politicamente. Para o liberalismo, seguindo uma intuição hobbesiana, os autores, aqueles que têm autoridade e se fazem representar, não podem ser "coisas inanimadas" (Hobbes, 1999: 136) – narrativas, em nossos termos. Ao contrário, a autoridade advém, fundamentalmente, das pessoas (autores) que autorizam seus representantes a *agirem em seu lugar*. Ironicamente, entretanto, nós entendemos que esse indivíduo centrado e consciente de seus interesses é parte constitutiva da própria narrativa liberal.

narrativas sempre (re)contextualizadas, trazem as marcas das culturas políticas de sua época e localidade e são *menos formais* do que as metanarrativas[22]. Metodologicamente, para além do que se possa entender teoricamente, digamos, por "liberalismo", o *analista deve atentar para a estrutura narrativa adquirida* pela doutrina liberal em certa região e tempo histórico específicos.

As *narrativas conceituais* nunca conseguem um nível de objetividade científica ainda desejada por abordagens mais racionalistas. Muitos dos pesquisadores sociais, pela sua condição de militância, ou de oposição à postura militante, estão em estreita relação com as narrativas ontológicas às quais se filiam ou combatem. Assim, em matéria de política, não raro, os conceitos são mobilizados – em decorrência de situações conjunturais (contingentes) – no impulso, muitas vezes inconsciente, de promover coerência à determinada narrativa ontológica e "seu" trabalho ("tático" ou "estratégico") de articular narrativas públicas. Nacionalismo, desenvolvimentismo, socialismo, neoliberalismo, democracia participativa, etc, não encerram valores em si; ao contrário, essas narrativas podem ser utilizadas numa perspectiva tanto conservadora como transformadora. Basta lembrar que, por exemplo, no Brasil das décadas de 1940-1950, o discurso nacionalista foi articulado de diferentes maneiras por varguistas, integralistas e comunistas.

As narrativas conceituais promovem, portanto, representações do social profundamente imbricadas – por oposição, adesão, denúncia de "desvios" etc – às narrativas públicas, que por sua vez, são disputadas, reivindicadas, repudiadas pelas narrativas ontológicas, assim como por narrativas conceituais concorrentes. Essas últimas, uma vez que ganhem popularidade no seio de determinada faixa de tradição política, como é o caso do marxismo na esquerda internacional, podem, elas próprias, confundir-se com as narrativas públicas, o que amplia consideravelmente a sua própria "utilização" em decorrência das vicissitudes do jogo político. Pense-se, como

[22] As narrativas públicas, nesse contexto, trazem as marcas, mais ou menos recentes da história em âmbito local, nacional e internacional. Sua maior ou menor disponibilidade no cenário político, assim como as formas específicas que venham a assumir, dependem, fundamentalmente, das decisões e escolhas tomadas por atores políticos, que atuam em contextos sociais concretos.

exemplo, que a existência de várias correntes no marxismo tende a relativizar a autoridade autoral da forma clássica ou ortodoxa dessa narrativa conceitual. Ou seja, ao pormos em xeque a validez da abordagem representacionista de narrativa acima mencionada, as narrativas conceituais só irão nos interessar como momento interno ao jogo político de articulação narrativa.

Dito isto, podemos explicitar melhor a importância teórico-metodológica da noção pitkiniana de *representação política como ação substantiva por outros*. Tal noção se coaduna com nossa proposição da existência de uma estreita relação entre a disponibilidade de narrativas públicas e a possibilidade de representação dos objetos sociais. Isso corrobora nossa hipótese da existência de uma *dimensão ontológica na representação política*, pois as estruturas narrativas, em seus mais variados níveis de profundidade, tendem a articularem-se no bojo do trabalho de representação política. Negamos, portanto, as visões formalistas, tanto da *autorização*[23] como da *prestação de contas* (*accountability*), que entendem que a relação de representação política se estabelece, respectivamente, antes e depois da ação concreta de representar (Pitkin, 1972: 38-59). Ao contrário, *nossa visão se preocupa menos com as formalidades contratuais e mais com o caráter narrativo-performático do processo em si de representação política*. Ou seja, as contingências advindas do jogo político afrouxam a relação de autoridade autor-ator (em que a representação vai no sentido representado/representante), fazendo com que, ao se tornar autor, o representante dificulte qualquer clareza na distinção dos pólos representante/representado. O representante (ator), assim, funda, em parte, a autoria dos autores (representados) ao definir para eles próprios quem são e o que desejam. Nesses momentos, normalmente de crise, o *trabalho ideológico* das narrativas ontológicas (constitutivo de identidades) vem à tona.

---

[23] Hanna Pitkin (1972: 38-55) divide a visão da autorização em três tipos básicos: a) visão organicista (*organschaft*) que, influenciada pela sociologia alemã, tem em Weber sua principal referência. Segundo tal visão a representação não é de indivíduos, mas de grupos (organismos vivos) de quem o representante é um órgão; b) a visão da democracia representativa, cujos teóricos entendem a eleição como um momento formal em que os representantes são temporariamente imbuídos de autoridade, quando são os verdadeiros donos do mandato; e c) a visão transcendental que, identificando limites na democracia representativa, defende que a autoridade efetiva da representação advém da encarnação de uma verdade transcendente (espírito da nação).

As narrativas ontológicas antagonísticas, assim, não sendo ativadas a partir de um sujeito centrado e consciente de seus interesses, não podem simplesmente encarnar uma verdade transcendente. É a partir dos propósitos engendrados no trabalho ideológico – que, recorrentemente, a despeito dos protestos daqueles que se pretendem mais fiéis às narrativas clássicas, promove (re)adaptações nas estratégias fixadas em programas políticos – que se estabelecem, como veremos adiante, nuanças das articulações narrativas. Essas últimas, ao constituírem diferentes espaços sociais, fazem interagir as narrativas e, por essa via – deslocando as fronteiras estruturais dessas narrativas –, transmutam as identidades coletivas. *Essa relação entre espaços, portanto, é a essência da luta por hegemonia que, nos regimes democráticos contemporâneos, se dá, fundamentalmente, através da representação política*.

A nossa concepção de análise de narrativas, partindo da tipologia proposta por Margaret Somers e "corrigida" por elementos da semiótica de Greimas, pode, ainda, com o benefício da teoria do discurso de Ernesto Laclau, ter seu potencial analítico ampliado. Cumpre agora explicitarmos alguns conceitos de tal teoria como forma de enriquecer a exposição dos princípios metodológicos em construção. Esperamos, assim, poder justificar/possibilitar a proposição de um método de análise para nosso estudo. O foco de discussão na próxima seção é o aprofundamento dos vínculos teórico-metodológicos entre representação política e identidades coletivas. Ao cabo desta seção, estaremos prontos para introduzir explicitamente o conceito de *ambiente narrativo*.

2.3. Marco Teórico e Metodologia: segunda aproximação metodológica

Quando falamos em *criação de espaços político-culturais*, abrimos um amplo leque de implicações e conexões teóricas no campo da sociologia – ou sociologias (Michael Burawoy, 2006), já que aí encontramos um amálgama de várias tradições ontológicas e epistemológicas acerca de como a sociedade funciona. Referimo-nos a noções como totalidade, estrutura,

objetividade, identidade, ideologia, racionalidade, hegemonia etc, que podem apresentar maior ou menor receptividade à proposição metodológica de tais espaços. Nesse contexto, dado que nossa pesquisa tem o foco na dimensão ontológica da representação política, o aporte conceitual da *teoria do discurso* de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, de matriz pós-estruturalista, parece oferecer potencialidades analíticas próximas à problemática em questão[24]. Sua perspectiva política crítica, cujos pressupostos axiológicos herdam o *ethos* transformador da tradição marxista, está em consonância com a abertura de novas fronteiras teóricas vistas atualmente por muitos analistas como necessárias para pensar a crise pela qual passa a tradição de esquerda.[25]

Entendemos, entretanto, que os objetos de pesquisa não são muitas vezes dóceis ou facilmente moldados a quaisquer níveis teóricos de generalização. Sendo assim, dada a natureza filosófico-formal da teoria do discurso[26] e estabelecidos os princípios gerais de nossa estratégia metodológica, abrimos diálogos – seguindo uma necessidade que emergiu da própria construção da pesquisa – com teorias específicas[27] referenciadas em diferentes aportes. Esses diálogos nos permitiram uma melhor definição dos nossos objetivos específicos – através dos quais procuramos explorar com mais vagar a pressuposição da existência de uma dimensão ontológica da representação política –, assim como o estabelecimento de temas e eixos de discussão quando da realização das entrevistas. Nos ajudaram, por último, mas não menos importante, com a

---

[24] O objeto de pesquisa já é parcialmente construído pela perspectiva teórica adotada pelo pesquisador. Há, na realidade, uma articulação entre marco teórico, metodologia e objetivos de pesquisa (Sautu *at alli*, 2005: 34).

[25] Sobre este tema ver, de Christiane Schulte e Cornelia Hildebrant (orgs), "Partidos de Izquierda y Movimientos Sociales em América Latina" – 2006, Expressão Popular. Trata-se dos compêndios do seminário homônimo realizado em São Paulo, 2005, organizado pela Fundación Rosa Luxemburg com a colaboração da Fundação Perseu Abramo, esta última vinculada ao PT. Ver também, no site www.nuso.org/revista.php?n=217, a revista Nueva Sociedad que, desde uma perspectiva social-democrata, traz reflexões sobre o ascenso de novos líderes na América Latina, suas estratégias econômicas e o papel do Estado frente à hegemonia do mercado.

[26] A teoria do discurso chega, inclusive, a ser considerada por alguns estudiosos como um "programa de pesquisa ou **paradigma**... [que] consiste de pressuposições ontológicas, conceitos teóricos e preceitos metodológicos" (grifo nosso) (Howarth, 2005: 317).

[27] São aquelas conformadas por proposições teóricas específicas acerca de parte da realidade social (Sautu *at. Alli*, 2005: 34). Esse diálogo é essencial por articular os diferentes níveis de profundidade teórica, o que, acreditamos, proporcionará a um tempo concretude e profundidade a nossa pesquisa.

escolha das dimensões analíticas que vieram a nortear nosso método de pesquisa[28]. Os autores com que dialogamos, portanto – imbuídos em trazer à tona questões que apresentam evidente proximidade com o nosso objeto –, produziram/têm produzido conhecimento específico e *insights* que articulamos nessa pesquisa segundo a perspectiva da teoria do discurso laclauniana.

Nesse contexto, uma premissa teórico-filosófica básica do pós-estruturalismo precisa ser explicitada: a da existência de uma "crise de representação" (Denzin & Lincoln, 1994: 9-10) nas ciências sociais. Nessa esteira, *nega-se qualquer possibilidade de existência de leis imanentes, expressas por conceitos científicos, que, pretensamente, representem, sem mediação, os objetos sociais*. O que se fala do mundo, para o pós-estruturalismo, são *narrativas*; sendo, por exemplo, o relatório científico um tipo de narrativa típico do paradigma positivista/pós-positivista (ibidem). É, ademais, interessante estabelecermos contrastes, no que tange a aspectos especialmente relevantes aos nossos objetivos, entre o pós-estruturalismo e duas outras perspectivas teóricas: o principal paradigma que lhe dá origem – o estruturalismo – e o interacionismo simbólico, cujas raízes remontam à fenomenologia e às teorias microssociológicas. O interacionismo simbólico – que assume uma teoria do sujeito e da ação muito diferente da teoria do discurso –, assim, nos é de especial interesse por sua importância para o estudo dos Novos Movimentos Sociais, experiência européia de grande repercussão na América Latina (Gohn, 2007)[29] e que guarda relações bastante próximas à experiência petista (Eder Sader, 1988).

Conforme poderá se notar ao longo dessa tese, o interacionismo simbólico influenciou, enquanto narrativa conceitual, na construção da narrativa ontológica petista, particularmente no que tange à noção de *autonomia*. É particularmente interessante, nesse contexto, recorrer à

---

[28] Nós devemos diferenciar metodologia de métodos – pois "enquanto... A metodologia trata da lógica interna da investigação, os métodos constituem uma série de passos que o investigador segue no processo de produzir uma contribuição ao conhecimento" –, eles estão estreitamente vinculados através da teoria, de forma que, embora com alguma margem de manobra, não se pode utilizar qualquer método no seio de uma metodologia específica (Sautu *at alli*, 2005: 38).

[29] As correntes teóricas que Maria da Glória Gohn agrupa nos Novos Movimentos Sociais dividem, de acordo com a autora, espaço com as teorias neomarxistas na América Latina (Gohn, 2007: 20).

classificação de Jean Viet que toma a fenomenologia – juntamente com a dialética, o hiper-empirismo e a construção de modelos – como "tendência do método estruturalista" (Viet, 1967: 12). Essa classificação é interessante, pois aproxima as duas perspectivas que ora dialogamos, nos ajudando a reconhecer uma ancoragem estruturalista no próprio interacionismo simbólico.

De acordo com Manning e Cullum-Swan (1994: 467), o estruturalismo é uma combinação de *modelos explicativos formais* com uma abordagem analítica advinda da semiótica, particularmente da lingüística saussuriana. Conforme os autores, os modelos são inseridos *em* e explicados *por* teorias. Note-se que, independente do tipo de modelo, o paradigma estruturalista, baseado na noção de totalidade diferencial de Saussure, constrói um *sistema fechado de significados*, cujos elementos são distribuídos de acordo com determinados princípios e regras. Descobrir-se-iam, assim, "modelos 'profundos' de relacionamentos" (Manning e Cullum-Swan, 1994: 467) subjacentes aos fenômenos sociais, que expressariam apenas "significados de superfície". A estrutura, nesse caso, não remete à realidade empírica e sim aos modelos construídos em função dela (Viet, 1967: 14).

Muito se tem feito no sentido de aproximar a estrutura da realidade a que se refere. Na perspectiva do realismo crítico, Brockmeier e Harré (2003: 533-34) sugerem que as narrativas, como um *modus operandi* – ou formas que orientam nossa aquisição de conhecimento e estruturam nossas ações e experiências –, funcionam como um modelo especialmente flexível, posto que, estando em estreita relação com o contexto cultural, há sempre demandas por rearranjos em sua estrutura lógica. Da mesma forma, de acordo com a semiótica greimasiana (Barros, 1988), além de uma sintaxe mais profunda, correspondente ao que Saussure entende por *língua*, há duas outras gramáticas (ou estruturas) mais diretamente articuladas à realidade social (superfície). Elas são, em ordem de profundidade, a gramática *narrativa* e a *discursiva*.

No nosso entender, semiólogos como Greimas, apesar de serem classificados no campo do estruturalismo – sob a influência do formalismo russo (Manning e Cullum-Swan, 1994: 464) –

, provocam uma fissura e apontam para uma crise no paradigma a que foram vinculados. Isso porque, como veremos em detalhes mais adiante, a estrutura discursiva, uma vez que vinculada inexoravelmente a contextos sócio-históricos específicos, não se limita a reproduzir, no plano concreto da *ação*, as associações e lógicas relacionais (sintaxe) das estruturas narrativas mais profundas[30]. Porém, "não se limitar" não pode ser entendido como não *ter que se remeter a*; o que nos leva a crer que o prefixo "pós" vinculado ao termo "estruturalismo" não deve significar rompimento absoluto com a necessidade de referência estrutural e macrossocial. Em consonância com o argumento que vimos construindo, Laclau (2003a) remete à noção de "abstrações reais", ou seja, que já se constituem na própria realidade e não simplesmente no nível de uma teoria que postula a existência de uma estrutura macrossocial. Sensível a essa problemática, a sociologia hegemônica nas décadas 1980/1990 teve como eixo central de suas preocupações promover vínculos entre os níveis micro/macrossocial de análise – na sociologia americana (Jeffrey Alexander, James Coleman) – e entre agência/estrutura – na sociologia européia (Anthony Guiddens, Margaret Archer, Pierre Bourdieu, Jürgen Habermas) (Ritzer, 2000: 219/220).

Defendemos, nesse contexto, a *análise narrativa* como um enfoque analítico que atenta para "os processos sociais complexos que operam como intermediários" (Sautu *at alli*, 2005: 32) entre os níveis em questão. Isso remete à percepção de uma heterogeneidade nos discursos (Maingueneau, 1993), posto que se constituem – por mais coesas que possam parecer suas identidades – através de articulações com estruturas narrativas mais profundas/universalizadas, o que torna limitada sua análise desde um ponto de vista exclusivamente microssocial ou local[31]. A estrutura das narrativas ontológicas (identidades), nessa esteira, não pode ser essencializada nem

[30] Tal pressuposição, como se pode notar, vai à contramão do recurso metodológico utilizado por Lênin para a construção de análise de conjuntura, que, como vimos, tem conseqüências efetivas quanto à noção do que seja o ato de representar politicamente.

[31] Maingueneau considera a heterogeneidade em dois planos; a heterogeneidade mostrada – "manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação" – e a heterogeneidade constitutiva – "que não é marcada em superfície" (Maingueneau, 1993: 75). Através desse conceito o autor nos faz ver que as formações discursivas não possuem um lado interior e um exterior e, portanto, o exterior, ou outro da identidade, é sempre politicamente estabelecido.

no pólo macroestrutural nem no microssocial. Em nenhum desses pólos consegue-se desvencilhar de uma noção de estrutura como totalidade que ambiciona integrar inexoravelmente os fatos e eventos. O conhecimento sob a ótica estruturalista, assim, se caracteriza como "um ir e vir das partes ao conjunto e do conjunto às partes" (Viet, 1967: 8).

Na nossa perspectiva, as narrativas antagonísticas (ontológicas, públicas e conceituais), que se forjam na luta por hegemonia, têm sua "eficácia" vinculada à capacidade de promover simbolicamente identificação entre representantes e representados (Laclau, 1996b; Mouffe, 2002; Hall, 2003; Laclau, 2005). Esse processo simbólico de identificação é central na nossa visão sobre representação política, pois enriquece a noção de representação como ação substantiva por outros, o que – indo de encontro às definições formalistas de representação – ressalta um entendimento mais fluido, politicamente estabelecido, de identidade. Outrossim – à diferença das duas perspectivas teóricas que consideramos – propicia o rompimento com a noção de parte como identidade coesa/autônoma e com a noção de totalidade estável (modelo)[32]. Essa noção de representação política também remete à construção potencial de espaços político-culturais, posto que, relativamente autônomos, podem vir a romper com determinado sistema de significação. É nesse sentido que entendemos um afastamento da semiótica greimasiana em relação ao estruturalismo. Para Manning e Cullum-Swan,

> o estruturalismo é chamado 'desumanizador' em suas questões gerais e implicações... *A experiência é secundária* em relação aos sistemas de ordem, tais como parentesco, ou leis, ou educação. A pessoa é meramente o 'objeto falante', o usuário de códigos e símbolos que selecionam entre opções pré-constituídas, vozes e programas. *Estruturas existem como centros organizadores da ação social* (grifo nosso) (Manning e Cullum-Swan, 1994: 467).

[32] É interessante notar que a diferença entre os estruturalismos dialético e fenomenológico é principalmente de ênfase: "A diferença entre o estruturalismo fenomenológico e o estruturalismo dialético nos parece que deve ser precisada no nível mesmo da estrutura na relação do todo e das partes. Há incontestavelmente no método dialético uma predominância, ao menos metodológica, da totalidade sobre os momentos particulares e o acento é colocado no fato de que as partes encontram no conjunto seu conceito e sua verdade... Mesmo se tudo é colocado em questão [como acontece na sociedade capitalista, RM] ele o é na perspectiva de uma nova síntese [comunidade política, comunismo, RM]... Daí... Um caráter genético acusado" (Viet, 1967: 31).

Por contraste – retomando uma discussão já iniciada –, o conceito de *cultura*, implícito na noção de narrativas como herança histórica (Bhabha, 2005), sofrerá alterações significativas sob uma ótica pós-estruturalista. Passa a compreender, para além da questão da *ordem* – pressuposto central para aquelas teorias que trabalham com uma noção homogeneizante e universal de cultura –, a possibilidade, devido às inevitáveis "falhas" na estrutura (deslocamento), de emergência do antagonismo, exercido a partir de espaços (de significação) relativa e potencialmente autônomos. O pós-estruturalismo – ao contrário das teorias que pressupõem a mera reprodução de sintaxes narrativas universais e, portanto, a previsibilidade estrutural –, cria pontes entre as dimensões cultural e política[33]. Tais vínculos remetem ao conceito derridiano de *indecidibilidade*, que nega qualquer lógica de imanência do social (correspondência com sistemas fechados de significação).

Dito isto, podemos articular os conceitos de heterogeneidade discursiva à noção de espaços político-culturais e à nossa proposta de um subtipo narrativo: a *narrativa ontológica militante*. Ao assim procedermos, nós temos em mente um diálogo com o interacionismo simbólico, posto que esse subtipo narrativo, ao ressaltar a impossibilidade da plena representação política das identidades (partes), problematiza a existência de identidades coletivas mais autônomas em relação às instituições políticas (Melucci, 2001).

Vimos trabalhando com a idéia, a ser ainda aprofundada ao longo deste capítulo, da existência de um descompasso entre a significação inscrita na memória narrativa (sintaxe mais profunda) e o processo discursivo de significação que se inscreve na contingência do jogo político. Tal problemática se relaciona com o princípio da semiótica saussuriana da

---

[33] Alguns autores que se colocam no campo do pós-estruturalismo, a exemplo de Judith Butler (2003: 17-48), são céticos quanto à possibilidade de articular o formalismo lógico advindo do estruturalismo com as questões culturais. Alega-se que "o formalismo é um produto da abstração, e esta abstração necessita sua separação do concreto, o que deixa uma marca ou remanescente dessa separação no funcionamento mesmo da abstração". Nossa estratégia metodológica, ao contrário, tentando fugir das armadilhas de determinado "sociologismo" e "descritivismo", não abrirá mão de certo grau de formalismo. Estamos, assim, com Laclau (2003a: 58), para quem "a análise formal e a abstração são essenciais para o estudo dos processos históricos concretos, não só porque a construção teórica do objeto é o requisito de toda prática intelectual que se preze chamar-se assim, mas também porque a própria realidade social gera abstrações que organizam seus próprios princípios de funcionamento".

arbitrariedade e *diferencialidade* do signo (Derrida, 1991: 41). Essas características do signo estão inextricavelmente vinculadas, uma vez que sua *arbitrariedade* só é efetiva através da inexistência de uma essência, ou seja, seu "ser" (identidade) só existe a partir de uma *diferenciação* com outros signos inscritos num sistema de significação. Essa totalidade sistêmica é *indecidível* exatamente por não contar com signos que representem, em essência, os objetos concretos[34]. Essa não-correspondência natural entre signo e objeto e sua conseqüente submissão aos ditames do jogo político, obstaculizam uma relação integrada e orgânica entre sintaxes narrativas mais profundas e as "novas" articulações narrativas. Nas palavras de Derrida,

> Todo conceito está por direito, inscrito numa cadeia ou num sistema no interior do qual remete para o outro, para os outros conceitos, pelo jogo sistemático das diferenças. Em semelhante jogo, a diferença não é mais, portanto, um conceito, mas a possibilidade da conceitualidade, do processo e dos sistemas conceituais em geral (ibid: 42).

Em se abalando o sistema no interior do qual se dá o processo de significação, abre-se a possibilidade (política) de se desestabilizar a relação entre significante e significado – componentes do signo e, portanto, a própria diferencialidade do sistema de significação (na sua tentativa de correspondência com a realidade). Sendo assim, podemos construir um entendimento teórico-metodológico que encerra os conceitos da ciência e sociologia políticas como momentos internos da dimensão política. Com isso, arrumam-se as condições epistemológicas para podermos considerar analiticamente o momento de emergência do sujeito.

---

[34] O estruturalismo de Saussure influenciou bastante as ciências sociais ao assumir a existência de uma analogia entre língua e relações sociais, o que caracteriza um modelo. Howarth (2000: 17) cita Jacques Lacan (estruturação do inconsciente humano como linguagem), Claude Lévi-Strauss (estruturas lingüísticas comparáveis às relações nas sociedades "primitivas") como exemplos dessa influência. Apesar de não quererem reduzir os fenômenos sociais a causas subjacentes, os estruturalistas imaginaram um método de análise que segue a noção de modelo (Brockmeier & Harré, 2003), ou seja, definem "os fenômenos sociais como relações entre elementos" (Howarth, 2000: 17). O problema está quando imaginamos a relação entre língua ou modelo – entendido como forma e não substância, o que afasta Saussure de uma perspectiva nominalista – e realidade empírica. Isso porque Saussure, apesar de conceber a arbitrariedade do laço entre significante e significado, entende que estes, uma vez comungados em signos, deixariam de ser meras *diferenças*, passando a ser *distinções* – o que remete à positividade de sua identidade. Essa discussão nos interessa de perto, pois as narrativas ontológicas antagonísticas, assim como os espaços político-culturais que elas pressupõem, são os momentos de quebra da analogia entre modelo e realidade.

Derrida considera, assim, a *possibilidade política de produção da diferencialidade*. Chama *différance* o jogo pelo qual se produzem as diferenças (ibid: 43). Alerta-nos, contudo, que a *différance* se forja no bojo mesmo da diferencialidade, não correspondendo a uma origem ou essência. O sujeito, nesse sentido, é entendido como produto e produtor da história, com o que se pretende borrar a dicotomia sujeito/objeto, pois o sujeito inevitavelmente se forja no seio da diferencialidade que procura subverter. Ao formular tais idéias, Derrida entra em rota de colisão com as teorias que se baseiam na *consciência* como motor da ação política, às quais qualifica como metafísicas (o humanismo, por exemplo). É nesses termos que propomos a consideração metodológica das *narrativas ontológicas militantes*, pois elas remetem à heterogeneidade constitutiva dos discursos e à questão da autonomia das identidades, representadas politicamente como *unidades de representação* pelas *narrativas ontológicas oficiais* (como temos visto, as narrativas ontológicas apresentam-se imbricadas às narrativas públicas e conceituais, de forma que quando nos referirmos as primeiras o leitor deve ter as outras duas em mente).

Coerentes com o entendimento do terreno do social como estrutura discursiva (Laclau, 1986), que desautoriza a pressuposição de um isomorfismo mimético deste com as estruturas narrativas, é que nós defendemos que a identidade dos coletivos se forja politicamente. A estratégia de ação dos partidos projetada em seus programas políticos (narrativas ontológicas oficiais), portanto, encerram complexas relações de poder que são mais bem entendidas a partir das tensões expressas por *indivíduos* ou *grupos* (narrativa ontológica militante) não completamente alinhados com a trajetória delineada pela narrativa dos seus representantes (feminismo e discurso classista, por exemplo). Isso nos aproxima metodologicamente de uma perspectiva mais empírica, cujo foco analítico se concentra nas particularidades e contingências do jogo político, posto que não nos referenciamos em reflexos superestruturais (como ocorre acentuadamente nas versões mais objetivistas do marxismo).

Sendo assim, ainda que vislumbremos a possibilidade de fugir dos processos mais estruturados, a perspectiva pós-estruturalista não deve se confundir com as perspectivas microssociológicas. Os contextos específicos de interação social, ou espaços locais, apesar de inegavelmente importantes para certos objetos de pesquisa, não são suficientes para dar conta da questão da representação política. O foco no aprendizado, na interação e socialização do interacionismo simbólico (Ritzer, 2000, Gohn, 2007), perde muito de seu poder explicativo, uma vez que a noção de "consciência socializada" é borrada pela interferência fragmentadora de várias outras tradições narrativas. As análises microssociológicas, ao focarem ambientes sociais específicos – modos de atuação, rotinas, rituais e significados que compõem um ambiente comum (Sautu *at alli*, 2005: 42) –, atêm-se a valores culturais pensados como propriedades de dada *comunidade* (capazes de gerar um sentido de finalidade ao *bem comum*, que tem rebatimentos importantes no que tange à construção de modelos de democracia). Tendem, portanto, a se ater às *racionalidades* dominantes nos ditos ambientes.

Teorias substantivas que mantêm estreito diálogo com essa perspectiva teórica, como é o caso de Alberto Melucci (2001) – apesar de abordarem a questão cultural na perspectiva de construir categorias analíticas capazes de superar um quadro conceitual ligado ao capitalismo industrial (típico do marxismo) –, tendem a admitir uma possibilidade de *autonomia dos movimentos sociais* que, na nossa opinião, é superdimensionada. Tal perspectiva não é sensível à nossa postulação acerca da dimensão ontológica da representação política na medida em que

> a autonomia do campo conceitual relativa à análise dos movimentos sociais se desenvolve, não por acaso, paralelamente à autonomia crescente das formas de ação coletiva não institucional nos sistemas complexos. *O espaço social dos movimentos se constitui como uma área distinta do sistema* e não coincide mais com as formas tradicionais de organização da solidariedade nem com os *canais estáveis da representação política*. A área dos movimentos sociais se apresenta como 'setor' ou 'subsistema' do social (grifo nosso) (Melucci, 2001: 22).

Em contraste, David Howarth, numa linha laclauniana, considera que uma perspectiva estritamente microssociológica é

> empiricamente problemática porque os mundos sociais que nós habitamos são em grande parte múltiplos e heterogêneos... E isso também é ontologicamente inconsistente porque – como insistem os teóricos do discurso – a construção de qualquer 'forma de vida' depende da relação com um 'exterior constitutivo' que problematiza qualquer pureza interna (Howarth, 2005: 320).

Numa perspectiva epistemológica, o que questionamos é a própria noção dicotômica entre agência/estrutura, indivíduo/sociedade, fala/língua, nominalismo/realismo. O pós-estruturalismo não preconiza a adesão ao determinismo coletivista do estruturalismo, nem tampouco aceita o individualismo pragmatista, que pressupõe uma ação reflexiva (consciência) e informa o interacionismo simbólico. Ou seja, para o pós-estruturalismo, em contraste com o interacionismo, o discurso não é um *instrumento*, algo que informa um *uso estratégico para fins conscientes* por parte de um sujeito existente fora dele (Howarth, 2000: 4). Ao contrário, os sujeitos se forjam *no* fazer performativo do discurso, enquanto o constroem. Situamos nossa abordagem metodológica, portanto, numa instância de articulação entre as estruturas narrativas mais profundas, típicas do estruturalismo, e as discursivas, vistas pelos modelos interacionistas de análise com certa exclusividade[35]. Em outros termos, de acordo com a semiótica greimasiana (Barros, 1988: 3), nós nos situaríamos metodologicamente na dimensão da *enunciação: instância formal de articulação entre o discursivo e o narrativo, pois é aí que entendemos que pode emergir o sujeito da ação transformadora.* Esse último necessita de tal instância, pois, sendo antagonístico, intenta subverter a relação parte/todo, o que desestabiliza a correspondência entre o narrativo e o discursivo, subvertendo o sentido do percurso gerativo da semiótica estrutural (que se dá, como vimos, do abstrato ao concreto) com um movimento que vai também do concreto ao abstrato.

---

[35] Isso não significa que esses sejam campos teóricos incomensuráveis. Howarth (2005: 3) aponta para a existência de um amplo grupo de sociólogos políticos nos Estados Unidos que tenta estabelecer pontes metodológicas entre o pós-estruturalismo, o interacionismo simbólico e a etnometodologia.

O sujeito, entendido formalmente como categoria topológica, emerge nos momentos de deslocamento (crises sociais, eventos perturbadores) exatamente por tornar inelutável a necessidade de se tomar decisões num terreno social cuja indecibilidade está à mostra. O sujeito, portanto, não é da ordem da estrutura, mas da ordem do deslocamento (Laclau, 2000). São os representantes, geralmente, no plano político concreto, que tomam tais decisões, fornecendo "às massas marginalizadas" uma "linguagem através da qual se torna possível [para tais massas, RM] reconstituírem uma identidade e desejo políticos" (Laclau, 1996b: 49). A participação política, nesses termos, é sempre "mediada" por processos de representação política que enfatizam a dimensão ativa dos representantes. Na medida em que há um processo de identificação do representado com o representante, a identidade do primeiro, abalada por conta da abertura estrutural provocada por uma crise (ou combinação de crises), é suplementada na ação de representação – o que implica que "a identificação é uma dimensão inerente da decisão" (ibid: 55). A decisão do representante, assim, longe de expressar uma *identidade*, requer atos (não racionais) de identificação[36].

O sujeito (classe, Estado, Deus, ator individual), assim, pode ser entendido como uma *ausência de completude*, um *lugar vazio* que é objeto de identificações por parte dos representados. Entretanto, o sentido concreto que esse *vazio* venha a adotar é sempre contingente e politicamente disputado. Para relacionar representação política e constituição de identidades deve-se pressupor que a construção de sentidos do/no real (representação do social através da relação entre narrativa e realidade social) sofra constantes interferências de vários sistemas de significação (culturas específicas, mas não fechadas ou auto-referentes). Assim, a trajetória identitária de partidos políticos antagonísticos, como é o caso do PT, é mais bem entendida segundo uma concepção de *representação política como ação simbólica – dado que não ocorre*

[36] Toda essa discussão está ligada à dimensão mítica do sujeito e nós voltaremos a abordá-la na seção 6.

no plano exclusivo da consciência – e substantiva (ou seja, ativa, por outros). Os representantes são capazes de ação independente, ainda que responsiva, o que significa haver uma presença não literal dos representados nos espaços de representação (Pitkin, 1972: 209-240). Os valores narrativos – valores semânticos atribuídos, no plano discursivo, aos objetos de investimento dos sujeitos da enunciação conforme um percurso gerativo marcado por sobredeterminações lógico-sintáticas (Garcia, 2003) – circulantes nestes últimos, por outro lado, também se farão presentes, através do representante, no espaço político-cultural dos representados (organismos de base dos partidos, sindicatos e demais tentativas de organização do poder local).

Essa constituição em dupla mão entre representantes e representados inviabiliza a noção moderna da intervenção política como tendo lugar no fundamento (*ground*) do social e que, portanto, seria capaz de promover transformações radicais – seja por um ato revolucionário fundante ou por meio da racionalidade burocrática (Laclau, 1996a). Nesse contexto, Laclau (2000: 19-99) aponta para a tomada de consciência dos limites da razão como algo que domina o clima intelectual contemporâneo. Tal fato, para o autor, não deve implicar no abandono de todo projeto emancipador, mas na compreensão de que o socialismo é menos um modelo de sociedade do que um princípio de radical democratização da sociedade que, como crítica radical de toda forma de dominação, é compatível com amplas formas de organização social. Essas últimas, com efeito, levadas a cabo por grupos "incompletos" (cuja identidade e razão não são autocentradas), não permitiriam pensar uma forma de regulação social que fosse ditada quer seja pelo Estado ou pelo mercado. Os processos sociais, assim, não poderiam ter determinados seu "sentido objetivo ou positivo último", como queria o projeto racionalista (ibid: 20). Para Laclau, toda contradição que fosse integrada, desde uma lógica imanente do desenvolvimento histórico das forças produtivas, seria reduzida a um momento endógeno a tal processo, configurando uma contradição sem antagonismo (ibid: 23-4). O antagonismo, assim, deve ser entendido como uma categoria que, rompendo com a conexão interna do movimento dialético, "depende inteiramente de uma

história factual e contingente" (ibid: 24). Essa digressão nos é importante por ser a base para esclarecermos nossa noção sempre relativa de "autonomia" nas sociedades democráticas contemporâneas, que, vincula os movimentos antagônicos à existência de um *exterior constitutivo* – o que remete, exatamente àquela impossibilidade de um sujeito autocentrado.

Articulando essa visão de representação com nossa discussão prévia, observamos que o representante, ao agir em nome do representado, articula espaços com culturas políticas distintas, o que faz desestabilizar ambos os sistemas de significação em que transita. O representante também ajuda a constituir a própria vontade/interesses/identidade dos representados, ao "propor-lhes" o que querem/pensam/são. O representante pretende ter recebido dos representados, por processos diversos de "autorização", o poder de fazê-los presentes nos espaços de representação (representação como delegação ou ocupação do espaço por outro – *stands for*). Ao ocuparem tais espaços, que comportam culturas políticas e, portanto, valores narrativos distintos dos que circulam no espaço político-cultural dos representados, os representantes inexoravelmente sofrem a influência de tais valores. Isso se materializa no desenvolvimento de lógicas narrativas e práticas que revelam interesses diferenciados do conjunto dos representados. A percepção do *partido político como unidade*, nesse contexto, faz com que este último sofra as pressões dos espaços postos em relação pela via da representação política.

Dito isto, nosso desafio metodológico é fazer perceber como esse enfoque analítico, esboçado aqui em suas linhas gerais, pode ajudar a entender a prática da representação política em regimes democráticos contemporâneos. Para tal, consideramos indispensável uma exposição mais detalhada do que entendemos por *ambiente narrativo*.

2.4.Ambiente Narrativo e Representação Política: terceira aproximação metodológica

Partindo da tipologia de narrativas que expusemos acima, trabalharemos mais diretamente com as narrativas públicas e ontológicas (oficiais e militantes). As narrativas conceituais – como, ademais, as metanarrativas (nem sempre mencionadas) – estarão presentes como elementos constitutivos dos dois primeiros tipos de narrativa.

As narrativas públicas têm sua importância vinculada a dois momentos distintos. *Primeiro*, tendo em mente os processos mais estruturados, elas são constitutivas dos espaços sociais hegemônicos. Isso engloba não apenas as instituições clássicas de representação política (legislativo e executivo) – incluindo o que se entende correntemente por partido político –, mas também novos espaços sociais ampliados de representação (orçamento participativo, conselhos, câmaras setoriais, fóruns etc). A prática de representação política, assim, em seus contornos gerais, é guiada por sentidos fixados historicamente a partir de narrativas públicas vitoriosas que, articuladas historicamente com narrativas conceituais e ontológicas, são constitutivas das instituições, organizações e espaços sociais destinados à representação política. Conceitos, temas e valores como cidadania, espaço público, participação política, poder local etc – inscritos no que vimos chamando de superfície discursiva – ganham uma história, o que nos faz reconhecer uma dimensão narrativa na materialidade do social.

Quando conceitos e valores mostram-se estáveis, parece haver uma perfeita relação de representação entre signo e objeto, relação esta que corresponde às dimensões lingüística e extralingüística no conceito de discurso em Laclau (2005). Há, nesses casos, com efeito, uma correspondência bastante coerente entre estruturas narrativas mais profundas e a superfície discursiva. Nesse sentido é que nos referiremos correntemente aos partidos políticos como parte constitutiva de *narrativas ontológicas*. Não há, segundo essa visão, uma dicotomia entre discurso (tomado como linguagem) e estrutura social. Isso nos aproxima, até certo ponto, da *perspectiva*

dialética de análise do discurso, que reivindica o mérito de evitar equívocos de ênfase seja na "determinação social do discurso", seja na "construção do social no discurso" (Fairclough, 2001: 92). Coerentes com tal perspectiva, Brockmeier e Harré (2003) evitam tomar as narrativas quer seja como entidades ontológicas (idealismo) ou como um modelo representacional (empirismo). Retomaremos essa discussão posteriormente. Para o momento, tendo isso em mente, passaremos ao *segundo ponto* em que devemos considerar as *narrativas públicas*, quando elas passam a ser objeto de disputa política mais radicalizada.

Nessas situações, há uma perda de coesão nas articulações narrativas, o que corresponde à desestabilização do sistema de significação que fixa sentidos (transformação de fatos em episódios de acordo com certa noção de temporalidade) e valores. Já não se consegue imprimir coerência a determinadas instituições (cuja crise, denuncia a existência de um terreno social deslocado), fatos ou eventos. A disputa em torno da fixação de sentido de certos significantes evidencia a existência de um processo de construção hegemônica, o que torna os arranjos sociais passíveis de questionamento. É difícil imaginar, entretanto, uma sociedade em crise generalizada, em que nenhum sentido esteja fixado. Mais coerente é pensar que algumas instituições ou setores/esferas dessa sociedade, ainda assim em graus variados, sejam mais sensíveis a tal crise.

O setor sindical no Brasil dos nos anos 1970-1980, por exemplo, foi significativamente abalado no contexto da crise do regime militar, tendo inaugurado uma prática sindical que tendencialmente rompia com o modelo vigente no *corporativismo de Estado* (Almeida, 1994; Tapia, 1994; Boito Jr, 2005)[37], sem, contudo, haver registros na literatura de qualquer crise, digamos, no poder judiciário. Conseqüentemente, podemos imaginar que a possibilidade que se

[37] Esse modelo é conformado segundo uma concepção fascista de movimento operário. O sistema coorporativo "organiza a economia por meio de instituições compostas por representantes dos patrões e dos empregados, sob o controle do Estado" (Cândido Filho, 1982: 46). Essa estrutura sindical, inaugurada no Brasil por Getúlio Vargas e, como é amplamente sabido, inspirada na *Carta del Lavoro* promulgada em 1928, na Itália fascista, ainda sobrevive, em aspectos significativos, no Brasil. Suas principais características, segundo Armando Boito Jr (2005: 186) são: sindicato oficial reconhecido pelo Estado; unicidade sindical; fragmentação dos trabalhadores em sindicatos de categoria e de base municipal; taxas sindicais obrigatórias, inclusive aos trabalhadores não sindicalizados e tutela da Justiça do Trabalho.

abre para a emergência de novas *narrativas ontológicas* – momento de emergência do sujeito político – não se caracterize, mesmo considerando a *imprevisibilidade* e *desterritorialização* deste momento de emergência na perspectiva laclauniana, como um momento de completa autonomia. Isso porque tais narrativas, na luta por hegemonia, além de disputar aqueles valores em crise flagrante de significação, terão ainda que se articular com valores parcialmente fixados ou cuja significação dificilmente se poria em questão. Em outras palavras, as narrativas ontológicas antagonísticas em regimes democráticos têm que se relacionar com instituições concretas que, como vimos, numa perspectiva histórica, fixam valores e sentidos narrativos.

A fixação de sentidos – objetivo implícito nas disputas políticas – requer a construção de espaços de poder socialmente reconhecidos capazes de fazer frente às instituições e setores sociais mais estáveis. Quando pensamos na dimensão ontológica da representação política imaginamos os deslocamentos de fronteiras das narrativas antagonísticas e, portanto, a construção de trajetórias identitárias dos espaços político-culturais. É aqui que o conceito de *ambiente narrativo* revela sua importância. Apesar da prática política concreta se dar em espaços sociais objetivamente instituídos, *o ambiente narrativo* – e aqui assumimos a formalidade do conceito, pois não reivindicamos, conforme uma visão hiper-empirista, que Viet (1967: 16) atribui a Radcliffe-Brown, promover uma aproximação radical entre estrutura e objeto – *é o espaço de articulação entre as estruturas narrativas mais profundas e a superfície discursiva*. O que diferencia o conceito de ambiente narrativo do entendimento de narrativa como "um modelo especialmente flexível... [ou] formas de mediação extremamente mutáveis" (Brockmeier e Harré, 2003: 533) é que, ao invés de conceber esse *lugar de passagem* como *mediação*, o entendemos como *articulação*, o que ressalta tanto o trabalho da agência ou de uma subjetividade política, como o caráter constitutivamente compósito dos objetos sociais, que são contaminados pelas tradições políticas. Para uma melhor percepção dessa diferença, contudo, devemos pensar os deslocamentos das fronteiras sociais à luz do conceito de *hegemonia* em Laclau.

Para nos auxiliar nessa discussão, consideremos a proposição de Greimas que, questionando a pretensão de veridicção do discurso científico, relaciona o conceito de coerência à isotopia, que é a "permanência recorrente, ao longo do discurso, de um mesmo feixe de categorias justificáveis de uma organização paradigmática" (Greimas, 1976: 12). É dessa organização paradigmática, ou sintaxe narrativa (estrutura), que provêm os sistemas de valores (verdade) que conformam as narrativas ontológicas. O recurso às estruturas narrativas, contudo, como antevimos, não pode acontecer ao bel prazer dos atores políticos. A ação destes depende da existência de um contexto receptivo, ou "terreno ideológico fértil", como diria Laclau alhures.

Nesse caso, a isotopia – lugar comum do discurso que lhe garante *coerência* – depende da existência de um espaço social que lhe seja receptivo[38] e capaz de promover um efeito de verdade. Com isso, a depender da dimensão da crise no terreno social deslocado e da "eficácia" das narrativas ontológicas antagonísticas, pode-se perceber mais ou menos radicalmente uma instabilidade nas fronteiras do socialmente instituído, que estabelecem os limites entre público/privado, Estado/sociedade civil, economia/política etc. A estabilidade dessas fronteiras corresponde ao que Laclau chama de *hegemonia*, uma prática política (articulatória) que só existe por conta do caráter contingente e aberto das relações sociais (Howarth, 2000: 110). Como efeito da prática hegemônica, as partes articuladas têm suas identidades prévias constantemente transmutadas de forma que já não podemos falar de *mediação* no sentido de ter "um pé no mundo de fato e outro no universo narrativo" (Brockmeier e Harré, 2003: 534). *O conceito de ambiente narrativo, então – por nós desenhado para pensar a prática de representação política –, procurará englobar esses dois pólos como momentos internos da prática hegemônica, de forma*

[38] É importante sublinhar a função anaforizante (noção lingüística de repetição de termos gramaticais que retomam a referência a algo dito anteriormente) decisiva das tradições narrativas no ato de *articulação*. Esta última faz crer a existência de uma íntima relação entre estruturas narrativas e discursivas. Assim "a coerência interna do discurso, longe de satisfazer-se com o estabelecimento de um nível isotópico de veridicção, baseado unicamente na racionalidade subjacente, implica, pelo contrário, um saber anterior sobre o fazer taxinômico e seus resultados... A coerência discursiva aparece essencialmente como *permanência implícita do saber do sujeito*" (Greimas, 1976: 13).

que, levando em conta aquela antropomorfização (cultura) do universo narrativo, possamos entender como os atores políticos constituem suas identidades no bojo da própria luta pela fixação de sentidos narrativos, que, por sua vez, se dá em consonância a uma materialidade do social entendida como sendo também resultante daquela prática.

A promoção dos efeitos de verdade, nesse sentido, se dá através de articulações narrativas, cujos sentidos, *ideologicamente estabelecidos*, imprimem a nossas ações causa e direção (Stavrakakis, 2000: 101). Howarth (2000; 2002), num intento de fugir das amarras estruturalistas da arqueologia foucaultiana (e do que considera um certo idealismo lingüístico do conceito de formação discursiva), propõe que as práticas sociais seriam envidadas desde *interesses* engendrados por *ideologias em constituição*. Essa perspectiva, com efeito, propõe-se a romper com a reciprocidade entre as regras que idealmente governam a produção de sentenças (formação discursiva) e a produção propriamente dita de tais sentenças. Ao ressaltar o caráter performático da ação política, Howarth (2000: 62) denuncia que Foucault hipostasia as regras ao entendê-las como causas subjacentes das práticas e, assim, problematiza a definição de formação discursiva como uma dispersão de sentenças/elementos. Com Howarth, consideramos que Foucault recai nesse tipo de contradição por não superar a visão moderna de totalidade. Isso fica claro na sua noção de *episteme* que, para cada período histórico, supõe "o caráter totalizante das regularidades que governam a produção do discurso" (ibid: 63). Em contraposição a essa noção de totalidade é que nós temos proposto a consideração metodológica da politização do conceito de cultura e, por conseguinte, tratar da emergência e deslocamento das fronteiras dos espaços político-culturais. Retirando o peso da obediência às regras, pode-se pensar melhor a representação política como ação substantiva, conforme preconiza Pitkin.

Com o conceito de ambiente narrativo procuramos, portanto, de uma forma não totalizante, que considera a emergência de culturas políticas antagonísticas, dinamizar e enriquecer nossa compreensão acerca do momento de articulação entre superfícies discursivas e

narrativas públicas disponíveis em determinado contexto histórico. Tal disponibilidade não pode ser vista como um *momento estanque*, que comporte sistemas de regras relativamente fixos como identidades narrativas. Ao contrário, as narrativas públicas trazem as marcas de sua historicidade e deslocam suas fronteiras e sentidos de acordo com as vicissitudes do jogo político. A abrangência de sua disponibilidade, assim como as regras que ensejam sua articulação, são definidas politicamente no bojo da prática hegemônica. Ou seja, a ação de representação política, ao definir que narrativas são articuladas e de acordo com que regras, podem ou não se conformar a determinadas superfícies discursivas. Ao concebermos que o momento da articulação acontece desde espaços sociais concretos, não vislumbramos o ambiente narrativo como um sistema de regras externo à ação de representação.

Há, assim, num movimento de aproximação entre semiótica e sociologia política, uma relação inextricável entre o espaço social concreto em que se envidam as articulações narrativas e a amplitude de certo ambiente narrativo. De forma geral, quanto mais autônomo for um espaço político-cultural em relação à institucionalidade democrática vigente, maior será sua capacidade de intervir politicamente no sentido de desvencilhar-se daquelas narrativas (públicas e conceituais) que teimam em constituí-lo como momento interno de um processo histórico (o que remete à mencionada relação entre antagonismo/autonomia e um exterior constitutivo em Laclau). A amplitude de um ambiente narrativo (lugar topológico de articulação), assim, será determinada pela resultante da ação de dois vetores:

a) Num eixo horizontal, tem-se a extensão dos setores/esferas da sociedade em crise (deslocamento), de forma que quanto maior for essa extensão maior será a quantidade de instituições e organizações (escolas, famílias, fábricas, parlamentos, igrejas, comunidades, clubes, organizações feministas, ambientalistas etc) que se abrirão como lócus da política. Isto envolverá, portanto, uma *maior disponibilidade de narrativas públicas a novas articulações*, o que significa que os conceitos e valores fixados nos sistemas hegemônicos de significação poderão ter suas regras e lógicas de funcionamento abaladas;

b) Num eixo vertical, tem-se a *profundidade com que as estruturas narrativas são passíveis de articulação*. Isso tem a ver com o grau de radicalidade com que se pode questionar sentidos e valores narrativos mais ou menos fortemente fixados. Tal radicalidade se define no nível da dimensão da crise social porque se passe (deslocamento; vetor horizontal) e depende da construção de espaços político-culturais mais radicalmente autônomos para "qualificar" seu poder de intervenção no espaço público.

O tipo de articulação narrativa realizada por atores políticos antagonísticos (narrativas ontológicas) depende da consideração desses dois vetores. As narrativas públicas, como vimos, são uma espécie de "matéria prima" ou "recursos" que, ao serem articuladas são, por assim dizer, incorporadas às identidades dos atores políticos. Decisões relativas a essas articulações são *indecidíveis*, mas quando tomadas, terão um rebatimento na *amplitude do ambiente narrativo*, o que implica na constituição de novos interesses (identidade) e na modulação das potencialidades antagonísticas. Alterações na amplitude do ambiente narrativo, assim, limitam ou expandem o âmbito do possível e do razoável. Isso nos ajuda a entender, por exemplo, a preocupação de um analista político como Marco Aurélio Garcia (1994: 120-126), que, algo atônito, constata um paradoxo entre a ascensão eleitoral das esquerdas na América Latina e a hegemonia do projeto neoliberal – principalmente quando se consideram as instituições vinculadas à esfera econômica. Nesses termos, para o autor, a esquerda ou se contaminava com os temas conservadores ou reagia com o que chama de "rechaço principista", a partir de um "fundamentalismo doutrinário". Nos nossos termos, o terreno social, nessa conjuntura, não se mostra ideologicamente fértil para estabelecer a esfera da economia como um *locus* antagonístico de ação política.

É numa perspectiva crítica à opção pelo *fundamentalismo principista* que Umberto Cerroni, considerando a complexidade das sociedades européias de fins dos anos de 1970, procura desvincular as *operações políticas* das *operações intelectuais* evitando, assim, os "enrijecimentos dogmáticos". Coloca-se contra o que caracteriza como uma tentativa de dirigismo da cultura por parte da política e critica alguns partidos marxistas que ainda alimentam

a crença de que “a vida política pode operar num vácuo cultural e científico” (Cerroni, 1982: 24). Seguindo uma linha gramsciana, Cerroni referencia sua crítica no conceito de sociedade civil do comunista italiano, que promove um imbricamento entre infra e superestrutura por meio da política, de tal modo que estes domínios não seriam mais pensados como categorias com fronteiras nítidas. Requer-se dos postulados programáticos nas sociedades contemporâneas, portanto, que se articulem constantemente com outras narrativas, inclusive as que são constitutivas de culturas políticas menos “afins”.

Podemos, nesse contexto, trazer à baila a possibilidade de emergência de narrativas silenciadas, esquecidas ou tidas como pertencentes a um passado mais ou menos remoto. Dado o contexto de desestabilização do sistema geral de significação, elas *podem*, com maior ou menor grau de dificuldade, vir a tornar-se novamente públicas. *É a amplitude do ambiente narrativo que indica o potencial de articulação dessas narrativas*. Pense-se, por exemplo, nas narrativas anarquistas que se insinuaram quando da emergência da narrativa petista entre as décadas de 1970-1980 (Antunes, 1995), mas que o próprio Garcia (1994: 121), ao construir uma classificação de três gerações na esquerda brasileira, deixa de lado e começa sua análise com a formação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922. Certamente, ele não vislumbrou, levando em conta a conjuntura em que escreveu o texto, um possível potencial político nesse tipo de articulação. Sua *decisão* não é certa nem errada, apenas remete à determinada configuração de amplitude do ambiente narrativo relativa a determinada posição da trajetória identitária petista[39].

Assim, do ponto de vista metodológico, a consideração da amplitude do ambiente narrativo é de fundamental importância. Isso porque, *numa perspectiva empírica, é o próprio jogo de representação política que vai determinando, de acordo com as decisões tomadas e numa seqüência só a posteriori percebida, a amplitude do ambiente narrativo que, por sua vez,*

[39] Garcia é o que se pode caracterizar, numa terminologia gramsciana, de intelectual orgânico do PT.

está estreitamente relacionada à trajetória identitária de determinada narrativa ontológica antagonística. Isso porque o escopo dos interesses e projetos políticos a serem encampados – que remetem à existência de identidades – definem-se de acordo com a disponibilidade e potencial de uso de determinados valores narrativos.

Nesse ponto, nos afastamos da perspectiva dialética defendida por Fairclough (2001: 93), uma vez que a prática política pode, a depender da amplitude do ambiente narrativo, desenraizar-se das estruturas sociais materiais. A politização da dimensão cultural que temos defendido ao longo desse capítulo possibilita que, eventualmente, a parte não seja percebida como um episódio no desenvolvimento do todo, conforme definição do estruturalismo dialético em Viet (1967: 22). Promove, portanto, uma quebra na procura metodológica por estruturas universais, que, segundo François Dosse (1994), é, desde sempre, uma ambição do estruturalismo[40]. Na nossa perspectiva – que, por outro lado, procura se distinguir das abordagens teóricas mais autonomistas –, um maior ou menor afastamento dessas estruturas é que determina, ao longo do tempo, o potencial antagonístico dos coletivos pesquisados. Relaciona-se, portanto, conforme nos indica uma comparação prévia das trajetórias da CUT e do MST, com o delineamento de curvas identitárias.

Ao assim nos posicionarmos, adentramos um campo minado de disputa político-teórica. Evelina Dagnino considera que a recente abertura de novos espaços institucionais de representação política tem inaugurado "uma nova fase dos... Movimentos sociais, representada pelo seu esforço de adequação à institucionalidade democrática" (Dagnino, 1994: 110). Essas experiências refutariam, segundo a autora, uma *caracterização corporativa dos movimentos sociais* e expressariam a construção, na sociedade civil, de uma verdadeira "transformação

[40] Uma categoria relevante relacionada a essa discussão é a questão da temporalidade que, no estruturalismo marxista, é capturada pela diacronicidade da estrutura. A predominância do todo em relação às partes nesse tipo de estruturalismo, segundo Viet (1967: 29-32), revela um aspecto genético da estrutura, posto que a concepção dialética de totalidade compreende a realidade como devir. Na nossa perspectiva, como veremos mais adiante, a autonomia relativa dos espaços político-culturais tem, potencialmente, o poder de inaugurar novas temporalidades que interditam uma interpretação intramundana da história, como acontece em Habermas.

cultural". Críticos a essa posição, como revela a própria autora (ibid: 111), geralmente desde uma perspectiva marxista mais ortodoxa, acusam esses espaços públicos de serem instrumentos de cooptação do Estado. Não somos contra a criação desses espaços, apenas questionamos a superioridade racional dessa nova "cultura política" ou "cultura cívica", crença bastante afim à teoria da ação comunicativa habermasiana[41]. Nesse sentido, achamos importante lembrar a preocupação de Vanda Ribeiro Costa para quem "a inserção dos trabalhadores nesse sistema (novos espaços de *participação*) vem se processando através da incorporação dos setores mais organizados, sem que seja possível incluir nesse processo a classe como um todo" (Ribeiro Costa, 1994: 61). Isto é, alguém está sendo excluído dessa "transformação cultural" – nominalmente aqueles setores menos organizados da classe trabalhadora, que contam com entidades de menor poder de negociação –, de forma que a instabilidade dessa formação hegemônica poderá ser denunciada pela emergência de novos antagonismos.

Por tudo que foi dito até o momento, podemos explicitar nosso método de pesquisa. Após definirmos uma periodização (1970-1989; 1990-1994; 1995-2002; 2003-2007)[42], a partir de um contato inicial com os dados da pesquisa, procedemos da seguinte maneira para delinear as curvas identitárias (linhas que ligam pontos no tempo arbitrariamente escolhidos como

---

[41] Habermas (1990), na sua teoria da ação comunicativa, propõe a substituição do que chama de filosofia da consciência pelo *paradigma do entendimento recíproco*. Referenciado na virada lingüística, põe em xeque a existência de uma razão objetiva, para além dos fenômenos em si. Assim, tendo como pano de fundo o *mundo da vida*, espécie de "... acervo de evidências culturais" (Habermas, 2000: 416), homens e mulheres, num processo de mútuas expectativas, elaborariam, relacionalmente, os seus "padrões exegéticos consentidos" (ibid: 417). A filosofia, que abdicaria da pretensão de promover a razão desde um ponto de vista particular (Kant ou Marx), teria que dar "... acesso a uma totalidade que compreende em si a razão subjetiva e seu outro" (ibid: 423). Considerando a superioridade ética da *razão comunicativa*, qualquer outra razão particular, que não esteja dentro dos paradigmas morais e de socialização do mundo da vida (espaços político-culturais), seria considerada como "separação" e "usurpação". Tal perspectiva tem a ver com a centralidade da dimensão social no pensamento de Habermas, pois ele defende que "o tecido das ações comunicativas nutre-se dos recursos do mundo da vida e, ao mesmo tempo, constitui o *medium* pelo qual as formas concretas de vida se reproduzem" (ibid: 439). A perspectiva habermasiana tem grande influência em analistas políticos brasileiros referenciados na emergência dos Novos Movimentos Sociais que, por sua vez, fazem parte do ambiente narrativo de emergência do PT.

[42] As décadas de 1970-1980 correspondem ao período de emergência e consolidação da narrativa petista no qual escolhas políticas fulcrais ao delineamento de sua trajetória foram tomadas. A década de 1990 caracteriza-se por seguir-se à derrota eleitoral de Lula em 1989 e pela crise do leste europeu, que exigiu redefinições programáticas da esquerda em nível internacional, assim como pelo estabelecimento inquestionável da hegemonia neoliberal no Brasil. Já o ano de 2002 é marcado pelo início da administração de Lula no governo federal.

significantes por remeterem a momentos importantes de decisão política de determinado coletivo) do PT, da CUT e do MST *vis-à-vis* o processo de representação política:

a) Mapeamos, nas suas linhas gerais, as principais narrativas públicas articuladas pelo PT, CUT, MST, relacionando-as ao estabelecimento dos *loci* de representação política (locais de trabalho, bairros, articulações, fóruns, câmaras setoriais, conselhos etc);
b) Analisamos, ao longo do tempo, a criação, despotencialização ou investimento desses/nesses espaços de representação política e em que medida eles conformam diferentes concepções de democracia;
c) Analisamos, através de polêmicas em torno de três temas-chave (corporativismo, poder local, cidadania), as principais tensões entre as narrativas ontológicas antagonísticas oficiais e militantes (no PT, CUT e MST), assim como a relação entre essa tensão e as concepções de democracia hegemônicas nos espaços de representação política;
d) Identificamos "novas" narrativas que apareceram na cena política e a partir de que espaços elas foram enunciadas;
e) Analisamos *como* essas narrativas foram sendo articuladas ou rechaçadas na relação de representação política pelas narrativas ontológicas oficiais, assim como pelas narrativas ontológicas militantes (no PT, CUT e MST);
f) Contrastamos a ocupação/construção/modificação desses espaços de representação política com o nível de radicalidade nas estratégias das narrativas ontológicas oficiais (no PT, CUT e MST) e a relação destas com as configurações de suas estruturas organizativas.

Esses passos, como se pode ver, apontam para a utilização metodológica de uma tensão entre as narrativas ontológicas oficiais e militantes. Isso porque essas últimas reivindicam tanto narrativas alternativas como formas específicas de articulá-las. Isso desafia as soluções de coerência que vão sendo propostas pelas narrativas ontológicas oficiais (programas e suas estratégias) ao longo de suas trajetórias identitárias. Explorar em maior profundidade essa tensão requer uma abordagem do ator político como um ente que, por não ser portador de uma consciência autocentrada, não possui interesses históricos fixos, dados ou plenamente construídos previamente à relação de representação, portanto, constituídos em outro lugar anterior aos espaços de representação[43]. Cabe, nessa esteira, refletir acerca de como as *vontades coletivas*

[43] Laclau (1986) lembra da importante contribuição da psicanálise às ciências sociais ao romper com a noção de racionalidade e transparência de um ego centrado. Não apenas a psicanálise (Freud, Lacan), mas a hermenêutica

(hegemonia) se constituem e perceber mais concretamente, nesse processo, detalhes da relação de representação entre partido político e movimento social. Nesse contexto, nós aprofundaremos a *importância metodológica da noção laclauniana de ideologia*, o que facilitará ao leitor entender melhor a arquitetura geral do método analítico que será proposto em seguida.

2.5. Ideologia, Mito e Ambiente Narrativo: quarta aproximação metodológica

Ao longo de nossa exposição, fizemos algumas referências acerca da importância que os processos lógico-formais têm, na teoria laclauniana, para a própria organização do social. Expusemos o princípio lógico da diferencialidade, que Laclau trabalha a partir de Derrida e que preconiza o caráter relacional das identidades e conceitos. Cabe agora – para que melhor entendamos o processo de formação de vontades coletivas – explicitarmos uma outra lógica, a da *equivalência*, que deve ser pensada em constante tensão com a lógica da diferença. Paralelamente, ao refletir acerca da construção de narrativas ontológicas antagonísticas, nós ressaltaremos, numa perspectiva metodológica, *três dimensões analíticas* presentes, implícita ou explicitamente, nos seis passos do método de análise exposto na seção anterior.

Essas dimensões foram selecionadas a partir de um diálogo com a sociologia política e serão "acessadas" a partir da análise de polêmicas em torno dos seguintes temas-chave: corporativismo, poder local e cidadania (item C do nosso método de análise). Tais temas têm estreita relação com a abertura de novos espaços de representação política e, conseqüentemente, estão eivados pelas dimensões a serem consideradas:

1) Tensão mais ou menos evidente que vai se delineando quando da *articulação entre tática e estratégia*. Tal tensão se relaciona com a possibilidade/necessidade de manutenção da coerência do sentido narrativo;

---

de Gadamer e a filosofia da linguagem inspirada no trabalho do último Wittgenstein são exemplos de correntes teóricas que do século XX que criticam "a idéia de uma natureza humana universal" (Mouffe, 1996: 102).

2) Modificações nas *concepções de democracia*, o que inclui o tipo de relação, mais ou menos tenso, que vai se estabelecendo com os valores narrativos circulantes na institucionalidade democrática; as características gerais dos *loci* de representação política; identificação dos sujeitos da ação política, o que nos indica as *unidades de representação* (indivíduo, classe, nação, movimentos); noções como participação, cidadania etc;
3) Alterações nas *estruturas organizativas* do PT, CUT e MST: se mais ou menos adaptadas às lógicas institucionais; o peso das bancadas legislativas nessas organizações; maior ou menor abertura, assim como critérios para a construção de alianças políticas, democracia interna etc.

Vejamos agora como, através do nosso referencial teórico, podemos articular essas dimensões analíticas. O primeiro passo é retomar a questão dos processos lógico-formais.

Laclau, apesar de não reclamar a existência de um centro estruturador do social *per se*, reconhece que falar em identidade diferencial (relacional, que precisa de um outro para definir seu "ser") implica, como condição de existência da *parte*, estabelecer o *todo* em que se constituem as identidades. Como não há um centro estruturador do social (imanência), o jogo de definição da lógica diferencial (*différance*) se expressa pela tensão política entre sentido e forma. O primeiro remete a conceitos como identidade e ideologia dos atores políticos. Partindo de determinada configuração identitária (que pressupõe a existência de interesses constituídos ao longo de uma trajetória), esses atores materializam em programas políticos aquilo que elegem como sua *tática*, uma ação política mais operativa, que deve estar em coerência a uma *estratégia* de longo alcance. Esse sentido, entretanto, como antevimos na discussão com Umberto Cerroni e Marco Aurélio Garcia, não pode operar num vácuo cultural. Tem que se remeter a sistemas de significação hegemônicos (diferencialidade), que, a partir de relações de poder (fixação de sentidos nos espaços de representação política), condicionam inexoravelmente o sentido, que sofre alterações. Abre-se, assim, uma defasagem entre a "identidade", percebida desde uma perspectiva da tradição política de determinados coletivos (da memória discursiva), e o sentido hegemônico materializado na prática política. Não é por outro motivo que a "sinceridade" ou

mesmo “moralidade” dos representantes políticos é tantas vezes posta à prova – o outro antagônico, não raro, condiciona as escolhas de tais representantes.

Em um nível elevado (ideal) de externalidade/autonomia em relação às instituições democráticas, a certeza quanto às questões táticas parecem bastante evidentes, como na seguinte afirmação de Engels no seu clássico texto “Princípios do Comunismo”: “A democracia seria absolutamente inútil para o proletariado se não fosse imediatamente usada como meio para realizar amplas medidas, dirigidas diretamente contra a propriedade privada” (Engels, 2005: 55). Entretanto, no mesmo texto, redigido em 1847, Engels (ibid: 64-65) não pôde deixar de considerar – numa operação tática mais vinculada a um processo histórico real – que, como na Alemanha ainda não havia se travado uma batalha decisiva entre burguesia e monarquia absoluta, seria *razoável* que os comunistas ajudassem os burgueses a conquistar o poder. Aos olhos de Engels, possivelmente, não havia contradição entre esses dois movimentos, muito embora ajudar os burgueses não corresponda exatamente a uma ação diretamente dirigida contra a propriedade privada. *A tática, assim, pode ser entendida como um momento ou episódio que se quer integrar num sentido narrativo geral, que é estabelecido na dimensão estratégica*.

Quando a *sociedade civil* aparece vinculada ao momento da estrutura, como é o caso da perspectiva leninista, a imensa maioria da população está “integrada por forças sociais que representam diversos interesses de classe... [o que] Vai se tornando evidente à medida que a revolução avança... E se estabelece uma demarcação mais nítida da fisionomia de classe dos diferentes partidos” (Harnecker, 2003: 29). Uma reconhecida complexidade da realidade na perspectiva em questão (ibid: 79-86) apenas viria a encobrir uma subjacente divisão objetiva (em classes) do social. No *frigir dos ovos*, é essa concretude inexorável que deveria, para os marxistas mais ortodoxos, prevalecer na construção das estratégias e táticas políticas. Os partidos políticos são tomados como expressão inelutável da luta de classes, embora o nível de “mediação” política exigido (complexidade social) não permita uma autonomia extrema por parte dos partidos

revolucionários. Cerroni (1982: 20) chama a atenção, nesse sentido, para a luta de Gramsci, e do próprio Lênin, contra os economicistas, mas, tendo em mente a inovação gramsciana em relação à sociedade civil, considera que, embora a luta de classes seja uma luta de partidos, a "luta dos partidos não é *ipso facto* a luta de classes" (ibidem).

Vejamos, nesse contexto, como, na nossa perspectiva teórica, podemos explicar os conflitos de coerência entre estratégia e tática e como isso se relaciona com a tensão entre as lógicas da diferença e da equivalência, esta última ainda a ser explicada. Consideramos *a tensão estratégia-tática* – que *articula as nossas outras duas dimensões analíticas* (concepções de democracia e estruturas organizativas) – *como a mola mestra das transmutações identitárias*. Esta tensão remete à alteração de fronteiras dos espaços públicos e das narrativas ontológicas oficiais. É nessa perspectiva que Laclau – tendo em mente a centralidade do político – defende um ordenamento simbólico das relações sociais, que deixam de ser reflexo de uma identidade orgânica da sociedade. Diferentemente do que se entende correntemente por "política", nessa linha, Chantal Mouffe afirma que *o político* é uma instância de emergência do sujeito, que "não pode ser limitado por um certo tipo de instituição ou encarado como constituindo uma esfera ou nível específico da sociedade" (Mouffe, 1996: 13). Assim, tendo como pressuposto a negatividade do social (no sentido da inexistência de um centro e, portanto, da postulação de um exterior constitutivo), toda totalidade, por não ter existência própria (positiva), teria que ser definida em função de uma externalidade. Esta, com efeito, para que lhe seja realmente externa, teria que ser fruto de uma *exclusão radical*, e não um espaço apenas neutro. Laclau (2005), então, trabalhando o conceito de uma tensão entre lógicas da diferença e da equivalência, consegue demonstrar o caráter relacional dos espaços sociais e, portanto, a relatividade dos conceitos e valores inseridos num determinado sistema de significação:

> Com respeito ao elemento excluído, todas as outras diferenças são equivalentes entre si – equivalentes em seu rechaço comum à identidade excluída... Porém a equivalência é precisamente o que subverte a diferença, de maneira que toda identidade é construída dentro desta tensão entre lógica da diferença e lógica da equivalência (Laclau, 2005: 94).

Nesse sentido, toda totalidade social é ao mesmo tempo requerida, pois, como vimos em Derrida, as partes só definem sua "identidade" à medida da pressuposição de um todo; e impossível, pois a existência de espaços político-culturais radicalmente antagonísticos, subverte a lógica diferencial das totalidades, tornando suas partes equivalentes, pois conjuntamente antagonísticas ao espaço que excluem. No plano político, isso implica que as sociedades "democráticas" têm sua estabilidade (estática diferencial das "comunidades políticas") constantemente instada ao *movimento* pela construção de equivalências.

Assim, na década de 1970, momento de emergência do que Ruth Cardoso (1994: 81-90) classifica como *fase heróica* dos movimentos sociais no Brasil e palco da emergência da narrativa petista, operava-se um rechaço radical às políticas clientelistas e populistas típicas do Estado corporativo brasileiro, de forma a promover uma clivagem entre uma sociedade civil "virtuosa" e um Estado tido como essencialmente negativo (Lahuerta, 2001: 87). As eventuais diferenças a serem exploradas *no* sistema de significação então hegemônico – como parecia ser o caso da opção gradualista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Garcia, 1994), que preconizava a ocupação de espaços na estrutura sindical oficial (Alves, 2003; Santana, 2003) – seriam, na perspectiva das forças que se alinharam em torno da construção da narrativa petista estreitamente vinculada àqueles movimentos, postas em equivalência. Desenhando uma *linha de antagonismo* na sociedade, quem estivesse do outro lado seria "farinha do mesmo saco", como se nota no *slogan* petista *Vote 3, o resto é burguês* nas eleições de 1982, em São Paulo. Nos nossos termos, a efetividade da construção dessa linha de antagonismo põe em xeque de forma radical a estabilidade do sistema político hegemônico.

Como corolário, já que as totalidades sociais nunca correspondem a estruturas fechadas e estáveis, o estabelecimento de uma cadeia de equivalências, que corresponde em termos práticos à formação de vontades políticas (narrativa ontológica antagonística), tende a gerar alterações na totalidade diferencial ou sistema geral de significação (institucionalidade democrática). A desestabilização desse sistema, por outro lado, vai requerendo rearticulações narrativas (táticas) da própria identidade em constituição, o que – veremos como adiante – impossibilita a manutenção *ad eternum* de uma mesma estratégia ou sentido narrativo. É interessante notar – conforme nossa definição de ambiente narrativo – que o jogo político que se estabelece em torno dessa *tensão entre lógicas* não se dá apenas no terreno das idéias, mas implica/requer a criação/alteração das fronteiras dos espaços públicos e das narrativas ontológicas antagonísticas; em outras palavras, dá-se no terreno das práticas sociais e políticas.

Mas como se promovem efetivamente essas equivalências, haja visto que, de acordo com a perspectiva laclauniana, não há uma racionalidade ou positividade das identidades a que se recorrer (uma referência extradiscursiva na qual possa se apoiar a crítica ideológica)? Um aspecto importante, já mencionado, é a exclusão social, que denuncia o caráter politicamente constituído das formações hegemônicas. Como atesta Held (2002), as principais tradições democráticas sempre foram *elitistas,* excluindo do direito à participação vários setores da sociedade[44]. Outro aspecto a ser considerado tem a ver com a também já mencionada impossibilidade de plena apropriação pelo conceito dos fluxos e identidades sociais. Na perspectiva laclauniana, articular um coletivo – que, na sua condição de exclusão, expressa uma demanda social não satisfeita – numa determinada cadeia de equivalências, corresponde ao que, por influência de uma linguagem psicanalítica, se chama de *catexia libidinal*. Expliquemo-nos.

---

[44] Essas tradições – a que Held (2002: 141-2) denomina de protetora (Madison, Bentham, James Mill) e desenvolvimentista (John Stuart Mill) – remontam às civilizações grega e romana. O sentimento de identidade das comunidades urbanas gregas (unidade), nesse sentido, decorria do estabelecimento de uma linha que demarcava "os de fora": escravos e membros de outras comunidades, por exemplo.

A eleição de um objeto (classe, Deus, democracia, nação etc) à condição de centro estruturador de uma cadeia de equivalências vai além de "mera" apreensão conceitual, e implica num *investimento radical* que não se faz sem referência ao afeto, à mobilização do desejo. É assim que as práticas articulatórias envolvidas no processo de representação política caracterizam-se como aquela ação substantiva, cujo caráter simbólico é captado por Laclau (2005), quando aponta para a importância das operações retóricas[45], operadas no discurso ideológico, para a construção do social. Tal intuição nos possibilita promover, através do conceito de ambiente narrativo, um *vínculo metodológico entre o trabalho ideológico e a unidade/materialidade das narrativas ontológicas antagonísticas*. Vale frisar que, para Laclau (2006: 10), o grau zero da ideologia é uma "presumida realidade extradiscursiva", o que "constitui [sua] falsidade por excelência". Ou seja, a ideologia, que tem a propriedade de fazer parecer *uno* o que depende dela própria para assumir certa configuração, articula identidades desde uma imersão no jogo político, cujas vicissitudes não surgem de processos racionais "puros" (idealismo) – pretensamente capazes de captar aqueles fluxos e identidades sociais. São, nesse contexto, os parâmetros sob os quais se promovem as ações (ideológicas) de representação que tentamos captar, em contraste com um sistema fixo de regras como nas abordagens estruturalistas, através do conceito de ambiente narrativo.

Laclau usa o termo "cimento" para expressar o trabalho de unificação social da ideologia (fechamento hegemônico do social). Mas, em negando aquele nível metalingüístico

---

[45] É nesse sentido que Laclau (2005: 27) chama a atenção para função ontológica da retórica. O que está naturalizado ideologicamente, objetivado nas relações sociais, ou seja, a operação hegemônica, é, em essência uma catacrese (a utilização de uma palavra ou expressão que não descreve com exatidão o que se quer expressar, mas é adotada por não haver palavra apropriada: "vinagre de maçã", "embarcar no avião", "cabeça do alfinete" etc), que remete à noção de que a articulação constrói objetos/sujeitos que não são a expressão exata de uma literalidade objetivamente dada, mas que a representam mesmo assim – impropriamente, como o faz a força hegemônica – ao se atribuir enquanto particularidade a representação do universal. Outra operação retórica de grande importância para a hegemonia é a sinédoque: a parte que representa o todo, como ocorre entre partido/classe no processo de representação; ou mais do que isso, a substituição de um termo por outro, havendo ampliação ou redução do sentido usual numa relação quantitativa. A sedimentação dessas figuras retóricas, tendo a ver com a construção de tradições políticas, influenciam a "forma" de representar o social, visto por Laclau como uma *retórica generalizada*.

(*extradiscursivo*) aos discursos antagonísticos, não assume a impossibilidade da existência de uma crítica ideológica, pois isso redundaria na assunção de uma incomensurabilidade entre discursos e implicaria numa espécie invertida de positividade – desafiada, enfim, quando da articulação de identidades pela ação de representação. Ao contrário, "o que é impossível é uma crítica da ideologia *enquanto tal*; todas as críticas serão necessariamente intraideológicas" (Laclau, 2006: 13). O que a ideologia faz é criar um efeito narrativo de verdade, uma projeção "em algo que é essencialmente dividido a ilusão de uma plenitude e autotransparência que estão ausentes" (ibid: 17). O trabalho de produção desse efeito que, por ser interno ao jogo político, é constantemente sujeito a redefinições, sempre refletirá aquela tensão entre diferencialidade do sistema hegemônico de significação (tomado como um outro antagonístico) e a estratégia das/nas narrativas ontológicas antagonísticas de construção de equivalências. Nos termos do nosso debate, *a ideologia, como corolário da tensão estratégia-tática, promove – em conformidade com as alterações de amplitude do ambiente narrativo – as "necessárias" soluções de coerência narrativa, o que envolve a própria conformação estrutural dessa narrativa*.

Quanto mais forte for a noção de plenitude identitária (efeito anafórico da ideologia), mais forte será o *investimento estratégico* da narrativa antagonística e o trabalho ideológico fará aparecer menos a tensão desse investimento *vis-à-vis* os inevitáveis recursos a *esquemas táticos*. Tal ilusão de *unidade* entre os espaços articulados na ação de representação, nessa esteira, será sempre requerida, pois sem ela, segundo Laclau (ibid: 19), "não haveria sentido em absoluto". Acreditamos que, por esta razão, é recorrente nos encontros e congressos das organizações que analisamos a discussão acerca de suas *estruturas organizativas. Reestruturações nestas últimas, quando pensamos em práticas políticas antagonísticas, podem acontecer tanto no sentido de sua integração às instituições democráticas vigentes (subversão da equivalência pela diferença); ou, no sentido inverso (subversão da diferença pela equivalência), de habilitá-las – necessidade que*

pode advir de mudanças conjunturais mais profundas – para exercer uma prática mais radicalmente contra-hegemônica do que a que se praticava.

Nesses termos, podemos entender melhor em que sentido Laclau utiliza o termo "cimento" para se referir ao trabalho ideológico. *É a ideologia que articula a dimensão material da estrutura discursiva e as estruturas narrativas (lingüísticas) mais profundas*[46]. A materialidade do discurso ideológico, nesse contexto, é bem expressa por Zizek (1996) quando observa que hoje é mais fácil se imaginar o fim do mundo – via catástrofe ecológica, por exemplo – do que qualquer modesta mudança no modo de produção capitalista. Poderia se dizer, assim, que a ideologia é uma espécie de "matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação" (ibid: 7). É essa última característica do trabalho ideológico, dado que temos como objeto de investigação uma narrativa antagonística, que nos interessa de perto.

Como pudemos antever, a ideologia não retira sua força, seu poder material, apenas de sua dimensão doutrinária (teorias, convicções, métodos de argumento). Temos que levar em consideração, como nos ensina Laclau (1996), comentando Zizek, dois outros eixos: a crença (auto-experiência espontânea de indivíduos "livres") e o ritual (imprensa livre, eleições, mercado etc). Essa realidade, presumidamente extra-ideológica, é denunciada por Laclau como dependente de "mecanismos que pertencem ao reino ideológico" (Laclau, 2006: 11). São esses três eixos, em conjunto, que permitem criar o efeito ideológico que aponta para a possibilidade (no caso dos discursos contra-hegemônicos) ou existência (no caso dos discursos hegemônicos) de um ordenamento social particular que ancorará/ancora o fechamento social de uma comunidade. Isso implica dizer, nos termos que temos discutido, que a ideologia não opera desvinculada dos

[46] Podemos, assim, perceber a materialidade a que o discurso ideológico (anaforizante) necessariamente se vincula, "porque o problema que nos preocupa em primeiro lugar é saber não apenas qual é a organização topológica do universo semântico que recobre determinada comunidade cultural, mas principalmente se uma organização particular desse universo acarreta, por via de conseqüência, uma articulação original da 'massa social'" (Greimas, 1976: 40).

aspectos culturais pertencentes à dimensão extralingüística do discurso. Ou seja, sem amparo numa cultura que lhe dê materialidade, a "ideologia" – resumida a um corpo de idéias – perde sua dimensão de horizonte, indispensável à existência de sua força nas relações políticas e sociais.

A semiótica é bastante elucidativa nesse contexto. Segundo Rector (1978: 19), Greimas atribui à ideologia o papel de criação dos sistemas de valores ou "axiologias". A ideologia, assim vista, como "sistema de representação", se distingue da ciência "pelo fato de que nela... A função prático-social prima sobre a função teórica" (ibid: 21). À maneira de Julia Kristeva, que teria passado de uma semiótica idealista para uma materialista ("científica"), Greimas procurava ir além da semiologia (estudo dos sistemas dos signos, conforme preconizado por Saussure) e entende a semiótica como "a teoria de todas as linguagens e de todos os sistemas de significação", sendo que "o mundo extralingüístico passa a ser o lugar de manifestação do sensível, da manifestação do sentido humano, quer dizer, da significação para o homem" (ibid: 27). O espaço político-cultural de que temos falado, assim, é fundamental para o trabalho ideológico (sistema de representação), pois para Greimas, significação e percepção estão fortemente ligadas, havendo uma "interdependência entre o mundo dos objetos [extralingüístico, RM], a percepção e o código [estrutura narrativa, RM]" (ibid: 35). O estabelecimento de *sentido*, assim, seria uma espécie de transcodificação de linguagens inexoravelmente vinculada ao meio. Esse entendimento é, com efeito, fundamental para nossa estratégia metodológica de análise da ação de representação política.

Os representantes políticos, assim, ao ocuparem os espaços de representação – que comportam determinadas culturas políticas e não aceitam uma livre circulação de valores –, têm que promover novas rearticulações ideológico-narrativas que guardam correspondência com tais culturas. Isso equivale à necessidade de recorrer a alguns esquemas táticos. Se considerarmos a relação de antagonismo (não mera diferença) entre os espaços político-culturais representados e os espaços de representação política (item F do nosso método de análise), o representante

caracteriza-se por ser uma espécie de articulador dos espaços em que ele transita. Seu trabalho ideológico consiste em – através de uma estratégia de transcodificação de linguagens – imprimir um sentido narrativo que unifique os espaços em que transita, enredando-os, em um todo coerente, no espaço e no tempo. Nesse contexto, *as concepções de democracia, que orientam a ação de representação política a partir de um maior ou menor reconhecimento da racionalidade hegemônica nos espaços públicos, serão um referencial importante para suas tomadas de decisão*. Estas últimas, como vimos, terão um rebatimento na amplitude do ambiente narrativo, pois o trabalho ideológico acima mencionado demandará, irremediavelmente, o rechaço de determinados valores e espaços narrativos.

Agora sim, podemos especificar o processo lógico-formal que torna impossível a manutenção *ad eternum* de uma estratégia ou sentido narrativo. Da mesma forma que Laclau se refere a uma equivalência que subverte a lógica da diferença, supomos que há, pela via da representação política, um trabalho inverso – através do discurso ideológico que articula, como vimos, o lingüístico e o extralingüístico – de subversão da equivalência pela diferencialidade hegemônica. Esse seria o mecanismo lógico-formal pelo qual uma narrativa ontológica antagonística tem sua trajetória identitária delineada. Coerentes com a concepção laclauniana de discurso, *consideramos que essa subversão da lógica equivalencial há que se fazer sentir nas conformações estruturais do PT, CUT e MST*. A cada momento das trajetórias identitárias, entretanto, as narrativas ontológicas militantes podem fazer valer sua particularidade, o que pode gerar uma tensão na relação de representação política[47]. Isso, teoricamente, possibilita, especialmente em momentos de crise, haver mudanças de sentidos das trajetórias políticas. Essa forma de perceber a ação das narrativas militantes qualifica a discussão em torno das pressões pela *unidade* dos atores políticos e das exigências de adaptação das suas estruturas organizativas.

[47] Acusações de cooptação, guinadas à direita e à esquerda, cupulismo, assim como (re)definições do conceito de socialismo, tão comuns na tradição de esquerda, são expressões concretas de tensões em torno das reorientações estratégicas.

Contudo, devido à própria mutação estrutural acima mencionada, há um inegável efeito inercial que tornam mais penosas as mudanças radicais de sentido narrativo, seja num sentido transformador ou conservador. Avaliações referentes à força desse efeito inercial informam, do ponto de vista prático, os processos de rachas e subdivisões na tradição de esquerda.

Resta-nos, nesse contexto, refletir mais detidamente acerca da relação entre a amplitude do ambiente narrativo e a capacidade (ideológica) dos atores políticos antagonísticos projetarem sentidos narrativos estratégicos. Para tal, teremos que nos debruçar sobre a *dimensão mítica* das narrativas antagonísticas num contexto de sociedades civis complexas. Comecemos por explicitar o conceito laclauniano de mito:

> entendemos por mito um *espaço de representação* [no sentido filosófico da palavra, RM] que não guarda nenhuma relação de continuidade com a 'objetividade estrutural' dominante. O mito é assim um *princípio de leitura* de uma situação dada, cujos termos são *externos* àquilo que é representável na espacialidade objetiva que constitui uma certa estrutura. A condição objetiva de emergência do mito é, por conseguinte, um deslocamento estrutural. O trabalho do mito consiste em *suturar* esse espaço deslocado, através da *constituição de um novo espaço de representação* (grifo nosso) (Laclau, 2000: 77).

Um olhar mais atento a essa passagem pode revelar uma aproximação metodológica dos conceitos laclaunianos de mito e ideologia com a noção de ambiente narrativo que temos defendido. Isso porque Laclau expressa claramente a condição radicalmente externa do mito, entendido como *princípio de leitura*, e isso, nos nossos termos, só pode ser concebido caso haja um desenraizamento das estruturas sociais materiais e simbólicas. É, assim, a amplitude do ambiente narrativo que dá pertinência sociológica a tal proposição, pois se propõe a captar o vínculo entre a "percepção" de uma situação de *deslocamento estrutural* (num nível formal) e sua capacidade ideológica de imprimir sentidos narrativos concretos que se oponham ao efeito perturbador da referida situação. A disponibilidade de narrativas públicas, assim como a radicalidade com que seus valores podem ser articulados, num processo de transcodificação de linguagens, tendo uma situação de deslocamento como condição de possibilidade, também

dependem da existência de terrenos ideológicos férteis vinculados aos aspectos culturais e extralingüísticos.

Por outro lado, Laclau refere-se à vocação do mito para promover suturas num terreno social deslocado, através da constituição de novos "espaços de representação". Tais espaços, como antevimos ao vincularmos o trabalho ideológico à possibilidade de investimentos estratégicos, só podem ser projetados a partir de *narrativas coesas*. Em termos políticos práticos, *essa coesão se traduz numa congruência entre as conformações estruturais das narrativas ontológicas antagonísticas – por exemplo, PT, CUT, MST, quando preconizam com maior ou menor ênfase uma relação orgânica com suas bases – e determinado investimento estratégico*. Isso equivale à intuição de Cerroni (1982: 27), para quem um partido socialista precisa "dar estrutura orgânica à sua estratégia".

Esse é o ponto em que podemos promover uma articulação metodológica mais profícua das três dimensões analíticas que perpassam nosso método de análise. Vimos que quando Umberto Cerroni, numa linha gramsciana, nos lembra que a política não pode acontecer num "vácuo cultural", ele se refere à complexidade da sociedade civil e, conseqüentemente, à necessária articulação dos partidos operários com as ideologias hegemônicas. Se analisarmos a relação de representação política que se estabelece entre partidos e demais organizações da sociedade civil, concluiremos, possivelmente, que as estratégias políticas estabelecidas pelas últimas (representados nesse caso) estão estreitamente relacionadas às decisões políticas tomadas pelos primeiros. Vejamos como.

Consideramos, com Cerroni (1982: 15-17) que, nas sociedades contemporâneas, os partidos antagonísticos – concebidos como partidos "operários" –, se encontram numa fase "extra-uterina", que se caracteriza por sua abertura para a luta hegemônica no âmbito das instituições da democracia liberal-representativa. O peso hegemônico dessas últimas faz com que os partidos, uma vez aceitos como representantes dos movimentos sociais, limitem o escopo de

ação política destes últimos, direcionando-a ao âmbito das referidas instituições. Bloqueiam-se, assim, os investimentos em outros *loci* de ação política que porventura sejam considerados por narrativas ontológicas militantes. Isso ganha um peso analítico considerável se pensarmos que – apesar das articulações que se materializam em redes regionais, nacionais e internacionais – a prática política dos movimentos sociais não parece acontecer de forma autônoma em relação aos partidos políticos, o que revela a centralidade efetiva desses últimos (Gohn, 2003; Brie, 2006). Por isso supomos, nos termos de nosso debate, que, *nas democracias contemporâneas, são as decisões tomadas em nível partidário – engendradas a partir de determinadas concepções de democracia, defensoras, em maior ou menor grau, da existência de um espaço público único e universalizado – que promovem os principais impactos na amplitude de um ambiente narrativo* e, conseqüentemente, na sua capacidade (e de seus representados) de investimento estratégico. A amplitude do ambiente narrativo está, assim, em estreita conformidade com o princípio de leitura do mito e, portanto, de sua capacidade ideológica de projetar suturas no terreno social deslocado.

Dito isto, podemos apresentar, numa última seção, o *corpus* delimitado para análise, assim como as técnicas utilizadas nas entrevistas.

2.6. Aspectos Metodológicos: pesquisa de campo e análise dos dados

Tendo em mente a tipologia narrativa adotada nessa pesquisa, nós procuramos construir um *corpus* que abrangesse as narrativas conceituais, públicas, ontológicas oficiais e militantes. As *narrativas oficiais* foram identificadas nas resoluções, editais de jornais e revistas, manifestos, cartas e outras formas oficiais de posicionamento do PT, da CUT e do MST. Uma leitura prévia desse material impresso nos ajudou a construir os contornos iniciais de nosso método de análise. Nós analisamos também vídeos comemorativos e de divulgação das organizações pesquisadas, tais como *Linha de Montagem* e *Construção da Sede do PT de São Bernardo dos Campos*.

As *narrativas conceituais* foram acessadas nos textos históricos, sociológicos e da ciência política produzidos por intelectuais orgânicos ou não ao PT (artigos, livros, ensaios, entrevistas, teses acadêmicas). O acesso a esse material o fizemos por meio de jornais publicados pelo Partido na década de 1990 (*Brasil Agora* e *Boletim Nacional*), na revista Teoria e Debate (de 1987 a 2007), assim como nas demais publicações (livros, brochuras que divulgam resultados de seminários) da Editora da Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT. Exploramos também narrativas conceituais produzidas em editoras politicamente engajadas, como é o caso da *Expressão Popular*, que tem proximidade com o MST. No seu conjunto, essas fontes de pesquisa nos ajudaram tanto a compreender os debates empreendidos na/pela narrativa petista, quanto apreender as conjunturas políticas em que os mesmos se efetivaram.

Além da análise das narrativas conceituais e oficiais, nós pudemos identificar, no embate entre *narrativas militantes*, as disputas em torno dos sentidos a serem conferidos à narrativa petista. No bojo desse processo, nós identificamos os tipos de articulação que se construíram a partir de *narrativas públicas*. As narrativas, como vimos, apresentam-se sempre de forma imbricada, o que torna, por exemplo, as reflexões teórico-conceituais eivadas de sentidos narrativos militantes. Isso implica que não encontramos uma correspondência perfeita entre fonte e tipologia narrativa. As narrativas militantes, entretanto, mais especificamente, puderam ser acessadas através de publicações como teses congressuais, publicações como cadernos e jornais sob a responsabilidade de tendências petistas/cutistas (Jornal *Em Tempo*, Caderno *Democracia Socialista*, resoluções de congressos e encontros da Oposição dos metalúrgicos de São Paulo), além de jornais e revistas publicadas pelo MST (Jornal *Sem Terra*, Revista *Sem Terra*).

Procedemos também a entrevistas como meio suplementar de aproximação/construção do nosso objeto de pesquisa. Através dessas entrevistas, que foram realizadas em São Paulo e em Pernambuco, nós tivemos acesso a informações (detalhes acerca das disputas políticas na gestão municipal de Erundina em São Paulo, força do "lulismo" no PT e na CUT, sentimentos dos

representantes na ação de representar, pressão de bastidores nos sindicalistas do PT em direção de greve, etc.) – dificilmente encontradas em material impresso –, que nos ajudaram a contextualizar os debates analisados. Pudemos, outrossim, acessar percepções idiossincráticas dos entrevistados que se revelaram fundamentais para intuir os sentidos (e emoções) de determinados valores narrativos. A escolha dos Estados supracitados não ocorreu com a intenção de promover qualquer comparação, mas como forma de sinalizar – apesar de reconhecermos os limites de tal intento – para o caráter nacional adquirido pela narrativa petista. A cidade do Recife, entre outras que se poderiam considerar (Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte), se constituiu como um importante pólo de construção partidária com características próprias em relação a São Paulo. Menos desenvolvido do ponto de vista da concentração industrial e, portanto, de operários, o Recife se revela um local privilegiado para ressaltar o papel constitutivo do discurso eminentemente classista do PT nos anos 1980.

A realização das entrevistas se deu, especialmente no início do trabalho de campo, de forma bastante aberta. Solicitamos aos entrevistados que relatassem como se deram os seus contatos iniciais com a política e com o PT, o que, além de estabelecer um ambiente de maior relaxamento, se revelou bastante útil no que se refere à análise dos primeiros passos de construção da narrativa petista. A partir desse ponto, e de maneira a deixar uma grande margem de abertura à análise que se seguiria, solicitamos aos entrevistados que fizessem uma comparação entre o PT da década de 1980 e o PT da década de 1990, dizendo quais diferenças lhes pareciam mais significantes. Em seguida, procurávamos explorar a fase do Governo Lula, sempre de forma bastante aberta e em contraste com as duas décadas já abordadas.

Nesse contexto, as perguntas pontuais que nós fazíamos dependiam das informações/opiniões que os entrevistados nos forneciam, apesar de estarem sempre em consonância com nossos objetivos de pesquisa e com os contornos iniciais do método que, como dissemos, foram desenhados a partir de uma pré-análise das narrativas oficiais. Aquelas

informações/opiniões foram sendo requeridas por nós nas entrevistas subseqüentes – o que contribuiu para aprofundar e delimitar os contornos do método analítico, particularmente no que tange à definição das dimensões analíticas e temas-chave a serem explorados. As perguntas específicas que iam sendo feitas, entretanto, continuavam respeitando (em menor monta, é verdade) a condução ativa da conversa por parte dos entrevistados. Notamos que essa condução dependia, entre outros fatores, de seus posicionamentos político-ideológicos, das suas áreas de atuação (feminismo, sindicalismo urbano, movimento rural, atuação partidária, participação em parlamentos e administrações executivas etc.) e dos níveis (hierárquicos) de direção. Entrevistamos, assim, militantes com níveis de inserção nacional, estadual e local: deputados federais e estaduais, prefeito, dirigentes nacionais e estaduais da CUT, do PT e do MST, assim como ativistas sindicais e partidários de menor projeção. De um total de 42 entrevistas realizadas, nós selecionamos 30 para fazer parte efetiva do *corpus* (conferir lista em anexo).

Quando da análise propriamente dita, nós trabalhamos inicialmente com os dados referentes à construção da narrativa petista em sua primeira década de existência. Nessa análise, nós objetivamos identificar as principais tensões no processo de representação, as lógicas de articulação narrativa mobilizadas, as escolhas políticas vislumbradas, assim como a relação destas com o estabelecimento dos espaços prioritários de ação política. Com base nessa análise inicial, procedemos a uma genealogia dos valores narrativos que, sendo constitutivos da trajetória petista nos anos 1980, serviram como referência identitária para novas tomadas de decisão na década seguinte, quando a sociedade brasileira já estava em franca hegemonia neoliberal. Nesse momento, pudemos nos certificar acerca da viabilidade e potencial analítico da pesquisa.

Para a análise conseguinte, nós construímos quadros analíticos correspondentes a quatro blocos político-temporais. O primeiro vai de 1980 a 1989, momento de consolidação da narrativa petista no cenário político brasileiro, quando importantes decisões políticas foram sendo colocadas. O segundo vai de 1990 a 1994, cuja característica principal é uma crise de hegemonia

no PT, com importantes rearranjos das forças políticas em seu interior. A delimitação de tal período advém de dois eventos limites: o ápice da crise do socialismo real – com o esfacelamento do sistema soviético de lealdades e a crise do socialismo chinês – e o estabelecimento, a partir de 1995, de uma "nova" hegemonia no PT sob a batuta de José Dirceu. O terceiro bloco corresponde a um período que vai de 1995 a 2002, quando o PT – com a derrota na eleição presidencial em 1994 – segue a passos firmes no caminho da institucionalização e apresenta uma abertura cada vez mais ampla para a realização de alianças político-eleitorais. Nesse contexto, a eleição de Lula para presidente passa a ser mais explicitamente assumida como prioridade central do Partido. Ao mesmo tempo, a CUT, principalmente sob a presidência de Vicentinho, se abre para discursos menos classistas ("corporativos") e começa a abordar o trabalhador também como "cidadão". Nesse período, com efeito, é flagrante um afastamento político entre o MST e o PT. O quarto bloco, em que analisamos os processos de representação sob os auspícios do governo Lula, vai de 2003 até 2007. O início desse bloco corresponde à posse de Lula na presidência e terminamos quando da realização do III Congresso Nacional do PT.

A concepção e construção desses quadros obedeceram à lógica do nosso método analítico. Em cada bloco nós delimitamos quatro linhas. As três primeiras linhas correspondem às três dimensões analíticas já assinaladas: tensão estratégia-tática, concepção de democracia e estrutura organizativa. A quarta linha corresponde às disputas em torno dos *loci* de ação política. Nas duas colunas que compõem os respectivos quadros (disponibilizados em anexo), nós referenciamos as narrativas oficiais e militantes – atento ao fato de que as narrativas conceituais e públicas estão aí inseridas. Para cada dimensão analítica, assim, correspondem tensões entre as narrativas oficiais e militantes, que são acessadas através dos temas-chave também já explicitados: corporativismo, cidadania e poder local. Essas tensões, de acordo com nosso método, entrelaçam-se com a disputa pelo estabelecimento dos espaços prioritários de ação política. Na quarta linha do nosso quadro, assim, podemos contrastar o conjunto das tensões analisadas com tal disputa espacial.

Conforme já mencionado na apresentação dessa tese, após a explicitação dos referenciais teórico-metodológicos e construção do nosso método analítico, cumpre desenhar um mapa narrativo indicativo do escopo internacional do ambiente narrativo petista. O objetivo central do capítulo seguinte é explicitar, por meio da identificação de sentidos e valores constitutivos da narrativa petista, o imenso peso que a tradição exerce na prática política contemporânea. Nem sempre, entretanto, como um ardil ideológico, essa influência é percebida pelos atores políticos.

Capítulo 3

Condições de Possibilidade do Discurso Petista: breve incursão no interdiscurso

3.1. Introdução

Conforme vimos nos capítulos anteriores, a narrativa petista deve ser entendida, ao menos inicialmente, como um discurso mítico, que se destina a suturar um terreno social deslocado. Corresponde, pois, do ponto de vista formal, ao que se chama na perspectiva laclauniana de *momento de emergência do sujeito*. O sistema geral de significação ao qual a narrativa petista se referia e contestava encontrava-se desestabilizado, o que implicava numa crise não apenas das forças de conservação (militares e seus aliados civis), mas também das forças opositoras ao regime: oposição consentida, partidos comunistas tradicionais e diversos grupos revolucionários que haviam aderido à luta armada. Esse contexto de crise disponibilizou aos atores políticos antagonísticos (operários, sem-terra, periferia urbana, feministas, militantes revolucionários, intelectuais de esquerda, etc) – que, lembramos, eram excluídos do *script* da transição conservadora – um leque de tradições narrativas para dar sentido e forma às suas ações políticas. Sua situação de *exclusão* econômica e/ou político-social também possibilitou novas e mais radicais formas de articular as narrativas públicas disponíveis. Tal situação remete ao que chamamos de *discurso mítico-ideológico*, que possibilita aos atores identificados com a narrativa em constituição – referenciando-se em determinadas tradições – formular, contextualmente, lógicas políticas alternativas que denunciam os "erros" cometidos no passado e apontam para projetos que lhes soam como o melhor, mais razoável e original caminho a seguir.

Os primeiros sinais de construção da narrativa petista corresponderam, portanto, a um momento de radical externalidade em relação ao Estado e suas instituições políticas

hegemonizadas pela ditadura militar-burguesa. Nesse momento se delineava a *construção de um espaço político-cultural radicalmente externo (o que não significa autonomia absoluta) em relação ao sistema hegemônico de significação*. Conforme veremos em detalhes no próximo capítulo, podemos identificar a emergência e articulação de uma série de espaços políticos (associações de bairro, igreja, universidades, sindicatos, etc) *cujas demandas democráticas* (anistia, campanha contra a carestia, equilíbrio dos poderes republicanos, autonomia sindical, direitos humanos, reforma agrária, eleições diretas para presidente etc) *não poderiam ser atendidas nos limites da ditadura* e que – aproveitando-se dos sinais de fraqueza do que correntemente se chamava de "sistema" – impunham sua existência para além da capacidade de controle do regime militar. É a partir da ampliação/articulação desses espaços, e das narrativas que os constituíam, que foi emergindo a narrativa petista.

A *forma* que essa narrativa viria a ganhar – centralizada por um partido político de esquerda radicalmente antagonístico, pluralista, participante do sistema eleitoral, de massas e com fortes raízes na classe trabalhadora – não estava dada. Às *escolhas* que foram sendo tomadas, se contrapunham tanto alternativas políticas já consolidadas (partidos comunistas) como vozes dissidentes que não corroboravam os caminhos tomados. Vale a pena referir-se, nesse contexto, ao abalo conjuntural ocorrido na relação entre a tradição de esquerda e as instituições democráticas na Europa das décadas de 1960-1970, pois esse abalo viria a influenciar significativamente o escopo do ambiente narrativo petista. Ao longo desse capítulo, refletiremos acerca das narrativas que viriam a estar presentes nas articulações (acomodações e rearranjos) petistas no bojo de sua prática de representação política. Para além das narrativas que serão explicitadas por guardarem alguma afinidade com a narrativa petista e a tradição de "esquerda", vale lembrar que o interdiscurso, sendo relacional, é construído desde situações de embates, ocupação de espaços institucionais e recuos "táticos" frente às narrativas hegemônicas. Essa dimensão do interdiscurso, por uma questão de estratégia expositiva, será prioritariamente

evidenciada nos três últimos capítulos que se seguem, quando procederemos à análise propriamente dita do material empírico da pesquisa.

Nosso primeiro passo é o delineamento, ainda que em linhas gerais, de um quadro do contexto político europeu, com foco nos anos 1960 e 1970. A construção desse panorama internacional é importante na medida em que reconheçamos o caráter inegavelmente global das narrativas constitutivas da narrativa petista e da própria política na segunda metade do século XX. Também devemos considerar a orientação européia do discurso da esquerda brasileira, que é muito pouco referenciado na experiência americana. Na próxima seção, assim, ressaltaremos dois eventos da política européia que nos parecem decisivos para uma caracterização do ambiente narrativo petista: as crises do sistema soviético de dominação e da socialdemocracia. Na seção seguinte, analisaremos alguns elementos da tradição de esquerda na América Latina que estão de alguma forma presentes na narrativa petista, com especial atenção para a *articulação entre marxismo e cristianismo*. Tentaremos relacionar essa breve análise ao contexto internacional, particularmente à "coincidência" da irrupção de valores locais em várias partes do globo.

No mapeamento das narrativas que emergem a partir das crises que mencionamos, tentaremos identificar a presença de *tensões entre estratégia e tática* que, por sua vez, estão articuladas à *questão organizativa* e às *concepções acerca da democracia*. Essas dimensões analíticas serão acessadas a partir dos mesmos temas-chave que utilizaremos para analisar a narrativa petista a partir do próximo capítulo. Tais temas – por remeterem à maneira como a narrativa petista se articula, ao longo do tempo, com a institucionalidade democrática e seus sistemas hegemônicos de significação – funcionam, do ponto de vista metodológico, como "meios de acesso" ao lugar topológico "ambiente narrativo". Como se pode ver, para além do referido mapeamento, como uma espécie de "aquecimento", esse capítulo cumpre o desafio de proceder a uma primeira análise política segundo os critérios de nosso método. Vale frisar que não é nossa pretensão promover uma reconstrução histórica exaustiva das narrativas de esquerda,

tarefa que foge ao escopo dessa pesquisa e que, ademais, soa como impossível dada a infinitude do emaranhado interdiscursivo. Sendo assim, ressaltaremos aquelas questões e *valores narrativos* que, a nosso ver, foram cotejados na experiência petista e concorreram, no contexto sócio-histórico específico do Brasil, em seus processos decisórios mais relevantes.

3.2. Breve Mapeamento do Ambiente Narrativo Petista

Na década de 1960, com os avanços tecnológicos na área de transporte e comunicação, que se intensificou a partir da Segunda Guerra Mundial, as dimensões do globo terrestre parecem ter diminuído consideravelmente. Tivesse vivido nessa década, provavelmente, Maiakovski, o poeta da Revolução Russa, não teria se referido ao Brasil como aquele país longínquo, que talvez abrigasse um homem feliz. Os acontecimentos mais importantes dessa década, que expressavam diferentes focos de antagonismo – no Ocidente e no Oriente –, puderam ser acompanhados sem maiores delongas em várias localidades do mundo (Eley, 2005: 395)[48]. Esse estreitamento de fronteiras geográficas corresponde a certa internacionalização das narrativas públicas, o que promove uma interseção em tempo real de diferentes ambientes narrativos ao redor do globo [49].

Toda essa onda de antagonismos, que anuncia o surgimento de uma "nova esquerda" (Eley, 2005: 388), aponta para a desestabilização de dois pilares mundiais de sustentação

[48] A título de ilustração, citamos: as revelações de Nikita Kruschev acerca dos crimes de Stalin em 1956; os movimentos de radicalização da democracia na Polônia e na Hungria, que culminaram com a invasão de Budapeste pelo Exército Vermelho em 1956; a invasão do Egito por Israel, que respondia à nacionalização do canal de Suez; a dissidência chinesa à hegemonia soviética; os levantes estudantis, que culminaram na rebelião de maio de 1968, em Paris; o programa reformista da Primavera de Praga, na Tchecoslováquia e a invasão de sua capital, em 1968; a retomada do modelo auto-gestionário de socialismo na Iugoslávia. Todos esses eventos tiveram, direta ou indiretamente, repercussões na esquerda brasileira.

[49] São bastante conhecidos os efeitos do que René Rémond chama de "europeização do mundo". Não seria, portanto, exagero dizer que "a colonização e as formas que se lhe aparentam mudaram efetivamente a fisionomia do globo", pois o mundo teria freqüentado "a escola da Europa" e os povos, por bem ou por mal, teriam "tomado a Europa como modelo" de tal forma que modernização e europeização foram tomados como sinônimos (Rémond, 1974: 201-202). A titulo especulativo – como não nos cabe, na presente pesquisa, desenvolver esse tema em profundidade – consideramos que, a partir da segunda metade do século XX, houve uma modificação qualitativa substancial na influência dos processos políticos europeus na América Latina. As narrativas, no momento de crise que ora nos debruçamos, nos chegavam menos sedimentadas/consolidadas e, com isso, passaram a não servir facilmente como *referência guia*. Esse *benefício da dúvida*, com efeito, amplia o leque de escolhas e possibilita a construção de articulações político-narrativas mais "originais".

hegemônica no período de guerra fria, a saber, o Estado de bem-estar social, representado pela socialdemocracia européia, e o stalinismo, representado pelos partidos vinculados à III Internacional Comunista. Esses dois pilares da tradição de esquerda eram veementemente contestados pela narrativa petista em seu nascedouro, o que lhe impunha necessidade de construir *novas articulações narrativas* para desenhar estratégias políticas que viessem a superar antigos erros. Nesse contexto, Maurice Brinton (pseudônimo de um famoso neurocirurgião de Londres, em texto escrito no apagar dos acontecimentos de maio de 1968, na França), sinalizando para tal necessidade, decretou que acabara uma era "durante a qual as pessoas... Podiam dizer... Que 'não poderia acontecer aqui'". As fundações da sociedade burguesa tinham sido "sacudidas" (Brinton, 2003: 8). Para o mesmo autor, acabara igualmente o tempo em que "os partidos comunistas na Europa Ocidental podiam afirmar... Que ainda eram organizações revolucionárias" (ibid: 9).

Boaventura Santos (2005: 235-250), nessa esteira, identifica na crise do sistema fordista – numa época que classifica como de "capitalismo organizado", em contraste ao "capitalismo liberal" do século XIX – "a revolta da subjetividade contra a cidadania, da subjetividade pessoal e solidária contra a cidadania atomizante e estatizante" (ibid: 248-9). O que Santos vislumbra é o ressurgimento de *valores comunitários* que haviam sido reprimidos pelos princípios do mercado e do Estado (em menor monta) no capitalismo liberal, também em crise. Tal repressão havia sido corroborada pelo movimento operário em seu processo de integração ao Estado capitalista, via socialdemocracia. Como corolário, teria se construído uma *cidadania* restrita ao direito de voto e uma despolitizadora *homogeneização da sociedade civil*, tida tradicionalmente como o campo do *associativismo voluntário*. Tal percepção de sociedade civil, ainda segundo o autor[50], além de

[50] Boaventura trabalha, portanto, com uma noção gramsciana tripartite Estado-mercado-sociedade civil de análise político-social. Essa visão promove, segundo Liszt Vieira (2001), uma "mudança paradigmática" em relação a Marx e Hegel que entendiam como pertencente à sociedade civil todas as "organizações e atividades fora do Estado" (ibid: 34). Chamamos a atenção para o fato de que a visão gramsciana rompe, ao menos parcialmente, com a dicotomia da metanarrativa moderna Estado-mercado. Ao chamar a atenção para a irrupção de valores comunitários, no nosso entendimento, Boaventura problematiza a cidadania como elemento de pertença ao Estado-nação e abre

ocultar o fato de a empresa capitalista ser uma associação que "só cinicamente pode conceber-se como voluntária", relega à esfera da intimidade pessoal o domínio doméstico (ibid: 239), o que tem o efeito de *despolitizar o espaço político-social familiar*. Aqueles valores comunitários a que se refere Boaventura seriam de importância fulcral para a constituição da narrativa petista e estariam no centro da articulação dessa com as instituições democráticas.

Num contexto de questionamento da noção liberal de cidadania, entendemos que a politização de espaços sociais como a *fábrica* e a *família*, conforme veremos, deram margem à publicização de valores narrativos reprimidos ao longo do tempo. Essa nova realidade possibilitava a *emergência de articulações narrativas* construídas por atores políticos que se rebelaram tanto contra o modelo de democracia oferecido pelo Estado de bem-estar social – e contra a perspectiva reformista dos partidos socialdemocratas que atuavam em seu interior –, como contra uma ação partidária centralizadora e burocrática preconizada pela linha stalinista – autoritária e dogmática. Anunciava-se, assim, todo um processo de (re)articulações narrativas que envolvia tanto a ressignificação dos valores do marxismo clássico, como a requisição de valores narrativos reprimidos pelo próprio marxismo e com pouca circulação pública. Tais rearticulações nos são importantes do ponto de vista metodológico, pois, num processo de tensão com o modelo liberal-representativo de democracia, envolviam reposicionamentos das fronteiras discursivas que reverberavam na amplitude do ambiente narrativo europeu.

Uma característica importante dessa rica experiência na tradição da esquerda européia nas décadas de 1960-70 – que não se referenciava, obrigatoriamente, na classe ou no partido como sujeitos da política – era sua clara preferência por uma *ação política direta e extraparlamentar* (Eley, 2005: 393), que revela uma *noção autonomista, radicalmente democrática e não sectária de política*. Forjava-se uma cultura política que respaldava a construção de "novas" estratégias de

---

caminhos – através da consideração de valores comunitários – para uma análise espacializada da política, conforme nossa proposta metodológica.

ação antagonística. O Movimento 22 de Março, na França (levado a cabo majoritariamente por estudantes), percussor dos levantes de 1968, por exemplo, adotando uma política de *frente comum* – que pretendia ir além das tradicionais divisões da esquerda –, ao mesmo tempo em que ocupava universidades, valorizava as decisões de *âmbito local* tomadas em assembléias gerais (ibid: 397). Nesse contexto de crise, empreenderam-se importantes revisões na tradição marxista pela via do eurocomunismo (Carrillo, 1977), quando emergiram valores narrativos bastante caros ao anarquismo, como o de *autogestão* (Costa, 1985), que passaram a ser *articulados* nas ações políticas do período – e que viriam a estar presentes na narrativa petista.

Paralelamente, mas em menor monta, dataram desta época – na onda de reaproximação da Igreja Católica com o mundo moderno (Löwy, 2000: 51-2) – movimentos cristãos de esquerda, como o socialismo católico francês inspirado em Charles Péguy[51]. Depois de um longo período de resistência às transformações em curso na Europa, a Igreja – que se posicionara contra os ideais socialistas e democráticos ao longo do século XIX – finalmente se apercebeu que não havia "evangelizado" a emergente classe operária (Rémond: 1989: 164-175). Mesmo assim, nunca deixou de haver articulações narrativas, ainda que submersas, em vários países europeus e nos Estados Unidos, entre os ideais socialistas e cristãos (Ruether, 1971: 219-37). A partir do Concílio do Vaticano II (1962), e com o aparecimento de papados mais progressistas (Mainwaring, 2004: 23-4), a Igreja passou por importantes reformulações. Surgiu, entre 1960 e 1962, a Juventude Operária Católica (JOC), que passou a ser referência da chamada "Esquerda Cristã", propugnadora do "cristianismo de libertação" dos padres operários da década de 1950 e da "Economia e Humanismo"[52] (Löwy: 2000: 230-1). Todas essas experiências contaram com suas "versões" brasileiras. Um desses padres operários, o Pe. Henrique, teve atuação decisiva na

[51] Poeta e ensaísta francês que, no início do século XX, articulava catolicismo, socialismo e nacionalismo.

[52] Em 1948 o Pe. Lebret abriu um centro de *Economia e Humanismo* no Brasil (Löwy, 2000: 233). Os textos dessa organização se filiavam ao desenvolvimentismo no Brasil, lhe imprimindo uma coloração mais social. Exercerá influência em figuras de peso como Dom Helder Câmara, Alceu Amoroso Lima, Cândido Mendes, Plínio de Arruda Sampaio e Francisco Whitaker (Löwy, 2000: 234-5).

construção do "sindicalismo combativo", em Pernambuco, nas décadas de 1960 e 1970, de onde, como se sabe, surgiram vários dos quadros de direção do PT local.

Com isso, tornaram-se novamente *públicos* valores narrativos dos primeiros cristãos (ibid: 18). Lembramos que Thomas Münzer, líder dos anabatistas do século XVI, defendia "o estabelecimento imediato de um Reino de Deus na terra" (Löwy, 2000: 19), o que remete a certa *dimensão positiva de política* característica dos socialistas utópicos e de certas correntes do anarquismo. Em articulação com os valores do cristianismo primitivo, tal dimensão da política remete à disposição para a construção imediata de células da futura sociedade. Nessa esteira, valores presentes na narrativa petista, como os de autonomia, externalidade e radical vínculo com as massas, tinham bastante afinidade com versões radicalmente democráticas e comunitárias da tradição socialista e do anarquismo na medida em que negavam tanto a racionalidade da democracia representativa em crise (Mainwaring, 2004: 31) (Estado liberal como sujeito político) como a burocratização e o peso hierárquico do stalinismo (Partido como sujeito político).

É com tônica em valores afins àquela dimensão que os militantes cristãos de meados do século XX passaram a estabelecer equivalências entre cristianismo e socialismo. Marxistas como Ernest Bloch *conceituavam* o marxismo como próximo das "heresias escatológicas e coletivistas do passado" (ibid: 30). Chamamos a atenção para o fato de esses valores autonomistas advirem da tradição dos artesãos medievais numa sociedade em que, ainda no século XIX, apresentava forte predominância do *localismo rural* (Rémond, 1974: 124). Essas comunidades *pré-modernas*, com efeito, alimentavam uma *noção integrada entre tempo e espaço*, que, reforçando aquela dimensão positivo-local de política, não se afina com as *projeções negativas* de destruição do Estado "burguês" pelos partidos operários revolucionários[53]. É como se a metanarrativa moderna

[53] Analisando características centrais da "nova esquerda" das décadas de 1960-1970, Ruether diz que "a admiração a um Che ou a um Ho ou a um Mao [líderes das revoluções cubana, vietnamita do norte e chinesa, RM] entre os esquerdistas norte-americanos e europeus tem todo o aroma romântico de um heroísmo pessoal de uma cultura já passada" (Ruether, 1971: 312).

sofresse irrupções de valores narrativos pré-modernos, mas estes, por seu turno, tinham que ser ressignificados na nova realidade em que emergiam. Nessa passagem, David Harvey (2002), analisando a teoria social moderna, nos ajuda a compreender melhor essa intuição:

> o progresso significa a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a 'aniquilação [última] do espaço através do tempo'. A redução do espaço a uma categoria contingente está implícita na própria noção de progresso. Como a modernidade trata da experiência do progresso através da modernização, os textos acerca dela tendem a enfatizar a temporalidade, o processo de *vir-a-ser*, em vez de *ser*, no espaço e no lugar (Harvey, 2002: 190).

Nesse contexto, as articulações narrativas de meados do século XX, promovendo uma espécie de retorno ao passado, revisitaram momentos cruciais de escolhas políticas feitas pela tradição marxista – que iam no sentido da supressão do espaço local em benefício da temporalidade. Essa tensão entre valores narrativos modernos e pré-modernos, que tem como pano de fundo a tensão entre as dimensões positiva e negativa da política, viriam a desempenhar, em consonância com um processo de rechaço e construção de determinados espaços político-sociais, um papel decisivo no delineamento da curva identitária da narrativa petista.

Todo aquele clima – que fazia ruir o sistema soviético de lealdades – não se restringiu ao movimento estudantil, tendo envolvido entre outros a intelectualidade de esquerda, as *feministas* (Pinto, 2003; Eley, 2005) e os trabalhadores na Europa[54]. Nos países da Europa Oriental, por outro lado, após a morte de Stalin, em 1953, e a reabilitação de vários comunistas mortos, grassou uma onda geral de greves que veio acompanhada de uma *reanimação dos conselhos dos trabalhadores* (Eley, 2005: 382-3) e da emergência de uma opinião pública (Mandel, 1989: 37-53). Nesse contexto, emergia na Polônia, Hungria e na antiga Checoslováquia, contra uma

[54] Maurice Brinton afirma que os revolucionários de 1968 tinham como objetivo reintroduzir na sociedade uma tradição de democracia direta, o que incluía a aspiração – que não parecia simpática aos sindicatos controlados pelos comunistas – à autogestão por parte dos trabalhadores (que efetivamente ocuparam fábricas). Relata, nesse sentido, trechos de panfletos redigidos por trabalhadores da *Air France*: "recusamos confiar nossas organizações a dirigentes sindicais profissionais. Como os estudantes, devemos tomar em nossas mãos o controle de nossas atividades"; da *Renault*: "Sendo trabalhadores, deveríamos procurar controlar o funcionamento de nossa empresa"; da *Rhone-Poulenc*: "deveríamos decidir a finalidade da produção, e sobre quem recairiam os custos da produção" (Brinton: 2003: 66-9).

tradição partidária leninista-stalinista, um *marxismo de moral humanista* (com contribuições não apenas dos teólogos católicos, mas também protestantes) (Ruether, 1971: 222-4). Toda essa situação remeteu a uma crise de hegemonia no marxismo da III Internacional, amplamente dominada pelo "marxismo-leninismo" soviético. Tal situação de crise trouxe à tona escolhas feitas no passado pela tradição marxista e que estão profundamente ligadas às nossas três dimensões analíticas (tensão estratégia-tática, estrutura organizativa e concepção de democracia) e à eleição dos *loci* de ação política. Podemos acessar tais dimensões através de referências aos temas-chave: corporativismo, poder local e cidadania.

3.2.1 Marxismo: escolhas e espaços na construção de uma tradição política

No final do século XIX, com a implantação dos Estados-Nação na Europa, os socialistas inauguraram os partidos políticos de massa (Rémond, 1989; Cerroni, 1979; Mandel, 1987; Eley, 2005), conforme defesa de Marx e Engels na I Internacional Comunista em 1864. Marx entendia que a adoção de um "parlamentarismo socialista" não deveria negar, em essência, a cultura revolucionária da *tradição insurrecionalista* e conspirativa do ideal jacobino da *democracia local* (Eley, 2005). Isso porque, para Marx, a identidade de classe – motor, em última instância, da história – se forjava nas relações de produção, ou seja, no local de trabalho e nos sindicatos. A revolução apenas deslocar-se-ia do plano local para ser defendida, *publicamente*, como questão "política". Em contraposição ao *localismo* dos socialistas utópicos e, principalmente, de certas correntes anarquistas, Marx defendeu o *espaço nacional* como lócus principal da *atuação partidária* para a revolução[55]. Estava dada a partida para um processo ideológico decisivo de alterações na amplitude de um ambiente narrativo.

[55] A noção de público então, refletindo a contenda entre liberais e marxistas, era praticamente coincidente com a noção de Estado, em contraste com a dimensão privada, identificada com a racionalidade típica do mercado capitalista (Somers, 1995a: 231).

Marx, movido por uma visão totalizante de sociedade[56], que via no Estado capitalista o centro de uma estrutura de dominação, *promovia um deslocamento do fazer político da esfera econômico-local (sindicato, associações) para a esfera política nacional (partido)*. Sua escolha, para ser mais bem entendida, deve ser contextualizada, uma vez que ele tentava *superar* o caráter descontínuo e assistemático das "primeiras manifestações de ação e organização de classe independentes dos trabalhadores" (Mandel, 1987: 69). Tal descontinuidade, quando contrastada com o processo de estruturação pelo qual passavam os Estados nacionais, ganhava um caráter geopolítico, sendo que as ações descontínuas e locais correspondiam ao caráter fragmentário da sociedade (com predomínio de comunidades rurais) que estava sendo "dialeticamente" superada (ibid: 70). À nova configuração social, que passara por intenso *processo de urbanização e integração*, deveria corresponder um *arcabouço organizativo e estratégico* inteiramente renovado: os partidos políticos operários independentes e de massas. Perceba-se como o poder material e simbólico de uma configuração estrutural-ideológica hegemônica (o Estado nacional capitalista) condicionou, relacionalmente, a estrutura identitária do seu outro antagonístico (os partidos socialistas de massas).

Nesse contexto, os vínculos entre movimento operário (narrativa ontológica) e "socialismo" (narrativa pública/conceitual), longe de ser uma conclusão natural, foram politicamente construídos. As primeiras formulações socialistas partiram das *sociedades rurais* (Rémond, 1989: 101-2). As primeiras manifestações operárias, assim, são voltadas para o passado; basta perceber o *caráter corporativo* do estatuto dos artífices redigido pelos operários ingleses (ibidem). Há registros na Alemanha e na França de sociedades operárias de inspiração confessional e de círculos católicos de operários. Alimentava-se, nesse contexto, o desejo de superação de uma política imediatista, econômico-corporativa, pelas vias de um sentimento de

[56] Lembrar do "estruturalismo genético" na tipologia de Jean Viet, que articula o estruturalismo com o pensamento dialético.

messianismo, segundo o qual a classe operária deveria trabalhar "por toda a humanidade, e não apenas para a satisfação de suas limitadas reivindicações" (Rémond, 1989: 112). A superação da ação política corporativa, como se vê, não teria que se dar, obrigatoriamente, pela constituição de partidos socialistas. Isto é, esses últimos não devem ser percebidos como uma *evolução tout court* do econômico-corporativo (local/rural) ao "político" que, nesse caso, passou a ser identificado como uma "esfera" do social – o espaço nacional e suas irradiações político-institucionais[57]. Pensamos tais partidos como uma construção ideológica que – devido à ocorrência de um deslocamento (emergência dos Estados nacionais) e à necessidade de articular diferentes espaços sociais e suas respectivas culturas num sentido narrativo coerente –, numa ação (substantiva e simbólica) de representação política, ressignificam, conformados por narrativas públicas e conceituais, valores narrativos disponíveis em dado ambiente narrativo.

Marx não foi alheio aos perigos daquele movimento estratégico de nacionalização da política, radicalmente combatido pelos anarquistas. Ele alertou contra a tentação do profissionalismo, *componente cultural* chave de certa lógica burocrática, típica das democracias parlamentares capitalistas e, pessoalmente, procurou nunca depender financeiramente do partido (Marx, 1975: 152). Defendia que os partidos socialdemocratas, uma vez *alimentados por forças populares*, não se contaminariam com a *cultura individualista do Estado burguês*[58]. O que importa reter é que Marx e Engels foram vencedores de uma dura batalha que travaram com um leque de outras forças políticas, que incluía a tradição conspiratória do blanquismo[59] – herdada pelo anarquismo de Mikhail Bakunin –, os democratas radicais, os socialistas utópicos, entre

---

[57] Carlos Henrique Árabe (1998) chama atenção para a existência de estudos econômicos vinculados a interpretações de Marx sobre o desenvolvimento na Rússia sob uma ótica de crítica à inevitabilidade do sentido capitalista ao desenvolvimento da economia (via prussiana). Tal percepção pode, na nossa perspectiva, apontar para uma crítica da despolitização da esfera econômica dentro da tradição marxista. Retomaremos esse tema no Capítulo V.

[58] Tal contaminação seria, no século XX, o veredicto de Weber (1994) em relação a esses mesmos partidos.

[59] Idéias políticas de Auguste Blanqui, que relacionava, em seu programa, a ditadura jacobina com a conspiração revolucionária. O blanquismo pertence a uma tradição extremamente antidemocrática e autoritária (Mandel, 1987: 61-63; Eley, 2005: 50).

outros. Todas essas forças e tradições, de alguma maneira, não orientavam sua ação política para o *espaço público nacional*, materializado em instituições democráticas (eleições, parlamentos). Ao contrário – utilizando métodos diversos como o insurreicionismo, a conspiração, o vanguardismo ou o legado do associativismo e da cooperação em auto-administrações *comunitárias* dos socialistas utópicos (Eley, 2005: 51-56) – se valiam da construção de *espaços político-culturais* com alto grau de externalidade, seja por seu caráter local ou clandestino.

Foi com a derrota dessas forças políticas que se instituíram as condições para que, mais tarde, um partido sistematicamente organizado – nos moldes bolcheviques – viesse a se tornar um modelo hegemônico na tradição marxista. Boaventura Santos (2005) caracteriza o partido operário leninista como um "sujeito monumental" que substitui (representou) a classe operária como sujeito histórico. Considera, assim – entendimento que inserimos no nosso relato de deslocamento da ação política ao espaço nacional –, que "a titularidade política do partido... Tendeu a destruir a titularidade política individual da *cidadania*" (grifo nosso) (ibid: 242). Chamamos aqui a atenção para a disputa travada pelo sentido do significante cidadania quando da articulação entre o nacional e o local. A democracia representativa liberal, nesse contexto, trabalha no sentido de anular o princípio comunitário, que é o que, segundo o autor, se anunciou como possibilidade para um projeto de emancipação na década de 1960, na Europa.

Com efeito, de acordo com a teoria leniniana de partido, apenas uma vanguarda racionalmente organizada, alcançaria com eficácia seus fins revolucionários (Held, 2002: 173). Para os marxistas ortodoxos, o caráter eminentemente coercitivo (dicotômico) do Estado burguês tornava a participação parlamentar uma questão de "mera" *estratégia revolucionária*. A ação do partido, entendido, numa perspectiva negativa de política (que se volta para a destruição do Estado), como um *organismo unitário*, faria sentido desde que dirigida por uma *organização racionalmente estruturada* e *direcionada para a revolução*. Não devia, portanto, alimentar a ilusão de uma participação "genuína" nos *modelos representativos de democracia*, uma vez que o

Estado burguês – entendido igualmente como unidade (comitê da burguesia) – deveria ser destruído. Por este motivo, demandas feministas – que se deslocavam do campo da produção propriamente dito (Abramo, 1986: 36-7), como as de exigir escolas, creches, treinamento para além de uma moral pudica –, que politizavam a vida diária (família) e não se dirigiam exclusivamente à destruição do Estado, eram tidas como divisionistas (Eley: 2005: 130-9). Note-se como há uma ligação inexorável entre o estabelecimento ideológico-estratégico de determinado sentido narrativo e sua estrutura lógico-organizativa – que articula (ressignificando ou rechaçando) determinados valores e espaços sociais. Os rebatimentos identitários dessa operação ideológica não são normalmente percebidos por atores e analistas políticos imersos nos valores dicotômicos das metanarrativas modernas. Vejamos!

A democracia representativa, numa perspectiva marxista-leninista, ao não levar em conta a exploração econômica e relegar a economia à esfera do privado, seria eminentemente formal. Uma democracia verdadeiramente substantiva, social, apenas se materializaria, nessa estrutura narrativo-temporal, *a posteriori*, com a extinção das classes sociais. Isso possibilitaria, enfim, a integração do Estado à sociedade e o fim de toda dominação, quando o partido poderia se dissolver[60]. *Há, pois, em coerência com uma chave de leitura dicotômica das metanarrativas iluministas, a tentativa de estabelecer uma relação estanque, de substituição e não articulada, entre os dois modelos de democracia*. Isso facilitava a construção de uma linha de antagonismo na sociedade que alimenta a centralidade do conflito dualista (classe operária/partido X burguesia/Estado) na narrativa marxista. Como corolário, embora os sindicatos continuassem a promover sua luta econômica, animando as lutas concretas dos trabalhadores, entendia-se que

[60] A idéia de politização da atividade econômica é expressa com clareza na bandeira "todo poder aos soviets" que animou os primeiros anos da Revolução Russa. Já no posterior contexto de crise do stalinismo/socialdemocracia – em que os valores da autogestão eram retomados pelos trabalhadores no Ocidente –, a experiência iugoslava devia servir como mais lenha na fogueira. Kardelj, líder da autogestão iugoslava, ressaltava a importância de tal experiência para a práxis socialista em nível internacional (Queiroz, 1982: 71-2). Nesse sentido, promovendo uma releitura dos clássicos, Milovan Djilas, dirigente do PC iugoslavo (PCI) – sinalizando para a existência do princípio da autogestão no seio do próprio marxismo –, falava em começar a criar desde já a livre associação de produtores imaginada por Marx (ibid: 18-23).

isso, sem a interferência dos partidos revolucionários, se daria de forma eminentemente espontaneísta (*corporativa*) (Lênin, 2005: 161-230). Caberia então aos partidos socialistas elevar o "nível de consciência" dessas lutas articulando o econômico-corporativo ao "político", sendo este último lócus de uma atividade hierarquicamente superior à sindical.

Às acusações de que nesse processo de representação os sindicatos iriam "manchar-se no contato com as organizações da democracia burguesa" (Trotski, 1978: 27) – como a que fora proferida pelo sindicalista revolucionário francês Robert Louzon – Trotsky respondia que se tratavam de *preconceitos anarquistas*. A existência de sindicatos e partido deveria ser encarada como um "simples caso de divisão do trabalho dentro de uma mesma classe" (ibidem). O Partido Comunista Francês, nesse sentido, teria sido criado para acabar com certa tradição na esquerda francesa de que os deputados eram traidores. Para tal, estaria disposto a expulsar qualquer deputado que se afastasse da "linha classista" (ibidem). A manutenção desta mesma linha é colocada por Engels, em carta escrita em 1882, a Bebel, como uma questão "de princípio" contra os oportunistas que desprezam o caráter de classe do programa partidário (Engels, 1978: 31). Como se pode inferir, a fidelidade programática, baseada no princípio da autoridade autoral da narrativa, resiste (moralmente) à "necessidade" de se promover rearticulações narrativas no bojo da ação de representação.

Em termos de representação política, como antevimos no capítulo anterior, essa postura, identificada por Held (2002: 154) como dominante nos escritos de Marx, pressupõe uma noção de representação como *delegação*, em que o representante, teoricamente, não age *pelo* representado, ele está no lugar (*standing for*) dos representados por uma forte conexão, semelhança ou reflexo (Pitkin, 1972: 61-91). Trotsky reconheceu, assim – e o IV Congresso da Internacional Comunista já teria tomado providências efetivas nesse sentido –, que para que o partido ganhasse "a confiança do proletariado revolucionário" (Trotsky, 1978: 28), seria recomendável arregimentar operários para compor as fileiras partidárias. Essa concepção

(delegação/*standing for*) ocorreu no marxismo-leninismo em associação com uma *noção descritiva* de representação política (ibidem) que, ancorada no imaginário iluminista de ciência (narrativa conceitual), seguiu os preceitos de uma *lógica narrativa imanente e totalizante da sociedade*. Tal narrativa, vinculando estruturalmente as partes ao todo, sentiu-se à vontade para *descrever objetivamente* os interesses de classe de seus representados, pois alimentou a ilusão de fazer coincidir estrutura narrativa e estrutura social – produzindo o efeito de "esconder" a representação política como *ação substantiva e simbólica por outros*. Tentou-se, dessa forma, dar coerência à existência de uma organização partidária a um só tempo de quadros (vanguarda) e aberta à participação das massas trabalhadoras (presença de operários). Tal operação ideológica estará presente, como veremos, na narrativa petista.

Cumpre frisar o fato de que o traslado do lócus da ação para o âmbito nacional (que não foi seguido, por um ardil ideológico, de um esforço teórico de articulação entre as democracias social e política), privilegiava flagrantemente – em contraste com os valores anarquistas e cristãos acima mencionados – aquela *dimensão negativa* da política. Sua estratégia voltava-se para a *destruição* do Estado burguês. Dito de outra forma, o valor delegativo da representação política foi mantido a despeito do traslado espacial e da inversão de polaridade, do *positivo*, predominante nas tradições localistas e utópicas, para o *negativo*, do socialismo científico. O representante socialista, entretanto, encontra no parlamento uma cultura política cujos valores circulantes são bastante distintos das tradições socialistas. Chamamos a atenção para a disputa que se inaugura em torno do estabelecimento de *unidades de representação política*: por um lado tinha-se a *classe operária* no marxismo e, por outro, o *indivíduo*, entendido como universalidade abstrata nas instituições democráticas (*noção liberal de cidadania*). Nesse momento, perdeu-se o elo com o cidadão vinculado a uma subjetividade coletivo-comunitária – valor que, como vimos, viria a tornar-se disponível para ressignificação ideológica, na década de 1960.

O liberalismo substituiu a dicotomia classe-Estado pela dicotomia indivíduo-Estado, que se expressa no contraste ação *versus* cultura política burocrática. Por isso, um liberal como Weber – que exerceu grande influência no mundo anglo-saxão, especialmente após a Segunda Guerra Mundial (Held, 2002: 183) –, considerava a dominação burocrática um estorvo para a *liberdade individual* (Gerth e Mills, 1963: 67). Weber não via no socialismo uma saída viável, pois seria a "ditadura do funcionário e não a do trabalhador", que estava "a caminho" (ibidem). Sua idéia era que, concomitante ao processo de alienação do trabalho, pelo qual passaram os artesãos medievais, teria ocorrido um processo *universalizante* de expropriação dos meios políticos, do qual foram vítimas os estamentos feudais.

O liberalismo, numa perspectiva totalizante, ao contrapor a liberdade individual à ação burocrática estatal, incorpora em suas instituições democráticas uma lógica de funcionamento que – rechaçando a formação de espaços político-culturais com maiores graus de autonomia[61] (comunidade) – tende a *desmontar unidades coletivas de representação política* (como *classe*). A linha de antagonismo classe operária contra Estado burguês (comunidade política projetada narrativamente para o futuro) sofre abalos no sentido de sua integração, no presente, como momento interno de uma "comunidade política" nacional onde o indivíduo (ou grupos entendidos como soma de interesses individuais) se torna unidade político-analítica privilegiada. Abre-se, ao se confirmar historicamente os referidos abalos, espaço para a consideração, na tradição de esquerda, da promoção de uma articulação mais *orgânica*, até então não vislumbrada, entre os modelos de democracia social e política. Como corolário, a dimensão negativo-revolucionária

[61] Não é por outro motivo que a escola pluralista, corrente que ganhou proeminência na ciência política norte-americana na década de 1950, herdara de Madison a preocupação que qualquer facção na sociedade (grupos de interesse e pressão), viesse a sufocar as demais (Held, 2002: 228-9). Os pluralistas procuravam – na contramão de Madison –, numa perspectiva descritivo-explicativa, universalizar a democracia como uma instituição que tem exatamente no pluralismo sua fonte estrutural de estabilidade (ibidem). Ao assim proceder, em nosso entendimento, transforma-se uma configuração hegemônica em modelo empírico a ser perseguido. Isso pode ser mais bem entendido a partir de teóricos como Truman e Dahl (ibid: 230-7) que, procurando descaracterizar a existência de um centro de poder – com o que concordamos pontualmente–, capitalizam esse fato para se oporem ao que chamam de "maioria tirânica".

dos partidos socialistas sob a égide dos clássicos do marxismo cede lugar à possibilidade de uma prática *positivo-reformista*, que passa a se construir de maneira integrada à democracia representativa. Opera-se, considerando a complexificação por que passou a sociedade civil, um desarranjo na estrutura lógico-temporal do marxismo clássico.

A *estrutura organizativa* dos partidos políticos independentes de massas, classicamente concebidas como organismos negativo-revolucionários, é constrangida a promover adaptações às instituições liberais. O intenso processo de burocratização pelo qual passavam as democracias dos países mais desenvolvidos tendia a acometer os partidos socialistas (Weber, 1994: 256-7). Estes, sob os auspícios da II Internacional (1889) comandada por Engels, legalizam-se e tornam-se partidos, efetivamente, *de massas* (Bogo, 2005a: 20-1). Colocava-se, assim – na Alemanha –, a questão de se o partido social-democrata deveria fazer coligações com os partidos da burguesia, participando dos governos (Weber, 1994: 270). A estratégia de *destruição do Estado burguês* era assombrada pela tentação da via reformista, o que, para muitos, tratava-se de uma heresia.

Como conseqüência da integração, ainda que relativa, dos partidos socialistas à estrutura político-eleitoral de seus países, eles passaram a ser menos fiéis à *lógica internacionalista* que até o momento presidira a tradição marxista. Quando da deflagração da Primeira Guerra Mundial, muitos partidos socialistas, especialmente a socialdemocracia alemã e francesa, passaram a defender *pontos de vistas nacionalistas* – o que ia de encontro às decisões tomada no Congresso de Basiléia realizado em 1912 (último da II Internacional). Isso, com efeito, levou os comunistas russos a proporem a criação da III Internacional, em 1919 (Bogo, 2005a: 21-2). É preciso lembrar, nesse contexto, a inicialmente radical externalidade dos partidos socialistas que tratavam com indiferença o sistema político, cujos valores eram completamente rechaçados a ponto de colocarem-se à margem das pendengas políticas, não estabelecendo diferenças entre esquerda e direita (Rémond, 1989: 120-1). Em termos teórico-metodológicos, ao transformarem diferença em equivalência, promoviam uma linha radical de antagonismo que, reforçando sua externalidade

e autonomia, negavam o fechamento social pretendido pelos liberais. O que inclui, lembremos, a *unidade de representação* "indivíduo", tomado como cidadão abstrato.

A possibilidade da perspectiva reformista, entretanto, se avizinhava a passos largos. Paralelo ao processo de formação dos Estados nacionais e da conseqüente integração/urbanização da sociedade – em contraste com o quadro de fragmentação anterior –, os socialistas experimentavam um "crescimento da curva de sucesso eleitoral" (Eley, 2005: 145). Nesse contexto, a perspectiva reformista, para manter coerência narrativa com os valores negativo-revolucionários clássicos da tradição marxista, se articulava com certa teoria das catástrofes, que – ancorada numa forte lógica de imanência do social –, preconizava a inevitabilidade das crises (revolucionárias) cíclicas do capitalismo (ibid: 146). Essa confiança como profissão de fé, que grassou na II Internacional Comunista, ficou conhecida pelo nome de *quietismo*, pois sempre à espreita para que, um dia, se tomasse proveito de contingências políticas para fazer valer o princípio revolucionário. Essa política foi fortemente combatida por Lênin (1916), que defendeu que a caracterização da Primeira Guerra Mundial como uma guerra de libertação nacional (e não imperialista) redundava em uma tática reformista e oportunista, pois expressava cálculos eleitorais instrumentais dos partidos social-democratas.

Nesse contexto, a II Internacional – sendo agora composta exclusivamente por partidos – derrotou, finalmente, a perspectiva anarquista, que se qualificara como uma expressiva força política entre 1870 e 1900 (Rémond, 1989: 114). O anarco-sindicalismo, como se sabe, numa perspectiva positivo-revolucionária, defendia o sindicato como organismo de *construção da sociedade futura*. Foi, então, sob os auspícios da II Internacional que se reconheceu existir "deveres com respeito à democracia política", passando-se de um "estágio de neutralismo para o de apoio às instituições democráticas" (ibid: 122). Pela lógica do quietismo, enquanto o momento do assalto ao poder não chegava, ao invés de se impor o mais radical *isolamento*, poder-se-ia levar adiante uma prática *positivo-reformista*. Experiências gregárias – num processo ideológico

de ressignificação de valores narrativos da cultura socialista comunitária (transcodificação de linguagens) para servir a propósitos reformistas – como o estímulo à construção de escolas e igrejas dos trabalhadores, a fundação de bibliotecas, clubes esportivos e teatros proletários passaram a ser prática corrente de muitos partidos socialdemocratas (ibidem).

Tais práticas construtivas, portanto, sendo ressignificadas, não eram absolutamente antagonísticas, como queriam os anarquistas. Ao contrário, se coadunavam com o "rebaixamento programático" a que estavam sujeitos os socialistas, que, tendo optado pela promoção de coligações (ibid: 148), limitavam-se a forçar os limites da democracia liberal. Por essa via, antigos valores vinculados à dimensão positivo-local de política – que inclui certa valorização do "indivíduo" – foram vinculados à institucionalidade democrática, no bojo de uma luta hegemônica pelo sentido do significante *cidadania*. Num contexto de articulação com a democracia política, por exemplo, as *demandas feministas*, antes rechaçadas como "mesquinhas" pelo marxismo e assumidas desde sempre por socialistas utópicos e anarquistas, passam a ser integráveis, em novo contexto, a uma política de "esquerda". Emma Goldman – feminista russa pioneira na defesa dos anticoncepcionais nos Estados Unidos –, percebendo a tensão entre a publicidade do valor e o sentido narrativo em que era articulado, protestou contra esse processo de integração, alertando suas companheiras que a mulher nada teria "conseguido... Com o voto, pois ele não havia purificado a vida política da sociedade em seu todo" (Costa, 1985: 63).

A *prática local* não aparece mais como uma ação fragmentária das sociedades pré-urbanas, que poderia ser facilmente integrada ao Estado liberal, como parecia aos olhos de Marx e Engels. Ao contrário, é uma prática que funciona como momento interno de uma comunidade política nacional que "evoluía" para uma integração pretensamente plena do local ao nacional. Ao articular-se, nesse contexto, ocasionalmente, com valores "autogestionários" da ação econômico-local do anarco-sindicalismo, esse novo localismo tem o efeito ideológico de "esconder" o sentido positivo-revolucionário do primeiro. Trata-se *de uma imposição*

hegemônica da articulação entre as democracias social e política: a transformação de valores positivo-revolucionários (externos à esfera política) em valores positivo-reformistas.

Não é por outro motivo que Maurice Brinton, tentando resgatar uma diferença histórica de fundo entre as noções de um simples *controle* operário e uma efetiva *gestão sobre o processo de produção*, descreve as lutas explosivas que se travaram entre 1917 e 1921 entre bolcheviques e anarquistas (Brinton: 1971). Sua intenção – em enfrentamento político ao bolchevismo e à social-democracia –, numa luta em torno do sentido que tal valor poderia assumir – era revelar que a discussão sobre a autogestão não era uma "discussão esotérica", que o grupo Solidariedade (fundado na Inglaterra em 1961) estava inserido em "uma tradição revolucionária libertária, para as quais essas noções tinham uma significação profunda" (Brinton, 1975: 16).

Esse é o quadro que, grosso modo, encontram os militantes revolucionários das décadas de 1960 e 1970 na Europa. Na próxima subseção tentaremos captar as discussões que, atendendo aos objetivos dessa pesquisa, nos parecem importantes.

3.2.2 Complexificação da sociedade civil e reativação de valores narrativos

É no contexto acima descrito que podemos nos referir à narrativa eurocomunista, cuja "herança política mais ampla e insistentemente invocada é aquela de Gramsci" (Anderson, 2002: 16) – como vimos no capítulo anterior, uma narrativa conceitual presente no Brasil na década de 1980, através de intelectuais orgânicos do Partido[62]. Tal narrativa propõe a desdogmatização dos partidos comunistas, que deveriam sair de seus guetos e tomar parte ativa na luta por hegemonia política (Carrillo, 1977: 13). Tentava apresentar uma reação contra dois efeitos de uma leitura objetivista da sociedade: o isolacionismo e o reformismo. O eurocomunismo (narrativa

[62] O Partido Revolucionário Comunista (PRC), dissidência do PC do B que atuava como tendência petista, foi responsável pela publicação, durante quase toda a década de 1980, da revista Teoria Política, que era fortemente ancorada nas temáticas e conceitos do eurocomunismo. Autores como Gramsci e Lukács eram recorrentemente analisados à guisa de lançar luzes na experiência petista.

conceitual), entretanto, segue uma tendência na tradição marxista para ressaltar a importância dos condicionantes "superestruturais" da política. A própria localização topológica da "política" na parte superior do *edifício social* denuncia que, na metáfora da infra e superestrutura, o determinante são os ditames objetivistas da economia (Laclau & Mouffe, 2001: 47-88).

Considerando-se todo um processo de complexificação e diferenciação social, que se materializava na emergência de uma pujante sociedade civil (Bobbio, 1994; Anderson, 2002), as estruturas do Estado seriam então "muito mais complexas [e] mais contraditórias que as que foram conhecidas pelos três mestres do marxismo" (Marx, Engels e Lênin) (Carrillo, 1977: 15). A perspectiva centrista do austromarxismo, prenunciando tal contexto, propusera, no início do século XX, soluções interessantes que – na contramão da socialdemocracia alemã – vão no sentido de promover um "reformismo militante". Este, compatível com uma estratégia revolucionária, persegue uma *compatibilização orgânica* entre ação parlamentar e mobilização das massas (Mehrav, 1985: 255). Deveriam, nessa esteira, levar a cabo táticas e formas de organização partidária que fossem compatíveis com uma estratégia de articulação entre as democracias social e política.

Os austromarxistas apostaram na construção do *poder local* – temática retomada pelo PT através da proposição do seu *modo petista de governar* – construindo um vigoroso programa de reformas nos municípios com maioria socialista (ibid: 264-5) – os chamados *municípios vermelhos*. O desafio que então se colocavam era o de dar proeminência à estratégia de construção de uma "Áustria Vermelha" e, com isso, evitar alimentar ilusões reformistas na classe trabalhadora. Numa perspectiva positivo-construtiva, bastante próxima às idéias de Gramsci, uma vez que não perdiam de vista o horizonte revolucionário, os austromarxistas promoviam iniciativas culturais de "educação para o socialismo", que não deveriam esperar pela "tomada do poder" (ibid: 266). Vislumbramos nessa experiência, ainda que esses não fossem os termos da discussão que se travava, a tentativa de se construir uma *cidadania comunitária antagonística*

com referência no *poder local*. Essa tentativa, com efeito, apesar de entender que se deveria buscar ultrapassar os limites da negatividade partidária, se concretizava através da articulação com as instituições locais da democracia representativa. Não pode, portanto, ser confundida com o localismo anarco-sindicalista, uma vez que este não propunha nenhuma espécie de articulação com a estrutura político-representativa da democracia liberal, localizando sua ação política, preferencialmente, nas *fábricas* e nos *bairros* (Costa, 1985; Berthier, 2002).

Dito isto, uma análise mais cuidadosa das escolhas envidadas pelo marxismo, quando contrastadas com a tradição anarquista, pode nos trazer elementos interessantes para compreendermos melhor o contexto político europeu nas décadas de 1960/1970. Nesse momento de dupla crise (social-democracia e stalinismo), as alternativas políticas que se vislumbravam estavam em estreita relação com a disponibilidade de certas narrativas públicas antes excluídas da cena política – o que apontava para um ambiente narrativo amplificado. Cumpre então aprofundar a já anunciada discussão de fundo entre marxismo e anarquismo: a tensão entre a dimensão positiva e negativa da ação política antagonística.

Inicialmente, é interessante notar que *tanto a dimensão positiva quanto a negativa podem assumir perspectivas revolucionárias ou reformistas, d*e onde se pode concluir que uma política antagonística não está exclusivamente vinculada seja à dimensão positiva ou negativa. Isso implica que a análise política não deve ser construída a partir de conteúdos específicos e sim das configurações específicas que assumem determinados campos relacionais. Assim, as escolhas políticas envidadas pelo marxismo na I Internacional, conforme breve relato acima, por não corresponderem a interesses que se constituem fora do jogo político, não podem gerar julgamentos do tipo “acerto ou erro”. Ao contrário, atentos ao fato de que as identidades e, portanto, os “interesses” são da ordem da contingência, devemos estar aptos a perceber o caráter ideológico de qualquer justificativa para os caminhos trilhados. Essa “incerteza” teórica traz em termos políticos, igualmente, como benefício, para atores e analistas que adotam uma postura

antagonística, a possibilidade de – para além dos julgamentos morais e dogmáticos – reconhecer a possibilidade (sempre ideológica) de retorno de valores narrativos historicamente rechaçados. Pode-se, assim, sem as amarras de certas "verdades", promover análises, ressignificações, cálculos e as escolhas políticas que daí advenham.

Os anarquistas em geral concedem grande importância ao que Gaston Leval (2002: 16) chama de "espírito construtivo". Isso significa dizer que eles estão preocupados, em contraste ao marxismo clássico, com a reconstrução da sociedade no presente e que aprenderam com Proudhon que ser socialista é ser, ao mesmo tempo, *demolidor e arquiteto* (ibid: 18). Anarquistas como Bakunin e Malatesta, neste sentido, vinculavam claramente esse pendor construtivo do anarquismo com uma *inegociável preocupação com os meios* (estratégias) adotados para atingir determinados fins. "Enganando-nos na escolha dos meios, não alcançamos o objetivo contemplado, ao contrário, afastamo-nos dele rumo a realidades freqüentemente opostas", diria Malatesta (2000: 11), em 1903. Bakunin, em texto propagandístico escrito em 1869 para a I Internacional, asseverou, como critério de ingresso nessa organização, que não se deveria procurar elevar-se "acima da massa operária", pois isso faria de alguém "imediatamente um burguês" (Bakunin, 1979: 54-5).

Essa visão "extremada" dos anarquistas nos parece interessante do ponto de vista metodológico, uma vez que nos remete exatamente à noção de interdiscurso como expressão de identidades heterogêneas. A posição anarquista, a guisa de especulação, poderia ter como condição de possibilidade a existência de partidos socialistas de massas que, tornando públicos os ideais comunistas, proporcionavam um terreno ideologicamente fértil necessário à defesa dos valores anarquistas. Poderíamos então considerar que a identidade anarquista se constituía relacionalmente à identidade dos marxistas que, por sua vez, como vimos, envidaram escolhas devido a determinadas configurações histórico-estruturais hegemônicas. É com esse entendimento metodológico em mente, e considerando que *o antagonismo se expressa como*

forma de rompimento com o momento diferencial de determinada estrutura narrativa hegemônica, que nos propomos a contrastar as escolhas das duas tradições.

A negação por parte do anarco-sindicalismo da centralidade dos partidos políticos advinha daquela noção positivo-construtiva de política, que se contrapunha ao caráter eminentemente negativo-destruidor dos partidos revolucionários independentes. Nesse contexto, a alcunha de "utópico" ao socialismo de tradição cooperativista – tradição amplamente defendida pelos anarco-sindicalistas no que tange à defesa das experiências autogestionárias – precisa ser mais bem entendida, pois encerra um processo historicamente datado de *escolhas políticas*.

Os socialistas utópicos são herdeiros políticos da tradição de revolta dos *camponeses livres*, escravos, servos, aprendizes e artesãos que se constrói durante a transição do feudalismo ao capitalismo (Mandel, 1987: 47). Nessa época emergem vários "modelos sistemáticos de reorganização da sociedade fundados sobre a propriedade coletiva" com destaque para a *Utopia* de Thomas More, livro publicado em 1535 (ibid: 48). Os socialistas utópicos propõem-se a ir além dessas descrições pondo-as em prática através da construção de "células da vida futura" (ibid: 51). Nesse contexto, a crítica de Marx e Engels aos utópicos não é de pura negação conteudística, mas de uma noção de *superação histórica* a partir de elementos analíticos que "justificavam cientificamente" sua postura. Partindo, como vimos, de uma visão de totalidade, eles entendiam que as ações coletivistas dos utópicos – por seu caráter fragmentado e isolado – seriam facilmente reabsorvidas pela sociedade burguesa, denunciando o *efeito*, ao final, reformista de sua política. Havia, para além dos efeitos práticos das escolhas tomadas na/pela tradição marxista, a presença de um inegável *ethos* revolucionário, posto que se objetivava evitar os efeitos reformistas que se supunham decorrer da ação dos socialistas utópicos.

A maioria das experiências utópicas teria sido realizada num *contexto de pouco desenvolvimento das forças produtivas* (Mandel, 1987: 53) e antes da existência dos Estados Nacionais com suas "instituições parlamentares sob o império da lei", que só se configuraram na

década de 1860 (Eley, 2005: 58). Essas transformações nas esferas da economia e da política apontavam para a nacionalização da organização sindical (ibid: 63) e concomitante *perda de controle do processo produtivo* "para as forças impessoais do mercado capitalista" (ibid: 43). Os próprios *anarco-sindicalistas, nessa esteira, não deixaram, mais tarde, de entender a inexorabilidade da nacionalização da luta – o que implicava na necessidade de rompimento com a prática corporativa. Mas eles resistiam* – ao contrário dos marxistas que investiram nos partidos operários de massa independentes – *à idéia de que a política teria que ser deslocada da esfera econômica*[63]. Esse é um valor narrativo que encerra grande potencial antagonístico em relação às democracias liberal-representativas. A maior ou menor disponibilidade pública desse valor narrativo depende, entretanto, da existência de um terreno ideológico fértil. As escolhas envidadas pelo marxismo – e dizemos isso *a posteriori* – contribuíram, como efeito não previsto, para o rechaço de tal valor e, portanto, dos espaços políticos que porventura circulassem.

Lênin, nessa esteira, acusava a concepção economicista de querer "conferir à luta econômica um caráter político" (Bogo, 2005b: 132). Não se tratava, entretanto, para ele, de abolir o trabalho local. Na "Carta a um Camarada", publicada em 1901, ele defendeu que "a organização local estabelecesse como sua tarefa trabalhar ativamente para a construção, apoio e fortalecimento daqueles organismos centrais [Órgão Central e Comitê Central], sem os quais o nosso partido não poderia existir" (ibid: 139). Seguindo os ensinamentos de Marx, a luta política deveria romper com um estágio *artesanal/espontâneo* e se dar em âmbito nacional. Em contraste, para René Berthier (em texto escrito na década de 1960),

> o âmbito no qual se pode praticar a autogestão já existe, mas é como uma potente máquina que se faz funcionar lentamente... O papel dos militantes anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários é esforçar-se para dar a essa estrutura amplas prerrogativas, um papel prático e

[63] René Berthier (2002: 62) critica a perspectiva dos revolucionários franceses de 1968, pois estes, no seu entender, diferentemente dos anarco-sindicalistas espanhóis, não perceberam a necessidade de se praticar a autogestão em grande escala. Limitando-se ao nível microeconômico de **uma** empresa – pressupomos que seja o teor de sua crítica – facilitar-se-ia a integração do poder local à democracia representativa.

> teórico maior, estender seu campo de aplicação a todos os campos da vida social. É preciso dar ao sindicato um papel *qualitativamente diferente*, expor uma doutrina segundo a qual nada é estranho ao sindicato (Berthier, 2002: 73).

Tal perspectiva, ao ir de encontro ao papel hegemônico dos partidos, propõe, na segunda metade do século XX, um *redeslocamento* dos *loci* da ação política. Ao assim proceder, problematiza as práticas políticas antagonísticas – como as do eurocomunismo –, que se dão sob a égide da articulação entre democracia social e política. Potencializar essa discussão hoje requer, no nosso entendimento, a percepção do caráter contingente das escolhas feitas no passado, pois isso ajuda a desenvolver uma outra noção de *fidelidade* (mais ligada ao *ethos* do que ao conteúdo) a uma tradição que se forja no bojo mesmo das referidas escolhas. Marx propunha não apenas a superação do localismo dos socialistas utópicos (decepcionados com a "política" e interessados em concentrar esforços na ação econômico-local), mas também a superação dos herdeiros da esquerda jacobina pequeno-burguesa (Samuel Adams, Thomas Paine), cujas reivindicações político-democráticas não iam além de um ideal de reforma do capitalismo (Mandel, 1987: 57-64). Debatendo-se, assim, contra as possibilidades reais de *isolamento*, no primeiro caso, e da *integração*, no segundo, Marx – seguindo as pistas de Gracchus Babeuf (França) e de Wilhelm Weitling (Alemanha) – compreendeu a necessidade de derrubada do Estado burguês (ibid: 60). Propunha, entretanto, em adição à política de independência desses revolucionários, a superação do caráter secreto-conspiratório da revolução. Num esforço ideológico de articulação entre narrativas e seus espaços constitutivos, esse ideal deveria ser *levado a público* pela ação das massas dirigidas por partidos políticos legais e independentes. Tomando parte do sistema político, esses partidos seriam capazes de vincular revolução política e emancipação econômica. Não operariam, entretanto, uma alteração na estrutura lógico-temporal da narrativa negativo-revolucionária, uma vez que a revolução política antecede a emancipação econômica. Tentava, assim, combinar, num todo coerente, a necessidade

de uma organização partidária permanente para dar cabo de uma estratégia revolucionária, que não se iludia quanto ao caráter meramente formal da democracia burguesa representativa.

Marx, portanto, promoveu articulações a partir de narrativas públicas disponíveis para dar respostas concretas a um contexto histórico-social específico. No bojo dessas escolhas, apesar de não estar objetivamente colocada a negação da ação política local, havia uma *predileção contingente, tático-estratégica,* pela perspectiva negativo-destrutiva. Esta última materializava a transferência da ação política ao plano nacional a partir do embate político frontal contra a dupla corporativismo-economicismo. Tal deslocamento corresponderia a um *estágio mais evoluído,* propriamente "político", da luta de classes. *Essa estratégia política, plenamente justificável no contexto em que foi produzida por Marx/Lênin, quando colocada dentro de uma estrutura narrativa objetivista, ganha tons eminentemente evolucionistas que limitam, como uma camisa de força, a abrangência espacial do político*. O embate ao corporativismo/economicismo – presente na narrativa petista – será posteriormente travado por narrativas reformistas que, apoiadas em narrativas conceituais, cumprem o papel ideológico de transcodificar linguagens para justificar suas práticas políticas.

Esse embate ganhou contornos contingenciais já na luta de Lênin contra os "economicistas". No clássico "Que Fazer?" (escrito em 1902), Lênin (1978b: 77-118), expondo sua teoria do partido revolucionário, faz a defesa da superioridade da eficácia organizativa do mesmo em relação ao caráter disperso e pouco "profissional" do trabalho artesanal, basista e cotidiano (local, portanto). O trabalho do tipo artesanal, facilmente destroçável pela polícia política czarista (os gendarmes), estaria umbilicalmente vinculado ao economicismo e promoveria certo culto ao espontaneísmo. Para fazer frente à repressão policial, Lênin – para além dos sonhos economicistas de criação de uma *unidade orgânica* da socialdemocracia com o movimento sindical – proclama a necessidade de se fazer uma distinção entre luta sindical, *corporativa* e *econômica* – que deveria ser ampla e aberta – e luta política, mais clandestina e

dirigida por profissionais da atividade revolucionária. A não percepção dessa distinção pelos economicistas era explicada por Lênin pelo contexto de repressão que se vivia na Rússia.

Dentro dessa estrutura narrativa não parece haver espaço para uma integração das dimensões positiva e negativa de política, conforme já fora defendido por revolucionários como Bakunin (Leval, 2002: 28) e preconizado, em outros termos, pelo eurocomunismo. Isso porque a estrutura organizativa (*unidade* hierárquica e centralizada) do partido revolucionário, fruto, como vimos, de uma operação ideológica, é projetada para uma ação eminentemente negativa, de *destruição*. Não se coaduna, portanto, com as *tarefas de construção*, que, politizando outras esferas da sociedade, exigem maior flexibilidade, descentralização e enraizamento na sociedade. Ao se considerarem, nesse contexto, as práticas positivo-revolucionárias, torna-se mais clara a questão da mútua implicação entre estrutura organizativa e estratégia de ação.

Vislumbrar a possibilidade de se adotar, a um só tempo, táticas políticas positivas e negativas, põe automaticamente em xeque a noção gramsciana de partido como "princípio estatal" ou *unidade orgânica*. Isso porque o espaço *partido político*, na sua ação de representação, articularia valores que advêm de culturas políticas distintas e historicamente conflitantes. A unidade do partido de molde leninista, tornando-se uma camisa de força, tende a coibir a construção de poder cuja direção não seja clara: a destruição do Estado burguês. Isso exige uma mobilidade organizativa que, demandando o adiamento das tarefas positivas (ainda que revolucionárias) e dos espaços político-culturais que elas implicam, termina por reverberar no ambiente narrativo enquanto sistema de significação.

Na nossa perspectiva, essa metáfora do partido como unidade orgânica ganha alento naquela *noção evolucionista* de superioridade hierárquica da "política" em relação à ação na esfera da economia, o que, em última instância, se apóia na crença (metanarrativa) da marcha progressista da modernidade – que passa pelo Estado-nação. Recorramos, mais uma vez, ao debate de Lênin com os economicistas. Levando em conta aquele contexto de extrema repressão

czarista, ele explicava a "confusão" entre esferas da economia e da política daqueles ligando-os ao *atraso* em que vivia o país:

> nos países onde há liberdade política , a diferença entre organização sindical e organização política é perfeitamente clara... Na Rússia, o jugo da autocracia apaga, à primeira vista, qualquer distinção entre a organização socialdemocrata e a associação operária, pois *todas* as organizações operárias e *todos* os círculos estão proibidos, e a greve... É considerada um crime de direito comum (Lênin, 1978b: 87).

Lênin evoca o exemplo do partido socialdemocrata alemão, inserido num campo relacional particular e historicamente forjado, para comprovar que o caráter universalizante da *distinção* entre partido (nacional) e sindicato (corporativo) era plenamente verificável. Essa operação só é possível, entretanto, através da promoção da "autonomia" da esfera política, valor liberal que tem o efeito de despolitizar o local e a esfera econômica. O terreno da representação política (Estado) é, nesses termos, o campo por excelência que proporciona a existência da instituição partido político. Outras formas alternativas de superação do corporativismo, como as propostas pelo anarco-sindicalismo – que rejeitam o espaço nacional de representação, subvertendo sua lógica diferencial –, são, do ponto de vista lógico-espacial, ameaçadoras à própria noção de partido.

O processo de burocratização e adaptação às instituições liberais – que se verificou a partir da II Internacional Comunista – era, já no início do século XX, fato consumado para muitos. Nesse sentido é que Weber denuncia que, na prática, o partido socialdemocrata não conseguira manter a lealdade a um *programa abstrato*, pois sua estrutura havia cedido à influência do elemento carismático que agrega votos e mandatos (Weber, 1963a: 125-6). A força simbólica da personalidade do líder "demagógico" (expressão de Weber) borrava a pretensa plenitude e transparência de um processo de representação política pensado desde o ponto de vista da autoridade narrativo-programática. Ao remeter ao princípio comunitário, pois a *pessoa* do líder está próxima simbolicamente dos representados, desafia a racionalidade das "ideologias"

clássicas. O partido revolucionário se via invadido, como efeito de suas práticas articulatórias, em suas próprias estruturas, por outras lógicas e demandas que não as da narrativa classista.

Toda essa discussão ganha atualidade no contexto europeu das décadas de 1960 e 1970, fundamentais para o delineamento de uma configuração inicial do ambiente narrativo petista. O marxismo contribuiu inequivocamente para o estabelecimento de certa *configuração estrutural* da sociedade, que estabeleceu o *Estado* moderno e suas instituições democráticas como um palco privilegiado do fazer político. É assim que Cerroni (1982: 57) lembra que Gramsci se referia ao partido do proletariado moderno como o "fundador de Estados". Da mesma forma que a tradição marxista se recusava, negando a importância e reprimindo – tanto no Oriente como no Ocidente – a construção imediata de uma cultura política autogestionária[64], a *radicalização da perspectiva comunitária nas democracias contemporâneas de hegemonia liberal* é vista, igualmente, como perigosa, pois fora dos limites do "razoável". Interessante é notar como essa resistência ganha, na tradição marxista, *coerência teórica*. A perspectiva revolucionária negativa, incorporando o artifício mítico-narrativo de *extensão da temporalidade*, quando se postergam as ações positivo-revolucionárias, torna possível um rechaço efetivo, mas não a expressão do desejo, como realidade futura, da perspectiva "comunitária"[65]. Essa última, com efeito, tem o poder de desarranjar o sentido de totalidade requerido pelo marxismo e liberalismo – ambos imbuídos da dicotomia metanarrativa sujeito/objeto.

---

[64] As experiências autogestionárias dos anarquistas na Ucrânia, nos primeiros tempos da Revolução Russa, foram severamente massacradas pelo Exército Vermelho comandado por Trotsky (Costa, 1985: 85-98).

[65] Seguindo o pensamento de Chantal Mouffe, poderíamos dizer que essa corresponde a uma tendência contemporânea (democracia deliberativa) de moralização da política que tenta (em vão) suprimir o antagonismo político – e suas formas coletivas de manifestação – em benefício do consenso construído através de *procedimentos* que se atingem por meios racionais. O modelo agonístico de democracia mouffiano, assim, denuncia a exclusão da paixão da política ou seu confinamento na esfera do privado. Paixão/razão e interesses/sentimentos, para a filósofa política, não seriam excludentes, mas sempre articulados na formação de um "nós" contra um "eles", promovendo a constituição de adversários, que seria próprio do jogo político (Mouffe, 2002). Como afirma Jason Glynos, referindo-se à perspectiva ontológica de Laclau, ao incorporar a paixão na política mina-se com a pretensão liberal e marxista de se ter uma "verdade substantiva sobre a sociedade" e essa "incapacidade epistemológica é transformada em uma condição ontológica positiva da política e da subjetividade política" (Glynos, 2001: 30-1). Toda essa discussão, com efeito, está ligada à psicanálise uma vez que, nos lembra Glynos, para Lacan, "a fantasia é que sustenta o desejo... Informando ao sujeito *como* desejar" (ibid: 72), de forma que "se a fantasia é... Radicalmente posta em questão, isso terá repercussões na constituição de nossa realidade simbólica" (ibid: 74).

Assim, arrematando a discussão espacial que travamos acima, pode-se dizer que as tensões entre estratégia e tática podem ser "resolvidas" através de projeções míticas, espaço-temporais. O partido revolucionário-destrutivo é sempre aquele que não realiza seu projeto (desejo) no presente, daí a importância atribuída às estratégias de "acúmulo de forças". Essa "forma de desejar" está alinhada com os elementos simbólicos e materiais das configurações políticas e sociais, propiciando, estranhamente, a oportunidade de manter um projeto "revolucionário" e se conviver com as regras do jogo democrático. A politização da economia, nesse contexto, se apresenta como um tabu intransponível. Valores políticos locais como a ação direta, apesar de não serem abandonados, podem – em se reconhecendo a força hegemônica da democracia realmente existente – ser *articulados* (ressignificados) com uma noção de *participação política* estreitamente vinculada às instituições de representação. Trata-se de um processo ideológico de reinvenção da tradição.

Nesse contexto, movimentos como feminismo, anti-racismo, ecológico, de gays e lésbicas e contracultura – muitos deles negados anteriormente pelo marxismo – passam a ser disputados com as perspectivas liberais. O sentido narrativo que se pode imprimir a essa pluralidade, entretanto, é que deve ser questionado, pois ele pode estar vinculado à estática da lógica da diferença dos espaços públicos homogeneizados ou à idéia de movimento, implícita nas lógicas equivalenciais. As forças contra-hegemônicas, para serem capazes de construir projeções utópicas, necessitam de espaços político-culturais relativamente autônomos, que se desvencilhem de sua caracterização como momento estrutural. A questão do pluralismo e da diversidade, nesse sentido, cara à narrativa petista, é mais bem entendida caso se considere a disputa pelo estabelecimento dos *loci* de representação política e das possíveis unidades de representação a serem consideradas, o que redunda, por sua vez, em determinadas *concepções de democracia*.

A política antagonística de esquerda, nesses termos, detecta Cerroni, tinha dificuldades de estabelecer o que ele chamava de *democracia autodirigida*, capaz de "promover a unificação

geral dos homens que, no mundo burguês, realiza-se apenas abstratamente, na igualdade político-jurídica" (Cerroni, 1982: 58). O fato de o autor em questão tentar abertamente reconstituir a estreita relação entre a socialização dos meios de produção e a socialização do poder – refazendo, na esteira de Gramsci, caminhos dentro da tradição marxista – nos indica a força política estrutural dos arranjos institucionais sob hegemonia liberal. Negar tal hegemonia seria, possivelmente, recair no isolamento. Tê-la em mente é importante na medida em que remete ao quadro geral de ressurgimento da "nova esquerda", na segunda metade do século XX[66].

Nesse contexto, desde que capturada pela narrativa liberal, a pluralidade dos excluídos não conta, como no século XIX, com uma linha de antagonismo entre sociedade e Estado. A complexificação da sociedade civil traz consigo, nas democracias liberal-representativas, a insígnia da unificação do espaço público. Os valores *positivos* de autonomia, ação direta/extraparlamentar e radicalidade democrática, que, como vimos, haviam sido historicamente silenciados na Europa, emergem na cena pública numa arquitetura geopolítica completamente diversa da do século XIX. A noção substantiva de finalidade do bem comum se esvai. Aderir a tal configuração das fronteiras sociais como fato inexorável significa, do ponto de vista das forças contra-hegemônicas, flertar com a concepção estática de pluralismo, típica do pensamento liberal. Negar essa diversidade, e, portanto, o próprio processo de complexificação da sociedade civil, implica em correr sérios riscos de isolamento, pois não se faz política em um vazio cultural.

---

[66] A questão da relação entre espaços político-culturais e ação de representação política parece estar presente, ainda que carecendo de aprofundamentos teórico-metodológicos que apontem para sua função ontológica, em muito dos esforços teóricos da tradição de esquerda. A proposta gramsciana dos conselhos de fábrica, por exemplo, vão no sentido de superar a fratura entre a insuficiência associativa dos sindicatos e a hegemonia das instituições parlamentares (Badaloni, 1987: 20). Gramsci – numa perspectiva positivo-construtiva – propunha uma forma de superar o corporativismo da ação político-econômica sem, contudo, provocar uma diluição cultural no interior das instituições democráticas hegemônicas. Na construção do que poderíamos chamar de espaço político-cultural, a educação – que vai bem mais além da visão leninista de educação voltada para a estrutura partidária – está dirigida para a criação de uma "capacidade de direção global da sociedade" (ibid: 21). Articula, portanto, projeto político e espacialidade. É interessante notar que cada trabalhador (indivíduo) tem, no contexto da expansão desse espaço em construção, um valor especial no sentido da consideração de seus direitos e deveres. Dessa forma, a proposta/projeto político dos conselhos de trabalhadores é entendida como uma "célula da futura sociedade" (*embrião dos soviets*); um princípio estatal, nos termos de Gramsci (Anderson, 2002). Poder local e cidadania, assim, são articulados de forma qualitativamente diferente do que acontece quando plenamente integrados à democracia representativa.

Cumpre agora, em sintonia ao acima exposto, abordarmos algo sobre a recepção do marxismo na América Latina. As articulações narrativas construídas quando dessa recepção romperam, de algum modo, com as estratégias políticas canonizadas pela ortodoxia marxista. Na próxima seção nos dedicaremos a essa tarefa, ainda que, novamente, de forma breve, pois – conforme nossos objetivos de pesquisa – pretendemos apenas indicar as referências narrativas que balizaram a emergência da narrativa petista.

3.3. Articulações Narrativas na América Latina

Comecemos pela Revolução Cubana. O primeiro elemento que nos chama a atenção é o *caráter marcadamente geográfico imprimido pelo castrismo/guevarismo à noção de autonomia*. Promovendo uma livre associação com o arcabouço teórico gramsciano (desde que não há diálogo direto entre as partes em consideração), poderíamos dizer que o foco guerrilheiro da *Sierra Miestra* desloca a estratégia do *princípio estatal* em Gramsci – cujas células da futura sociedade eram construídas mediante a constatação da complexidade que a sociedade civil adquirira nas sociedades ocidentais – para "fora" dos limites geográficos da sociedade urbana. Indo à contramão do movimento revisionista europeu, assim, o castrismo/guevarismo elege a "guerra de movimento" (guerra de guerrilhas) como elemento estratégico central em detrimento à "guerra de posição", mais referenciada nas sociedades mais "desenvolvidas". Respirava, entretanto, o mesmo ambiente europeu de desafio à "ortodoxia" marxista, na medida em que negava veementemente a dogmatização do pensamento marxista clássico.

Os líderes da revolução cubana traziam consigo o germe da não mecanização da teoria, valor, típico dos investimentos ideológicos de ressignificação, que encontramos, recorrentemente, na narrativa petista. Para Che Guevara "o marxismo é apenas um guia para a ação. As grandes verdades fundamentais foram descobertas e, a partir delas... Vai-se interpretando a realidade em

cada lugar do mundo. Por isso, nenhuma construção será igual; todas terão características próprias à sua formação" (Guevara, 2006a: 140-1)[67]. O deslocamento da estratégia política para as zonas rurais desafia, nesse contexto, um dogma clássico do marxismo, qual seja, o de que havia sido concedida à classe operária a tarefa histórica de conduzir a revolução. Tal desafio, longe de se restringir a uma questão teórica, se materializava numa tensa disputa política, cujas partes contenciosas Guevara chama de as forças da "serra" (campo) e da "planície" (cidade).

Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que nesse debate estratégico não está envolvida apenas a questão espacial. Esta última estava articulada à *temporalidade da ação revolucionária*. Vejamos como Guevara, inserindo essa discussão sobre as discordâncias entre as ditas forças em torno da realização da greve geral em abril de 1958, descreve a referida tensão:

> A serra estava disposta a derrotar o exército quantas vezes fosse necessário, *ir ganhando batalha após batalha*, conquistando seus armamentos e chegar, um dia, à tomada do poder, baseando-se no *exército rebelde*. A planície era partidária da *luta geral armada em todo o país, com um epílogo construído por uma greve geral revolucionária* (grifo nosso) (Guevara, 2006b: 126).

Mais adiante, Guevara faz menção às "raízes mais profundas" dessas contradições: "o exército rebelde já é *ideologicamente proletário* e pensa em função da classe despossuída; *a planície permanece pequeno-burguesa*, com futuros traidores em sua direção e muito *influenciada pelo meio em que atua*" (grifo nosso) (ibid: 127). Note que o *tempo* da narrativa da serra é mais de curto prazo, pois traz a ação armada para o presente, uma ação que ganha concretude de "batalha em batalha" e engloba a preparação da greve geral como mais um de seus elementos, não o principal. Já a estratégia da planície – que inclui a ação dos *sindicatos* – tem como eixo central *o tempo mais longo de preparação de uma greve geral*, cuja *execução efetiva*, normalmente, está à

[67] Para Eder Sader, "a importância de Guevara não vem... Do rigor teórico... Vem da capacidade de reagir a uma situação de impasse, formulando proposições concretas e enfrentando as exigências decorrentes" (Sader, 1981: 8). Sua teoria, profundamente imbricada à prática e longe das fórmulas pré-fabricadas, teria o poder de "iluminar os caminhos do futuro" (ibid: 9).

espera de ventos conjunturais favoráveis. Tal espera remete à velha *estratégia negativa do acúmulo de forças pela via partidária*[68].

Interessante ainda é notar que, apesar de se manter a referência da narrativa marxista do operariado como vanguarda, esse valor é encarnado por um outro ator, o "exército rebelde" da serra, que, apesar de "ideologicamente proletário", é fundamentalmente composto por camponeses. Essa mudança de investimento nos atores principais da revolução se justifica mediante a observação de que a força da planície estaria bastante influenciada pelo "meio em que atua"[69]. Guevara (cuja família possuía uma pequena propriedade agrícola) considerava que "a influência ideológica das cidades freia a guerra de guerrilhas, dando esperança de uma luta de massas pacificamente organizada", o que criaria certo "institucionalismo" (Guevara, 1979: 29). Considerava um erro político "imperdoável... Negligenciar as outras formas de luta, nelas compreendida a luta armada" (idem). Tal estratégia exigia a conquista de um "meio" protegido dessa influência ideológica que fosse capaz de desafiar o exclusivismo da burguesia no que tange a contar com um exército. O traslado geográfico para a serra era, portanto, uma forma de fugir dos efeitos estáticos da complexificação da sociedade civil no ambiente urbano.

A *autonomia* aqui ganha materialidade ou movimento próprio através do recurso geográfico-temporal da construção de *focos guerrilheiros* que, beneficiando-se dos *relevos mais acidentados* da zona rural, iniciam *desde já* a ação revolucionária. Esses focos, com efeito, apesar de se construírem desde uma radical externalidade, preocupavam-se com os riscos de isolamento

---

[68] O Partido Socialista Popular (PSP), espécie de PC cubano, que se inseria na tradição do comunismo latino americano, apresentava tensões evidentes com o castrismo. Tal tensão se materializava em torno da importância estratégica que o PSP atribuía à manutenção da ordem democrática, ainda que escassa, e de sua crítica ao aventureirismo estéril da luta armada. Tal postura tinha o efeito maléfico de causar restrições ao movimento de massas, particularmente o movimento operário-popular. Colocou-se, assim, contra o assalto ao quartel de Moncada em 1953 por considerá-lo vanguardista e pouco eficaz no combate ao imperialismo. Coerente à tática das *frentes únicas* sob orientação do *Komintern*, o PSP defendia a construção de uma Frente Democrática Nacional, que, ao apostar numa política de acúmulo de forças (linha justa), não se rendesse ao quietismo e ao eleitoralismo (Partido Socialista Popular, 2006: 273-8).

[69] Para uma boa discussão, inspirada em Trotsky, acerca da troca de função histórica entre quem "deveria" conduzir o processo revolucionário e quem de fato o assume, conferir *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de nuestro Tiempo* (Laclau, 1993).

político. Defendiam a construção de um crescente "prestígio com as massas" (Guevara, 2006b: 123), que se coadunava com a política de recrutamento de quadros entre camponeses para a imprescindível formação de um "exército popular" (Guevara, 1979: 65). Essa *ação local*, que se destinava à ampliação de um *território de influência* –, valor ressignificado na experiência do MST –, combinava as dimensões positiva e negativa de política, utilizando elementos políticos e militares. Para nossos interesses de pesquisa vale a pena explorar os primeiros.

O castrismo/guevarismo promove uma articulação com os camponeses através de valores narrativos *nacionalistas* – simbolicamente expressos na saudação revolucionária "Pátria ou morte" – e *humanistas*. Essa discussão remete a alimentação de valores político-narrativos num sentido positivo. Como afirmou Guevara, um partido "não deve basear-se apenas em conceitos negativos de luta contra algo, mas também em conceitos positivos de luta por algo" (Guevara, 2006b: 122). Não haveria, portanto, para o guevarismo "mudança impessoal das estruturas", pois tal mudança "não antecede a alteração cultural e ideológica" (Eder Sader, 1981: 27). Com efeito, *valores humanistas, como espírito de companheirismo e sacrifício,* serão constantemente ressaltados não apenas por Che Guevara, mas também por Fidel Castro, que se declarava um "comunista utópico", quando do ataque ao quartel de Moncada, em 1953 (Castro, 2006a: 163). Já quando do ataque do quartel de *Uvero,* em maio de 1957, Fidel lembra que Che, como médico, atendeu aos adversários: "você não imagina a sensibilidade daquele homem" (ibid: 178).

Realmente, Che defendia a idéia de que "o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de generosidade" (Guevara, 1979: 47), o que implicava que a revolução deveria ser construída, desde já, segundo a ética de um *novo homem*. Esse *indivíduo,* entretanto, expressando, nos nossos termos, uma relação entre identidade e espacialidade, é valorizado mediante sua *completa integração* à causa revolucionária, quando ele não se deixa "assoberbar" por preocupações de ordem doméstica e privada (ibid: 47-8). O fato é que esses valores positivos colaboraram decididamente para a construção daquele território de influência, que converteu os

79 expedicionários do *Granma* – entre dezembro de 1956 e abril de 1958 – em um exército de mais de 900 homens. Trata-se, portanto, de um humanismo materializado numa ancoragem espacial própria. Os camponeses eram, além de combatentes, os abastecedores de armas do exército popular. Vejamos como Fidel relata a construção dessa relação de confiança: "se comprávamos uma galinha, um porco, e não havia ninguém para receber, deixávamos um papel com o dinheiro... Não havia dívida em nenhuma vendinha por ali. Essa foi a política com a população. Caso contrário, não conquistaríamos ninguém" (Castro, 2006b: 196).

Como dissemos acima, essa articulação entre revolucionários e camponeses se inseria na *narrativa nacionalista*. Para compreender tal inserção, é necessário ter em mente que os revolucionários cubanos – apesar de aceitarem que seus aliados exprimiam o espírito "catalogado como 'pequeno burguês'", cujo *horizonte imediato* era a posse de um título de terra (Guevara, 1979: 26) –, consideravam que os camponeses eram capazes de entender que seus interesses só seriam satisfeitos mediante uma ruptura com o latifúndio[70] (idem). Este último, por sua vez, era entendido como peça fundamental do *domínio imperialista*. Era através do latifúndio que a economia dos países "subdesenvolvidos" exercia a função de complementar as economias dos países imperialistas, especialmente a dos Estados Unidos. A narrativa revolucionária cubana, assim, identificando na dupla latifúndio/imperialismo um inimigo a ser destruído, investia numa aliança com os camponeses através da articulação com valores marxistas, nacionalistas e humanísticos, essenciais para a construção de um *poder local*. Essa articulação era azeitada pelos *interesses imediatos* dos camponeses pela terra, o que possibilitava imprimir *urgência* ao nacionalismo revolucionário cubano, cuja característica central era "buscar o caminho *mais curto* para atingir a ditadura do proletariado" (grifo nosso) (Guevara, 2006b: 123).

---

[70] Che, negando a capturação de sua ação de representação política por uma narrativa evolucionista, cuja lógica imanente creditava aos operários o centro da ação revolucionária, sempre combateu a idéia de se vincular a guerrilha cubana aos efeitos de proletarização do campo. Lembrava, nesse contexto, que o camponês foi "inicialmente o centro, a medula do exército rebelde" (Guevara, 1979: 31).

As burguesias nacionais latino-americanas, à maneira do latifúndio, apesar de terem contradições objetivas com o imperialismo, que impediam seu desenvolvimento, não seriam capazes "de assumir uma atitude de luta em face do imperialismo" (Guevara, 1979: 28). Confrontando-se com os métodos burocrático-dogmáticos do stalinismo e da *política etapista* da III Internacional Comunista, o nacionalismo dos revolucionários cubanos representava uma corrente contra-hegemônica na esquerda comunista latino-americana. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) – cuja linha política era duramente criticada pelo PT –, por exemplo, elegeu como eixo principal de ação política o aprofundamento das contradições entre as forças nacionais e progressistas em desenvolvimento e o imperialismo. Dentre essas ditas forças estavam o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, setores importantes da burguesia nacional e até dos latifundiários. Na Declaração de Março de 1958, o PCB, apesar de reconhecer a heterogeneidade dessa *frente única*, defendia que as diferenças em seu interior, "embora não devam ser ocultadas, e venham a causar dificuldades, podem ser abordadas e superadas *sem romper a unidade*" (grifo nosso) (Partido Comunista do Brasil, 2006: 228)[71].

Essa tensão com as orientações da III Internacional ganha vulto a partir das revelações de Nikita Kruschev acerca dos crimes de Stalin em 1956 e atinge seu clímax no cisma sino-soviético em 1959, quando o maoísmo desponta como um modelo a ser seguido na América Latina (Reis Filho, 1991). Para nossos propósitos, interessa identificar alguns traços narrativos comuns entre castrismo/guevarismo e maoísmo[72]. O elemento comum mais visível é a inclusão dos

---

[71] Fazemos a referência com o nome "Partido Comunista **do Brasil**", pois este era o nome oficial do PCB na época. A estratégia etapista do PCB está, com efeito, vinculada à narrativa conceitual marxista (Prado Júnior, 1977) que, ancorada numa lógica imanente do social, propugnava – e atribuía importância política estratégica a tal fato – o caráter incompleto do processo de industrialização no Brasil. Tal incompletude, outrossim, era parte integrante do imperialismo entendido como expressão do sistema capitalista em nível internacional, o que justificava acelerar a "etapa" burguesa de nossa revolução.

[72] A identificação ganha importância em nossa pesquisa caso consideremos que além do PC do B, que promoveu na década de 1960 uma relação bastante estreita com o maoísmo, essa corrente de pensamento exerceu no Brasil, de diferentes formas, influência na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP); organizações provenientes da corrente revolucionária do PCB como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e os Comandos de Libertação Nacional (COLINA); castristas

camponeses – através das guerrilhas – como atores principais das lutas de libertação nacional, o que colocava os povos "colonizados" na vanguarda da revolução mundial. O mundo rural, com a Revolução Chinesa, retorna à cena política desafiando a ortodoxia marxista ao defender a idéia da "liderança pelos mais atrasados" (ibid: 115). O maoísmo, nesse contexto, articularia valores narrativos humanísticos bastante próximos aos propugnados pelos revolucionários cubanos: dedicação, disciplina, perseverança, austeridade, espírito de sacrifício. O acúmulo de forças, nesse contexto, se dava seguindo uma dimensão positiva de política, que se desloca do partido propriamente dito para a construção de "bases rurais libertadas". Estas últimas cercariam a cidade a partir do campo através da construção de uma "força armada autônoma" (ibid: 111).

Essa positividade, apontando claramente para o estabelecimento de uma *dualidade de poder* familiar aos revolucionários cubanos – valor narrativo que teve seu sentido fortemente disputado na experiência petista –, exigia uma "revolução ideológica", que se materializava na promoção de uma "reeducação do povo pela pedagogia revolucionária" que, por sua vez, construiria um "homem novo" (ibidem). Essa preocupação com a construção de um homem-modelo – que se coaduna bastante ao discurso *O Homem Cubano,* de Guevara (1979: 33-49) – remete à aproximação da ética maoísta com "uma concepção comportamental, que recuperava ressonâncias do cristianismo primitivo igualitarista, reinterpretado e reintroduzido, sobretudo na América Latina, pela chamada Teologia da Libertação... E que contava com inúmeros adeptos entre os militantes da AP" (Reis Filho, 1991: 130-1). Para ilustrar essa "concepção comportamental", Reis Filho se refere à noção de ação revolucionária como um *serviço ao povo*, que se presta com *humildade*, *paciência* e *anonimidade*.

Apesar de notarmos certo culto à personalidade de Fidel e Che – ainda que em menor monta do que ocorria na China com Mao Zedong – aquele tipo cristão de padrão comportamental

---

e guevaristas de vários matizes; Ação Popular (AP) de inspiração católica (Reis Filho, 1991: 126-132). Como se sabe, militantes de várias dessas organizações, assim como rachas do PC do B – como o Partido Revolucionário Comunista (PRC) – vieram a ingressar no PT.

pode ser notado em Fidel quando este não almejou o exercício da presidência logo após a Revolução em janeiro de 1959. Aquilo teria sido "uma demonstração de que [eu] não lutava por interesses pessoais" (Castro, 2006c: 197). Na mesma linha de desprendimento e anonimato vai sua admiração por Che, que antes de embarcar no Granma teria dito: "Fidel, vou lhe dizer uma coisa... A única coisa que eu quero é que quando triunfar a Revolução em Cuba, por razões de Estado, vocês não me proíbam de ir à Argentina fazer a revolução" (Castro, 2006a: 164). Já em 1965, em carta de demissão escrita ao amigo Fidel, Che mantém esse mesmo espírito quando afirma que "outras *sierras* do mundo reclamam a contribuição de meus modestos esforços" (Guevara, 1979: 98). Há pistas de articulação com os valores cristãos em algumas passagens dos escritos de Che. Em carta a seus pais, Che se auto-refere como "filho pródigo" (ibid: 99) e no texto *O Homem Cubano,* ele recomenda aos ouvintes/leitores que recebam sua saudação ritual como um aperto de mãos ou como uma "Ave Maria" (ibid: 49). Ainda como sinal de afinidade entre os valores revolucionários cubanos (e maoístas por extensão) e os cristãos, Fidel, a partir de uma reunião com alguns sacerdotes da TL – que viria a ter importância decisiva na construção da narrativa petista – no Chile em 1971, passou a defender "a união entre religiosos e não-religiosos a favor da Revolução" (Castro, 2006: 204).

Referenciando-se na sociologia compreensiva de *A Ética Protestante* de Max Weber, Michael Löwy aponta para uma *afinidade negativa* entre a "economia capitalista racional moderna" e a "ética religiosa da fraternidade" do ambiente cristão católico (Löwy, 2000: 35-41) – no que pese, reconhece o autor, a adaptação "realista" da instituição católica ao sistema capitalista (ibid: 41). Essa leitura do capitalismo como um sistema intrinsecamente perverso – por influência direta, como vimos, da Igreja francesa –, foi particularmente forte no Brasil (ibid: 232-54). Não obstante, inspirou processos antagonísticos na América Latina, especialmente após a realização da Conferência de Medellín em 1968. É o caso de El Salvador e Nicarágua, onde a fusão entre marxismo e cristianismo ocorreu de forma bastante explícita.

O bastante radicalizado *Movimento da Juventude Cristã*, criado em 1969 em Manágua, foi acolhido por Carlos Fonseca e Tomás Borge, fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), sem que lhes fosse imposto qualquer tipo de condicionante ideológico (Löwy, 2000: 157-8). Borge revela em entrevista ao jornal *Em Tempo* que "muitos dos quadros dirigentes da Frente Sandinista têm uma origem cristã" (Borge, 1987: 6). Considera ainda que "alguns dos princípios do cristianismo são completamente válidos na sociedade revolucionária", de forma que o preceito "amai-vos uns aos outros" pode ser posto em equivalência com a libertação das classes exploradas, entendida como "uma forma superior de amor" (ibid: 7). Trata-se, mais uma vez, de conferir lado e ancoragem espacial ao humanismo cristão.

O discurso revolucionário na Nicarágua, outrossim, ligava-se ao campesinato através da referência às tradições históricas de Augusto César Sandino e de Emiliano Zapata[73], dois símbolos tradicionais do nacionalismo antiimperialista latino-americano. Sandino – nos ensina Borge –, ao se opor às teorias européias que consideravam o nacionalismo como "fundamentalmente reacionário", foi considerado por muitos marxistas como um "agente do imperialismo" (ibidem). Fica claro que o sentido da narrativa nacionalista na América Latina, ao ganhar uma tonalidade radicalmente antagonística, correspondia a uma articulação alternativa à racionalidade da discussão européia (seja no sentido do rechaço, numa perspectiva revolucionária, ou da articulação, numa perspectiva reformista). Nesse contexto, chamamos a atenção para o fato de que a articulação entre cristianismo e marxismo na América Latina ressignifica, de maneira original relativamente ao que ocorria na Europa, a relação entre tradição (pré-modernidade) e modernidade.

Uma característica interessante dos revolucionários da FSNL, outrossim, é que eles – apesar de defenderem o "caminho guerrilheiro", por mais que esse fosse "muito duro", como

[73] Sandino (1895-1934) foi líder revolucionário nicaragüense à frente na guerra antiimperialista contra os Estados Unidos entre os anos de 1927 e 1933. Zapata (1879-1919) liderou a Revolução Mexicana, em 1910 contra a ditadura de Porfírio Díaz.

diria Carlos Fonseca Amador (2006: 374), marxista fundador da FSLN – afirmavam de forma clara "o caráter simultaneamente *democrático e socialista*" (grifo nosso) (Löwy, 2006: 371) da Revolução Nicaragüense. Tal proposição, para além da externalidade político-geográfica das guerrilhas camponesas, abre uma fenda para que se processe a articulação entre os modelos de democracia social e política; discussão que, como vimos, vinha enfrentando a esquerda européia. Com Löwy (2000: 87-111), acreditamos que a Teologia da Libertação (TL) se constituía através da articulação narrativa entre valores cristãos pré-modernos e a modernidade democrática. Referencia-se, assim, nos valores de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, que são afins à questão dos direitos humanos (ibid: 93) e da "cidadania". A TL, assim, ao mesmo tempo em que preconiza "no nível institucional, a *separação* e a *autonomia*... No nível ético/político é o *envolvimento* que se torna o imperativo essencial" (grifo nosso) (ibid: 99).

Nos termos do nosso debate, ao propor o envolvimento no plano ético-político e a autonomia no plano institucional, sente-se falta de uma articulação espacial entre os dois momentos, o que corresponderia a uma mudança qualitativa em termo de luta por hegemonia. Essa mesma *desarticulação* explica em parte a política de oscilação, que permite guinadas à direita (integração) e à esquerda (autonomia) na tradição da esquerda internacional. Na América Latina a experiência chilena (queda de Salvador Allende), constantemente referenciada pelos petistas, é bastante simbólica nesse sentido. Tal referência ocorre tanto no sentido de lembrar a importância de se manter uma desconfiança no que tange ao compromisso da burguesia com a democracia, como no sentido de se reconhecer – principalmente considerando a crise da via armada – a necessidade de manter relações com a institucionalidade democrática. Nesse bojo notamos que os valores humanísticos que se articulavam no plano local no castrismo/guevarismo passam a circular sem um espaço de ancoragem mais autônomo, o que implica no risco da pressuposição de um espaço único e universal de ação política.

Salvador Allende, nesse contexto, trouxe à cena política latino-americana a possibilidade de construir "a primeira sociedade socialista edificada segundo um modelo democrático, pluralista e libertário" (Allende, 2006: 402). Lembrando que a *via pluralista* havia sido antecipada pelos clássicos do marxismo – que tinham então em mente as sociedades mais desenvolvidas –, o presidente chileno achava que essa via de construção do socialismo poderia se realizar em seu país. Nesse sentido, o socialismo chileno teria, por outros motivos, um caráter tão imprevisto quanto o tiveram as Revoluções Russa e Chinesa. Isso ocorreria à revelia dos céticos que, esquecendo-se da "consciência patriótica das forças armadas", achavam impossível um Parlamento que servira às classes dominantes "transfigurar-se para chegar a ser o Parlamento do povo chileno" (ibidem).

Essa formulação legalista de Allende se baseava na confiança de que a vontade popular expressa pelo voto, seria capaz de construir, pela via institucional, uma outra "ordenação social" (ibidem). Apelava, assim, dentro do que caracterizava como um "tempo inverossímil", para a "fé" dos homens na sua capacidade de "reconstruir o mundo" e "renovar a vida" (ibid 403). A realização das "utopias mais generosas do passado" (tradição localista da democracia radical e do socialismo utópico pré-modernos, em nossos termos) e das nossas "mais nobres potencialidades" se concretizariam caso fôssemos capazes de vencer "o peso de uma herança de cobiças, medos e tradições institucionais obsoletas" (ibidem). Note-se, entretanto, que esses valores a serem vencidos estão articulados, por "tradição", às instituições democráticas liberais, enquanto que os valores humanísticos "mais nobres", perdem uma ancoragem espacial própria. O rompimento com esse *humanismo abstrato* talvez seja um dos valores narrativos mais significativos do legado cubano. Aprendemos com Eder Sader que o Partido Ortodoxo, ao qual pertencia Fidel, utilizava o apelo moral de tais valores como mera propaganda (Sader, 1981: 25). O movimento guerrilheiro, nesse contexto, foi capaz mantê-los em sua ação política local.

Estamos, portanto, às voltas com o problema de articulação dos modelos de democracia que vimos trabalhando. O trotskismo, que tem uma inegável contribuição para a construção da narrativa petista[74], veio a ser uma referência na América Latina no que tange à referida articulação. O *Programa de Transição*, aprovado em 1938 na Conferência de Fundação da IV Internacional, é bastante elucidativo. Partindo de uma leitura objetivista da história, esse Programa, ao considerar que as forças produtivas sob o capitalismo haviam estagnado, demanda uma ação revolucionária imediata da classe operária e de sua vanguarda. Indo de encontro ao etapismo do *Komintern* e de sua "política conciliadora das 'Frentes Populares'" – para Carrillo (1977), nascedouro do eurocomunismo –, propugnava que "a crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária" (Cadernos Democracia Socialista, 1988: 6-7).

Em termos narrativos, *o trotskismo*, que estimulava as greves com ocupação de fábricas, *propunha um encurtamento do tempo narrativo através da ação revolucionária imediata*. Tal estratégia passava pela articulação do que se chamava de "demandas provisórias"; aquelas capazes de promover uma ponte entre o programa mínimo (reformas nos limites do capitalismo) e o programa máximo (implantação em "futuro indeterminado" do socialismo) (ibid: 8). A referida estratégia não negava a luta pelos "direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais", mas o trabalho político do dia-a-dia tinha que ter um *sentido inequívoco*: a via revolucionária. Os sindicatos, seguindo uma orientação leninista clássica, "em face de suas tarefas, da sua composição e do caráter do seu recrutamento [que engloba principalmente as "camadas mais qualificadas e mais bem pagas", ou seja uma elite da classe]" (ibid: 11) não poderiam substituir o partido dotado de um programa revolucionário completo.

---

[74] Juarez Guimarães, membro da Democracia Socialista, tendência do PT, afirma – no cinqüentenário da morte de Trotsky e ápice da crise na União Soviética –, que sua figura "continua a mover-se no pensamento daqueles que... Refletem sobre o futuro do socialismo" (Guimarães, 1990: 13). Precisava-se, então, promover a verdade de sua real participação na Revolução Russa, deslocando-o da figura autoritária de Stalin e, pondo seu pensamento em uma perspectiva histórica, desdogmatizá-lo. Esse encontro com a memória estaria, como poucas vezes se pode notar na história, profundamente ligado à construção do futuro.

Por isso, nos momentos de auge do movimento operário, seria necessário criar "organizações *ad hoc* que abranjam toda a massa em luta: os *comitês de greve*, os *comitês de fábrica* e, por fim, os *soviets*" (ibidem). O caráter autônomo dessas organizações, ainda segundo o *Programa de Transição*, possibilitava a manutenção de uma relação mais próxima às vicissitudes da luta de massas, de forma que poderiam, caso necessário, romper com o "aparelho conservador dos sindicatos" (ibidem). Nesse contexto devia-se, sempre que possível – e, provavelmente, à revelia dos "burocratas sindicais" –, promover *ocupações temporárias das empresas*, pois isso teria o poder de pôr em questão quem era o "patrão da fábrica". Esse desafio ganhava expressão menos episódica com a organização dos comitês de fábrica (ibid: 12), que lutam pelo controle efetivo da produção. Estabelecia-se, finalmente, uma situação desejável de "dualidade de poder", que era a expressão insofismável do caráter "inconciliável" dos regimes capitalista e proletário (ibid: 13). Dando seqüência a essa incomensurabilidade, os *soviets* seriam a expressão de um longo período de dualidade de poder no país (ibid: 28).

Note que o espaço da produção (esfera econômica) é eleito pelo *Programa* como um lócus de ação política, o que aproxima o trotskismo de uma ação política positivo-revolucionária. O internacionalismo trotskista, nesse contexto, alimenta uma desconfiança quanto às instituições da democracia liberal-representativa (ibid: 21-5), que demonstra afinidade, ainda que intuitiva, à mutua constituição entre ação política e espacialidade – argumento de fundo de nossa metodologia. Diferentemente da estratégia guerrilheira cubana, entretanto, propugna a construção de uma dualidade de poder dentro dos limites geográficos da sociedade urbana. Essa estratégia é coerente com a noção de que à classe operária, em associação com o operário agrícola, cabe a vanguarda da revolução. Sendo assim, no seio da classe dos camponeses, caracterizados classicamente como "pequena-burguesia da aldeia", há tanto a presença de aliados potenciais como a de inimigos (ibid: 19). Essa compreensão, possivelmente, foi responsável pela caracterização por setores trotskistas da Revolução Cubana como tendo sido encabeçada por uma

direção nacionalista pequeno-burguesa e, assim, consideravam a necessidade de se criar um partido revolucionário em Cuba (Ozai da Silva, SD: 36).

Como resultado dessa polêmica há um reagrupamento da maioria das forças trotskistas (que sofrera sucessivos rachas desde a morte de Trotsky em 1940) em torno do Secretariado Unificado[75], que defendia o apoio à Revolução Cubana. Em 1963, no IX Congresso Mundial da IV Internacional, se tira uma resolução de apoio à luta armada de longa duração na América Latina, o que aproxima o trotskismo do guevarismo e do foquismo[76]. Reconhece-se nesse texto, o que vem a provocar novas cisões na referida Internacional, que o eixo principal da luta armada é a guerrilha rural, ainda que em articulação com "grandes mobilizações e conflitos de classes nas cidades" (ibidem). A composição predominantemente camponesa da guerrilha era expressamente assumida. No Brasil – aonde essa tensão entre o rural e o urbano se expressou, como veremos no próximo capítulo, na narrativa petista –, o Partido Operário Comunista (POC), nascido em finais dos anos 1960, aderiu aos mandelistas (Secretariado Unificado). Pouco depois suas posições sobre a luta armada foram revistas e o POC voltou sua ação para o movimento operário (Roberto Campos, 1988). Nessa esteira, as principais correntes trotskistas no Brasil (Libelu, Causa Operária, Convergência Socialista, Democracia Socialista) vieram a responder, com maior ou menor velocidade e grau de adesão, positivamente à criação do PT.

3.4. Conclusão

Podemos salientar, com o acima exposto, que os constantes deslocamentos das fronteiras político-sociais não deixam incólumes conceitos como o de cidadania, corporativismo e poder

---

[75] Tendência inicialmente agrupada em torno do economista Ernest Mandel que, além da Revolução Cubana, apoiava a FSLN e seu "expediente tático" de formação de um governo de coalizão com a burguesia (Ozai da Silva, s.d.: 36).

[76] Teoria sintetizada pelo intelectual francês Régis Debray, que ganhou popularidade nos anos 1960/1970 na América Latina. À maneira do trotskismo, sua teoria defendia a maturidade das condições objetivas para a revolução. O foco guerrilheiro, nesse contexto, destinava-se a acelerar as condições subjetivas para a ação revolucionária (Fábio Chagas, 2006).

local que ganham, num contexto de novas articulações narrativas (entendidas como constitutivas de tais deslocamentos), sentidos bastante distintos. No próximo capítulo, ao identificar esses temas em funcionamento no jogo de representação política, pretendemos acessar a inter-relação entre a estrutura organizativa do PT, da CUT e do MST; a tensão estratégia-tática dessas organizações e suas concepções de democracia. Achamos que ao assim proceder, nos será possível perceber a relação entre representação política e constituição de identidades coletivas.

Consideramos que os valores narrativos que historiamos nesse capítulo vão estar articulados, de maneira mais ou menos evidente, na narrativa petista. Alguns desses valores, como veremos, estarão plenamente integrados na narrativa ontológica oficial do PT. Outros, mais periféricos, serão reclamados por narrativas ontológicas militantes – mesmo que, muitas vezes, não se tenha uma consciência das "filiações" dos referidos valores. Em linhas gerais, o PT vai se inserir – e, portanto, (tentativamente) a seus representados – num movimento internacional que nos referimos como "nova esquerda", o que se pode notar pela acentuada influência das discussões conceituais pautadas na Europa. Aborda, assim, sob a influência dessa "escola", marcadamente na sua primeira década de existência, a articulação entre valores "pré-modernos" e "modernos". Tal articulação será analisada na sua relação com o estabelecimento dos *loci* de ação política e com as tentativas contingenciais de ressignificação dos valores narrativos mobilizados.

O peso da tradição nas escolhas políticas tomadas será, nesse contexto, sempre requisitado na análise que se seguirá. À metáfora do partido como unidade-corpo será dispensada especial atenção, uma vez que sua presença (e busca) está no centro das tensões estratégia-tática – fundamentais para o estabelecimento das trajetórias identitárias que nos ocupa. A relação politicamente significativa entre as dimensões lingüística e extralingüística do discurso, entretanto – seguindo uma chave de leitura dicotômica (sujeito-objeto) das metanarrativas modernas, não é (plenamente) percebida pelos atores que passaremos a analisar.

Capítulo 4

Emergência e Consolidação da Narrativa Petista nas Décadas de 1970 e 1980

4.1. Introdução

Pensar a emergência de uma narrativa ontológica antagonística requer, para que se evite cair numa caracterização essencialista da mesma, considerar seu caráter relacional. A narrativa petista, estando inserida numa conjuntura de crise da ditadura militar, procura se diferenciar radicalmente não só do sistema político ditatorial, mas também da trajetória política dos partidos comunistas brasileiros. Deve-se ter em mente, nesse contexto, a dupla crise do socialismo e da social-democracia no contexto internacional. No âmbito brasileiro deve-se considerar a crise das organizações revolucionárias que haviam optado pela resistência armada, pois sua "opção" vanguardista[77] as tinha levado ao esfacelamento (promovido pela repressão), o que punha em xeque, em tempos de transição democrática, sua viabilidade estratégica. Estabelecia-se, portanto, uma *tripla crise* (social-democracia, socialismo e resistência armada) no campo da esquerda que, aliada ao fato da ditadura estar em seus estertores[78], anunciava um novo cenário político que exigia da esquerda brasileira tomar decisões acerca de como conviver com a "democracia".

Neste capítulo, analisaremos as relações de representação política entre PT, CUT e MST, quando tentaremos evidenciar, em torno do período de transição (1975 a 1989), a estreita relação entre tal processo e a constituição de identidades coletivas. Partindo do material empírico disponível (narrativas ontológicas oficiais e militantes) e da própria literatura sobre o PT

---

[77] Fala-se também de elitismo, na medida em que a militância desses grupos era, basicamente, oriunda da classe média (Francisco de Oliveira, s.d.: 12). O PT, em contraste, tinha como uma de suas características iniciais um forte enraizamento na classe operária.

[78] Havia fraturas evidentes no chamado "milagre econômico" e crescente incapacidade para manter o controle sobre as demandas econômicas e por liberdades, sem falar da grande debilidade do regime ditatorial, ou seja, realizar sucessões periódicas num regime autoritário.

(narrativa conceitual), nosso *primeiro passo* será analisar a construção da narrativa petista a partir da identificação das lógicas utilizadas para articular as principais narrativas públicas presentes, assim como para rechaçá-las. Teremos o cuidado de proceder a tal análise considerando nossas especificidades históricas, culturais e políticas, o que aponta para o caráter relacional e contingente das ditas narrativas. Num *segundo momento*, quando focalizaremos as disputas pelo estabelecimento dos *loci* de ação política, demonstraremos como tais narrativas alteram seus sentidos e valores ao sabor das vicissitudes do jogo político. Isso feito, nós abriremos duas subseções. Na primeira, analisaremos algumas articulações narrativas tendo como foco analítico os *loci* de ação política e como pano de fundo a articulação entre modelos e concepções de democracia. Na segunda subseção, promoveremos uma análise mais detida da articulação entre o movimento sindical e popular no contexto das administrações municipais do PT. Tendo consciência do caráter não exaustivo dessas análises, acreditamos que *ao final do capítulo*, poderemos, em seção conclusiva, desenhar um quadro conjuntural dos principais desafios e demandas por decisão colocadas ao Partido no final dos anos 1980. Nesse momento, apontaremos que tipo de contribuição nosso estudo pode trazer aos desafios suscitados.

4.2. Emergência da Narrativa Petista: considerações sobre algumas articulações narrativas

Mapear as *narrativas públicas* – narrativas disponíveis em determinado contexto histórico – articuladas na narrativa petista em sua primeira década de existência requer, além de considerar seu caráter relacional, verificar como, do ponto de vista empírico, se deram essas práticas articulatórias, evidenciando suas tensões e contradições. Nesse contexto, faz-se mister identificar não só as narrativas públicas articuladas, mas também aquelas rechaçadas, pois isto nos revela algo sobre o sentido e radicalidade imprimidos às primeiras (eixo vertical do método analítico). Não se pode, assim, falar de narrativa petista sem mencionar a então maior referência histórica da

esquerda brasileira, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Francisco de Oliveira, em texto escrito em meados dos anos 1980, identificando um "estado de letargia" e um "definhamento de difícil recuperação" do PCB, já apontava, não sem ressaltar que isso poderia causar arrepios aos petistas, que o PT era, ao recolocar a "questão operária" na cena política, uma espécie de "continuador do PC brasileiro, em sua versão inicial" (Oliveira, s.d.: 11).

O PCB, na Declaração de Março de 1958, o que é, posteriormente, corroborado em seu V Congresso (1960), adota uma política cuja tática era a exploração de divisões no seio das elites (Reis Filho, 1990: 23). Os desdobramentos dessa tática etapista, que passava a valorizar as instituições políticas existentes (participando, por exemplo, da estrutura sindical corporativa), despertava, já no início da década de 1960, vozes dissidentes. Essas últimas mantinham, de alguma forma, uma relação abertamente tensa com a institucionalidade democrática. Entre elas, podemos citar a Ação Popular (AP), de inspiração católica; o radicalismo nacionalista de Leonel Brizola; e as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião (Reis Filho, 1990: 23).

Reis Filho (2005: 175-178) chama a atenção, em outro momento, para a subestimação por parte das esquerdas no Brasil daquilo que chama de tradição *nacional-estatista* ou *trabalhismo*, a qual era desprezada pela esquerda revolucionária como sendo de hegemonia burguesa. Essa tradição, que passa pelo (mas não se limita a) PTB de Getúlio Vargas, por João Goulart e Leonel Brizola (que criaria depois o Partido Democrático Trabalhista – PDT), teria dirigido as reformas de base do período de 1961-1964. Para Reis Filho, as Ligas Camponesas e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), criado por Julião, seriam uma expressão radicalizada do nacional-estatismo. Ainda segundo o autor, que pretende ressaltar a importância histórica dessa narrativa pública, nos grandes momentos de mobilização em que os comunistas se projetaram na cena política nacional (o queremismo na década de 1940, a campanha pela Petrobrás na década de 1950), a exemplo das ditas reformas de base, houve articulação com o nacional-estatismo. Esses valores narrativos estariam presentes, posteriormente, em organizações revolucionárias de

resistência à ditadura como a Ação Libertadora Nacional (ALN), os Comandos de Libertação Nacional (Colina) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) (ibid: 177). Por fim, os valores nacionalistas estão também presentes no próprio PT, especialmente se considerarmos os movimentos dos servidores públicos contra a privatização nas décadas de 1980 e 1990[79].

As Ligas Camponesas – cujas lideranças romperam com o PCB nos anos de 1950 (Medeiros, 2003: 17) –, que viriam a ser uma das fontes de inspiração do MST (Stedile, 2005), promoveram uma *ação política externa à estrutura sindical rural*, criando um fato político novo no Brasil: a presença dos trabalhadores do campo nas ruas. Defendiam, em frontal oposição ao PCB, uma política de ação direta, expressa na palavra de ordem por uma reforma agrária radical "na lei ou na marra" (Medeiros, 2003: 9-28). Esses valores de *autonomia e externalidade* – inseridos na perspectiva da construção de uma revolução socialista sob considerável influência da *Revolução Cubana* – apontavam para a *possibilidade* (não explorada posteriormente pelo jovem PT) de se imprimir outro sentido ao nacionalismo. Este último, articulado, à moda cubana, a uma perspectiva revolucionária, iria de encontro àquela visão etapista da revolução brasileira que grassava no PCB[80] a partir, especialmente, da Declaração de Março de 1958.

Para os comunistas do PCB – que se articulavam com a *narrativa nacional-desenvolvimentista* defendida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) –, tendo oficializado sua política etapista a partir da mencionada Declaração, o latifúndio definia-se como sendo uma vasta propriedade onde predominavam relações feudais. Eliminá-lo era um passo necessário para "poder realizar uma revolução de caráter 'democrático-

---

[79] A base social dos setores médios, segundo Leôncio Martins Rodrigues (1990), vai ganhando importância crescente na CUT ao longo da década de 1980.

[80] Esse debate, aberto com a experiência do PCB e do PC do B, viria a ganhar evidência no discurso petista, particularmente em seus primeiros documentos, em época de transição para a "democracia". Na *Carta de Princípios*, de maio de 1979, declara-se – em resposta explícita à pressão dos comunistas para que se atuasse no interior do MDB (partido guarda-chuva de muitos comunistas) – que essa proposta era "fruto de uma *velha e trágica ilusão* quanto ao caráter democrático de setores de nossa classe dominante" (grifo nosso) (Partido dos Trabalhadores, 1999: 49-54). Tal postura anunciava uma estratégia que se chocava com a proposta de frente única, pois sua unidade significaria "aceitar que a *frente das oposições* se mantenha à custa do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro **sujeito e agente de uma democracia efetiva**" (negrito nosso) (ibidem: 52).

burguês'" (ibid: 15), condição de possibilidade para uma futura revolução socialista. O PCB, assim, integrava o nacionalismo ao desenvolvimentismo, compondo sua visão etapista, posta em prática com sua participação no Governo João Goulart. O PT, mais tarde, em contenda aberta com os comunistas, e sob influência das correntes marxistas revolucionárias – que preconizavam que as burguesias nacionais dos países periféricos cumpriam o papel de gerenciador do subdesenvolvimento (Reis Filho, 1990; Guerrero Gutierrez, 2004) –, queria resgatar o papel do proletariado como *sujeito da revolução*. Ao denunciar a negação de voz aos trabalhadores, o PT ia de encontro ao valor narrativo, típico, segundo Romão (2006: 78), do nacionalismo em suas diversas fases no Brasil, do Estado como condutor (protagonista, diríamos) do processo de desenvolvimento. Por tudo isso, os valores nacional-desenvolvimentistas – que *circulavam internamente à institucionalidade política vigente e* tinham seus sentidos bastante fixados no sistema geral de significação – foram inicialmente rechaçados pela narrativa oficial petista.

Entretanto, como vimos, esses valores narrativos não deixam de estar presentes no espaço político-cultural de onde emergiu a narrativa petista (Reis Filho, 2005). Vale também mencionar, além da Revolução Cubana (1959), a influência de valores nacionalistas na esquerda revolucionária através da revolução libertadora pela independência da Argélia (1962) e a guerra antiimperialista do Vietnã (Ridenti, 2006: 30), para não falar do nacionalismo antiimperialista dos processos revolucionários na Nicarágua e em El Salvador (que remontam à tradição latino-americana de Sandino e Zapata). Ou seja, o "mesmo" nacionalismo, que na Europa foi combatido e caracterizado como traição à causa comunista por dirigentes revolucionários como Lênin; no contexto latino-americano – considerando as forças do imperialismo capitalista, que alteram significativamente o campo histórico-relacional de circulação desses valores – puderam ser ideologicamente articulados desde um ponto de vista antagonístico. Como explicar, para além da disputa com o PCB, que, apesar de toda essa abertura potencial para uma articulação com o nacionalismo, este tenha sido rechaçado pela narrativa petista oficial? Uma explicação plausível é

que o discurso radicalmente classista dos primeiros anos do PT, sob a influência da *ortodoxia marxista*, teve dificuldades para apreender as especificidades da Revolução Cubana, cuja influência não foi marcante do ponto de vista teórico no Brasil (Emir Sader, 1991: 162-3). Talvez porque seja um traço cultural da esquerda brasileira a propensão para seguir modelos internacionais mais consolidados (ainda que a "tradução" desses modelos sempre ganhe contornos contingenciais), o que – especulamos – pode ter inibido uma versão petista (mais latino-americana e revolucionária) do nacionalismo. Por fim, os valores nacionalistas, no contexto histórico de então, estavam profundamente vinculados às narrativas "populistas" e ao próprio ufanismo da ditadura, a que o PT – constituindo-se relacionalmente ao seu outro antagonístico – procurava se distanciar radicalmente.

O PT, entretanto, apesar de questionar o objetivismo esquemático da estratégia etapista do PCB, que aposta num poder imanente do desenvolvimento das forças produtivas, *não vai se livrar facilmente da ideologia que acusa*. A presença dessa mesma lógica de imanência do social presente na formulação pecebista – teor, em última instância, da crítica petista em favor do *momento político* (ressaltado pelo caráter ativo da ação do proletariado) – pode ser identificada, não sem conseqüências políticas importantes, na própria construção do sujeito político petista. Seguindo, igualmente ao PCB, modelos mais solidificados (leia-se, europeus) de revolução, pode-se verificar no discurso petista (ao contrário do que ocorreu, por exemplo, com o castrismo/guevarismo e o maoísmo) uma relação hierárquica de subordinação do campesinato em relação ao proletariado industrial. A *Carta de Princípios* do PT, assim, entende a classe operária como sendo a "vanguarda de toda a população explorada" (Partido dos Trabalhadores, 1999: 54).

Para nossos propósitos, é interessante notar que tal relação de subordinação está expressa na noção de inexorabilidade do avanço das relações capitalistas no meio rural. Isso porque esse valor narrativo, quando inserido numa relação de representação política, conduzirá à despotencialização do investimento em *alternativas não capitalistas* para as relações de produção

no campo. Como será explicitado ao longo deste capítulo, a autonomia e independência organizativa dos trabalhadores são valores narrativos caros ao PT. No *Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o Período de 1986/87/88,* aprovado no IV Encontro Nacional, em 1986, há elementos que revelam uma tensão entre esses valores e a lógica (imanente) da subordinação em questão. Esse texto, embora reconheça que "as delegacias sindicais... Não podem, nem devem, substituir outras organizações de trabalhadores... Como as *comunidades* e os *conselhos comunitários*" – organismos que, na nossa perspectiva, poderiam gerar experiências autônomas *de poder local* que disputasse a hegemonia com as unidades capitalistas de produção – chama a atenção para o fato de que o PT deve "*prestar cada vez mais atenção* ao surgimento e desenvolvimento da *classe dos assalariados agrícolas*", pois, às vezes, os pequenos produtores impedem "que as reivindicações e organização dos assalariados se desenvolvam mais livremente" no sentido de poderem "organizar-se de forma independente" (grifos nossos) (Partido dos Trabalhadores, 1999: 277).

Cumpre ressaltar que o investimento na *identidade* "classe dos assalariados" tem o *efeito ideológico de pressupor/naturalizar as relações assalariadas capitalistas de produção*[81]. Mesmo que tenhamos que considerar aqui a concretude da existência desses assalariados, chamamos a atenção para o efeito despolitizador que essa *ação de representação política* opera no que tange à esfera econômica. Isto porque o investimento na identidade de classe dos assalariados pressupõe a garantia de existência do seu outro antagônico: os capitalistas do campo. Esse efeito da ação de representação é particularmente notado se considerarmos a presença, não menos concreta, de experiências animadas pelo MST que conseguiram ao longo da década de 1980, mesmo que com

[81] Achamos instigante a intuição de R. Radford Ruether que, partindo da observação de que, na prática, o marxismo fincou fortes raízes em regiões "subdesenvolvidas" como a Rússia, a China e vários países do chamado Terceiro Mundo, supõe que essa tradição política "tenha sido realmente um instrumento para levar a revolução industrial para áreas fora de sua origem na Europa Ocidental e na América do Norte, ainda que o tenha feito mediante a motivação de um antagonismo revolucionário contra esses antigos centros de industrialização" (Ruether, 1971: 219).

diferentes graus organizativos de *cooperação*, chegar a uma situação de produzir anualmente "405 mil sacas de grãos, entre soja, feijão, milho, trigo e arroz... 7 mil cabeças de gado, 10 mil suínos e 58.680 aves" (Márcia Camargo, 1989: 8). Muito pouco, pode-se pensar, não sem certa razão. Mas a questão que levantamos ganha relevância política irrefutável caso seja vinculada às intensas disputas em torno de *concepções de democracia*.

Os sindicatos rurais inserem-se numa estrutura sindical que municipaliza a luta dos trabalhadores, o que reforça um *sentido corporativo* a sua luta. Numa década recorde em termos de assentamentos, o MST, rompendo com essa base territorial, amadurecia – o que viria a ser aprovado em seu V Encontro, em 1989 – a tática expressa na palavra de ordem "ocupar, resistir, produzir" (Stedile, 2005: 53). Isso colocava perspectivas de construção de um *poder local* externo à esfera política. Apontava, pois, potencialmente, para um caminho alternativo de superação do corporativismo pela via da politização da esfera econômica. Diferentes caminhos, com efeito, sugerem diferentes estruturas organizativas, quer sejam referentes ao partido ou aos movimentos representados. Aprofundaremos esse ponto na próxima seção.

Essa idéia pode parecer menos estranha caso se considere a afirmação de José Dirceu (opinião corroborada nos documentos oficiais do Partido) de que para o PT "o poder não apenas se toma, mas também se constrói". Nesse contexto, não só estava colocada ao PT a consideração de uma perspectiva positivo-revolucionária de política, como, tendo em mente o objetivo estratégico do "poder popular", o autor procurava descolá-la de uma política "reformista, social-democrata, tese de centro, de direita" (Dirceu, s.d.: 38-9). O valor narrativo moderno (evolucionista) de valorização das relações capitalistas de produção funciona como um dispositivo ideológico que gera tensão entre a estratégia de construção de poder popular e a tática (adotada pelo novo sindicalismo) de transformação por dentro da estrutura sindical vigente.

O que devemos perceber no momento é que a importância estratégica dada à relação de assalariamento não se distancia da visão marxista – presente no etapismo do PCB –, que remete à

"necessidade", para o advento do socialismo, de desenvolvimento das *forças produtivas*[82] num sentido capitalista. Como corolário – o que é um indício de desinvestimento do Partido em formas alternativas de rompimento com o corporativismo –, nos documentos oficiais do PT, na década de 1980, não há praticamente nenhuma menção explícita ao MST. Sua clara ênfase nas relações de assalariamento no campo leva, outrossim, ao investimento num sindicalismo que atua por dentro da estrutura sindical existente. Nesse contexto, o PT foi incapaz de traduzir para a realidade brasileira a riqueza da experiência da Revolução Cubana, que promoveu fortes vínculos entre trabalhadores do campo e da cidade. Despotencializou – o que revela a construção de certas concepções de democracia –, assim, via representação política, seus vínculos com a tradição autonomista e de construção do *poder local*, valores narrativos que passaremos a abordar.

Com o advento do golpe militar de 1964, o PCB, segundo uma leitura corrente no então jovem Partido dos Trabalhadores, não conseguira contrapor-se com firmeza ao mesmo, pois não havia feito aquilo que parecia ser evidente: organizar de forma *independente* a classe trabalhadora. A *Tese de Santo André-Lins*, documento de janeiro de 1979, anterior, portanto, à fundação do Partido, já clamava pela criação de uma agremiação que respeitasse a "democracia operária" e que não priorizasse o calendário eleitoral, funcionando "do primeiro ao último dia do ano" (Partido dos Trabalhadores, 1999: 47-8). O PT, no entanto, ao demonstrar predileção pela *ação extraparlamentar*, secundarizava uma reflexão sobre como deveria se dar uma "necessária" articulação entre a democracia social (tradição socialista) e política (tradição liberal). Mantinha, conformado pelo valor metanarrativo da dicotomia sujeito-objeto, uma resistência mais radical (comparativamente ao PCB) aos valores narrativos que circulavam nas instituições do último modelo. Isso é ainda mais verdade se considerarmos o caráter particularmente excludente e patrimonialista adquirido pelo Estado liberal brasileiro (Holanda, 2002). Eventos como a não-ida

[82] O que já aproxima o PT, potencialmente, do desenvolvimentismo.

ao colégio eleitoral e a consideração de não assinar a Constituição em 1988 são exemplos dessa resistência à institucionalidade "democrática", que Plínio de Arruda Sampaio (s.d.) afirma ser uma característica da "tática" petista dos seus primeiros anos de vida.

O ambiente de construção de um partido com alto grau de externalidade em relação ao sistema político vigente, com uma *vida permanente* independente do calendário eleitoral e referenciado na *democracia operária*, era receptivo à emergência ideológica de um *sentimento comunitarista* entre os militantes petistas. Mauro Gaglietti (2003), em estudo sobre o perfil e motivação da militância petista em Porto Alegre, corrobora a existência desse sentimento quando identifica nos petistas três padrões de militância, a que chama de "missão", "sociabilidade" e "estratégia para conquista de colocação". Nos interessam aqui os dois primeiros. O autor nos revela que muitos dos ativistas que apresentam uma clara devoção por uma "causa" vêm ou dos *grupos clandestinos* ou das *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs) e pastorais sociais das igrejas. Já no padrão de sociabilidade, quando se pode notar um clima de *cumplicidade* e *companheirismo*, o autor salienta a importância dos "momentos de festa", das "discussões apaixonadas" e de uma espécie de "micromercado matrimonial". Por fim, constata que dentre os militantes que se dedicaram à carreira política, "a grande maioria... Foi influenciada, no período da infância e da adolescência, pela orientação religiosa seguida por seus pais" (ibid: 137-47).

O *comunitarismo petista*, a partir dos valores cristãos, constituiu-se pela articulação tanto com os valores do marxismo clássico (e do anarquismo) – o que é reforçado pela forte presença de militantes cristãos na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP)[83], hegemonizada pelo pensamento marxista revolucionário –, como com o "novo sindicalismo" praticado no ABC paulista sob a liderança de Lula. Os sindicalistas do ABC, que representavam uma categoria jovem, composta em boa parte por imigrantes de regiões menos industrializadas do

[83] Segundo Nádia Gebara, assessora-militante desse movimento, a OSM-SP passou a se chamar MOSM-SP, algo em torno de 1983-1984. Intercambiaremos os dois nomes em função do contexto em que os utilizarmos.

Brasil e sem grandes tradições políticas, simbolizam bem uma *sensibilidade popular* na narrativa petista[84]. Sua ligação com os valores cristãos pode ser notada, do ponto de vista simbólico, no documentário *Linha de Montagem* (Renato Tapajós, 1982). Numa das assembléias no estádio da Vila Euclides, vê-se uma faixa erguida com as fotos de Cristo e Lula nas extremidades; ao centro, lemos: "eles representam o povo, nunca serão esquecidos". O fato é que se criaram, a partir dessas articulações com o cristianismo, dois sentidos narrativos que viriam a travar batalhas históricas no sindicalismo cutista: o sindicalismo de São Bernardo e o da Oposição Metalúrgica de São Paulo (OSM). Essas batalhas, como veremos nas análises que se seguem, estão estreitamente vinculadas à ação petista de representação política. Para o momento é suficiente que se tenha uma idéia da força desse sentimento comunitário em ambas as articulações narrativas e da importância, como passaremos a abordar, que ambas atribuem à noção de *indivíduo*.

Numa das assembléias na histórica greve de 1979, Lula adverte aos operários: "Eu já disse a vocês que o sindicato não é este prédio, o sindicato é cada um de vocês na rua, *sindicato é cada um de vocês onde vocês estiverem*" (Renato Tapajós, 1982)[85]. Em 1985, num movimento tipicamente comunitarista que se pretendia alastrar pelo Brasil, os trabalhadores petistas de São Bernardo construíram, comprando "cotas" e empenhando sua força de trabalho, a sede própria do PT. Na ocasião da cerimônia de inauguração da sede, Lula, bastante emocionado, iria articular a importância de cada indivíduo ao *projeto de classe* do PT:

> O PT é diferente... Porque não é um partido passageiro... Porque *a classe trabalhadora é maior do que os lulas*, é maior do que os djalmas, é maior do que os maurícios. A classe trabalhadora é

---

[84] Juarez Guimarães (2004a), pensando uma saída teórica para auxiliar a construção de uma transição republicana a ser promovida pelo PT/Governo Lula, considera um conjunto de cinco tradições políticas brasileiras que apontam nesse caminho. Entre elas, ressalta o que chama de *comunitarismo cristão* e de *tradição popular* (tradições que valorizam os sentimentos de solidariedade), que tiveram grande importância na construção do PT.

[85] Curiosamente, este é um discurso eclesial muito forte tanto na igreja popular quanto entre os protestantes, representando a tensão entre instituição e vivência prática dos membros comuns na definição das marcas da "verdadeira igreja".

> infinita e ela existirá em qualquer sistema político. E *ela construiu essa sede* para ela... Realizar suas discussões. E a gente está percebendo hoje que é possível, basta a gente ter coragem. É possível, basta a gente ter vontade. É possível, basta a gente acreditar. Essa sede é a demonstração de que o sonho do PT, de que a idéia de uma nova sociedade... Não está tão distante como *eles* costumam dizer à gente. Está ao nosso alcance... *Basta que cada um de nós tenha a coragem de dedicar na construção da nova sociedade a mesma firmeza, o mesmo destemor que nós dedicamos na construção desse pedacinho*, esse pedacinho que é pequeno... *Mas esse pedacinho é nosso, esse é o nosso pedacinho* (grifo nosso) (Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1986).

Note o vínculo que Lula estabelece entre a classe trabalhadora, que é infinita e maior do que os indivíduos, com "cada um" presente na cerimônia. Apesar de os trabalhadores ali presentes terem sido os reais construtores da sede – indivíduos de carne e osso –, a agência, na fala de Lula, é atribuída a "ela", a classe. Essa sintonia, outrossim, tem um lugar de realização, é o *espaço comunitário petista*, "esse pedacinho só nosso", que se constitui através da contraposição a um "eles" antagonístico e genérico. O importante é salientar que *esse espaço comunitário também se materializa institucionalmente seja no sindicato, seja no partido*, o que, a depender das articulações que essas organizações venham a ter com a democracia representativa, pode gerar tensões no sentido do rechaço aos valores comunitários.

Em contraste, o comunitarismo da OSM-SP – também articulado com o cristianismo –, em contenda aberta com os PCs, era acusado de cometer "paralelismo", declara Carlúcio Castanha. Em entrevista que nos concedeu, essa liderança dos metalúrgicos de São Paulo considera que isso se devia a uma leitura própria (e "equivocada") que os comunistas tinham do leninismo em relação ao sindicalismo. Essa leitura estranhava o princípio político, norteador da OSM-SP, da "organização permanente" dos trabalhadores, independentemente da organização sindical. O comunitarismo da Oposição, assim, ganha tons *mais radicalmente revolucionários, autonomistas e menos institucionais* do que o verificado no ABC paulista. Nádia Gebara (assessora da OSM) nos revela em entrevista, nesse contexto, que para a OSM – em oposição a uma política "sindicaleira" (economicista/corporativista) –, "ser anticapitalista era um negócio de

consenso" na Oposição[86]. Uma possível explicação para aquela radicalidade, segundo Castanha e Gebara, era a presença de valores narrativos anarco-sindicalistas, que conviviam com o marxismo revolucionário. Nesse contexto, Castanha lembra as greves gerais e os boletins escritos em italiano nas primeiras décadas do século XX pela Central Operária Brasileira (COB)[87].

Nádia Gebara (2006: 68) se refere à sua experiência política na OSM como uma "vida política, pessoal e afetiva". Lembra do companheiro que "conheci, amei e com o qual convivi por 25 anos"; como eles, juntamente com outros "companheiros/*amigos*" e "companheiras/*amigas*" lutaram e resistiram, isso sem esquecer dos "longos períodos de desemprego dos e das militantes de fábrica" (grifo nosso) (ibidem), que, supomos, devem ter gerado momentos preciosos de energia solidária. A materialização desse comunitarismo, em contraste ao sindicalismo praticado no ABC paulista, tendo como referência os conselhos operários gramscianos, se dava na "escola da organização no *local de trabalho*", nos diria Gebara. No comunitarismo da OSM, a *valorização do indivíduo* ganha um tempero especial, pois se trabalhava com a noção (anarquista) de *frente de trabalhadores* e não frente de tendências.

A dinâmica de representação que se estabelecia nesse tipo de organização, segundo Castanha, impedia a identificação de hegemonia de qualquer *força política* específica. "Cada um tinha um voto", afirmou Gebara, ao que Castanha completou nos dizendo que muitas forças de esquerda não conseguiam conviver com isso: "a Libelu [Liberdade e Luta, corrente trotskista, RM] saiu por conta disso, a Convergência [Convergência Socialista, corrente trotskista, RM] saiu

---

[86] O termo "oposição" aqui deve ser entendido como oposição à estrutura sindical. Isso fica bem expresso numa articulação nacional puxada pela OSM-SP, entre final da década de 1980 e início da de 1990, cujo nome era Encontro Nacional em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES).

[87] Trata-se de uma central de hegemonia anarquista que teve presença muito forte no movimento operário brasileiro até a década de 1930. Para um estudo bastante amplo do tema pode-se ler *Anarquistas e Comunistas no Brasil* de John W. Foster Dulles (1977). Além dos testemunhos de Carlúcio Castanha e Nádia Gebara, Hélio Bombardi, candidato em 1984 pela chapa do MOSM-SP, não deixa de lembrar as raízes dessas comissões: a Comuna de Paris de 1871 e a Rússia de 1905, quando "surgiram nas fábricas e nos bairros os soviets" (Bombardi, 2006: 34), o que remonta também à tradição marxista. Era, assim, bastante heterogênea a composição da OSM, que tinha "leninista, trotskista, esquerda católica, anarquista, conselhista, luxemburguista... Só não tinha stalinista" (Gebara, 2006: 73).

por conta disso, de não aceitar mais a dinâmica da Frente de Trabalhadores *porque precisavam criar identidade própria*... Mas ela garantia nossa unidade durante toda a nossa vida. Então, isso é muito interessante, *isso é o tesouro*". Num congresso dos metalúrgicos, complementa Castanha, um alto dirigente da Democracia Socialista (DS), tendência petista, teria levado um militante para o canto da parede, pois o mesmo entrara na plenária "gritando, entende, contra a posição da direção". "Ele era um moleque... [e o dirigente] Tome pau: pá, pá... 'Você vai sair, então é melhor você pedir pra sair, você tem uma Organização'... Essa foi a *grande riqueza*". Essa fala de Castanha nos chama a atenção por articular uma noção de representação que valoriza a opinião dos indivíduos, mas que, diferentemente da noção liberal universalizante de representação, se materializa em um espaço político-social "autônomo".

Como se pode ver, essa valorização do indivíduo no processo de representação política tende a quebrar com aquele caráter abstrato da autoridade narrativa. O corte espacial da noção individual de representação, que Castanha apresenta como a "grande riqueza" da Oposição pode ser mais bem entendida quando contrastada à cultura política feminista. Esta, com efeito, na medida em que sua própria existência denuncia a heterogeneidade da "classe social" (entendida como construção narrativa), também circula valores nesse sentido. Sílvia Camurça, militante feminista vinculada ao SOS Corpo (Instituto Feminista para a Democracia), nos ajuda a compreender essa questão. Vejamos esse estrato da entrevista que nos concedeu:

> Muita gente já acusou que é um *movimento individualista*, mas é assim... O feminismo... Dá bastante espaço para os indivíduos, tem muito cuidado com a questão da representação... A importância de que *cada mulher* represente seu pensamento é vital para a estruturação do movimento... Trabalhadoras não aceitam, não se sentem representadas por mim. Aí tem o problema da fragmentação... *Você tem que mediar muita coisa*. Pra eu sair com legitimidade para fazer uma fala em algum lugar, eu tenho que manter excelentes relações políticas com os diferentes segmentos das trabalhadoras rurais, das Mulheres negras, constantemente na mediação porque a qualquer momento, eu posso ser deslegitimada, e em geral, se faz sempre o esforço de dizer, "a gente tem acumulado assim... Com base no que a gente acumulou, *eu penso assim*". Porque eu não sou nem besta de dizer... "Com base no acúmulo de tal Seminário, de Encontro de tal dia, de não sei o quê, eu penso que é melhor é por aqui", *mas eu já sei de cor os argumentos que eu estou usando*.

Semelhante ao que vimos na OSM, “cada” pessoa tem um papel ativo no processo de representação e, mesmo que os representantes mais graduados tenham seus “argumentos” (narrativos) “de cor”, eles não são “nem doidos” de os vincular automaticamente a um acúmulo do coletivo. Mas, perguntamos, o que diferencia a valorização do indivíduo no “feminismo” (pelo menos numa certa configuração) em contraste com o comunitarismo dos metalúrgicos paulistas?

O leitor pode imaginar as tensões que se geraram entre as tradições marxista e feminista dentro do PT. As cotas para mulheres nas instâncias de representação do Partido só foram aprovadas na década de 1990. Esse é apenas um indício do papel marginal que a narrativa feminista teve no PT dos anos 1980. Mais importante é perceber que o discurso *marcadamente classista* do PT na década de 1980 – elegendo a classe como *unidade de representação* inconteste – choca-se com a valorização pelo feminismo do indivíduo no processo de representação de forma diferente do que ocorria na OSM. Veja como Edmilson Meneses, militante da tendência trotskista *O Trabalho*, se refere à questão feminista em entrevista que nos concedeu:

> Ela pode ser colocada em contradição com o discurso de classe... Eu... Eu conheço feministas que... *Não anulam*... o discurso de classe. Inclusive, de maneira correta, subordinam a luta de gênero à luta de classe... Mas a maioria dos movimentos feministas... São estimulados a colocar... a luta de gênero se sobrepondo à luta de classe... Os meios de comunicação... *A classe dominante tem interesse de fazer isso... Os meios de comunicação dão muita divulgação* a qualquer mobilização feminista... O viés das cotas, como política compensatória... *Além de não resolver o problema, ela cria um problema maior, que é a divisão...* No interior da classe.

A noção de *indivíduo* aqui é claramente vinculada ao conceito liberal-burguês de cidadania, que ameaça, no entender de Edmilson Meneses, um bem narrativo “superior”, que é a unidade da classe trabalhadora. O feminismo, nos termos do entrevistado, é colocado no campo do reformismo/capitalismo, pois ele “não resolve o problema”, a contradição principal da sociedade capitalista, que seria de classes. Ao falar do investimento da mídia “burguesa”, que tem afinidade com uma noção universal/abstrata de indivíduo, o que incomoda Meneses é a perda da

referência de classe como unidade de representação. *O Trabalho*, tendência trotskista do PT, coerente com esse pensamento, votou contra o direito de cotas para as mulheres no PT e na CUT.

Essa é uma "matriz analítica" (narrativa conceitual) que, para Sílvia Camurça "não se deixa permear pelo feminismo". A resposta para a pergunta acima pode estar no momento de articulação entre os modelos de democracia política e social. Nessa esteira, a coloração das demandas feministas (como, ademais, todas as outras) estaria intrinsecamente relacionada às equivalências e espacialidades que se constroem no bojo das articulações narrativas. A perspectiva negativo-revolucionária de política, não promovendo um enraizamento na sociedade na forma de poder local, tende a lidar com as *demandas pluralistas* de forma negativa, pois estas trabalham contra a lógica equivalencial revolucionária que tenta construir. Essa perspectiva, ao contrário do comunitarismo da OSM, não contando com a *possibilidade* positivo-revolucionária de construção de poder local, tende a enxergar o pluralismo e a diversidade como ancorados no espaço unificado da esfera pública – que é hegemonizada por uma lógica diferencial liberal. Para aprofundar essas intuições, retomemos às referidas articulações narrativas.

O PT, estando aberto à articulação entre de lógicas políticas, gerou um *estranhamento* por parte de intelectuais, como Luiz Werneck Vianna (1987) que, com posição similar a que já havia expressado Roberto Romano (1979), o caracterizou como pertencente a uma "esquerda populista", que se expressava através de um "corporativismo societal"[88] e de uma "ideologia de ida ao povo" do testemunho católico (Werneck Vianna, 1987: 7)[89]. Respondendo a tais acusações, os militantes do PT alcunhavam os comunistas – o que se expressa de forma eloqüente

---

[88] Segundo Vanda Costa, o corporativismo societal refere-se à "participação das associações que representam direito de classe nas arenas decisórias relativas a esse interesse", ou seja, trata-se da "inserção da classe trabalhadora em um sistema de representação e participação em arenas decisórias, que foi habitado até muito recentemente apenas pela classe patronal" (Costa, 1994: 59-60).

[89] Vianna, nesse contexto, não se furta em denunciar as *referências narrativas* do PT: "teologias totalitárias", "sobrevivências arqueológicas do stalinismo", "corporativismo", "esquerda militarizada" e, não sem certo tom de ironia – certamente referindo-se aos vínculos do PT com os "novos" movimentos sociais, o que incluía demandas como as feministas e de gays e lésbicas –, um "toque elegante e pós-moderno [de]... Exigências comportamentais das camadas médias" (Vianna, 1987: 8).

no tom jocoso das paródias estudantis[90], que revelam muito da identidade relacional petista ao afirmarem tudo aquilo que seus militantes "jamais seriam" – de *stalinistas* e *reformistas*. A disposição de muitos intelectuais e militantes petistas de esquerda em abrirem-se a uma crítica profunda dos caminhos dogmáticos trilhados pelo "marxismo" oficial contribuiu, não sem tensão, para que se articulassem, no PT, cristianismo e marxismo. Tal articulação é amplamente registrada como decisiva na construção do PT (Sader, 1988; Burity, 1994; Löwy, 2000).

Pensar a tensão entre essas narrativas pode nos ajudar a identificar elementos importantes no que tange ao estabelecimento dos *loci* de ação política. Era bastante comum na cultura política petista que militantes que se consideravam "mais avançados" numa perspectiva "revolucionária", desdenhassem do *basismo* dos "igrejeiros" petistas (pecha que, por sua vez, outros militantes de esquerda estendiam aos petistas em geral)[91]. Era como se a presença do discurso cristão no PT correspondesse a uma *contingência histórica*, mas que poderia/deveria ser "superada" assim que possível. Encontramos em nossas entrevistas, com efeito, vínculos entre essa noção de "superação" do corporativismo/basismo/comunitarismo cristão e aquela tradição moderna cultivada pelo marxismo de superioridade hierárquica da esfera política (hegemonizada, lembremos, pelas instituições da democracia representativa que tinha, no Brasil, forte ranço do mandonismo das elites rurais) em relação à *ação local*.

---

[90] Um exemplo bastante ilustrativo é a paródia, baseada na música "A Filha de Chiquita Bacana" de Caetano Veloso, cantada pelos militantes petistas do movimento estudantil para os adversários do PC do B: "Eu sou filhote da Tribuna Operária, nunca entro em cana porque sou careta de mais, não fumo maconha, também não *toco bronha*, a classe operária não faz isso não. Sou reformista, êh, êh, êh, stalinista, êh, êh, êh... Quem não concorda vai pro paredão!". Note-se que o recurso à sátira tem o efeito de questionar a "pureza" da classe operária, em nome da qual se justificaria qualquer prática, como a do paredão aos dissidentes políticos. Contesta-se, assim, o caráter abstrato que os operários adquirem na narrativa marxista, assim como a incondicionalidade de sua autoridade autoral. Por extensão, podemos adiantar que há uma valorização implícita da noção de indivíduo – que tem desejos e vícios –, que se insere na disputa político-espacial em torno da definição do sentido de cidadania.

[91] José Dirceu, justificando o fato de que no PT marxistas e comunistas convivem com os cristãos, afirma que "isto corresponde à necessidade dos trabalhadores neste momento do desenvolvimento histórico brasileiro" (Dirceu, s.d.: 40). A percepção da contingência da relação, nesse caso, denuncia o caráter evolucionista da assertiva.

João Paulo, prefeito da cidade do Recife entre 2000 e 2008, nos respondendo como, nos seus primeiros anos de militância, conciliava os discursos cristão e marxista revolucionário, nos relatou que via

> uma limitação já no trabalho da Igreja, que tinha um caráter assim, muito *humanista*, de organização, *mas ele não ia na essência que era a mudança de governo*, mudança de poder, mudança de hegemonia. Então eu senti essa limitação e *me convenci que na verdade só uma organização revolucionária*, comunista... Naquela época eu lia muito... *Tinha uma base também já um pouco teórica*, então eu entendia que só o movimento de Igreja não ia ser suficiente pra uma mudança mais significativa de modelo.

Note-se a existência de um tom negativo do entrevistado em relação ao *humanismo cristão*, valor narrativo que não teria eficácia caso se tratasse do "essencial", que era a "mudança de governo" ou de modelo, numa acepção de totalidade. A superação dessa limitação estaria, no entender de João Paulo, num saber advindo dos livros (narrativa conceitual do socialismo científico), que o permitia ir, num *sentido revolucionário*, além do mero caráter de "organização" – que no seu texto, pode-se inferir, está ligado ao basismo/comunitarismo – a qual remete uma preocupação extrema com um coletivo específico. Há, portanto, uma clara tensão – que se dá em torno da ação de representação política – entre a manutenção dos valores narrativos comunitários e o sentido narrativo negativo-revolucionário, que requer, numa dimensão estratégica, *direção* e *objetividade*. Isso acontece porque entre estratégia (sempre ideológica) e espacialidade há uma relação indissociável, de maneira que diferentes estruturas organizativas serão requeridas para (e constitutivas de) diferentes estratégias. Em se tensionando as fronteiras dos *loci* de ação política, os valores narrativos comunitários – que se referenciam mais na ação política local e valorizam um "cidadão" com uma ancoragem espacial específica – serão ameaçados.

Podemos questionar, nesse contexto, que a narrativa *revolucionária* vai além, e mesmo guarda grande tensão, com uma simples "mudança de governo". O *corporativismo* societal a que se refere Werneck Vianna, assim, tem seu sentido bastante disputado pelas narrativas ontológicas

militantes no PT. Sua "superação" remete a um momento de decisão (tomada em um terreno indecidível), que define a um só tempo o estabelecimento dos *loci* preferenciais de ação política e o *tipo de relação a ser estabelecido com a institucionalidade*. Nesse processo, forçosamente tenso e contraditório de escolhas políticas, em que se apresentam como igualmente necessários impulsos políticos construtivos (dimensão positiva) e destrutivos (dimensão negativa) se interpõe *a metáfora moderna hegemônica do partido como unidade política*. Vejamos o depoimento de Jorge César, fundador do PT, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco e Secretário Adjunto da Secretaria de Saneamento do Recife, sobre essa questão:

> Eu era da Igreja, militei em algumas organizações [revolucionárias] dessas porque acho que tanto a Igreja como o partido deixavam muito a desejar quanto às transformações sociais... Mais revolucionárias. Então... Em alguns momentos nós participamos dessas lutas, desses grupos, até os anos 90. E essa participação ela se dava do ponto de vista de você ter uma linha mais revolucionária... Do que *uma visão muito mais econômica da luta social, da luta sindical*. Então, essa concepção dentro do partido teve alguns momentos estremecidos com alguns setores da Igreja, porque... O setor da Igreja... Pregava mais a luta econômica, de *marco econômico*... Mas *no final havia também um coletivo geral que era partidário, que estava acima da igreja, que estava acima desses grupos revolucionários*... Na medida que *o partido vinha em ascensão dentro da sociedade*... Então... Nesses momentos de ebulição, de disputas internas, sempre você superava... Pelo *patrimônio maior que era o patrimônio da construção do Partido dos Trabalhadores.*

Note-se que a ação sindical e a narrativa cristã são identificadas com o "marco econômico" (corporativo, no sentido de não transitar à esfera política), limite superado em tese pelas organizações de esquerda. Interpõe-se, entretanto, aos múltiplos caminhos que essa superação poderia tomar – como vimos no caso do MST –, a "mediação" do "coletivo partidário", maior patrimônio em questão. Na medida em que as tensões entre marxismo e cristianismo são resolvidas no interior de um "coletivo partidário" num dado momento de sua trajetória, os sentidos das narrativas militantes são sempre constrangidos pela estrutura lógico-organizativa da narrativa oficial do PT (sua identidade) – que, por sua vez, articula-se à institucionalidade democrática. É interessante notar que essa importância da unidade partidária é vinculada na fala de Jorge César a um momento que o PT vinha em "ascensão na sociedade".

Mesmo que isso não esteja explícito na fala em questão, podemos supor que esta ascensão tem forte relação com os resultados eleitorais do Partido. Podemos, assim, entender porque a *estrutura organizativa* do Partido – o que se pode perceber com mais nitidez através das recorrentes insistências nos documentos do PT sobre *a importância de (re)ativar os núcleos de base* – está no centro das tensões nos momentos decisivos de articulação entre democracia social (que valoriza as ações locais) e política (hegemonizadas pelas instituições liberais de representação). Nesse momento é que podemos perceber a indissociabilidade entre as dimensões lingüística e extralingüística do discurso – compreensão que tentamos captar com o conceito de ambiente narrativo.

Na medida em que, durante a década de 1980, o PT cresce eleitoralmente e conquista mais espaço institucional, esses momentos de articulação cada vez se impunham mais ao Partido. A conquista do governo federal, bem antes de 1989, já se apresentava como uma *tática* de grande importância no PT. Junto com ela vinham as preocupações com a *tentação reformista* (Carvalho, 1990). No jornal *Em Tempo*, da DS (tendência próxima à tradição trotskista), de novembro de 1987, João Machado, antecipando polêmicas que aconteceriam no V Encontro Nacional a se realizar em dezembro daquele ano, reconhece que "naturalmente, a decisão de maior impacto imediato que terá que ser tomada... É a confirmação do lançamento de Lula para presidente" (Machado, 1987: 5). Antecipa, nesse contexto, que a definição do programa e a política de alianças renderiam discussões acaloradas. Defende, à moda do *Programa de Transição*[92], que o programa deveria incluir questões não absorvíveis pelo capitalismo, de forma a cumprir seu *papel*

[92] O trotskismo, que fazia oposição decidida ao *nacionalismo* e ao *etapismo* exportados pelo PC soviético, encontrou, como vimos no capítulo anterior, campo fértil no PT para difundir seu Programa de Transição. Este afirma a existência de uma estagnação das forças produtivas do capitalismo e propõe, como corolário, a impossibilidade desse sistema atender as reivindicações dos trabalhadores. Acreditava-se que, dotando-se os trabalhadores de uma plataforma radical de reivindicações, estabelecer-se-ia uma situação tal de tensão, que levaria o operariado à luta aberta pelo socialismo (Guerrero Gutierrez, 2004: 5-6). O que estava em jogo – como uma espécie de percepção não teorizada, compactuada pelos anarquistas, da impossibilidade de se manter numa "linha" sempre "revolucionária" –, em última instância, era a convicção de que a participação aberta no jogo democrático soava como concessão insofismável ao *reformismo*.

estratégico. O PT, numa reedição sintomática das discussões com o PCB, teria que deixar claro sua recusa a "concepção etapista da revolução brasileira" (ibidem). O autor rejeita, nessa esteira, nomes para o programa como "alternativa democrática e popular" (escolhida, finalmente, pelo partido), pois, ao pôr ênfase excessiva nas alianças com os setores médios, *diluiria seu caráter de classe*. A rejeição de Machado a esse "nome" decorre do fato de que, na articulação com a democracia política, o caráter classista do programa é ameaçado pela principal *unidade de representação* desse sistema político, que é o *indivíduo* universal e abstrato.

A justificada preocupação do militante revolucionário, no nosso entender, está centrada na peleja por não "contaminar" o PT com possíveis valores burgueses. Ciente da inevitável e crescente "relação" do PT com a institucionalidade e com outras forças políticas, lembra seus leitores do consenso existente no PT de que este deve ser um partido "*organizado em núcleos*, militante, dirigente da luta dos trabalhadores, e que devemos superar a *falsa contradição* entre partido de quadros e partido de massas" (ibidem). Ou seja, o Partido teria que se abrir para a luta por hegemonia na sociedade, não tendo a estrutura altamente hierárquica e centralizada do partido leninista clássico, mas não poderia se deixar absorver pela lógica de representação liberal, que restringe sua ação aos espaços oficiais de representação e sua lógica de funcionamento. O estabelecimento dos *loci* de ação política vai ganhar relevância a partir do momento em que haverá uma articulação (de espaços, não apenas de idéias), via representação política, entre a estrutura organizativa do Partido e os valores narrativos circulantes nesses espaços públicos.

As narrativas públicas consideradas nesta seção têm, assim, seus sentidos constantemente alterados em função do jogo de representação política. Alguns valores narrativos podem ser paulatinamente rechaçados e outros, ao sabor dos "interesses" engendrados, podem passar a ser reivindicados no/pelo discurso do Partido. Isso acontece, entretanto, conforme um jogo de investimento/desinvestimento em determinados espaços sociais para a ação política. Nesse contexto, faz mais sentido falar da tensão entre narrativas ontológicas militantes e narrativa

oficial quando suas articulações estejam referenciadas naqueles *loci*. Trazendo o foco de análise para esses últimos (eixo horizontal do nosso método analítico) podemos abordá-los como partes integrantes das equivalências estabelecidas (ou rechaçadas) no processo de representação política. Vale chamar a atenção para o fato de que ao proceder desta forma estamos tentando dar conseqüência política e analítica à nossa orientação teórico-metodológica que defende o inexorável imbricamento entre as dimensões lingüística e extralingüística do discurso.

4.3. O estabelecimento dos *loci* de ação política e os sentidos da narrativa petista

Como se sabe, a ditadura militar, uma vez instaurada no Brasil, procurou reduzir a um mínimo possível qualquer manifestação dissonante. A opção de resistência armada da esquerda revolucionária é posta em xeque com a decretação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, uma vez que a repressão aumentou consideravelmente. Marcelo Ridenti (2006) afirma que a morte de Marighella, principal líder da guerrilha, decreta o início do fim da esquerda armada; opinião compartilhada por Reis Filho (2006). O que resta dessa estratégia de resistência convive, entre 1968 e 1975, com os efeitos positivos do milagre econômico. Reis Filho contesta a idéia (que atribui a Darcy Ribeiro) de que a sociedade brasileira em tempos de AI-5 se dividia entre uma "elite locupletada" e um "povo vitimado" (ibid: 80). Ao contrário, "entre a cúpula e a base houve jeitos e maneiras de constituir um sem-número de degraus intermediários em que muito mais do que migalhas vinham estimular o desejo de sucesso, o culto pelo conforto e o apego à ordem" (ibidem). Era uma época de avanço da hegemonia militar, que, com um discurso nacionalista, execrou o comunismo através de campanhas cujos *slogans* poucos esquecem: *Brasil, ame-o ou deixe-o*; *Esse é um país que vai pra frente* etc. Some-se a isso o fato de que a Igreja Católica, sob uma hegemonia de direita entre 1963 e 1968, apoiou decididamente o golpe militar (Mainwaring, 2004: 103). Para promover um mapeamento dos espaços político-

sociais é importante, pois, ter em mente que qualquer ação antagonística não só era severamente reprimida, mas posta em forte *isolamento político*.

Antes da decretação do AI-5, entretanto, houve, para além da opção armada, outras alternativas à estratégia etapista do PCB. Apesar da semiclandestinidade e das constantes intervenções nos sindicatos, havia uma persistente (e nem sempre silenciosa) atividade política semiclandestina no *interior das fábricas*. As experiências de Osasco e Contagem[93] são paradigmáticas. Ainda na década de 1960, em Osasco (São Paulo), militantes da Ação Católica Operária (ACO) e do chamado "Grupo de Osasco" – composto de jovens revolucionários referenciados nos acontecimentos na França, Vietnã, Leste Europeu e América Latina – animaram um radical ativismo na *Companhia Brasileira de Metais Ferroviários* (Cobrasma) (Joaquim da Silva, 2006). Em 1968, uma *comissão de fábrica* ali instalada decidiu-se por *ocupar* por tempo indeterminado a fábrica em que trabalhavam. Vários militantes foram presos durante uma assembléia realizada na *Igreja Matriz*, no dia 18 de maio.

O sindicalista Roque da Silva, ao retornar de uma reunião na praia, onde se discutiu estratégias de retomada da luta sindical em Osasco, se deparou com a decretação do AI-5 e percebeu que "a repressão ia se tornar muito mais dura" (Joaquim da Silva, 2006: 68). De fato, a mais brutal perseguição política iria não apenas sufocar a publicização das fábricas como local de disputa de poder (possível importante valor narrativo para a esquerda brasileira), como reduzir significativamente o espaço público. É importante, para nossos propósitos, que tenhamos uma idéia precisa desse estado de isolamento das esquerdas. Alcione Abramo, professora de História e ativista política, lembra que na escola onde trabalhava em 1969 "tudo era proibido e considerado

[93] Para uma leitura mais sistemática dessas greves ver *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*; de Francisco Weffort (1972). Weffort considera essas greves, haja vista a história recente de associação do sindicalismo com o populismo, como acontecimentos dificilmente previsíveis. É interessante notar que, em consonância com os "acontecimentos de maio na França", as – assim identificadas por Weffort – "tendências voluntaristas" no sindicato de Osasco eram impulsionadas pela "influência do ativismo estudantil" (ibid: 75); tema do qual trataremos mais adiante.

subversivo... Pessoas estranhas apareciam nos pátios e corredores... Vigiavam" (Alcione Abramo, 2006: 37). Essa sensação é compartilhada por tantos quantos viveram aquela conjuntura. Clara Charf, militante e companheira de Marighella, afirma que ruíram todos os resquícios de legalidade, "tentaram acorrentar até os pensamentos" (Charf, 2006: 47). Dom Paulo Evaristo Arns refere-se àquele tempo como uma "era de terror" (Arns, 2006: 49). Os meios de comunicação estavam praticamente silenciados. O jornal *Correio da Manhã*, então símbolo da resistência à ditadura, sofreu uma invasão armada após a decretação do AI-5 (Müller, 2006b; Poerner, 2006). Fernanda Coelho, militante do Comitê Brasileiro de Anistia/RJ, recorda que termos como "subversivo" e "terrorista" eram usados correntemente na imprensa para "desqualificar qualquer opinião, pensamento idéia ou atitude de alguém que não comungasse com as regras impostas" (Coelho, 2006: 51).

Numa conjuntura dessas, pode-se supor o caráter clandestino dos espaços forjados para a política, que funcionavam como verdadeiras ilhas ou *trincheiras* de resistência. Supomos que isso facilitou o desenvolvimento daquele sentimento comunitário presente no ambiente narrativo petista, uma vez que a atividade política ganhava materialidade, forçosamente, numa dimensão local e externa relativamente à institucionalidade. Quando se inicia o processo (efetivamente "lento e gradual") de abertura, as articulações narrativas iam forjando um espaço político-cultural com alto grau de autonomia, pois dicotômico ao Estado repressor. Nesse espaço, os valores comunitaristas (locais) circulavam com bastante aceitação, articulando-se com narrativas as mais diversas. Uma dessas trincheiras foi a *universidade*.

Wolfgang Leo Maar lembra nos seguintes termos dos seus tempos de estudante na USP momentos antes do AI-5: "é importante destacar que o CRUSP [Teatro Universitário do Conjunto Residencial da USP] constituía na época um espaço de autogestão... Constituía uma experiência social importantíssima, centrada, sobretudo, na crítica ampla... Uma miniexperiência concreta de organização social e comunitária" (Maar, 2006: 73-4). Esse sentimento de

comunidade viria a estar presente nas atividades mais amplas que seriam conduzidas pelo movimento estudantil em meados da década de 1970. A morte de Alexandre Vannucchi, em 1973, foi o ponto de partida para a retomada desse processo (Lais Abramo, 2006: 141). Das reuniões semiclandestinas para reativação do Diretório Central da USP, Celso Marcondes rememora "tempos de muita coragem e emoção. Manifestação, passeatas, atos públicos, cultos ecumênicos... Bilhões de reuniões, grupos de estudo... *Folhetos rodados em mimeógrafo a álcool no quarto da empregada*" (grifo nosso) (Marcondes, 2006: 144). Nessa época de ressurgimento de jornais alternativos (*Opinião, Movimento, Versus* etc) e de crescente efervescência política, era a partir dessas *condições artesanais e sabidamente gregárias* (mimeógrafos em quartos de empregada) que se forjava o sonho de criar *um movimento* de radical transformação da sociedade. Sentia-se necessidade, na medida em que se conseguia romper o cerco da ditadura, de promover articulações com outras possíveis frentes de resistência/avanço. "Nas fábricas das grandes cidades, os dirigentes sindicais pelegos ainda reinavam tranqüilos, pouco se incomodando com as 'oposições'... Elas... [igualmente ao movimento estudantil, eram] Impulsionadas pelos grupos clandestinos" (ibid: 146). Num processo de rompimento com o isolamento político, os estudantes passaram a "'*exportar quadros' para as fábricas e os bancos*". Momentos depois, "quando a UNE [União Nacional dos Estudantes] foi refundada... Em 1979... Os metalúrgicos do ABC tinham roubado a cena" (grifo nosso) (ibid: 147).

Chamamos a atenção para o fato de que se estava *construindo* um "novo" espaço público no Brasil. Eram bastante reduzidos os espaços constituídos de participação política. Os atores políticos de então, em decorrência das situações de crise já mencionadas, deparavam-se com um contexto histórico rico em possibilidades, que procuramos captar através do conceito de *ambiente narrativo*. É importante que se ressalte o conceito laclauniano de discurso como um sistema de diferenças articuladas numa totalidade, de maneira que as articulações narrativas – que envolvem, num emaranhado semiótico, toda uma gama de valores e símbolos (cores, signos, características

comportamentais, estéticas, referências morais etc) – vêm a ganhar sentido no bojo de práticas políticas concretas que viriam constituir uma *cultura política petista*[94].

Tais articulações, entretanto, se dão através de tensões entre diferentes valores e sentidos narrativos militantes. O estabelecimento dos *loci* de ação política nunca será neutro relativamente a essas contendas. Na articulação entre estudantes e operários, por exemplo, os valores correspondentes a cada cultura política (a exemplo dos tipos de saber: acadêmico, técnico, prático etc) serão mais ou menos reconhecidos na cultura petista, a depender das características dos espaços públicos em que o PT, na sua ação de representar, venha a transitar/articular. Por este motivo é que a identificação do rechaço ou eleição desses espaços ganha proeminência em nosso método. Vejamos detalhes de algumas dessas articulações narrativas.

4.3.1 PT, CUT e MST: representação e definição dos *loci* de ação política

Com as mobilizações de 1978, no ABC e em São Paulo, depois de dez anos das greves de Osasco e Contagem, a experiência das comissões de fábrica voltou a ser discutida. As resoluções do *III Congresso do Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo*, de maio de 1986, no entanto, alertam que em relação à experiência da Comissão de Fábrica da Cobrasma, "muitos ficaram no meio do caminho e outros esqueceram totalmente", mas "para a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, a Comissão de Fábrica da Cobrasma sempre representou a luz no fim do túnel" (MOSM-SP, 1986a: 17). Diferentemente do que ocorrera em 1968, entretanto, a conjuntura política em 1978 era qualitativamente diferente, pois com a crise do chamado milagre econômico pululavam *trincheiras* de resistência por todo o Brasil. A OSM transformava-se em um movimento que "se estendia por diferentes categorias e bases territoriais, para além da

[94] Um estudo semiótico dessas articulações narrativas pode trazer formas interessantes de percepção do processo de representação política. Ao longo de nossa pesquisa, nós nos deparamos com vários elementos empíricos que remeteram a uma exploração metodológica desse tipo. Não tivemos, entretanto, condições de tempo e preparo intelectual para tanto.

Grande São Paulo: metalúrgicos de Campinas, de Limeira, de Recife, de Fortaleza, do Rio de Janeiro; químicos e plásticos de São Paulo, químicos de Osasco; sapateiros de Franca; bancários de São Paulo, entre outros" (Gebara, 2006: 69).

A OSM, e com ela a potencialidade política das comissões de fábrica como opção *estratégica* de investimento político, não foi, como se poderia imaginar, um movimento isolado. A tendência sindical *CUT Pela Base*, que reunia setores importantes da esquerda cutista (entre eles a DS e o Partido Revolucionário Comunista - PRC) e teve como um dos carros chefe a OSM-SP, chegou a ser a segunda tendência de maior peso na Central, perdendo apenas para a Articulação Sindical. A CUT Regional de São Paulo, com efeito, foi dirigida por lideranças da OSM, desde 1985 até os primeiros anos da década de 1990, quando, segundo opinião que nos emitiu Nádia Gebara, por iniciativa da Articulação Sindical, essa instância de representação foi extinta da *estrutura organizativa* da CUT. A OSM, comparada com a prática da *Articulação Sindical*, tendência hegemonizada nacionalmente pelos sindicalistas do ABC, defendia de forma mais resoluta uma estrutura sindical *horizontalizada* e desatrelada ao Estado.

Essa independência se traduziria, em termos políticos, na predileção por diferentes espaços de atuação política. A OSM defendia uma atuação radicalmente externa à estrutura sindical, pois entendia que os sindicatos oficiais, sendo provenientes da "democracia burguesa", pertenceriam a uma *estrutura organizativa* vinculada ao Estado, o que induziria à *prática corporativa*. Atuar por fora dessa estrutura requeria a construção de instâncias organizativas qualitativamente diferentes que, sem ligação orgânica com os sindicatos (inclusive se autofinanciando), apontassem para uma *estratégia de construção de poder operário a partir das comissões de fábrica entendidas como possíveis embriões que, passando pela instância das Interfábricas, desembocariam nos Conselhos Operários*. Tal perspectiva, portanto, apontava para o desenvolvimento de uma estratégia política divergente da tendência de ampliação do corporativismo societal intensificado a partir da Constituição de 1988. Em sintonia com sua

estratégia, na tese para o II Congresso Estadual da CUT de São Paulo, o MOSM-SP defende a horizontalização da estrutura organizativa da CUT através do fortalecimento de suas *zonais*. A Central, assim, poderia se capacitar para levar adiante uma plataforma de lutas que envolvessem a conquista do "interior das fábricas como espaço democrático de organização" e do "controle da produção pelos trabalhadores e o fim do segredo contábil das empresas" (MOSM-SP, 1986b: 6). A proposta dos Conselhos Operários previa, numa operação territorializante, uma articulação orgânica com o movimento popular, tema que veremos em detalhes na próxima seção.

Apesar dessas diferenças, a OSM, em diálogo com o sindicalismo do ABC, reconhecia em muitas de suas direções a prática de um sindicalismo classista e que defendia o socialismo. Entretanto, preconizava que as comissões de fábrica, *organismos de natureza diferenciada*, estabelecessem uma relação política de apoio na medida em que tais direções praticassem, efetivamente, a "democracia operária" (MOSM-SP, 1986a: 20). Essa prática, apoiada claramente num radical questionamento da autoridade patronal, era intercambiável com um clima mais ou menos generalizado de desafio à autoridade que se vivia no Brasil. Apontava, mesmo que não hegemonicamente, para um modelo bastante autonomista, que, opondo-se às forças de integração, antagonizam radicalmente com a lógica do sistema representativo da democracia política.

A persistência dessa possibilidade de prática política tem, presentemente, seu sentido narrativo bastante alterado de forma a poder conviver com a democracia representativa. Falando das comissões de fábrica, Júlio Turra, militante de *O Trabalho*, chama a atenção em entrevista para o fato de que "existem experiências que sobreviveram, mas que foram sendo crescentemente integradas ao próprio funcionamento dos sindicatos... Hoje se elege a direção sindical do ABC a partir das indicações das comissões de fábricas, mas no grosso não houve um enraizamento [desse tipo de]... Sindicalismo... No local de trabalho". É importante, para enriquecer nosso argumento, que se tenha uma dimensão da real *possibilidade* que representou essa narrativa ontológica militante e da circulação de seus valores no espaço político-cultural que se construía.

Carlúcio Castanha, lembrando a influência dos anarquistas, que "deram aulas" na OSM, refere-se ao período em que esta organização dirigiu a CUT Regional de São Paulo:

> O momento mais rico, o momento que a Oposição é direção... A gente recebia um telefonema, Rui, do zoológico; os trabalhadores do zoológico pararam... Uns peões brabos, brabos, brabos... O sindicato deles não era nem o sindicato da construção civil, era o de terraplanagem, era mais distante ainda. Eles trancaram a obra... Na base do machado, do martelo pendurado aqui [gesto com mão na cintura, RM]... "Aqui só entra a CUT".

Acrescenta outro exemplo para retratar esse clima a que nos referimos:

> Eu estava na GD do Brasil quando eu saí da ARNO, na campanha salarial unificada em 85. Aí fui descoberto... Eu estava numa comissão, mas a comissão não tinha estabilidade... Quando eu fiquei sabendo que eu ia ser demitido, o cara vazou pra mim na hora do almoço... Aí eu disse: "fodeu!" Liguei pra Oposição e veio o pessoal... Pra calçada da fábrica na hora da largada, e quando o cara disse: "você está demitido!"; Eu disse: "eu respeito muito o senhor, mas saia da frente porque o diabo vai correr virado aqui dentro da fábrica". Dei uma porrada na bancada e disse: "*eu tenho representação dos trabalhadores, só os trabalhadores podem me tirar*"... Aí mandaram chamar a polícia, polícia que só a gota do lado de fora, entrou um tenente... Aí teve aquele barulho das máquinas desligando, aí veio aquela massa de peão acompanhando o tenente. Aí eu disse: "o senhor sabe que o senhor está diante de uma questão trabalhista? Aqui não é uma questão de polícia, não. O senhor conhece o direito do trabalho?".

O valor narrativo de se tomar o local de trabalho como palco de ação política circulava para além dos limites da OSM. Durante a década de 1980, verificou-se a ocorrência de várias greves de ocupação que, pelo menos do ponto de vista simbólico, remetem à questão do poder dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Em 1987, jovens maquinistas do Metrô do Recife – boa parte universitários que haviam passado em concurso público, sendo que nenhum deles era militante organizado, ou seja, vinculado a uma organização política –, geriram à revelia da empresa (e do sindicato, entidade dirigida por petistas igualmente jovens e sem vínculos formais com a OSM-SP), para espanto dos dirigentes do PT local, a operação de trens por dois dias. Nessa ocasião, os maquinistas implantaram uma escala de revezamento alternativa com diminuição da jornada de trabalho (Mesquita, 2005; Mesquita, 2007). No dia 10 de maio de 1984, os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) organizaram um "dia de ocupação" e

se reuniram no pátio da empresa por algumas horas (Mangabeira, 1993: 82). O movimento evoluiu e entre os dias 20 e 24 daquele mês houve uma *greve de ocupação* na CSN (ibid: 84). Nessa esteira, a exploração política da *Comissão Interna para Prevenção de Acidente* (CIPA) "foi adquirindo com o tempo um papel de canal para o ativismo no chão da fábrica" (ibid: 94).

O sindicalismo no ABC paulista também colocava de forma evidente a questão do *despotismo fabril*. Mesmo frisando os limites políticos dessa "repulsa operária" que ocorria nas fábricas do ABC, Ricardo Antunes (1988: 14-15) registra a ocorrência de estratagemas dos trabalhadores no sentido de *frear e amarrar a produção*: operação tartaruga (diminuição de ritmo de trabalho), operação boicote (fabricação de mercadoria propositadamente defeituosa), operação amnésia (esquecimento de crachá para ingresso na fábrica), operação quebra-galho (realização apenas de atividades previstas pela profissão). Para o autor, com as comissões de fábrica em São Paulo, comparativamente, "a temática do conflito interno aparecia de maneira mais explícita, através do discurso dos *operários avançados* da oposição sindical" (grifo nosso) (ibid: 28).

Entretanto, como o movimento dos metroviários bem ilustra – e também o dos metalúrgicos da CSN, pois Wilma Mangabeira informa que a diretoria do sindicato "era composta de jovens operários com pouca experiência e nenhuma participação sindical antes de 1964" (Mangabeira, 1993: 79) –, o leitor não deve entender essa comparação como sendo indício de um menor potencial para o radicalismo do sindicalismo do ABC. Os sentidos possíveis que essa *falta-de-experiência-política* poderia tomar – considerando a grande amplitude do ambiente narrativo petista – estavam em aberto. Bastante elucidativo é esse depoimento de Lula:

> Os companheiros ligados às organizações clandestinas de esquerda, por conhecerem profundamente os perigos da repressão... Terminavam assumindo uma atitude de tanta cautela e receios (mesmo estando coberto de razões para isso), que acabavam não tendo como propor e encaminhar a reviravolta na vida sindical que minha geração passou a preparar desde 1975. Lembro de um encontro que me arrumaram com Giocondo Dias, do PCB. Ele não conseguia entender o nosso destemor nas assembléias... Como os feitos pelo companheiro Ratinho, gritando que o Brasil só iria encontrar seu rumo quando o sangue estivesse batendo nas canelas. *Esse destemor, carregado de desinformação política, acabou se transformando numa intuição que foi*

fundamental para aquela virada de página do fim dos anos 70 (grifo nosso) (Lula da Silva, 2006a: 57-8).

Evidencia-se que essa "intuição" ou *sensibilidade popular* expressa pela jovem categoria metalúrgica do ABC[95], que adotou níveis inusitados de radicalidade, poderia tomar rumos igualmente inusitados.

Esse clima, vale frisar, assumiu dimensões nacionais, uma vez que os movimentos grevistas de 1978-1980 despertaram um poderoso processo de identificação em todo Brasil. O Sindicato dos Jornalistas apoiou decididamente a greve dos 41 dias dos metalúrgicos, inclusive muitos jornalistas "foram espancados e presos durante as manifestações de rua", conta Lais Oreb (2006: 323). Luiz Gushiken diz que a greve dos metalúrgicos do ABC espraiou "por todos os cantos do país, o vírus da rebeldia e da luta", para, em seguida, lembrar da greve dos bancários em 1978, organizada pela oposição sindical (Gushiken, 2006: 328). Os bancários de Porto Alegre também foram uma referência de luta de primeira hora. A adesão dos setores médios, como é o caso da categoria dos bancários e jornalistas, ao *sindicalismo combativo* faz parte, desde o início, do processo de constituição do espaço político-cultural em que emergiu a narrativa petista. A constituição desta última engloba, em um só processo, a construção do novo sindicalismo e de um partido político, o que relaciona, estreitamente, os rumos dos dois. Vejamos como.

Na segunda metade da década de 1970, como vimos, a fábrica voltava a ser palco de ativismo político. Lais Wendel Abramo (1986), com o desafio de entender o significado da greve de 1978, em São Bernardo, aponta para a necessidade de se ir além da resistência cotidiana no interior das fábricas. Os movimentos que surgiram no interior das empresas ao longo da década de 1970 teriam que ser entendidos em conjunto com a emergência do *novo sindicalismo*, que, por

[95] Observando, no documentário *Linha de Montagem*, as imagens das assembléias das greves de 1979 e 1980 no Estádio da Vila Euclides em São Bernardo, saltam aos olhos as fisionomias dos trabalhadores do campo, especialmente os nordestinos, que foram atraídos pelo ciclo de desenvolvimento industrial no Brasil inaugurado em finais da década de 1960.

sua vez, estava inserido num contexto de "aguda crise de legitimidade do regime militar" (Lais Abramo, 1986: 17). Na sua pesquisa, a palavra "dignidade" aparece com uma grande força simbólica. Na nossa própria pesquisa, não raro, nos deparamos com esse termo. Esse vínculo entre violação da dignidade e rebeldia no local de trabalho é explicado pela autora através da existência de um "clima de greve" – no que concordamos, na medida em que essa formulação guarda afinidades com o conceito de ambiente narrativo – revelado pela "presença ativa de outros setores sociais na luta contra a ditadura, especialmente o movimento estudantil" (ibidem).

O valor da dignidade, assim, aparece como uma *demanda do interior da fábrica*, mas que encontra *equivalência* com um clamor mais geral e difuso/universal, da dignidade de se lutar por *liberdades políticas* contra a ditadura. Tal equivalência constrói um vínculo (narrativo-ideológico) entre uma "dignidade" que se insurge contra o despotismo fabril e a conquista da "cidadania" no *contexto de transição democrática*. Ao se promover um vínculo entre a demanda dos metalúrgicos – e em breve de parcela significativa do sindicalismo brasileiro – e de outros setores da sociedade, sem que se inclua na análise a articulação dos espaços específicos de onde essas demandas emergem, cai-se na armadilha (idealista) de não perceber a alteração da *unidade de representação política*. Diferentemente, em se considerando tais espaços, o analista pode verificar, especialmente nos momentos de crise, de forma privilegiada, um fenômeno de mescla das fronteiras dos espaços sociais. Tal diluição de fronteiras, por sua vez, remete, no plano empírico, a uma indefinição em relação à *propriedade* de determinados espaços relativamente a sua "imaginada" função social. A partir desse efeito retórico, pode-se qualificar, do ponto de vista antagonístico, a ação política local.

Um exemplo concreto dessa mescla de fronteiras é o da *esfera cultural*. Quando da morte de Vladimir Herzog, o show "Me dá o mote", de Gianfrancesco Guarnieri e Edu Lobo foi, em sinal de protesto ao ocorrido, dedicado ao jornalista torturado – ao que o público teria, de forma vibrante, aplaudido de pé. Nessa esteira, "muitos artistas... Se manifestaram individualmente e,

em seguida, através de algumas de suas obras" (Guarnieri, 2006: 109). Para além do sentido mercadológico assumido pelos showmícios da década de 1990, outrossim, as músicas brasileira e latino-americana tiveram um papel importante na formação de uma subjetividade de esquerda nas décadas de 1970-1980. Nomes de várias tendências do movimento estudantil, a exemplo da Refazendo (remanescentes da Ação Popular), Caminhando (PC do B e, depois, PRC – Partido Revolucionário Comunista) ou Travessia (POLOP – Organização de Combate Marxista Comunista Leninista Política Operária), faziam menção às canções da Música Popular Brasileira. Júlio Turra (que foi militante da tendência Liberdade e Luta – Libelu), em entrevista concedida a Ricardo Azevedo (2006: 150), revela que cada tendência se identificava com um ritmo específico: na Caminhando, o pessoal era mais do sambão; na Libelu, gostava-se de rock; e na Refazendo, o cantor predileto era Milton Nascimento. A presença de músicos como Gilberto Gil, Gonzaguinha, João Bosco e até Mercedes Sosa na USP não era um evento raro (ibid: 151). No documentário *Linha de Montagem,* de Renato Tapajós, podemos ver Fagner, Gonzaguinha, João Bosco e Elis Regina cantando para os metalúrgicos em plena greve. O limiar entre fazer cultura e fazer política, assim, parecia não ser muito nítido. A declaração de Geraldo Siqueira (à época militante da Refazendo) a Ricardo Azevedo (ibidem) é bastante ilustrativa dessa *confusão espacial*: "com o tempo as coisas começam a ir para o seu devido lugar, ou seja, política é política, cultura é cultura". A identidade de esquerda que ia se constituindo, entretanto, não seria a mesma sem essa *articulação de espaços*.

Um outro exemplo desse tipo de articulação ocorreu, para a surpresa, agradável ou não, de muitos, com a narrativa cristã[96]. Além de seus militantes, a Igreja Católica forneceu o *espaço*

[96] A Igreja na América Latina apresenta uma mudança significativa na sua postura política a partir do Concílio Vaticano II (realizado entre 1962 e 1965), que foi traduzido para a América Latina nos termos da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), ocorrido em Medellín (1968) (Reis Filho, 1990; Mainwaring, 2004). Os contornos específicos que assumiu a narrativa cristã na América Latina e em especial no Brasil, com o comunitarismo da Teologia da Libertação, valorizam claramente a *ação local* e alertam contra os perigos de burocratização (Sader, 1988; Krischke, 1979; Doimo, 1995; Burity, 1994).

físico dos seus salões e pátios para reuniões e atividades afins. Deu apoio significativo ao surgimento de uma nova geração de sindicalistas – o chamado sindicalismo combativo ou cutista – através da Ação Católica Operária (ACO). A Igreja também teve inigualável importância política, através das CEBs, para o movimento popular de bairros[97] e, pelas mãos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), serviu de esteio para a construção do MST. Ao mesmo tempo, a partir desses espaços comunitários, a Igreja patrocinou campanhas como a contra a tortura, contra a carestia e pela anistia. Ou seja, levantou *bandeiras democráticas* que, como veremos, eram bastante enraizadas na luta dos bairros populares, muitas vezes, mulheres à frente. A ação política da narrativa cristã promovia o "encontro" entre um momento local, comunitário, e um universal, que se materializa no espaço "democrático" nacional[98]. Seu radicalismo comunitário, entretanto, parecia não estar muito disposto a abrir mão desse princípio de representação política. A história do PT viria a ser em boa medida a expressão da dramaticidade vivida em torno desse valor narrativo.

Nossa conversa com o Pe. Henrique, militante/apóstolo pertencente ao movimento francês dos *Padres Operários* e que veio ao Brasil através da Juventude Operária Católica (JOC), em 1964, é bastante esclarecedora no que tange a importância do estabelecimento dos *loci* de ação política *vis-à-vis* a preservação do princípio comunitário. A primeira coisa que nos chamou a atenção – e que revela a força simbólica do ato (cristão) de *ser*, efetivamente, um operário – foi a importância que o Pe. Henrique dava ao convívio com seus colegas de trabalho: "muitos da turma [do seu trabalho como serralheiro, RM] conheceram a minha esposa... Vieram na casa da gente ou a gente foi na casa deles... Naquele tempo não se falava nem no PT". Essa postura – que é

---

[97] A Igreja propiciava uma "interação concreta entre o 'popular' e o 'sindical'" (Doimo, 1995: 173), o que se materializou na tentativa de construção da ANAMPOS – processo político no qual se destacou a figura de Frei Betto (ibid: 174-177). Chamamos a atenção para o fato de que esse momento de integração era como que contaminado pela proposta de autonomia radical propugnado pela OSM-SP e entendido como paralelismo sindical, o qual Lula, segundo Doimo, via com reservas.

[98] A tradição socialista cristã apresentou historicamente preferência por um caminho democrático-evolutivo para o socialismo em alternativa às formas "mais jacobinas, anarquistas e radicais" (Ruether, 1971: 221).

traduzida por setores do PT, como vimos na passagem acima com João Paulo e Jorge César, como *basista e/ou economicista* – revela uma preocupação esmerada com a questão da transparência do processo de representação política, uma vez que resiste à *diferenciação* permanente entre líderes e liderados.

Já como Oposição Sindical, os militantes cristãos, organizados à parte, na CEB da Diocese do Recife (situada em Olinda), lembra Pe. Henrique, "a gente fez um movimento que se chama[va] SOMA, no sentido que ele estava destinado a *somar algumas individualidades e, um dia, a sumir, desaparecer*. Aí tinha vários companheiros, inclusive esta turma, teve jovens que entraram nisso [incluindo Jorge César, que viria a ser uma importante liderança do movimentos sindical em Pernambuco, RM]". Veja-se que ao mesmo tempo em que se dá uma importância ao *indivíduo* inserido naquele coletivo, pois são "individualidades" e não forças políticas (narrativas) que se somam, essa mesma individualidade deve diluir-se no interior da comunidade/movimento que se pretende construir. Para o Pe. Henrique, esse movimento era "um apostolado". "Aí o que explica a vontade de quem soma, quer dizer, também desaparece. *Você não tem que fazer discurso, você tem que estar presente* e aos poucos se diluir e o que você é passe ao conjunto"[99]. O "discurso" que não deve ser feito, nos nossos termos, é o discurso que vem de *outros espaços* (de representação política sob hegemonia liberal; de autoridade da narrativa marxista) diferentes do "conjunto" em questão. O diferencial da *narrativa* do movimento SOMA, é que ele traz o valor narrativo da fusão entre atores externos e atores internos/de base, por meio da empatia, pelo colocar-se no lugar do outro e não trazer uma agenda de fora. Atribui, portanto, de forma radical, ao operário/pobre, um privilégio ontológico como *lugar* de salvação. A unidade e indissolubilidade da noção de indivíduo, que dá suporte ao conceito liberal de cidadania, assim,

[99] Para que se tenha uma idéia mais exata da radicalidade desse pensamento, o Pe. Henrique, emite a opinião de que, para ele – em contraste aos três anos que Cristo fez pregação (discursos) –, a fase mais rica da Sua vida foi quando "Ele teve mais presença, que Ele teve mais ligação com a mãe Dele, com os companheiros, foi os 30 anos que ele passou trabalhando a madeira na oficina do pai".

incomodam a Pe. Henrique, que denuncia que tal cultura política leva pessoas como João Paulo (por quem revela especial afeto), a se ocuparem essencialmente com a construção de uma *carreira política pessoal*.

Esse comunitarismo cristão radical viria a se chocar com aspectos da cultura política petista. Peggy, sua falecida esposa, que fora uma entusiasta de primeira hora do PT e chegou a ser da direção estadual do Partido, lembra Pe. Henrique,

> ficava horrorizada porque parecia que neste partido dos trabalhadores não tinha gente que trabalhava, porque todas as reuniões terminavam depois da meia noite, e *poucas vezes tinha companheiros que tinham carro que oferecia carona pra ela voltar. "Em um partido dos trabalhadores ninguém trabalha de manhã cedo, não tem que se levantar?"*. Aí aos poucos ela deixou de ir participar da cúpula e tentou trabalhar mais na base.

A saída do espaço partidário de cúpula e a procura do espaço da base são uma reação clara à falta de *solidariedade* daqueles companheiros incapazes de oferecer uma carona. Por não serem trabalhadores – como os que pretendem representar o são – já haviam absorvido valores culturais que expressavam uma *diferenciação inaceitável*. Utilizando-nos das palavras do Pe. Henrique, pode-se dizer que Peggy estava à procura de um "desaparecimento, sem ter o distintivo do PT".

A ameaça ao comunitarismo petista ganha, assim, importância analítica na medida em que remete à articulação entre modelos de democracia. Nesse contexto, *consideramos que o comunitarismo petista* – fruto, como vimos defendendo, de uma articulação narrativa –, *incorporando valores cristãos, marxistas e liberais, tenta transferir para o espaço partidário, entendido e desejado como espaço unitário, valores narrativos que advêm de uma dimensão positivo-revolucionária de política, propugnadora da construção de poder na sociedade e, portanto, fora do espaço partidário. Ao assim proceder, expõe o espaço político-cultural em construção, via PT, às incisivas investidas dos valores liberais circulantes na institucionalidade democrática*. A "ideologia de ida ao povo" do testemunho católico a que se refere Vianna (1987:

7), nesse caso, ganha materialidade, ainda que com radical desejo de um "acúmulo de forças" pela base, *dentro da estrutura partidária*.

Tentemos entender por outro ângulo a assertiva acima. Pedro Peres, em 1981 um jovem militante da POLOP em Recife, por incorporar, em consonância com a organização em que militava, a necessidade de enraizamento do PT na classe operária, nos revelou em entrevista que "não se limitou ao movimento estudantil", e

> aí já fui para o movimento operário... Fazer um *núcleo de base* na Várzea, e depois na Brasilit, junto às fábricas e às favelas, [que] era onde moravam os operários... Fiquei lá na zonal, na época era a 5ª Zona [Eleitoral do Recife, RM], não é? *A organização que era uma organização do partido*, né? De base, que o PT tinha nessa organização, de... De discussão pelas bases mesmo.

Note-se que apesar de estar junto às bases, não há menção explícita a um projeto de construção de um *poder popular local* independente da estrutura partidária. Esta postura – que, através de uma análise nos documentos oficiais do PT, nota-se, é corroborada pela ausência de uma discussão mais sistemática acerca dos *conselhos populares* – é alimentada decisivamente por um *valor narrativo*. Vejamos outra passagem da entrevista de Peres:

> A gente foi *pela perspectiva do socialismo... Científico*... De que *o socialismo é construído, não de cima para baixo, mas das bases mesmo da sociedade*... Ao próprio movimento se autofinanciar é... Exatamente uma das forças desse movimento. Como o PT... Foi na década de 80. O PT se autofinanciava. A gente é que... Que arrumava o dinheiro, a mesada, a *minha mesada*, nós nos autofinanciávamos, eu pagava a sede do PT, *uma casinha lá na favela. A gente juntava o dinheiro e pagava aquela sede e rodava o jornal. Com o dinheiro dos militantes.* Então, a gente acreditava que ali, *a gente não dependia de ninguém*, então, quem fazia o movimento, quem fazia a história, a organização era a gente. Então, realmente, há uma... Diferença, muito grande... *Há uma diferença importante na perspectiva do socialismo.*

Note que os valores comunitários, por exemplo, de manter com a própria "mesada" uma "casinha lá na favela" e não "depender de ninguém" (ser autônomo), são incorporados como valores positivos de "construção do poder" (que vem de tradições comunitaristas a exemplo do cristianismo e do anarquismo), mas isso ocorre, na "perspectiva do socialismo científico" que,

como vimos no capítulo anterior, materializa, na própria noção de partido, uma dimensão negativo-destrutiva da política.

O espaço do Partido, assim, passa a competir com, e mesmo rechaçar, outros *loci* de ação política e alternativas de construção de poder local. Para aprofundar essa questão, podemos retomar a discussão iniciada na seção anterior acerca do *valor narrativo* de supremacia hierárquica do proletariado em relação ao camponês e, conseqüentemente, a predileção pelas formas assalariadas/capitalistas de produção. Para tal, nos beneficiaremos de uma discussão iniciada por Paulo de Tarso Venceslau (1989), que retoma (no sentido de aprofundá-la) a resolução do IV Encontro Nacional, de 1986. Essa resolução, como vimos, indicava que se deveria prestar cada vez mais atenção aos assalariados agrícolas e à sua necessidade de organização independente em relação aos pequenos produtores. Tenta, portanto, pôr em xeque a estrutura do *sindicato único* que, segundo o autor, impõe "limites ideológicos" à ação dos trabalhadores. Venceslau (ibid: 63) lembra que essa estrutura sindical *impõe uma falsa unidade* entre assalariados, pequenos proprietários, posseiros, etc., e que isso, do ponto de vista político, correspondeu a uma estratégia dos militares – com a anuência do PCB e da Igreja – para conter o ímpeto antagonístico das Ligas Camponesas, que atuavam à margem da estrutura sindical.

Quando do surgimento da CUT, em 1983, houve uma "excepcional participação dos trabalhadores rurais" e "curiosamente, a maior parte das delegações do campo era formada por pequenos proprietários" (ibid: 65). Para o autor, que identifica interesses e demandas distintas nesse segmento em relação aos assalariados (veja-se que essa é uma ação de representação política que, igualmente à estratégia militar, impõe uma "unidade de interesses", só que, no caso, entre os assalariados), a CUT teria acabado por absorver uma "falsa unidade imposta pelo Estado" (ibid: 66). E é aí que Venceslau coloca a idéia, em maturação desde 1986, de "criação de sindicatos só para assalariados" (ibidem). Identifica, para justificar sua proposta, que "a proliferação de associações de pequenos produtores... Tem contribuído para enfraquecer o

movimento sindical", pois estariam recebendo recursos de entidades governamentais e internacionais, sendo que, via de regra, "o sindicato não tem condições de concorrer com essas formas de organização" (ibidem).

Utiliza, assim, um argumento "classista" para defender que a CUT, *para não se confundir com um partido político* – a quem caberia, esse sim, construir alianças entre classes diferentes – deveria "desenvolver [uma]... *Política sindical classista*, voltada *prioritariamente* para os assalariados" (grifo nosso) (ibidem). Para além do efeito ideológico desse valor narrativo da "identidade de classe", que engessa as prerrogativas do sindicato – "pelo menos como foi historicamente concebido" (ibidem), nas palavras do próprio autor – e da central sindical, *gostaríamos de chamar a atenção para o rechaço do espaço rural como lócus de construção de poder local*. Essa postura, que abriu espaço para que na década de 1990, na primeira gestão de Vicentinho, a CUT fechasse um acordo com a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) (que, na sua matéria, Venceslau chama de "legalista"), não apenas freia o investimento em atores políticos que, concretamente, mantinham relações antagonística com o latifúndio, como (sub-repticiamente? – nos perguntamos seriamente, pois o conjunto de sua formulação, da forma como é construída, dá margens a pensar que se trate da mais pragmática defesa de uma base social para sua força política) rechaça uma tradição política secular de construção (revolucionária) do poder local.

O próprio Venceslau – prestando um desserviço aos seus argumentos –, com a intenção de desnaturalizar a estrutura sindical imposta pela ditadura, historia a tradição "messiânica" dos movimentos sociais do campo, que passam por Canudos e Contestado (inspiração, curiosamente, do MST). Fala, nesse contexto, das Ligas Camponesas e da construção, no início da década de 1960, em Goiás, de uma "autêntica *área liberada*, onde nem jagunço, nem polícia e muito menos grileiro tinham acesso" (conhecida como os conflitos de Trombas e Formoso) (grifo nosso) (ibid: 61). Para os nossos propósitos, é interessante notar que o autor não propõe deixar os pequenos

proprietários à própria sorte. Longe disso, defende que cabe prioritariamente *ao PT* cumprir o papel de representá-los. É nesse ponto que se completa o rechaço/traslado da ação política no espaço local. Isso porque o *potencial antagonístico positivo de experiências como as citadas é conduzido para dentro da estrutura partidária* (negativa): "seria mais compatível atribuir ao PT a tarefa de promover as alianças de classe dentro de sua estrutura partidária com base no seu programa" (ibid: 66). Isso sob o argumento da *estratégia* de "acumular forças" num cenário político nacional. Racionalidade que emerge no seio da tradição marxista (capítulo 3) a partir de uma *articulação* contingencial e historicamente datada.

Vale reafirmar que essa formulação de Venceslau (narrativa conceitual) se inseria num contexto de reforço da narrativa ontológica oficial do PT. Vinculava-se, portanto, estreitamente, a um processo de representação política que rechaçava, a um só tempo, demandas como as do MST e do MOSM-SP e seus *loci* preferenciais de ação política. Interditava, dessa maneira, se considerarmos a experiência das comissões de fábrica, a possibilidade de uma *articulação entre o rural e o urbano* que se desse de forma mais autônoma em relação às instituições da democracia liberal-representativa. O que se coloca aqui, concretamente, é que *a naturalização dos "partidos" como canal prioritário de representação política termina por coibir outras alternativas de fuga do corporativismo*. São os partidos que cumprem o papel de transformar demandas "populares" (indignação no chão da fábrica, por exemplo) em demanda "democráticas". A distinção é feita por Laclau, para quem "uma demanda que, satisfeita ou não, permanece isolada, a denominamos de *demanda democrática*. A pluralidade de demandas que, através de sua articulação equivalencial, constituem uma subjetividade social mais ampla, a denominamos de demandas populares" (Laclau, 2005: 99). O MST, investindo na construção de tal subjetividade, teve uma relação de maior autonomia em relação ao PT comparativamente à CUT. Segundo Edmilson Meneses, da direção estadual do PT de Pernambuco, o peso dos petistas no MST "desde o início... Não se comparava com o peso específico" na CUT.

O MST, entretanto, nunca teve uma vocação exclusivamente corporativa, apesar de ser, formalmente, um movimento de luta pela posse da terra. José de Souza Martins, entre 1981/1982, em trabalho de assessoria à Comissão Pastoral da Terra (CPT), teria aconselhado os militantes presentes, entre eles João Pedro Stedile, que o movimento no campo deveria ganhar caráter nacional e conquistar os nordestinos (Stedile, 2005: 21). Essa dimensão nacional do MST seria construída a partir da articulação com outros setores da sociedade, o que se evidenciou em experiências como a da Encruzilhada Natalino que, em 1981, reuniu 30 mil pessoas numa manifestação contra a ditadura e pela reforma agrária (ibid: 22-3). Além da questão da terra e da reforma agrária, o MST se inseria plenamente naquele clima radicalizado da década de 1980, que clamava por mudanças gerais na sociedade. Assim, o MST aceitava em seus quadros membros oriundos do ambiente urbano, tipo caracterizado como "mão lisa". Isso ajudou a quebrar a *dimensão corporativa* do movimento (ibid: 33). Nesse sentido, se inserem, claramente, dentro de um projeto classista mais amplo de destruição do Estado burguês.

Por conta desse esforço de superação do corporativismo, que tem a propriedade de isolar os trabalhadores, segundo uma divisão que nem sempre lhes interessa, para Stedile, "muita gente, tanto pela direita como pela esquerda, não consegue fazer uma interpretação correta desse caráter político do movimento... Em vários momentos da nossa história houve quem afirmasse que o MST iria se tornar um partido político" (ibid: 36). Vejamos como Dílson Peixoto, membro da direção estadual do PT de Pernambuco, refere-se ao MST em entrevista que nos concedeu:

> Eu tenho uma visão um pouco crítica da... Formulação do MST. Eu tenho a impressão, ainda que eles não assumam claramente, mas, na minha opinião, há, no MST *uma visão não só de um movimento de luta pela reforma agrária, mas de um movimento que tem uma formulação mais ampla*, né? Inclusive, *até chega a se confundir com o partido*... Que extrapola a luta pela terra. Então eu vejo muito discurso principalmente de João Stedile, eu vejo um discurso partidário forte, não é... De *algo que quer ser alternativa de poder*.

E em relação às assembléias populares[100], Dílson Peixoto afirma que elas, ao construírem um discurso "mais amplo", podem estar investindo na possibilidade de "se transformar num embrião de partido de esquerda". Estariam, portanto, cumprindo uma *função ou tarefa que não lhes seria própria*. A pretensão de desempenhar um papel que fuja do *corporativismo* por fora de uma representação partidária parece "perigosa", não apenas aos olhos de Dílson, que tem (especialmente nos dias de hoje) uma visão política bastante moderada, mas também aos olhos de alguém interpelado pela narrativa marxista clássica.

Edmilson Meneses (militante da tendência trotskista *O Trabalho*) afirma que isso

> é uma coisa que traz um elemento, na nossa opinião, extremamente perigoso, que é a idéia do fim dos partidos políticos e da *substituição da idéia de partido pela idéia de rede de organizações sociais*... É o fim da representação política através de partido, não é? É... Um segmento reacionário que se enquadra dentro... Da perspectiva do fim, também, dos sindicatos, para se transformarem em ONGs.

Embora essa relação entre CUT/MST e ONGs seja uma discussão que travaremos apenas no próximo capítulo, a fala de Meneses é pertinente a nossa discussão na medida em que expressa a *necessidade* sentida pelos revolucionários de se *construir uma direção ao movimento*. Algo que esta *rede*, enquanto metáfora absorta na lógica diferencial do pluralismo liberal, seria incapaz de imprimir. Mas essa *necessidade de construção de um sentido narrativo para a narrativa petista* também foi expressa por Jaime Amorim, membro das direções estadual (Pernambuco) e nacional do MST, para quem "a luta do povo é como um *monte de braços que vai se somando com o rio.* Nós tínhamos a idéia... de que o rio era o PT. Então todos da luta, da luta pela terra, da luta operária, todas elas estariam para esse mesmo rio que era o PT. *E o PT deixou de ser o rio*".

Dito isso, podemos tentar compreender melhor o mecanismo pelo qual se estabelecem os rechaços de determinadas narrativas e dos seus *loci* preferenciais de ação política. Trabalhamos

---

100 Articulação política iniciada no início dos anos 2000 em alternativa à Consulta Popular que não vingara.

com uma hipótese que é pensada a partir de uma *questão retórica* já antecipada: o poder concreto da *metáfora do partido como corpo unitário*.

A construção de "focos" de poder local dificulta sobremaneira o desenvolvimento de uma racionalidade única requerida pela noção moderna de partido, pois, uma vez que desenvolvam racionalidades próprias (lembrar das perseguições no Brasil aos movimentos messiânicos, sendo que está implícita nos discursos de esquerda a idéia de superação dessas experiências "pré-políticas"), não conseguem *funcionar* como "braços" de um rio-corpo. O MST, constituído por valores comunitaristas bastante próximos da narrativa cristã, procura criar vínculos e dar organicidade às comunidades-assentamentos que constitui através da sua manutenção na luta pela reforma agrária, de forma que não parem no momento de aquisição da terra (Stedile, 2005: 35). Essa política requer uma *estrutura organizativa* que não se coaduna com a estrutura sindical corporativa oficial que era o espaço de ação do novo sindicalismo. Isso porque a ação positiva do MST aponta para a politização da esfera econômica, o que dificulta sua inserção num conjunto de "demandas democráticas", conforme definição de Laclau. Tais valores narrativos se chocam, portanto, com a lógica liberal de democracia política, construída, exatamente, segundo o princípio de separação das esferas da economia e da política (Sousa Santos, 2005).

Podemos retomar aqui, novamente, a predileção petista-cutista pelos sindicatos de assalariados. Tal predileção, longe de ser conduzida apenas por uma *linha de raciocínio* classista, se pauta na tentativa de trazer a ação política para um lócus no qual os atores políticos que a propugnam consideram *apropriado*. Isso fica mais claro ao sabermos que houve grande pressão, nos primeiros anos do MST, por parte de militantes sindicais petistas, para que a luta pela reforma agrária se desse por dentro da estrutura sindical oficial. Assim, no I Encontro Nacional do MST, em Cascavel (janeiro de 1985),

> estavam presentes muitos presidentes de sindicatos [do campo do novo sindicalismo] que estimulavam as lutas locais... Muito presidente de sindicato achava que a luta pela reforma agrária deveria ser feita por *dentro dos sindicatos*... Essa idéia foi derrotada... Quem teve um papel importante foi Ramulfo Peloso, dirigente do Sindicato de Santarém e da CPT, que já percebia que *a luta pela terra, não poderia ser municipalizada* (Stedile, 2005: 49).

A estrutura organizativa que o MST terminou construindo ia de encontro à estrutura municipalizada dos sindicatos oficiais corporativos. Desenvolviam, assim, uma lógica política e uma noção de *organicidade* que dificultava a sua absorção pelo PT-CUT. Isso gerava problemas à possibilidade de estabelecer *um sentido único* à narrativa petista.

Coerente àquela *estratégia política* de "acúmulo de forças", o PT busca construir uma *organicidade* através da *integração dos diferentes espaços narrativos* que procura representar politicamente. Mais integrada à institucionalidade democrática e, portanto, mais verticalizada, a cadeia de equivalências petista segue uma lógica espacial diferente da do MST. A partir do momento que determinados espaços/atores (como as comunidades e associações cooperativas de pequenos proprietários) desenvolvem racionalidades/demandas que se interpõem, como obstáculos, à tarefa estratégica petista de acúmulo de forças, há uma tendência para que se desenvolvam *táticas* conjunturais – respaldadas em narrativas conceituais –, como a de criação de sindicatos exclusivamente de assalariados, que são mais afins ao tipo de organicidade que o Partido tenta construir. Sendo assim, embora Jaime Amorim deseje, interpelado pela narrativa marxista, um rio-corpo de quem o MST fosse um afluente-braço, o PT – dada sua integração à institucionalidade democrática –, deixa de cumprir esse papel. Sintomaticamente, não há por parte do PT na década de 1980 muito esforço para integrar o MST na estratégia partidária. Tal fato, que se explica por uma incompatibilidade político-espacial (de uma demanda popular que não pôde ser absorvida), será decisivo para a trajetória identitária de ambas as organizações.

Essa discussão retrata as tensões inerentes aos momentos de articulação entre distintos modelos de democracia e, portanto, das diferentes narrativas que os ensejam. Momentos semelhantes podem-se vislumbrar na proposta petista de construção de *conselhos populares* que,

apesar de não desenvolvidas suficientemente do ponto de vista teórico, fez parte do imaginário petista durante a década de 1980. Nesse momento, abandonaremos o foco na relação rural-urbano e passaremos, no ambiente urbano, a pensar a articulação entre fábrica e bairro. Pensaremos alguns elementos dessa articulação no contexto das administrações municipais do PT.

4.3.2 Movimentos Sindical e Popular e Administrações Municipais do PT

A articulação equivalencial estabelecida entre as noções de "dignidade" – entendida como uma demanda advinda do chão da fábrica – e "cidadania" – significante inserido de forma mais contundente no bojo da disputa pública pelo sentido de "democracia – não se deu de forma instantânea na narrativa petista. Durante a década de 1980, os documentos oficiais do PT praticamente não utilizam sequer o termo *cidadania*. Este último veio a ser utilizado pela primeira vez em 1984 – de forma claramente secundária no corpo do texto –, em documento intitulado *Teses para atuação do PT*, que teve sua versão inicial aprovada no III Encontro Nacional do Partido. Falava-se então na promoção de uma "cidadania plena", que deveria romper com "o caráter assistencialista e com as práticas de submissão e discriminação do abandonado, do idoso, das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios e demais grupos sociais específicos" (Partido dos Trabalhadores, 1999: 284). Note-se que o conceito ganha um teor algo "pluralista" ao ser vinculado a *grupos sociais específicos* e não necessariamente à identidade de classe, como o fazia intensamente, aliás, o discurso petista. A convivência das duas referências – "pluralista" e de classe – que remete à luta pelo estabelecimento da unidade de representação política, nos indica uma tensão estabelecida em torno de que ancoragem espacial viria a prevalecer na narrativa petista. Eventuais decisões, nesse contexto, imprimiriam sentidos narrativos diversos ao *pluralismo* e à *diversidade* representados pelo PT e expressariam o tipo de articulação entre modelos de democracia que se construía.

A noção de pluralidade, quando torna diversas demandas *equivalentes* em torno de um centro – como é o caso da identidade de classe no discurso marxista –, dificulta a articulação dos sentidos dessas demandas com os valores narrativos (liberais) circulantes nas instituições hegemônicas de representação. Isso possibilita que as referidas demandas ganhem materialidade num espaço político-cultural que se constituiu através do estabelecimento de uma linha de antagonismo que divide a sociedade em duas partes "irreconciliáveis" (proletariado e burguesia). Vista dessa forma, a luta por hegemonia pode ser compreendida desde a *perspectiva espacial* que vimos construindo. Nessa, o estabelecimento e diluição de fronteiras político-sociais são momentos necessários e decisivos do jogo político. É assim que percebemos, sem que se emita necessariamente juízo de valor, a fala de Edmilson Meneses em relação ao feminismo, pois o que lhe preocupa é a possibilidade de que as demandas feministas diluam a *unidade de classe*.

Para aprofundar essa intuição metodológica, antes de adentrarmos no tema propriamente dito dessa seção, vale a pena recorrer a duas das entrevistas que realizamos com ativistas feministas. Segundo Maria Ednalva, então à frente da Secretaria Nacional de Mulheres da CUT, a questão dos direitos da mulher no PT "acaba sendo mais forte entre 87, 88, porque aí surge a luta no processo da Constituição". Quanto à CUT "se tinha uma compreensão de que as feministas eram mulheres da *classe média*, que estavam na *academia*... Discutindo apenas questões de identidade e sexualidade, isso não era um tema prioritário para o movimento sindical". Veja que essa postura remete ao rechaço de uma demanda, por ser um "tema" (liberal?) *imposto de fora à classe trabalhadora* e que só ganha peso no PT nas discussões da Constituinte, momento marcante de articulação com a democracia representativa. Num outro momento da entrevista, já num contexto posterior de plena ocupação dos espaços públicos pela CUT, Ednalva ressalta que é importante "ocupar o lugar de controle social das políticas públicas, desde propor até monitorar estas políticas... Achamos que o *nosso lugar* é o lugar da sociedade civil... É possível a sociedade

civil *participar*". Se contrastarmos esse depoimento com o que se seguirá (Nalu Farias), poderemos perceber como se dá o processo de diluição da classe via representação política.

Ciente da disputa em torno do sentido das demandas feministas, Nalu Farias, militante da DS e da Marcha Mundial das Mulheres[101], não esconde seu desacordo atual com a postura de feministas atuantes tanto no PT como na CUT, que ocupam espaços na institucionalidade. Sua crítica a tais militantes, a quem chama ironicamente de "as institucionalizadas", se dá através do contraste com o que, para ela, significou as administrações populares do PT na década de 1980:

> Se você olhar a primeira geração de prefeituras que teve coordenadorias... Em geral teve uma ação mais contundente, mais dentro daquilo... Que a gente discutia no PT... Você construía administrações democráticas e populares... Com o objetivo também de disputar... Uma hegemonia de esquerda, vamos dizer assim... *Você... Iria governar para todos, mas com um sentido estratégico.*

A ocupação de espaço público aqui, demandas feministas incluídas, guarda uma diferença significativa em relação à posição de Maria Ednalva, pois se dá desde a perspectiva da construção do socialismo. Isso remete à noção de *movimento*, que pressupõe um "sentido estratégico", que é de *alguns* (espaço específico). Governa-se "para todos" desde que haja adesão à estratégia socialista. Isso dá um *sentido narrativo* à "participação" diferente do que quando se aceita a universalidade da *sociedade civil* como o "nosso lugar". É essa a diferença não percebida entre "dignidade" – que tem um lugar de origem, o chão da fábrica – e "cidadania" – que ocupa a sociedade civil tomada como espaço único. Ednalva, ao não demandar uma ancoragem espacial receptiva à "referência de classe", e, ao mesmo tempo, declarar importante tal referência, opera com uma pretensa autonomia da dimensão lingüística do discurso. Ao assim proceder, não

[101] A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional construído no ano de 2000 com a adesão de ativistas da causa feminista oriundos de 159 países. No Brasil essa rede feminista congregou o movimento autônomo de mulheres; o movimento popular e sindical, rural e urbano, ampliando o debate econômico entre as mulheres. Para mais informação recomendamos o site www.sof.org.br.

percebe que a unidade classista de representação perde *força*, pois ancorada em terreno não receptivo à noção de movimento.

Em outras palavras, o sentido estratégico de uma narrativa antagonística requer a construção de uma *unidade* que, por sua vez, demanda uma espacialidade diferenciada. Nalu reclama unidade de classe: "tudo bem... Somos isso [refere-se à diversidade das mulheres: brancas, negras, jovens..., RM], mas o que nos unifica como mulher? Acho que justamente entra aí a dimensão de classe". A posição de Nalu, outrossim, além de problematizar o pluralismo liberal, questiona a essencialização da unidade *classe social*, pois referencia uma matriz teórica cujo desafio é a articulação entre dominação de classe e patriarcalismo. Num sentido radicalmente revolucionário, essa matriz (narrativa conceitual) politiza espaços "privados", ao propor a incorporação do feminismo na construção do socialismo, sob o argumento de que "existe uma contradição entre os interesses dos trabalhadores enquanto classe e os privilégios que *todos* os homens, de todas as classes, desfrutam" (Tatau Godinho, 1987: 4)[102].

A discussão sobre os possíveis sentidos do feminismo enriquece nossa *abordagem espacial* sobre hegemonia, nos ajudando a pensar a articulação entre movimento sindical e popular com foco na disputa pelo estabelecimento das unidades de representação política. Isso porque rompemos os limites idealistas de uma análise que se atém à dimensão dos sentidos lingüísticos e incorporamos os espaços político-sociais envolvidos na ação de representação política. Podemos falar basicamente de três espaços: o dos movimentos, o do Partido e o das administrações municipais. A luta em torno da unidade de representação, assim, vai depender dos tipos de articulação que venham a se estabelecer entre os ditos espaços. Cientes da infinitude de questões que tais articulações podem suscitar, chamaremos a atenção para alguns pontos que nos pareceram mais relevantes nos dados empíricos que levantamos.

---

[102] Nalu Farias e Tatau Godinho são militantes e formuladoras do discurso feminista da DS, tendência do PT que goza de reconhecida tradição no tema.

Inicialmente, consideramos importante destacar que o PT estabelece uma *dupla estratégia de ação política*. Por um lado, procura construir uma *estrutura organizativa* altamente porosa e em sintonia fina com os movimentos sociais, que ganha expressão material no *núcleo de base*, entendido como uma espécie de fundação do edifício partidário. Durante a década de 1980, encontro após encontro, os núcleos de base, como já dissemos, são um tema recorrente. Não sendo o caso de promover uma remissão exaustiva às resoluções partidárias, optamos por reproduzir um trecho do já mencionado documento *Teses para a atuação do PT,* de 1984.

> Raramente conseguimos transformar esse imenso potencial de apoio [advindo da sociedade, RM] em *força orgânica, que se traduza em crescimento*, em número e qualidade, de filiados, núcleos e Diretórios. Dentro do PT *ainda vigora um grande fosso a separar os militantes, os filiados e os simpatizantes*, como se tivéssemos, entre nós, petistas de 1ª, 2ª e 3ª categorias... *Só conseguimos passar a imagem de um partido fechado em si mesmo*, onde vigoram discussões estéreis, excessivamente ideologizadas, *acessíveis apenas a intelectuais tradicionais ou membros de organização de esquerda... Nos confinamos numa prática internista, que se apóia numa estrutura de organização que é, em grande parte, resultado da adaptação de antigas tradições de esquerda à legislação ditatorial sobre partidos políticos* (Partido dos Trabalhadores, 1999: 143).

Note-se que é claro o esforço para que entre esse "imenso potencial de apoio" e o Partido propriamente dito haja uma solução de continuidade que deveria se materializar numa "força orgânica" revertida em *crescimento partidário*. Os "simpatizantes" do PT – e os espaços onde atuam, segundo nosso raciocínio – têm que ser integrados ao Partido, que, para que isso ocorra, não pode ser um partido "fechado em si mesmo". Sua *estrutura organizativa*, assim, teria que, correspondendo ao contexto político de transição, superar a estrutura fechada e hierarquizada, que a situação de clandestinidade da ditadura, admite-se, exigia das organizações revolucionárias.

Essa discussão está inserida num debate que mobilizou considerável esforço intelectual no Partido ao longo da década de 1980: a superação da dicotomia entre partido de quadros e partido de massas. Combinando as duas opções, poder-se-ia, a um só tempo, não abdicar de seu *papel dirigente* e abrir-se à *participação popular*. Nesse contexto, os núcleos de base deveriam se multiplicar nos locais de trabalho, moradia, estudo etc. Os petistas formulariam, nesses espaços,

intervenções unificadas e, assim, disputariam, enquanto partido – e não um conjunto disperso de tendências –, a hegemonia na sociedade. Cuidaria da *educação política*, o que qualificaria a adesão de preciosos militantes inseridos nas lutas sociais e a construção de uma sintonia com a vontade popular, o que permitiria aos núcleos serem uma instância de consulta e delegação[103]. Já no I Encontro Nacional procurava-se dar forma a essa organicidade através da construção de um "Conselho de Representantes dos Núcleos" que, convocado pelos diretórios municipais, teria institucionalizado seu "caráter consultivo" (Partido dos Trabalhadores, 1999: 103).

Essa estratégia de ação tem, como vimos, a motivação de integrar *organicamente* os diversos espaços articulados (representados) na narrativa petista à estrutura do PT, entendido como partido de massas. Lembra a metáfora do corpo: o PT dirigente corresponde à cabeça, enquanto que o PT de massas seria o restante do corpo. Tal estratégia, como antecipamos acima, vinha acompanhada de uma outra, que era a da *construção do poder popular*. Vejamos como Lula, em discurso proferido no I Encontro Nacional de 1981 – texto que interpretamos como pertencente ao gênero da narrativa ontológica oficial – se pronuncia em relação ao tema:

> Mudou muito o cenário político do nosso povo nestes últimos anos. *Outrora se acreditava que só os partidos e os grupos políticos eram capazes de centralizar a organização do movimento popular*. Hoje, porém, reconhecemos que os melhores frutos são aqueles que, como nosso partido, têm suas raízes firmadas nas *múltiplas formas de organização existentes no campo, nos bairros, nas periferias, nos conselhos de trabalho e de estudos*, nos setores que têm interesses específicos a defender, como as mulheres e os negros. Graças ao movimento popular, o movimento sindical teve maior expressão nos últimos anos. *Enganam-se os que ainda pensam que só nas fábricas se apóia o sindicalismo brasileiro*... Graças a essa extensa *rede de movimentos populares* é que o PT se afirma como *expressão política que nasce de baixo para cima* (Partido dos Trabalhadores, 1999: 109).

Nos vemos novamente às voltas com a *metáfora da rede*. Aqui o partido se reconhece não desejoso de "centralizar" (trazer para dentro da estrutura partidária), *um* "movimento" que tem "múltiplas formas" e que se materializa em diferentes *loci*: no "campo", na "periferia", nos

---

[103] Os núcleos passaram a poder eleger delegados em 1981, conforme *Regimento Interno* aprovado no I Encontro Nacional.

"locais de estudo" e não apenas "nas fábricas". A construção efetiva de um poder popular, ao requerer a metáfora da rede, parece em flagrante tensão com a *vocação dirigente* do Partido, que é, aqui, uma "expressão" do que vem *de baixo*. A linha divisória entre a dimensão positiva e negativa da política é bastante tênue e não perceptível aos atores que analisamos. Insinua-se aí, entretanto, uma tensão latente entre a construção do poder local na sociedade e na estrutura partidária. Vejamos como essa questão pode ser aprofundada à luz de mais material empírico.

Alguns depoimentos de membros da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC podem nos ajudar a ter uma dimensão mais precisa de um aspecto importante da articulação dos movimentos em questão. Devanir Ribeiro, em depoimento a Arthur Couto (2006: 320) sobre as greves do ABC (1978-1980), lembra que a convocação para as assembléias era feita nos bairros de maior concentração de metalúrgicos, onde havia companheiros mobilizados, através das CEBs, em torno de outras bandeiras (que não as sindicais) e que, ao final das greves, o movimento dos bairros saiu bastante fortalecido. A partir da idéia de construção de um fundo de greve emergiu um vigoroso movimento de solidariedade: "era um copo de óleo, um quilo de arroz, um saco de batata, um pacote de macarrão... E não era só do ABC... Era toda a Grande São Paulo", comenta Gilson Meneses (2006: 314), que viria a ser eleito prefeito de Diadema, em 1982. Ressalta, nesse contexto, a importância da solidariedade do movimento de bairros e favelas. Jair Meneghelli (2006), nessa mesma linha, chama a atenção para o papel relevante da prática do futebol. Não fosse por ela "possivelmente iríamos demorar muito mais tempo para perceber que a Ford pagava menos do que as outras empresas montadoras" (ibid: 311).

Não é difícil notar, a partir desses depoimentos, ainda mais quando consideramos a presença de militantes cristãos, que os vínculos entre os movimentos em análise traziam evidentes traços gregários, que remetem aos *valores comunitários*. Estes últimos apontam para alternativas de rompimento com o corporativismo que, avessas às diferenciações institucionais, não passam necessariamente pelos partidos. Essa era a intuição da fala de Lula acima transcrita,

que revela sensibilidade para a dimensão positiva da política. Vale a pena referenciar outra passagem da narrativa oficial petista. Em *Tese para a Atuação do PT* (1984) pode-se ler:

> Para nós o poder não apenas se toma, mas também se constrói. *O PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade*, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados – como, por exemplo, a criação de *conselhos populares* – e *desenvolver esse poder como uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular*. A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se *articula* com formas diretas e massivas de participação popular (Partido dos Trabalhadores, 1999: 153).

Chamamos a atenção para o caráter *impreciso*, que se posiciona na tênue linha entre a dimensão positiva e a negativa da política, da construção do poder popular como uma "política de crescimento". Só uma leitura mais atenta é capaz de questionar que pode não se tratar da construção do poder nas "bases da sociedade" e sim nas *bases do Partido*. O leitor mais cético pode questionar se esse não é um preciosismo (estéril) de nossa parte, pois, afinal de contas, as duas coisas podem e deveriam ocorrer simultaneamente. Nesse ponto é que se faz mister uma análise mais detida da *ação de representação política* do Partido, que será pensada a partir de outro espaço a ser considerado: o das administrações municipais. Para tal, retomaremos brevemente a questão da unidade de representação política.

Nos momentos que se seguiram à repressão das experiências de Osasco e Contagem, com a decretação do AI-5, segundo Lúcio Kowarick, "até 1975, 1976, o espaço das fábricas estava extremamente controlado... Mas, pouco a pouco, nos bairros populares das cidades brasileiras – e este é um fenômeno bastante geral – começa a haver uma reativação das aglutinações" (Kowarick, 2006: 156). Kowarick, propondo uma leitura conjunta do movimento sindical e popular, indica que "as ações planejadas para ocorrer dentro das fábricas eram discutidas e organizadas nos bairros da cidade" (ibidem). Temos, inclusive, um indício do caráter nacional da emergência dos movimentos populares e seus vínculos com o sindicalismo nas palavras de Jorge

César que, referindo-se à experiência de Pernambuco, nos relata o que aconteceu após a oposição *Zé Ferrugem* ter ganhado o Sindicato dos Metalúrgicos, em 1981:

> foi o segundo sindicato aqui no estado ganho pelas oposições. O primeiro foi os urbanitários, e daí desencadeou uma gama de lutas de oposições sindicais onde nós, que já tínhamos ganho aquelas entidades classistas, levamos nosso apoio a... nNovas... Oposições, a luta cotidiana na categoria, a luta na comunidade, quer dizer, *aquela entidade serviu de uma grande trincheira de lutas dos movimentos sociais*, dos movimentos de minorias, negros, mulheres e outras parcelas da sociedade... Porque tínhamos uma entidade que *dava a sustentação da infra-estrutura para todos os setores populares que se engajaram na luta nos bairros* e todos os movimentos reivindicatórios [como]... O movimento contra o desemprego, o movimento contra a fome, etc.

Se lembrarmos da afirmação de Iram Jácome Rodrigues, para quem o sindicalismo cutista, apesar de não agregar "o conjunto dos movimentos sociais que surgiram na década de 1970... *Simboliza* amplas parcelas desse movimento" (grifo nosso) (Rodrigues, 1997: 37), podemos supor que a *identidade de classe*, fortemente presente no discurso petista, era a unidade de representação política preferencial da *articulação* de que nos ocupamos. Fornecer a "infraestrutura", nesse contexto, era parte integrante da dita articulação e indício da possibilidade da construção de *espaços comuns* de ação política.

A construção de tais espaços também foi matéria de investimento da MOSM-SP. Em sua tese para o II Congresso Estadual da CUT/SP, em 1986, defende-se uma estrutura horizontalizada para a CUT sob o argumento – referenciado na experiência da zonais de São Paulo e dos Comandos de Greve do ABC – de que "elas permitem que se estabeleça um vínculo espontâneo com o movimento popular... Levando as propostas da CUT para os trabalhadores também em seus locais de moradia" (MOSM-SP, 1986b: 10). Na mesma linha, um documento assinado pela Coordenação do MOSM-SP no espaço *Tribuna de Debates*, de maio de 1986, afirma que "buscamos resgatar o esforço de ligação com o movimento popular, *romper o isolamento* que o governo quer impor ao movimento operário e sindical. Nesse sentido, retomamos a proposta de realização de assembléias regionais conjuntas do movimento sindical e popular" (grifo nosso)

(ibidem). A percepção de que são *trabalhadores* que estão nos bairros (mesmo que expressem demandas de mulheres, negros etc), afinava-se com a tentativa de fazer com que a articulação dos dois movimentos permeasse uma estrutura horizontalizada da CUT. O poder operário-popular se construiria pela ação de uma central radicalmente externa à estrutura sindical oficial.

Essa luta, segundo Valderi Antão Ruviaro (Valdo) (2006), em entrevista concedida a Nádia Camargo em 2001, remonta ao início da década de 1980, antes mesmo do Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), de 1981. Depois de algumas experiências promovidas pela OSM de articulação das oposições sindicais em nível nacional, se configurou a formação de dois blocos no movimento sindical: a Articulação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares (ANAMPOS) e a Unidade Sindical. Esses blocos se confrontaram e racharam na experiência da CONCLAT. O último era formado pelo que se chamava no meio sindical de bloco "pelego-reformista" e era composto por uma aliança dos "pelegos" tradicionais com o PCB, PC do B e MR8. O primeiro, que nos interessa de perto, era fruto de uma aliança entre o sindicalismo das oposições, capitaneadas pela OSM-SP – sob a liderança de Valdemar Rossi –, e o chamado sindicalismo combativo ou autêntico, cujas referências primeiras são os bancários de Porto Alegre (Olívio Dutra à frente) e os metalúrgicos de São Bernardo (Lula à frente). Ainda segundo Valdo (2006), desde o Encontro de Monlevade, em 1980, a ANAMPOS tenta se construir como uma organização que extrapolava os limites do movimento sindical, articulando-se com o movimento popular para a construção *do poder popular*. Com a fundação da CUT, em 1983, é que houve um desinvestimento nesse espaço e os movimentos assumiram posturas mais independentes.

Essa breve recapitulação histórica, ainda que carente de detalhes, nos é útil na medida em que indica que nas origens da narrativa petista haviam sido dados passos concretos no sentido da construção de instâncias de poder local *externas* ao Partido. Essa possibilidade, como vimos, não passou despercebida pela narrativa oficial do PT, que tentou dar conseqüências a sua intuição

articulando a construção desse poder às suas possíveis futuras administrações municipais e estaduais. Note-se que o partido assume essa tarefa em concomitância ao desinvestimento do sindicalismo petista-cutista na articulação CUT/movimento popular (e no espaço político-social que daí poderia advir). No documento intitulado *Plataforma Eleitoral Nacional: Trabalho, Terra e Liberdade*, aprovado no II Encontro Nacional, em 1982, podemos aprofundar essa questão:

> O PT veio para mudar o Brasil. Comecemos já. Onde o PT ganhar prefeituras ou governos estaduais, *esses postos serão colocados a serviço da mobilização e organização das classes trabalhadoras*. À frente dos cargos executivos, *o PT* buscará, desde já, criar condições para a *participação popular organizada e autônoma, com poder de decisão na sua atuação política e administrativa*. Para isso, recorrerá a plebiscitos, assembléias populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento popular encontre (Partido dos Trabalhadores, 1999: 126-7).

Está aqui colocado um "novo" espaço de ação política. Trata-se principalmente das administrações municipais que, aqui, são tratadas como "postos" a serem colocados, *pelo PT*, "a serviço" dos trabalhadores. Essa passagem nos permite identificar os três espaços envolvidos na nossa análise: a administração, o partido e as organizações "autônomas" dos trabalhadores.

Essa tripla espacialidade é parcialmente percebida por Suzana Moura (1989), que aborda a questão dos *conselhos populares* nos seguintes termos:

> ora [eles] são propostos como *organismos do movimento popular que terão parcelas do poder executivo*... Ora são apresentados como *organismos superiores, que viabilizarão uma situação de duplo poder*; ou ainda como *organismos da administração municipal*, criados pelo governo, para incorporar o movimento popular ao governo (ibid: 4).

Mais adiante, a autora complementa que uma das condições de possibilidade para a existência dos conselhos, numa perspectiva de esquerda, é que "à frente do governo municipal esteja um (ou mais) partido(s) com o projeto claro de enfrentamento à lógica capitalista que comanda toda a gestão da cidade" (ibid: 5). Note na primeira passagem que há *três modalidades de articulação* entre conselho popular e administração, que correspondem a diferentes níveis de "integração". A presença de um *partido de esquerda*, aliado à "existência de organizações

populares forjadas na luta" (ibidem), é que garantiria que a participação popular controlasse efetivamente a gestão da cidade. Por essa leitura, não se vislumbra tensões entre Partido e organizações autônomas na sociedade, pois eles compõem um todo orgânico – cabeça e corpo.

Essa relação entre partido e organizações "autônomas" se complica quando consideramos o espaço das administrações populares. Lembramos, portanto, que toda essa discussão se inseriu no contexto de abertura de novos espaços de participação política durante a escritura da nova Constituição. Os partidos da burguesia, como o PMDB, também defendiam, à sua maneira, a construção de espaços de participação, que apontavam para a "superação" da democracia representativa (Caccia Bava, 1983). Tratava-se, portanto, de uma disputa hegemônica em torno do sentido que a *participação* viria a ter na democracia em construção. Essa disputa ocorria também dentro do PT, como demonstra a remissão de Suzana Moura às três modalidades de integração entre poder popular e administração. A importância desse contexto histórico como um *momento crucial de escolha política* – que viria a ter repercussões importantes na década de 1990 – foi apontada no depoimento que nos deu Jorge Perez, dirigente estadual do PT de Pernambuco e militante da Unidade na Luta (tendência majoritária do PT):

> Essa discussão, lá em 94, da CUT ocupar os espaços institucionais, foi um debate muito acirrado. Houve muita resistência, mas, eu digo, uma resistência que não tinha razão de ser, pelo seguinte: *nós, enquanto movimento social, enquanto CUT, nós lutamos pra alcançar institucionalidade*, nós fomos os únicos que brigamos pela constituinte de 88, que abria esses espaços, não tinha sentido nós brigarmos por esse espaço e depois não querer ocupar. *Então quem resistia ali, resistia no lugar errado, devia ter resistido antes*. Aí que eu digo assim, às chamadas posições políticas oportunistas de plantão, de momento: "*era lá na constituinte, ninguém questionou lá na constituinte, pelo contrário, foi considerada a vitória política*".

Devemos compreender que o investimento nesses espaços facilitou o desenvolvimento de lógicas de representação política que iam de encontro a uma *CUT movimentalista* e ligada às bases. Forjou-se, então, uma proposta de estrutura organizativa, encampada fortemente pela Articulação Sindical "São-bernardista" (termo utilizado por alguns militantes da OSM-SP), em

que a CUT deveria reforçar suas estruturas verticais em detrimento das horizontais. Foi o que aconteceu no III CONCUT, em 1988, que reduziu drasticamente a participação das entidades (leia-se *oposições*) e do número de delegados de base (Bernardes, 1988; Giannotti e Neto, 1991; Martuscelli, 2005). Com esse *enxugamento*, a CUT esvaziou suas zonais das regiões metropolitanas – onde, não por coincidência, as correntes de esquerda tinham bastante peso, principalmente em São Paulo –, que era um espaço receptivo à articulação com o movimento popular e, portanto, à construção de espaços "autônomos" de poder local. Essa possibilidade, sem dúvida, redundaria num tipo de "participação" – e não nos cabe aqui especular qual, posto que não há essências identitárias a serem realizadas – qualitativamente diferente do que aquela a ser "mediada" pelo Partido. Vejamos por quê.

Discutindo a experiência da prefeitura de Porto Alegre, Márcia Camargo nos ensina que, na Convenção Municipal do Partido (1988) "revelou-se uma confusão entre a representação do projeto da classe trabalhadora para a emancipação de toda a sociedade, como um projeto para todos e neste sentido universal, e a universalidade traduzida como limite às iniciativas táticas e atuais" (Camargo, 1989: 15). Por essa perspectiva, o Partido não deveria se subordinar à "universalidade" do espaço da administração que, segundo entendemos, como instituição liberal, trabalha com a unidade de representação abstrata do *indivíduo* (que não se materializa em um espaço político-social "particular"). O que se coloca aqui é uma radical tensão entre duas racionalidades – do Partido e da administração –, sendo que um "corpo único", o Partido, é eleito como *agente* da administração e agente dirigente dos movimentos organizados.

Algumas resoluções do *IV Encontro Municipal do PT-SP*[104] podem nos ajudar a compreender melhor essa tensão. Remetendo à tradição petista de manter controle sobre parlamentares, membros dos executivos e militantes com cargos administrativos, o documento

[104] Os trechos aqui reproduzidos são retirados do capítulo 3, "PT de luta e de massas", assinado por Markus Sokol, Dagmar Ramos, Laércio Damasceno e Ocimar Munhoz – o primeiro sendo dirigente nacional do PT e da tendência trotskista *O Trabalho*.

alerta que “a presente situação, em que o número desses casos aumentou enormemente, exige de nós uma atenção especial” (Partido dos Trabalhadores/SP, 1989: 290). Mesmo cabendo ao prefeito a coordenação das ações da Prefeitura, teria que se frisar que “não existem medidas puramente ‘técnicas’ em uma administração pública” (ibidem). Por isso, os conselhos populares “não se confundem com a administração” e, sem eles, “será inviável aplicar as plataformas de governo do PT” (ibidem). As administrações, assim, eram colocadas num contexto de *luta de classes*, em que “colocar as administrações a serviço dos trabalhadores significa contrariar interesses poderosos, significa gerar conflitos que não podem ser harmonizados” (ibid: 288).

Note-se que o esforço da resolução vai no sentido de trazer as administrações para a racionalidade do Partido, transformando-as em instrumentos da luta de classes. Isso fica ainda mais claro quando se propõe que “é necessário estabelecer laços de *co-responsabilidade* entre os petistas na administração e nos organismos partidários” (ibid: 289). O esforço do Partido, assim, não é muito diferente daquele que acontece com os movimentos sociais que procura representar. Trata-se de um movimento de integração. A palavra “co-responsabilidade”, no entanto, merece atenção à parte, pois abre uma via de comunicação entre os espaços em articulação – partido, administração, organizações populares –, o que possibilita a circulação de valores narrativos em dois sentidos. Importantes decisões no que tange à lógica de relação entre esses espaços viriam a ser tomadas ao longo da década de 1990 e serão analisadas no próximo capítulo.

4.4. Conclusão

Há muito mais a ser explorado na experiência petista na década de 1980. Nosso próprio material empírico permitiria ainda um bom número de considerações. Entretanto, as reflexões trazidas nesse capítulo são suficientes para evidenciar os vínculos entre representação política e constituição de identidades coletivas. São também suficientes para estabelecer os termos iniciais

de nossa *abordagem espacial de hegemonia*, que será objeto de aprofundamento nos dois próximos capítulos. Para o momento, cabe-nos tecer alguns comentários conclusivos.

Uma questão crucial que se colocava ao PT em finais da década de 1980, principalmente considerando a perspectiva de ampliação da ocupação de espaços na institucionalidade democrática, era decidir entre pôr ênfase na *"dualidade" de poderes* ou na *construção de canais internos de participação ao sistema político*. Esta decisão tem a ver com o tipo de articulação que se desenhava entre modelos de democracia. Ou seja, com os níveis de integração ou externalidade que se desejava ou que se "impunha" imprimir. A noção de "autonomia", assim, é necessariamente contraditória, pois exige, a um só tempo, relacionalidade (é-se autônomo *em relação* a algo ou alguém) e externalidade (posto que a noção de integração anula – ou pelo menos atenua, já que a integração pode ser forçada ou parcial – o antagonismo).

Podemos relacionar, temporal e espacialmente, a "autonomia" às *dimensões positiva e negativa da estratégia política*. Atuar positivamente encurta a *temporalidade narrativa* e, assim, requer uma *ancoragem espacial* "na sociedade", seja numa perspectiva de integração (positivo-reformista) ou de externalidade (positivo-revolucionária). A estratégia positivo-revolucionária, de ancoragem externa (que aponta *idealmente* para uma situação de dualismo de poder), não anula, do ponto de vista lógico-formal, o investimento numa estratégia *negativo-revolucionária* – de destruição das relações (políticas, econômicas, religiosas e culturais) capitalistas de dominação, desde que eleja, como *loci* de ação política, outras esferas sociais que não a "política". A conciliação dessas duas vertentes da "dualidade" política, entretanto, esbarra com os "necessários" momentos de *articulação entre os modelos de democracia* direta e representativa.

Sendo assim, a ancoragem espacial, como efeito de uma força hegemônica, pode se efetivar internamente, através da construção de canais/espaços "democráticos" de *participação*. Nesse caso, como vimos na experiência petista, as narrativas antagonísticas tendem a tornar suas fronteiras mais porosas à penetração dos valores diferenciais (liberais) da esfera política. Há,

portanto, um arrefecimento da dimensão negativo-revolucionária, *pois a lógica diferencial da esfera política mina a força dos elos equivalenciais das narrativas antagonísticas, ou seja, transforma demandas populares em demandas democráticas*. Não se tendo investido em uma ancoragem espacial externa, como acontece na perspectiva positivo-revolucionária, o sentido revolucionário da narrativa antagonística tende a tomar como refúgio, quase que forçosamente, o espaço do *partido político* (que lhe dá, hegemonicamente, "expressão"), pois os espaços oficiais de representação política não se lhes apresentam como terreno fértil a seus valores. O partido, por sua vez, como instituição democrática e, portanto, altamente vulnerável às múltiplas pressões de valores circulantes nos ditos espaços de representação, tem na exigência de sua *unidade* e *coerência político-ideológica* um elemento analítico fundamental, indicador da disputa de sentido narrativo. Ou seja, dentro de condições "normais" – grandes deslocamentos à parte – as forças revolucionárias tendem a perder espaço quando sujeitas às regras hegemônicas da democracia liberal-representativa. Nesse capítulo, pudemos verificar alguns momentos cruciais de demanda por decisão cujos termos teórico-conceituais acabamos de resumir.

Superar o caráter *corporativista* dos movimentos sociais, o que inclui trabalhadores urbanos e rurais, parece ter-se crescentemente configurado como um tema forte na década de 1980 no discurso petista. Ao esforço de superação do corporativismo se apresentaram as lógicas de *dualidade* e *participação*, traduzidas – não sem confusão e mescla de valores nas duas "tradições" militantes –, respectivamente, grosso modo, pelo sindicalismo "sãobernadista" de um lado, e, de outro lado, pela Oposição dos metalúrgicos de São Paulo e MST. Fruto da força hegemônica da institucionalidade democrática, o *isolamento político* parece ter sido o fantasma que perseguiu a Oposição. Acusados de "vanguardismo" e "esquerdismo", seus opositores sempre lembravam que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo nunca havia, efetivamente, sido conquistado. A Oposição apostava, entretanto, na construção de um *poder local* em articulação com o movimento popular (o que indica uma disputa de sentido para os conselhos

populares, proposta defendida oficialmente pelo PT), cujo caráter "autônomo" poderia, em nossa opinião, fortalecer o projeto socialista da narrativa petista.

Tal perspectiva guardava uma afinidade potencial com a estratégia do MST de não se submeter à estrutura organizativa que emanava do Estado corporativo brasileiro. Investir em uma outra lógica de organização implica, nesse contexto, na politização de espaços e esferas sociais que não fazem parte do que se convenciona chamar, hegemonicamente, de "política". As esferas econômica e cultural poderiam, assim, através da politização de espaços como o *campo*, as *fábricas* e os *bairros* intervir decisivamente, ampliando as fronteiras da *política*. A abordagem metodológica que utilizamos na análise dos dados empíricos, nesse contexto, revelou uma dimensão política que em muito extrapola uma suposta função analítico-instrumental. Nossa abordagem compromete-se com o *ethos* "revolucionário" da tradição de "esquerda" (socialistas, marxistas, anarquistas) e se insere num esforço político de construção de novos parâmetros para a análise e prática políticas. Aprofunda, nesse contexto, o entendimento da relação entre valor/sentido e espaço, de maneira que questiona analistas e atores políticos que, presos à dimensão lingüística do discurso, resvalam para a essencialização do debate político.

Podemos, assim, problematizar as não raras acusações de claudicação e traição que habitam a cultura política de esquerda, e que reduz a complexa questão da representação política a uma suposta firmeza programática e ideológica. Trouxemos à tona a importância de se considerar o que chamamos de *questão espacial* para refletir acerca da inexorável necessidade de articulação por parte dos atores políticos, independente da estratégia (dual ou participativa) que se venha a adotar. Nessa perspectiva, a autonomia absoluta é negada pela consideração do caráter relacional das identidades políticas. Tal percepção espacial nos possibilitou, por exemplo, um olhar mais crítico a noções (liberais) como "cidadania" e à naturalização de sua articulação com os clamores de "dignidade" que reverberavam dos chãos de fábrica.

A questão espacial, assim, opera uma ponte analítica entre as unidades de representação política e a formação/alteração de fronteiras político-sociais, o que politiza o entendimento do que venha a ser "espaço público". O estabelecimento de tais fronteiras tem reflexo direto nas capacidades de execução programática, criando vínculos políticos decisivos entre estratégia e tática (cujas reverberações se fazem sentir, numa dimensão topológica, no ambiente narrativo). Essas mesmas fronteiras são, portanto, parte inalienável das identidades político-sociais, que se materializam na eleição das unidades de representação política. A definição de *quem* está sendo representado reclama a alteração dos sentidos de valores presentes nas tradições narrativas representadas, pois este "quem" se define desde uma ancoragem espacial. A não percepção de tais alterações corresponde a um efeito mítico-ideológico de permanência ou continuidade identitária, que opera, por exemplo, uma sensação de equivalência e continuidade entre "trabalhador" e "cidadão".

A questão espacial que colocamos não pretende evitar tais alterações de sentido, pois entendemos que as mesmas são uma exigência inexorável do jogo político. Ao contrário, queremos chamar a atenção para o fato de que sua não-consideração empobrece e limita os termos do debate travados por agentes políticos interessados na "emancipação". O partido de "esquerda", nesse contexto, interpondo-se como *espaço unitário* entre as *organizações populares* e os *espaços oficiais de representação*, podem funcionar como inibidores de processos emancipatórios, ressignificando as experiências *locais*. Ao se colocar como construtor de "canais de participação", numa territorialidade "democrática" universalizante e homogeneizante, pode descartar sentidos narrativos (e os espaços em que se materializam) ainda que haja permanência de traços lingüísticos de tradições narrativas antagonísticas. A relação entre representação política e constituição de identidades coletivas, nossa hipótese de trabalho, pôde ser confirmada se considerarmos a narrativa petista como um rio/ambiente em que fazer parte dele ou não

implica na possibilidade/impossibilidade de promover equivalências com determinados valores narrativos – o que estabelece limites ao “ser” do representado.

Longe de poder resolver a contradição entre as opções dualista e participativa, nosso estudo traz elementos que podem enriquecer os esforços das análises e práticas políticas sob uma perspectiva transformadora. Esperamos poder utilizar e aprofundar essa contribuição na análise do próximo capítulo, quando tomarão contornos mais evidentes muitas das demandas colocadas à narrativa petista no final da década de 1980 e como se postaram diante delas a CUT e o MST.

Capítulo 5

Hegemonia Neoliberal e Ação Petista de Representação Política

5.1. Introdução

Como vimos no capítulo anterior, o PT, no final da década de 1980, já sentia os efeitos político-ideológicos advindos da sua experiência de articulação com os espaços hegemônicos de representação política. As equivalências construídas durante essa década, como a de dignidade-cidadania, refletiam um processo de traslado espacial, nem sempre notado por analistas e atores políticos, que viria a se aprofundar sobremaneira em tempos de hegemonia neoliberal. Nesse processo, para que se pudesse manter coerência programática e, por conseguinte, evitar grandes tensões entre os movimentos táticos e estratégicos, se fazia necessário proceder a *novas articulações narrativas* – cuja primeira expressão conceitual-estratégica, como veremos adiante, foi a aprovação da resolução "Socialismo Petista", no VII Encontro Nacional, São Paulo (1990).

Já vimos que em matéria de política não se pode operar num vácuo cultural. Isso implica que a disponibilidade de certas narrativas e a radicalidade que podem adquirir seus valores dependem da amplitude do ambiente narrativo. Esta, para além de sua dimensão lingüística, é determinada, entre outros fatores, pela existência de espaços político-culturais relativamente autônomos em relação às instituições políticas. São nesses espaços que os valores e sentidos políticos atribuídos a temas como cidadania e poder local podem ganhar maior radicalidade antagonística. É verdade que tal aquisição não depende apenas desses espaços, o que significaria recairmos na crença da existência de *discursos autoreferentes*. Podemos dizer que, do ponto de vista emancipatório, a radicalidade do discurso depende basicamente de dois fatores: das vicissitudes do jogo político (quando se opera com os recursos disponíveis) e das escolhas historicamente tomadas (condicionadas e condicionantes da dita disponibilidade de recursos).

Quanto ao último fator (as escolhas realizadas pelo PT/CUT/MST, nos anos 1980), o leitor deve ter em mente toda a discussão travada no capítulo anterior. Assim, as opções político-narrativas encampadas pela/na narrativa petista – que tem as atuações na Constituinte de 1986-1988 como principal marco referencial –, viriam a ser determinantes para o tipo de relação (mais ou menos integrada) que estas agremiações travaram com as instituições democráticas sob hegemonia neoliberal na década de 1990. Nesta última, em nossa opinião, *os limites do razoável foram sendo restringidos devido aos rechaços a espaços/narrativas que haviam despontado como possibilidades concretas de investimento político na década anterior*. Pretendemos, com tal entendimento, afastarmo-nos daquelas análises que se restringem à consideração das "forças" políticas, por mais materiais que sejam ou ainda por mais relacionadas que estejam à esfera econômica. Note-se, mais uma vez, que não pretendemos aqui essencializar aqueles espaços/narrativas atribuindo-lhes uma natureza idílica e "romântica" – que poderia resvalar numa "intolerância" autoritária –, conforme acusação de Ana Maria Doimo (1995), quando de sua análise da experiência dos conselhos populares em São Paulo.

Queremos, ao contrário, defender a idéia de que se é bem verdade que não se faz política num vácuo cultural (o que implicaria no discurso autoreferente), também o é que não se pode fazer política num "recipiente" completamente cheio (de hegemonia) – ou seja, onde não há *espaço* para a expressão "autônoma" do *local*. Desinvestimentos em espaços como a ANAMPOS, que tinha como proposta a integração orgânico-espacial dos movimentos sindical e popular, podem ter contribuído decididamente (com perdas para a estratégia socialista) para o predomínio de valores liberais na "nova" relação que começava a se estabelecer na década de 1990 entre sociedade e Estado. Com efeito, prevalecendo a *unidade de representação política* "*cidadão"* sobre "*classe"*, se inaugurou uma *forma* diferente da que o movimentalismo da década de 1980 adotara para lidar com a inevitável questão da *fragmentação* e do *pluralismo*. Da possibilidade, política e analítica, de – em se reconhecendo a heterogeneidade no seio de toda

eventual unidade – se inaugurar (tatear, descobrir, construir) um paradigma, a um só tempo, emancipatório e não essencialista de se fazer política, os petistas (referenciados em narrativas conceituais e públicas – recursos), na década de 1990, debateram-se, grosso modo, entre duas possibilidades básicas, com as quais lidamos ao longo deste capítulo:

a) Reconhecer a "fragmentação" e a "diversidade" como uma *essência* da sociedade; uma "realidade" inexorável que, finalmente, tinha que ser reconhecida. Nessa postura recaíram aqueles que negaram rapidamente o conceito de "ditadura do proletariado", formulando críticas de fundo à ortodoxia marxista. Esses petistas tendiam a *aceitar e aprofundar o espaço público "democrático" como lócus do embate político* com as forças neoliberais ("PT *light*", "campo da direita"), tomando preferencialmente a unidade de representação "cidadão" como referência;

b) Denunciar a rendição/claudicação frente a tal perspectiva "liberalizante", vendo na fragmentação e heterogeneidade algo que "sempre houve" e que, portanto, não comprometeria a referência à unidade "classe" de representação como algo objetivo. Fiel à tradição marxista-revolucionária, essa possibilidade não identificava, no essencial, motivos para grandes revisões teóricas. Esses petistas eram críticos ao processo de adaptação do PT/CUT à institucionalidade democrática e, em variados graus e formas, minimizavam os efeitos dos fenômenos deslocatórios sobre a práxis política das "forças" de esquerda ("campo de esquerda", "ala radical").

A redução ao espaço único da "sociedade civil", que se forjou através do relativo apagamento (político) das fronteiras entre Estado e sociedade – mas que, sorrateiramente, confinava a política, e a racionalidade nela contida, a uma *esfera delimitada, única e universal* –, arrefeceu, como veremos, qualquer tentativa mais radical de projeção mítico-ideológica (o Estado "militar-burguês", se democratizando e diluindo a delimitação de suas fronteiras, deixava de ser o outro com quem se lutava). Tal situação se dava em concomitância a *acontecimentos internacionais* (aprofundamento da crise do socialismo e da social-democracia e hegemonia neoliberal baseada no paradigma toyotista de novas técnicas gerenciais, que conformavam um avanço da política imperialista do capital) que, reunidos, expressavam uma profunda noção de "crise" que "atingiu solidamente o campo progressista": "crise de paradigma no discurso acadêmico, crise do socialismo e do marxismo no discurso político-estratégico da esquerda, crise

dos partidos políticos e dos movimentos sociais, crise da Igreja popular, crise da civilização ocidental" (Burity, 1994: 137). O analista, entretanto, não pode deixar de considerar *o grau de manobras* existente para as escolhas quando os atores políticos se defrontam com situações de *deslocamento* (Capítulo II), o que torna possível a emergência do sujeito político.

O que chamamos a atenção, como pano de fundo político-metodológico, é que esse "grau de manobra" tem a ver com as escolhas previamente e, também, contemporaneamente, envidadas pela/na narrativa petista; pois incidem sobre a amplitude de seu ambiente narrativo. Ações como a de alteração estatutária da CUT no sentido de sua *verticalização* e conseqüente diminuição de espaço nos congressos para os delegados de base e de oposição sindical (III Concut em 1988 – Congresso Nacional da CUT) e extinção das CUT's regionais (V Concut em 1994) (Giannotti & Neto, 1991) levaram, segundo Boito Júnior (1999: 217), "a antiga oposição sindical metalúrgica" de São Paulo ao definhamento e desaparecimento[105]. Junto com a derrota da Oposição são rechaçados valores e sentidos *da narrativa cristã mais radicalizada* e do seu *comunitarismo*. Estes, juntamente com valores *marxistas revolucionários* e *anarquistas*, ganhavam materialidade no *chão da fábrica* (em potencial articulação com os *bairros*) e nas *comunidades rurais* do MST. A politização de tais espaços, sintomaticamente, tinha o efeito de questionar os limites político-narrativos de fronteiras entre as esferas política, religiosa e econômica.

Nosso desafio nesse capítulo é analisar – para além das determinações (que obedeceriam a certa lógica imanente) *causais* dos condicionantes internacionais da reestruturação produtiva e das *inovações tecnológicas e gerenciais* sob a égide neoliberal (Antunes, 2005; Boito Jr, 1999); ou da adesão/crítica à "percepção pós-moderna" da fragmentação, diversidade e heterogeneidade

[105] A importância da CUT regional de São Paulo é assim expressa por Carlúcio Castanha, em entrevista que nos concedeu: "Tem a história da CUT regional que... Foi o espaço que, na minha leitura, onde a inspiração, a concepção de Oposição teve uma prática, teve uma prática de direção, direção das lutas num período rico... Na CUT Regional, nas sub-sedes"; e Nádia Gebara completa: "você tem um negócio que praticamente só aconteceu em São Paulo, que são as CUTs zonais, [que] posteriormente foram praticamente proibidas".

dos atores políticos[106] – os meandros das relações de representação política e, assim, aprofundar nossa compreensão da conexão destas com o processo de transmutação das identidades coletivas. Para tal, cumpre, num *primeiro momento*, empreendermos algumas referências ao contexto político europeu e latino-americano e sua relação com o contexto brasileiro. Privilegiaremos, à maneira do que fizemos no capítulo 4, aquelas narrativas que, ao longo da nossa análise (focada, lembremos, nos temas-chave corporativismo, poder local e cidadania), demonstraram cumprir um papel decisivo nos rumos tomados pelo PT/CUT/MST. Fique claro, portanto, que essa incursão *vem a ganhar sentido, para nós, quando o foco analítico são as articulações narrativas presentes no jogo de representação política no Brasil*.

Isto feito, dividiremos o capítulo em *duas seções analíticas*: uma análise das articulações narrativas da década de 1990 *vis-à-vis* a ação de representação política do PT, com foco nos primeiros cinco anos; e uma análise final, que se destina a fazer um balanço das principais transmutações identitárias do PT no período de 1990 a 2002. Na *primeira seção,* veremos que a narrativa petista passou, nos primeiros anos da década de 1990, por uma grande encruzilhada na sua história. Sob o aprofundamento da crise do socialismo e o avanço imperialista da política neoliberal, importantes decisões foram tomadas que, como antevimos, implicaram na articulação da narrativa petista com "novas" narrativas/espaços e demandaram o rechaço de outras narrativas que antes constituíam o petismo. Após esse "freio de arrumação" dá-se um aprofundamento

---

[106] Autores como Marilena Chauí (2006b) – de forma equivocadamente generalizadora, na nossa opinião – tendem a combater a heterogeneidade do social como se esta fosse um simples efeito hegemônico do liberalismo, que encontraria guarida nas abordagens pós-modernas. Combatendo a despolitização na sociedade brasileira sob hegemonia neoliberal, Chauí (ibid: 79) identifica como um dos obstáculos à democracia social no Brasil, o surgimento de "novas" ideologias que reforçam a fragmentação das classes populares. O combate ao "pluralismo", assim, se daria, através de uma razão emancipadora, contra uma abordagem pós-moderna despolitizadora. Deveria, portanto, se conservar o pilar do projeto moderno, a ser resgatado em detrimento do pilar da regulação. Stedile (2002: 25), em consonância com tal postura, queixa-se do abandono de conceitos clássicos do marxismo, que teria se operado no seio da esquerda a partir de 1990 e combate, então, a defesa de "idéias de pluralidade, como se fosse moderno que cada um pudesse dizer qualquer *besteira*, como se a pluralidade fosse sinônimo de idéias justas e necessárias" (ibidem) (grifo nosso). Seguindo uma lógica desconstrutivista, nossa abordagem, ao contrário, pensa o processo de construção de unidades (identidades) políticas como o resultado de escolhas e construção de equivalências, que é a essência mesma do político.

vertiginoso do processo de integração do PT à institucionalidade, o que é simbolizado pelo que viria mais tarde a ser conhecido como a "era José Dirceu". Temos, num contexto de aprofundamento da estratégia do socialismo democrático, a construção do modelo petista de democracia participativa, o chamado *modo petista de governar*. Na *segunda seção*, mais curta, faremos o balanço identitário acima mencionado, tomando como pano de fundo a relação do PT com a mídia e seu papel de delimitador do campo (e termos) em que se dá a disputa política[107]. *Finalmente*, estaremos prontos para tecer os comentários conclusivos do capítulo, que abrirão espaço para a derradeira empreitada deste trabalho: a análise do período de 2003 a 2007.

5.2. Contexto europeu e latino americano: as pressões vindas de "fora"

Pela importância amplamente reconhecida que o *cristianismo* adquiriu na constituição da narrativa petista, cujas implicações em termos de estratégia política, como vimos no capítulo anterior, gravitavam em torno da tensão entre a radicalidade de seu comunitarismo e a universalidade de seu humanismo, achamos importante lidar com os reposicionamentos ocorridos no "campo religioso". Como pano de fundo, convidamos o leitor a ter em mente a questão da integração entre os modelos de democracia representativa e social, idéia trabalhada ao longo dessa tese. Isso porque a forma singular que essa integração veio a tomar em nossa história recente (proposta de democracia participativa do PT)[108] foi facilitada, segundo entendemos, entre outros motivos, por um interdito politicamente operado – sob hegemonia neoliberal – à

---

[107] Quanto às vozes e demandas feministas, por uma questão de estratégia expositiva – já que teremos construído o quadro geral em que essas demandas vieram a se inserir –, resolvemos voltar a tratar do tema apenas no capítulo seguinte.

[108] O caráter *construído* da noção petista de "democracia participativa" pode-se verificar no seguinte depoimento de Raul Pont (militante da DS de proeminência nacional e um dos principais articuladores do OP em Porto Alegre), em conferência apresentada no 1º Fórum Social Mundial em 2001: "a proposta estava incorporada ao programa partidário na conquista do governo municipal de 1988, mas possui um caráter muito empírico, pois não tínhamos, no Brasil, experiências vividas e consolidadas sobre essa concepção de democracia e participação popular" (Pont, 2002: 83). O que nos chama a atenção na construção desse modelo de democracia é a tensão entre o discurso ético e o movimentalismo popular-territorial que, como veremos no decorrer deste capítulo, se materializa na disputa em torno do estabelecimento das unidades de representação política.

articulação entre marxismo e cristianismo. Tal articulação, como se sabe, fez a Teologia da Libertação (TL) ganhar considerável *espaço político* na América Latina ao longo dos anos 1980.

Consideramos, pois, que a "crise" da TL (Burity, 1994; Doimo, 1995; Boito Júnior, 1999; Löwy, 2000) desempenhou um papel nevrálgico nos deslocamentos de fronteira do ambiente narrativo petista. A Igreja popular e seu ecumenismo secular eram impulsionadores, nas décadas de 1970/1980, de um movimento popular que se reconhecia no que Doimo (1995: 153) identifica como um "eixo territorial" em detrimento de um "eixo temático", tendo o último substituído o referencial *local* do primeiro por certa "especialização de funções". Para compreendermos essa distinção à luz de nossas preocupações, devemos indicar que o que estava em pauta no processo de "superação" do movimentalismo *popular-territorial* era o rechaço ao *comunitarismo cristão-marxista*, constitutivo da narrativa petista. O que se apresentou como alternativa antagonística a este comunitarismo foi o *discurso ético*, cuja hegemonia foi avassaladora na década de 1990.

Do *ponto de vista narrativo-conceitual*, buscava-se desqualificar o apelo universalista da narrativa petista (ou melhor, do "seu" comunitarismo) por cair no artifício ideológico de atribuir "características intrínsecas" ao movimento popular, que, como uma entidade (sujeito autoreferente), seria capaz de se "preparar para novas lutas", "fazer um acampamento" ou ainda "agir de forma positiva" (Doimo, 1995: 181). A "auto-suficiência" e a "auto-abrangência" (que se propunham, diríamos, a uma expansão/projeção mítico-ideológica) seriam, possivelmente, as causas de "certo sentido arrogante" (ibid: 179) notado pela autora. O investimento desqualificador do discurso ético sobre a "arrogância" do comunitarismo cristão-marxista tinha o efeito hegemônico de inviabilizar o *direito* de construir *trincheiras próprias* (orgânico-espaciais) para o enfrentamento político. À esquerda, nesse caso, caberia pregar no deserto, pois, no terreno homogêneo e estático[109] da "sociedade civil" (com forte influência da mídia que aderira ao

[109] O efeito estático da "democracia" na "sociedade civil" vem exatamente do fato de o Estado deixar de ser um Outro antagonístico, com a diluição de suas fronteiras. A noção de "estática" se refere aqui à redução dos

projeto imperialista das nações mais ricas do mundo) – hegemonizado pela lógica liberal –, aí sim, seus valores soariam, mais do que nunca, como arrogantes.

O discurso ético tratava-se, contraditoriamente, de uma *denúncia moral* – embora encoberta de linguagem ética-racional-universalista – e desqualificadora da tentativa de qualquer identidade particular arvorar-se a ganhar tons de universalidade. Portador de uma racionalidade peculiar, esse espírito movimentalista e comunitarista era identificado, como veremos, com a *intolerância* por pretender sobrepor e projetar seus próprios valores em detrimento de outras particularidades[110] (reação que advém tanto de uma concepção liberal-negativa de liberdade como de uma reação à dificuldade do discurso socialista em lidar com a pluralidade e a legitimidade do oponente). Nesse sentido, analisando a experiência dos conselhos populares, em São Paulo (Gestão Erundina – 1988/1992), podia-se verificar como "resultado previsível" que "quem mais se organizou e participou... Mais se beneficiou" (Doimo, 1995: 183). A *setorialização* da relação Estado-sociedade – vista por Doimo como fruto de certa abordagem que tenta fazer da política um "prolongamento dos movimentos sociais" – seria reveladora da existência de um "corporativismo movimentalista", injusto e "perverso" no que tange à distribuição dos bens públicos (ibidem).

---

coletivos a um momento diferencial da totalidade social. A idéia que passou a prevalecer de uma fronteira cada vez mais indistinguível entre sociedade e Estado pode alimentar certo efeito ideológico de espacialidade/racionalidade única restringe o horizonte antagonístico das forças contra-hegemônicas.

[110] Do ponto de vista laclauniano, poderíamos dizer que o discurso da ética tem o efeito de desqualificar qualquer eventual formação de cadeias de equivalência em benefício da lógica da diferença (Capítulo II). O normativo, assim, tende a se impor como "ético", sendo tarefa do método desconstrutivista denunciar esse momento hegemônico de interseção entre o ético e o normativo (Laclau, 2003b). É, portanto, à luz do método desconstrutivista que Chantal Mouffe (1996: 142-146) abre diálogo com o texto "A Crise da Democracia Parlamentar", escrito por Carl Schmitt em 1926. O que preocupa Mouffe nessa empreitada é refletir, de forma a não se perder o horizonte socialista, acerca da inevitável relação da soberania popular com o liberalismo político, para que a primeira não incidisse em tirania. O que importa aqui é apontar que Mouffe retoma esse texto para salientar a atualidade do pensamento de Schmitt: exigindo homogeneidade, a democracia sempre elimina o que é heterogêneo, o que revela uma inelutável contradição entre a idéia de igualdade/liberdade contida no individualismo liberal (na dimensão econômica) e a homogeneidade democrática – cujo princípio de representação é a *unidade* (identidade). Para funcionar, então, a democracia tenderia a confinar na esfera do privado "questões controversas, como a religião, a moral e a economia" (Mouffe, 1996: 144). Resultado: O "consenso racional" que os indivíduos (representantes) poderiam alcançar no Parlamento, só se configuraria evitando-se as pressões por *extensão dos direitos* – fenômeno típico das democracias modernas de massas. Vemos, assim, como o campo ético da política – via representação (autonomia da esfera política, que se aparta, por exemplo, da economia) – coíbe manifestações particularistas (os "prolongamentos" da sociedade em Doimo a seguir).

Não pode deixar de nos parecer estranho, entretanto – sem que com isso questionemos o efeito real da existência do que a autora chama de "corporativismo movimentalista" na articulação entre os ditos modelos de democracia –, que o movimentalismo popular-territorial (uma das partes da articulação) seja o único responsável pelo efeito corporativo em questão. Esse nosso estranhamento ganha alento, com efeito, caso pensemos na ampla literatura, nacional e internacional, que a mais de século se dedica ao estudo do corporativismo (Capítulo III), entendido como um fenômeno recorrente e multifacetado.

Com olhos voltados para a década de 1990, Angela Araújo (2002) considera que o corporativismo de Estado tem resistido a vários regimes políticos e sobrevivido nos países latino-americanos ao longo do século XX – opinião corroborada, ainda que sob diferentes perspectivas e ênfases, por Boito Júnior (1999, 2002, 2005), Costa (1994), Almeida (1994). Igualmente, na Europa, segundo Araújo (2002), a questão do neocorporativismo está no centro dos debates políticos desde a década de 1970. Ironicamente, a nova racionalidade pública das câmaras setoriais – cujo *Acordo das Montadoras* foi entusiasticamente recebido por Francisco de Oliveira como podendo "representar uma radical inovação nas relações capital-trabalho no Brasil, com desdobramentos e repercussões que, sem exagero, podem contribuir para moldar uma nova forma da política no Brasil" (Oliveira, 1993: 5) –, demonstrou ser incompatível com os mecanismos nacionais de concertação inaugurados pelo Estado de bem-estar da social-democracia européia e terminou resvalando no "corporativismo setorial" (neocorporativismo). Nesse sentido, Vanda Costa considera que "a inserção dos trabalhadores nesse sistema vem se processando através da incorporação dos setores mais organizados, sem que seja possível incluir... a classe como um todo" (Costa, 1994: 61). O "fim melancólico da experiência neocorporativista tardia das câmaras setoriais" (Araújo, 2002: 9), assim, questiona a interpretação, reforçada por Maria Hermínia T. de Almeida, de que a atual "crise do Estado deixa pouco espaço para que se recriem as condições sistêmicas de operação de um sistema corporativista" (Almeida, 1994: 57).

Realizado pouco depois da eleição de Fernando Collor para presidente da República, o referido Acordo das Montadoras se deu "entre a indústria automobilística, o segmento de autopeças, os sindicatos da categoria dos metalúrgicos, a União, e os governos estaduais... [e] Resulta imediatamente das câmaras setoriais" (Oliveira, 1993: 3). Este acordo ocorre no bojo de um processo desencadeado a partir da Constituição de 1988 – que confluiu a crise do sistema fordista, que tendeu a desconcentrar a instalação de indústrias, e o estímulo à guerra fiscal entre estados e municípios –, e teve como liderança proeminente o prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT), um dos principais articuladores das câmaras setoriais. Tal processo buscava intensificar "as discussões com o objetivo de encontrar alternativas para a recuperação da economia regional... Envolvendo segmentos do poder público e da sociedade civil, constituindo-se aspectos de uma nova identidade regional" (Reis, 2007: 75-76). Note-se que, em consonância com o que aconteceu com o orçamento participativo (Avritzer, 2002), o PT se envolvia num processo articulatório entre modelos de democracia que ia no sentido de negar qualquer aprofundamento de uma *dualidade de poderes* (Capítulo 4). O PT agia, portanto, de forma decisiva, para a construção de um modelo racional-ético, intra-sistêmico, de *democracia participativa* (Daniel, 1993; Dirceu, 1996; Genro, 1996; Pont, 2000; Pont, 2002). Nosso ponto, como dissemos, é que esses espaços de participação viriam a *recepcionar* os investimentos imperialistas das "forças políticas" neoliberais.

Tais evidências nos fazem crer que o discurso ético – cujo universalismo pretensamente superaria certa mentalidade corporativa – procurava operar uma especificação da esfera pública, que *delimitava o campo da política* numa operação de assepsia do que era "privado" (os campos da moral, da religião e da economia). Vejamos como Ana Maria Doimo sintetiza sua visão:

> Reconhecer a especificidade da esfera pública significa não só admitir a separação entre Estado e sociedade, como perceber a *autonomia da política como esfera organizada por leis próprias, distinta da moral e da religião*. A separação entre o público e o privado é, enfim, precisamente o princípio do Estado moderno, criados através de *regras universais e racionais que não*

> *especificam a política como simples prolongamento da sociedade ou como mera extensão dos grupos de interesse* (grifo nosso) (Doimo, 1995: 184).

Na prática, entretanto, a exemplo do que vimos no debate sobre corporativismo, o que a autora identificava como "princípio do Estado moderno", a separação entre Estado e sociedade, era o que menos acontecia em tempos de hegemonia neoliberal[111]. A autora – que não parece preocupada com os "particularismos" ou caráter "privado", por exemplo, das organizações não-governamentais, cuja característica principal era a *ação em rede* (voltaremos ao tema mais adiante) – nos fornece argumentos para considerarmos o discurso ético como um investimento narrativo-ideológico que não guardava afinidade política com qualquer "movimentalismo" territorial. Isto porque este último não poderia invadir a esfera política, em sua especificidade, como um "prolongamento da sociedade". Trazendo de volta uma discussão travada no capítulo anterior, a metáfora da *rede* – levada a cabo pelas ONGs – parecia muito mais confortável à pretensa universalidade do discurso ético (com ancoragem espacial na "sociedade civil") do que a metáfora do *rio-corpo*, na qual insiste, ainda hoje, Jaime Amorim, do MST-PE (trecho de entrevista mencionado no Capítulo 4). Explorando um pouco mais esse contraste entre metáforas: a acusação ao comunitarismo cristão-marxista de querer ser um "prolongamento" da sociedade tem o efeito prático de coibir a construção de um sentido narrativo "próprio" (que exige espaço) – admite-se a existência da água do rio, mas não a construção de um leito, que lhe daria norte. *Alimenta-se, nesse caso, uma dramática tensão entre tática e estratégia, pois, não contando com espaços mais autônomos em relação à institucionalidade, qualquer aproximação da tática à estratégia socialista vai soar como arrogância estéril e anacrônica*.

É sob esta ótica que convidamos o leitor a analisar a "perversidade" que Doimo vê na experiência dos conselhos populares e no movimentalismo popular-territorial:

---

[111] O neoliberalismo, por exemplo, "não provocou nenhuma transformação importante na estrutura sindical corporativa de Estado, herdada pelo período varguista" (Boito Jr, 2002: 59), o que é um forte indício de interferência do Estado em questões que, pela lógica neoliberal, deveria ser resolvida no âmbito do mercado.

> Na busca de hegemonizar o seu *ethos* 'genuinamente popular' acaba, no frigir dos ovos, mostrando seu *lado intolerante*. Teria isto a ver com certo *contexto católico* que, como se sabe, faz uma oposição de fundo à *modernidade*? Ou seria um *ranço marxista-leninista*, pautado no *senso de unidade*, centralidade e totalidade? Ou quem sabe um não teria se atualizado através do outro? (grifo nosso) (Doimo, 1995: 185).

É, portanto, à força política concreta da articulação marxismo-cristianismo, assim como aos seus espaços de expressão, que se opunha o discurso ético no Brasil, sob hegemonia neoliberal. Interessante é notar que a *força* desse processo hegemônico está, exatamente, na capacidade de delimitar o *campo da política*, tarefa que seria deveras facilitada com o isolamento do "contexto católico" retrógrado e do seu "senso de unidade" que persiste como um "ranço marxista-leninista". Para aprofundar o entendimento de tal rechaço (narrativo-espacial, lembremos), cumpre perceber que a articulação entre cristianismo e marxismo promovida pela TL ia à contramão da tendência de "crítica interna que penetrava o campo do marxismo" na Europa (Burity, 1994: 141), e, no contexto latino-americano, injetava energia na tradição marxista ortodoxo-revolucionária em detrimento da "questão democrática".

O diálogo que estabelecemos acima com Doimo não é – caso tenhamos passado essa impressão – para dizer que a autora operava dentro dos parâmetros conceituais do neoliberalismo propriamente dito. Ao contrário, queremos dizer que ao ser interpelada ideologicamente pelo discurso ético, aceitava e defendia – naturalizando-o desde uma perspectiva acadêmica, não-militante – o tabuleiro em que se devia dar o *jogo político*. E é esse, com efeito, o tabuleiro que recepcionará as narrativas advindas do exterior, ou seja, os *condicionantes internacionais* da reestruturação produtiva e o avanço do imperialismo neoliberal sob inspiração toyotista. Mapear a *maneira "objetiva"* como se deu a penetração da ideologia neoliberal no Brasil (Boito Júnior, 1999; Oliveira, 2004) é – apesar de grande utilidade[112] –, pois, em nossa opinião, insuficiente

[112] É interessante notar que as origens do toyotismo no Japão na década de 1950 – que teve como figura proeminente o engenheiro Taiichi Ohno – surgiu "como resposta aos desafios da particularidade social, política e

para explicar os processos de transmutação identitária dos atores coletivos[113]. A maneira de recepção de tais forças nos parece ser um elemento empírico de análise indispensável.

O livro que divulgou a pesquisa de Doimo traz elementos sociológicos interessantes que indicam o peso da *dimensão espacial da hegemonia* de que falamos acima. Sua pesquisa foi eleita a melhor tese do ano de 1994 pela *Associação Nacional de Pós-Gradução e Pesquisa em Ciências Sociais* (ANPOCS), o que expressa, se não uma aceitação específica de suas idéias por parte da comunidade acadêmica (não teríamos, no momento, elementos para tal assertiva), uma aceitação do discurso da ética na política como lugar de resistência ao neoliberalismo. Sua orientadora de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP) foi Ruth Cardoso, que – contando com a colaboração de Hebert de Souza (organizador e líder do Movimento Ação da Cidadania, Contra a Fome e Pela Vida) e vários "professores universitários que representam centros de estudo sobre a temática da criança e dos adolescentes" (Gohn, 2003: 152) – viria, como especialista na temática da participação e primeira dama do Brasil, a ser a presidente do *Conselho da Comunidade Solidária*, fundado em 1995, no Governo Fernando Henrique, cujo apelo estava em sintonia com a noção de *voluntariado moderno*. A apresentação bastante entusiasta do livro foi, significativamente, feita por Luiza Erundina – política que, apesar de ter

econômica japonesa, num contexto de restauração econômica e social" (Oliveira, 2004: 17). Tal fato, na nossa perspectiva, vinculando os desdobramentos tecnológicos (esfera econômica) à dimensão política, advoga contra as perspectivas referenciadas na imanência do social.

[113] Partindo do entendimento que todas as frações da burguesia brasileira têm ganhado algo com a política neoliberal, o que justificaria a atual ausência de *nacionalismo* na dita burguesia, Boito Júnior constrói uma metáfora de três círculos concêntricos para identificar a estrutura do bloco de poder sob hegemonia neoliberal: todos os setores se beneficiariam da desregulamentação do mercado de trabalho e da supressão dos direitos sociais (círculo externo); a política de privatização – sendo vantajosa para o imperialismo e para o capital monopolista brasileiro – marginaliza o pequeno e médio capital (círculo intermediário); a política de abertura comercial e de desregulamentação financeira, mais restritiva, beneficiaria apenas o setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista – excluindo a grande burguesia nacional interna (círculo interno). Tal estrutura, segundo o autor, teria permitido aproximações entre a CUT, a Força Sindical (central sindical que aderira ao neoliberalismo) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) (Boito Jr, 1999: 49-76).

saído do PT em 1993 para ingressar no Governo de Itamar Franco, passou a militar no Partido Socialista Brasileiro (PSB), pertencente ao leque de alianças do PT[114].

Dito isto, o leitor pode perceber com mais nitidez a força hegemônica do discurso ético e como ele se publiciza na década de 1990, passando a ser incorporado como valor nas narrativas públicas que, então disponíveis, foram sendo articuladas à narrativa petista. Trazer à baila, como o fizemos acima, a *questão espacial* é imprescindível, pois, através dela, podemos relacionar mais estreitamente as articulações narrativas a serem analisadas ao longo deste capítulo ao processo de *definição das unidades de representação política*. Estas, por sua vez, provocam poderoso impacto no processo de constituição das identidades coletivas.

5.2.1 Articulações Narrativas e representação política

Como pudemos antever, o discurso ético veio a ganhar significativa importância na cena política brasileira, indo além dos limites do mundo intelectual e acadêmico. Talvez a maior expressão da publicização do discurso ético tenha sido o suprapartidário *Movimento Ação da Cidadania, Contra a Fome e Pela Vida*, criado a partir do *Movimento pela Ética na Política*

---

[114] Não sendo nosso objetivo proceder a uma análise mais profunda do contexto acadêmico na década de 1990 (narrativa conceitual), gostaríamos de indicar a importância que adquiriu a construção desses novos espaços públicos em detrimento do princípio da *dualidade de poderes*. Vale mencionar os livros "Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil" e "Os anos 90: política e sociedade no Brasil", organizados por Evelina Dagnino. Dagnino, procurando se afastar das marcas de homogeneização da sociedade civil cravadas na época de resistência ao Estado ditatorial no Brasil, saúda a redefinição da noção de cidadania "empreendida pelos movimentos sociais... Na década de 80" (Dagnino, 2002: 10). Tal redefinição teria propiciado a construção de *espaços públicos* (conselhos, fóruns, câmaras setoriais, orçamentos participativos) e, como conseqüência, "o antagonismo, o confronto e a oposição declarados que caracterizavam essas relações [entre Estado e sociedade civil, RM] no período da resistência contra a ditadura perdem um espaço relativo substancial para *uma postura de negociação que aposta numa possibilidade de ação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da 'participação da sociedade civil'*" (ibid: 13). No capítulo seguinte da mesma obra, Leonardo Avritzer, refletindo sobre as experiências do orçamento participativo em Porto Alegre e Belo Horizonte, nos indica que tais experiências são herdeiras das propostas, de inspiração neomarxista, antes defendidas pelo PT, de conselhos paralelos à administração (Avritzer, 2002: 29). O processo de criação desses espaços públicos, no nosso entendimento, deve ser percebido como resultado do processo político (permeado de ferrenhas disputas, como veremos nas seções seguintes) de articulação entre modelos de democracia e não como "evolução" para uma racionalidade superior. Autores que apostam nessa última, não raro, referenciam-se no modelo discursivo habermasiano. Sérgio Costa (1994; 1997), inspirado em Jean Cohen e Andrew Arato, segue nessa linha. Liszt Vieira (2001), que chegou a ser deputado pelo PT-RJ de 1982 a 1986, também faz uma defesa do modelo discursivo habermasiano.

(Gohn, 2003: 148). Seu líder foi o carismático sociólogo Herbert de Souza, cujo apelido, Betinho, denota a relação de empatia que o povo brasileiro nutria para com ele. Esse movimento que veio, sintomaticamente, a ser chamado pelo nome de "Campanha da Fome", proliferou em mais de 3.000 comitês, que se dedicavam inicialmente à distribuição de alimentos e geração de empregos – vindo, em 1995, a eleger a questão da terra como prioridade (ibid: 149). A popularidade do discurso ético, portanto, era provavelmente atrativa para os partidos políticos (sendo amplamente aceito pela mídia), particularmente no que tange às suas estratégias de comunicação com as massas, típico em situações de campanhas políticas e eleições.

Antes, contudo, de tratarmos da relação do PT com tal discurso é importante determo-nos um pouco mais no "campo religioso", que, com a crise mundial do socialismo, se apresentava desfavorável aos "cristãos radicais", particularmente com a "derrota eleitoral da FSLN nas eleições de 1990, na Nicarágua" (Löwy, 2000: 204)[115]. Apesar das críticas que sofria de Roma, a TL continuava viva, por exemplo, através da crítica radicalmente anticapitalista que muitos teólogos formulavam à "idolatria do mercado" (ibid: 206) (Hugo Assmann e Jung Mo Sung, no Brasil; Frank Hinkelammert, em Costa Rica, se destacaram). A eleição do ex-padre Jean-Bertrand Aristide (que fora expulso da Ordem Salesiana, em 1988), líder radical de esquerda, para presidente do Haiti, em 1990 (ibid: 208-210), é um indício de vitalidade da narrativa em questão. A rebelião Zapatista (1994), no México – uma articulação entre marxistas e comunidades indígenas – e o Movimento Índio de Chimborazo, no Equador, são outros indícios de resistência da TL (ibid: 211-15). Esses eventos, por menos importantes que pareçam, apontam para a existência, no contexto latino-americano, de uma acirrada disputa no interior da Igreja – cuja

[115] Como vimos no Capítulo III havia na Nicarágua uma forte articulação do marxismo com o cristianismo.

manifestação no Brasil era a nomeação de bispos conservadores e a expulsão de párocos ligados à TL[116] – que, pode-se presumir, provocou efeitos importantes na narrativa petista. Vejamos como.

Num contexto internacional de afastamento da tradição de Medellín – cujo marco histórico é a "Conferência dos Bispos Latino-Americanos, CELAM, realizada em Santo Domingo, em 1992" (Löwy, 2000: 218) – o Vaticano passa a impor mais sua posição na América Latina. Refletindo sobre a crise da Igreja Católica, Pedro Casaldáliga, bispo do Araguaia, relata que um jovem de 19 anos teria se perguntado como posições tão díspares podiam conviver na mesma instituição, "como se permite que tanto o assassino como o assassinado comunguem o mesmo Jesus", ao que o bispo retruca solicitando do jovem esperança, "apesar da Igreja, muitas vezes, dessa querida e desconcertante Igreja, que tantas queixas e decepções provoca" (Casaldáliga, 1990: 8-9). Sem que esse seja o espaço para uma reprodução mais detalhada desse processo, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que data dessa época uma "infiltração" da *questão democrática* "no discurso da pastoral e sua teologia" (Burity, 1994: 143)[117]. Burity percebe tal infiltração nas entrevistas que realizou em sua pesquisa pela referência positiva e recorrente a noções como "diversidade" e "diferença". Tais noções que, com efeito, iam de encontro à perspectiva de "homogeneização" da sociedade (no sentido de uma unidade-movimento), são centrais no discurso da *Campanha da Fome* de Betinho, e na revisão por que iriam passar o movimento ecumênico e as ONGs na década de 1990.

Hebert de Souza (2005: 49), em texto escrito em 1997, defendia a simultaneidade na realização de cinco princípios da democracia: solidariedade, liberdade, igualdade, participação,

---

116 É significativo – para entender esse clima de disputa no campo religioso – o questionamento/desafio de Francisco Catão, quando faz (na revista Tempo e Presença, uma publicação da Koinonia – entidade ecumênica protestante sediada no Rio de Janeiro), algo desesperançoso, um balanço da relação entre Igreja e sociedade desde a experiência de Medellín: "Terá a geração cristã mais jovem, neste limiar de milênio, alimentada pela dissolução das grandes esperanças ideológicas, pela mundialização da economia, pelo pluralismo cultural e pelo diálogo inter-religioso, a coragem de reviver a proposta de Medellín?" (Catão, 1998: 29).

117 Para além da luta entre posições dentro da Igreja Católica, consideramos plausível que essa infiltração foi facilitada pela dimensão humanístico-universal da tradição cristã como um todo (Capítulo 3).

diversidade. Tais princípios, tomados em sua universalidade e a um só tempo, inviabilizam a construção de espaços antagonísticos. Isso porque, nesse caso, o princípio da solidariedade é restritivo – pois tem sentido narrativo-estratégico "próprio" – o que geraria problemas à questão da *regulamentação de que princípios e compromissos* regeriam a participação política sob inspiração ético-universalista. Por conta dessa incompatibilidade (lógico-formal), unidades de representação política, ou coletividades mais amplas, cuja autonomia relativa tenha potencial de territorialização – com ramificações, inclusive, na esfera econômica –, como é o caso de "classe trabalhadora", devem ser, como corolário lógico, rechaçadas. Não é por acaso que Betinho promove vínculos inextrincáveis entre "cidadania" e "participação" (ibidem).

O efeito despolitizador da esfera econômica também é patente: pretender estender a "democracia" para além da esfera institucional e atingir as empresas (Souza, 2005) faz do cidadão ativo, participativo, um agente de "solidariedade" num espaço que *poderia* ser percebido como de disputa de poder (conforme se configurou historicamente como possibilidade na CUT). Não é à toa que Albano Franco, na época senador e presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), aderiu – editando os primeiros 200 mil exemplares de uma cartilha que orientava a formação de comitês – prontamente à campanha. Como *efeito desse discurso*, ao lado de uma entidade patronal, o *Pensamento Nacional das Bases Empresariais*, estavam sentados a CUT e o MST, que juntos compunham o Comitê Paulista da Campanha (ISER, 1994).

Trata-se, como aprofundaremos nas seções de análise de dados, de valores humanista-universalistas, que, em penetrando as fronteiras da narrativa petista, tem o efeito político material de rechaçar a noção de *territorialidade* do comunitarismo cristão-marxista, pois a democracia pressupõe "o reconhecimento da *humanidade de todos por todas as pessoas*" (grifo nosso) (Souza, 2005: 50)[118]. Do ponto de vista da representação política esta perspectiva cria um

[118] A adesão ao discurso universal-humanista na narrativa petista é, simbolicamente, muito bem representado pela figura de José Genoino. Menino pobre da cidade de Várzea Redonda, município de Quixeramobim (CE),

ambiente favorável à dimensão positivo-reformista da política (Capítulos 3 e 4) – como a entusiasta defesa de Francisco Oliveira das câmaras setoriais exemplifica. Em termos político-metodológicos podemos notar, numa declaração de Betinho à Folha de São Paulo, em 1993, as *alterações nas noções de tempo e espaço* operadas por narrativas que se articulam a tais valores:

> Há uma relação estreita entre conjuntura e estrutura. Se eu não sou capaz de mudar alguma coisa *aqui e agora*, seguramente não serei capaz de mudar no futuro. Toda a vitória que eu consiga hoje, por menor que seja, está criando condições para a reforma estrutural. Aquela tese de que nós tínhamos que *esperar o momento da revolução* não se sustenta mais (Souza, *apud*, ISER, 1994: 47).

Se retomarmos as discussões que tivemos no Capítulo 3, veremos que esse discurso é bastante familiar. Trata exatamente da *tensão entre estratégia e tática*, que está presente em várias experiências na história da esquerda, passando pelo quietismo da II Internacional, pelo austromarxismo e pelo Programa de Transição da IV Internacional. O que chamamos a atenção no texto não é a perspectiva reformista, uma vez que desta ninguém escapa, mas o fato de que *junto com o "encurtamento" da temporalidade narrativa vem o traslado espacial*, que delimita a *esfera política* e suas unidades preferenciais de representação. Em nossa opinião, a não percepção dessa *questão espacial* é que fez o discurso (ético) da *cidadania ativa* ser tão atrativo para amplos setores da sociedade – o que inclui, além de parte da "esquerda" e de setores empresariais e dos trabalhadores identificados com a filantropia, o *novo campo ecumênico* no Brasil. Pode-se dizer

---

Genuíno só pôde estudar por ter sido sacristão do politizado Padre Salmito, em Senador Pompeu – próximo a Dom Helder Câmara – que lhe introduziu na Juventude Estudantil Católica (JEC). Sobre ele, Genoino fala: "acho que a principal lição que eu recebi dele foi o humanismo, esse sentimento profundo de bondade humana" (Genoino, 2006: 26). Refletindo sobre a experiência de luta armada, ele sintetiza: "nós tínhamos uma visão de que estávamos construindo um caminho que nos exigia muito sacrifício, mas que valia a pena. Como se fôssemos mártires mesmo" (ibid: 51). Após ter passado dois anos lutando na Guerrilha do Araguaia, em que *seus valores humanistas foram articulados com a visão foquista* (Vietnã, guevarismo, maoísmo), Genoino reviu alguns postulados do marxismo (como a ditadura do proletariado) – indo além do "dogmatismo ilustrado" do PRC sob inspiração luckacsiana (ibid: 113). Posteriormente, em sua atuação como deputado constituinte, ao defender a união civil dos homossexuais, critica a visão "reducionista e compartimentada" da esquerda sobre "revolução e... Transformação social" em benefício das "questões do indivíduo e do humanismo, da *subjetividade humana*" (grifo nosso) (ibid: 139). É, na nossa perspectiva, em busca da crítica da essencialização da unidade de representação "classe", que muitos analistas e militantes, em consonância com o discurso ético-ecumenista, não perceberam que – além desse "indivíduo" ser fruto de uma construção narrativa (liberal) – adotar o universalismo humanista tinha o efeito espacial-discursivo de rechaçar quaisquer perspectivas de dualismo e, portanto, de projeções míticas mais radicais.

que a vacuidade do significante "ética" – que o faz objeto generalizado de investimento político – tem a sua força ideológica exatamente no fato de, pretensamente, pairar por sobre qualquer ancoragem espacial. Aí repousam seus ares de universalidade. Entretanto, como vimos, o discurso ético operou – excluindo outros espaços numa ação hegemônica – a delimitação/naturalização da esfera política, coibindo a consecução de uma política positivo-revolucionária. Esta última opera, como sugere Souza, um encurtamento temporal-narrativo, mas o faz desde uma ancoragem externalista, que tende a politizar outras esferas da sociedade.

No texto "Temas Fundamentais da Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida", publicado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) – entidade carioca de natureza ecumênica – em 1994, é creditado como importante fonte de consulta o artigo "Solidariedade como nova opção ético-política", de autoria de Augusto de Franco. Franco era, à época, membro da Comissão Executiva Nacional do PT. Em texto publicado no site da Fundação Perseu Abramo, Franco, significativamente, em análise do I Congresso do PT (1991), comemora o fato de que aquele congresso havia introduzido "a dimensão *setorial* e *temática* na organização partidária, antes baseada exclusivamente no *território*" (grifo nosso) (Franco, 1992) – diferenciando-se da tradicional organização baseada exclusivamente em diretórios e zonais. Chamamos a atenção para o fato, a ser aprofundado em seguida, de que a entrada do PT na esfera pública hegemonizada pelo discurso ético-liberal demandava mudanças em sua *estrutura organizativa*[119].

É interessante notar que a estrutura organizativa da CUT – ao contrário do que aconteceu com o MST, que, ao longo da década de 1990 realizou encontros nacionais e estaduais crescentemente massivos (Stedile, 2005: 56) – verticalizou-se e desterritorializou-se num contexto de refluxo imposto pelos governos neoliberais. Entendemos que a desterritorialização do

[119] Vicente Trevas faz reflexões interessantes sobre esse tema. Observa que a absorção dos quadros partidários pelas gestões municipais "não só desestabiliza os equilíbrios partidários anteriormente formatados, mas é vivenciado pela parcela do partido que não se inseriu na estrutura de governo como uma situação de desigualdade... Ora como esvaziamento da estrutura partidária, ora como transferência de energia e quadros para a dinâmica institucional, ora como deslocamento para o governo do centro de decisão do Partido" (Trevas, 1996: 53).

PT/CUT não deitou raízes, como crêem alguns, na mais crassa claudicação frente aos desvios liberalizantes da social-democracia européia – motivada por contatos estreitos que então se mantinham, principalmente, com a social-democracia italiana e alemã (Giannotti & Neto, 1991; Boito Jr, 1999) – ou uma deficiência de firmeza programática (Antunes, 1993b). Pensamos, ao contrário, em um duplo movimento, que levaremos em conta nas análises que se seguirão.

Primeiramente, conforme já abordado, temos a articulação do PT/CUT (e em menor monta o MST) com o discurso ético-liberal[120], que, promovendo um traslado político-espacial, dificulta o investimento na unidade de representação política "classe" em benefício da unidade "cidadão". Com isso, levando em consideração que se atua em um Estado capitalista e que os valores circulantes na "esfera pública" são preferencialmente liberais (onde se representa indivíduos ou uma soma deles), há uma evidente dificuldade de imprimir coerência entre a tática adotada e a estratégia socialista. *Em segundo lugar*, retomando uma discussão que travamos no capítulo anterior, o PT, em sua relação com a territorialidade local, dava clara preferência (aderindo à tradição negativo-revolucionária da tradição marxista) à construção de poder *dentro* das estruturas partidárias. Chamamos esse fenômeno narrativo de *comunitarismo petista*. Este, em nossa opinião, tornou o partido mais "leve" e "maleável" para se adaptar à referida esfera "pública" e nutrir o *respeito* democrático à "diversidade" e "complexidade" da sociedade civil (que é, assim, sub-repticiamente, homogeneizada, pois se rechaçam aqueles "prolongamentos" da sociedade, conforme expressão de Doimo). Tivesse mais ancorado em vínculos orgânico-

[120] Nos anos 1990 verifica-se tanto um "crescimento das ONGs" como um incremento das "políticas de parceria" implementadas, principalmente "ao nível do poder local" (Gohn, 2003: 34). Estabelecendo um diálogo com a vocação de atuação mais racional das ONGs em relação aos movimentos sociais (ibid: 49-52) – que, como vimos acima, se configurando na forma de rede não ameaçam o *discurso ético* –, podemos entender as ressalvas que Soraia Soriano (dirigente nacional do MST) transpareceu, em entrevista que nos concedeu, em relação às ONGs. Assim, apesar de reconhecer que algumas delas têm feito "debates interessantes" no MST sobre agroecologia, Soriano – que declarou não saber "exatamente porque", pois "nunca teve um debate" – detecta "alguns conflitos". Na prática o MST, quando procurado por uma ONG, segundo Soriano, sempre procura saber exatamente sua pretensão, e aí, "dependendo da ONG, damos uma gelada". É relevante, para a nossa pesquisa, o fato de Soriano não formular em termos conceituais a prática do MST, pois é indicador da "necessidade" de se construir novas articulações narrativas frente à hegemonia que se configurava.

espaciais, a narrativa petista, supomos, operaria uma articulação entre modelos de democracia sob um patamar qualitativamente diferente da sua experiência de "democracia participativa".

É, com efeito, a partir desse duplo movimento, que devemos entender a articulação da narrativa petista com o *nacionalismo* e o *desenvolvimentismo*. Narrativas que, como já vimos, foram secundarizadas pelo PT na década anterior. Quando articuladas à narrativa petista, se configura uma contradição, pois se entendia haver "um denominador comum nas lutas contra a exploração social e nacional" (Pont, 2002: 99) e não se percebiam as antinomias entre o projeto (socialista) vislumbrado e o sentido das identidades cidadãs que se constituíam. Essa mesma contradição nós encontramos, ainda que em perspectivas diferenciadas, em Genro (1996, 11-17) – para quem a questão fundamental a ser respondida pelo *modo petista de governar* é conseguir associar as estratégias socialista e democrática – e Dirceu (1996: 18-25) – que lembra que as demandas (temáticas) locais (educação, saúde, transporte etc) tinham que ser articuladas a uma demanda política *nacional* por *desenvolvimento*[121]. Dediquemo-nos aos *aspectos lógico-formais* presentes nessas articulações na próxima subseção.

[121] Esse vínculo entre os governos locais e o projeto nacional tinha inequívoco apelo eleitoral, assumindo, no mais das vezes, tons bastante pragmáticos voltados para eleger Lula para presidente. É, assim, o estabelecimento da unidade de representação política que estava em jogo. Vejamos a crítica de Artur Scavone, então membro do Diretório Nacional do PT, no Boletim Nacional Nº 67 (1992-3) à estratégia que, então, se tornava hegemônica: "A política proposta para essas eleições foi construir um amplo arco de alianças... Partindo da idéia de que o PT precisava romper com elementos de seu passado de sectarismo... E abrir-se para outros setores sociais credenciando-se para 94. A essência dessa orientação não foi correta porque menosprezou o seu perfil de classe, do vínculo do seu projeto com a base social originária que constituiu o Partido e o fez crescer... Esta opção do PT na sua origem por revolucionar a sociedade em busca da emancipação humana exigirá luta e delimitação de campos que muitas vezes não se adequarão às conveniências eleitorais... O nome do PT, Partido dos Trabalhadores, e seus símbolos não podem ser abolidos ou escondidos sem que seu perfil político frente à sociedade seja alterado e sua base social modificada". (Scavone, 1992-3: 4).

5.2.2 Novas Articulações Narrativas e Aprofundamento das Tensões Estratégia-Tática: entre o poder local do movimentalismo popular-territorial e a necessidade de superação do corporativismo

Vimos nos capítulos 3 e 4 que a Revolução Cubana se articulou, numa perspectiva revolucionária, com a narrativa nacionalista e que a esta imprimiu um sentido revolucionário e antiimperialista a partir da *serra* (territórios de influência). Nacionalismo e dualismo conviveram, portanto, articulados em uma mesma estratégia política, o que implicava na construção de um caminho particular para a superação do *corporativismo* (no caso, os interesses imediatos dos camponeses). No Brasil, sendo crítico ao etapismo dos partidos comunistas e à tradição *populista* – que hegemonizou o nacional-desenvolvimentismo de Vargas e Juscelino – o PT rechaçou, por uma década, tal articulação. Vimos, ademais, que o nacionalismo era constitutivo do discurso militar-ufanista, sentido que, estando fixado, contribuía para diminuir a afinidade do "nacionalismo" com a narrativa petista, mais referenciada no internacionalismo classista.

Entretanto, nos anos 1970, que serviram de esteio para a construção da narrativa petista – com a crise do "milagre econômico" –, os atores políticos estavam envolvidos no debate acerca das "saídas e alternativas face à crise do desenvolvimento capitalista brasileiro e simultaneamente à crise do *Estado, seu principal agente*" (grifo nosso) (Árabe, 1998: 7). O PT enfrentou esse debate nos anos 1980, fortemente ancorado num referencial classista que, articulado a uma estratégia socialista, apontava para a crítica radical do Estado capitalista como *agente* do desenvolvimento. Assim, segundo Árabe (ibid: 23), o projeto de desenvolvimento do PT para a disputa presidencial de 1989, frente ao binômio poder/desenvolvimento, privilegiava claramente o primeiro. O contrário, com efeito, teria ocorrido no projeto para as eleições de 1994, quando se acentuou o desenvolvimento baseado na construção de um mercado interno de massas. A noção de *imperialismo* (carregada de conteúdo classista, pois vinculado à agência da burguesia internacional), então, é substituída por *hegemonismo*, que remete, ainda segundo o autor, à

perspectiva unitária de nação promotora de uma "integração 'soberana' ao mercado internacional" (ibidem). Assim, o PT proclamava a construção de um "novo internacionalismo", eivado de sentido positivo-propositivo, pois "fundado em novos valores, em novos sujeitos e agentes políticos" (Partido dos Trabalhadores, 1999: 490-1)[122].

A perspectiva dualista (trabalhadores x Estado), presente na narrativa petista, havia que ser levada em consideração numa eventual articulação com o nacionalismo. Num projeto nacional de desenvolvimento que considere esse fator dual, por exemplo, os trabalhadores iriam disputar com o Estado – posto que lhe é imputada uma natureza de classe – *a prerrogativa da agência* e, portanto, da *ação de representação política* (que é, segundo nosso entendimento, constitutiva de identidades coletivas). A diferença não é difícil de notar. No projeto nacional de desenvolvimento em que a agência é dos trabalhadores, a "nação" é cindida, o que faz romper os laços de *solidariedade* entre *todos* os cidadãos, objetivo, como vimos, do discurso ético. Uma unidade de representação política coletiva e territorializada (com possível ramificação na esfera econômica) tem, nesse caso, instalada sua condição de possibilidade. O significado de "cidadão", por outro lado, ganha mais coerência quando incluído numa *unidade político-territorial* (regional, nacional ou mundial), ou "comunidade política". Nesse caso, a agência pode ser atribuída ao Estado sem maiores problemas, pois ele opera, via representação política, uma *identidade nacional* de todos os cidadãos, condição essa que facilitaria o projeto de ação do Brasil-nação no contexto internacional da política (programa de 1994).

---

[122] Este novo internacionalismo petista coincide, de fato, com a intensificação do processo de globalização, na década de 1990, quando emergem "estruturas de governança multicêntrica global" (Dupas, et. alli., 2005: 3). Tais estruturas têm um eixo de ação marcadamente temático (AIDS, crises financeiras, comércio desleal, subsídios agrícolas, etc) e pressupõem como atores políticos indivíduos e instituições, sejam elas públicas ou privadas. Fortemente ancorada na idéia da construção intersubjetiva de sentidos e consensos, a governança mundial é definida por Dupas como "a capacidade de induzir atores estatais e não-estatais a seguirem comportamentos padronizados sem a existência da competência legal tradicional que ordene que isso ocorra de fato" (ibidem). Dupas (ibid: 4) considera ainda mais precisa a definição de Tullo Vigevani, para quem a idéia de governança tem a ver com a noção de "comunidade mundial", no sentido da construção de princípios mundialmente aceitos para a construção do bem comum (quando o bem do todo prevalece sobre o bem da parte).

Aquele *descolamento da esfera política* dos campos da economia, moral e religião, nesse contexto, pode ser visto de um ângulo diferente, não estático (racional, universal), pois articulado à construção de um *sentido narrativo*. Vendo dessa forma, pode-se inverter a acusação de "movimentalismo" ao próprio discurso ético, o que, enfim, revela seu caráter constitutivo de identidades pela ação de representação política. É, também, um discurso territorializado, uma vez que a noção de *território* (leito do rio) está implícita no conceito de nação. O poder de resistência do *corporativismo de Estado* – que, como vimos, é uma fonte de preocupação de muitos analistas políticos – pode ser relacionado a essa construção político-narrativa de "Nação". O Estado consegue ser o ponto de *integração* (transformando-se na cabeça de um *corpo*) exatamente por estar inserido numa narrativa que enseja um sentido (estratégico). É, portanto, movimento e não estática ou razão em estado puro do direito positivo (Capítulo 1).

É importante apontar para o fato de que é naqueles campos excluídos da "política" que a *diversidade* e a *heterogeneidade* aparecem de forma "real"[123]. Na esfera política, essas diferenças e antagonismos, estando arrefecidos (significados via representação) – pois, como vimos, os "prolongamentos da sociedade" são rechaçados como "perversidades" pré-modernas –, promovem uma homogeneização propícia para que a *narrativa nacionalista* ganhe um sentido compatível com a atribuição da agência (ação de representação) ao governo federal (Estado, *strictu sensu*). A "cidadania" do discurso ético, portanto, guarda estreita afinidade com tal investimento narrativo-estratégico no nacionalismo.

Aproximemo-nos, com lentes de aumento, da noção de *contingência* – dimensão indecidível em que ocorrem as decisões políticas. No PT de inícios da década de 1990, havia uma dramática tensão entre as duas *unidades de representação* ("cidadão" e "classe"). A noção de

[123] Aprendemos com Zizek (1996), referenciado na psicanálise lacaniana, que nenhum processo de simbolização consegue abarcar a totalidade do "real", que vai além daquilo que se constrói como "realidade". Haverá sempre "espectros" que emergem como possibilidade para a articulação de novos sentidos narrativos e que advêm de elementos excluídos pelos discursos hegemônicos. Esses espectros são potencialmente antagonísticos a tais discursos e virtualmente o ponto de onde se articulam os discursos míticos.

projeto, que se materializa em *programas de governo*, será de fundamental importância, pois, imprimindo determinado *sentido narrativo* (que está no campo das escolhas), desenvolverá maior ou menor afinidade com as ditas unidades de representação. Segundo nossa perspectiva metodológica, essas escolhas não se dão exclusivamente no campo da "vontade" dos representantes (consciência que geraria firmeza programática ou "ideológica"), mas guardam estreita relação com os *loci* da política. Esse, entretanto, será um tema a que nos dedicaremos em detalhes nas duas próximas seções. Para o momento, vejamos, em suas linhas gerais, os efeitos *formais* da articulação da narrativa petista com o "nacionalismo" e "desenvolvimentismo".

Segundo Carlos H. Árabe, "a grande questão que envolve o tema do desenvolvimento na periferia do capitalismo" é relativa às "possibilidades históricas de desenvolvimento" (Árabe, 1998: 12). Essa delimitação da questão traz implícita em si uma outra: os vínculos inextricáveis entre economia e política. Uma narrativa fortemente referenciada na imanência do social, conforme entendemos, não seria capaz de considerar – assim como o fez Marx quando da discussão da chamada "questão russa" (ibidem) – *possibilidades não-capitalistas de desenvolvimento*. Tal consideração, em consonância com o que vimos acima, ao politizar a esfera da economia, problematiza uma articulação entre desenvolvimentismo e nacionalismo, tomado em seu sentido narrativo unitário de nação. A narrativa conceitual desenvolvida pela CEPAL – uma das referências para a construção do projeto de desenvolvimento do PT –, influenciada pelo keynesianismo, entende o capitalismo como sistema universal, e pressupõe a via capitalista como possibilidade única para o desenvolvimento na América Latina (ibid: 13-14)[124].

[124] José Luís Fiori situa o desenvolvimentismo na América Latina no contexto da Guerra Fria, quando o governo americano, movido pela contingência de sua competição com a União Soviética, promove uma política monetária propositalmente benevolente nesse período. Teria sido, portanto, um "desenvolvimentismo consentido", no que pese o fato de que "surpreendentemente... a CEPAL tivesse se transformado num centro de pensamento autônomo e original" (Fiori, 96/97: 40). Os vínculos entre economia e contingência política, assim, parecem ser evidentes.

Essa linha linear e evolutiva, significativamente, também informa as *teorias da modernização* que são referência para as análises etapistas no campo do marxismo. Tal perspectiva, tendo seduzido os partidos comunistas no Brasil, era objeto de ferrenhas críticas dos petistas. Entre os dois paradigmas teóricos, diríamos, interpõe-se a diferença no que concerne ao estabelecimento da unidade de representação política. Os primeiros vêem a nação como agente, os segundos, a classe. O problema colocado aos comunistas (Capítulo 3 e 4) é como isso se resolve programaticamente em termos de *alianças políticas* com setores da burguesia, de maneira que a *concepção de democracia* com que se opere não venha a provocar tensões insolúveis entre estratégia e tática[125]. Em nossa opinião, *a aceitação da via capitalista de desenvolvimento como possibilidade única advoga contra um investimento radical na construção do movimentalismo popular-territorial, entendido como narrativa*. Expliquemo-nos melhor.

Para Furtado (1966: 3-17), intelectual próximo – ao menos inicialmente – à CEPAL, o desenvolvimento na América Latina não poderia ser regido por uma *dialética da luta de classes*. Isso porque o estado de subdesenvolvimento dos países latino-americanos lhes impunha problemas quanto à sua *capacidade de promover o avanço tecnológico*. Tal avanço, por sua vez, seria responsável pela promoção da *estabilidade social* nos países desenvolvidos, pois, elevando as taxas de lucro do capital, poderia promover um modelo econômico *distributivista*, demandado pela classe trabalhadora dos referidos países. Isso gerava uma situação em que era vantajoso, para

---

125 As alianças político-eleitorais do PT vão progressivamente se ampliando ao longo da década de 1990 em função, principalmente, da viabilização da eleição de Lula presidente. Esse eixo estratégico – que está em sintonia com a articulação da narrativa petista ao "nacionalismo" e "desenvolvimentismo" e com a eleição do "cidadão" como unidade de representação política (unidade da nação em torno de um Estado-agente) – não veio a prevalecer sem resistência no PT. Raul Pont considera que o sucesso das eleições municipais de 2000 é prova de ser factível a construção de hegemonia desde um campo socialista e democrático-popular (Pont, 2002: 130). Nesse sentido, critica o "tom monocórdico" do discurso de Lula, para quem "a possibilidade de crescimento e vitórias exigiam a ampliação das alianças e a busca dos setores 'éticos'" (ibid: 133). Na nossa perspectiva, não se trata de fazer um interdito moral à possibilidade de alianças. Apenas propomos a consideração da *questão espacial*, pois quanto mais amplas essas alianças, mas vínculos haverá com narrativas não-afins, em cujos espaços circulam valores que apontam para sentidos narrativos distintos dos pretendidos inicialmente pelo PT. Considerando essa confluência multi-derecional de espaços e sentidos narrativos, pode-se vislumbrar problemas para a consecução de projeções míticas (mudança social através de suturas – Capítulo 2).

o empresário, "institucionalizar o antagonismo" de classe (ibid: 11). Diferentemente, para os países periféricos urgia promover o desenvolvimento através da *substituição de importações*, diversificando sua estrutura produtiva em consonância com o aquecimento da demanda interna. A criação de um *mercado interno de massas*, assim, seria a chave para promover a industrialização.

Furtado (ibid: 13-16), criticando a importação mecânica de "ideologias" européias, rechaça para a construção de uma *ideologia nacionalista* da periferia, tanto o referencial classista do "socialismo", como a perspectiva de *laissez-faire*, do "liberalismo" – sob o argumento, bastante razoável, de que eles assumiam contornos específicos no Brasil. Em alternativa, via na *planificação* da economia, uma alternativa viável, desde que se redefinissem as funções e estrutura de poder do Estado (agente da planificação), hegemonizado historicamente por uma elite sem autonomia. Nesse sentido, o processo de industrialização no Brasil – promotor de profundas desigualdades regionais em associação com o atraso tecnológico e de produtividade do setor agrícola –, mais do que uma sólida classe operária, teria gerado uma massa urbana *heterogênea* e pauperizada. Aí vem o vínculo que, explicitamente, o autor propõe haver entre política e economia. Essas "massas heterogêneas", que eram historicamente alvo dos políticos *populistas*, teriam que ser disputadas por um projeto político nacionalista ancorado numa forte *solidez ideológica* (para que não se fosse, como de praxe, obrigado a promover *rebaixamentos programáticos* que, ao final das contas, inviabilizariam o próprio projeto visado).

Isso, com efeito, só poderia se levar a cabo caso se conseguisse tomar o "governo central", espécie de "marco nacional" que se imprimiria ao desenvolvimento. Em se puxando o fio do desenvolvimento conforme estratégia acima mencionada (mercado de massas e substituição de importação), esse governo, adquirindo o poder de uma "personalidade nacional" (ibid: 17), poderia promover uma *política externa com independência* – o que romperia os grilhões do subdesenvolvimento enquanto parte constitutiva da lógica sistêmica internacional do capitalismo. Beneficiando-nos da contemporaneidade histórica com o Governo Lula, podemos

encontrar elementos programáticos bastante próximos entre o nacional-desenvolvimentismo furtadiano e a estratégia adotada pelo dito governo. Esse programa, com efeito, vem sendo trabalhado no PT pelo menos desde o projeto de desenvolvimento de 1994. Nosso desafio é perceber como o processo de representação política (e as tensões estratégia-tática implicadas nos processos decisórios) se relaciona(m) com os projetos de desenvolvimento.

Para que possamos proceder a tal análise com mais propriedade, entretanto, devemos considerar a influência de uma outra referência conceitual na narrativa petista. Trata-se da *interpretação marxista do desenvolvimento desigual e combinado* que critica, exatamente, a inevitabilidade do desenvolvimento capitalista (Árabe, 1998: 15-16). Essa perspectiva, bastante popular no seio da IV Internacional e, portanto, presente no PT através, principalmente, de suas correntes trotskistas, adotava a estratégia da *revolução permanente* (Programa de Transição, Capítulo 3) como eixo de sua ação política. Tal estratégia vê o desenvolvimento como "um processo de enfrentamento e superação das contradições entre as classes sociais", onde sempre se pode identificar "beneficiários e perdedores" (ibid: 20-21). Mais do que isso, é uma perspectiva que recusa a idéia de que haveria uma correspondência necessária entre certas tarefas históricas e certas classes sociais; assim, nada garantiria que o desenvolvimento capitalista e a democratização na Rússia devessem ser esperados da burguesia industrial. A classe operária poderia, assim, realizar simultaneamente, tanto as tarefas democráticas quanto as socialistas da revolução sem esperar pela burguesia. A tese também implica numa clara recusa do etapismo e da idéia de que há fases históricas que têm que ser cumpridas por qualquer sociedade no caminho para o socialismo. Remete, portanto – em contradição com o nacionalismo furtadiano –, à eleição da classe trabalhadora como agente e, assim, posa problemas à noção unitária de nação. Ao contrário do etapismo, finalmente assumido pelo PT em torno de 1995 (era José Dirceu), outrossim, propõe-se a construir um programa (o democrático-popular, aprovado em 1987) não

absorvível nos marcos do capitalismo, o que tensiona e restringe sua *política de alianças*[126]. Essa última, com efeito, não se dá no vazio. Ao contrário, se materializa em espaços político-sociais.

Levar a cabo uma estratégia antagonística desse tipo, por conseguinte, requer a construção de políticas autonomistas – o que, na nossa perspectiva, é facilitada pelo "movimentalismo" popular-territorial. Esse, com efeito, sendo recepcionado nos espaços hegemônicos de representação política como "prolongamentos" perversos da sociedade, nunca poderão – uma vez que se tome a via capitalista como modelo de desenvolvimento a ser seguido – ser materialização daquilo que Furtado chama de *solidez ideológica*. Ao contrário, ao serem obrigados pelo jogo contingente da política a promover constantes rearticulações narrativas, terão mais semelhança com o populismo que se pretende superar. Há um risco, entretanto, nesse pensamento, pois se pode indagar se, acaso, o *movimentalismo popular-territorial* desenvolveria, na sua "autonomia", uma razão superior, que expressaria uma espécie de *finalidade-movimento* ao bem comum da comunidade (Capítulo 1). Para responder essa questão, vejamos como essas perspectivas se inter-relacionam na narrativa petista e como ela tem a ver com a "necessidade" (hegemônica) de superação do corporativismo.

Recapitulemos. A alternativa democrático-popular construída pelo PT na década de 1980 (Capítulo 3) traça uma estratégia em que o desenvolvimento aparece vinculado à transformação da estrutura de poder do Estado (bloco de poder) em benefício da classe trabalhadora. Pressupõe-se o incentivo a uma dinâmica anticapitalista do desenvolvimento, que se vincula a sua estratégia

---

126 Esses elementos programáticos se articulavam de forma tensa e contraditória na narrativa petista em início da década de 1990. Nas resoluções do 9º Encontro Nacional (1994), ao mesmo tempo em que se chamava uma campanha eleitoral que combatesse "a conciliação" e o "oportunismo das alianças eleitoreiras", caracterizando uma posição "ideológica", que aponta "claramente quem ganha e quem perde" com as políticas de um eventual governo petista (o que expressa um tom classista); por outro lado caracteriza essa mesma campanha como o "confronto da honestidade com a corrupção" (Partido dos Trabalhadores, 1999: 586), moralizando a campanha. A importância do discurso ético aparece com todas as letras nesse outro trecho da ditas resoluções: "O PT emergiu como um partido de mãos limpas e Lula como candidato de imagem fortemente associada à honestidade... Essa diferença torna-se mortal para nossos adversários na disputa. Por isso sua artilharia visará esse alvo em nossa conduta, inventando, distorcendo... Nossa imagem na vala comum dos políticos brasileiros. Daí a importância de empunhar a bandeira da moralidade pública e sair na frente" (ibid: 593).

socialista de enfrentamento do imperialismo (Árabe, 1998: 22). *Convivendo* com tal estratégia, entretanto, está a proposta de Furtado de se criar um mercado consumidor de massas, o que, retomando a exclusividade do desenvolvimento capitalista como via histórica única, tem um efeito despolitizador da esfera econômica (economicismo). Podemos, dessa forma – promovendo um deslocamento no nível de análise sociológica, que articule as estruturas macro e microssociais –, apontar para uma disputa crucial aos rumos que viria a tomar a narrativa petista. Tal disputa, passando pela prevalência de um ou outro sentido a se imprimir ao "nacionalismo", era definidora – com forte influência, da disputa hegemônica para o estabelecimento dos espaços de representação política – das unidades de representação que iriam pautar a ação de representação.

Como hipótese, aventamos que a adoção de um sentido "classista" ao nacionalismo petista propiciava condições favoráveis ao desenvolvimento narrativo do movimentalismo popular-territorial. O discurso ético-cidadão – hegemônico nos espaços de representação –, por outro lado, se beneficiaria do nacionalismo que tem a *unidade política* da nação como prerrogativa. O movimentalismo popular-territorial, entretanto, não pode (por conta de uma força hegemônica) prescindir de se articular com os espaços de representação. Aceitar esses últimos como tabuleiro natural do jogo político, apartado dos campos da economia e da moral, entretanto, é uma jogada (escolha) política que advoga contra as "identidades" coletivas que se procura representar (não obrigatoriamente "classe") em benefício da unidade de representação "cidadão". Não defendendo uma essencialização do localismo, assim, *advogamos que a politização de outras esferas que não a da "política" (economia, cultura, religião) é condição sine qua non para as tentativas de "superação" do corporativismo*. Essa intuição será desenvolvida a partir do nosso material empírico de pesquisa.

5.3. Encruzilhada Petista: entre a crise do socialismo e a resistência ao avanço do neoliberalismo

Na seção anterior procedemos – à luz das intuições lógico-formais de nosso método analítico – a uma análise conjuntural capaz de delimitar os principais elementos ideológico-espaciais envolvidos nas articulações e rechaços promovidos pela/na narrativa petista na década de 1990. Associamos o rechaço ao comunitarismo cristão-marxista e seu movimentalismo popular-territorial à articulação petista com o discurso ético-cidadão (delimitador da esfera política). Sugerimos que a delimitação da esfera política e a despolitização de outras esferas sociais alimentam o fenômeno do corporativismo e lançamos, como hipótese, que a politização dessas esferas é fundamental para a superação do dito fenômeno. Vimos como a questão do poder local (modo petista de governar) está vinculada às articulações *estratégicas* do PT com o nacionalismo e o desenvolvimentismo, vínculo esse que se efetiva através do estabelecimento de unidades de representação política (disputa entre "nação" e "classe" pela prerrogativa da ação de representação) coerentes com o sentido que se venha a imprimir a tais narrativas.

A complexidade de elementos envolvidos na articulação entre as dimensões micro e macrossocial é infinita. Ainda que tenhamos fornecido ao leitor pistas empíricas das tensões entre o local/nacional e o tático/estratégico na construção, pelo PT, do *modelo democrático participativo,* é nessa seção que trataremos – sem querermos ser exaustivos – detalhes e daremos substância material à análise realizada. Nesse momento, poderemos vislumbrar a relação entre ações políticas concretas e suas reverberações na *amplitude do ambiente narrativo* petista.

5.3.1 Reverberações da política no ambiente narrativo petista

A primeira coisa que nos chama a atenção na tentativa de compreender as transmutações identitárias na narrativa petista ao longo da década de 1990 é seu caráter *processual*. As escolhas

oficiais que se seguiam ao longo da década de 1990 não tinham *a priori*, em nossa opinião, como objetivo, o rebaixamento programático de sua *estratégia socialista*. Pretendia-se, ao contrário, qualificar esta última, propondo alternativas frente à crise internacional do marxismo e, nesse bojo, inaugurar uma nova relação *estratégica* entre socialismo e democracia. Vejamos esse trecho de *O Socialismo Petista*, aprovado no 7º Encontro Nacional, 1990:

> O PT *já nasceu* com propósitos *radicalmente democráticos*... Em dez anos de existência... Sempre esteve na vanguarda das lutas pela democratização da sociedade brasileira... Tornamo-nos um grande *partido de massas* denunciando a expropriação dos *direitos de cidadania* pelo poder de Estado, o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, o imposto sindical... Porque para o PT *a democracia tem um valor estratégico* (Partido dos Trabalhadores, 1999: 429).

Note-se que, apesar de (utilizando-se de sua memória discursiva/tradição) se referir à luta pelo desatrelamento dos sindicatos ao "aparato estatal", a "expropriação dos direitos" – contradição fundamental com tal aparato, portanto – não se dá, como antes, no plano coletivo da unidade de representação "classe", mas, ao contrário, é ressignificado no âmbito individual do "cidadão". Seguindo uma lógica liberal (Capítulo 3), a dicotomia que se estabelece – por mais que ainda se mantenha na narrativa oficial, numa operação de simultaneidade, a referência classista de representação – é entre indivíduo e Estado. Opera-se – possivelmente com olhos num investimento político-eleitoral nos "descamisados", que haviam eleito Collor em 1989[127] – uma equivalência (constitutiva de identidades) entre "massas" e "cidadania".

Descartou-se, nesse contexto, a possibilidade de se articular classe e cidadania; ou melhor, de se construir um novo lócus da política em que a cidadania é uma construção coletiva e não referenciada no indivíduo. Cremos que, apesar de mal articulada no discurso e prática da militância petista, essa possibilidade nunca esteve ausente das expectativas dessa. A articulação

[127] Note que a importância eleitoral dos setores desorganizados da sociedade – a massa urbana heterogênea de que nos falava Furtado – "coincidia" com a emergência do discurso ético-cidadão, apropriado pelo PT, e com a construção de um projeto nacional de desenvolvimento baseado na inclusão das massas ao mercado interno de consumo e no Estado como agente da transformação no cenário político internacional. A centralidade estratégica que assume, desde então, a eleição de Lula para presidente é coerente com tais articulações narrativas.

que termina prevalecendo é entre cidadão e indivíduo-**eleitor** (na medida em que o PT precisou mover-se na direção da via eleitoral, cidadão não teve como ser articulado a massas ou grupos, restringindo-se a eleitor). Mantém-se, assim, *a marca lingüística de uma tradição*, a dos partidos socialistas de massas que emergiram no século XIX, mas nega-se (pela racionalidade da participação na esfera política) o *movimentalismo* territorial das "massas-cidadãs". Essa mudança de sentido é "escondida" pela *noção de continuidade* contida na expressão "já nasceu... radicalmente democrático" que, permanecendo com o mesmo significante, "democracia", trabalha, como ficará mais claro a seguir, com uma concepção diferente no que tange à estratégia de articulação entre os modelos representativo e social.

Quando se fala no "valor estratégico" da democracia, tem-se em mente (ao menos inicialmente), pressupomos, a projeção mítica num sentido "socialista". O problema é que *a unidade espacial implícita no modelo liberal-representativo de democracia – antecipando-se, na estrutura temporal da narrativa, como comunidade política (composta, como vimos, de cidadãos), à referida projeção mítica – se interpõe, como força estática, a qualquer pretensão movimentalista no interior mesma*. Esse "movimento" estratégico da democracia, assim, abarcando todo o espaço (unitário) da Nação, impõe, pela via da representação política, o limite corporativo às identidades coletivas (cujos interesses devem estar *verticalmente* em sintonia com os interesses gerais da Nação). O corporativismo estatal e a Nação como agente de representação política se retro-alimentam e têm como elo o cidadão universalizado (sem ancoragem *local-horizontal*), que se contrapõe aos particularismos ou "prolongamentos" da sociedade na esfera política. *Não é por outro motivo que as estruturas organizativas da CUT e do PT aprofundaram sua verticalização*[128] *na década de 1990: trata-se de um movimento de adaptação a uma estrutura narrativa em que a Nação é o agente da representação política.*

---

[128] Essa discussão, que já foi apontada na sub-seção 5.2.1, pode ser aprofundada. Sem espaço para tal no momento devemos lembrar que a demanda por verticalização, em nossa opinião, advém da dificuldade de se

Assim sendo, podemos entender, no mesmo documento acima mencionado, as advertências oficiais do PT que, mesmo reconhecendo – e querendo manter – seus vínculos históricos com os movimentos sindicais e populares, "recusa-se a sufocar sua *autonomia*" (grifo nosso) (ibid: 430), descolando-se (diferenciando-se verticalmente), assim, do movimentalismo – possível via de superação do corporativismo pela politização de outras esferas sociais (economia, cultura, religião) – e aderindo à "estática" democrática. Isso acontece embora se reconheça, mesmo que numa dimensão lingüística, o capitalismo como um sistema "vocacionalmente injusto e excludente" (ibidem)[129]. Observemos agora, sob essa perspectiva, como a não-consideração da questão espacial – em benefício de uma esfera política diferenciada/"autônoma" – favorece, a pretexto de uma racionalidade universal, a *moralização* do debate político.

O discurso ético-cidadão – universal-humanista –, que pressupõe a solidariedade de/entre todos, não por acaso, se instala – provocando efeitos identitários poderosos – com facilidade nessa estratégia homogeneizadora, que rechaça a autonomia do movimentalismo popular-territorial. As tradições narrativas (militantes), entretanto, não se calam facilmente. Nos primeiros 4 ou 5 anos da década em análise, o PT viveu uma grande encruzilhada em sua história, na forma

---

articular, quando se trabalha com o binômio Nação-Cidadão, a luta nacional com a luta contra a exploração social. Em outros termos, o que se coloca aqui é uma *tensão*, nem sempre verificada, *entre o temático e o territorial* – com prejuízo deste último na estrutura organizativa do PT. Para Raul Pont (2002: 147-164), nesse sentido, o *Processo de Eleições Diretas* (PED) nas diversas instâncias do PT tinha tido o efeito condenável de esvaziar os núcleos que, contra a lógica oficial do sistema político-partidário, apontavam como espaços de decisão e discussão coletiva. O autor vincula as modificações estatutárias (que teria se dado, significativamente, sem a participação efetiva do coletivo partidário, pois a decisão foi tomada pelo Diretório Nacional – ainda que por delegação do II Congresso em 1999, quando se travou "duríssima polêmica") à discussão sobre o caráter do Partido, se de "quadros" (baseado em personalidades) ou de "massas" (vínculos orgânicos com os "representados"). As modificações estatutárias – adaptando-se à Lei Orgânica dos Municípios – teriam o efeito de tornar o Partido "mais eleitoral, mais de representação do que de participação, de militância" (ibid: 157). Os quadros partidários, portadores de mandatos eletivos, assim, se beneficiando das regras do sistema político oficial, aproximavam a estrutura do PT a dos partidos convencionais. Chamamos a atenção para o fato de que o PT travara historicamente uma luta contra a lógica do sistema representativo-eleitoral. A articulação com o "nacionalismo", segundo os argumentos expostos acima, azeitou essa adaptação.

[129] No texto *O Socialismo*, aprovado em 1991 (I Congresso), o PT reitera que "não vê na social-democracia um caminho para a construção do socialismo nem tampouco uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira" (Partido dos Trabalhadores, 1999: 502). Consideramos ser este – por mais que se pense no caráter compósito dos documentos oficiais, em que tem peso as exigências e ressalvas das principais tendências políticas – um forte indicativo do caráter processual das transmutações identitárias.

de uma forte crise de hegemonia[130]. Muitas das críticas da esquerda petista às escolhas oficiais do Partido percebiam que o sentido narrativo que se imprimia era "desviante". Em texto preparatório ao I Congresso Nacional do PT (1991), Florestan Fernandes[131], preocupado com a *ambigüidade* que detectava no *conceito* de "socialismo democrático", exortava "os verdadeiros anarquistas, socialistas e comunistas" a não endossarem "a confusão entre a social-democracia moderna... e o socialismo, que serviu de vertente às correntes radicais dos operários e assalariados do fim do século XIX aos nossos dias" (Fernandes, 1991: 9-10).

Condenando, assim, qualquer adaptação social-democrática do PT à ordem, propunha a construção de um *sentido anticapitalista à estratégia democrática* do PT, capaz de congregar, coletivamente, todos os oprimidos em sua condição de barbárie. O autor, ao contrário do discurso ético-ecumênico, articula explicitamente a questão da "diversidade" (pluralidade) – referindo-se à classe e frações de classe, estratos raciais e étnicos, categorias sociais dos subalternizados e reprimidos – à *estratégia socialista*. Assim procedendo, enseja uma relação desta última com a "democracia", em que o *conflito*, radicalizado, não pode se resolver senão no socialismo, posto que é "das mãos, da *consciência social revoltada* e da ação coletiva organizada *dos de baixo* que resultarão os requisitos estruturais e dinâmicos que faltam para que eles próprios passem do *ranger dos dentes* para a organização de uma *democracia da maioria* e dela para o socialismo"

---

130 Ricardo Azevedo, fundador, em 1983, da *Articulação dos 113*, nos revelou que resolveu sair dessa tendência em 1990, por considerar que a mesma "se desvirtuou do seu propósito". Recapitulando seus motivos, Azevedo lembra que defendeu, com Celso Daniel, "absolutamente constrangido e envergonhado", seguindo o "centralismo da Articulação", proposta contra a proporcionalidade na executiva do Partido quando da aprovação do direito de tendência no I Congresso. Fatos como esse o levaram a crer que a "Articulação tinha se transformado num ajuntamento de pessoas muito em torno de projetos políticos individuais. Não tinha mais unidade política, tinha perdido o papel que ela havia exercido em sua fundação". Essa falta de *unidade política* em torno de um projeto pode, na nossa perspectiva, ser reflexo da articulação do Partido com os espaços oficiais de representação. A presença de *projetos políticos individuais*, não pode ser apenas creditada a possíveis vaidades ou fraquezas "ideológicas" pontuais e sim, como vimos acima, ao conjunto de articulações narrativas envolvidas no processo de burocratização do Partido. Os crescentes investimentos políticos por parte da Articulação para a unidade partidária, como veremos, passa a cumprir um papel cada vez mais pragmático relativo ao rechaço de valores que encontravam nas tendências um espaço de resistência.

131 Vale notar que Florestan Fernandes é uma das fontes intelectuais que influenciaram o MST (Stedile, 2005: 61), nomeando sua *Escola Nacional Florestan Fernandes*, destinada à formação de militantes políticos.

(grifo nosso) (ibid: 16)[132]. Note que a "ética" contida em expressões como "consciência social revoltada" e "ranger de dentes" não é – simbólica e logicamente – afim com o humanismo universalista do *discurso ético*. Sugere, ao contrário, através de expressões como "democracia da maioria", relação direta com a *ditadura do proletariado*. Socialismo e democracia são termos que se seguem, quase que cronologicamente, um ao outro. Tal tipo de intervenção *conceitual-militante*, independente do juízo de valor que dela façamos, resiste ao papel do partido como canal (vertical) de participação, que integra, num movimento estratégico, Povo e Nação.

A referência à ditadura do proletariado, por outro lado, pousa problemas a analistas e/ou militantes, pois remete à questão da *violência política*, tema que, nem sempre assumido de frente, esteve no centro dos debates nos anos em análise. A rejeição à ditadura do proletariado foi aprovada no I Congresso Nacional do PT, em 1991. Vejamos como o discurso ético-humanista trabalha a favor dessa rejeição:

> O socialismo, para ser *humanista* e *democrático*, terá que ser uma sociedade na qual governem e se realizem *seres humanos reais* – com suas paixões, seus desejos, suas grandezas e seus defeitos – e não um *ilusório ser humano perfeito*, que não é outra coisa se não a negação do ser humano... O PT *rechaça a noção segundo a qual o pluralismo não passa de uma circunstância que se tolera*, até o dia em que, suprimidas as classes sociais, supostamente se estabelecem as *bases da homogeneidade de pensamento*... O PT entende que a *diversidade de desejos e idéias é inerente à condição humana*... O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um *Estado de Direito*... Onde os mecanismos de democracia representativa, *libertos da coação do capital*, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais... Visamos *construir no socialismo uma esfera pública* na qual a política não se restrinja às iniciativas estatais e institucionais, mas que, ao contrário, tenha seu pólo dominante nas iniciativas surgidas da sociedade, na perspectiva de que a população organizada se aproprie de funções que hoje são reservadas às esferas estatais e institucionais, *exercendo em plenitude uma nova cidadania*... O problema da relação entre as formas diretas e representativas de democracia deve levar em conta esses objetivos de *desestatização da política* (grifo nosso) (Partido dos Trabalhadores, 1999: 500).

Opera-se aqui uma série de articulações narrativas cujos elementos de *espacialidade* e *temporalidade* merecem ser explorados mais detidamente. Notemos, primeiramente, que é

---

[132] Estabelecemos esse tipo de diálogo com Fernandes ainda que compreendamos que ele continue preso a uma narrativa etapista e hierarquizadora, para a qual a democracia é um momento inconcluso e insuficiente do socialismo.

através da essencialização do "pluralismo", visto como uma "diversidade de desejos e idéias" que são "*inerentes* à condição humana", que se nega a autoridade autoral da *narrativa classista* (tomada como fomentadora da "ilusão" de um "ser humano perfeito", que não seria de carne e osso) no processo de representação política. A supressão das classes não estabeleceria (em se configurando a projeção mítica do socialismo) as bases de um pensamento "homogêneo". Por essa via, procura-se representar "seres humanos *reais*" com paixões e desejos, ou seja, "cidadãos" que, com "suas" diferenças, lutam pelo "pleno" direito à participação direta/representação na "esfera pública" – entendida como espaço prioritário da política. Não se percebe, entretanto, que esse cidadão (e a noção estática de pluralismo que lhe é afim) "real" é ele, também, uma construção narrativa liberal, cujo *espaço de ancoragem* é o Estado de Direito, *lato sensu*.

Esse último, por um ardil ideológico, não é tratado como um Estado de Direito *futuro*, projetado temporalmente a uma situação em que a democracia representativa esteja livre da "coação do capital" – o que ensejaria uma estratégia com peso no projeto "socialista", e, portanto, menos integrado à "democracia" realmente existente e ao espaço público que pressupõe. Essa compressão ideológico-temporal (que promove um esquecimento da coação do capital através da diferenciação da esfera política) é o que, do ponto de vista da estrutura narrativa, possibilita a unicidade do espaço "democrático". Tal estrutura, por sua vez, domestica o pluralismo/diversidade que, assumindo um viés liberal, não é integrável à estratégia socialista (que enseja a idéia de bem comum em movimento – Capítulo I). Aceitando-se o Estado de Direito *presente*, baseado – pressupomos que se reconheça, na coação do capital –, se opera uma *estratégia de transição ao socialismo* que, descartando qualquer *perspectiva dualista* (horizontal), nega a possibilidade (ético-política) de resposta à *força material de coação do capital* – sempre utilizada pela burguesia, como aprendemos com os clássicos do marxismo, caso seja necessário. A concretude dessa discussão pode ser registrada na resposta de Roberto Vital Anau (*O Trabalho*) (1990) à tese da *Nova Esquerda* (NE) sobre o socialismo para o I Congresso

Nacional (1991). Ao argumento de que qualquer forma de valorização da violência deveria ser combatida, retruca: "O que os companheiros têm a dizer aos sem terra que estão invadindo latifúndios para sobreviver? E se eles forem atacados por jagunços a mando da União Democrática Ruralista, de que lado ficará a NE? Junto com a burguesia?" (Anau, 1990: 26).

Poder-se-ia contra-argumentar, não sem certa dose de razão, que esta é uma *discussão estratégica*, posto que, na prática, a esquerda aprendeu (com sangue e sofrimento de não poucos militantes) que a opção pela "violência" ou a "via armada" é pouco eficaz (além de que, acrescentaríamos, por tender a essencializar e objetivar os "interesses históricos da classe trabalhadora", não raro – como não negam as experiências do Leste Europeu –, pode resvalar no mais insofismável autoritarismo), com o que concordamos, em tese. O problema que colocamos, entretanto, situa-se no estabelecimento dos *loci* de atuação política e na aceitação, ou não, dos termos estratégico-táticos com que se dá a *articulação entre democracia e estratégia socialista*.

Defendendo os princípios da democracia direta, Anau (ibid: 35) propõe que os Conselhos Populares não deviam ser "complementares", mas "antagônicos" à "democracia parlamentar". *Nessa perspectiva, como um outro lado da mesma moeda, o dualismo é essencializado.* Ao se solidificar equivalências, em nossa perspectiva, pode-se resvalar na postura autoritária de não se reconhecer, no processo de representação política, as particularidades dos elos equivalenciais (como ocorre, para além da questão de adoção de cotas, com as demandas feministas). Por outro lado, ao se solidificar a lógica da diferença, coíbe-se – com a camisa das instituições representativas – a disputa pelo estabelecimento de unidades de representação política, cujo caráter coletivo-espacial as habilitem a influenciar, no plano macrossocial, os sentidos narrativos mais amplos (nacionalismo, desenvolvimento capitalista de via única, etc).

O descarte da "ditadura do proletariado" pela *estratégia do socialismo democrático petista*, enfim, mais do que a expressão de uma revisão teórica – que, na construção de uma estratégia antagonística de enfrentamento às forças imperialistas do neoliberalismo, viesse a

romper com *pressupostos conceituais* do marxismo –, aponta para o rechaço do *ethos* transformador do marxismo e das tradições socialista e anarquista. O rechaço aos valores dessas tradições opera uma drástica diminuição na amplitude do ambiente narrativo petista, tanto em seu eixo vertical – da radicalidade antagonística – como em seu eixo horizontal – politizador dos vários setores/esferas e instituições da sociedade. É, nestes termos, que questionamos a estratégia petista da "radicalização" da democracia e construção do *modelo participativo* pela ampliação predominantemente interna de espaços participativos (dimensão positivo-reformista).

Esse raciocínio pode ser potencializado para entendermos mais de perto a narrativa petista. Intrigantemente, é uma outra forma de dualismo, o do sujeito-objeto das metanarrativas modernas (Capítulo 2), que facilita tanto o rechaço como a essencialização do *dualismo político*. O dualismo sujeito-objeto nutre a ilusão da *permanência identitária*, de maneira que tanto a estratégia petista do socialismo democrático como a crítica "revolucionária" dessa estratégia são conformadas por tal dualidade.

A crítica ao socialismo petista, assim, aferrava-se – em gradações diferenciadas, mas sempre guardando o valor metanarrativo da dualidade sujeito-objeto – aos aspectos conceituais do "marxismo" ligados à lógica da imanência do social. Contestando a já referida tese da tendência *Nova Esquerda* (que tinha como expoente José Genoino)[133], Anau combate a "nova moral" socialista e humanista daquela tendência nos seguintes termos: "Desaparecem as classes sociais como elemento definidor da *humanidade concreta*. A luta de classes, a partir de seus interesses materiais, deixa de ser o motor da história humana" (grifo nosso) (Anau, 1990: 24). E

[133] Se pensarmos na adesão de Genoino à versão universalizada do humanismo não será por coincidência que Ricardo Azevedo, sendo defensor da rejeição ao conceito de "ditadura do proletariado", veio a se engajar, no I Congresso Nacional em 1991, na tese chamada "Projeto para o Brasil". Essa tese era bancada pela *Nova Esquerda* e pela tendência *Poder Popular e Socialismo*, que tinha como expoente Eduardo Jorge. Interessante é notar que essa articulação contava, segundo Azevedo (em entrevista que nos concedeu), com "uma forte participação do pessoal do Rio, Carlos Nelson Coutinho, Milton Temer, Leandro Konder" – intelectuais oriundos do PCB, que, no início da década de 1980 (Capítulo 4), caracterizavam o PT como uma "esquerda populista" e criticavam seu "corporativismo societal" (de apelo horizontalista, diríamos). São, pois, articulações que, apostando no caráter estratégico da democracia, negavam o dualismo político.

completa, afirmando que, fora da luta de classes, "a procura de novas 'morais' só tem uma solução previsível: a adaptação à moral cínica e decadente da burguesia" (ibid: 25).

Se essa "radicalidade" sugere explicitamente a *negação* de qualquer articulação com a democracia representativa, uma postura de gradação "menos radical" – mas, igualmente, referenciada na *permanência identitária* –, encontra na "crise... Que os movimentos sofreram", na década de 1990, uma justificativa para tal articulação. Essa é a opinião que nos emitiu Demetrius Fiorante, então dirigente estadual do PT e membro da tendência Democracia Socialista (DS), em Recife. Segundo Fiorante, essas são razões de ordem "social e econômica" que explicam o "imediatismo dos movimentos comunitários" e o fato de eles não serem mais "tão politizados" como na década de 1980. É, com efeito, a crença metanarrativa na permanência identitária que o permite vislumbrar, por *razões conjunturais de refluxo do movimento*, como possível, razoável e até recomendável a *inserção* na institucionalidade. Constatando, entretanto, que, como resultado histórico dessa decisão (participação na institucionalidade), muito dos dirigentes petistas atuais nunca participou de movimentos sociais ("entraram no PT via assessoria de parlamentar, ou via assessoria de um gestor, de prefeito quem seja, um vereador, entraram na direção por indicação na composição da chapa"), o entrevistado contra-argumenta:

> mas do ponto de... Saber qual é a *sensibilidade histórica do PT*... Com o movimento, é lógico que a sensibilidade ela pode ser maior em tese, naqueles que fizeram movimento do que naqueles que não fizeram, entre aqueles que viveram momentos políticos mais ativamente do que aqueles que não viveram. Agora, obviamente, isto não é uma regra rígida porque *a gente encontra pessoas com alta sensibilidade com relação ao movimento que nunca fez movimento*... Então, necessariamente não é uma regra, mas eu acho que *realmente deixa o partido mais insensível às lutas sociais*.

Note-se que nessa gradação "menos radical", mesmo que se reconheça certa "insensibilidade" no Partido – possivelmente provisória, pois sempre há "pessoas com alta sensibilidade" –, os movimentos sociais em refluxo têm sua identidade intacta. Isso porque a noção de sensibilidade aqui veiculada tem a ver com "reconhecimento" de algo que, mesmo sem

estar em movimento intenso, tem, de forma autônoma, uma identidade (que pode *acordar*). Essa compreensão é reforçada quando Fiorante argumenta sobre porque de continuar apostando no PT:

> No nosso sentimento, com todos os problemas, descaracterizações... Se houver uma movimentação social... Não que nós faremos... Para nós esse é o Partido que a *massa*, a *classe trabalhadora*... Vai ser o partido que vai ser chamado, e... Vai ter a condição de guiar o processo.

É como se, tendo sido imposto, conjunturalmente, certo afastamento, velhos conhecidos ("massa", "classe trabalhadora" e Partido) fossem se encontrar mais adiante[134]. Esse tipo de reação ao investimento hegemônico-ideológico neoliberal – assim como sua gradação mais radical – guarda algo em comum com a negação da ditadura do proletariado pela essencialização do indivíduo "cidadão". Ambos os pólos pressupõem identidades universais (classe como "humanidade concreta" e "cidadão" como "seres humanos concretos"). Isso remete à concepção de representação política como *stand for*, ou seja, como uma ação que não é constitutiva de identidades, mas expressão das mesmas em outro lugar que não o "seu próprio". Esses dois investimentos identitários (classe e cidadão), enfim, não se mostravam politicamente viáveis para a construção de cadeias de equivalência antagonísticas nos anos 1990: a classe, por isolamento (o que é explicado pela gradativa e inexorável diminuição da referência dessa unidade de

---

[134] Opinião semelhante é articulada, de forma mais sistemática, na entrevista de Carlos Henrique Árabe, da mesma tendência de Fiorante. Árabe promove uma articulação entre a relação do PT com os movimentos sociais e a conjuntura nacional, para concluir que em "situações de ascenso de luta... o PT está mais à esquerda [e] situações de descenso, o PT acompanha. Não sendo "voluntarista, o processo de formação do PT... Em grande medida é dependente das lutas sociais". Compreende, nesse sentido, com bastante acuidade política, que as modificações estatutárias do PT no início desse século (verticalização, nos nossos termos) foram resultado de "uma orientação, um perfil organizativo do PT desde, nós situamos desde 95, quando começa a gestão 'José Dirceu', que derrotou a antiga maioria de esquerda na direção do PT (que prevaleceu num período muito curto, de 93 a 95)". Lembra, nesse contexto, que um conjunto de forças semelhantes, antes de 1993, "que era com a maioria da Articulação, ou em torno da Articulação, você não tinha um viés institucional tão acentuado e tão organizador do PT, como foi após 95... Então, essa questão do viés institucional, esse processo todo, também num quadro que você pode incluir de redução das lutas sociais, pelo menos mais demarcadas, assim, de classe...". Apesar de não concluir, o argumento do entrevistado é claro, a *mesma força política* pode se comportar de forma diferente em conjunturas diferentes. A lógica em si do argumento é bastante coerente, não fosse por seu idealismo filosófico que se expressa no conceito de "força política" (que lembra os vetores dos modelos da física). Nosso conceito de ambiente narrativo posa problemas a essa noção metanarrativa de *permanência identitária*.

representação na narrativa oficial do PT ao longo da década); o cidadão, pela fácil absorção na *diferencialidade* da esfera política.

Assim, a *estratégia* do socialismo democrático ia, *progressivamente*, sendo constituída *pela* e constituindo *a* nova estrutura da narrativa petista. Esta, rechaçando as alternativas de horizontalização e territorialização – com efeitos materiais nas estruturas organizativas das agremiações que engloba – se adaptava à lógica da articulação que promovia com o "nacionalismo" e seu projeto de desenvolvimento econômico. Na próxima seção, descendo a uma dimensão mais microssocial, esboçaremos uma idéia de como isso se processou no nível local.

5.3.2 A estratégia participativa do socialismo democrático e as "necessárias" redefinições do poder local

A ampliação de espaços políticos "autônomos", como aventamos no capítulo anterior, foi concretamente proposta – mas não, ao que parece, de forma articulada – pelo MST e MOSM-SP na década de 1980. Este último, entretanto, perdeu sua força de inserção na cena política nos primeiros anos da década seguinte. Analisar a postura do MST frente ao avanço neoliberal, nesses termos, qualifica a discussão, que travaremos na próxima subseção, sobre os *conselhos populares* em contraste com o *modelo participativo* construído pelo/no *modo petista de governar*.

Cumpre, inicialmente, e em *contraste com o comunitarismo petista*, analisar um dos princípios organizativos do MST, qual seja, o da *divisão de tarefas*. Esse princípio nos chama particularmente a atenção por remeter a um cuidado que se tem com o *indivíduo* (suas vontades e desejos), que, como vimos acima, também é objeto de preocupação na narrativa oficial do PT. Segundo Stedile (2005: 41), é feita a seguinte pergunta às pessoas que se propõem a militar no Movimento: "O que tu gostarias de fazer dentro do MST?". Isso remete, ainda segundo este dirigente, a uma característica de "descentralização", o que faz do MST uma organização genuinamente aberta à contribuição de muitos. Ou seja, faz do MST uma organização que se

propõe ser de "massas". Mas, pode-se perguntar, qual a diferença em relação ao PT, que, igualmente, se propõe a ser de massas? Pelo menos duas questões podem ser aqui levantadas.

Primeiro, o espaço narrativo de materialização do "indivíduo" no MST é o espaço comunitário e territorial (que se constitui, em seu "movimento", através da identificação de um outro antagonístico – o latifúndio, a burguesia, o Estado "burguês"), enquanto que o *cidadão petista*, sendo universalizado, materializa-se no espaço unitário da Nação. Segundo, em consonância com o primeiro, a *descentralização* percebida por Stedile implica, na prática, no apagamento relativo das fronteiras entre organização *stricto sensu* e poder local-territorial[135]. Essa não era, desde a década de 1980, a tendência do comunitarismo petista, que, aderindo a um valor da tradição marxista, construía, preferencialmente, o poder dentro da estrutura partidária (Capítulos 3 e 4). Na ação de representação política petista, que tinha como eixo a estratégia participativa do socialismo democrático, considerava-se

> vital que se *integrem em nossas preocupações* as lutas dos sem terra, dos movimentos populares e o *desafio, profundamente socialista, que consiste em incorporar plenamente à vida política os milhões de marginalizados existentes no Brasil*... Esse é o caminho para derrotar o Governo Collor, avançar nas lutas sociais e vencer as eleições de 1992, *abrindo caminho para, em 1994, assumir o governo do Brasil* (grifo nosso) (Partido dos Trabalhadores, 1999: 483).

Nesse investimento de "integração" – direcionado à estratégia eleitoral para presidente e vinculado a um projeto de desenvolvimento –, a luta dos sem terra e dos movimentos populares ganharia equivalência com a inclusão de "milhões de marginalizados" (potenciais cidadãos). A construção do poder partidário, nesse contexto, é coerente com a constituição, via representação, de uma "massa cidadã" não *territorializada*. É nesse ambiente que se oxigena a organização das

---

135 O MST trabalha com o conceito de *territorialização da luta pela terra*, que – numa perspectiva comunitarista, que se propõe à expansão – considera os assentamentos como frações de território conquistado (Fernandes, 2005: 78). Esse conceito, em nossa opinião, ao não se contentar com a mera conquista da terra, que pode ser qualificada como uma bandeira absorvível pela democracia nos marcos do capitalismo, remete – num contexto diferente, pois dentro de um ambiente democrático – ao dualismo do castrismo/guevarismo. A *dimensão geográfica* dessa estratégia política traz elementos interessantes para se pensar estratégias antagonísticas alternativas ao socialismo democrático-participativo do PT.

ONGs em redes como a *Associação Brasileira de ONGs* (Abong), que toma como unidade de ação/representação os "cidadãos". Esses, ancorados no espaço homogêneo da sociedade civil, agregam-se (à maneira do conceito de governança) em torno de temas (direitos humanos, capacitação sindical, defesa do meio ambiente, assessorias a movimentos populares, defesa dos direitos da mulher, dos negros e das minorias) para forçar a abertura de "espaços paritários e deliberativos" (Bava, 1996: 44) – conforme descrição e defesa do modelo por Silvio Bava, na revista Teoria & Debate da Fundação Perseu Abramo[136]. Essa estratégia também contemplava os que acreditavam, como vimos acima – ainda que mantendo uma referência na unidade de representação "classe" –, que o momento de "refluxo do movimento" é que justificava uma maior incursão na institucionalidade e, portanto, a predileção "momentânea" pela via eleitoral.

A reação do MST ao investimento das forças imperialistas do neoliberalismo, em suas linhas gerais, foi qualitativamente diferente. A reação estratégica do MST, como já aventamos, ensejava princípios organizativos diferentes dos que foram se configurando na CUT (verticalização) – organização que esteve mais próxima aos sentidos que foram se construindo na narrativa petista[137]. Frente ao patente avanço das forças neoliberais com a eleição de Collor para presidente – o que intensificou o processo de repressão[138] –, o MST, entre 1989 e 1994, adotou como palavra de ordem "ocupar, resistir, produzir" (Martuschelli, 2005), "ora com um peso maior na resistência, ora mais na produção" (Stedile, 2005: 55). Frente à impossibilidade de levar

---

136 O modelo de ação em redes, via ONGs, está em consonância com a construção do modelo participativo de democracia do PT e tinha um outro antagônico, o governo FHC. Segundo Bava, relatando uma exposição que Francisco de Oliveira havia feito na Abong, um dos elementos da política de FHC era "o combate e o desmantelamento de organizações sociais que se mobilizam na defesa de direitos", esvaziando "todas as iniciativas que expressam autonomia e buscam se legitimar no campo das disputas em torno da formulação de políticas públicas... É o caso das câmaras setoriais" (Bava, 1996: 43). Configura-se, assim, o perfil dos contendores que aceitam, mutuamente, o tabuleiro do jogo político.

137 É significativo o fato de que, enquanto a CUT diminuía o número de delegados nos seus congressos nacionais (passando de 5.044 delegados no Congresso de Fundação, em 1983, para 1.555 no IV Concut, em 1991) (Giannotti e Neto, 1991: 84), o MST tornava os seus cada vez mais massivos. Se na década de 1980 o MST realizava congressos com 250 ou 300 delegados, atualmente conta com a participação de cerca de 1000 delegados (Stedile, 2005: 56).

138 O Governo Collor acionou a Polícia Federal para fazer a repressão aos sem terra, caracterizando o caráter político de tal repressão. Além de prenderem muitos militantes, "começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos, no mínimo, quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal" (Stedile, 2005: 69).

à cabo uma política negativo-destrutiva, a idéia de refluxo foi integrada a uma estratégia que – fora dos padrões clássicos do marxismo –, em conexão com valores do anarquismo e do socialismo utópico, adotava elementos positivo-revolucionários de construção de um *poder local* não facilmente integrável ao projeto unificador de Nação.

Passa-se, de acordo com o conceito de territorialização, a investir, apesar das grandes dificuldades materiais que se impunham, nos assentamentos e na organização da produção. Em 1992, como resultado de *decisões* tomadas no II Congresso Nacional do MST de 1990[139], surge a *Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil* (Concrab) – que, segundo Fernandes (2005: 54), congrega cerca de 55 cooperativas de produção e comercialização, centralizadas por sete cooperativas estaduais, cujo objetivo é a "representação política" dos assentamentos ligados ao MST. Essa decisão gerou uma série de debates com repercussões importantes para a construção de uma política positiva não integrada do MST. Investiu-se, por exemplo, na construção de um tipo de conhecimento ideologicamente afinado com os valores da cooperação agrícola (Stedile, 2005: 75). O *Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária* (Iterra) foi criado nesse sentido. Como corolário, o III Congresso Nacional do MST (1995) construiu um programa agrário que "deu um salto qualitativo de imaginar o futuro com uma forma superior de organização da produção: nem manter o molde camponês nem aderir ao mercado capitalista" (ibid: 75-76).

O cooperativismo do MST procura se inserir numa *estratégia territorial que congrega os vários temas* – mulher, infância, idoso, educação, etc – numa perspectiva "movimentalista" de construção de poder. Amaral (2000: 16-19), em trabalho jornalístico sobre o MST, para a revista Caros Amigos, relata a experiência da cooperativa *República Socialista da Fronteira*, entre Santa

---

139 A cooperação agrícola passa a ser entendida, conforme editorial do Jornal Sem Terra, como "o caminho pelo qual os assentamentos têm respondido à propaganda dos inimigos de que a Reforma Agrária não é viável" (MST, 1990). Nesse contexto, o MST se propõe a continuar "desenvolvendo o trabalho dentro dos assentamentos, principalmente com os laboratórios para avançarmos na organização da produção" (ibidem).

Catarina e Paraná, a 35 km da Argentina. Além de generosos números referentes à produção, que contava à época com um patrimônio da ordem de 2,5 milhões de reais – sem contar com a terra – Amaral pôde perceber o alto nível de *democracia* em que se vivia. De acordo com sua descrição, a instância máxima da cooperativa são as assembléias gerais quinzenais; as 60 famílias se dividem em 6 núcleos, cujas decisões (estratégias comerciais e de produção, por exemplo) são tomadas em diálogo de mão dupla (núcleo-assembléia); constam conselhos: fiscal, social e político, diretor e de produção; etc. Ainda que consideremos que esse tipo de iniciativa vem acompanhado de problemas e contradições (o que mereceria um estudo à parte), chama a atenção o fato de eles adentrarem o campo do agronegócio (eles têm câmara fria, frigorífico, indústria de leite com produção de iogurtes, etc) em competição com a via capitalista de desenvolvimento.

É importante, portanto, para nossos propósitos, remeter a essa experiência do MST para que se possa *vislumbrar a possibilidade de fuga dos limites do corporativismo pela ação política em outras esferas sociais que não a "política" propriamente dita*. É nesse sentido que interpretamos a fala de Stedile, quando diz que o sistema de cooperação do MST rompeu com "o medo de ser apenas um movimento camponês" (Stedile, 2005: 76) e passou a transformar "a matéria prima produzida pela terra, para não sermos explorados pelas multinacionais da agroindústria". Os investimentos educacionais acima referidos vão nessa mesma linha[140]. Quando pedimos a Carlos H. Árabe para falar sobre a evolução da relação entre PT e MST na década de 1990 – apesar de esclarecer que não tinha um conhecimento mais específico sobre o assunto –, não foi difícil para o entrevistado (baseado em sua pesquisa sobre os programas de desenvolvimento do PT em 1989 e 1994) dizer que

[140] Além do Iterra, o MST articulou um curso superior de pedagogia na Universidade de Ijuí, diversos cursos de especialização em cooperativismo, discussões sobre alfabetização e a escola no meio rural com preocupação com vistas à preparação de professores (Stedile, 2005: 77).

> na questão agrária eu acho muito evidente, e que em 94, é evidente porque muda a visão de poder, de conquista de poder. Em 89 era um processo muito ligado à auto-organização, movimentos sociais, então isso é muito evidente na questão agrária. *Em 94 ele é um processo muito mais estatal, o processo de transformação*.

Verifica-se, como corolário, um afastamento processual do MST em relação à narrativa petista. Nos jornais do MST que lemos em nossa pesquisa de campo, salta aos olhos esse afastamento, pois a presença de lideranças do PT vai diminuindo ao longo da década de 1990, até se restringir a uns poucos militantes – muito dos quais (como César Benjamim e Plínio de Arruda Sampaio) viriam a sair do PT. Assim sendo, o deslocamento de fronteiras do ambiente narrativo petista vai fazer com que muito dos valores cultivados pelo MST, que se materializa na sua prática política, seja estranhado por militantes do PT.

O primeiro estranhamento vem na forma de acusação de que o MST quer virar um partido político. Esse tema nós já tratamos (Capítulo 4), mas vale a pena realçá-lo com a discussão acerca das alternativas de fuga do corporativismo. Soraia Soriano chamou a atenção para o fato de que foi o recuo dos sindicatos – que a entrevistada revela não entender bem, pois alguns "falam que é descenso, outros falam que é a direção sindical está vendida, é a reestruturação do trabalho" – que projetou o MST. Se considerarmos, como faz Soriano, que a "luta pela terra é *extremamente radicalizada*. Ela *ocupa*. Então isso já é uma situação de radicalidade", poder-se-ia aventar a possibilidade de construção de uma estratégia socialista com centralidade no campo – estratégia plausível já que foi este setor que ganhou proeminência em termos de luta e resistência nos anos 1990 (período em que também, não nos esqueçamos, voltou a ter enorme peso econômico o setor do agro-negócio exportador, plenamente articulado ao mercado capitalista transnacionalizado). O MST sempre manteve relações de apoio com os sindicatos da CUT, mas na década de 1990, segundo Soriano, havia, na esquerda (não especifica se do PT, é verdade), certa crítica à presença do MST na cidade. Diziam que

> estão indo pra cidade pra levar pro campo... Alguns militantes da esquerda diziam... Que nós estávamos fazendo o *trabalho contrário*. Ao invés da gente construir a resistência aqui, nós estávamos *desafogando a situação* pra levar pro campo como se o campo fosse resolver o problema do operário.

Ora, a confiar nas palavras de Soriano, esse argumento não faz muito sentido, desde que, em termos políticos, não se tinha nenhuma "situação" em andamento para ser "desafogada", já que se estaria vivendo, conforme o discurso já mencionado, em um momento de refluxo na cidade. Poderíamos ainda pensar que, em se partindo do PT, esse argumento não faria sentido, pois "desafogar a situação" seria algo interessante para quem estava assumindo uma perspectiva de reformas, pois haveria, com a reforma agrária, vários efeitos positivos, desde a distribuição de renda até uma possível diminuição dos índices de violência urbana.

Claus Germer, que já havia sido membro do Diretório Nacional do PT, chama a atenção para o peso estratégico que ganhava a "nova fração da classe dominante no meio rural", pois a burguesia agrária estava "articulada ao setor agroindustrial" (Germer, 1990a: 4). Critica então a desarticulação dos movimentos de base entre MST, de um lado, e CUT/Contag, de outro (e, neste último bloco, entre trabalhadores autônomos e assalariados) – o que estaria estimulando o crescimento das relações de produção de assalariamento (ibidem). O que não se deveria esquecer, para o autor, era que "as reivindicações por direitos trabalhistas" eram "apenas... Reivindicações reformistas dos assalariados do campo", que, passando a não se interessar pela divisão do latifúndio, tendiam a alterar o caráter revolucionário, anticapitalista, que poderia adquirir essa bandeira. Tal caráter poderia ser vislumbrado caso se propusesse, no bojo de um projeto socialista, "a socialização imediata da terra" (ibid:5), dando-se um salto qualitativo em relação a uma proposta de uma "versão camponesa", "antiga" (corporativa, diríamos), de reforma agrária (ibid). Esta intuição, finalmente, para Germer, estaria em consonância com as experiências concretas de cooperativismo do MST desde 1983.

Concorde-se ou não com a análise de Germer, o importante para nossos propósitos é assinalar o fato de que eram concretamente apontadas – e não de forma tão isolada ou invisível, já que um artigo de conteúdo bastante semelhante foi publicado pelo autor, que era então membro do Diretório Nacional do PT e presidente do PT do Paraná, na Teoria & Debate (Germer, 1990b) – propostas alternativas de superação do corporativismo, que passavam pela politização da esfera econômica, pois se aventava uma estratégia de desenvolvimento não-capitalista. O que estava em pauta, portanto, na crítica a que se referiu Soriano, era a disputa em torno da *direção política* (representação) do processo que se vivia. Nossa opinião ganha mais consistência caso analisemos esse contraste, que Jorge Peres formulou para nós, entre as décadas de 1980 e 1990:

> Na década de 90, se nós tivemos uma diminuição dos movimentos sociais de massa propriamente ditos, mas *nós conquistamos um poder político e social, e vamos chamar assim, de uma parcela de hegemonia social que tinha capacidade de fazer em parte aquilo que o confronto aberto da luta política de massas conseguia na década de 80*. Vou pegar um exemplo bastante emblemático aqui, pra medir isso aí, a renúncia de Antonio Carlos Magalhães ao senado. O poder que era Antônio Carlos Magalhães, a capacidade dele de articular e construir poder, e ele renuncia o senado a partir daquela denúncia lá do painel. Renuncia o senado sem que haja grandes mobilizações de massa. O que é que faz, o que é que obriga ele a renunciar? *Qual o poder que se impôs a ele pra ele renunciar? Eu digo, é esse poder da representação política... A sociedade... Não tinha mais um único instrumento como na década de 80, como na ditadura, que o único instrumento pra fazer valer a sua vontade era a ação direta*.

Tratava-se, portanto, da substituição da ação direta pela ação de representação – e isso envolvia a escolha dos *loci* preferenciais de ação política.

Temos alguns indícios de atritos (algo velados) do PT com o MST, na década de 1990, que envolvem essa disputa estratégica. A Marcha à Brasília[141], realizada em 1997, é um bom

---

[141] Stedile lembra do sentido simbólico das caminhadas, pois "nas lutas mais *generosas* da humanidade, sempre houve caminhadas massivas e longas... Tem a caminhada de Moisés [quando os hebreus fugiram da escravidão no Egito], a de Ghandi rumo ao mar para salvar o sal dos hindus, a de Mao Tsé-Tung... O povo judeu também caminhou muito... Para fugir do nazismo... O povo guatemalteco tem marchas famosas. A Revolução Mexicana foi feita praticamente a pé" (grifo nosso) (Stedile, 2005: 149-50). Nessa articulação narrativa, a "generosidade" (amor cristão), mesmo considerando toda sua "vocação" universal, se ancora em um "movimento", espaço "autônomo" específico, que se constitui *contra algo*. A caminhada, portanto, tem um flagrante sentido simbólico-territorial, que foi, fundamentalmente, resultado de uma *reação às forças neoliberais* do governo FHC – que havia sido, segundo Stedile (ibid: 151), convencido por Raul Jungmann a adotar a tática de isolamento do MST. Chamamos a atenção para o fato de essa Marcha – que não veio a apresentar nenhuma pauta de reivindicações

exemplo, pois se propunha um movimento em âmbito nacional e articulado com os setores urbanos. É salutar o fato de que estiveram presentes na Marcha representantes de vários matizes: da esfera cultural, como Beth Carvalho; dos povos indígenas; do sindicalismo urbano (petroleiros); igrejas; movimentos populares, etc (Stedile, 2005: 153), pois indicativo do desejo de superação do corporativismo. Vejamos esse depoimento de Soriano:

> Alguns militantes... Fizeram a avaliação de que no início o PT achava que não devia fazer... Mas eu acho que tinha um fundo... Um pouco o *protagonismo desse processo*... Como é que um movimento social chama marcha e não é um partido da esquerda que puxa... *Quem é que ia protagonizar, o movimento ou o partido?*... Como não tinha muita saída, eles acabaram se envolvendo. Mas os movimentos... Eu lembro porque no Sindicato que eu militava a gente via que não tinha apoio da totalidade dos professores, da direção do Sindicato, era a Articulação... A gente via que tinha uma certa resistência conforme a gente ia empurrando não era o Sindicato que assumiu, eram os professores que assumiam... Então eu acredito que de fato devia ter uma... Tipo assim: "vamos ver o quê que dá, né? Ah, é uma marcha do MST, não é do conjunto da esquerda. Apoiamos, mas é deles". E aí se conformou em outra coisa [mais ampla do que se supunha, RM].

Essa mesma resistência foi mencionada na entrevista de João Machado:

> Em algum momento... Deve ter sido lá por 96, 97, que lançaram a Consulta Popular... Tinha gente do PT defendendo a ruptura com o MST... Da CUT e do PT. Isso não prosperou porque eles fizeram aquela... Marcha à Brasília que terminou sendo um sucesso. Eu acho que aquilo é que enterrou a tendência de setores mais da direita do PT de romperem com o MST. Nunca foi dito oficialmente, mas o que a gente sabia é que isso aí tava em pauta, principalmente uma parte da CUT, mas também do PT. *O raciocínio era que esse tipo de atuação do MST terminaria pesando de forma negativa no resultado eleitoral do PT.*

Fica claro nesse momento que há um choque programático entre PT/CUT, de um lado, e MST, do outro que instaura uma disputa por direção política[142]. As articulações narrativas costuradas para os dois projetos de socialismo em pauta tensionavam-se estratégica e taticamente,

---

específicas, mas críticas de fundo à política neoliberal de FHC – estar mais em consonância com os valores narrativos do MST do que com a narrativa petista, que sofrera abalos na amplitude de seu ambiente narrativo.

[142] Mais uma evidência empírica dessa disputa é a seguinte fala de Vicentinho, num contexto em que, nos falando da Marcha à Brasília, acusa o MST de ter tido uma postura de "exclusão do movimento sindical": "Eu me lembro quantas reuniões Lula não chamava e dizia, 'vamos sentar aqui CUT, o MST, vamos criar uma comissão para conversar permanentemente, pra vê se constrói unidade lá embaixo', mas chegou um ponto que o pessoal... Ainda tem gente que apóia, mas quem é quem apóia? Quem apóia são mais algumas tendências... Os sindicatos ligados às tendências, e nem todas". A conclusão de Vicentinho é que "esse movimento... Continua tendo o respeito da minha parte até hoje, mas ele passou... A ser um movimento, por ser a vedete do movimento, a referência, a vanguarda, seus dirigentes, parte deles, começaram a ter uma postura, que eu diria arrogante e utilitarista do movimento sindical".

pois trabalhavam em espaços político-sociais diferentes e com distintas unidades de representação política. As *culturas políticas* que se podia e/ou desejava construir ao nível do poder local, nos dois casos, eram bastante conflitantes entre si. No caso do MST, valores narrativos, como a "mística", iam de encontro à racionalidade dos espaços de participação que o PT passou a investir. Para João Machado, "a mística... Está vinculada a uma concepção de *manter viva a idéia da luta socialista*, da luta pela *emancipação coletiva*... Eu acho que a *autonomia do MST* é porque ele sempre foi muito mais da esquerda, um movimento de militância socialista"[143]. Note-se que, para o ex-dirigente petista, o referencial em termos de unidade de representação política é "coletivo" e está vinculado a um projeto socialista que requer "autonomia" narrativo-espacial. A tentativa de expansão desse espaço narrativo, sendo baseado no princípio horizontalizante da territorialização, chocava-se com a construção do PT como um "canal" de participação política. Como corolário, o MST, progressivamente, vai se afastando do PT – ao que Árabe nos revelou considerar um dos problemas que ocorreu na relação PT/MST, pois "o debate fica dentro e fora... Aumenta a distância do debate".

A racionalidade que emerge do *modelo participativo de democracia*, assim, tende a estranhar os valores político-culturais que circulam na narrativa do MST. Vejamos, para além da recorrente acusação ao MST de ele querer, no seu movimento de ampliação, tornar-se um partido, de que forma esse estranhamento apareceu na entrevista que Jorge Peres nos concedeu:

> A organização política da base do MST... Não contribui pra a *politização*. Porque é um processo que, como você tem que ter a radicalidade e ir ao confronto... Você não chega lá na porta da fazenda e vai negociar com o dono. Invade. E existe uma disciplina. Como eles trabalham com a base social [que]...Não tem experiência de organização política e social... Então *é quase que uma*

[143] Coerentes com nossa postura teórico-epistemológica de não essencializar os espaços político-sociais, por mais autônomos que esses possam parecer, vale a pena reproduzir a seguinte opinião de Markus Sokol, em entrevista que nos concedeu: "a base material sobre a qual o MST repousa, que é das ONGs e da colaboração com o Estado, é uma base movediça, não é uma base sólida. Nesse ponto de vista a CUT tem uma base muito mais sólida, se ela quisesse adotar uma outra política". Sem necessariamente concordar com tal assertiva achamo-la interessante por desvelar que o MST, no seu intento de superação do corporativismo, mantém articulações com outros espaços político-sociais que, certamente, têm efeitos identitários históricos.

> *organização militar*, o comando é muito centralizado e não tem uma discussão. Não é que eles não façam um debate, mas que a conclusão do processo... É de um *movimento politicamente muito fechado, impermeável*, e que *as pessoas não crescem politicamente do ponto de vista de uma percepção da realidade*... Está indo... Num sentido que não encontra suporte na realidade política e social. Então a tendência eu acho que é eles irem se fechando de tal modo que *corre o risco de virar um movimento messiânico mesmo, uma igreja, um troço que se isola*.

Chama a atenção o fato de que se, por um lado, nós podemos notar o investimento político do MST para se expandir e fugir dos limites do corporativismo, por outro lado, a percepção do entrevistado é a de que o Movimento investe no "isolamento", é "fechado" e "impermeável", o que o assemelha a um "troço", uma "organização militar" ou "messiânica", uma "igreja"[144]. A falta de contato e "percepção da realidade" pelo Movimento também é digna de nota, pois revela o vínculo narrativo-espacial, pois remete à autonomização da esfera política, entre razão e o que se entende por "politização". Os movimentos mais antagonísticos, assim, como aprendemos com Laclau (capítulo 2), tendem, pela via impositiva da "racionalização", a ser considerados como populistas, messiânicos ou pré-políticos (que ainda não "cresceram politicamente"). Na realidade, segundo o nosso ponto de vista, o MST – diferentemente daquela postura mais radical de *O Trabalho* (Anau, 1990), de oposição frontal entre modelos de democracia (e que, nos nossos termos, tende a se concentrar na dimensão negativo-revolucionária da política) – assinalava, ainda que isso não seja trabalhado de forma mais explícita do ponto de vista teórico, a possibilidade de construção de *uma outra estratégia, mais conflituosa, de articulação com a democracia*. À maneira de Florestan Fernandes, o MST propõe um projeto de transição ao socialismo que se mostra mais aberto no que tange à articulação entre "classe" e "diversidade".

---

[144] É interessante notar que essa percepção de isolamento do MST coincide, como veremos a seguir, com um investimento da mídia no sentido de desarticular os elos equivalenciais da narrativa petista. Vejamos esse depoimento que nos foi concedido por Alexandre, membro da direção do MST em Pernambuco: "O isolamento do MST... É uma peça fundamental que a mídia brasileira tem ela tenta a todos os dias, toda hora criar esse isolamento. Botar nós pra brigar com o PT... Pra brigar com aqueles que estão num campo mais à esquerda. Nós temos algumas discordâncias no caminho, mas, por exemplo, a CUT hoje chama uma mobilização mal vão os sindicatos filiados, quando nós chamamos para discutir, por exemplo, a privatização da Vale, vai 50, 60 organizações que a gente nem imaginava que ia, ou seja, então, que isolamento é esse que quando a gente chama as pessoas vêm. No congresso nosso tinha 130 representações de países internacionais, então, esse fato de criar o isolamento é justamente pela radicalização da luta que fazemos em determinado momento... Inclusive muitos de nossos aliados pegam esse discurso no parlamento, no sindicato".

A tentativa de construção da Consulta Popular em 1997 vem a respaldar essa nossa opinião. Vejamos como Markus Sokol, dirigente nacional do PT e da tendência *O Trabalho*, analisa, em entrevista que nos concedeu, a tentativa atual de se construir a Assembléia Popular (versão atualizada da Consulta Popular):

> Foi um fiasco, faz mais ou menos uns dez anos que eles tentaram, nunca pegou. Na Assembléia Popular *eles conseguiram envolver um... Setores da igreja e da militância do movimento social ligada à Igreja Católica, e alguns setores da extrema esquerda*. Em torno de um *negócio* que é um... Não sei qual é palavra pra isso, mas é uma *geringonça, porque eles a definem como um instrumento de poder*... E ao mesmo tempo *exclui, por definição, a participação dentro da CUT. Que cápsula de poder é essa que se forma à margem do poder existente? Dualidade de poder eu admito, acontece na história. Mas aí em geral a gente percebe quando acontece. Acontece por enfrentamento, mas não... Na sombra da batina do padre*... Se faz à luz do dia, na disputa pelo controle, dos meios de comunicação, dos meios de transporte, dos meios de produção... *Em alguma esfera real, não em agrupamento político*. E eles se diferem como... Governistas sem poder... *E ao mesmo tempo não tem partido, então faz parte desse movimentismo... Tem idéia de que partido e sindicato e a própria democracia tá inspirada pela democracia dita participativa, e acaba caindo na governança mundial*... Nos anos 80/90 eles cumpriram o papel de tonificar o movimento social, mas isso não os transforma... Nem em direção preferencial e nem mesmo em alternativa. Eles dependem do Estado... Ainda hoje, dos programas do Governo Federal.

Perceba-se, em primeiro lugar, que, como o próprio Sokol constata, a experiência conseguiu envolver outros setores da sociedade, o que comprova a tentativa real de superação da situação corporativa. A questão da *forma* (estrutura organizativa) – "troço", "negócio", "geringonça" – também nos chama a atenção na medida em que a vinculemos à estratégia socialista e sua relação com a democracia, ou seja, ao sentido narrativo que se intenta construir. O problema, do ponto de vista de Sokol, é a definição da Assembléia Popular como "instrumento de poder" (local) – ainda mais quando se "exclui, por definição, a participação dentro da CUT" e quando "não se tem partido". Esta crítica, por sua vez, está claramente vinculada à percepção crítica da aposta do MST numa *situação de dualidade*, que, se construindo às "margens do poder existente", recairia na "governança mundial". Segundo vemos, Sokol é informado por valores clássicos da tradição marxista que, por se inserirem numa noção de totalidade dialética (Capítulo 2), aferram-se à dimensão negativo-destrutiva da política. Sendo assim, vislumbrando vínculos

narrativo-estruturais entre o todo e as partes, o entrevistado não consegue legitimar tentativas de construção de poder local que, fugindo à lógica sistêmica do capitalismo mundial, não se dirijam, preferencialmente, à destruição do Estado "burguês" como centro estruturador de tal sistema. De acordo com essa lógica narrativa, a "classe trabalhadora" é um *momento dialético* do modo de produção capitalista, o que justifica o estranhamento de Sokol em relação aos movimentos "autonomistas" do MST. O entrevistado tende, nesse sentido – não sem certa razão, pois, como apontamos, o comunitarismo do MST não pode ser essencializado –, a apontar os vínculos do Movimento com as igrejas e o próprio governo, como a sugerir: "estão vendo, eles não são assim tão autônomos como dizem ser".

O que se colocava, entretanto – e pressupomos que isso interessa a Sokol, posto que crítico dos rumos que tomavam o PT e a CUT –, são formas alternativas de resistência às forças do neoliberalismo, que fugissem da racionalidade/espacialidade do discurso ético-cidadão. A politização da esfera econômica pelo MST, ao *diferenciar-se* da articulação da narrativa petista com o "nacionalismo" e o projeto de desenvolvimento então firmado, principalmente a partir de 1994, que concede à Nação o protagonismo político, advogava, potencialmente, contra a inserção do Brasil no ambiente narrativo da governança mundial. Ao contrário do que aventou Sokol, a estratégia do MST poderia assumir tons radicalmente antagonísticos, pois inserida, no presente, numa disputa direta com o modo de produção capitalista. Trata-se, portanto, de um projeto não-capitalista de desenvolvimento, conforme proposta aventada por Claus Germer, que está, ironicamente – considerando a filiação trotskista de Sokol – em sintonia lógica com o Programa de Transição e com a lei do desenvolvimento desigual e combinado, pois se colocam demandas que, expandidas, na luta por hegemonia, não poderiam ser absorvidas pelo sistema capitalista. A capacidade de articulação com os trabalhadores urbanos, que tem sido perseguida pelo MST desde sempre, seria, nesse sentido estratégico, de fundamental importância.

A título de ilustração vale mencionar a resposta de Stedile à avaliação de José de Souza Martins de que teria sido um fracasso da Marcha à Brasília não ter tido propostas para discutir com o governo e, também, não ter aceitado a proposta de FHC para participar de uma comissão de estudos sobre reforma agrária:

> Fizemos uma avaliação naquele momento e hoje estamos mais convencidos ainda de nosso acerto. Aliás, na nossa avaliação crítica, perdemos uma boa oportunidade para avançar bem mais. Não na audiência com o presidente, mas na área política, com a sociedade. Por exemplo: poderíamos ter convocado todos os que estavam na Marcha para seguir em caravana até o Rio de Janeiro para impedir a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. A Marcha poderia ter conquistado essa vitória para o povo brasileiro. Não nos demos conta da força que tínhamos nas mãos.

Independentemente da factibilidade ou não de se ter impedido a privatização da Vale, o importante, para nossos propósitos, é apontar para a possibilidade de articulação, a partir de uma perspectiva territorial, entre cidade e campo – o que se desdobraria em uma relação qualitativamente diferente com o espaço público democrático. Investir ou não em determinada linha de ação, mesmo considerando o poder inconteste das forças opositoras, é uma questão de escolha política. O que informa a razoabilidade, a factibilidade dessas escolhas, ou sua coerência (conceitual e valorativa) com a tradição política que nos conforma, são, em boa medida, os *loci* preferenciais da ação de representação política, posto que seus valores reverberam na amplitude do ambiente narrativo. É com isso em mente que procuraremos analisar alguns aspectos da experiência petista nos espaços locais de poder.

5.3.3 A disputa em torno das unidades de representação política: articulação entre governo local e projeto nacional

Pensar a disputa em torno do estabelecimento de unidades de representação é importante, pois, como vimos, essa disputa tem interface com a eleição/aceitação dos *loci* de representação política. Assim, analisar a experiência dos governos municipais petistas requer a consideração de

três espaços ou instâncias básicas que se articulam: os espaços oficiais de representação política (executivo e legislativo), o partido propriamente dito e os espaços dos movimentos sociais. Vejamos algumas considerações acerca da inter-relação entre tais espaços na narrativa petista.

Para além do impacto que o PT possa ter causado na cultura política dos espaços oficiais de representação – e, acreditamos, foram muitos[145] – cumpre nos determos nos efeitos que tal relação traz para a estrutura partidária. Dilson Peixoto – dirigente do PT de Pernambuco –, refletindo conosco sobre sua experiência na ocupação de cargos no executivo, pondera:

> Quando eu fui convidado por João Paulo para assumir um espaço no executivo, aí você se vê diante de uma *outra pauta... Marcada pela necessidade de um resultado imediato...* Que a tua atuação tá *fazendo com que minimamente as questões mudem*. Então... Já me vi, em alguns momentos, em conflito com setores sindicais... Por exemplo, numa greve... Eu sendo Secretário de Serviços Públicos, numa secretaria que engloba a empresa de limpeza urbana e manutenção da cidade, que é a Emlurb... O presidente do sindicato era um companheiro do PT... Com um grau de disputa tão grande em relação à prefeitura, de divergências tão grandes, que eu já me vi em conflito... Tendo, por exemplo, que pedir o apoio da polícia para permitir que a empresa fizesse com que os caminhões da limpeza urbana saíssem às ruas... Os sindicalistas queriam proibir os caminhões de saírem do pátio, quando a gente precisava fazer a limpeza da cidade, né? Então *tive que pedir o apoio da polícia* para poder... Sem violência, mas abrir o caminho para que os caminhões da limpeza urbana saíssem às ruas, né? Então, já *foi um choque interno. Mas, ali eu via, claramente, que o meu papel não me permitiria vacilar,* que... Que *eu enquanto secretário, eu ia ser cobrado pelo povo quando o lixo não fosse recolhido*. Então, você começa naturalmente a fazer com que o teu... O norte... Do teu pensamento mude um pouco, *você começa*, na minha opinião, *a verificar de maneira holística a realidade, não apenas sobre um foco só, de um atendimento de uma reivindicação corporativa.*

Em contato com "outra pauta", Dilson interage com uma racionalidade que requer a noção de "resultado imediato". O tempo político do espaço (narrativo) da administração é, numa dimensão positivo-reformista, de curtíssimo prazo. Há, agora, que se notar "mudanças mínimas", diferentemente do Partido, que projetava para o futuro mudanças de mais fôlego. O entrevistado, portanto, se vê cumprindo um "papel" que lhe confere, apesar do "choque interno", a *razoabilidade* de "pedir o apoio da polícia". Atitude *justificável* na sua visão "holística" de

---

[145] Este é, como dissemos (Capítulo 1), um limite de nossa pesquisa: não nos propusemos a analisar tais impactos. Consideramos, entretanto, que, à luz da concepção geral de nosso método, poderíamos, com boas perspectivas, realizar uma pesquisa nesse sentido.

administrador, pois ele iria ser cobrado pelo "povo", pelo *cidadão* que precisa ter a cidade limpa. Não procede, assim, um olhar "sob um foco só", pois este reflete reivindicações "corporativas". Estabelece-se, portanto, uma situação paradoxal em termos de representação política. O partido assume a representação de demandas do movimento sindical (particulares), sob a promessa de alçar-lhes à posição da "política" e lhes fazer superar o corporativismo/economicismo, para depois de ocupar os espaços de representação negar a racionalidade das mesmas demandas, tachando-as de "corporativa". Esse debate é muitas vezes *moralizado*, especialmente quando se é interpelado pela ideologia do discurso ético (que tende a naturalizar a esfera política). Refletindo sobre a tensão da relação do PT com seus prefeitos, Lula disse: "Se os eleitos se lembrassem do discurso que faziam para se eleger, perceberia que o Partido não está fazendo nada mais do que cobrar a coerência deles (Lula da Silva, 1991a)"[146]. Antes de voltarmos à fala de Dilson Peixoto, tentemos ver a questão sob outra perspectiva analítica. Falemos rapidamente da greve dos condutores de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina (1988-1992).

Erundina foi eleita prefeita de São Paulo, em 1988, apoiada pelo campo de esquerda do PT. Segundo Ricardo Azevedo nos declarou, se estabeleceu "logo de cara" um conflito entre a administração e o Diretório Municipal do PT que, curiosamente, era hegemonizado pela esquerda, especificamente pela tendência *Articulação de Esquerda*. Rui Falcão, presidente do Diretório, complementa Azevedo, "batia muito na administração". Esses atritos ganharam grande publicidade quando da eclosão da greve acima referida, quando os grevistas contaram com o

[146] Há, na fala de Lula, uma tendência a culpar os políticos, enquanto indivíduos, pelas tensões na relação entre partido e administrações. Essa tendência ganha tons bastante explícitos nesse trecho da entrevista que Vicentinho nos concedeu (o entrevistado refletia sobre os impactos no Partido decorrente de sua ocupação de espaços institucionais): "Eu não acho que é por causa da entrada no poder. Eu acho que é por causa das posturas ou de concepção ou de posturas individuais. Vou pegar exemplos concretos da minha experiência aqui, não vou nominar, mas muitos prefeitos cooptaram núcleos de movimentos de seu interesse. Então, no lugar de valorizar, cooptaram. Cooptaram, tirou a graça, tirou a luz, tirou o brilho. Cooptando virou um instrumento, que é esse o erro gravíssimo que se comete, a pessoa achar que tem a caneta na mão tem poder para tudo".

apoio do Diretório[147]. Edivaldo Santiago Silva, presidente do sindicato dos condutores, critica a administração por ter achado que o sindicato abriria mão das suas "reivindicações só porque mantemos identidade partidária... A CUT, por sua vez, vacilou para intervir... Entretanto essa omissão foi reparada a tempo" (Santiago Silva, 1992: 14). Azevedo, por sua vez, acha que o problema é que "Erundina foi eleita com um discurso muito à esquerda... e ela assume e faz um governo que não correspondia aos interesses, às expectativas da chamada esquerda do Partido. Então [houve, RM] uma frustração. Havia quase que uma expectativa de conselhos populares por todo canto, na gestão". Esse episódio serve de pano de fundo aos nossos argumentos.

A experiência de Dilson, e sua presumida adaptação após um momento de "choque interno", nos revelam, empiricamente, *a força material-narrativa da "autonomia" da esfera política*. Há uma clara hierarquização na importância que se atribui ao "povo", de quem o representante vai ser cobrado, e à *demanda corporativa*. Ora, toda demanda só pode romper com seu limite corporativo caso encontre um espaço político-social de articulação com outras demandas. Nesse caso, através de um processo de identificações e construção de equivalências, constituir-se-ia um coletivo, mais ou menos amplo, para ter interlocução com o poder instituído. Tal coletivo, então, poderia cobrar do representante suas demandas a partir de uma perspectiva menos particularista. A lógica de representação dos espaços oficiais da política, entretanto, é diferente, pois a cobrança (eleitoral, principalmente) vem do "povo", do *cidadão*, eleitor a ser incluído politicamente. Dilui-se, portanto, o caráter coletivo de "classe" que, contraditoriamente, é cobrado pelo mesmo entrevistado. Vejamos como.

---

147 Na época, guardamos isso na memória, a tendência *Convergência Socialista*, em crescente processo de tensão com a *Articulação*, denunciava a "traição" dessa última aos interesses dos trabalhadores. Ao invés de culpar indivíduos, a análise se dá mais em torno das "forças políticas" e suas claudicações programáticas. Havia, façamos justiça, todo um contexto de redução na arrecadação tributária dos municípios nessa época que, supomos, deve ter diminuído o poder de concessão salarial da Prefeitura de São Paulo. Os municípios, com efeito, deixaram de receber uma transferência de tributos da ordem de 16, 41% em 1991 e passaram a receber o percentual de 15, 36% (Pont, 2000: 14). Esse tipo de "razão", entretanto, não atinge a todos.

No contexto de avanços das políticas neoliberais na década de 1990, ganha força – "impregnando a CUT", segundo Peixoto – o sindicalismo ligado ao setor público, que tinha "uma pauta histórica de reivindicações" de enfrentamento com "os governos". Quando o PT "passou a ser governo em alguns estados" veio a sentir o problema na própria pele: "a pauta corporativa daquela categoria era tão imensa, que de repente a gente começou a não mais conseguir identificar o que estava em jogo ali, se era a luta verdadeiramente corporativa ou se tinha algum tipo de concepção de fato de classe" (que se podia notar, faz-se implícito na fala do entrevistado que comparava as décadas, no sindicalismo da década de 1980). *Para entender essa tendência corporativa na década de 1990, é preciso perceber a própria ação política do PT*. Entre a lógica de representação dos espaços políticos oficiais e os (potenciais) espaços de organização dos trabalhadores interpunha-se o Partido. Essa interface, com efeito, será feita, entre outros fatores, mediante sua *concepção de democracia* (que inclui a unidade de representação a se adotar e os *loci* preferenciais da ação política) e o sentido da *estratégia global* adotada. Aí é que entra o modelo petista participativo de democracia e a centralidade da eleição de Lula para presidente.

Debatendo os resultados das eleições municipais de 1992, Genoino (1993: 54-6) articula a necessidade de "sucesso" das administrações municipais à "definição de um projeto político nacional e de um programa de governo" (ibid: 56), passo que havia sido dado no I Congresso do Partido (1991). Coerente com a estratégia de desenvolvimento através da criação de um mercado consumidor de massas e do estabelecimento da "Nação" como agente político[148], Genoino concebe como central para a construção do "socialismo democrático", a *ação do Partido* para "retirar os que estão no mundo da miséria e trazê-los para a luta reivindicatória" (ibidem). Trata-se, evidentemente, dos descamisados, que deveriam converter-se em cidadãos e eleitores

[148] É interessante destacar, nesse contexto, que o trabalho de elaboração do programa de 1998 "não recebeu a mesma atenção e empenho verificados nas campanhas de 1989 e 1994" (Árabe, 1998: 130). Segundo Árabe, o programa de 1998 foi "efetivamente secundarizado, subordinado à constituição da chamada frente de oposições" (ibidem). Este é mais um efeito, na nossa perspectiva, das articulações político-espaciais – próprios do jogo político –, que tem conseqüência para a capacidade de projeção mítica dos partidos de esquerda.

potencias. Estratégia similar encontra-se em Celso Daniel, que defendia que "através das administrações, podemos demonstrar simbolicamente que estamos ao lado dos excluídos, abrindo assim um espaço de aproximação e constituição de alianças sociais fundamentais" (Daniel, 1997: 15). Assim, *concentrando-se nas ações político-eleitorais, as administrações municipais – com seu modelo participativo – seriam, ao mesmo tempo, agentes e espaço de implementação dessa política*. Uma boa recepção dessas gestões na *opinião pública* (com forte interface, portanto, com a mídia), no contexto de hegemonia do discurso ético-cidadão, implicava em se basear nos princípios da "eficiência" e da "ética" (Dias, 1993: 49) – provocando o efeito narrativo da antecipação temporal da "comunidade política" que se tentava projetar.

Perseguindo nosso intento de entender a percepção por Dilson Peixoto do caráter corporativo das demandas do funcionalismo público, vale mencionar o tratamento que Genoino dá à questão da "democratização do poder e da gestão pública local". Ele condena a aposta na "idéia abstrata" dos conselhos populares, que teria feito o Partido "cair num certo imobilismo imposto pela engrenagem administrativa" (Genoino, 1993: 55). Nesse contexto, avalia que "qualquer tentativa séria de democratização da esfera pública não pode cair na idéia ilusória de 'poder popular'" (ibidem). Dever-se-ia, portanto, numa perspectiva "pragmática e responsável", tomar "por base a organização já existente na sociedade" e "abrir espaços decisórios para os segmentos sociais afetados pela administração" (ibidem). Note-se que a ação de representação do Partido elege como *loci* da "política" aqueles espaços que não se referenciam em unidades coletivas de representação. Essa ação, portanto, à guisa de manter contato *pragmático* e *responsável* com a "realidade" (o apelo realista nos lembra, mesmo que sob diferentes perspectivas, as falas de Jorge Peres e Markus Sokol), de fato, ajuda a constituí-la ou reforçá-la. Ao negar os conselhos populares como sendo "ilusórios" – e, portanto, desinvestir na construção de seu espaço de existência – e, em seguida, acusar as demandas dos trabalhadores de

corporativas (assim como Peixoto), o PT está "dando o biscoito para bater na cabeça do cachorro".

Para que se perceba, como vimos insistindo, o caráter processual dessas decisões é interessante remeter à entrevista que Lula, então voltando a assumir a presidência do PT em 1991, concedeu para Paulo Vannuchi e João Machado. Pensando a relação entre administrações e Partido (e constatando a necessidade de se investir na construção dos conselhos populares, ainda uma espécie de unanimidade no discurso do Partido), Lula alertava contra o risco de "isolamento" dos dois espaços: partido e administração. Argumentava que alguns prefeitos começaram a fazer o seguinte discurso: "eu não sou prefeito do PT, sou prefeito da minha cidade e, portanto, tenho que governar para todos". Lula completava: "Lógico que isso é verdade. Mas governar com base no quê? Com base no programa feito pelo PT" (Lula da Silva, 1991a: 7). Adiante propõe que o Partido realize discussões quinzenais com os prefeitos sobre "as linhas gerais do programa de governo, organizar a montagem dos conselhos populares, dinamizar a participação da sociedade na prefeitura" (ibid: 8). Colocando essa fala de Lula no contexto da construção de um projeto nacional e verificando que não se tinha, normalmente, a noção que os dois espaços – administração e Partido – trabalhavam com unidades de representação distintas ("cidadão" e "classe"), podemos constatar uma *tentativa de articular espaços com referências político-culturais díspares num mesmo sentido narrativo*[149].

149 É interessante notar que esse mesmo desejo de imprimir organicidade a espaços com ritmos e culturas políticas distintas veio a se repetir com João Paulo, que foi eleito prefeito do Recife em 2000. Apoiado principalmente pela Articulação de Esquerda, tendência hegemônica no Sindicato dos Telefônicos (Sinttel), houve uma tentativa de aproximação entre sindicato, telefônicos e Prefeitura. No informativo *Boizinho* do Sinttel (2000) nós nos deparamos com uma tentativa nesse sentido: "com a iniciativa da diretoria do Sinttel, foi apresentado um documento ao futuro prefeito João Paulo, visando a adoção de ferramentas das Tecnologias da Informação na nova administração democrático-popular... Foi criado um Sub-Grupo Temático, coordenado pelo futuro Secretário do Orçamento Participativo, João Costa, para discutir e propor idéias exatamente sobre este tema... O Sinttel está sediando todo esse debate... Se você tem interesse por este tema e suas implicações em nossas vidas como *cidadãos recifenses*, já está convidado" (Sintel, 2000: 2). Note que o significado de "cidadão" está em tensão com uma unidade classista de representação, posto que sua ancoragem espacial está entre o sindicato e a cidade. Perguntado sobre o assunto, João Paulo nos respondeu: "é porque na verdade você é absorvido pelos desafios de resolver os mais diversos problemas da cidade. Por exemplo, agora mesmo a gente está com um problema no Coque, seis meses sem

Desde nossa abordagem teórico-metodológica, ao contrário do que o senso de *realidade* de alguns atores e analistas políticos pudesse sugerir, tal estratégia soa bastante problemática e não factível. Ao ser *agente político*, as administrações precisam de uma unidade orgânica mínima e, portanto, um espaço unificado (antecipação narrativa da "comunidade política") que se afina mais com a representação de cidadãos, já que estes não se ancoram em espaços territorializados mais autônomos no contexto local. Como espaço de implementação do programa partidário – este último ainda referenciado na unidade classista de representação – as administrações teriam que se articular com outro sentido narrativo que não o do nacionalismo petista e seu projeto de desenvolvimento, que se afinava melhor com o discurso ético-cidadão. A tentativa de articular os três espaços que ora consideramos (administração, partido, movimentos) num mesmo sentido narrativo (nacionalismo petista), com efeito, exigia ajustes verticalizantes na CUT e no PT e uma mudança na unidade de representação política.

As seguintes passagens do *Manifesto da Articulação aos Petistas*, publicado no Boletim Nacional em 1991, nos dão uma idéia mais apurada da dramaticidade que adquiriu a estratégia de articular, num todo orgânico, espaços com culturas políticas tão diferentes:

> É preciso retomar a *mobilização direta*... Para transformar as demandas dos movimentos sociais, os *projetos dos parlamentares de esquerda* e as propostas do *Governo Paralelo* em objetivos de luta da *sociedade civil*, acumulando forças para combates mais decisivos contra a política regressiva do governo Collor (grifo nosso) (Partido dos Trabalhadores, 1991a: 3).
>
> É necessário, além disso, aprofundar o caráter transformador das nossas *administrações municipais* realizando governos que contemplem as *aspirações populares* e que sirvam de apoio às lutas políticas e sociais dos *trabalhadores* (grifo nosso) (ibidem).
>
> É vital que a *CUT* se fortaleça para enfrentar com novos procedimentos, os desafios da recessão, do desemprego... *Superando a tradição corporativa*, é imprescindível que a CUT articule e defenda os interesses dos trabalhadores não só como assalariados, mas também como produtores e *cidadãos* (grifo nosso) (ibidem).

---

médico. Fizemos concurso. Agora mesmo a emissora de televisão, a Globo, deu uma matéria pra arrombar em cima da gente, mas nenhum médico quer ir pra lá por conta da segurança".

> Para que isso ocorra, no entanto, é preciso redirecionar os debates do 1º Congresso, fazendo com que a discussão do socialismo petista, dos caminhos de sua construção e da necessária *organização do nosso partido*, sejam travados sem que se perca a sua ligação com os *desafios imediatos da tragédia social brasileira* (grifo nosso) (ibidem).

> Queremos um 1º Congresso que envolva o conjunto dos militantes... Um Congresso em que o petista não precise estar vinculado a nenhuma *tendência* para ter vez e voz... O funcionamento interno do PT, quando reduzido à ação de suas tendências, torna-se um entrave ao crescimento do partido e à sua atuação pública... É preciso desbloquear a vida interna, reformando esse sistema paralisante e garantindo o pleno funcionamento de nossas instâncias democráticas (grifo nosso) (ibidem).

Listemos os espaços que se pretendem articular (através de equivalências) em um mesmo sentido narrativo: parlamento, Governo Paralelo, sociedade civil, governos municipais, CUT, PT, tendências do PT e o petista "individual", que deve poder "ter vez e voz" sem ter que participar de nenhuma tendência. Interessante é notar que, pela *estratégia do socialismo democrático*, o Partido seria uma espécie de linha mestra capaz de orquestrar e fazer convergir (organicamente) as ações nos diversos espaços. Pretende retomar métodos de "ação direta" e combiná-los com a ação parlamentar. Não há, entretanto, uma ancoragem espacial para tal tipo de ação, pois, como há de se convir, os "objetivos de luta da sociedade civil" são por demais frouxos e se adequam, preferencialmente, à noção "estática" de "rede". O Governo Paralelo, por outro lado, iniciativa que surgiu após a campanha presidencial de 1989, destinava-se a apresentar alternativas programáticas à sociedade civil, o que se dava no plano dos debates, sem nenhuma intenção de construir situações concretas de dualidade de poder[150]. Tal estratégia, ao contrário, estava em consonância com uma política internista.

---

[150] Havia resistência por parte do "campo de esquerda" ao caráter meramente propositivo dessa experiência que, apesar de remeter a uma marca lingüística da dualidade – através de uma aproximação dos significados de paralelo/dual –, ensejava uma ação concreta voltada para a *tática* eleitoral intra-sistêmica. Markus Sokol – então Secretário Adjunto de Comunicação do DN –, no Boletim Nacional de número 54, conclamava o PT a se envolver na preparação de uma greve geral, pois era "um equívoco considerar isso 'assunto sindical'... Ao contrário, é assunto político, pois a política não se limita à institucionalidade". Numa outra passagem dizia que "a greve geral é assunto do Governo Paralelo, para deitar mais fundo as raízes de 'alternativa de poder' (7º Encontro) que surgiu nas eleições presidenciais" (Sokol, 1991: 6).

Em termos de estrutura narrativa, essa perspectiva positivo-reformista, sem ancoragem espacial "autônoma", promovia um encurtamento da temporalidade, que gera a impossibilidade de projeção mítica. A tendência, assim, é de absorver os valores hegemônicos na "esfera pública" e orientar a "organização do Partido" para atender os desafios "imediatos" da "tragédia social brasileira". Às administrações populares era dada a inglória tarefa, como já vimos, de atender aos interesses genéricos de certas "aspirações populares" e, ao mesmo tempo, servir de apoio à "luta dos trabalhadores". Esse impasse lógico-narrativo haveria que ser resolvido. O significante "trabalhadores" – marca lingüística de uma tradição narrativa – haveria que ter seu significado ampliado. Temos, assim, o surgimento da CUT Cidadã, aquela cujo mérito seria "superar" a *tradição corporativa*. Vicentinho, orgulhoso pelo fato de que o discurso do trabalhador-cidadão tenha sido articulado pelos metalúrgicos de São Bernardo, nos falou sobre o tema em entrevista:

> Nós aprovamos... Que o trabalhador não era só um *ser produtivo*, a gente não poderia olhar o trabalhador do mesmo jeito que o patrão, [que] olhava o trabalhador como um ser que produzia, apenas... Com base nessa concepção, a gente começou a ter *atividades mais em bairros*, *buscar alianças com outros setores*, na luta ambiental, né? Com setores, eu me lembro que aqui eu fiz, quando presidente, fiz *três vigílias*, uma em defesa da *criança e do adolescente*, uma outra em defesa da *economia*, uma outra em defesa da *reforma agrária* e, olha que nós éramos urbanos, né? Foi no meu tempo que nós fizemos o acordo da *câmara setorial*, que *nós dizíamos que não bastava a gente só ser contra, a gente tem que propor alternativas* também, então, ao entrar na CUT, quem votou em mim, quem votou no *nosso povo*, sabia que a gente queria introduzir isso. A luta pelo combate ao *racismo*, tanto é que ao entrar na CUT, foi no meu mandato, aí eu não digo que foi só por mim, mas foi no meu mandato que nós criamos aquele Fórum Nacional de Luta, criamos o fórum que tinha o MST, ONGs, e várias organizações e a CUT junta, *em defesa do Brasil*.

É preciso lembrar que a CUT cidadã se inseria num contexto de resistência ao imperialismo neoliberal e que estava integrada à estratégia do socialismo democrático. Como tal, a CUT elegia os *loci* preferenciais de fazer política. As vigílias eram *temáticas*: criança e adolescente, economia, reforma agrária, racismo. A maneira de tratar a "diversidade", entretanto, tinha uma ancoragem, de acordo com o modelo participativo de democracia local, na sociedade civil. As "alternativas" que se apresentavam eram dentro da lógica tripartite das câmaras

setoriais, que não se dirigem a um outro antagonístico – ao contrário, coerentes com a lógica narrativa do *nacionalismo petista*, destinam-se a "defender o Brasil". A aliança com os bairros se opera num sentido bastante diverso, portanto, da noção de territorialidade do comunitarismo marxista-cristão[151]. Vicentinho, entretanto, que tem forte ligação, em sua história pessoal, com o cristianismo, refere-se a "nosso povo", fazendo prevalecer, segundo entendemos, os valores humanistas universais dessa narrativa. Vale, nesse contexto, contrastar com o simbolismo político da "generosidade cristã", de acordo com a visão de Stedile.

Sendo o PT o eixo articulador de tantos espaços (um significante vazio, nos termos de Laclau, ou um ator particular apresentando-se como nucleador de uma proposta hegemônica), era de se esperar que sobre ele reverberassem todos os tipos de pressão. As tendências políticas mais à esquerda caracterizaram-se, de diversas formas, como espaços de resistência ao sentido que adotava a narrativa petista oficial. Vimos acima as contestações de militantes de *O Trabalho* (Anau, Sokol). A *Democracia Socialista* contestou particularmente a política de alianças adotadas pelo PT (Pont, 2002). Árabe reconhece que "esse é um tema [em] que perdemos muito no sentido da identidade, da teoria, da discussão de pra que serve alianças... Houve, em grande medida, uma instrumentalização eleitoral, uma visão muito utilitária das alianças pra ganhar eleições" (entrevista que nos concedeu). João Machado, então militante da DS, associa o *Projeto Para o Brasil* (Ricardo Azevedo, Carlos Nelson Coutinho) com a tese, equivocada em seu entendimento, de que nas eleições de 1992 "fomos derrotados onde não implementamos uma política de alianças ampla e onde tivemos candidatos 'estreitos'" (Machado, 1993: 51).

---

[151] O modelo de gestão pública em nível local defendido por Celso Daniel, uma das maiores referências petistas no tema, propunha a construção de uma via em que se caminhasse "no fio da navalha na relação entre o público e o privado" (Daniel, 1997: 13). A redefinição da dimensão econômica dessa relação, que anima a lógica tripartite das câmaras setoriais, "pode vir a ser inclusive um referencial importante para a construção de um projeto alternativo de nação" (ibidem). Esse projeto implicava "ações na linha de acordos tripartites entre empresários, trabalhadores – através dos seus sindicatos – e o governo para a formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento mais integradas" (ibid: 14). Note-se que, ao contrário da perspectiva do cooperativismo no MST, há uma despolitização da esfera econômica, que inaugura uma lógica de territorialização regional integrada ao sistema capitalista. O desenvolvimento local, criador de um mercado consumidor de massas, conforme o nacionalismo petista, preocupa-se com a geração de emprego dentro dos marcos do capitalismo.

Houve na década de 1990 um grande esforço para a construção da *unidade partidária*, pois as tendências eram, não raro, espaços de resistência daqueles valores e sentidos narrativos que não mais se alinhavam com os rumos da narrativa petista. Já no I Congresso Nacional a discussão sobre o direito de tendências foi bastante polarizada, tendo a tendência *Articulação* defendido a tese mais restritiva (Partido dos Trabalhadores, 1991b: 4). Essa tese apelava para que "o centro da vida partidária esteja nos espaços do Partido e não nos espaços das tendências" (ibidem). Em 1992, quando do processo de expulsão da *Convergência Socialista* (CS) (tendência trotskista), foi publicada uma declaração de dirigentes do Partido em protesto contra o fato (mesmo sendo críticos às posições da dita tendência, que teria convocado os revolucionários a saírem do PT em prol de uma Frente Revolucionária) no Boletim Nacional. Segundo essa declaração, as decisões do Diretório Nacional teriam sido incorretas, pois "o tratamento dado à CS contrasta com a aceitação e até complacência por parte das direções partidárias com práticas de *parlamentares* e *prefeitos* que por vezes afrontam as decisões democraticamente deliberadas nas instâncias... do partido" (Partido dos Trabalhadores, 1992: 5).

O fato é que se combinava à abertura do partido, que passava a se caracterizar como um "partido de massas" – no sentido de estar mais *aberto* à sociedade –, o aumento de poder daqueles que ocupavam cargos eletivos. Como observou Raul Pont em relação ao Processo de Eleição Direta (PED) – nos revelando o que estava realmente em jogo na discussão entre o PT como partido de "massas" ou de "quadros" –, *o Partido estava deixando de ter a estrutura orgânica de um partido de militantes*. Para Lula (cerca de uma década antes), ao contrário, "com essa atitude de se abrir para a sociedade, o PT ganha na medida em que está tentando representar diversos setores, não apenas as pessoas que compõem hoje o quadro de filiados do PT" (Lula da Silva, 1991b: 3). Isto é, as fronteiras da narrativa petista se tornavam gradativamente porosas à penetração de valores que lhe eram inicialmente estranhos. A experiência de Teresa Leitão como parlamentar do PT de Pernambuco é bastante reveladora nesse sentido.

Uma observação inicial bastante interessante de Leitão, pois reveladora de que no legislativo (ao menos em Pernambuco) não se atua, obrigatoriamente, em sintonia com as orientações do Partido é que, pra ela, "o poder legislativo atua muito pouco coletivamente, ele se posiciona muito pouco como poder". Por conta disso, "as diferenças de atuação parlamentar são gritantes – dentro de uma mesma bancada partidária". A identificação acontece mais na hora de "votar com o Governo", mas a "atuação parlamentar, mesmo, seja internamente, seja pra fora da sociedade, ela é muito fragmentada". Leitão se chocou com a cultura da casa (Assembléia Legislativa), onde a "disputa é diária". Ela vinha de "uma experiência de trabalho coletivo, de obediência, deliberação das instâncias" (organicidade), então, no começo teve "um sentimento muito grande de solidão". Tinha a responsabilidade de "tomar decisões sozinha, eu e minha assessoria, porque o Partido apóia pouco". Quando defendeu o fim do Jeton (remuneração dada aos parlamentares por comparecerem a determinadas sessões), juntamente com Roberto Leandro – deputado petista "independente"[152] – a bancada petista ficou dividida, "exatamente dois para um lado e dois para o outro". Contra o fim do Jeton, curiosamente, ficaram os deputados petistas Isaltino Nascimento e Sérgio Leite – sendo o primeiro da tendência de Leitão (Unidade na Luta, oriunda da Articulação) e o segundo da OM (Organização Marxista), um agrupamento local, "quer dizer, nem a questão da tendência atuou aí"[153].

Essa autonomia dos deputados tem conseqüências para a estrutura partidária. Primeiro porque há uma tendência de *by-pass* ao Partido. Em seu isolamento, os deputados têm um poder por si sós. Teresa revelou que percebeu um outro lado, pois "eu me senti empoderada... Eu posso

---

152 Chamam-se aqueles militantes que não têm vínculos orgânicos com uma tendência interna do PT.

153 Mesmo considerando o atrativo de receber alguns milhares de reais a mais em sua conta bancária, podemos considerar os aspectos culturais que estimularam Isaltino Nascimento e Roberto Leandro a quererem receber o Jeton. Nas palavras de Leitão: "Quem diz que o movimento sindical é corporativo não conhece uma Assembléia Legislativa. Eles se sentiram ofendidos porque eu fui contra uma posição que todo mundo... 'Mas é natural receber o Jeton Teresa!', Eu digo, 'Pra mim não é'. Eu quando era sindicalista sempre fui contra isso. Os estatutos do PT mandam o candidato assinar um termo de compromisso dizendo que vai lutar veementemente contra, dentre outras coisas, o Jeton. Então lutar veementemente pra mim tem que ser primeiro não receber".

chegar e dizer que quero isso, que quero aquilo". Mesmo não utilizando desse expediente, porque "minha prática nunca foi essa", Leitão descobriu que podia relacionar-se diretamente com os "setores organizados": "foi o que de fato amenizou um pouco mais, e eu aí passei a ver que tem a possibilidade desse espaço". Esse é um poder, outrossim, que tende a ser utilizado pelos parlamentares na disputa interna de poder. Para Leitão, os deputados no espaço do Legislativo

> pegam os vícios... E aquela militância do PT, dá forma como ela começou, ela tá enfraquecendo... Aí *você faz filiações pelo mandato, porque você tem base, você tem contatos, você tem presença política... É como se as pessoas não tivessem se filiando ao PT, tivessem se filiando a você, aí leva aquele poder pra dentro do partido pra influenciar em horas de decisões*... Eu acho isso totalmente incoerente, porque o espaço das diferenças dentro do PT é estatutariamente e politicamente reconhecido pelas tendências políticas... Tem proporcionalidade nos cargos de direção, mas não tem proporcionalidade nos cargos de, na composição de chapas, por exemplo. Muita gente que foi contra a lista fechada dentro do PT usou esse argumento "Não, lista fechada dentro do PT não pode, vai ser uma briga fratricida entre as tendências, quem vai ganhar é a máquina partidária, é a tendência que tiver mais gente dentro da máquina, ou o deputado que tiver mais gente dentro da máquina" [Refere-se à reforma política no segundo Governo Lula, RM]. Quer dizer, uma distorção daquilo que o PT construiu na sua configuração e daquilo que reza o estatuto partidário. *O estatuto do PT é muito bom, como concepção partidária, mas é um ilustre desconhecido*.

Pode-se perceber, ao contrário do que quer fazer crer o discurso *ético-cidadão* – que culpa os indivíduos (representantes) por sua fraqueza moral –, ou o discurso *marxista ortodoxo* – que culpa, preferencialmente, as "forças políticas" por sua falta de rigor programático –, que *o processo de representação política é constitutivo de identidades*. Não queremos dizer, com este relato de Teresa Leitão e com as demais análises que procedemos, que se pode mostrar, objetivamente, "como as coisas acontecem". Nem nos iludimos acerca da possibilidade de termos sequer nos aproximado de exaurir todos os detalhes da "realidade". Não se trata disso; nossa perspectiva empírica tem um outro sentido. Tivesse a narrativa petista feito *escolhas* diferentes, outras seriam as questões e dinâmicas envolvidas, pois se faria referência a outros *recursos narrativos*. O importante é que se perceba que da articulação entre espaços político-sociais – que acontecem, em regimes democráticos, pela via da representação política (ocupação, pelo representante, de espaços diferentes dos ocupados pelo representado) – se geram narrativamente

poderes concretos (espaciais), cujos valores, tendem a se "intercambiar", alterando mutuamente seus sentidos (cidadão/trabalhador, por exemplo). *Nas palavras de Laclau, tem-se uma prevalência da lógica da contingência sobre a lógica da imanência*.

Dito isto, numa última seção, iremos proceder a um breve balanço analítico dos anos 1990, com o foco voltado para a relação do PT com a mídia de massa e seu papel na construção do espaço público brasileiro. Essa breve seção cumprirá pelo menos dois objetivos: primeiramente servirá como uma espécie de síntese da trajetória identitária do PT na década de 1990; em segundo lugar será uma forma de prenunciar alguns elementos narrativos que farão parte de nossa análise no derradeiro capítulo dessa tese.

5.4. Um Balanço: PT, mídia e espaço público

Ao longo da década de 1980, achamos raras referências ao poder da mídia no discurso oficial do PT. Havia, entretanto – principalmente na base social petista –, reações populares às ações manipuladoras da Rede Globo de televisão, que era vista como uma emissora comprometida com o regime militar. Estudando o papel desta última na "transição democrática", Venício A. de Lima (2004: 141-173), constata que, não raro, a Rede Globo "distorce, omite e promove informações em seus jornais com um propósito político específico" (ibid: 44). Tece, então, detalhes sobre o boicote contra Leonel Brizola nas eleições de 1982, a distorção da cobertura jornalística da greve dos petroleiros em 1983 e sobre a omissão delibera de informação na campanha das *Diretas Já*, em 1984. Tais eventos, sem dúvida, alimentavam aquele sentimento popular de hostilidade à empresa que detinha 84% de audiência no horário entre 20 e 22 horas – quando exibia o "Jornal Nacional" e a "novela das oito" (ibid: 223).

Quando fui sindicalista, na década de 1980, testemunhei a resistência que os jornalistas dessa emissora de televisão encontravam para cobrir as greves e assembléias dos metroviários.

Os trabalhadores reagiam energicamente contra a presença desses profissionais. Os sindicalistas, por sua vez, procurávamos apaziguar os ânimos. Lima (ibid: 154) também menciona esse tipo de reação popular: agressão a carros de reportagem e atores "globais"; chuva de telefonemas para criticar a manipulação na apuração dos votos na eleição de 1982, que terminou alçando, a contragosto de Roberto Marinho (presidente das *Organizações Globo*), Brizola ao cargo de governador no Rio de janeiro; as assembléias dos petroleiros, quando os operários eram advertidos por sindicalistas para não depredarem os carros de reportagem da emissora; *slogans* gritados nas passeatas – que muitos que viveram a época haverão de se lembrar: "O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo". O embate público contra as Organizações Globo, curiosamente, não coube ao PT. Foi papel de Leonel Brizola.

Depois que o PT já havia recebido o primeiro grande impacto do poder da mídia (o apoio à eleição de Collor para presidente, especialmente a manipulação/edição do debate no segundo turno, entre Collor e Lula), encontramos, com um tom algo instrumental, o seguinte trecho de resolução no documento *A Conjuntura e a Campanha*, do 9º Encontro Nacional (1994): "Brizola... Mantém com a Rede Globo uma beligerância que, *embora corajosa e democrática*, na verdade anula suas possibilidades de converter-se no candidato das elites para derrotar Lula" (grifo nosso) (Partido dos Trabalhadores, 1999: 600). Embora Brizola estivesse sendo politicamente cotejado pelo PT – que, no mesmo documento, aponta para a "importância de fazer chamamentos claros para o seu alinhamento [o de Brizola, RM] no campo popular e democrático" (ibidem) –, o vínculo desse cotejo, ao contrário do que se poderia pensar, passa longe de uma tática de confronto com a mídia hegemônica. Isso mesmo que se reconhecesse o caráter "corajoso" e "democrático" da postura de Brizola. O analista pode creditar esse episódio na conta de uma diferença "tática", o que poderia gerar uma discussão à parte. Entretanto, o que nos interessa, do ponto de vista da presente pesquisa, é explorar – considerando a tática petista – a relação entre o poder midiático e o estabelecimento do *espaço público* no Brasil.

É importante que se perceba que a relativa centralidade da mídia na sociedade, medida por sua capacidade de ser um palco privilegiado de disputa política, é significativamente recente no Brasil. Para Lima, "só se pode falar em um sistema nacional de comunicações a partir do surgimento das redes (*networks*) de televisão, e isto já no início da década de 1970" (ibid: 187). Ou seja, a construção da narrativa petista é praticamente coincidente com a emergência desse sistema, o que pode explicar, em certa medida, a ausência de reflexão, digamos, petista, sobre o assunto. O espaço por excelência de reflexão político-conceitual do PT tem sido, desde finais dos anos 1980, as publicações da *Fundação Perseu Abramo* (FPA), com especial destaque para a revista *Teoria & Debate*. Em nosso *corpus*, de uma amostragem de 27 exemplares dessa revista, entre 1990 e 2006, encontramos apenas um artigo que tratasse especificamente do tema *mídia*[154] (Teoria e Debate nº 31, "A ética do Camaleão", por Marco Antônio G. Araújo, 1996). Há outro artigo, "A contra-revolução Digital", por Bia Abramo, que trata do potencial antagonístico da *internet* – Teoria e Debate Nº 35, 1997. Uma busca no sítio eletrônico da FPA nos revelou que as publicações de livros sobre o tema aconteceram apenas em 2006, com a publicação de 9 livros voltados à questão (sendo 2 sobre inclusão digital e um sobre *marketing* político). Coincidentemente, vivia-se o auge da crise política do PT e do Governo Lula, a chamada crise do mensalão, que envolvia denúncias de corrupção, numa clara tentativa por parte da mídia hegemônica de gerar uma situação propícia para se solicitar o *impeachment* de Lula.

Perguntados sobre a história da relação do PT com a mídia, vários dos nossos entrevistados apontaram um tom (auto)crítico. Vejamos, inicialmente, a seguinte declaração de Carlos Henrique Árabe:

> Nesse processo de ascensão da via institucional [na década de 1990, RM]... A busca da mídia foi incessante por parte da grande maioria do PT, *principalmente da corrente majoritária*, que a

[154] Apenas em 2007 foi inaugurada uma coluna sobre mídia em *Teoria & Debate*, sob a responsabilidade do sociólogo e jornalista Venício Lima.

> mídia virou quase que uma porta voz das opiniões do PT majoritário. Nós sempre criticamos isso aí, sempre foi um ponto de conflito no PT.

Ao abrir espaço para a "corrente majoritária" procurava-se beneficiar os discursos menos radicais, classificados como "democráticos" em detrimento dos discursos mais à esquerda. Voltaremos a esse assunto mais adiante, mas vale a pena mencionar a autocrítica de José Genoino nesse sentido. Após a crise do mensalão e de ter perdido seu cargo de presidente do Partido, ele declarou à Denise Paraná:

> Quando eu divergia do PT na década de 90, meus espaços na mídia aumentavam. Algumas vezes fui embalado por uma *visão ilusória* da minha relação com a mídia. Em alguns momentos fui beneficiado, ficando *condicionado a uma lógica como a de que a luta política se realiza prioritariamente dentro daquele palco* (Genoino, 2006: 152).

A ação da mídia, nesse sentido, tem o poder hegemônico-espacial de delimitar o campo da política[155]. Vale aprofundar a questão.

Essa mesma "ilusão" quanto ao palco midiático é mencionada por João Felício (ex-presidente da CUT e membro da direção nacional da CUT e do PT), que, se beneficiando da experiência do mensalão, ponderou:

> Conscientemente ou não... Lula achou que ele poderia ser a *grande redenção das classes sociais*, que ele poderia ser uma liderança respeitada por todos. Balela. Ficou provado ano passado [em 2005, RM] que a mídia tem lado. Por mais que às vezes nós estejamos fazendo a política... A mídia não gosta de nós, ela não gosta do PT, não gosta da CUT, não gosta do MST. Se a gente não tiver consciência disso a gente acaba entrando num buraco sem saída... Então, eu acho que nós todos, já no mandato passado e nesse mandato estamos começando a perceber o papel que a mídia tem e a *importância da gente criar formas alternativas de relação com a sociedade, instrumentos inovadores de comunicação, de disputa, que isso faz parte da disputa pela hegemonia*.

---

155 Vale reproduzir, nesse contexto, a declaração de João Machado que, avaliando os resultados do I Congresso Nacional (1991), afirma que "setores da grande imprensa, como a **Folha de São Paulo** e o **Jornal da Tarde**, buscaram pressionar o partido, distorcer o que ocorria, disputar posições enfim no interior do PT... O pior é que estes órgãos contaram com a colaboração ativa de companheiros como os deputados José Genoino, Eduardo Jorge e Paulo Delgado" (Machado, 1991: 5). Esse "cotejo" pode ser lido literalmente como tentativa de cooptação dissimulada. A mesma tática "foi tentada sem o mesmo sucesso com o MST". Para detalhes ver "Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST", de Eduardo Ferreira de Souza (2004: 63-82).

Não é por acaso que o entrevistado menciona a unidade de representação "classe social", pois no palco midiático, que condiciona os valores circulantes na esfera pública (discurso ético-cidadão), as "classes" não têm representação. A noção de necessidade de fuga desse "espaço" parece evidente pela importância atribuída à criação de "formas alternativas de relação com a sociedade" como parte da "disputa pela hegemonia".

Aceitar o ambiente midiático como palco privilegiado da política foi, conforme opinião que coletamos com João Machado, "uma das fraquezas do PT enquanto partido socialista". "A imprensa própria do PT sempre foi completamente secundarizada", revelando que essa "não era uma coisa que a direção do PT apostava de fato; ficou muito assim: 'bom, já que vocês querem fazer, façam'". Consideramos, então, que a narrativa petista tornou suas fronteiras porosas aos valores circulantes na esfera pública pela penetração do ambiente midiático no interior do Partido. É assim que entendemos a análise de João Machado, em entrevista, sobre as conseqüências do PT não contar com uma imprensa própria: "O PT ficava, pra a própria informação da militância, muito dependente da imprensa burguesa e desde muito tempo o peso do que saia na mídia era determinante pra muitas decisões do PT".

Vale a pena reproduzir um trecho da entrevista com Jorge Peres:

> Na década de 90, quando você perde a capacidade de grandes mobilizações sociais e grandes concentrações... Também nas eleições você perde isso [as grandes concentrações, RM]. Aí você passa a ter o palanque eletrônico, o comício eletrônico... O PT, ele soube... Usar bem esse espaço eletrônico. Lembra das ironias do PT?... A eleição ela passa a ser cada vez mais um processo de fornecimento de recursos muito alto, e a experiência que eles viram do PT com o uso do palanque eletrônico como algo que tinha poder de decisão, eles começam também a usar, e aí é o momento em que o marqueteiro vira dirigente político, o marqueteiro ele manda no guia mais do que o partido, mais do que o candidato, porque ele sabe como vender um produto, ele sabe como *maquiar o produto*, então evidentemente... E aí você vai entrar noutra discussão muito complicada, séria, que é o poder da imagem... O PT entra nesse jogo também, entra forte nesse *jogo do poder da imagem, de você não apresentar o real, você apresentar uma imagem do real*... Você começa não mais a discutir, *o cidadão,* o eleitor, ele não é mais um elemento que pensava política... *O eleitor aparece na imagem política... Como quem tem a emoção e atrás dele vem determinado político... Você manifesta a sua emoção, eu manifesto a razão*, como algo distinto, e eu tenho o poder da técnica e da solução.

Inaugura-se, com a "centralidade" midiática, uma noção de política que colide com as "mobilizações" e as "concentrações", ou seja, com as referências simbólico-narrativas da tradição movimentalista territorial. Há uma facilitação para a convergência entre sistema político (instituição eleição) e espaço midiático, de forma que isso terá um rebatimento na articulação do modelo participativo de democracia do PT. Nas administrações das cidades, os gestores falam muito em "visibilidade", de maneira que o "modo petista de governar", mais do que se inserir numa estratégia socialista conseqüente, passa a ser um produto, uma "imagem" passível de *maquiagem mercadológico-eleitoral*. Figura, assim, como carro-chefe das propagandas do Partido. O irônico desse processo é que o cidadão "real", aquele que deveria ter contemplado, no processo de representação, a consideração dos seus "desejos" e "paixões", revela, finalmente, sua *dimensão narrativa*. Ele não corresponde, como quer o discurso democrático-liberal, a uma *representação* do real – o que problematiza a pressuposição da "autoridade autoral" na pessoa em detrimento da narrativa, como queria Hobbes (Capítulo II). Ele é uma imagem do real, que aparece no discurso petista filtrado pelos valores éticos do ambiente midiático e trabalhado por meio de personagens e atores. *É de se questionar, portanto, a superioridade da racionalidade do espaço público em construção no Brasil*. Levando em conta a *noção espacial de hegemonia* que vimos desenvolvendo, vale a pena nos estendermos um pouco mais.

Essas considerações mereceriam, por si sós, um capítulo à parte. Para o momento vale ressaltar sua importância ao nos propiciarem um novo ângulo pelo qual podemos ver a construção da *estratégia* do socialismo democrático petista e seu modelo participativo de democracia. A *tática* (consciente ou não) de não confrontar com (e, como corolário, não refletir sobre) o poder midiático pavimenta aquele *canal* de representação, o qual, tendo nele se configurado, o PT acelerou o processo de *internalização da contra-hegemonia*. Venício A. de Lima nos ajuda a compreender essa questão.

Considerando, em bases gramscianas, a centralidade da mídia na construção da hegemonia, afirma que "as 'representações' que a mídia faz da 'realidade'... Passam a constituir a própria realidade" (Lima, 2004: 186). Tal constatação teria uma conseqüência para o estudo dos poderes midiáticos, pois requer atenção aos "mapas cognitivos dos indivíduos" (ibidem). Ao internalizar sua "força" contra-hegemônica, os termos da ação de representação política que o PT passa a exercer são condicionados em grande medida por tais *mapas cognitivos*, pois é necessária a demonstração de *razoabilidade* para o convencimento do eleitor (presumido como ator racional, convencido por argumentos de verdade associados ao ouvir e ao ver, à palavra de quem tem autoridade e à imagem que não se pode negar). Apropriando-nos dessa noção, poderíamos dizer que a hegemonia neoliberal, articulada com o *discurso ético-cidadão*, expressa toda sua materialidade na *diferenciação* (autonomia) da esfera pública. Trata-se de uma espécie de mapeamento da realidade que, operado centralmente pela mídia, advoga contra as tradições de territorialização da política, desautorizando-as das mais variadas formas. Esse é o principal lastro hegemônico-ideológico não percebido pela/na narrativa petista. É também a principal força material que inibe os esforços de superação do corporativismo pela politização das diferentes esferas da sociedade. Corresponde, por fim, a uma espécie de desenraizamento do poder local, propício ao "nacionalismo" em processo de articulação na narrativa petista.

Tal processo, entretanto, não foi para o PT uma avenida aberta, mas uma trajetória repleta de contradições e tensões. Após as derrotas de Lula para Collor – tendo sido determinante a atuação da Rede Globo – e Fernando Henrique Cardoso, o 7º Encontro Nacional percebia que era necessário construir "uma eficiente rede de comunicações *externa*" (grifo nosso) (Partido dos Trabalhadores, 1999: 444). Além da decisão de levar adiante o projeto, já aprovado no DN, de construção do Boletim Nacional, se propunha à

> construção de uma verdadeira *rede povo de comunicações*... A *aquisição* de rádios existentes, a construção de rádios livres, a luta pela democratização das concessões e sua obtenção pelo partido ou conjunto de entidades do movimento popular, tanto no rádio quanto na TV, e a produção independente de vídeo devem constituir metas escalonadas em curto, médio e longo prazo (ibid: 445).

Note-se que a "rede povo" tem um significado – que havia sido explorado na campanha presidencial de 1989 – de contraposição ao poder da *Rede Globo*. Essa resolução, ao mesmo tempo em que politiza o *espaço midiático*, o faz com a *esfera econômica*, pois propõe a *aquisição* de *meios* de comunicação. Aponta-se, portanto, para a construção de um espaço (*virtualmente* "autônomo") de articulação entre o Partido e os diversos movimentos populares. Tal perspectiva, de acordo com a tese que vimos desenvolvendo, poderia constituir-se num reforço à via positivo-revolucionária de construção do poder local e superação do corporativismo (politização para além da esfera política). O PT trabalhava aqui com a perspectiva *classista*, uma vez que se refere, no mesmo contexto, à quebra de um "monopólio exercido pela burguesia" (ibid: 463).

Ao mesmo tempo, colocava como tarefa "travar no Congresso Nacional a luta pela democratização dos meios de comunicação" (ibidem). Essa ação de representação política demandava uma articulação com o ambiente midiático hegemônico. Este último, com efeito, é quem reforça os limites fronteiriços da esfera política e coíbe aqueles que ousam ultrapassá-los. Executar as duas táticas não seria tarefa tão inglória caso não fossem levadas a cabo por um mesmo *corpo-cabeça* de quem, na *esfera pública*, se exige coerência. Pressupomos que as duas linhas de ação, articuladas em conjunto, tenderiam a requerer a construção de outras formas organizacionais (estruturas) e, portanto, outras *referências metafóricas* – diferentes das que se encontram na tradição marxista de escopo moderno. A ação dos órgãos de imprensa contra a narrativa petista, como veremos a seguir, se dava, significativamente, no sentido de, por um lado, desfazer os elos equivalenciais da dita narrativa e, por outro, facilitar-lhe a construção de uma *unidade seletiva*. Esta última se forjaria isolando os valores "anacrônicos" e os

"corporativismos". A imprensa cotejava, como vimos, aqueles discursos que pareciam menos nocivos à ordem capitalista estabelecida[156].

Em 1991, nas resoluções do I Congresso, já não se fala explicitamente em "construção de rádios livres" ou "aquisição" de meios de comunicação. Fala-se na necessidade imperiosa de "quebrar o monopólio sobre os meios de comunicação de massa" (ibid: 526), luta que deveria ser travada em várias frentes: parlamentos, prefeituras populares, sindicatos e movimentos sociais. A mudança mais significativa é o abandono, na prática, da perspectiva de *externalidade* da luta em relação à institucionalidade democrática – o que está, sem dúvida, em sintonia com a estratégia *internalista* do socialismo democrático petista e com a *concepção de democracia* que o conforma. Esse é o passo *decisivo* para, internalizando a "força" contra-hegemônica, aceitar a centralidade da mídia no que tange a seu poder de *pautar* os termos e valores da discussão política. Vejamos, através de algumas evidências empíricas, como a questão espacial pode ser útil ao entendimento da luta por hegemonia.

Em 1994, o 9º Encontro Nacional, tendo acontecido em abril/maio, deliberava a tônica da *campanha presidencial* que se avizinhava. Argumentava-se que, estando Lula na eminência de se eleger, a classe dominante (implicitamente através da mídia) iria chantagear com a "ameaça da falta de governabilidade" (ibid: 593). Obviamente que se coloca em jogo, em tal situação, o que é e o que não é *conveniente* se dizer. O *limite do razoável* assume (ao menos inicialmente) um

---

156 É preciso ter em mente os interesses materiais das empresas do setor midiático e seus vínculos com os governos neoliberais na formação de um novo bloco de poder no Brasil. "A partir dos anos 1990, deu-se um processo de realinhamento dos grandes grupos editoriais brasileiros (Abril, Estado, Folha, Globo e RBS) em novas parcerias com grupos estrangeiros para alavancar investimentos pesados, necessários à formação de grandes conglomerados cruzados em indústrias de entretenimento, telefonia e televisão. Nesse realinhamento, passaram a depender ainda mais dos favores do Estado, não só na obtenção de financiamentos oficiais, mas também na forma de regulação das privatizações e dos mercados novos de telefonia e TV a cabo. Em jogo estavam algumas centenas de bilhões de dólares dos mercado financeiros e de telecomunicações, assim como o patrimônio de dezenas de bolhões das estatais do setor elétrico... No início da campanha de Fernando Henrique Cardoso por sua reeleição, os barões da imprensa, a chamado do presidente, com ele se reuniram em Brasília e fecharam totalmente com sua candidatura" (Bernardo Kucinski, 2005: 56-7).

caráter aparentemente instrumental: trata-se de não alimentar o contra-argumento do oponente. O tema da violência, que já tratamos acima, é oportuno para materializar nosso argumento:

> Eles sabem que no *imaginário popular* já conseguiram produzir certa associação entre o PT e as idéias de 'bagunça', 'baderna' e até mesmo 'violência'... Quando existe repressão, existe a idéia de bagunça, e um partido realmente comprometido com as lutas do povo não tem porque fugir disso... *Já a associação com a violência é mais problemática*. Ela exige... Intervenção em que fique bem clara *nossa índole essencialmente democrática*... *Devemos assumir a radicalidade de nossa luta* contra as atuais condições de vida e por reformas profundas, mas *devemos repelir a indevida associação, que a direita tenta fazer, entre combatividade ou radicalidade com violência e baderna* (ibid: 598-9).

Quando se fala de "imaginário popular" está se evidenciando a necessidade de se estabelecer um diálogo com ele. A tática e o discurso políticos a serem adotados, para que não se caia no isolamento ou no discurso "radicalóide" – como se referiu Jorge Perez a setores da esquerda –, tem que promover identificações com esse imaginário. A "violência" parece ser o limite da "radicalidade" permissível, para que não se confunda com "baderna". Acontece que, na prática, as fronteiras entre esses conceitos são altamente flexíveis, a depender dos valores hegemônicos circulantes no *imaginário popular*. Considerando a centralidade da mídia e seu poder de pautar o pensamento e sentimento populares, não se pode prescindir desse tipo de relação com o sistema político. Quem está sendo *representado*, nesse caso, no entanto, não é o cidadão "real", mas a construção midiática de um cidadão socializado em boa medida no/por esse discurso[157].

---

[157] A mídia age exatamente no sentido de inibir a "racionalidade" da esfera pública que se ver, como projeto moderno, ameaçada de destruição. Marilena Chauí, estudando o assunto, constata que o padrão jornalístico de culto à "personalidade" e a exploração privada de seus sentimentos, gostos e inclinações pessoais, tem a ver com a inibição, no *cidadão*, da capacidade de raciocínio – deixado ao cargo de especialistas – em benefício de seus *sentimentos*. Significativa, nesse contexto, é a prática de sondagens de opinião, pois "a palavra sondagem indica que não se procura a expressão publica racional de interesses ou de direitos e sim que se vai buscar um fundo silencioso, um fundo não formulado e não refletido" (Chauí, 2006b: 10). O que nossa noção espacial de hegemonia questiona é a estratégia (mesmo que se viesse a vencer uma batalha contra os oligopólios midiáticos), assumida pela autora, de um projeto emancipador moderno-iluminista (Chauí, 2006a), pois tem o efeito de internalizar a "força" contra-hegemônica. Venício A. Lima (2004: 141-212) define assim seu conceito de CR-P (cenário de representação política): "espaço específico de representação da política nas 'democracias representativas' contemporâneas, constituído e constituidor, lugar e objeto da articulação hegemônica total, construído em processos de longo prazo, na mídia e pela mídia sobretudo na e pela televisão" (ibid: 182). Guardamos nossas reservas a tal conceito pelo fato

Eis porque a abdicação dos espaços mais autônomos parece ser um passo tático arriscado. Há uma domesticação inexorável do *potencial de radicalidade* das narrativas antagonísticas (diminuição da amplitude do ambiente narrativo). Essa questão espacial fica bastante evidente caso consideremos o seguinte trecho da mesma resolução do 9º Encontro: "Ora, aqui não haverá meio termo. Eles ganharão o debate na Fiesp, na Febraban e em certos ambientes de imprensa. Nós ganharemos junto ao povo" (Partido dos Trabalhadores, 1999: 597). Cabe, entretanto, nos perguntarmos, qual o *canal* de comunicação entre Partido e Povo. Sendo, preferencialmente, o espaço midiático, tem-se a configuração básica do espaço público brasileiro, espaço este em que se assenta a construção do modelo petista de democracia participativa.

Vislumbrando a cobertura da grande imprensa sobre a narrativa petista, especialmente nos primeiros anos da década de 1990, o leitor pode ter uma idéia mais apurada do nosso raciocínio geral. Segundo a própria narrativa oficial do PT, a mídia tentava construir a falsa *versão* de que "Lula é refém do Partido, que, por sua vez, estaria sobre controle de alas radicais" (ibid: 598). Mas como o PT poderia contra-argumentar tal acusação chantagista? Apenas negando a veracidade da mesma ou, como é mais convincente (no ambiente hegemonizado pela mídia), negando os preceitos narrativos e valores revolucionários das referidas alas? Se pensarmos na rápida negação do *ethos* antagonístico do conceito de "ditadura do proletariado", veremos que a opção é pela segunda alternativa. Se pensarmos no rechaço de setores do PT e da CUT ao MST, constataremos a mesma coisa. Se pensarmos na adesão aos valores do *discurso ético-cidadão* e no rechaço ao *comunitarismo cristão-marxista*, a conclusão não será diferente.

---

de que, ao considerar uma "articulação hegemônica total", trabalha com uma noção de *totalidade* que o faz identificar CR-P alternativos nas forças concretas que "a ele dão materialidade na sociedade civil, pois, como sabemos, a hegemonia não se constitui num *vacuum*" (ibid: 202). O resultado é, exatamente, a internalização (e conformação) da força contra-hegemônica, a que nossa abordagem espacial de hegemonia se opõe. É significativo o fato de que ambos – Chauí e Lima – podem ser considerados intelectuais orgânicos do PT e, portanto, formuladores da *narrativa conceitual* petista.

Das reportagens que coletamos referentes ao PT, CUT e MST – todas em jornais de grande circulação em São Paulo e no Rio de Janeiro –, pudemos perceber a aposta, bastante clara da imprensa, na *divisão* da narrativa petista. Tal aposta se dava pelo estímulo ao estabelecimento de tensões entre os diversos espaços narrativos que, na narrativa petista, se buscavam pôr em equivalência. Foi suficiente uma leitura dos títulos, linhas finas[158] e legendas para que percebêssemos, sem maiores esforços, essa *política editorial* por trás do tom neutro e objetivista das ditas reportagens. Reproduziremos abaixo alguns títulos (os grifos são nossos):

> Para o PT, *invasão* agora é "má fé" (Folha da Tarde, 28/02/1989).
> E Lula ganha apoio contra os *xiitas* do PT (Jornal da Tarde, 12/01/1990).
> *Sindicalista* do *PT* põe *Erundina* na parede (Folha da Tarde, 02/02/1990).
> O PT *entre a população e o sindicato* (02/02/1990).
> Greve é vingança dos *radicais do PT* (03/02/1990).
> *Erundina* vence confronto com *diretório do PT* (Folha de São Paulo, 19/02/1990).
> IBOPE: *PT* se confunde com a *CUT*. E se enfraquece (O Globo, 26/08/1990).
> Voto em Fleury provoca *crise interna* no PT (Folha de São Paulo, 25/10/1990).
> PT propõe *invasão* de terras da *Igreja* (Folha da Tarde, 12/06/1991).
> A batalha da *CUT* para pôr fim às *facções* (02/09/1991).
> *Prefeitos* no poder fazem o *PT* mudar (Jornal do Brasil, 23/03/1992).
> Crise no *PT* desintegra sua maior *tendência* (Folha de São Paulo, 31/01/1993).
> *Radicais* derrotam tese de *Lula* sobre *alianças* (Folha de São Paulo, 12/06/1993).
> *Burocratas* X *bancada*: o duelo pelo poder (O Globo, 09/10/1994).

Dos 14 títulos selecionados percebem-se os seguintes espaços postos em tensão: PT, tendências do PT, CUT, tendências da CUT, parlamento, administrações, Igreja, MST e outros partidos. Como já vimos, o socialismo democrático petista tomava para si a tarefa (inglória) de articular, em um único sentido narrativo, todos esses espaços. Além da enorme dificuldade, por si só, da tarefa, a ação da imprensa era fragmentadora dos elos equivalenciais da narrativa petista. Lendo as reportagens, podemos perceber detalhes referentes ao tipo de "mediação" que a mídia impressa fazia entre o Partido e os eleitores. Vejamos alguns exemplos.

---

158 Termo técnico utilizado nas redações dos jornais para se referir aos "subtítulos". Utilizamos a seguir os termo *lead* e *sub-lead*, que, geralmente localizados nos primeiros parágrafos da matéria respondem as clássicas perguntas da informação jornalística: o que, quando, como, porque e quem.

Na reportagem “PT propõe invasão de terras da Igreja” (Folha da Tarde, 12/06/1991), o *lead* da matéria anuncia que se tem uma “bomba”, pois a “decisão foi defendida por dois dos principais líderes do partido em São Paulo” (Paulo Okamoto e João Paulo). No *sub-lead* lê-se que “Okamoto propõe à Igreja que, se tiver terras ociosas, que inicie imediatamente um projeto nacional de assentamento dos que moram em condições sub-humanas”. Abstraindo-se as informações pelos dois primeiros parágrafos e pelo título, tende-se a deduzir que se trata de uma proposta ativamente divulgada por Okamoto/PT. Entretanto, seguindo na leitura, notar-se-á que a discussão foi gerada a partir de uma contenda de Francisco Rossi (político de direita, com origens na antiga ARENA), então prefeito de Osasco, com a Igreja local, que havia apoiado a invasão de um terreno da Igreja pelos *sem terra*. O prefeito, em represália ao que chamou de “proselitismo político” da Igreja, abriu a discussão acerca da desapropriação de suas terras improdutivas. Não é difícil de imaginar que, por malícia, os líderes petistas foram consultados, pois é conhecida a articulação entre PT, os setores progressistas da Igreja e o MST. Longe de ter o efeito direto de causar intrigas entre essas organizações (até porque o artifício jornalístico é grosseiro e pouco criativo), o que nos interessa é o efeito no *mapa cognitivo* do *(e)leitor*.

A matéria, ao explorar as contradições da Igreja católica como instituição, desqualifica os elos equivalenciais entre sua ala progressista e o PT/MST. Acontece que, sendo a Igreja, oficialmente, uma defensora pública da reforma agrária, era o *valor cristão do direito à terra* que legitimava, perante a opinião pública, a prática da invasão pelo MST e o apoio do PT a mesma. Deslegitimando a coerência da principal instituição que dava suporte à prática, alimentava-se uma reação de antipatia no “imaginário popular”. Preocupado em dialogar com este, o Partido teria que *ponderar o que dizer no espaço público*. Não é por acaso, como vimos nas falas de Machado e Soriano, que o PT não apoiou, inicialmente, a Marcha a Brasília. Certamente havia um cálculo que envolvia sua “imagem” frente ao eleitorado. Indiretamente, assim, o ambiente midiático influenciava na conformação da prática política do PT.

As greves realizadas pela CUT também eram objeto de investimento midiático. Na reportagem "IBOPE: PT se confunde com a CUT. E se enfraquece" (O Globo, 26/08/1990), revestido da "neutralidade" do conhecimento científico, o então Diretor Superintendente do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, dá as explicações para a "má colocação das candidaturas do PT nas pesquisas de opinião". Após ser anunciado no *lead* que dois terços da população estão chateados com as greves, aparece a explicação do entrevistado: "Os dois têm nome parecido, andam sempre juntos, seus líderes têm barba". Acrescenta, mais adiante, que o fato da CUT ter evitado, momentaneamente, greves, em 1989, teria facilitado a candidatura de Lula. Para além do fato de que a eficácia da estratégia de amenizar no discurso, como vimos acima, ser bastante questionada pelos petistas mais à esquerda, cabe refletir sobre o efeito político da matéria, que é o de sugerir que o PT deve descolar sua imagem das greves. Dever-se-ia, então, reforçar a capacidade administrativa do partido, que, segundo a reportagem, "não tem agradado totalmente a população". No final, a linha editorial aparece com bastante evidência, pois para o diretor do Ibope "o eleitor está apostando em currículos de bons administradores"[159].

A valorização da razão administrativa em detrimento da razão partidária foi uma constante encontrada na pesquisada de campo. Na reportagem "*Prefeitos* no poder fazem o *PT* mudar" (Jornal do Brasil, 23/03/1992) aparecem fotos de Vitor Buaiz (Vitória), Luiza Erundina (São Paulo) e Olívio Dutra (Porto Alegre). Podem-se ver imagens sorridentes e com ares

[159] A noção de conhecimento técnico para fazer um sindicalismo de boa qualidade é, nesse contexto, estimulada entre os sindicalistas. A noção de *racionalidade administrativa* deixa de ser requerida apenas na esfera do sistema político oficial (executivo e legislativo) e passa a fazer parte do próprio sindicalismo. Notamos uma espécie de saudação entusiástica na reportagem temática "A nova Imagem dos sindicalistas", no Jornal do Brasil, em 28/01/1996. Já na linha fina pode-se ler: "Joviais, confiam no diálogo com os patrões e o governo". É, assim, anunciada a "nova" cara do sindicalismo da década de 1990 que, em contraste com as duas décadas antecedentes, não tem "uma postura carrancuda e grave". Note-se que o contraste entre os termos *carrancudo/ grave* e *jovial* tem uma clara conotação ideológica, que liga a nova postura à "modernidade", contra valores "anacrônicos" do passado. Esse contraste é ainda mais reforçado ao se constatar, através do diretor de Recursos Humanos da *Volkswagen* (Fernando Tadeu Peres), que essa cultura da negociação é mais evidente nos "sindicatos de ponta", cujos dirigentes "estão mais preparados". A reportagem se refere a Vicentinho como "bem humorado e brincalhão, mas *firme* nas negociações" (grifo nosso). O termo "firme" – como marca lingüística de uma tradição – sugere que a mudança não o deslegitima como defensor dos interesses dos trabalhadores. Mesmo que, ele prefira o "caminho do diálogo" à "greve". É interessante notar que os elementos simbólicos da tradição petista (barba, roupas "desleixadas", boinas e até a própria estrela do Partido) vão sendo abandonados ao longo da década.

amigáveis, o que revela uma técnica de estimular a empatia do *e-leitor*. A matéria favorece a necessidade de mudanças na estrutura organizativa do Partido e a abertura do mesmo para as alianças eleitorais. Sugere-se que este é um aprendizado do Partido a partir da experiência administrativa dos prefeitos. Esta última acabou "gerando uma nova prática política no PT, que começou pelos prefeitos e atingiu... as estruturas do partido". Buaiz, por exemplo, tem o "apoio dos empreiteiros da construção civil", prática inaceitável num passado recente do Partido. Mas ele tinha acabado com o "clientelismo" e com as "caixinhas", claro estímulo ao discurso moralizante, circunscrito à esfera política. Esfera que, como disse Doimo, tem autonomia e racionalidade própria. Esta última é bem captada pela "calejada" Erundina, que "talvez tenha sido no PT quem mais sofreu na própria carne ao passar para o outro lado do balcão": "A gente não tinha consciência dos limites de quem está no poder", teria declarado Erundina.

Levando em conta as disputas intrapartidárias, criava-se um clima favorável a quem se identificava com a lógica administrativa do sistema político. As tendências mais à esquerda haviam de receber o impacto da linha editorial dos jornais de grande circulação. Aparece a figura dos "xiitas do PT" que, em última instância, atrapalham a construção do Partido como um todo coerente. O cerco a tais tendências, assunto que já tratamos sob o prisma das implicações políticas da unidade partidária no processo de representação, foi amplamente veiculado na imprensa.

O Jornal da Tarde (12/01/1990) publicou a opinião de Telma de Souza, então prefeita de Santos: "O PT é produto dos movimentos sindical e social e da ação dos parlamentares e dos representantes do Poder Executivo. *Quem não concordar* com o exercício dessas quatro variáveis, *não pode permanecer* no partido" (grifo nosso). O mesmo jornal publica em 27/11/1991 a opinião de Margaret Keck, conhecida *brasilianista* norte-americana e estudiosa do PT: "A corrente majoritária... *Continuará tendo que conviver* com as facções mais radicais, como os grupos trotskistas... Enquanto o PT não conseguir definir sua identidade ideológica" (grifo

nosso). A Folha de São Paulo de 03/02/1990, em reportagem intitulada “Greve é vingança de radicais do PT, veiculou que, segundo denúncias de “militantes do próprio PT”, a greve dos motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo era “uma vingança de setores trotskistas *incrustados* no PT” (grifo nosso). Poderíamos elencar outros exemplos, mas já é suficiente. “Quem não concordar... Não pode permanecer”: essa radicalidade só é dispensada às pessoas não gratas, que atrapalham e em nada contribuem. “Continuar tendo que conviver” é um termo que se dispensa a inimigos, que estão “incrustados” no Partido e não a companheiros. De todas as matérias lidas, vale mencionar, não encontramos sequer uma menção positiva à esquerda.

A “arrogância” do Partido era assim combatida de várias formas. A histórica seletividade petista nas alianças político-eleitorais era veiculada como “exclusivismo”, como se pode ver na reportagem *“Exclusivismo” do PT desagrada aos aliados*, no Jornal do Brasil (29/05/1993). A matéria mostra políticos do PPS e do PSB do Rio de Janeiro reagindo às pressões do PT para que esses partidos, estando interessados em manter a aliança, considerassem a possibilidade de não mais participar do governo de Itamar Franco. Credita-se, segundo entendemos, assim, ao autoritarismo supostamente inerente na tradição de esquerda, a responsabilidade por uma estratégia política fora de lugar; anacrônica à racionalidade democrática.

Não estamos com isso querendo defender uma relação causal determinante entre o discurso da mídia e a trajetória identitária do PT. Defendemos, diferentemente, que ao internalizar a luta hegemônica, o PT tornou suas fronteiras narrativas porosas aos valores circulantes na esfera pública brasileira. Esta última é, por sua vez, em boa medida, conformada pelo discurso midiático. Poderíamos prosseguir com outras tantas evidências empíricas que, apesar de enriquecer nosso argumento, não representariam avanços qualitativos significativos à nossa tese. Dito isto, podemos nos dedicar a tecer alguns breves comentários conclusivos.

5.5. Conclusão

A década de 1990 foi, para a narrativa petista, uma verdadeira encruzilhada. As escolhas políticas que então se envidaram, ao estabelecerem os *loci* preferenciais da ação e as unidades de representação política que lhes são afins, foram decisivas em relação à alteração da amplitude do ambiente narrativo petista. Nossa abordagem político-analítica, ao pôr ênfase nos aspectos espaciais da luta por hegemonia, tem o efeito político-teórico de apontar para a dimensão idealista daquelas análises que se concentram no comportamento das "forças políticas". Vimos que a *questão espacial* esteve fortemente presente na ação de representação política, pois esta vincula, através de esquemas narrativos, as estratégias petistas nacionais – responsáveis pelos sentidos narrativos mais amplos (macrossociais) – e o modelo petista participativo de democracia, no âmbito local. Nesse esquema narrativo, em que a esfera política ganha "autonomia", o nacionalismo petista passa a tensionar com as identidades coletivas que se ancoravam, potencialmente, em espacialidades relativamente autônomas (comunitarismo marxista-cristão). Coíbe, assim, as tentativas de politização de outras esferas sociais que não a da "política" e, conseqüentemente, seus esforços de superação do corporativismo.

Esboçando alguns elementos iniciais para o desenvolvimento futuro de uma *abordagem espacial da luta hegemônica*, nós problematizamos a noção unitária de espaço público. Tal perspectiva nos propiciou a compreensão de que a noção ideológica de unidade do espaço público teve o efeito prático de fazer a narrativa petista aderir à estática democrática em detrimento da estratégia-movimento socialista. O *socialismo democrático petista* foi se fixando cada vez mais no pólo "democrático" de sua estratégia, cujas instituições, hegemonizadas por uma concepção positiva de direito e pela noção negativa de liberdade, não pressupõem a existência de antagonismos radicais. Apontamos, por outro lado, o caráter narrativo-excludente das "democracias" e do espaço "público", que tornam moralmente inconcebíveis os movimentos

territorializados. Finalmente, mesmo aceitando, teoricamente, a inexistência de um *bem comum* com finalidade própria (substantiva), consideramos com simpatia a aposta na construção de coletivos com finalidades políticas materialmente efetivas. É a partir de uma noção territorializada de organização desses coletivos que propomos que se deva promover a articulação com a democracia realmente existente. Esse tipo de interação, com efeito, traz à tona aquela disputa pelo estabelecimento de unidades de representação política.

O "espaço público" que adviria de tal perspectiva, supomos, seria mais radicalmente democrático, pois pressuporia, sem subterfúgios éticos, que o poder necessariamente instituído está baseado numa força hegemônica moral e material. A capacidade de subverter as regras que delimitam as fronteiras do espaço público está, assim, a depender dos recursos (culturais, econômicos, religiosos) de que dispõem as diversas narrativas e do poder das suas cadeias de equivalência em gerar identificações (adesão político-ideológica). Tais recursos, que estão conceitualmente vinculados à amplitude do ambiente narrativo, incluem a possibilidade/capacidade de imaginar e efetivar – mediante um sentimento de "necessidade" – metáforas organizativas inovadoras, que reverberariam nas fronteiras narrativas do espaço público. Com isso, nós poderíamos falar mais "realisticamente" de uma "comunidade sem forma ou identidade definidas e em constante reconstrução", como intuiu Mouffe (1996: 93) (Capítulo 1)[160]. Politizaríamos, assim, de maneira mais radical, a compreensão teórica da não correspondência entre *modelos explicativos formais* – que sempre lançam mão de certas metáforas – e a realidade concreta (capítulo 2).

Após tecermos tais considerações será possível qualificar a análise a que procederemos no próximo capítulo. Isso porque, consoante nosso método analítico, poderemos centrar nossas investigações a partir da consideração da amplitude do ambiente narrativo petista. Ou seja, os

[160] Ao argumento de que esse "arranjo" político poderia gerar violência desenfreada, argumentamos que os modelos de democracia que hegemonizam as sociedades "democráticas" contemporâneas não podem ser tomados como exemplos de paz social.

discursos não serão analisados a partir de sua suposta “correção” ou coerência que venham a guardar com determinado corpo teórico, mas a partir das condições político-históricas de produção desses discursos. Em que pesem as inevitáveis visões políticas do pesquisador, acreditamos poder fazer uso de instrumentos analíticos que, não sendo neutros, promovem pesquisas referenciadas na empiria sem confundir o “ser” com o *dever ser*.

Capítulo 6

PT, Governo Lula e Consolidação Hegemônica de uma Concepção de Democracia

6.1. Introdução

Neste capítulo, o leitor deve ter em mente, a consolidação de um processo hegemônico em andamento no PT/CUT, que veio a se intensificar entre 1994-5, com o início das chamadas "era José Dirceu" e CUT Cidadã. Essa acomodação de forças tem como efeito principal a integração da contra-hegemonia petista ao sistema político brasileiro, condição de possibilidade para o aprofundamento de uma *articulação narrativa com o republicanismo*. Durante a década de 1990, como antevimos, várias foram as pistas de *internalização do principal partido da esquerda brasileira* – o PT. O comunitarismo marxista-cristão e, com ele, a noção territorial e horizontal de uma política autonomista, já havia sido, no início deste século, praticamente rechaçado. A predileção por uma política institucionalmente moldada, que faz absorver valores e práticas aí circulantes, foi se constituindo no sinal mais evidente dessa transmutação identitária. Esta última, entretanto, sendo processual, não foi percebida – na medida em que se formulavam novas soluções conjunturais de coerência narrativa – por muitos analistas e militantes. A permanência de traços lingüísticos e afetivos do referido comunitarismo, entretanto, como veremos, auxilia, como um ardil ideológico, a sensação de continuidade identitária.

A primeira gestão de Lula na presidência da República a partir de 2003 pode ser entendida como o *primeiro acontecimento* de grande impacto que veio a provocar um *estranhamento* à trajetória delineada pelo Partido, por parte expressiva de sua militância e demais eleitores. Momento de consolidação hegemônica da estratégia do nacional-desenvolvimentismo

petista – e, portanto, de fixação de valores e sentidos narrativos –, a posse de Lula como presidente tem o *poder* de deslocar substantivamente a ação política de representação para o governo federal. Há um rearranjo político-espacial que traz importantes conseqüências para a prática política petista, principalmente no que tange a noções de *agência* partidária e de movimentos sociais. É o momento de consolidação de uma estrutura de representação que fixa a "função" dos espaços destinados à política: quem tem a prerrogativa da ação, da mediação, do monitoramento etc. A este quadro se contrasta a incomensurável *esperança* depositada no potencial transformador do Governo Lula e do PT. Estes últimos, ainda entendidos como espaços relativamente integrados na narrativa petista, têm necessidade de ajustar suas prerrogativas "funcionais" – ocasião em que faz falta, desde uma perspectiva antagonística, uma organização partidária que leve em conta a dimensão positivo-revolucionária da política, referenciada na construção de um *poder popular na sociedade*. Em outras palavras, a *estática diferencial* da "democracia" se antepunha, como um dado inexorável da realidade, à enorme quantidade de energia *movimentalista* construída historicamente sem ancoragem espacial pela narrativa petista.

Dentro desse momento hegemônico, um *segundo acontecimento* extremamente importante para a narrativa petista foi a "crise do mensalão", como ficaram conhecidas as denúncias de prática de *caixa dois* no financiamento das campanhas eleitorais do PT e de alguns dos seus aliados nas eleições de 2002 e 2004. Apesar da veracidade de algumas acusações, muitas delas assumidas publicamente pelo próprio PT como forma de autocrítica (reconheceu-se a existência de caixa dois, mas não de uma relação desse tipo de financiamento com as votações no Congresso Nacional – o "mensalão" propriamente dito), evidenciou-se um claro movimento reacionário da direita brasileira e da mídia conservadora. O objetivo último, finalmente não alcançado, era o *impeachment* de Lula e a caracterização *pública* do PT como um partido corrupto, que havia traído completamente seus princípios – uma fraude eleitoral que deveria ser banida da cena política. Essa crise, que atingiu seu auge em 2005, veio a ter um desfecho formal

em 2006 com a reeleição de Lula. Após um período de evidente falta de iniciativa e prostração diante dos ataques da direita, da esquerda (PSOL, PSTU, intelectualidade) e, inclusive, de partidos aliados – "aqueles setores influentes do governo, para os quais o partido é um estorvo" (Pomar, 2005: 12) –, os petistas esboçaram traços de reação com uma massiva presença (cerca de 315 mil militantes) no Processo de Eleição Direta (PED) para eleger a nova direção do PT. Outro sinal de reação – num cenário midiático bastante politizado – foi o discurso anti-privatista, mais à esquerda, assumido por Lula no segundo turno da campanha presidencial em 2006.

O III Congresso Nacional do PT – Brasília, 31 de agosto/2 de setembro de 2007 – é um *evento digno de atenção* por expressar uma tentativa de síntese da experiência petista. Houve um forte clima de envolvimento da militância com a realização de debates nos diretórios municipais em todo o Brasil. Temas como o projeto socialista do PT para o Brasil e organização partidária – com especial ênfase para a "necessidade" de rearticulação dos núcleos de base – ganham importância flagrante nas teses congressuais. Rearranjos e acordos políticos visando o médio e longo prazo foram envidados. Este é, portanto, um momento privilegiado para que o analista investigue, desde um dado contexto político-espacial, a consolidação hegemônica de uma "maneira" de se fazer política (concepção petista de democracia) e o tipo de reação que as narrativas militantes *podem* oferecer quando imersas em tal hegemonia. Momento, portanto, de aprofundar o potencial analítico de nossa abordagem político-espacial.

Dito isto, dividiremos esse capítulo – planejado como uma análise geral do ambiente narrativo petista desde uma perspectiva histórica – em duas seções analíticas. A *primeira* analisa, em dimensão nacional, a ação de representação petista em tempos de Governo Lula (2003-2007) – o que inclui a crise do mensalão (2005-2006). Recapitularemos, numa primeira subseção, o processo de consolidação da concepção participativa de democracia (internalização da contra-hegemonia petista). Em seguida, tendo como marco a posse de Lula, procederemos a uma investigação focada nos *deslocamentos de fronteira dos espaços articulados na narrativa petista*.

Tais deslocamentos (administrações, PT, CUT) têm importantes conseqüências no que tange à mudança na prerrogativa da agência política. Veremos, numa terceira subseção, como os aspectos simbólicos (carisma de Lula) – decisivos para as sensações de continuidade identitária e transparência da ação de representação – são objetos de disputa política. Podem, por um lado, trabalhar contra a *estática do sistema político-eleitoral*, contribuindo para a transformação social, e, por outro, servir como elemento de fixação de tal estática.

Na *segunda seção*, faremos – considerando o conhecimento produzido ao longo do capítulo – um arremate final da avaliação da amplitude do ambiente narrativo petista. Para tal tomaremos o *poder* de projeção mítica da narrativa petista – maior ou menor capacidade de formular e/ou executar projetos radicais de transformação – e as disputas para tornar esse poder mais efetivo, como focos analíticos. Os debates para o III Congresso Nacional do Partido (2007) serão, nesse contexto, uma fonte privilegiada de dados empíricos.

6.2. "Lula lá", na Presidência da República

Nessa seção, como antevimos, nós analisaremos os impactos da trajetória da narrativa petista – que tem como ponto culminante a chegada e permanência de Lula no Governo Federal – na sua capacidade de seguir sendo objeto de identificação por parte de seus representados. Faremos um contraste entre a trajetória delineada pela referida narrativa (internalização da contra-hegemonia), as rearticulações narrativo-espaciais consolidadas a partir da eleição de Lula (deslocamento de fronteiras espaciais e prerrogativa da agência) e seu poder simbólico de representação (materializado em eleições). Nesse contexto, as marcas lingüísticas e afetivas da tradição comunitária e movimentalista do PT serão contrastadas com o poder carismático de Lula. Comecemos por recapitular alguns elementos da trajetória petista sob o benefício dos dados empíricos provenientes da experiência petista de ocupar o governo central do país.

6.2.1 Trajetória da narrativa petista e resistência ao neoliberalismo: a consolidação de uma concepção de democracia

A crise internacional do socialismo, como vimos, se constituiu num *deslocamento* que fez pender a estratégia do socialismo petista para seu pólo "democrático". Os efeitos dos acontecimentos de 1989-1991 foram percebidos como um verdadeiro "terremoto" (Weffort, 1992: 144) no campo da esquerda. No PT, onde se tinha uma tradição de crítica ao socialismo realmente existente, os efeitos desse terremoto não foram menores e redundaram, em meados da década de 1990, na consolidação da *era José Dirceu*. João Machado, nesse contexto, nos revelou que José Dirceu "foi um dos que sofreram mais o impacto da derrocada do chamado campo socialista... Até [19]89 era uma pessoa em termos de linha política, depois de [19]90 era outra. O Dirceu aparecia dentro do PT até [19]89 como representante de Cuba, depois era outra coisa". É, pois – apesar do freio de arrumação dos anos iniciais, quando se tem uma hegemonia instável e relativa das correntes de esquerda –, no alvorecer da década de 1990 que se inicia a intensificação do processo de integração da contra-hegemonia petista ao sistema político brasileiro.

A possibilidade de aliança político-eleitoral com o PSDB, aprovada no VIII Encontro Nacional do PT (1993) e defendida por figuras como Genoino e Lula, é um claro sinal desse movimento de integração. Os rumos tomados pelo *Governo Paralelo* (cuja função política foi eminentemente de fiscalização e proposição), que se transforma, sintomaticamente, em *Instituto Cidadania* – instituição criada em 1992 por Lula e que projetou a campanha *Caravanas da Cidadania* – expressam, para João Machado, "claramente, uma mudança de linha" no PT[161]. Em

[161] Segundo Cíntia Campos, a Caravana da Cidadania foi uma "idéia do jornalista Ricardo Kotscho, em 89, retomada em 92" (Campos, 1993: 16). Fazendo trocadilho com a tradição petista de se dirigir aos setores mais organizados da sociedade como os trabalhadores sindicalizados, a Caravana da Cidadania estaria fazendo "porta de roça" (ibidem). A mudança de linha a que se refere Machado é o abandono do discurso classista por parte do PT. Esse translado, entretanto, coerente com nossa defesa do caráter processual-ideológico da trajetória identitária petista, não era sentido como um arrefecimento da radicalidade do discurso petista, mas como um aprofundamento e

termos políticos práticos há inúmeras evidências empíricas de que tal mudança arrefecia a radicalidade do discurso petista. O tom moralista e despolitizador do PT e da CUT durante o processo de *impeachment* de Collor ajudou a mídia a evitar uma eventual radicalização da crise *do projeto de desenvolvimento* pela qual passava o bloco de poder no Brasil (Martuschelli, 2005)[162]. A queda de Collor se deu sem prejuízo ao projeto neoliberal, que se materializava na abertura da economia brasileira (redução das alíquotas de importações), no desmonte do setor público (privatizações das estatais, redução drástica do número de funcionários públicos) e no incentivo de créditos ao *agronegócio exportador* (em detrimento do cooperativismo incentivado pelo MST e seu projeto anticapitalista de reforma agrária) (ibid: 14-19)[163].

O PT, nesse contexto, situou o debate em torno da política econômica de Collor na "denúncia dos efeitos sociais produzidos por essa política" (ibid: 84), evitando transformar a crise de governo numa crise de "bloco do poder" (ibid: 97-8). Despolitizava, numa *perspectiva positivo-reformista*, a esfera econômica em benefício da *ação preferencial* na esfera política.

---

desdogmatização da mesma. Assim, para Campos, "falar com os 'desorganizados' é uma decisão que incomoda muita gente – e não só do 'lado de lá'. Mesmo para nós, petistas, é um desafio: aprender outra linguagem, conhecer um outro jeito de viver, enfrentar uma realidade que escapa às fórmulas que aprendemos a dominar em treze anos de partido. Para quem está pronto e já sabe tudo, deve ser mesmo muito chato descobrir que metade do país não entende nosso discurso e pouco se beneficia de nossa prática. Mas o partido que nasceu e cresceu com a saudável petulância de jogar os dogmas no lixo com certeza vai aprender muito com a poeira, os buracos e com o povo que encontramos nessa caravana" (ibidem).

[162] Para Martuschelli "os grandes meios de comunicação exerceram um papel ativo de despolitização das massas populares, tratando das denúncias de corrupção de modo a ofuscar a discussão sobre os efeitos políticos e sociais e o caráter de classe da política neoliberal implementada pelo Governo Collor" (Martuschelli, 2005: 54). Essa teria sido "a saída encontrada pelos grandes empresários dos meios de comunicação para lograr a substituição do presidente sem que se alterasse o programa econômico" (ibid: 56).

[163] Ainda segundo Martuschelli não estava nos planos do PT radicalizar a oposição ao Governo Collor através do chamamento de eleições gerais. A palavra de ordem "Fora Collor" foi defendida com maior ênfase pelas tendências *Convergência Socialista* (expulsa do Partido em maio de 1992) e *O Trabalho* (Martuschelli, 2005: 67). Em caso de *impeachment*, havia uma discussão na Executiva Nacional do PT, acerca de como se posicionar. Dirigentes como Ozéas Duarte e Eduardo Jorge (ambos da tendência *Democracia Radical* – fusão da *Nova Esquerda* [dissidência do PRC] e Vertente Socialista [dissidência de 1987 da Articulação] – lançada no I Congresso de 1991 com a tese "Projeto para o Brasil") – defendiam a consideração de participar num possível futuro Governo Itamar. Outros, como Aluízio Mercadante, José Genoino e Marco Aurélio Garcia defendiam, com algumas nuanças de diferença, a legalidade e a garantia da "governabilidade" do processo. Contra estes, João Machado e Joaquim Soriano, da Democracia Socialista, defendiam, para além dos limites da "normalidade constitucional", a convocação imediata de eleições gerais (ibid: 96). Segundo Nádia Gebara e Carlúcio Castanha nos revelaram em entrevista, o "Fora Collor" fora puxado pela CUT Regional de São Paulo (hegemonizada pela CUT pela Base) à revelia da direção nacional da CUT (hegemonizada pela Articulação). Mais uma vez, a indicação de intensas disputas no interior do PT/CUT, nos dá uma indicação do caráter processual de sua curva identitária, posto que os termos da discussão se alteram ao longo do tempo.

Hélio Bicudo, em 1991, defendendo contra a antecipação do calendário eleitoral, justificou a possibilidade da defesa do *impeachment* pelo seu caráter "legal" (Bicudo, 1991: 10). Dirceu, lembrando que a CUT estava "caindo aos pedaços", defendeu que, para não favorecer "posições golpistas" da direita, era melhor o PT se preparar para as disputas eleitorais que se avizinhavam, pois todas as forças políticas estariam "travando a disputa de acordo com esse calendário" (Dirceu, 1991: 10). Note-se que a centralidade adquirida pela estratégia da eleição de Lula para presidente está em consonância com a uma tendência dos governos neoliberais na América Latina de fortalecer o executivo em detrimento do legislativo (Martuschelli, 2005: 47)[164].

A existência de um importante núcleo de poder (que remete a uma noção analítica de totalidade estrutural) – o governo federal – a ser conquistado explica em parte a aceitação, *praticamente unânime* no PT, da centralidade estratégica de eleger Lula presidente. Mesmo considerando a existência de importantes diferenças *militantes* em torno das táticas (mais ou menos integradas) a serem adotadas, chamamos a atenção para o efeito prático-material de que essa estratégia hegemônica ia, paulatinamente, estabelecendo o tabuleiro preferencial do jogo político. Esse é o ponto nevrálgico de nossa análise, pois problematiza, ao longo do capítulo, aquelas análises e investimentos militantes que não levam em conta a importância da *questão espacial* no momento de denunciar rebaixamentos programáticos e desvios de estratégia.

As regras desse jogo político, não sendo regidas pelo *princípio positivo do direito liberal*, haveriam de reverberar na prática política petista. Isso porque há, aqui, uma alteração fundamental que é a do "lugar" de onde se fala/age. A discussão na década de 1980 e – de maneira transitória – nos primeiros anos da década seguinte girava em torno da *articulação entre espacialidades distintas* referenciadas nos modelos de democracia direta e representativa (conselhos populares e estratégia socialista). Cabia, portanto, embora não fosse uma

[164] Deve-se, nesse contexto, lembrar que as constantes edições e reedições de mediadas provisórias, por parte do presidente da República, foram objeto de severas críticas do PT a Fernando H. Cardoso. Da mesma forma, o Governo Lula, ao utilizar-se da mesma prática, tem sido criticado pela oposição.

conseqüência natural, a politização de outras esferas da sociedade (superação do corporativismo), para além e, diríamos, "contra" a esfera política (o que, levada a cabo, vale supor, poderia gerar formas organizativas distintas das que então se concebiam nas disputas em torno dos conselhos populares). No arranjo que se delineava, a tradição política da democracia direta, ao perder ancoragem espacial – e, portanto, poder de agência –, restringe-se a seus traços lingüísticos, ou seja, à consideração de aplicar alguns de seus princípios e práticas (plebiscito, consulta popular, referendo) *na* democracia representativa. *Esta última deveria ser ampliada em seus limites, mas conservaria sua lógica estrutural*.

A lógica estrutural do sistema político representativo no Brasil demanda, entre outros aspectos, a construção de amplas alianças político-eleitorais que têm o efeito prático do rebaixamento programático dos partidos. Depois de ter seu mandato de deputado cassado, José Dirceu, decorridos três anos de Governo Lula, assevera: "fica evidente que sem uma *reforma político-administrativa* é difícil ter *governabilidade* no Brasil que não passe por alianças com seis, sete partidos. É a natureza do sistema político-institucional brasileiro" (grifo nosso) (Dirceu, 2006: 32). A aposta na reestruturação do sistema político como uma espécie de destravamento do processo de *transformação* – expressão do valor metanarrativo da dicotomia sujeito-objeto, pois não há uma solução de articulação entre "força" e "instituição" políticas – evidencia, na nossa opinião, a formulação de uma tática, cuja justificativa só adquire coerência argumentativa numa situação de internalização da contra-hegemonia (perda de ancoragem espacial). Os representantes das forças de transformação, assim, tendem a querer construir um corpo racional de regras que torne a representação mais justa e transparente. Não sendo nosso objetivo aprofundar questões relativas à reforma política, vejamos alguns de seus elementos que nos possibilitem perceber os rebatimentos daquela internalização para a ação de representação do PT.

Wanderley Guilherme dos Santos (2006b), desde preocupações diferentes da nossa, denuncia o caráter pragmático e contingente, da reforma política – caracterizando-a como uma

"mistificação", pois "não tem nada a ver com o problema ou a necessidade de tornar o sistema político brasileiro mais autêntico" e sim "com o fato de criar condições para maior oligarquização" (ibid: 29). Analisando a cláusula de barreira e a migração partidária (passagem dos deputados para partidos diferentes dos que foram eleitos), Santos verifica o surgimento da "figura do zumbi parlamentar" (ibidem), aquele político que, não podendo participar de comissões ou mesas diretoras, teria seu poder praticamente restrito a fazer discursos na tribuna. Acontece que "os grandes partidos estão recrutando para as suas legendas esses zumbis parlamentares" (ibidem). A cláusula de barreira, que era defendida "como uma das maneiras de barrar a migração partidária... Acaba patrocinando essa migração" (ibidem). O caráter oligárquico dessa pretensa defesa de *regras positivas* para o sistema político (direito positivo liberal), entretanto, não seria privilégio dos partidos de direita. Perguntado (por Marina Amaral) sobre a proposta de voto em lista defendida pelo PT, o cientista político, que considera positiva a competição entre candidatos do mesmo partido, assevera: "é mais um procedimento de oligarquização. Quem é que vai fazer as listas? São as lideranças dos partidos" (ibidem).

Independente de juízo de valor quanto ao tema especificamente, as ponderações de Santos nos interessam por desnudarem a recorrente prática da defesa de interesses conjunturais – e por vezes díspares – a partir de um mesmo corpo de "princípios" (regras). Entendido isto, realmente, qualquer força particular que queira interpretar as regras em favor de seu próprio projeto político pode ser acusada de "autoritária" por aqueles que não compactuam com o referido projeto. O outro lado da moeda é que o sistema de regras que prevalece sempre será em benefício de uns e em detrimento de outros. Esvai-se, assim, a possibilidade de um sistema político transparente, mas não a "necessidade" de tal sistema. A questão principal, entretanto, é como os diversos interesses existentes na sociedade se organizam para intervir no sistema político, pois sempre que prejudicados os agentes (da transformação ou da conservação) recorrem a poderes *ad hoc* (esfera

econômica, cultural, jurídica etc). Esse momento de intervenção dos agentes tem efeitos políticos que, no caso do PT, passamos a considerar.

O PT foi se utilizando (articulando) das regras do nosso sistema político para materializar seu projeto de transformação. Adotou, como vimos nos dois capítulos anteriores, práticas que garantiriam, primeiro, a possibilidade de eleger seus candidatos e, depois, o "poder" de governabilidade. Os compromissos demandados por esta última – que remete à transmutação identitária no/do Partido –, entretanto, só vieram a ser sentidos, com todas as letras, com a posse de Lula em 2003. A crise do mensalão, certamente, intensificou essa percepção e propiciou a ponderação de suas conseqüências deletérias – entre elas nos interessa o rebaixamento programático[165], pois nos revela tensões entre estratégia e tática – e também das vantagens políticas. A estratégia de ampliação da política de alianças do Partido, nesse contexto, foi crescentemente tomada como "necessidade" ao longo da década de 1990. Vejamos esse trecho de resolução do X Encontro Nacional de 1995:

> O PT terá que dar um *salto de qualidade*: reelaborar sua estratégia de poder, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. *Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular, articulando forças sociais amplas* em torno de um projeto para a sociedade brasileira, *alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco* (grifo nosso) (Partido dos Trabalhadores, 1999: 617).

O socialismo petista, assim, seria um projeto para *toda* a sociedade brasileira, cujo "salto de qualidade" se conseguiria através de uma "reelaboração" do programa partidário que fosse capaz de "articular amplas forças sociais".

---

[165] Nem todos, obviamente, concordam com a tese do rebaixamento. Marco Aurélio Garcia (tendência *Unidade na Luta*), analisando o resultado das eleições de 2006 na condição de presidente do PT (em substituição a Ricardo Berzoini, que deixou provisoriamente o cargo durante a crise do mensalão), considera que "a idéia de que fazer uma frente ampla tem de diluir o programa não é correta. Foi exatamente esse programa que permitiu que setores muito expressivos da sociedade e do sistema político brasileiros se identificassem conosco" (Garcia, 2006: 4). Por outro lado, dirigentes como Valter Pomar (tendência *Articulação de Esquerda*), em plena crise do mensalão, detecta uma dificuldade no PT em tratar o "debate programático" e articular uma necessária "alternativa à orientação que prevaleceu desde 1995" (Pomar, 2005: 13).

Não por acaso, nesse processo de "ampliação de alianças", operava-se um duplo movimento de *fortalecimento do núcleo dirigente* (unidade partidária como "oligarquização") e de seletividade quando se tratava de compor alianças político-sociais à esquerda e fora do *espaço eleitoral*. Pressionada em boa medida pelo *ambiente midiático*, a nova hegemonia petista dava, por exemplo, claros sinais de querer descolar sua imagem da do MST (Capítulo 5). Junto com a rejeição a tal aliança vem, mais importante, o rechaço aos tipos de espaço que se poderiam ampliar ou criar. O *rebaixamento programático*, tomado por alguns atores como maleabilidade tática, pode trazer consigo a *prática* da predileção aos cálculos instrumentais da disputa eleitoral. Tais cálculos de "eficiência" político-eleitoral, como efeito hegemônico da internalização da contra-hegemonia petista, envolvem o rechaço a determinadas articulações e seus *loci* de ação política.

Numa polêmica em torno do fechamento do jornal *Brasil Agora*, em 1996, estava, entre outros pontos, a não aceitação ao "espaço muito grande" que a direção do jornal (exercida por Bruno Maranhão)[166] estava dando ao MST. Desconhecendo esses "palpiteiros", o *Brasil Agora* revelou, em entrevista de capa com Stedile, "que o MST preparava uma onda de ocupações" (Martins e Luedemann, 1996: 10). Segundo os autores, pressionada pela tesouraria do Partido, a equipe do jornal, para evitar seu fechamento, realizou um projeto de "alternativa de imprensa ao neoliberalismo, em torno da qual poderiam se reunir diversas forças políticas de esquerda" (ibid: 11). Esse seria "um serviço noticioso [com ramificações na internet, RM] capaz de alimentar com matérias de grande atualidade e relevância as rádios livres e a imprensa dos sindicatos e dos

[166] Em meio a polêmicas em torno de um alegado desrespeito por parte do campo majoritário ao princípio da cultura petista de proporcionalidade na direção partidária, Maranhão asseverou que "a executiva foi progressivamente se transformando no centro real de poder no partido... A prepotência autoritária da comunicação de 'fechamento' do jornal... Deixa a nu os males do monolitismo que terminou se instalando na Executiva do PT" (Maranhão, 1996: 2).

movimentos populares" (ibidem). Entretanto, "o núcleo dirigente do partido preferia, a um ambiente assim, a calmaria modorrenta do jornalismo domesticado" (ibidem)[167].

A *necessária* "entrada" do PT nesse ambiente "democrático", portanto, como temos defendido, poderia ter acontecido segundo diferentes estratégias de *articulação*. Passemos novamente a considerar os rebatimentos que a trajetória delineada pelo socialismo democrático petista viria a provocar na experiência de se ocupar o governo federal. Na opinião que Carlos H. Árabe nos emitiu, houve uma repetição da "lógica utilitária das alianças para ganhar eleições" no Governo Lula. Desta feita tratava-se de "fazer maioria" no Congresso nacional (governabilidade). Para o entrevistado, entretanto, essa *articulação de amplas forças sociais*, que antes eram "bastante relativizadas para o PT, ganharam muito peso". A discussão travada na década de 1990 acerca da possibilidade ou não de se construir vitórias eleitorais com um arco enxuto de aliados (e suas reverberações no nível programático – Capítulo 5) é atualizada de forma bastante *eloqüente* no Governo Lula. Isso porque o rebatimento desse processo na identidade partidária fica bastante evidente, como se pode notar nesse trecho da entrevista de Carlos H. Árabe (num contexto em que argumenta os motivos que o levam – defendendo alianças mais restritas – a considerar relativa a contra-prova da eleição de Lula tendo José Alencar como vice):

> é uma contra-prova muito relativa porque... O José Alencar representava uma força política muito pequena, e digamos, como liderança empresarial, era muito relativo o peso dele... E mais problemático ainda, teve setores no PT, o Palocci, por exemplo, que ideologicamente tinham posições piores que a do José Alencar. O José Alencar não pode ser acusado de neoliberal. *O Palocci nós falamos dele várias vezes como neoliberal, nós e vários outros*.

[167] Essa situação se mantém praticamente inalterada nos dias de hoje. Ricardo Azevedo, criticando, em entrevista que nos concedeu, a política de comunicação do PT – a qual classifica como um "desastre" – pondera: "como é que você pode se utilizar de meios de comunicação que estão no campo dos adversários como seu principal instrumento de expressão? [Com isso] desestimulasse a utilização dos canais partidários... Você vê que o número de acessos ao *site* do PT é menor do que o número de acessos ao *site* PC do B... [Este último] é muito melhor que o do PT... Efetivamente, o Estado Maior petista utiliza-se da grande imprensa para se comunicar". A ação de representação petista, portanto, cujas conseqüências político-narrativas nós vislumbramos no capítulo anterior, é profundamente "mediada" pelo ambiente midiático.

Considerando o peso de Palocci no PT e no Governo Lula, podemos chegar à seguinte conclusão: *O programa do nacional-desenvolvimentismo petista – parte da estratégia do socialismo petista na contraposição ao imperialismo neoliberal – tendo operado escolhas que iam no sentido de sua radical integração na esfera política e ampliação de seu arco de alianças, possibilitou, concretamente, a penetração de valores neoliberais no seio da própria narrativa petista*[168].

Não foram poucas as contestações *militantes*. Uma passagem bastante elucidativa das *práticas* a que o PT teve que aderir devido às regras impostas pelo sistema político é a experiência já amplamente divulgada de César Benjamim. Fundador e quadro dirigente nacional do PT, Benjamim deixou o Partido em 1995 (após o X Encontro Nacional) por discordar de *detalhes* do financiamento da campanha de 1994. Membro da Coordenação Nacional da campanha de Lula para presidente, o referido dirigente, que não teria consciência que já se recebia apoio de alguns "bancos e empreiteiras", propôs, como estratégia de enfrentamento a FHC, a abertura das contas da campanha do PT. Segundo o dirigente sua proposta "sempre caía no vazio" (Benjamim, 2006). Vendo indícios de que isso envolvia a prática de caixa dois – através de verbas do *Fundo de Amparo ao Trabalhador*, via CUT – e tentando denunciar o fato no referido encontro, Benjamim teria sido ameaçado fisicamente por um "grupo de Santo André" (ligado a Dirceu e Lula). Foi neste encontro, sintomaticamente, que entraram na direção nacional do PT figuras como Delúbio Soares, e Sílvio Pereira – dirigentes que, para Benjamim, não dizem "'a' com 'b'" (ibidem), ou seja, não tinham *densidade programática e ideológica*.

---

168 Após a eleição de Lula em 2002, a equipe do Ministério da Economia lançou um documento intitulado *Política Econômica e Reformas Estruturais*. Essa equipe, segundo Maria Hermínia Tavares de Almeida, era "composta por economistas de orientação liberal, que não eram membros do PT" e era "inspirado num texto preparado por um grupo de economistas liberais da Universidade de Princeton, intitulado 'Agenda Perdida' [Lost Agend]" (Almeida, 2005: 6). Esse texto recuperava questões prévias do programa de reforma social do Governo FHC, conforme fora "endossado pelo Banco Mundial e pelos ideólogos neoliberais" (ibidem). No âmbito das discussões partidárias, Valter Pomar denuncia: "O grupo 'palocciano' tem um 'programa' claro: aprofundar o ajuste fiscal... O grupo de Palocci certamente tentará exportar, para o programa do partido, todos os limites que sua orientação conservadora impôs à ação do governo federal" (Pomar, 2005: 13).

Confirmando-nos o episódio da relatada polêmica, Árabe tece um comentário no qual vincula as propostas de financiamento público e lista partidária – "pontos centrais da proposta majoritária do PT de reforma política" – à questão da "relação do PT com a sua base, porque o problema no fundo é com quais interesses sociais se relacionar". Para o entrevistado, as contribuições fora da base partidária do PT, quando inevitáveis, só deveriam ser aceitas "com muita salvaguarda". Quando essas contribuições tornaram-se "fonte de financiamento importante", Árabe reconhece que isso veio a influenciar nas "divisões" mais pragmáticas do Partido – o que revela que "os debates do PT não são só programáticos, genéricos". A composição das bancadas que, como vimos no capítulo anterior têm um enorme peso político no Partido em detrimento de sua base militante, é diretamente afetada por essa prática de financiamento (que abrange os poderes executivo e legislativo no três níveis da federação)[169].

Árabe, nesse contexto, pondera que a possibilidade de um deputado se reeleger é muito maior do que a de um candidato de primeira viagem. Argumenta ainda que essa distorção é maior do que a do financiamento privado, sendo este último uma espécie de amplificador de uma distorção já existente. Implícito em seu argumento está o entendimento de que o principal responsável por essas distorções na representação política é o "escândalo que é o sistema eleitoral brasileiro". A reforma política, assim, como antevimos acima, tornou-se um tema quente para muitos petistas, posto que poderia possibilitar o *aprofundamento do caráter republicano de nossa democracia*, cujo sistema político, hoje, "subtrai capacidade de expressão e representação da

169 Vejamos essa passagem bastante elucidativa da entrevista que Sokol nos concedeu: "em 94 o PT já era o PT de hoje, quer dizer, já não era um partido independente... Já era um partido em processo de integração... Na plataforma, na linha de campanha e no financiamento, que as coisas se completam. Tudo isso já podia ser verificado. Eu me lembro, por exemplo, da enorme dificuldade que foi o partido absorver uma denúncia que apareceu no final da campanha, que a construtora Norberto Odebrecht, que na época ainda encarnava o demônio... Com ACM [Antônio Carlos Magalhães, RM], ela tinha entrado pra valer na campanha do Lula, porque realmente tinha entrado. E a direção de campanha, sem que a gente pudesse interferir porque o dinheiro era, vamos dizer, era repassado não pelos mecanismos formais da coordenação de campanha pra *certas prioridades*. Num certo momento, alguém decidiu que, para dar um exemplo que eu me lembro bem, o Cristovam [Buarque, RM] deveria ser especialmente apoiado... E a Norberto Odebrecht... (e eu estou falando porque é público)... Deu pra candidatura dele, um apoio significativo". Fica claro que as "prioridades" no financiamento obedecem critérios políticos.

sociedade" (Guimarães, 2006: 50). Marco A. Garcia, analisando a crise do "mensalão", conclui que "o grande problema foi que não nos demos conta de que era de fundamental importância a renovação do sistema político-eleitoral-partidário, e, portanto, o partido navegou *um pouco* nesse sistema" (grifo nosso) (Garcia, 2006: 5)[170].

Essa *articulação* do republicanismo (presente tanto no discurso da Unidade na Luta como da Mensagem ao Partido – teses que polarizaram o III Congresso) com o socialismo petista, guardando as devidas diferenças de ênfase, materializam o que temos chamado de *internalização da contra-hegemonia*. Esse ajuste estratégico, que traz implícita a concepção *participativa* de democracia do PT, investe na possibilidade do discurso petista fazer valer "na cena política do país [sua] plena autoridade democrática" (Guimarães, 2004b: 17). No contexto em que Guimarães defende uma "agenda de transição republicana" (ibidem), estão presentes, entretanto, os constantes ataques – em clima eleitoral e, lembremos, com ampla cobertura da mídia hegemônica – por parte de intelectuais como Boris Fausto e Fernando Henrique Cardoso, que (de acordo com o princípio liberal da liberdade negativa) acusam o PT de ser "uma ameaça à democracia brasileira" (ibid: 16).

No nosso entendimento, a estrutura lógica desse sistema político-eleitoral – por mais que se fale em *expansão* e *aprofundamento* da democracia brasileira (ibid: 17) – não será significativamente alterada por modificações parciais em suas regras. Isso porque a internalização da contra-hegemonia, como vimos acima, gera *práticas* e *interesses* que vão exatamente no sentido da manutenção da quantidade de poder acumulado pelos representantes *dentro* desse sistema pelas forças "contra-hegemônicas". A centralização de poder no núcleo dirigente petista e

[170] Há, entretanto, na opinião que nos emitiu Markus Sokol, um vínculo indissociável entre financiamento e mídia. Remetendo a experiência da relação da mídia com Genuíno – que teria se feito politicamente utilizando-se desse espaço para "combater a linha oficial do Partido", sendo ele uma "espécie de dissidente agraciado pela mídia" – diz que "em cada estado praticamente do Brasil tinha o seu equivalente". Ou seja, seria possível, sendo agraciado pela mídia – o que implica, obviamente, em pautar sua agenda por ela – se eleger com relativamente pouco dinheiro, de forma que "cada vez mais no Brasil o cara pra se eleger precisa ter muito dinheiro e tanto menos quanto mais nome ele tem na mídia". Contrastando com o PT da década de 1980, Sokol recorda: "Eu tenho saudade da época em que a gente dizia que: 'Pô, o cara vai ser eleito graças ao apoio do sindicato'".

o processo de verticalização por que passou (não sem disputas extremamente acirradas, Capítulos 4 e 5) a CUT são efeitos, portanto, do *tipo de articulação* que se foi construindo com as instituições democráticas brasileiras. Tais processos articulatórios geram uma *concepção de democracia* que dita a razoabilidade das ações do executivo (para não ser acusado de autoritarismo e arrogância), que ironicamente, como aprofundaremos a seguir, detem a prerrogativa da ação de representação. Vejamos alguns efeitos materiais desse processo na ação de representação do Governo Lula.

Franklin Martins (2007: 4-9), ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, expressa bem tal internalização[171]. Defendendo a possibilidade de melhora na relação do Governo Lula com o Congresso (através da composição em curso de um *governo de coalizão*) e de construção de uma relação profissional com a imprensa (com possibilidades reais de *fazer prevalecer suas idéias* no debate político), Martins justifica da seguinte forma que a "democracia" é o melhor caminho para se resolver os problemas: "A direita hoje é mais democrática no Brasil do que há trinta anos. A esquerda também. Isso é uma *conquista que vem do período de luta contra a ditadura*" (grifo nosso) (ibid: 5). Note-se que essa "conquista" corresponde ao processo genealógico de construção do *espaço público brasileiro*, que vimos trabalhando ao longo dessa tese. O caráter homogeneizante adquirido por este último, com efeito, exclui o investimento político em espaços mais "autônomos" (como o MST). Perguntado acerca da necessidade de democratização dos meios de comunicação no Brasil, Martins postula (republicanamente) que o investimento em mídias alternativas termina fazendo com que "a gente se afaste da questão principal, que é travar a disputa política nos *espaços que existem*" (grifo nosso) (ibid: 8). Esse é, segundo a tese que temos defendido, o limite em que ou se intenta desnaturalizar os espaços historicamente construídos ou a "arrogância" e o

[171] Franklin Martins foi convidado por Lula para o referido posto após a crise do "mensalão" em 2006.

"autoritarismo" de que acusam as forças contra-hegemônicas movimentalistas tornar-se-ão, *realmente,* Arrogância e Autoritarismo em letras maiúsculas.

Mesmo não desconhecendo os benefícios relativos que uma alteração de regras do sistema político possa trazer para uma política antagonística, a discussão – de um ponto de vista radicalmente antagonístico – tem que ser deslocada pelo estranhamento da concepção "participativa" da democracia petista. A capacidade dos atores políticos influenciarem nessa disputa advém dos *recursos narrativos* de que esses dispõem (poder externo à esfera política que é articulado desde outras esferas: econômica, cultural, jurídica). Tais recursos, como vimos, dependem, fundamentalmente, da *amplitude do ambiente narrativo* das forças antagonísticas. Esse conceito formal (Capítulo 2) está articulado à existência concreta de *espaços político-culturais relativamente autônomos*. Tal autonomia, retomando a discussão acima, requer, entre outras coisas, o desenvolvimento da capacidade de *autofinanciamento* (o que extrapola os limites da correta defesa do financiamento público eleitoral). Podemos, assim, imprimir um *sentido político radical* ao valor narrativo (que hoje é meramente um traço lingüístico das tradições revolucionárias) da "autonomia"[172]. Ela tem que ser acompanhada de uma ancoragem espacial *particular-local* que, à maneira dos bancos e empreiteiras, *qualifiquem* seu *poder* de intervenção no espaço público e, neste, sua articulação com outras forças sociais. Ou seja, a noção de autonomia deve ser ampliada para, entre outras, a esfera econômica no sentido, inclusive, da construção de poder financeiro. Vista dessa forma a *economia de inspiração socialista* (economia solidária e cooperativismo "autêntico") cumpriria, *hoje*, um papel fundamental num projeto de

---

[172] Raul Pont (tendência *Democracia Socialista*), no contexto de crise do mensalão, aponta para a necessidade de se construir uma "outra governabilidade... Que não se esgota no Congresso Nacional" (Pont, 2005: 11). Argumenta que para tal, só um protagonismo popular assentado "numa visão de autonomia e independência dos movimentos sociais" poderia evitar que o PT ficasse refém dos "aliados". Esse processo seria acompanhado da criação de "mecanismos de participação popular direta na gestão pública e na elaboração orçamentária" (ibidem). Nossa abordagem espacial do conceito de hegemonia vem a qualificar essa intuição, pois questiona a internalização integral dos "mecanismos de participação" e aponta para a construção de uma estratégia de tensão com as instituições democráticas, apesar de não prescindir das mesmas.

desenvolvimento democrático e antagonístico[173]. Os *recursos* aos quais nos referimos, como se pode ver, não se encerram nos aspectos apenas pecuniários. Referimo-nos a "recursos" como efeito da prática política da *criação positiva de poder popular*, que beneficia aqueles sentidos narrativos antagonísticos e seus valores.

Pretendendo-se "realistas", muitos analistas podem interceptar o acima exposto, lembrando do incomensurável acúmulo de "capital" por parte da burguesia. Lutar na seara da economia, assim, soa algo como um esquerdismo ingênuo e *infantil* há muito superado (economicismo, corporativismo). As reflexões ao longo dessa tese, entretanto, nos indicaram as dificuldades que implicam a estratégia petista de articular, num único sentido narrativo, espaços político-sociais com culturas, lógicas e valores tão díspares. Vimos que tal estratégia ganha coerência a partir de um valor ideológico-narrativo, qual seja, o da autonomia da esfera política. Vimos, nesse contexto, que o corporativismo é *praticamente* uma imposição do sistema político e que o partido, concebido como *unidade* que atua preferencialmente na esfera política, inibe – por via da ação de representação – as tentativas de superação desse mesmo corporativismo. Os partidos de "esquerda", adentrando numa espécie de ratoeira que é a "esfera política", transformam-se, eles próprios, em guardiões da ordem e agentes da conservação.

Isso é o que se viu, para a surpresa dos menos avisados, na publicação da *Carta ao Povo Brasileiro* (Lula da Silva, 2002), assinada por Lula no calor da campanha para presidente em 2002. Uma breve análise desse exemplar de discurso, *vis-à-vis* a relação de representação PT-MST, pode revelar como o socialismo democrático petista se "desqualificou" como representante dos *interesses* demandados pelo Movimento dos Sem Terra. Tendo como intenção tranqüilizar o

---

[173] Tal entendimento pode vir a enriquecer posições como a de Virgínia Fontes, que em entrevista na *Revista Sem Terra*, critica os rumos do PT e do Governo Lula – o qual caracteriza como um governo que tem uma posição "pró-grande capital" (Fontes, 2007: 6) – e defende que "o autofinanciamento da luta dos trabalhadores continua sendo a regra fundamental" (ibid: 8). Reconhecendo que as condições de precarização e desemprego obstaculizam tal perspectiva, a autora pondera que "nós precisamos lutar nessas condições. Esses somos nós... Com esse mínimo nós podemos fazer o máximo" (ibid: 9). Este é um tema que mereceria um aprofundamento à parte, particularmente no que tange à disputa, com a burguesia, da noção de "empresa" ou "empreendimento". Dados os limites dessa pesquisa remetemo-lo como desafio para estudos futuros.

capital financeiro, a Carta cumpria o objetivo político manifesto de evitar que "as pressões que a direita fazia naquele momento viessem a inviabilizar nossa candidatura" (Garcia, 2006: 7). O que garantiria a continuidade do efeito positivo daquela "ação preventiva" (tática, portanto), segundo Garcia, era a retomada da "elaboração que se fez um pouco na campanha de 1994, menos na de 1998 – enfim, uma *preocupação mais estratégica* com o Brasil e sua inserção no mundo" (grifo nosso) (ibidem). Como se pode notar, o autor faz alusão ao projeto *nacional-desenvolvimentista* do PT, que, lembremos, resiste, no nível local, às políticas horizontal-territorializantes (Capítulo 5) e elege a *arena política internacional* como palco privilegiado da ação política. Realmente, há na Carta elementos que remetem a esse projeto.

A ação de representação é atributo do Governo central, cuja *unidade de representação* deixa de ser "classista" e passa a ser o "Brasil"; uma genérica "vontade popular"; a "população esperançosa"; a "nação independente"; o "país"; o "povo brasileiro". Clama-se, assim, por uma "autêntica aliança pelo país", "um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade". Para tal, seria necessário contar com a colaboração de "lideranças populares, intelectuais e religiosos dos mais variados matizes ideológicos", além, é claro, de "parcelas significativas do empresariado". Estas, atraídas pela proposta de "substituição competitiva de importações" iriam ajudar a criar "um amplo mercado interno de consumo de massas", através de um "Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social". Esse seria, vale lembrar, um projeto de enfrentamento ao neoliberalismo, posto que destinado a "encerrar o atual ciclo econômico e político" (representado pelo "governo atual" [de FHC, RM], verdadeiro responsável pela "crise de confiança na situação econômica do país") – um "modelo [que] esgotou-se".

Setores expressivos da esquerda petista reagiram negativamente à Carta, considerada um selo de compromisso com o capital financeiro. Não poucas vozes, interna e externamente ao PT, levantaram-se para falar de *guinada neoliberal*. Assistimos a uma palestra de Emir Sader no Sindicato dos Bancários em Recife (agosto de 2006), em que o professor relativizou os efeitos da

política de alianças petista quando comparada com o acordo que o Partido fizera com o referido capital[174]. Informado em entrevista que nos concedeu sobre esse pronunciamento de Sader, Árabe reconhece que a Carta "era uma inflexão... Para oferecer garantias ao setor financeiro". Não concorda, entretanto, com a palavra "acordo", lhe parecendo mais correto entender como o "resultado de uma *avaliação da conjuntura*, [pois] a maioria tinha uma avaliação de que não dava pra romper". Para ilustrar seu pensamento, nos argüiu: "Porque o Governo Lula não expropria todo o latifúndio?"; para em seguida responder: "Não parece ser isso [um acordo com os latifundiários, RM], é porque ele avalia que no mínimo não tem *correlação de forças* pra fazer". Da mesma forma, ainda segundo o entrevistado, poder-se-ia entender a proposta de nacionalização dos bancos: "Nós já defendemos isso. Quer dizer, porque não defendemos hoje? Porque achamos que não tem condição, não porque não deva ter"[175].

Analisada a seqüência lógica da argumentação, construída a partir da consideração da "correlação de forças" da "conjuntura", poucos analistas se insurgiriam, em tese, contra a coerência e acerto estratégico da proposição. O que mudaria, nesse contexto, seria o cálculo da quantidade de "força" que realmente se tem e das possibilidades reais de sucesso em caso de uma radicalização do processo (que sempre corre o risco de revelar-se *aventureira*). Considerando, entretanto, que essa "correlação de forças" é resultante da ação de representação, passada e presente, que, rechaçando a criação/ampliação de espaços políticos mais "autônomos", *limita as*

---

174 Não podemos reproduzir fielmente as palavras do palestrante, mas o conteúdo de seu discurso era certamente o que mencionamos.

175 Ao mesmo tempo, analistas como Maria da Conceição Tavares, argumentando que pouco se tem estudado sobre as "mudanças nos padrões de desenvolvimento" (industrialização e divisão internacional do trabalho) declara estar "convencida de que não temos um projeto nacional de desenvolvimento social e popular" (Tavares, 2005: 31). No que diz respeito à necessária interface política com um possível projeto de desenvolvimento, a economista – reconhecendo que ainda não se conseguiu "levar adiante as plataformas reformistas da década de 1960" (ibid: 34) – opina que na tentativa de "construir uma República democrática", não se deve perder de vista o horizonte socialista, porque "o capitalismo de 1980 para cá vem perdendo sua aura civilizatória" (ibidem). A coerência do sistema capitalista tem na autonomia da esfera política seu principal ponto de coerência e autoridade moral, o que nos leva a crer que a politização da esfera política deve interessar às forças socialistas.

possibilidades e recursos narrativos daquelas "forças", mudam-se os termos da discussão. Vejamos, como podemos aprofundar tal discussão à luz da relação entre MST e Governo Lula.

Ainda na *Carta ao Povo Brasileiro* pode-se ler, num contexto em que se fala de *incentivo às exportações*, que o futuro Governo Lula iria valorizar tanto a agricultura familiar como o agronegócio exportador. Investir em infra-estrutura e disponibilizar fontes públicas de financiamento seria, assim, uma forma de gerar divisas e sanar as contas públicas. Numa perspectiva em que se despolitiza a esfera econômica em benefício da "autonomia" da esfera política (o que verticaliza o sistema de representação, Capítulo 5), essa intenção é plenamente justificável, pois se lidam com demandas conflitantes, mas que podem e "devem" ser absorvidas pela lógica estrutural (liberal) do sistema político. O projeto de reforma agrária do MST, entretanto, como vimos no capítulo anterior, aponta uma saída não-capitalista para o desenvolvimento brasileiro. Sua estratégia desenvolvimentista tem um sentido socialista que politiza a esfera econômica com a proposição de um *modelo agrícola alternativo*, que demanda o ajuste da "organização da produção" para o *consumo interno* (MST, 2006: 2).

Vejamos quais são os efeitos políticos da relação entre o arranjo institucional da concepção petista de democracia, a demanda por politização da esfera econômica do MST e a "necessidade" tática do PT em *oferecer garantias ao capital financeiro*.Vale reproduzir esse trecho do editorial da Revista Sem Terra de julho/agosto de 2007:

> A... Reestruturação da economia brasileira, ditada pela onda neoliberal desde os anos [19]90 e que assegurou a hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo, definiu um papel para a agricultura brasileira: *o de gerar saldos na balança comercial para garantir o pagamento dos juros da dívida externa* e a remessa para o exterior dos lucros das empresas que foram privatizadas em nosso país... [O] *agronegócio,... Para manter essa dinâmica de acumulação capitalista, é extremamente eficiente e seduziu, como um 'canto de serias', o Governo Lula* (grifo nosso) (MST, 2007: 4).

Interessado em combater o neoliberalismo, o nacional-desenvolvimentismo petista elegia a *arena internacional* – no interior da qual uma *nação independente*, detentora da prerrogativa da ação de

representação, poderia agir contra o *hegemonismo* (e não "imperialismo", Capítulo 5) dos países ricos – como espaço privilegiado para a disputa política. Não é por acaso que a política internacional do Governo Lula é constantemente avaliada, mesmo por aquelas vozes mais críticas, como sua "área" mais positiva. Dentro dessa estratégia de ação faz sentido o *recuo tático* de oferecer garantias ao capital financeiro e prometer investimento no agronegócio exportador. Saneando as contas públicas e tendo um saldo favorável na balança comercial, estar-se-ia dando um passo atrás para, em seguida, se apresentar na arena internacional com uma política mais independente (investimento nas relações Sul-Sul, na integração política e econômica da América Latina, oposição à ALCA etc) contra as forças neoliberais.

Nesse contexto, a produção para o consumo interno faz parte das estratégias tanto do PT como do MST. Para o PT, entretanto, o agronegócio não entra em rota de colisão com sua estratégia, posto que, como vimos acima, ajuda a incrementar as exportações e gerar divisas para o país. O MST que, em contraste ao PT, elege a esfera econômica como lócus de ação política, denuncia o estancamento do processo de reforma agrária por causa da *associação entre latifúndio, agronegócio e capital financeiro* (ibidem). A tática do PT de oferecer garantias ao capital financeiro sobre o cálculo estratégico de enfrentar o neoliberalismo na arena internacional, mesmo que faça sentido do ponto de vista estratégico, tornou-se o motivo pelo qual o Governo Lula não pôde atender a principal demanda do MST: a realização da reforma agrária. A opção petista por determinada estratégia política, delineada acima em linhas bastante gerais, ao pressupor incentivo ao agronegócio, não pôde tomar a reforma agrária como um *elemento estruturante* de seu programa de desenvolvimento. Esse ponto de interface entre economia e política não será sem efeitos identitários. Vejamos.

Para dar coerência ao nacionalismo petista tem-se que construir uma *unidade nacional*, que se estruturaria a partir de um modelo participativo de democracia (integração entre as esferas municipal, estadual e federal). Tal modelo, como temos visto ao longo dessa tese, tende a

imprimir autonomia à esfera política e a homogeneizar o espaço público. Esse tipo de estruturação do social, por sua vez, requer a despolitização da esfera econômica e a reforma agrária proposta pelo MST revela-se um ponto nevrálgico dessa politização que, caso encampada, desataria soluções de "compromissos táticos" do Governo Lula. Esse tipo de situação desgastou profundamente, para o MST, a capacidade de representação política do governo em questão. Ariovaldo Umbelino Oliveira, colaborador na elaboração do *II Plano Nacional de Reforma Agrária* (II PNRA)[176], em entrevista ao *Jornal Sem Terra*, não usa meias palavras para afirmar que "para o governo, a Reforma Agrária é um ponto social, uma política compensatória, quando na verdade teria que fazer parte de um projeto de desenvolvimento de nação" (Oliveira, 2006: 5).

Na prática, foram várias as demandas do MST (politizadoras da esfera econômica) negadas ou constantemente postergadas pelo Governo por questão de prioridade política. A revisão dos índices de produtividade da produção agrícola, parâmetro constitucional para a desapropriação de terras legislado na década de 1970, deveria, na visão do MST, ser feita, haja visto o avanço tecnológico. Isso, segundo Oliveira, forçaria os ruralistas – sob a ameaça de verem suas terras desapropriadas – a "tornar suas propriedades produtivas" (ibidem). Na prática, portanto, essa revisão daria ao governo as condições legais "de fazer a Reforma Agrária em terra de qualidade, porque hoje o que sobra são as piores áreas" (ibidem). Em abril de 2005, o *Ministério do Desenvolvimento Agrário* (Miguel Rosseto – DS – que alimentou expectativas positivas no MST para a realização da Reforma Agrária) encaminhou para o Conselho Nacional de Agricultura o novo decreto de atualização dos referidos índices[177]. Diante do fato de, um ano

---

[176] Este Plano, que é "fruto do esforço coletivo dos servidores e técnicos, com o acúmulo dos movimentos sociais e da reflexão acadêmica" (MDA, 2003: 5) – apresentado em 2003 na Conferência da Terra em Brasília –, define a Reforma Agrária como sendo "estratégica para um projeto de nação moderno e soberano" (ibidem).

[177] Há uma evidente setorialização no alojamento de forças políticas no Governo Lula, mas há que se considerar o efeito final da ação de representação. De qualquer forma vale registrar as seguintes ponderações que Demetrius Fiorante nos emitiu, pois elas ressaltam os limites de ação do Governo, tema que trataremos na próxima subseção: "Eu acho que há uma relação contraditória do PT, Governo e MST, porque ao mesmo tempo em que o MST é muito crítico ao Governo Lula... Falam da reforma agrária, atacam o agronegócio, fazem todo aquele discurso de soberania nacional... de certa forma têm uma crítica bem fundamentada ao governo [referenciando-se em intelectuais como

depois, o processo não ter andado, Oliveira reage: “Não há interesse dentro do Ministério da Agricultura e do principal assessor do governo da República” (José Graziano) (ibidem).

José Graziano, no momento em que Oliveira dava essa entrevista, estava em vias de ingressar na *Food and Agriculture Organization* (FAO), organização ligada a Organização das Nações Unidas (ONU) que, sendo, ainda segundo Oliveira, contrária à Reforma Agrária é “nociva aos interesses de camponeses e camponesas de todo o mundo” (ibidem). A FAO, através de seu projeto de “revolução verde”, que prega o aumento de produtividade dos produtos agrícolas, “incrementou... O parque industrial de máquinas... [e] O de produtos químicos e derivados, intensificando a produção de fertilizantes e agrotóxicos” (ibid: 4). Esse *modelo* de desenvolvimento, de interesse do agronegócio, é radicalmente combatido pelo MST que, politizando a esfera econômica, entende que ele *retira dos camponeses o poder de controlar o processo produtivo*. É o que acontece com os *transgênicos*, tecnologia que impossibilita a reprodução das sementes (através do gene *terminator*) e, assim, torna o agricultor refém dos interesses de multinacionais como a *Monsanto* (ibid: 5).

Seguindo uma linha de raciocínio, que vinha sendo construída desde a década de 1980 (Capítulos 4 e 5), os intelectuais do PT e da CUT não reconhecem nos camponeses uma *identidade* digna de investimento. Transformando-os em “classe trabalhadora”, unidade de representação que pressupõe relações capitalistas de produção, a narrativa petista, ancorada em valores modernizantes, transforma, via representação política, os “camponeses” em “agricultores familiares”. Para além de uma questão meramente semântica, esse traslado de unidade de representação tem o efeito prático de “despolitizar” a esfera econômica (contraditoriamente, uma

---

Plínio de Arruda Sampaio]... Ao mesmo tempo... Há uma relação grande do MST com o governo e com o PT... A equipe econômica ainda calcula aquela emissão... [do índice de produtividade, RM] que permite a desapropriação... Eu lembro ainda na DS [Democracia Socialista, RM], Miguel Rossetto falou isso no início do governo, mas a equipe econômica via a reforma agrária com limites, por seus gastos de despesas correntes, que na realidade se você olhar não é isso, ainda pode estar lento por isso, pode estar lento ainda pelo processo judiciário, que não depende só do governo... Nós pegamos esse abacaxi, é um abacaxi essa reforma agrária... [Mas] a relação da DS com o MST ela sempre foi muito fraterna”.

forma de politização, segundo determinados interesses). Isso porque a *agricultura familiar aparece no projeto petista de desenvolvimento de forma associada e complementar ao agronegócio* – o que resolveria, em tese, as soluções de compromisso de sua estratégia política[178] de desenvolvimento econômico. Ao transformar a Reforma Agrária em uma política pública compensatória, que não altera a estrutura fundiária do país, os indivíduos *de carne e osso* que foram *incluídos economicamente* – os camponeses – desaparecem enquanto sujeitos sociais, "pois não têm condições econômicas para sobreviverem no capitalismo" (Oliveira, 2005: 3).

Haveria, nesse sentido, uma clara continuidade entre o modelo de desenvolvimento petista e o praticado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (projeto "novo mundo rural" do Ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Jungman). Para Oliveira, "a tese é a mesma: não há lugar para os camponeses na agricultura capitalista de mercado. Por isso, o texto do programa do PT fala em consolidação da agricultura familiar" (ibidem). Dito isto, pode-se ver com outros olhos as constantes divulgações (que fazem parte da lógica da disputa política eleitoral midiática) do incremento na liberação de verbas para esse tipo de agricultura. Tal política pública, *preservando a condução capitalista da economia rural*, não significaria apenas um ato de investimento financeiro. Mais do que isso, constitui-se num investimento político (ação de representação) capaz de coibir a existência de sujeitos sociais considerados *anacrônicos*. O resultado concreto

---

178 Em artigo que versa sobre o potencial transformador da agroenergia, José Graziano da Silva preocupado com a "legitimação mundial" da atividade afirma que, entre os desafios internacionais que esta tem que enfrentar está "o tratamento dispensado à mão-de-obra" (Graziano da Silva, 2007: 25). Defende a ação planejadora do Estado, indispensável para a construção de um projeto social de desenvolvimento que fixe "estacas públicas para que os impulsos da lógica estrita do lucro não transformem uma promessa de agenda sustentável em fonte adicional de desequilíbrios" (desalojamento de terras destinadas à produção de alimentos e desmatamento) (ibid: 26). O raciocínio de Graziano da Silva, apesar de mencionar o incentivo ao cooperativismo, vai no sentido da importância do Estado garantir os direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores das usinas, cujo "anacrônico" regime de trabalho – devido à "fragilidade organizativa dos trabalhadores" (ibid: 27) – "rivaliza com os tempos da senzala" (ibid: 26). O incentivo do Estado – e esse é o ponto culminante do artigo que nos interessa – vem na forma de associação da agricultura familiar com o agronegócio: "O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está financiando projetos de biodiesel em até 80%, percentual que sobe para 90% quando o empreendimento possui o selo social, ou seja, é reconhecido... Como uma parceria com a matéria-prima da agricultura familiar" (ibid: 29). Veja-se que se trata de um *projeto capitalista*, que se destina a "adicionar à lógica de mercado a amplitude de interesses que transforma uma oportunidade histórica num verdadeiro projeto de desenvolvimento" (ibidem). Restringe-se, portanto, a considerar como "o ponto nevrálgico da agroenergia", a "criação de instrumentos democráticos de acomodação da lógica privada no âmbito do interesse público" (ibid: 26).

dessa política agrária, considerada pelo então deputado federal petista Chico Alencar (hoje no PSOL) como "frustrante", é que *a demanda por Reforma Agrária não é atendida*, pois "o governo está seqüestrado pelo agronegócio e pelo equilíbrio fiscal, que faz com que ele seguidamente contingencie recursos do orçamento" (Alencar, 2005: 5) para tal fim (poder sobre o qual Palocci – segundo muitos, no dizer de Carlos H. Árabe, portador de valores neoliberais –, como Ministro da Economia, tinha evidente influência).

Enfim, como se pode ver, dependendo de como se estrutura o sistema de representação, demandas sociais de atores políticos como os trabalhadores sem terra e os ruralistas podem ou não ser absorvidas dentro de sua estrutura lógica. Tornar tal absorção possível requer, com efeito, o investimento narrativo no princípio liberal de autonomia da esfera política. Eis porque, sendo politizadoras da esfera econômica, as demandas do MST não podem ser absorvidas, pelo menos na inteireza do *sentido narrativo socialista* que ensejam. Demandas desse tipo ameaçam a estrutura lógica do espaço de representação. Ao não serem absorvidas, alimentam nos "representados" sentimentos de decepção e descrença para com os representantes e os instrumentos instituídos de representação. Descontente com a constante quebra de promessas por parte do Governo Lula[179], Gilmar Mauro (então dirigente estadual do MST em São Paulo e da Coordenação Nacional do Movimento), perguntado sobre a possibilidade de o Governo cumprir as metas anunciadas de Reforma Agrária, desabafa: "Ninguém de nós acredita mais em Papai

[179] Em outubro de 2005, decorridos três anos de Governo, o MST e a Via Campesina enviaram a Lula uma carta cobrando do presidente o cumprimento dos compromissos assumidos. O conteúdo dessa carta nos dá uma idéia da impossibilidade do referido governo atender suas demandas por reforma agrária. A carta lembra ao presidente que em novembro de 2003 o Governo havia lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, cuja meta era assentar 400 mil famílias, com prioridade para aquelas acampadas. Isso teria deixado os lutadores pela Reforma Agrária "contentes e esperançosos" (MST, 2005: 9). Entretanto, decorridos três anos, Miguel Rosseto reconhece ter assentado apenas 117 mil famílias. O mais grave, entretanto, é que, segundo o documento, destas, "65%... Foram assentadas na chamada Amazônia Legal, o que todos sabem se refere muito mais a legalização de terras públicas ocupadas do que propriamente ações que alterem a estrutura fundiária do Brasil" (ibidem). Em maio de 2005, 12 mil militantes do MST caminharam durante 17 dias numa histórica *Marcha Nacional pela Reforma Agrária*, momento em que se construiu com o Governo uma agenda de compromissos baseada em 7 pontos. Decorridos cinco meses, nenhum dos pontos tinha sido atendido, a não ser parcialmente, como a questão dos créditos e a admissão de novos servidores no INCRA. A carta fala ao presidente "o não cumprimento desse compromisso é uma afronta ao sofrimento das famílias acampadas e envergonha o seu governo", cuja política "caracteriza um desrespeito aos compromissos históricos de seu partido e das promessas de suas campanhas eleitorais" (ibidem).

Noel. Sabemos que o governo não cumprirá a meta. O modelo econômico em vigência não permite... Essa política de assentamentos... Não altera em nada a estrutura fundiária" (Mauro, 2006: 5). Mais adiante, nessa entrevista que concedeu ao *Jornal Sem Terra*, conclui que "precisamos discutir o poder popular... A esquerda está em crise. Os partidos e entidades de *mediação* do conflito capital/trabalho estão desgastados" (grifo nosso) (ibidem).

Com a posse de Lula, haveria de ocorrer, para a consolidação hegemônica na narrativa petista de determinada concepção participativa de democracia, um rearranjo político dos espaços nela articulados. Esse rearranjo, como antecipamos, tem a ver com a prerrogativa da agência política e se materializa mediante a prevalência de um arcabouço institucional, estruturante das relações espaciais que envolvem e orientam as práticas de representação política na narrativa petista. Narrativas militantes perdem seu potencial antagonístico quanto mais se deixarem envolver por essa estrutura de representação (ainda que algumas dessas forças permaneçam com sua *firmeza* "ideológica" e programática). Na próxima subseção, nós nos dedicaremos a analisar os efeitos políticos do referido rearranjo.

6.2.2 Desdobramentos políticos do rearranjo espacial na narrativa petista

Cumpre refletir acerca da estrutura lógica que "rege" as relações entre instituições e organizações de representação política. Conformado por valores liberais, tal estrutura assume um formato preferencialmente vertical-corporativo, cujo princípio de estruturação – em coerência com a "autonomia" da esfera política – é a locação da prerrogativa de ação no *poder executivo*, em seus três níveis – municipal, estadual e federal. Como vimos ao longo dessa tese, a narrativa petista construiu, em quase três décadas, uma história de articulação com o modelo representativo de democracia no Brasil. Resultado das contingências do jogo político e das decisões advindas das vicissitudes desse jogo, o modelo participativo de democracia petista foi, ele próprio,

modelando a lógica da ação de representação do PT. Tal lógica, em se fazendo hegemônica, é um indicativo importante da amplitude do ambiente narrativo petista, cuja análise, em tempos de Governo Lula, ora procedemos. Passaremos a apontar alguns aspectos práticos da consolidação do referido modelo na narrativa petista e no sistema político de representação.

A *peça* que faltava para consolidar nacionalmente a articulação entre o projeto de desenvolvimento do PT e seu socialismo democrático (ponto de confluência entre economia e política que conforma o *modo petista de governar*) era a ocupação do governo central do país. Tendo acontecido tal fato, evidencia-se que ao PT restaria a *função* propositiva de formulação de políticas a serem executadas – mediante a obtenção de sucesso na disputa com as forças "aliadas" – pelo Governo. À parte disso, caberia ao Partido continuar mobilizando os movimentos sociais com a dupla função de promover apoio político ao Governo e pressioná-lo (no sentido de criar lastros políticos) para a promoção de ações tão transformadoras quanto fosse possível. Entretanto, como vimos na seção anterior, para chegar a esse "lugar" de poder, o Governo Lula firmou "compromissos" – através de um projeto de desenvolvimento – que o impediam de atender as demandas históricas dos movimentos que representava[180]. Isso nem tanto pela velocidade das medidas que se tomava, mas mais pelo sentido narrativo-estratégico que assumiam. A estática "democrática", assim, eivada de valores liberais (que, no espectro político brasileiro, acha-se disperso entre vários partidos ou correntes partidárias; o PT inclusive), passou a orientar hegemonicamente a ação de representação na narrativa petista. As relações entre Governo,

[180] Há que se considerar o poder que a burocracia estatal exerce no dia-a-dia da política governamental e que, muitas vezes trava o andamento das decisões política tomadas no âmbito desse governo. Veja-se essa declaração que Sérgio Goiana, então presidente da CUT/PE, nos concedeu em entrevista: "Sexta-feira eu vou estar indo para São Paulo convocado pela Secretaria Sindical do PT, Seminário Nacional para discutir a relação do partido com os sindicalistas, para discutir a relação dos governos petistas com os movimentos sindicais. Isso é uma reivindicação nossa, porque as coisas passaram a um estado insustentável, porque a relação ficou muito ruim... No... Primeiro mandato do presidente Lula, numa conversa que nós tivemos com um dos assessores do Ministro do Planejamento, ele disse: 'Nós não conseguimos modificar e não vamos modificar nesse primeiro mandato 30% dos cargos-chave da máquina pública. Então, isso significa que a máquina pública está enraizada com aquilo que historicamente nós combatemos'. Então, evidentemente, isso traz um conflito". Nossos objetivos de pesquisa, entretanto, não contemplam o estudo específico dessa questão.

Partido e movimentos sociais – espaços historicamente articulados *equivalencialmente*, o que proporcionava à narrativa petista salvaguardar algo da noção movimentalista de seu projeto socialista – passaram a ser claramente regidos por uma *lógica diferencial*.

A prevalência dessa última, tendo sido, como temos visto, estabelecida processualmente, veio a ter na posse de Lula como presidente um marco de sua "consolidação", pois tendo o Partido "chegado lá" sua ação de representação passou a gravitar em torno do Governo (proposição, defesa, "pressão"). Desde então, faz-se notar, alguns ajustes na relação entre Governo e Partido seriam – como solução de coerência – "necessários". Teresa Leitão (PT-PE) nos ajudou a compreender tal *necessidade*, ao apontar-nos que o PT perdera poder de interlocução com a sociedade:

> Com a eleição de Lula... Aí foi um crescimento rápido demais, *a institucionalidade* ganhou muito espaço dentro do partido, *muito espaço nas relações sociais*. *Quem passou a falar para a sociedade não foi o PT, foram os governos do PT*, foram as representações institucionais do PT. Aí esse diálogo, pra mim, ele perdeu. O PT se descaracterizou um pouco, e é o grande resgate que nós vamos fazer no Congresso [o III Congresso Nacional, RM]... Hoje o PT continua sendo o partido de maior confiabilidade da população, é o partido que tem mais consistência programática, *mas na hora de recuperar esse diálogo com as forças dos movimentos sociais, como ator, como sujeito, aí tem contradições*.

Veja-se que, coerente com a lógica liberal de representação – que inibe a organização de espaços político-culturais mais "autônomos" e que pressupõem, por conseguinte, instrumentos próprios de representação (*partido* representando *parte* da sociedade) –, a ação de representação é deslocada do partido aos governos (que representam *toda* a sociedade); "institucionalidade" que ganha "muito espaço nas relações sociais". A necessidade de "retorno às bases", unanimidade nas teses congressuais em 2007, indica essa dificuldade do Partido – que passa a reger sua ação de representação pela referida lógica diferencial – se apresentar "como ator, como sujeito"[181].

---

[181] O principal ponto de tensionamento da nossa abordagem com a tradição republicana moderna, portanto, é que ao conceito de *soberania popular* se articula o conceito de "república como *forma de governo alternativa* ao *poder monárquico* do príncipe" (grifo nosso) (Greblo, 2002: 49). Analisando as características dessa "forma política"

Vejamos mais esse trecho da mesma entrevista com Leitão, que expressa a dificuldade – já vista sob outro ângulo no Capítulo 5 – de se articular, num mesmo sentido narrativo, movimento social e gestão municipal:

> A dinâmica, a máquina, a máquina viciada, repito, o PT não confrontou com isso com muita força, ele se sentiu impotente pra confrontar com esses vícios da máquina. Demorou muito pra a gente tomar algumas atitudes pequenas. A gente ficou, só no aspecto da participação popular, com o orçamento participativo, com a democratização da gestão, mas *as coisas mais emperradas dos vícios da máquina, a gente se acomodou um pouco, e aí isso tomou toda energia do partido*. Os prefeitos passaram a ser as figuras mais importantes, *todo mundo queria contribuir na prefeitura*, até dizer assim, 'eu quero um cargo', não era isso, era 'eu quero contribuir na gestão', todo mundo. E aí isso também esvaziou muito. Quem foi que as gestões levaram?

O enorme voluntarismo movimentalista, como se vê, ficou emperrado nos "vícios da máquina" que, tendo a prerrogativa da ação, "tomou toda a energia do partido".

Essa perda do poder partidário de ação é um efeito político (conservador) do tipo de articulação entre os modelos de democracia direta e representativa promovido pelo PT. Tal articulação cede, no que é essencial, a visão formalista-liberal de representação: o representante tem sua ação *autorizada* pelo representado, ainda que deva *prestar contas* de sua ação ao fim do mandato (*accountability*). Esta noção de representação, em maior ou menor grau, se apóia numa *descrição racional* de como é a sociedade e seus representados (mapa cognitivo), pois só assim imprime-se coerência ao fato do representante *estar no lugar* (*stand for*) dos primeiros. A formalidade dessas visões reside no fato de – uma vez que se toma o representante como *ator* e

---

em contraste com a democracia – que significa, "já em Aristóteles, a 'coisa de uma parte', ou seja, do todo, a parte mais pobre" –, Edoardo Greblo (ibidem) salienta que a forma republicana de governo, orientada pela noção de "coisa de todos" (pública), não deixa claro que *o poder é exercido por alguém*. Em outras palavras, se alimenta uma crença, compactuada, segundo Greblo, pela tradição democrática grega, "na virtude cívica, entendida como disponibilidade a perseguir o bem comum" (ibid: 50). Como, reconhece-se, a sociedade é atravessada por elementos *aristocráticos* e *democráticos*, a forma republicana de governo – baseada em princípios policráticos, que retiram o poder das mãos do monarca em benefício de "diferentes corpos colegiados" (ibidem) – teria que *mediar* a existência de diferentes interesses. Essa doutrina republicana da representação, que está associada à constituição dos Estados-nação modernos, não questiona – assim como o fazia Marx – os vínculos entre capitalismo e democracia representativa. Ao favorecer uma noção neutra/mediadora da ordem política, cuja função seria incrementar a virtude cívica dos cidadãos, não é capaz de problematizar a prerrogativa da ação política no processo de representação. A narrativa petista, conforme entendemos, é refém desses valores narrativo-ideológicos.

não como *autor* (abordagem hobbesiana) – não se pode problematizar, como nos propomos a fazer desde uma perspectiva antagonística, o *processo de representação*. Vejamos.

O fato da prerrogativa da ação pertencer ao Governo implica, nesse contexto, que o Partido tem que assumir um papel de "mediação" (a qual Gilmar Mauro diz estar desgastada). Esse papel do Partido, numa perspectiva vertical-corporativa, tem o efeito-poder conservador de setorializar e tematizar as demandas (Capítulo 5) que devem chegar ao Governo. Cabendo a este último, "democraticamente", a ação efetiva de transformação da sociedade. Tal arcabouço institucional de representação – campo infértil à dimensão positivo-revolucionária de política – remete a uma *noção fragmentadora de organização* dos movimentos que se resume aos limites da reivindicação por satisfação de demandas pontuais. Podemos, desde nossa perspectiva político-metodológica, estranhar tal noção. Aprofundemos essa questão a partir dessa declaração que Vicentinho nos concedeu:

> Não adianta Lula entrar lá [institucionalidade, RM] e dizer que fez um bom governo... Se o povo não estiver mais organizado, tem que tá melhor de vida, evidentemente, né? Mas *essa melhoria de vida tem que vir junto com o grau de organização, de transformação*... A organização do povo *é a coisa melhor do mundo pro Lula*... E eu sinto isso no *movimento sindical*, que *tem acordado*, foi o movimento sindical que fez a grande *luta pelo salário mínimo* e que ela avançou. Que fizeram *luta pela reestruturação da tabela do imposto de renda*... Façam luta, faça, porque serão *parceiros do Lula... Ele é o presidente da República, nós somos um partido. Nós somos um partido do Governo*. Eu tô lá na bancada defendendo Lula e vou defender porque o projeto é muito mais amplo... Me lembro que no primeiro ano do mandato foi horrível defender um salário mínimo de miséria... *Nós sofremos, apanhamos, sofremos muito*... [Mas] agora o salário mínimo é um outro patamar... Eu tô dando um exemplo apenas... Eu queria muito mais. *Menos ninguém quer. Vamos partir do princípio que todo mundo quer mais...Agora tem que ser um mais que a gente possa... Põe um tijolinho, depois outro tijolinho, depois põe outro*.

Ao contrário das demandas do MST – cujo caráter socialista, politizador da esfera econômica, como vimos na subseção anterior, não podem ser absorvidas em sua inteireza de sentido pelo Governo Lula – as demandas do movimento sindical cutista (salário mínimo, reestruturação do imposto de renda etc), mesmo tendo este último "acordado", são altamente palatáveis ao Governo. A função do PT, um "partido do Governo" (partido de uma parte que cede a ação para

um governo de todos), é estimular *esse tipo tematizado de organização*, que estabelece "parceria" com Lula, verdadeiro agente transformador. São demandas, portanto – apesar, acreditamos nisso, da sinceridade do representante que "sofreu e apanhou muito" –, altamente quantitativas ("menos ninguém quer"), que se enquadram na *lógica liberal da liberdade negativa*, uma vez que pressupõem a *razoabilidade* do dar o quanto se "pode", do "tijolinho, depois outro tijolinho". Em outras palavras, *o atendimento dessas demandas não altera o sentido capitalista do projeto de desenvolvimento assumido pelo PT e nem aprofunda, de maneira radical, a estratégia do socialismo democrático*. O novo sistema de relações então inaugurado é, na nossa perspectiva, perfeitamente integrável ao sistema representativo dominante.

Inferimos que na fala de Vicentinho há uma noção de acúmulo de força e/ou organização, que internaliza a contra-hegemonia ao apostar em ganhos "econômicos" (ou, ironicamente, economicistas e corporativistas). Mesmo que o *horizonte socialista* se distancie, os parâmetros conceituais dessa política – valor metanarrativo da dicotomia sujeito-objeto – não problematizam tal estratégia reformista, pois não relaciona, como temos feito, representação (construção do caminho a ser trilhado, ou construção dos *meios* para se chegar a determinado *fim*) e constituição identitária. Ao não perceber a relação inextricável entre identidade e espacialidade e, assim, reduzir – articulando socialismo, republicanismo e discurso ético – a política a um espaço público unificado, a narrativa petista pressupõe uma noção cronológica e não mítica de tempo. O discurso mítico, como vimos no Capítulo 2, promove uma projeção espaço-temporal, que põe em xeque, exatamente, a espacialidade única. O *princípio de leitura da realidade* não sendo "externo", como no discurso mítico, faz materializar – numa processualidade reformista – uma *racionalidade específica*, cujo principal efeito ideológico é a naturalização da "função" das partes (instituições/organizações) no sistema de representação.

Vejamos alguns indícios da mencionada racionalidade na fala de João Felício, que sintetizou, em entrevista que nos concedeu, seu entendimento sobre como se dá (ou deveria se dar) a relação entre Governo/PT/CUT/MST da seguinte maneira:

> A questão histórica do MST é a reforma agrária. Então, eu acho que *há incompreensão da parte do governo do papel do MST* e pode ser que o MST também coloque elementos na conjuntura difíceis de alcançar, *uma exigência como se o Estado brasileiro também estivesse ali pra atender à pauta de reivindicação de um segmento* [apenas, RM]. Então *o MST talvez tenha que também balizar um pouco a sua forma de ação, igual a CUT* – nesse caso são muito parecidos. A gente tem uma agenda, uma pauta de reivindicação, ele fala, "não é possível atender a essa pauta de reivindicação", aí a gente faz, "*tá, você tá ao meu serviço*"... *Agora, cada um na sua autonomia*. Eu acho que o Estado tem que compreender o papel do MST, o MST tem que compreender quais são os limites do Estado, *o PT tem que compreender a natureza de cada um e respeitar a autonomia*... *Nós ficamos indignados quando parlamentares do PT votam determinados projetos* contrários aos nossos interesses... *Nós achamos que o PT é o partido que está no governo e, portanto, tem um compromisso em dar sustentação política ao Governo*, agora *precisava estabelecer um canal mais próximo entre os parlamentares e o PT com os movimento sociais*... Tem coisas que não dá, que não poderiam ser votadas... Isso contraria e muito a história do PT... Então eu acho que *o nosso Governo tá nos cutucando demais*, viu. Olhe que eu já citei aqui várias coisas, que tá se juntando tudo ao mesmo tempo. A reforma trabalhista, reforma previdenciária, reforma sindical, emenda 3, parcelamento das férias, terceirização do Banco do Brasil... Fazemos parte do mesmo barco de alianças só que tem uma coisa, o Lula tá lá, a nossa base tá aqui, e nós não vamos olhar nossa base pelo retrovisor.

Igualmente ao MST, várias são as reivindicações não atendidas pelo Governo. Apesar de esse último estar “nos cutucando demais”, e da “indignação” (contida) com determinados “votos dos parlamentares do PT”, há que se compreender o necessário “compromisso do PT em dar sustentação política ao Governo”. Há, portanto, espaço para a construção de uma solução de coerência entre as partes em questão, desde que se respeite (estranhamente) a “autonomia” de cada um. Note-se que o significante *autonomia* tem seu significado alterado (permanecendo, contudo, sua marca lingüístico-afetiva da tradição socialista), deixando de seguir uma lógica equivalencial e passando a ser entendida segundo uma lógica ou *razão* diferencial. O entrevistado deixa a entender a possibilidade de uma relação mais consensual no espaço público, desde que não haja “incompreensão da parte do Governo” acerca do “papel do MST” (luta pela reforma agrária) e que, por sua vez, o MST entendesse as *razões do Governo*, que não poderia “atender a

pauta de um segmento apenas". A CUT, apesar da evidente tensão que se estabelece mediante o não-atendimento de suas demandas e até ameaça de direitos históricos dos trabalhadores[182], seria um bom exemplo a se seguir. O PT, por sua vez, entendendo a "autonomia" de todos, deveria – numa perspectiva *mediadora* – tanto se aproximar dos movimentos como carimbar sua identidade de partido do Governo. Essa autonomia refere-se, portanto, a uma fixação identitária (sua e de seus representados), constitutiva da diferencialidade/estática do sistema político. *A ação partidária de construir termos comuns entre as diversas "autonomias" joga um papel político conservador que, como uma camisa de forças, rivaliza com a construção de espaços e sentidos narrativos alternativos* (o que remete, em termos formais, ao fato de que as cadeias antagonísticas de equivalência ameaçam subverter a diferença sistêmica, transformando suas partes – "autônomas" – equivalentes em relação ao que está excluído – Capítulo 2).

A coerência sistêmica na esfera política – traduzida por Tarso Genro na "idéia generosa de um novo tipo de socialismo democrático" (Genro, 2005: 5) –, nesse contexto, só se atingiria mediante um "profundo processo de recoesão social, de inclusão social e de redução gradativa, consciente e planejada das diferenças sociais" (ibidem). Ou seja, um projeto de reforma política teria que pressupor um programa de desenvolvimento econômico que evitasse o "irracionalismo" e o "mais brutal esmagamento das classes trabalhadoras e subalternas" (ibidem). Mesmo à guisa de proteção dos interesses dessas "classes" (cuja forma corporativa e economicista de defesa – que perde o horizonte socialista – está implícita nas falas de Vicentinho e Felício), trata-se de *constituí-las* e, portanto, alimentar as relações capitalistas de produção. Disso, as alianças com o

[182] Ricardo Antunes, identificando nas transformações ocorridas (em tempos de globalização) no "universo produtivo" a existência do binômio informatização-informalização lembra que "flexibilizar a legislação do trabalho significa... Aumentar ainda mais a precarização e destruição dos direitos sociais" (Antunes, 2006: 45). A flexibilização da legislação sindical e trabalhista brasileira – objetivo não alcançado por FHC devido à resistência oferecida pelo PT/CUT – teria sido encampada pelo Governo Lula por "aceitação servil e submissa às imposições do FMI e dos capitais globais" (ibid: 46). Apontando que a proposta de reforma do Governo tem o efeito de preservar e intensificar o "verticalismo, o cupulismo, o burocratismo das centrais sindicais, tolhendo o nascimento de novos organismos de base", Antunes lamenta arremata dizendo: "triste do país que um governo burguês (Vargas) criou, sob pressão operária, a nossa legislação social e um governo de origem operária (Lula), sob pressão burguesa, parece servilmente disposto a destruí-la" (ibid: 47).

empresariado produtivo são expressão maior. Essas mesmas "classes", que são reconhecidas como tal na esfera econômica (despolitizada), recebem, entretanto, no sistema de representação, o *tratamento fragmentador da unidade de representação cidadãos* (Capítulos 4 e 5).

O discurso republicano do espaço público único, que veio a se articular com o socialismo democrático petista, serve, portanto, para reforçar o rechaço a qualquer tentativa de construção de espaços político-culturais mais autônomos. A *crise do mensalão*, apesar das contestações *militantes* e da oscilação à esquerda do discurso de Lula no segundo turno da eleição presidencial, tendeu a aprofundar esse sentido narrativo. Genro (ibid: 6) – postulante da Tese *Mensagem ao Partido* no III Congresso – credita a referida crise como sendo um problema de "raiz teórica... [que] se refere a uma ética bolchevique maldigerida, e aplicada a um tempo histórico em que havia o princípio de que os fins justificavam os meios, e, portanto, existia uma ética 'nossa' e uma ética 'deles', cujos pressupostos não são adaptáveis ao Estado de direito" (ibidem). O estabelecimento de "redes clandestinas de recolhimento de recursos", pondera o autor, reflete a vocação, que já teria sido prática do PT, ao "monopólio da virtude" (ibidem) ("arrogância", Capítulo 5). Trata-se, no nosso entendimento, de jogar o bebê junto com a água suja. Isso porque, para Genro, numa política democrática, "os meios são sempre públicos, se dão na cena pública" (ibidem). Essa concepção, que, certamente, está correta no que concerne ao rechaço moral às práticas escusas de captação de recursos que o PT se envolvera, não problematiza *politicamente* – corrupção à parte –, como o fazemos, a relação entre "meios" (articulações político-espaciais na ação de representação) e constituição identitária.

Promove, portanto, na prática, uma equivalência entre "autonomia" (no sentido radical de *externalidade*) e "perversão" daqueles que "submergem para a clandestinidade [e] perdem a conexão com os princípios do Estado democrático de direito" (ibidem). As discussões em torno

da Lei de Greve[183], na medida em que problematizam o uso de um poder por parte dos trabalhadores que se constitui fora da esfera política, ilustra bem uma questão que tem nos perseguido: a relação entre externalidade e a possibilidade/necessidade de construção de uma ética pública. Vicentinho reagiu da seguinte forma à tentativa de regulamentação do direito de greve por parte do Governo Lula:

> Eu sou contrário à Lei de Greve, eu sou contrário à regulamentação da lei, porque eu aprendi aqui na forja que a gente aprende apanhando onde a gente erra ou acerta, então *nós nunca mais aqui fizemos greve... Parando o forno, por exemplo, porque sabe que o forno se desligar o bicho ele perde completamente, o ferro endurece dentro e pronto, acabou*. Então, setores como têmpera, outros setores, a gente sabia onde tinha que parar ou não tinha. Na rua, a gente sabia como tinha que parar, *como parar o trânsito*, como não parar, como liberar quem tava querendo passar... Eu até debati com Paim esses dias na CBN, Paim falou "não, o presidente não pode deixar de regular, por exemplo, aonde tem risco de vida nunca [se deve, RM] fazer greve". Eu falei: "Paim... *Todo mundo sabe que onde tem risco de vida, não faz greve*, me fala no hospital, quando entrou em greve que pronto socorro parou, ou que UTI parou?"... Então, *o que tem que fortalecer é a negociação*, o respeito às partes. Às vezes, o trabalhador não quer nem muito.

Mesmo tendo o poder, que a posição no processo produtivo lhe confere, de parar o forno, os metalúrgicos chegaram à *conclusão política* (que consideramos ser reversível a depender da conjuntura) de que não era razoável pará-lo. Da mesma forma, funcionários públicos da área de saúde acham que é de bom alvitre não pôr vidas humanas em risco. A pergunta que tem que ser feita, entretanto, é a seguinte: se "todo mundo sabe que onde tem risco de vida" não se deve interromper o atendimento, ou, ainda, se o metalúrgico sabe que não deve parar o forno; porquê se opor à regulamentação das greves? Por que não discutir na esfera política qual a *melhor regulamentação* – criando regras ao comportamento ético – e não, como faz o sindicalismo cutista, se opor à regulamentação em si?

---

183 A Lei prevê multa aos sindicatos; a necessidade de assembléia com a presença de 2/3 da categoria para decretar a greve, a classificação de todos os serviços como essenciais e a exigência que 40% dos trabalhadores permaneçam em seus postos. Vejamos a reação de João Felício à proposta governamental de regulamentação da Lei: "Ao defender o projeto de regulamentação de greve, o presidente da República entre em choque com sua base de sustentação, como o movimento sindical e social que foi às ruas para defender a democracia e derrotar o golpe da direita [refere-se à suposta tentativa de se chegar ao *impeachment* de Lula, RM]... Para nós está claro que para essa coisa se transformar em política de servidão, só faltam a mordaça e as algemas" (Felício, 2006: 2-3).

Embora não tenhamos chegado a esse nível de aprofundamento com o entrevistado, vamos arriscar (possivelmente radicalizando seu pensamento) uma explicação que nos parece razoável. Trata-se de um *poder ad hoc* que, por *qualificar a intervenção dos trabalhadores na esfera pública*, não se quer dele abrir mão. Longe de ser visto como uma ameaça à "democracia" deveria ser visto – numa concepção diferente de democracia – como uma salvaguarda da mesma, pois, ao desnudar a relação de poder subjacente a qualquer corpo de regras, abre espaço para a possibilidade de construção de novos parâmetros éticos[184]. Isso porque, como deixa a entender o entrevistado, esse "poder" é sempre *politicamente mediado*. Quando Vicentinho se refere ao fato de *saber* "como parar o trânsito", ele deixa implícito em sua fala que *a ação dos grevistas será julgada por uma opinião pública e que a força moral do uso de seu poder, para evitar o isolamento, tem que dialogar com tal opinião*.

A "negociação" a que se refere Vicentinho supõe a existência de poderes "autônomos" que se "encontram" (articulam) na esfera política. Os valores e sentidos narrativos cultuados no que temos chamado de *espaços político-culturais* só adquirirão força moral na medida de sua *capacidade política* de transformar o espaço público em campo ético receptivo a tais valores. A ética pública – o que inclui um corpo de regras que nunca deixa de coibir iniciativas locais sentidas como perturbadoras –, necessária à própria existência da sociedade, assim, não deixaria de existir. O que se põe em xeque é a positividade de sua existência. Do ponto de vista antagonístico, tem-se que investir na capacidade hegemônica de ampliar os *recursos narrativos* para a intervenção no espaço público. Daí a importância, para a contra-hegemonia, de investir na politização de outras esferas que não a "política" (economia, educação, cultura, religião etc).

---

184 Encontramos aqui alento na seguinte observação de Frei Betto (de clara inspiração marxista): "O Direito burguês alicerçou-se em Estado de Direito – eufemismo para assegura a defesa do interesse individual, como o direito à propriedade, ao livre comércio etc. Esse interesse particular de uma classe passou a ser tido e havido como universal. Na democracia formal, o Estado é uma obra de engenharia política voltada à defesa desse interesse... As bandeiras francesas [liberdade, igualdade e fraternidade] não se aplicam à esfera econômica, onde prevalece, por força de lei, a falta de liberdade para quem não dispõe de renda" (Betto, 2006: 198).

Reduzir o jogo político a uma esfera autônoma (tabuleiro único) é "amordaçar" – como sentenciou Felício – o poder de intervenção no espaço público das forças antagonísticas, pois, internalizando a contra-hegemonia, reduz-se drasticamente seus recursos narrativos – inclusive "materiais". É, pressupomos, por essa razão que Gilmar Mauro, detectando o desgaste dos meios formais de representação política, aponta para a necessidade de repensar o *poder popular*. Essa é uma intuição política que, conforme percebemos, tem estado presente nas inquietações teóricas do MST. A busca pela construção alternativa de poder que fuja da camisa de força imposta pela esfera política. Defendendo a proposta da Consulta Popular, Alexandre Conceição – dirigente estadual do MST de Pernambuco – nos explica porque o PT não acreditou naquela experiência:

> Eles ficaram nessa *concepção de partido*... Um partido não é só disputar eleição, *o partido é aquilo que vai conduzir um processo de transformação de sociedade*, é o *conceito gramsciano* que a gente tem que utilizar, e não esse conceito burguês que o PT hoje utiliza... Essa é a confusão que se faz, se, por exemplo, no processo de ebulição das massas populares... O PT não vai conduzir mais... As forças populares vão ser conduzidas por um outro viés, que não será mais o Partido dos Trabalhadores e, também, *pode não ser um partido*, assim como Cuba fez a revolução, não foi o partido que fez a revolução. Um partido, digamos, *cartorial*, mas, um partido que tinha uma concepção de revolução e foi os doze da Serra Miestra... Essa é a *confusão* [conceitual, RM] que o PT fez.

Conceição lança mão da tradição revolucionária cubana (castrismo, guevarismo), que hoje soa, aos ouvidos de muitos, como algo superado e *anacrônico*. Esse tipo de *percepção*, conforme entendemos, corresponde à expressão mais crua da hegemonia político-espacial de certa concepção de democracia que rechaça qualquer perspectiva mais radicalmente antagonística ("dualista") de política. Mesmo as forças mais à esquerda do PT (como vimos na declaração de Markus Sokol, Capítulo 5) estranham a tentativa do MST de construção de *poder popular* externo à esfera política propriamente dita. A tradição vinda da *Sierra Miestra* poderia, entretanto, trazer contribuições valiosas (Capítulos 3 e 4) para a atualização (reinvenção) de um projeto socialista radicalmente democrático no Brasil.

A noção positivo-revolucionária de política – também presente na tradição anarquista (Capítulo 3 e 4) –, que remete à construção *imediata* de poder popular e sugere afinidade com o conceito de territorialidade (Capítulo 5), subverte o caráter temático – típico, como vimos acima, da democracia representativa – imposto às demandas sociais. O sentido narrativo-estratégico assumido pelas demandas sob tal perspectiva remete à projeção mítica, espaço-temporal, que não se coaduna com a noção republicana de espaço público unificado. Tendo como pano de fundo essa discussão, consideramos que as demandas feministas podem ser tomadas como um exemplo bastante ilustrativo. Podemos aprofundar essa intuição a partir desse trecho de entrevista de Lourdes Vicente, da Coordenação Nacional do MST (setor de gênero), que comenta sobre o machismo no MST:

> *Tem diminuído cada vez mais com a clareza política das ações das mulheres*. Por exemplo: a partir da *ação* que fizemos na luta contra a empresa Aracruz no Rio Grande do Sul... A luta das mulheres, antes do 8 de março, era vista muito como uma luta específica, com *muitas bandeiras específicas das mulheres*. Esse 8 de março desse ano [2006, RM], que nós trancamos BRs e *fizemos ocupações, mostrou não para o MST internamente, como para outros movimentos externos ao MST, de que as mulheres têm grande capacidade organizativa*, política, de negociação, todos os aspectos que são importantes para luta. Essa ação da Aracruz pautou, por exemplo, outras *lutas contra empresas transnacionais na agricultura*. Então *isso dá um outro olhar de outros movimentos em relação à luta das mulheres*.

Note-se que há, coerente com o projeto de reforma agrária do MST, um sentido anticapitalista (socialista) na fala da entrevistada. Lutar "contra empresas transnacionais na agricultura" – promovendo "ocupações" – é o tipo de ação política que, politizando a esfera econômica, supera os limites das "bandeiras específicas das mulheres". Tal concepção não se deixa absorver pela perspectiva liberal de lidar com a questão da diversidade conforme vimos acima. Isso porque *vincula as demandas específicas à ação em torno da construção de um projeto político antagonístico*. As demandas das mulheres são articuladas, no bojo desse projeto, equivalencialmente com "outros movimentos" que, reconhecendo sua *especificidade* lhes dispensam "um outro olhar" – de mais respeitabilidade.

A unicidade político-espacial e a tematização da política têm a ver, portanto, com a perda do horizonte socialista. Na opinião que Nalu Farias nos emitiu, tal perda, no PT, está relacionada à *liberalização* do debate, quando o feminismo "teve uma postura... De fazer o que é possível dentro dos limites do neoliberalismo". Num ambiente de governança mundial (anos de 1990), as políticas públicas "eram as políticas focais", incorporando a idéias da ONU de "cidadania global"; e "nisso... Prevaleceu uma visão muito liberal", arremata Farias. Antes de 1995, "nós, mulheres do PT, [éramos]... Uma pedra no sapato dessa linha porque a gente resistia a esse tipo de coisa justamente, como petista, colocando o tema de higiene de classe". Depois da "avalanche institucionalista do PT" teria havido uma "desqualificação do debate mais radical".

A partir do ano 2000, com a criação da *Marcha Mundial das Mulheres*, ainda segundo Farias, "várias petistas abraçam a Marcha como uma possibilidade de retomar a militância feminista". O trabalho das feministas no PT teria, inclusive, ganhado fôlego a partir da experiência da Marcha. Mesmo assim, avalia, o trabalho no Partido ainda "é muito institucionalizado". Mesmo que muitas militantes jovens, que entram na Marcha, acabem "também entrando no PT", Farias acha que o movimento "ainda não se expressa no Partido". Ora, se as mulheres no PT conseguiram avançar significativamente em relação à ocupação de cargos de direção com a aprovação das cotas, como se pode ter a compreensão de que o movimento não consegue se *expressar no Partido*. Escutemos Farias:

> *Mulheres no poder virou uma coisa pasteurizada* em todo movimento de mulher inclusive no PT... Então é sempre um debate de como que a gente ocupa cargo, não que eu seja contra ocupar cargo, tivemos a luta pela cota, mas *como é que você pensa a ocupação de cargos dentro de um processo democrático de expressão das bases* e não só daquelas que podem e chegam lá em cima? Então *fica um negócio também muito liberal* e até hierárquico.

Acreditamos que a reflexão que temos construído neste capítulo possa estabelecer um diálogo construtivo com Farias, pois é quando se deixa capturar pela *lógica diferencial* do sistema de representação política que o PT se "desqualifica" como canal de representação para aquelas

militantes desejosas de uma militância feminista mais radical. Nesse contexto, a particularidade ou "autonomia" das demandas feministas está sendo disputada por projetos cujos sentidos narrativos são regidos pela lógica da diferença, por um lado, e, por outro, pela lógica da equivalência. Embora ambas possam, legitimamente, falar em *especificidade* e *autonomia* das demandas das mulheres, há que reconhecer que estão em jogo perspectivas políticas diferentes. Vincular demanda à *ação* política (abrindo-se, portanto, à dimensão positivo-revolucionária da política) ou conceder a prerrogativa dessa ação aos poderes executivos é uma escolha que faz bastante diferença – cujo ponto de tensão está na aceitação/negação da visão liberal-formalista de representação (autorização, *accountability*) e da racionalidade que pressupõe.

Tornemos essa compreensão mais clara através desse trecho de entrevista que Maria Ednalva Bezerra, então à frente da Secretaria Nacional das Mulheres da CUT (no contexto, Ednalva tenta comparar o feminismo na CUT e no MST):

> *Eu conheço pouco o MST*, mas acho que... *A CUT* avançou mais nessa questão da luta... *Ampliou a sua visão em relação às relações sociais*... Talvez o MST não tenha ampliado. *Eu conheço pouco*... Não sei se o MST incorpora o feminismo como uma forma de luta das mulheres. Não sei se elas tratam dessa questão... Agora acho que *a CUT incorporou a compreensão do que é o feminismo*. Porque eu acho que é essa contradição que vivem as feministas, ou essa *dicotomia feminismo/movimento de mulheres*... Os sindicatos, as organizações dos grupos populares, das organizações das mulheres nos bairros, que sempre chamou movimento de mulheres que se contrapõem ao feminismo e vice-versa. As mulheres feministas também tinham um grande preconceito com... Especialmente com as mulheres sindicalistas, porque falava da luta geral, da luta específica e *na CUT isso também foi muito forte*, *"a nossa prioridade é a luta geral, a luta específica a gente faz depois que a gente mudar a sociedade"*. *"A gente muda a sociedade e isso vem por acréscimo"*. Nós acreditávamos que não. Então, eu acho que a CUT viveu esse momento. Eu acho que ela fez... As mulheres e alguns homens na CUT, fizeram o movimento de mudar essa concepção, de mudar essa compreensão. Também não vou dizer que na CUT hoje não tenha alguém que não seja antifeminista, anti-ong, anti-movimento social, tem, mas na sua maioria *a CUT conseguiu superar essa dicotomia e essa distância*, esse preconceito... Não sei se o MST viveu isso.

Note-se que, desde nossa abordagem espacial de hegemonia, são os termos da dicotomia expressos pela entrevistada, que restringe o âmbito de possibilidade das escolhas políticas, que devem ser negados. Entre a redução de classe, que posterga a especificidade das demandas

feministas e gera a percepção de que "a luta específica a gente faz depois" e o posicionamento da luta das mulheres *na sociedade civil* não há outra possibilidade. A compreensão "do que é feminismo", que a CUT teria incorporado, e que, sintomaticamente, não é "anti-Ong, anti-movimento social" se coloca, concedendo a prerrogativa de ação aos governos, no "lugar de controle das políticas públicas" (conforme opinião da entrevistada relatada no Capítulo 4). A *especificidade* – "autonomia" – das demandas feministas perde, nesse caso, a possibilidade de se inserir, equivalencialmente, num projeto coletivo-estratégico de luta pelo socialismo[185].

A prevalência da lógica diferencial do sistema de representação política sobre o sentido narrativo que as demandas feministas ensejam é um indicador de alterações no tipo de relação entre as espacialidades articuladas na narrativa petista. Vejamos esse outro trecho da entrevista com Ednalva Bezerra, em que ela reflete sobre a relação entre as secretarias nacionais das mulheres do PT e da CUT:

> Essa relação é uma relação mais difícil. Eu acho... Que é mais distante não é nem mais difícil, é mais distante. Não sei se ela se aproximar é mais fácil, mas tem sido uma relação mais difícil... Nacionalmente a gente tem pouca relação... Bom, eu nem sei te falar [o porquê da distância, RM], porque... Para todas as atividades nós da CUT convidamos a Secretaria de Mulheres do PT, mas nós não somos convidadas para atividades da Secretaria de Mulheres do PT.

O curioso é que as duas instâncias, partidária e sindical, são dirigidas pela mesma corrente (*Unidade na Luta* no PT e *Articulação Sindical* na CUT). Perguntada se isso não lhe soava estranho, a entrevistada responde que sim. Interrogamos, em seguida, se não seria alguma interferência de ordem pessoal (relacionamento) entre secretárias, ao que a entrevistada

---

185 Tal percepção está presente na concepção de feminismo do MST como se pode notar nesse trecho de entrevista que Lourdes Vicente nos concedeu: "na década de 90, um grande debate era: 'se ficarmos só, nós mulheres, nós nunca vamos avançar'. Que o MST só vai conseguir avançar se a gente conseguir trazer os homens pro debate... foi quando o MST começa a fazer o debate de gênero em 95 mais ou menos...De que homens e mulheres são oprimidos por um sistema. Aí o MST demarca um território até então, no sentido de que o movimento feminista no Brasil faz na década de 90 o que eles chamam do novo começo, que é distanciar da luta de classes, então uma coisa é discutir coisas específicas das mulheres mas deixando de lado a luta de classes e o MST começa a discutir que não, que as coisas andam juntas. O sistema... Se baseia na discriminação, na opressão de um sujeito contra o outro. Então não só são as mulheres que são oprimidas, os homens também são".

respondeu que não, dizendo que "conheço inclusive, muito pouco... Não conheço muito, é uma pessoa que conheci só no encontro feminista do ano 2000 na Paraíba". Ou seja, as dirigentes nacionais das secretarias de mulheres da CUT e do PT, morando respectivamente em São Paulo (Maria Ednalva Bezerra) e no Rio de Janeiro (Conceição Nascimento) – dois centros da política nacional –, mal se conhecem. Estranho.

O fato da entrevistada não ter sabido explicar o motivo de tal distanciamento, achar "meio confuso" esse tipo de relação que se estabeleceu, nos despertou curiosidade, principalmente porque esse tipo de "distância" também transpareceu em relação ao MST ("Eu conheço pouco o MST"). Resolvemos, portanto, explorar a questão em outras entrevistas que realizamos em Recife[186]. Comecemos com essa observação de Jadion Santos, então à frente da Secretaria de Mulheres do PT/PE e da Coordenadoria das Mulheres da Prefeitura de Olinda:

> É importante lembrar que o PT não discute feminismo só pra dentro do PT, ele discute para fora, um exemplo disso é que quem fundou o Fórum de Mulheres de Pernambuco foram mulheres petistas, a exemplo de Suzana Maranhão, a exemplo de Jô Menezes, que agora está na Coordenadoria da Mulher de Recife, a exemplo de Sueli Oliveira... São mulheres petistas.

O PT, na visão de Santos, tem, portanto, um importante papel de direção do movimento feminista no Brasil, que seria "a cara do PT". Nosso desafio é pensar a interface dessa direção com o modelo petista de democracia. Vejamos outro texto da mesma entrevista:

> E uma outra questão que é muito importante a gente trazer, além do movimento de mulheres e do movimento feminista no Brasil ter a cara do PT, os mecanismos governamentais de políticas para as mulheres que aí existem, porque o PT viu que não dava pra discutir política para as mulheres sem ter um órgão do governo para tratar isso, porque *a política para a mulher não podia ficar solta* dentro de uma prefeitura ou de um governo estadual ou governo nacional... *A gente viu que era importante se ter um órgão governamental que tratasse especificamente da política para as mulheres*, a exemplo da Secretaria da Educação que discute educação, da Secretaria de Planejamento que discute as estradas, o planejamento dos ônibus e do transito, da Secretaria de

[186] A grande maioria das feministas que entrevistamos em Recife também demonstrou "desconhecimento" em relação ao feminismo praticado no MST. Embora este seja um ponto que merecesse mais atenção, nós *decidimos*, por falta de espaço, não aprofundá-lo.

> Saúde que discute a saúde da população, era importante se criar uma secretaria de mulher ou coordenadoria de mulher, ou gerências que *discutam, que articulem, que promovam a qualidade de vida para as mulheres através das políticas públicas*. E essa discussão quem puxou inicialmente foi o PT, e o primeiro mecanismo existente no Brasil que foi no Rio Grande do Sul, foi implantado pelo governo do PT.

Como se pode ver, o modo petista de governar promove uma participação política tematizada, que deve ser dirigida por um órgão do executivo que trata "especificamente da política para as mulheres"[187]. Essa *especificidade*, apesar de ser operada de forma *intersetorial*[188], gera demandas por *políticas públicas* cujo objetivo principal é "promover a qualidade de vida das mulheres". Lembrando do contraste que fizemos acima entre a relação da CUT e do MST com o Governo Lula, as demandas, quando articuladas segundo à lógica diferencial do sistema de representação política, tornam-se – incorporando certa *identidade* – palatáveis ao capitalismo. A forma setorial de ação dos executivos promove uma despotencialização da politização das diversas esferas sociais. O poder hegemônico de locar a prerrogativa da ação política nos executivos é, nesse contexto, a garantia prática da autonomia da esfera política.

Tal autonomia guarda afinidade com aquela concepção formal/liberal de representação política, que não vislumbra a dimensão ontológica da ação de representar. Essa concepção, que só faz sentido dentro de uma estrutura relativamente estável do sistema de representação política, pressupõe certa fixidez identitária dos representados (concepção descritiva de representação) – constituída na diferencialidade/racionalidade do referido sistema. A crítica de Nalu Farias ao caráter "pasteurizado" que teria adquirido a ocupação de espaço de poder pelas mulheres ganha

---

187 Apesar de declarar não ter vivenciado "a experiência de núcleo", Teresa Leitão opinou em sua entrevista achar "a questão dos setoriais... Uma tentativa de uma organização de base interessante" como "forma de comunicação com a institucionalidade". Defende, nesse contexto, que o "partido tem que formular... Essa é a tarefa do partido". Na sua opinião, os setoriais do PT deveriam formular "uma política de transporte, de educação, de combate à discriminação racial, de mulheres". Há, por essa via, segundo nossa opinião, um rechaço à perspectiva territorial-horizontalizante de política.

188 Jadion Santos nos ensinou que "existe uma intersetorialidade das ações. Não dá pra discutir a política para a mulher sem intersetorializar, porque na realidade a coordenadoria ela não executa ação, ela articula, ela monitora, ela acompanha, mas quem executa são as secretarias de saúde, de educação, de desenvolvimento econômico, as diversas secretarias do município são as executoras da política pública para a mulher e a coordenadoria da secretaria da mulher é quem vai estar dizendo, dando o norte, dizendo os caminhos das pedras".

aqui uma nova dimensão, pois reclama a articulação das demandas feministas numa cadeia de equivalências – que têm o efeito político de subverter a lógica diferencial.

Podemos centrar o eixo dessa discussão na articulação entre as instâncias dos movimentos sociais e as instâncias oficiais de representação política. No entorno de tal articulação, as forças antagonísticas qualificariam sua intervenção na esfera política caso percebessem (e adicionassem a seus cálculos) esse jogo entre equivalência e diferença. Mesmo sendo esta última uma "necessidade", pois remete à inexorável fixação de sentidos na sociedade, *a prerrogativa da ação emergiria como centro importante de disputas, pois teria o efeito de desnaturalizar a autonomia da esfera política e, portanto, o papel de cada instância nas relações de representação*. Isso permitiria, do ponto de vista analítico perceber, por exemplo – numa perspectiva *realista* –, o sentido político concreto adquirido por um valor narrativo como "autonomia". Tal percepção geraria, por seu turno, novos paradigmas para a construção das estratégias políticas.

Essa parece ser uma compreensão importante para qualificar, desde um ponto de vista antagonístico, as análises acerca do modelo petista participativo de democracia no que tange ao tipo de relação que se estabelece entre sociedade civil e instâncias governamentais. Perguntada como avaliava a relação entre a Coordenadoria da Mulher da prefeitura do Recife (que tem *status* e dotação financeira de secretaria) na gestão de João Paulo, Santos nos respondeu que "é uma relação muito boa", mesmo que haja algumas críticas, o que seria normal devido ao *papel* de "exigibilidade de direitos" da sociedade civil. Concentrar-se, enquanto movimento, no papel de *exigibilidade de direitos* significa não só abrir mão da prerrogativa de ação como se abrir a um tipo de diálogo com os gestores que tende a se deixar envolver muito facilmente por aquela *razoabilidade* reclamada por João Felício (diferencialidade do sistema político de representação).

Vejamos indícios empíricos de como a construção dessa racionalidade modela a ação das organizações do movimento de mulheres no relato de Jadion Santos em relação à sua experiência de transitar entre dois espaços – sociedade civil e governo:

> quando a gente sai desse lugar de exigibilidade de direitos e passa pra esse lugar da execução, a gente diz "poxa, *eu agora estou vendo com outros olhos*, o mundo é outro, a coisa é outra"... No começo a gente fica meio que em cima do muro, que a gente sabe que depois tem que acontecer, "Ah não, mas não é assim", tem que ser feito, "não, *mas não dá pra ser feito agora, porque tem isso na frente, porque tem o PPA* [Plano Plurianual, RM] pra aprovar". "Ah não, mas não quero saber, tem que ser feito agora, *as mulheres estão morrendo*, tem que ser feito isso". Aí eu depois, "Pô, peraí, *esse meu lugar de sociedade civil eu não estou mais representando*". Aí *você respira e bota os pés no chão e vê a vida onde você está, até você realmente perceber que não é mais sociedade civil e agora você passa a ser governo*, passa um tempo. *Eu hoje represento o governo muito bem*, muito bem, mas a uns dois anos atrás, três, quatro anos atrás quando eu comecei, eu às vezes pisava na bola nesse sentido de me ver ainda como sociedade civil.

Apesar de ter custado alguns anos, Santos aprendeu a “ver o mundo com outros olhos”. Mesmo sabendo que “as mulheres estão morrendo”, ela parou para “respirar”, “botar os pés no chão” e aceitar o inexorável fato de ver a vida de “onde ela está”, ou seja, no governo e não na sociedade civil. O *tempo* que guiará sua ação sobre o mundo é o tempo do governo ou o “tempo da política”, como se diz. A separação *racional* entre governo e sociedade civil, quando não cabe a esta a execução e sim a exigibilidade de direitos significa a aceitação da autonomia da esfera política (onde se deve agir), ainda que seja como parte responsável pela pressão “democrática”.

Essa lógica tem o duplo poder de moldar a ação de representação dos dirigentes do movimento e fazer, estranhamente, que o gestor público não se sinta representando o “povo”, mas sim “o governo” (divisão de papéis). As razões de governo, por ter a prerrogativa da ação, passam a centralizar a racionalidade da representação nos espaços de participação. Nesse contexto, a “autonomia” das partes, como antevimos acima, ao contrário do que podem imaginar os atores políticos envolvidos, é constitutiva da estrutura lógica do sistema de representação. Essa estrutura, assentada no valor ideológico liberal da autonomia da esfera política, faz com que caiba aos governos – através de políticas intersetoriais, como nos ensinou Santos – o poder de agir nas mais diversas *áreas* como educação, saúde, e economia, que são “despolitizadas”. Esta estrutura lógica, retomando discussões anteriores, tem o poder de tornar as demandas, inclusive as sindicais, corporativas e economicistas.

Esse arranjo político-institucional é alimentado por representações (narrativas) do social. Tais representações têm o poder ideológico de construir "verdades" que calam fundo na forma de agir dos ativistas políticos, independente de suas posições no sistema de representação ou das tradições políticas que os conformam. Achamos de especial interesse a seguinte declaração de Jadion Santos: "Inclusive nem nos espaços que são da sociedade civil eu estou mais... O Fórum de Mulheres de Pernambuco – que eu participava de forma muito ativa – eu não estou mais porque é espaço da sociedade civil, não é espaço do governo, e *eu hoje represento o governo*". Esse é um princípio "democrático" por excelência, que os militantes petistas tiveram, a duras penas, que aprender. Vejamos a declaração que Josineide Meneses (Coordenadoria de Mulheres da Prefeitura do Recife) nos deu em 2007:

> Tem gente que não consegue perceber que está do outro lado. E *a gente não pode ficar querendo ser híbrido*... Para mim foi muito tranqüilo isso... Eu sou gestão hoje. Aprendi muito sendo gestão. Um dia acho que vou voltar pro movimento quando eu sair daqui, mas sem desespero. Agora tendo clareza do que eu sou. Eu não posso: "Agora eu sou gestão, vou participar do movimento". *O movimento é o que? É um grupo de pressão, gente*! Como é que eu posso estar lá e aqui? *É doidice de quem não separa no juízo as coisas*... O que é ser do movimento? Você pressionar exatamente todos os canais possíveis... *O papel do movimento é um papel ativo de estar cobrando do governo*.

Veja-se que junto com a "autonomia" do movimento vem o estabelecimento de seu *papel* "ativo" como "grupo de pressão" que "cobra do governo". Esse papel, entretanto, como temos visto, é uma peça de sustentação estrutural da autonomia da esfera política.

A força de nosso argumento só pode ser percebida quando contrastada com a coerência inquestionável do argumento de Meneses em defesa da estrutura lógica de funcionamento do processo de representação. Vejamos mais esse trecho da entrevista:

> hoje eu represento, eu sou uma gestora pública, eu não sou do movimento; eu não posso, por exemplo, chegar: O movimento vai fazer uma passeata pra cobrar de João Paulo que a maternidade x funcione bem. *Meu papel aqui qual é? É eu saber por que a maternidade x não está funcionando bem e dizer pro movimento*: "Não está funcionando por isso, mas nós vamos fazer isso, isso e isso". *Defender a gestão que eu estou*. Eu não posso é descer [estávamos no

> sexto andar do prédio da prefeitura, RM]: "Me dá aí uma faixa que eu também vou ficar aqui embaixo falando contra"... Entende... Por exemplo, eu vim pra cá pra Coordenadoria, eu sai da ONG que eu trabalhava; eu trabalhava há oito anos na GESTOS... E vim pra cá na maior resistência porque eu tinha medo de vim pra cá, e vim. Quando eu vim, *eu não posso ficar nesse lugar dúbio*; não posso ser ONG e no momento que for conveniente aí eu vou e ataco a prefeitura, no momento que for conveniente eu vou e defendo a prefeitura. Ou pior, *vou ser acusada de estar protegendo meu grupo*... Desde o começo a gente, por discussão nossa mesmo da Coordenadoria, todas nós saímos do Fórum. Porque muitas vezes elas vão discutir, *elas vão até montar estratégia para nos monitorar. É o que? É espião, é? Pra ficar sabendo o que é que o movimento... Não tem sentido.*

É difícil ir de encontro a seu raciocínio. Há que se considerar, realmente, a possibilidade de favorecimento a um grupo específico – o que reforça o argumento de afastamento por parte do gestor dos espaços "autônomos" do movimento. Sendo, por outro lado, inexorável o dado de *realidade* de que a gestão desenvolve razões e identidade própria a serem defendidas (ou representadas, como fazem os prepostos das corporações/empresas – o que não deixa de ser estranho para uma instância republicana que, teoricamente, deve agir em nome do bem comum, pois supõe a possibilidade de mediação neutra), o distanciamento revela-se indispensável por razões práticas de cálculo político (de ambos os lados)[189]. Evitar, assim, um "lugar dúbio" é de uma coerência argumentativa irrefutável. Nosso raciocínio, entretanto, nos tem levado ao questionamento desse momento de articulação entre gestão e movimento cuja lógica (que conforma os termos do cálculo político), materializada no modo petista de governar, amordaça a capacidade de agência dos movimentos.

Vale salientar que, como se trata de uma *articulação* entre espaços, a própria gestão, como elo articulatório dessa estrutura, tenderia a alterar sua racionalidade/identidade mediante uma alteração identitária do outro elo – o dos movimentos. Por não aceitar a "coisa pasteurizada" que virou as mulheres no poder, Nalu Farias busca alternativas. Sente saudade dos tempos em

---

[189] Veja-se esse trecho do discurso de Lula na abertura da reunião do Diretório Nacional do PT em novembro de 2006, ocasião que em o presidente fazia menção ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC): "Eu sempre me preocupo quando discuto economia, porque eu acho que nesse assunto, se deixar vazar, muita coisa que a gente discute, não faz. Tem que dizer que vai fazer, no dia que anunciar, porque senão os adversários, que não querem que aconteça, serão maiores" (Lula da Silva, 2006b). Ação do governo é apartada, inclusive, do conjunto partidário, por um argumento, no nosso entendimento, absolutamente convincente, que é o de não antecipar as críticas da oposição e da mídia. O que nos interessa, entretanto, é sublinhar a perda do poder de ação por parte do Partido.

que se discutia na CUT a opção pelo socialismo, pois nessa época "todos esse debates que tinha na CUT e no debate feminista o elemento de classes era muito presente, porque tudo antes era diluído no movimento de mulheres, a entrada das mulheres trabalhadoras de forma organizada no movimento de mulheres trás esse elemento de classe muito forte". A partir de meados da década de 1990, opina a entrevistada, ficou muito difícil o trabalho de "organizar a mulher trabalhadora", pois a Secretaria de Mulheres "virou quase uma ONG dentro da CUT; faz seminário e publica, faz seminário e publica, mas não tem muito *processo organizativo*"; como ocorre no MST.

Essa sensação de falta de saldo organizativo é, desde nossa perspectiva, fruto do tipo de papel que se reserva aos movimentos no modelo participativo de democracia endossado pelo PT. A restrição da ação dos movimentos à exigibilidade de direitos não requer a construção de espaços mais autônomos cuja expansão orgânica (que pressupõe articulação de esferas sociais além da "política"), conforme entendemos, é que pode gerar um acúmulo mais sólido de forças (ainda que o sentido desse acúmulo não siga uma lógica imanente do social). O movimento feminista traz consigo o DNA da politização do que é, publicamente, considerado como privado (Capítulo 3). Isso joga potencialmente contra a cristalização de interesses fixos na esfera econômica – ardil ideológico que estimula a construção de uma noção autonomista dessa esfera (conforme algumas leituras marxistas mais objetivistas). Em processo político de aproximação com o MST, segundo percebemos, Nalu Farias traz uma contribuição valiosa da matriz feminista de pensamento ao referido Movimento. A entrevistada, constatando que no MST tem-se "debatido muito essa questão da agricultura camponesa, do modelo camponês que é a *família no campo*", menciona seu esforço de combater o fato dessa última aparecer "como uma unidade", como se a família fosse "homogênea, que tem os mesmo interesses".

O discurso feminista radical de Farias tem, assim, o duplo poder político de publicizar o que se concebe como privado e, por outro lado, de acusar o caráter privado daquilo que se estabelece, através de um processo hegemônico, como racionalidade pública. Esta última, como

temos demonstrado, não existe como fruto de um direito positivo, mas como resultado de atos de poder. As racionalidades, mesmo as estabelecidas por processos hegemônicos parciais (unidade de interesses na família), podemos supor, encontram sustentação na autonomização e racionalização de alguma esfera social específica (no caso, a econômica). O liberalismo tem respaldo na autonomia da esfera política, as versões mais objetivistas do marxismo, na autonomia da esfera econômica. No campo da "política" – que nos interessa mais de perto – há uma tendência para que se acuse, em nome da superioridade dessa racionalidade pública, o caráter "privado" ou "particular" dos investimentos antagonísticos.

Esses são, em suas linhas gerais, os aspectos políticos práticos envolvidos na construção do modo petista de governar que têm reverberação direta na diminuição da amplitude do ambiente narrativo petista. Nossa abordagem, outrossim, ao fragilizar os argumentos racionalistas, abre-se ao campo investigativo da *dimensão simbólica da política.* Temos dispensado especial atenção à utilização de *recursos retóricos* pelos líderes das forças antagonísticas como forma de imprimir coerência a suas estratégias políticas (rearticulações narrativas). Tais recursos – que podem corresponder, como temos visto, a necessidades advindas do processo de internalização da contra-hegemonia –, muitas vezes, têm o efeito (contra-hegemônico) de burlar as amarras da racionalidade política vigente[190]. Ao assim proceder, aqueles líderes (carismáticos) são acusados de populistas, irracionais e dissimulados. Deles, por razões diversas, é cobrada coerência. Forças de esquerda e de direita referenciadas em "ideologias" mais elaboradas e/ou movidas por interesses conjunturais da política denunciam a *incoerência* de seus atos e palavras. Na próxima subseção nos propomos a examinar, como parte

[190] Essa situação é típica de um momento de articulação entre espaços político-sociais, o que nos leva ao fato de que ambos os elos da articulação (partido e instâncias do sistema de representação) terão suas culturas políticas (identidades) alteradas. Referimo-nos, no Capítulo III, à denúncia de Weber, para quem o partido socialdemocrata alemão não conseguira manter a lealdade a seu programa, pois sua estrutura havia cedido à influência do elemento carismático que agrega votos e mandatos (Weber, 1963a: 125-6). Tentaremos, no que se segue, investigar a força simbólica do líder carismático Lula tendo como pano de fundo o modo petista de governar e a prevalência hegemônica (lógico-estrutural) da democracia formal-representativa.

da análise do ambiente narrativo petista, ainda que de forma introdutória, alguns aspectos políticos envolvidos no poder de representação de Lula entendido como um líder carismático.

6.2.3 O poder carismático de Lula, a sensação de permanência identitária na narrativa petista e o poder popular

No Capítulo 4 nós analisamos o papel constitutivo dos *valores comunitaristas* na narrativa petista. Vimos que as escolhas tomadas pelo Partido, desde a década de 1980, construíam articulações político-espaciais que tendiam a rechaçar tais valores – processo que veio a se consolidar na década seguinte (Capítulo 5). No presente Capítulo temos nos ocupado com a análise das características que assume a política sob a hegemonia do modelo petista participativo de democracia, tendo como pano de fundo a consolidação de uma lógica relacional entre instituições e organizações políticas (que remete à amplitude do ambiente narrativo). Nesse contexto, nós sublinhamos a importância teórico-metodológica de considerar, em nível formal, a tensão entre as lógicas da equivalência e da diferença que rege, na prática, a *maneira* (paradigmática) de se fazer política. Estaríamos, contudo, tornando por demais "objetiva" (e incompleta) nossa análise, caso não incorporássemos – ainda que, como dissemos acima, de forma introdutória e remissiva – a capacidade dos atores, mesmo estando sob certa hegemonia político-espacial, "desafiarem" a estrutura lógico-racional do sistema de representação política.

Tal consideração – que se referencia, em termos conceituais, no rompimento com o valor metanarrativo da dicotomia sujeito-objeto e, assim, alimenta uma noção menos fechada de estrutura/formação discursiva – nos desafia a aprofundar, sob a perspectiva da abordagem espacial de hegemonia, alguns aspectos simbólicos da representação política ainda não devidamente tratados em nossa análise. O processo de *identificação* – e estamos aqui pensando no personagem Lula como *objeto* principal de tal identificação – é central nesse contexto, pois, supomos, é capaz de *substituir parcial e simbolicamente* (representar como "estar no lugar do

representado"; *stand for*) aquela ancoragem espacial "autônoma" que, como temos defendido, é essencial para a consecução de uma política antagonística[191]. A identificação do eleitor com Lula promoveria – mesmo que diluída numa espacialidade única –, assim, um tipo de *sensação de proximidade* (espécie de dimensão simbólica de espacialidade), cuja característica principal, do ponto de vista antagonístico, é sua baixa capacidade de "acumular forças".

Chamamos a atenção, portanto, ao fato de haver uma diferença política fundamental entre a identificação dos *eleitores* com Lula e a identificação comunitarista dos *petistas* com aquele "pedacinho só nosso", representado simbolicamente pela sede do PT construída em São Bernardo do Campo (Capítulo 4). Nesta última há uma maior autoridade autoral do representado sobre o representante haja visto que a *proximidade* (que, nesse caso, articula, num emaranhado semiótico, as dimensões lingüística e extralingüística do discurso, Capítulo 2) ator-autor ou representante-representado proporciona uma maior coerência (narrativo-argumentativa) programática aos discursos. Na primeira situação, como exploraremos em mais detalhes a seguir, Lula pode ser entendido como um significante que flutua entre uma gama de sentidos que lhe tentam imprimir os diversos e conflitantes processos de identificação. Não é necessário dizer que os interesses mais materiais estão intrinsecamente vinculados a essa disputa.

Frei Betto também assinala, em outros termos, a diferença entre os dois tipos de identificação. O investimento partidário no simbolismo da figura de Lula nas eleições de 2002, assim, teria visado gerar um processo de identificação em alguém que "seria o presidente de todos os brasileiros" e, portanto, não pretendia "agradar [aos] petistas" apenas (Betto, 2006: 86). Foi nesse sentido, segundo Betto, que o carisma de Lula fora trabalhado profissionalmente por *marqueteiros políticos* (que nos lembra o *slogan* "Lulinha paz e amor"). Lula, então, "demonstrou bom humor e assumiu *seu jeito próprio de ser*, despido daquela marca de militante

[191] O líder carismático, nesse sentido, exerce uma função de *coesão social*, imprimindo certo sentimento de comunidade ao Estado moderno.

emburrado, carrancudo, incapaz de sorrir, brincar e alegrar-se com as coisas boas da vida" (grifo nosso) (ibidem). Da passagem do Lula *carrancudo* ao Lula *paz e amor*, entretanto, há uma *questão programática*, que se coloca Betto, pois não se teria demonstrado o esperado: que "através do fortalecimento progressivo dos movimentos populares", seria possível "conquistar parcela de poder" e *introduzir novos paradigmas* "na esfera de governo" (ibid: 87). Situamos, tendo em mente as reverberações na amplitude do ambiente narrativo, como pano de fundo da nossa discussão, a articulação entre modelos de democracia. Nossa abordagem espacial de hegemonia, nesse contexto, pode ser enriquecida a partir do contraste entre as duas situações de identificação consideradas, que chamaremos de *identificação nacional* e *identificação local*.

Contra os prognósticos de setores da esquerda organizada, que, em 1975 – com a vitória de Lula para presidir o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC –, previram que o mesmo "viraria pelego", ele teria demonstrado "ser possível inserir-se numa estrutura viciada sem se deixar cooptar por ela" (ibid: 90). Não teria, entretanto, conseguido lograr o mesmo no Governo, pois "a máquina do Estado... Refreou-lhe idéias e aspirações" (ibidem). Nós temos estudado, por diversos ângulos, os mecanismos pelos quais a "inserção" do PT na esfera política provoca esse sentimento de frustração, tão bem representado na linguagem poética de Frei Betto[192]. Entre esses mecanismos, o rechaço ao comunitarismo marxista-cristão – e os espaços político-culturais em que este se materializa – ganhou proeminência. Desde essa perspectiva pudemos vislumbrar detalhes político-espaciais da processualidade da curva identitária petista. Tratamos agora de aprofundar o entendimento de que junto com o estabelecimento dos *loci* de ação política, a narrativa petista traz consigo marcas lingüístico-afetivas que têm a função simbólico-ideológica

[192] Frei Betto deixou o Governo Lula em dezembro de 2004, antes, portanto, dos escândalos do mensalão, dos quais declarou não ter tido "a menor desconfiança" (Betto, 2005: 125). Sua decepção com o Governo deve-se a questões de fidelidade programática: "ela [a mudança, RM] veio, mas não na direção esperada pela militância e pela maioria dos eleitores de Lula. Veio ao contrário das expectativas, quando se anunciou um superávit primário além do requerido pelo FMI... O anúncio da sangria de nossas riquezas foi o primeiro sinal de que o governo aceitou ficar refém do Estado – esse Estado que a elite brasileira, sintonizada com a internacional, modelou de acordo com os seus interesses e em defesa de seus privilégios" (ibid: 113-4).

de promover – a despeito dos rechaços espaciais – a sensação de permanência identitária. A mudança de sentido de significantes como "dignidade" (Capítulo 4) e "autonomia" reflete um processo de reinvenção de uma cultura política no qual a figura de Lula é parte integrante.

Cabem algumas considerações teóricas acerca de como os movimentos político-sociais, através da promoção de articulações narrativas, conformam uma *vontade coletiva*. Para Laclau, essa última se forja a partir da "identificação com alguma imagem carregada emocionalmente da identidade do grupo como tal" (Laclau, 2005: 74). Ou seja, um objeto particular que condense de "maneira equivalente a unidade dos membros do grupo" (ibidem). Propõe, então, que as *demandas sociais* são forjadas a partir da comunhão entre paixões e idéias e, recorrendo a Freud, contesta a oposição entre psicologia individual e coletiva. Os indivíduos estariam, desde o início, ligados às outras pessoas através da libido – categoria chave para o entendimento dos vínculos sociais. Ou seja, "os laços emocionais que unem o grupo são, obviamente, pulsões de amor que têm se desviado de seu objeto original [pai, mãe, objeto do desejo] e que seguem, de acordo com Freud, um modelo muito preciso: o das *identificações*" (ibid: 77).

Nesse contexto, segundo Laclau (ibid: 80), Freud considera que a figura do líder exerce um papel central no *processo de identificação*. O *político* (entendido como dimensão ontológica), assim, seria visto pelo psicanalista austríaco como constitutivo do social, principalmente pela via da presença de um "chefe amado". Tal centralidade é, entretanto, contestada por Laclau, para quem a existência de um terreno (ideológico) fértil deve ser considerada, pois requereria do líder *traços comuns* positivos com seus liderados. Ou seja, *entre o líder e o liderado, o representante e o representado, o ator e o autor existe uma reciprocidade constitutiva cujos termos ganham concretude no jogo político*. Estando correto, esse raciocínio nos leva a considerar que a figura carismática de Lula, ao ampliar seu raio social de identificação (do "pedacinho só nosso" a toda a sociedade; do local ao nacional), deixa, preferencialmente, de *desempenhar o papel de ator*, conforme os valores localmente articulados de algumas narrativas, e passa a *performar*, de

maneira relativamente ativa, em âmbito nacional, *o papel de autor*. Ou seja, para promover os traços comuns com os representados tem que assumir a dimensão ativa da representação política.

Dessa forma, o Lula *carrancudo* era mais um Lula ator, ancorado numa espacialidade relativamente autônoma, o que lhe conferia maior capacidade de manter a *coerência orgânico-programática* de seu discurso. Havia, nesse caso, uma maior *coesão ideológica* entre paixão, idéias e símbolos (estrela, cor, barba, boina, música, palavras etc) que a figura de Lula era a melhor expressão de síntese. O *Lulinha paz e amor* – refletindo a expansão do espaço de representação – promove adaptação de idéias (rebaixamento programático) e símbolos (estrela e cor do Partido aparecem menos, a barba é mais comportada, a esfera cultural ganha contornos narrativos próprios etc); o que tem o efeito de resignificar o sentido político da paixão/emoção de que é objeto. A *identificação nacional* em Lula, assim, tem menos a ver com o amor radical do comunitarismo marxista-cristão, que se ancora em um espaço "autônomo"/*local* – noção emancipadora de que se ama *contra algo/alguém* (outro antagonístico) –, e mais a ver com o amor cristão universal, coerente com a espacialidade única do discurso ético-republicano. Sua dimensão simbólica, entretanto – como nos ensina Pitkin (1972) –, que remete à *crença*, desafia a *racionalidade* da visão formalista-descritiva de representação.

Esse traslado – de ator-autor; identificação local-nacional –, como dissemos, tem o efeito de fazer notar a dimensão ativa da ação de representação política. Nesse momento, a figura do líder carismático tende – em tensão com os valores políticos que o alçaram, inicialmente, à posição de líder – a promover articulações narrativas que mantenham aceso seu principal tesouro político: o *poder* de gerar identificação e, assim, votos e mandatos. O tipo de articulação entre valores narrativos que o mesmo envida – que, geralmente, não segue uma coerência lógica rígida – pode ser associado, como veremos, às contingências do jogo político e à amplitude do ambiente narrativo que conforma o líder. Passemos, agora, à análise da ação representativa de Lula.

Ao assumir a presidência da República em 2003, o líder carismático petista conseguia, a despeito da trajetória identitária historicamente delineada pelo PT, condensar traços simbólico-afetivos do comunitarismo petista. Vejamos uma descrição da posse de Lula por Frei Betto:

> Brilhavam olhos naquele mareio de gente, *multidão reduzida a uma só carne*, um só espírito, *o grito enfim desengasgado* e, pleno, ecoando por toda a esplanada... Tudo era fragor, uma só alma, *uma só nação*. Voejava-se de euforia na certeza de que a página seria virada, um novo capítulo teria início, a *reverência à vitória pacificamente esculpida*. Talho a talho a vida emergia, a luz acudia, o riso aflorava, *Ave, Brasil*!... Sobressaem nas recordações o *companheirismo sem disputas*, o *trabalho voluntário* em prol do partido, os *núcleos de base reunidos em fundo de quintal*, as assembléias em que todos falavam com plena liberdade, a despretensão, a energia emanada da motivação subjetiva, o idealismo. *Tudo aquilo lavrara o terreno* para que, agora, Luis Inácio Lula da Silva – ex-retirante, ex-engraxate, ex-tintureiro, ex-metalúrgico, ex-preso político – fosse empossado presidente do Brasil (grifo nosso) (Betto, 2006: 25-7).

Há no texto de Betto uma tensão entre a identificação local e a nacional. A "multidão reduzida a uma só carne" é disputada, desde nossa abordagem espacial de hegemonia, por dois tipos de equivalência. Aqueles que têm "o grito enfim desengasgado" remete à multidão dos excluídos e explorados. Nesse caso a *multidão* é *parte* da sociedade e não "uma só nação". O amor cristão (afeto, paixão), nesse contexto, pode se articular com um sentido político mais antagonístico (local) ou mais "democrático" da "vitória pacificamente esculpida". Esta última, *acolhida* pela Mãe Nação, pôde ser saldada com um sonoro "Ave, Brasil" – calor *uterino* da Mãe Maria. É na territorialidade nacional, portanto, que Betto, sendo ideologicamente interpelado – e aderindo a certo idealismo filosófico que não atenta à *questão espacial* –, deita suas lembranças do comunitarismo petista ("companheirismo sem disputas", "trabalho voluntário"). A ancoragem espacial desse comunitarismo, entretanto, sempre foi local (reuniões "em fundo de quintal"). Em tendo sido historicamente rechaçado, o comunitarismo não foi capaz, como supõe Betto, de "lavrar o terreno" para a posse de Lula. O papel da força simbólica do líder carismático, nesse caso, é deixar acesas e resignificar politicamente as marcas afetivas de uma tradição política. *Tais marcas podem ser percebidas como seivas de movimento em meio à estática diferencial da "democracia"*.

Lula precisou se descolar daquela imagem *carrancuda* – símbolo de um vínculo afetivo construído (entre os que *desengasgam* o grito) em torno de uma estratégia programática mais radicalmente antagonística – e investir na imagem do Lula *paz e amor*. Chamou-nos a atenção a observação de Betto, acima referida, de que Lula teria assumido "seu jeito próprio de ser", pois tal observação precede, no contexto da exposição das idéias do autor, a acusação de rebaixamento programático. A imagem simbólica de Lula, segundo entendemos, vai além de uma estratégia mercadológica, pois tem a função de conformar o sentido político do afeto à lógica relacional (equivalência e diferença) que se estabeleceu entre os espaços político-sociais articulados na narrativa petista. Como tais espaços comportam culturas e valores políticos bastante díspares, Lula, que não pode "fidelizar" sua ação de representação política a todas elas, tende a não querer desempenhar o papel (ser ator) que os diversos coletivos que *representa* dele esperam. *Assumir seu próprio jeito significa, nesse contexto, alçar-se à posição de autor*.

Nesse momento, a ação substantiva/ativa do representante ganha proeminência. *Instado a agir, portanto, a simbologia deixa de ser estática (representação como stand for) e passa a ser integrada ao jogo mesmo da representação política*. Segundo o senador Antero Paes de Barros (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB) (Barros, 2005), Lula teria proferido as seguintes palavras num discurso na cidade de Coronel Freitas em Santa Catarina, março de 2005:

> Nós temos consciência de que o exercício do mandato é muito temporário e *o governante não pode nunca deixar de ser ele mesmo para se transformar no personagem governante* porque, se assim o fizer, quando terminar o seu mandato, ele vai olhar para a frente, para trás e para os lados e vai se perguntar: "*Onde estão todos aqueles meus companheiros que batiam nas minhas costas?* Onde estão todos aqueles companheiros que eu pensei que estavam comigo quando eu estava no poder?" (Lula da Silva *apud* Barros, 2008).

Note-se que Lula parece intuir o fato de não poder mais ser personagem/ator para atender às pressões (autorais) de seus representados. Sendo impossível manter, desde a posição em que se encontra (presidência da República), a coerência com as diversas narrativas que encontram nele

um objeto de identificação, Lula chega à conclusão de que, caso não passe a *ser ele próprio*, terminará perdendo o apoio dos antigos companheiros. Investe, portanto, na dimensão afetiva do vínculo com seus companheiros e acena para o fato de que não pode desempenhar um papel programático que deles esperam os petistas. Como reação à impossibilidade de manter a proximidade político-espacial com seus representados pudemos perceber – em imagens veiculadas pela mídia que soavam como um *aceno simbólico* –, no início do Governo, um Lula quase que obstinado com a quebra dos protocolos exigidos pelo cargo que passara a ocupar. *O que Lula não parecia perceber, entretanto, é que "ele próprio" é, também, um personagem em construção: o líder carismático, que encontra nas instituições da democracia formal-representativa um habitat acolhedor e uma fonte de poder*. Aprofundemos.

A linha de ação do líder carismático vai depender, como já apontamos, da contingência do jogo político, por um lado, e, por outro, da amplitude do ambiente narrativo em que se referencia. Esta última confere poder de reação ao líder frente às pressões das forças conservadoras, que sempre são consideradas em seus cálculos. Nós encontramos um exemplo prosaico desse tipo de pressão na ironia destilada pelo próprio senador Antero Barros (PSDB – MT), quando viu na declaração acima transcrita de Lula a revelação de um "conflito de personalidade" e lhe recomendou "procurar um analista, deitar no divã e abrir seu coração... Para superar essa contradição que lhe perturba o espírito" (ibidem). Há, nos termos de nossa abordagem espacial de hegemonia, uma intenção clara em tal ironia.

O senador oposicionista – através de uma breve descrição da trajetória política do Lula sindicalista e político que o Brasil teria aprendido a "admirar" – impugna o sentido da fala de Lula, vinculando politicamente a pessoa à personagem. Tenta, com essa associação, desautorizar a nova orientação político-espacial que Lula tentara conferir ao vínculo afetivo estabelecido entre *ele mesmo*, os petistas e os eleitores em geral. Ao dizer que o "verdadeiro" Lula é o personagem que o projetou (carrancudo) e não o Lula que decide, enfim, revelar ao Brasil *seu jeito próprio de*

ser (Lulinha paz e amor), Barros tenta desconstruir a *coerência narrativa* que o novo personagem persegue – e, com isso, seu poder político de gerar *identificação*. O cinismo da ironia de Barros reside no fato de cobrar *fidelidade programática* de Lula sem estar, ele próprio, comprometido com tais demandas (defesa dos interesses dos trabalhadores, rompimento com o FMI, não pagamento da dívida externa, redução da taxa de juros são exemplos de algumas demandas que estariam, segundo o autor, vinculadas à pessoa/personagem de Lula). Tal cinismo, como se manifesta, não é gratuito, ele tem o objetivo preciso de, em deslegitimando o redirecionamento do referido vínculo afetivo, minar a seiva corrosiva do movimentalismo que tem no carisma "populista" de Lula um canal de entrada na *estrutura lógico-racional* do sistema de representação. O "irracionalismo" populista pode provocar desequilíbrios importantes na estática diferencial da "democracia". Tanto mais, desde nossa perspectiva, quanto maior for a amplitude do ambiente narrativo em que o líder se referencia.

Antero Barros toma parte, portanto, numa disputa que se estabelece em torno do sentido político a ser adquirido pela energia afetivo-carismática de Lula (o que remete à dimensão constitutiva da simbologia). Sua estratégia é vinculá-la a uma racionalidade político-narrativa local, pois esta, sendo mais restrita, desqualificaria Lula como objeto de identificação em âmbito nacional. Uma outra estratégia possível às forças conservadoras, para sanar os efeitos corrosivos daquela seiva movimentalista, é, em contraste, vinculá-la a um projeto político de nação estritamente capitalista. Isso é o que observamos na injunção de Hélio Jaguaribe[193] ao carisma de Lula. Durante a crise do mensalão, após meses de intensa ofensiva das forças conservadoras, a imagem de Lula sofreu muito menos arranhão do que se era de esperar. Nesse contexto, Jaguaribe, em contraste a Barros, prefere propor a articulação entre o carisma de Lula e o

[193] Fundador e primeiro secretário-geral do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), cujos membros vieram a criar em 1955 o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Jaguaribe é crítico das versões mais radicais de nacionalismo que afugentariam os investimentos externos. Fundador do PSDB em 1988, Jaguaribe viria a ser Secretário da Ciência e Tecnologia do Governo Collor.

conhecimento técnico-gerencial do PSDB (que faltaria, segundo o autor, ao PT). Jaguaribe identifica no referido carisma pontos indispensáveis para um "projeto de nação": "ampla projeção internacional" e, no âmbito interno, "imprescindível apoio das grandes massas" (Jaguaribe, 2006). O dito projeto, que expressaria uma "grande revisão do quadro político brasileiro", seria resultado da união entre o carisma de Lula e a "competência do PSDB". O arranjo político dos sonhos, então, seria "Lula presidente" e "Serra primeiro ministro" (ibidem). Esse tipo de arranjo, como temos visto, faz parte do imaginário político de setores do PT desde a década de 1990[194].

As *contingências do jogo político*, entretanto – que levaram o PSDB a aderir de forma inequívoca ao neoliberalismo –, afastaram a possibilidade de uma aliança entre PT e PSDB no plano político. A internalização da contra-hegemonia petista, por seu turno, torna PT e PSDB momentos diferenciais de uma racionalidade democrática específica. O carisma de Lula, nesse sentido, não deixa de ser parcialmente capturado por tal racionalidade. O que Jaguaribe intenta é a radicalização dessa captura. Ação política de Lula, como líder carismático, ao mesmo tempo em que não pode prescindir dessa racionalidade – pois descobre no sistema político sua fonte de poder: a oportunidade de conduzir uma *ação representativa autoral* – tem que negá-la como forma de não esvair seu poder de gerar identificação. *Ser ele mesmo* é, nesse contexto, uma forma de criar uma *margem de maleabilidade articulatória* – poder efetivo para fazer frente às adversidades advindas do jogo político. Quando Lula, no segundo turno da campanha presidencial de 2006, assumiu o discurso anti-privatista com tom antiimperialista nos debates com Geraldo Alckmin, ele se utilizou dessa margem de maleabilidade. Isso só é possível porque o personagem Lula, *ele mesmo*, logra não aderir a uma "ideologia" específica, entendida como

[194] João Machado, na entrevista que nos concedeu, comentou ter havido no início da década de 1990 uma articulação de bastidores entre PT e PSDB: "Antes do plebiscito sobre presidencialismo, houve um momento em que o Lula namorou muito a idéia do parlamentarismo e chegou a discutir com Tasso Jereissati que era presidente do PSDB, a idéia da divisão e que ele seria o presidente e o PSDB teria o primeiro ministro no regime parlamentarista. Não sei até que ponto eles chegaram, mas o namoro com o PSDB, do Lula, também do Genoino e outros, era muito claro no início dos anos 90. Depois foi inviabilizado com a eleição de Fernando Henrique".

um corpo racional e coerente de idéias (é assim que entendemos sua clássica resposta à pergunta que lhe foi feita se era leninista: "não, sou torneiro mecânico").

O apoio – apesar da mídia conservadora – à iniciativa do governo boliviano de nacionalizar suas reservas de petróleo e gás em 2006 e as declarações que atribuíam caráter democrático ao Governo Hugo Chaves[195] são posturas que remetem à utilização da margem de maleabilidade em questão num sentido contra-hegemônico. A possibilidade concreta desse tipo de tática política – que rendeu dividendos eleitorais a Lula –, entretanto, só foi possível mediante a existência de um ambiente narrativo no continente latino-americano que, com uma hegemonia relativa da "esquerda", era favorável a esse tipo de investimento. É razoável, portanto, pressupor que a construção de espaços político-culturais mais autônomos (poder popular) no Brasil teria um efeito político benéfico no sentido de potencializar a ação política antagonística do líder carismático. Queremos dizer, com isso, que a falta de construção efetiva de um poder popular favorece a adesão do líder em questão à racionalidade hegemônica na esfera política.

Tanto menos esse poder popular é efetivo – o que se configurou historicamente na narrativa petista –, mais o líder carismático tende a descolar-se das demandas programáticas locais que se lhe impõem em benefício da ampliação de seu próprio poder articulatório (motivo do estranhamento relativo, como vimos, entre CUT e Governo Lula). Na falta de ancoragens espaciais específicas, o líder tende a se comunicar *diretamente com o eleitor* (cuja identidade individual de "cidadão" é reforçada em detrimento da identidade coletiva) – o que remete aos limites lógico-racionais impostos pelo poder midiático hegemônico e pelo sistema político de representação. Esta seria, com efeito, uma *dimensão conservadora* do líder carismático.

---

195 Há que se considerar, nesse contexto, a relação de dubiedade que o Governo Lula mantém com os setores de esquerda na América Latina que, a depender do contexto, ora se aproxima, ora se afasta. Não é à toa que obtivemos a seguinte declaração de Júlio Turra: "Eu trabalho na *Secretaria de Relações Internacionais* da CUT... Eu posso dizer que o cartaz do Governo Lula junto à esquerda latino-americana nunca foi tão baixo, e esquerda entendida num sentido mais [amplo, RM]... Bote até o Kirchner se você quiser. Um governo que aparece visivelmente como agente do Bush. Isso é o que se comenta na alta cúpula do Governo venezuelano, na Bolívia. E ao mesmo tempo ninguém vai [abrir, RM] publicamente".

Há que se considerar, em consonância ao poder simbólico de Lula, os efeitos políticos concretos que sua ação de representação causa no PT/CUT. Encontramos em nossas entrevistas um peso político do "lulismo" bem maior do que supúnhamos. Júlio Turra nos chamou a atenção para o fato de que "o próprio Lula chegou a dizer que prefere o pessoal do Bolsa Família, que não faz caravana à Brasília [como o MST, RM] e fica satisfeito". Por isso, continua o entrevistado, "o diálogo de Lula hoje é muito mais com os descamisados e com o lado do capital". Preterindo o "movimento social organizado", Lula seria "suficientemente inteligente e esperto para opor essa parte [os descamisados, RM] ao setor organizado". Nesse contexto, o entrevistado nos lembra de "todo o discurso para restringir o direito de greve no setor público". Numa linha de reflexão similar, João Machado nos emitiu a opinião de que "terminou se dando ao Lula um peso e quando ele chegou à presidência usou para destruir o PT. É a minha hipótese, que ele trabalhou conscientemente para liquidar o PT enquanto partido socialista". Esse tipo de reação se coaduna parcialmente – pois, apesar de não apontar os elementos explicativos que temos arrolado, há uma proximidade do ponto de vista da conclusão – com a análise que temos feito da ação de representação de Lula, pois remete à dimensão conservadora do líder carismático.

Vejamos esse trecho de um discurso proferido por Lula quando da ocasião do jantar comemorativo dos 27 anos do PT:

> *O vermelho do PT corre nas minhas veias*. Tenho a nítida noção do que esse PT representa para mim e do que eu represento para ele. Ajudei a criá-lo, vivi angústias e alegrias, ri e chorei. Mas aprendi uma lição que não esqueço: *muitas vezes, entre nós, os chamados quadros políticos, na hora da crise, tremeram, vacilaram*, não souberam tomar posições corretas. *Quem não tremeu nem vacilou foi o povo pobre desse país* (grifo nosso) (Lula da Silva, 2007).

Apesar da existência de todo um clima no PT que, em meio à crise do mensalão, apontava para a urgente necessidade de reaproximação com os movimentos sociais e a sociedade civil como um todo, Lula – que compactuava formalmente com essa leitura – não deixa de externar que sua resistência à crise se deveu não aos "quadros políticos" (que demandam fidelidade programática),

mas ao “povo pobre desse país”. Ao assim proceder disputa com as tendências à esquerda o significado do “vermelho do PT”, no sentido de fazê-lo habitar a estática democrática, que, passando a reger a lógica da relação entre Lula e eleitores, rivaliza com a construção/ampliação de espaços político-culturais antagonísticos (coletivos). A lógica do sistema político-eleitoral estimula Lula a rivalizar com a autoridade autoral das narrativas que inicialmente representava.

Essa ação de representação que, como vimos, promove uma reorientação espacial e do sentido político da energia afetiva que emana da figura de Lula, está, portanto, em consonância com a trajetória de internalização da contra-hegemonia petista. Como corolário desse processo (Capítulos 4 e 5), a organização partidária adapta-se à estrutura lógica do sistema de representação política – o que faz aumentar sua dependência partidária da capacidade de seu líder angariar votos –, se *verticaliza* e desinveste nas alternativas horizontal-territorializantes. *Isso promove o enfraquecimento dos vínculos orgânicos do PT com tais alternativas, o que inviabiliza o Partido, no longo prazo, como um produtor simbólico de seiva corrosiva da racionalidade diferencial da “democracia”*. Isso significa dizer que os símbolos não existem por si sós, ou seja, não têm uma essência própria e ganham sentido antagonístico, no bojo da luta política, a partir de espaços político-culturais específicos em expansão. Encontramos essa intuição nas palavras de Alexandre Conceição. Vejamos esse trecho da entrevista que o dirigente do MST nos concedeu:

> Quando o partido pega os seus principais quadros, *o PT é um partido que surgiu da labuta dos trabalhadores*, esse último prefeito que nós temos aí, João Paulo, *quando é que será que vai vim um outro metalúrgico para ser prefeito do Recife?* Dentro do PT não vem mais, que não há espaço mais para isso, *quando é que um metalúrgico sai do ABC e vira presidente da república?* No PT isso não vai ocorrer mais, porque não tem espaço pra isso. Os nomes do PT que disputavam eleição nos anos 80, nos anos 90 eram *Chico Ferramenta*, era *Zezinho*, ou seja, era trabalhador, gente que tava construindo o processo e nesse processo tava disputando o processo, então era nome que tinha o seu nome e seu sobrenome era a sua tarefa no trabalho, então, *tinha essa simbologia, que era o partido dos trabalhadores*, eram os trabalhadores que estavam disputando, hoje não. Hoje é uma cúpula que disputa eleição, a forma que o PT tá hoje, engessada não *permite mais um pescador, que sai lá de Itamaracá que vá ser prefeito*, nem de Itamaracá, quanto mais chegar a outros graus.

O processo de verticalização/burocratização do PT inibe a retro-alimentação simbólica entre o líder carismático e o terreno ideológico fértil, sobre que Laclau (2005) chama a atenção. Há, em se reduzindo a amplitude do ambiente narrativo – devido aos rechaços narrativo-espaciais –, um estancamento do fluxo simbólico-afetivo das demandas coletivas (a "labuta dos trabalhadores" como origem do PT). O partido, assim, ao tornar-se mais *racional*, mais *democrático*, mais *republicano*, desqualifica seu poder antagonístico de intervenção na esfera política e no espaço público. Perde, portanto, a *força simbólica* que permitiria um "pescador de Itamaracá" vir a ser prefeito. O critério de representação, de fraca força simbólica, passa a ser o da competência técnica valorizada por Jaguaribe/PSDB. Estabelece-se, nesse contexto, um vínculo naturalizante (que estranhamos) entre "populismo" e "atraso" político. Os intelectuais "petistas" – simpatizantes ou orgânicos ao Partido –, instados pelos ataques da direita, apressando-se em descolar a figura de Lula do "populismo", despotencializam o alcance político e teórico da questão[196]. Não se apercebem, contudo, que estão, com isso, promovendo o aprisionamento do PT como momento diferencial da estática "democrática".

A capacidade do PT de desvincular-se dessa lógica diferencial, novamente, depende da contingência do jogo político e da amplitude do ambiente narrativo petista. É esta capacidade que passaremos a analisar na próxima seção.

---

196 É o que percebemos, por exemplo, na relação que Maria da Conceição Tavares faz entre a questão da existência do contraditório nos governos de coalizão e sua capacidade de projeção programática. Vejamos esse trecho da entrevista que concedeu a Juarez Guimarães, em que, comparando com o Governo Vargas, defende Lula da acusação "populismo": "O esforço de alianças e de projetar o futuro está sendo feito no governo, como estava no de Vargas. Ele não tirava tudo de sua cabeça, tinha aliados, e sempre tinha contraditório. Ou por acaso o gaúcho Osvaldo Aranha, simpático aos Estados Unidos, e o general Góes Monteiro, dito pró-germânico, estavam de acordo na conclusão da política internacional? A idéia que se tem é, dentro do contraditório, se usa o prestígio de base popular... '*Ah, mas o outro usou de forma populista, o Lula também é populista...*' Lula pode ser muita coisa, mas populista fica difícil. Populista é uma definição pela qual as elites dominantes manipulam o povo. Podem dizer popular, *populacheiro*, inventem o que quiserem... Messiânico também não é, até porque não tem cara. Tudo o que inventaram a respeito de Lula fica grotesco... Lula é uma criação do povo, não dos intelectuais" (Tavares, 2005: 37). A discussão que travamos nessa subseção procurou aprofundar como, na relação de representação política, a "utilização do prestígio de base popular" por parte do líder carismático pode ser potencializada num sentido antagonístico ou ser capturada pela racionalidade do sistema político. Tal discussão, na esteira de Laclau, faz vislumbrar o sentido de "populismo", como categoria analítica, numa perspectiva positiva, que destoa muito do uso sempre negativo que se faz no discurso político. Ver Mesquita (2005).

6.3. O potencial antagonístico da narrativa petista

Como o leitor já pôde perceber, a internalização da ação contra-hegemônica petista aos limites da "política" é o princípio narrativo-ideológico (liberal-republicano) central que, segundo nossa percepção, concorreu, decididamente, para a diminuição da amplitude do ambiente narrativo petista. Essa armadilha ideológica é, por sua vez, alimentada pelo valor metanarrativo da dicotomia sujeito-objeto, que – não guardando afinidade teórica com nossa abordagem espacial de hegemonia – insensibiliza militantes e analistas à percepção da relação inextricável entre *meio* e *fim*. A partir do conhecimento gerado com a construção da referida abordagem – em direção a qual demos apenas alguns passos –, pudemos perceber a centralidade que adquire, para levar a cabo uma política radicalmente antagonística em regimes democráticos, a construção/ampliação de espaços político-culturais relativamente autônomos.

Analisar o potencial antagonístico da narrativa petista em finais de 2007 é, nessa perspectiva, uma tarefa que deve levar em consideração a existência (ou não) dos referidos espaços e/ou a percepção da necessidade de criá-los/ampliá-los. É partindo desse entendimento que passamos a empreender uma análise referenciada nas teses do III Congresso Nacional do PT. De um conjunto de 12 teses apresentadas, resolvemos analisar quatro[197]. Tal recorte teve como critério a seleção das duas teses que conseguiram polarizar os debates (*Construindo um Novo Brasil* e *Mensagem ao Partido: o PT e a revolução democrática*), e outras duas teses que, com menos força hegemônica, se posicionam mais à esquerda: *A Esperança é Vermelha* e *Plataforma de Soberania Nacional*. Não é nossa intenção fazer uma análise sistemática, mas tão somente ressaltar aqueles aspectos que têm a ver com o nosso propósito nessa seção: vislumbrar o potencial antagonístico da narrativa petista, ou seja, sua capacidade de projeção mítica.

[197] As teses não comentadas guardam, com efeito, uma aproximação considerável, em termos teóricos e de prática política, com as teses aqui consideradas.

O fato do discurso ético-republicano ser a espinha dorsal das duas primeiras teses – tendo elas polarizado o debate – é um sinal inequívoco de um alto grau de internalização da contra-hegemonia petista, o que faz diminuir, segundo nosso entendimento, o potencial antagonístico do Partido. A tese *Construindo um Novo Brasil* (CNB) – assinada, entre outras lideranças, por Ricardo Berzoini, Marco Aurélio Garcia, João Felício e Humberto Costa – defendem *o modo petista de governar* como "um processo de construção" do socialismo, tendo este demonstrado ser uma via *processual* de "superação do capitalismo" (Partido dos Trabalhadores, 2007: 59). Combinando a luta institucional com a social, o PT superaria o capitalismo "sobretudo pela acentuação de mecanismos de *participação popular* na condução da política e do Estado" (grifo nosso) (ibidem). Não há – como era de se esperar do pensamento hegemônico na narrativa petista –, em toda a tese, um questionamento dos mecanismos lógicos de representação que ocorrem nessa "participação popular". Fixando-se no pólo "democrático", o socialismo petista é "entendido como *socialização da política* que recupera a idéia de uma *cidadania ativa*" (ibidem). Ou seja, restringe a ação à esfera política tomando como unidade de representação a "cidadania ativa" – valor que desinveste nas perspectivas coletivas e radicalmente antagonísticas.

O pilar de sustentação dessa estratégia "socialista" é a incisão da *ação política* – creditada, preferencialmente, ao Governo Lula – *sobre* a "esfera" econômica, o que difere de uma ação *desde* tal esfera e em articulação com a "luta social" (política que desnaturalizaria a própria metáfora de "esfera"). A estratégia socialista, assim, dissociando-se da perspectiva do *poder popular*, tende (republicanamente) a propor uma combinação de "formas de propriedade privada, de propriedade estatal, de cooperativas" (ibidem). A busca de "novas formas de organização da economia" e o estímulo a "organizações solidárias e de cooperativismo" (ibid: 60) – apesar de serem formalmente definidas como "implantes de socialismo" (ibidem) – não podem ser efetivamente incorporadas num projeto antagonístico (vide relação do Governo Lula com o MST). Isso se deve, como vimos nos três últimos capítulos sob diversas perspectivas, ao tipo de

articulação (modelo participativo petista) que se estabeleceu entre a democracia liberal-representativa e a democracia social-direta.

Apesar das autocríticas envolvidas na tentativa de superação da crise do mensalão (maior poder às bases partidárias, necessidade de reforma política, maior articulação com os movimentos sociais, maior autonomia do Partido frente ao Governo), verificamos o recrudescimento do potencial antagonístico do PT. Tal constatação reclama solução de coerência à *estratégia* da CNB, para quem o PT tem que "colocar na pauta política temas como propriedade social e o caráter da empresa privada", apostando que essa poderia ser "uma perspectiva socialista, e não só de reformas dentro do capitalismo" (ibid: 61). Não há, na estrutura lógica dessa narrativa, espaço para uma articulação coerente com valores narrativos positivo-revolucionários. Não contando com uma ancoragem espacial mais autônoma, arroubos antagonísticos só ganham sentido quando imersos na contingência do jogo político. Tais oscilações à esquerda, entretanto, como foi o caso do discurso anti-privatista de Lula no segundo turno da campanha para presidente, tendem – caso persistam a falta de lastros materiais e organizativos para tal (poder popular rechaçado na década de 1990) – a ser transitórias e não se reverter em acúmulo efetivo de forças. Tal limite aponta para a "necessidade" de fuga do corporativismo pela via horizontalizante de articulação de diferentes "esferas" e dimensões do social.

As críticas internas aos *descaminhos* do PT parecem não compactuar, no que é essencial, com nossa análise. A tese *Mensagem ao Partido* (MP) – subscrita por lideranças como Carlos Henrique Árabe, Tarso Genro, Ricardo Azevedo, Nalu Farias e Miguel Rosseto –, assumindo a articulação do socialismo petista com o republicanismo, ao invés de fazer uma revisão do processo de internalização da contra-hegemonia petista vislumbra, com o Governo Lula, a oportunidade de fazer "avançar a revolução democrática no Brasil" (ibid: 24). À maneira da CNB, a MP vê uma oportunidade política na articulação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com o desencadeamento de "um novo ciclo de mobilizações e organização

popular" (ibidem). Entretanto – mesmo que, em contraste com a CNB, traga à tona demandas como o combate à "subordinação do Estado aos poderes do capital financeiro e rentista", propondo a subordinação do Banco Central "às metas de desenvolvimento definidas pelo governo" (ibid: 25) –, *não explicita uma crítica ao sentido capitalista do referido plano de crescimento*.

A tese em questão propõe o resgate das resoluções contidas nos textos "O socialismo petista" e "Socialismo", aprovados respectivamente no VII Encontro Nacional (1990) e no I Congresso do PT (1991). Partindo da constatação da necessidade partidária de "atualização de sua visão de socialismo", propõe, de forma mais incisiva que a CNB, o "planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, privilegiando as formas de propriedade social e estabelecendo limites para a propriedade individual" (ibid: 26). Num caminho contrário ao conhecimento que temos construído, entretanto, a MP vê na "dimensão ética da política" uma "condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo" (ibidem). Ou seja, a sua defesa por "um novo protagonismo das classes populares na democracia brasileira" (ibid: 25) passa longe de uma crítica ao modelo participativo de democracia petista. Ao contrário, tende a aprofundá-lo sem rever seus efeitos de internalização da contra-hegemonia. Defende que o PT contribua para que os movimentos sociais "combinem sua legítima ação reivindicatória com a participação nas novas agendas de direitos" (ibid: 27). Não percebe, portanto, que está na forma de participação, "mediada" pelo PT, a chave da fragmentação e enfraquecimento da capacidade que almejam para a narrativa petista: a de "projetar as utopias e aspirações de felicidade comum" (ibidem).

A tese *A Esperança é Vermelha* (EV) – apoiada por lideranças como Valter Pomar, João da Costa, Adão Preto e Nelson Pellegrino –, retomando valores narrativos construídos na década de 1980, chama a atenção, de forma suficientemente clara, para o caráter "democrático-popular" que deve assumir o projeto de desenvolvimento petista para o Brasil. Mais incisivo que a

"revolução democrática" da MP – pois entra em confronto aberto com o capital produtivo e não apenas com o financeiro –, a EV defende com todas as letras que tal projeto, para poder alterar "as estruturas da sociedade brasileira", deve assumir um sentido "antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista" (ibid: 39).

Em sintonia com as demandas do MST – embora esse Movimento não seja nominalmente citado – defende um projeto de reforma agrária, cujo modelo, voltado para "o mercado interno", se proponha a "superar a hegemonia do agronegócio" (ibid: 40). Há, do ponto de vista lingüístico-programático, uma maior predisposição para assumir uma política antagonística. A análise política, entretanto, como temos visto, não pode resumir-se a essa *firmeza programática*. A crítica que a EV faz ao PAC, nesse contexto, é de conteúdo e não de forma. Problematiza questões como superávit primário, política de concessões ao capital privado e a política salarial do funcionalismo público, mas concorda com a "embocadura geral do plano" (ibidem). A discussão que levantamos em torno da prerrogativa da ação no processo de representação política é, nesse contexto, estranha à EV. Creditando demasiada importância estratégica às eleições de 2008, a EV sintetiza, como causa dos equívocos do primeiro mandato de Lula, a má avaliação – que não teria sido capaz de aproveitar certa "inércia eleitoral" – de que não teria havido "condições políticas para a implementação imediata de nosso programa de governo" (ibid: 41).

Subjacente a tal avaliação está a noção de que as eleições de 2008 seria "um momento de *acúmulo de forças* para a disputa presidencial" (grifo nosso) (ibidem) de 2010. Tal noção só ganha coerência, na estrutura lógico-narrativa da *estratégia socialista* então defendida se a prerrogativa da ação estiver sob o domínio do executivo – pilar estruturante da autonomia da esfera política e valor narrativo liberal-republicano. A EV despotencializa, com isso sua disposição ideológico-programática para que o PT tome a luta de massas como "uma de suas prioridades" – pois suas demandas serão fragmentadas pelo sistema de representação política – e que promova um "ajuste de contas" com as concepções políticas representadas por "José Dirceu e

Antônio Palocci" (ibid: 43). Falta à tese, para dar efetividade ao programa que propõe, uma reflexão sobre os *meios* (articulação entre modelos de democracia) a serem adotados para atingir a *finalidade* de organizar o socialismo "a partir da propriedade social dos grandes meios de produção, que não confundimos com a propriedade estatal" (ibid: 42).

Esta mesma falta de reflexão sobre o caráter constitutivo de identidade da ação política nós encontramos na tese *Plataforma de Soberania Nacional* (PSN) – apoiada por lideranças como Markus Sokol, Júlio Turra, Misa Boito e Edmilson Meneses. A diferença é que esta tese se posiciona incisivamente contra uma "falsa 'participação" política, que a pretexto de "dar 'face humana à globalização'... Desenvolve a política da chamada 'Governança Mundial', que se desdobra em cada país em tentativas de cooptação" (ibid: 45). Sendo assim, denuncia o fato de que algumas teses do próprio Congresso do PT estariam levando adiante "as tentativas de atrair os sindicatos e movimentos para um 'co-governo', ameaçando atrelar as organizações independentes" (ibidem). Formula, nesse sentido, uma crítica "radical" ao modelo petista de democracia participativa do PT, assim como à proposta da "DS e [do] ministro Tarso Genro" de formular uma nova carta de princípios "baseada na ética republicana" (ibid: 47). Detectam que "o Orçamento Participativo... Compromete e divide as organizações na disputa pelas reivindicações" e creditam como "fraudulenta" qualquer comparação do OP com os soviets (ibidem).

Algumas características da radicalidade da crítica em questão podem ser interceptadas desde nossa abordagem espacial de hegemonia. Em contraste com a MP, a PSN propõe a retomada não das resoluções de início da década de 1990, mas dos princípios de fundação do PT que não estariam superados. Tal retomada tem o sentido político inequívoco de valorizar uma tradição de *externalidade* do PT contida em seu Manifesto de Fundação. O PT, assim, teria nascido "da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas" (ibid: 45), rezava o Manifesto. Num contexto em que o Congresso significava para o PT um acerto de marchas por conta da crise do mensalão e dos

impasses do Governo Lula, a PSN sentencia que o que "enlameou o partido ameaçando confundi-lo com os partidos corruptos" fora, exatamente o abandono desses princípios fundadores e da luta "dura e difícil, mas necessária, pelas necessidades do povo" (ibidem).

"Coerente" com tal análise, a PSN, sub-dimensionando a força simbólica construída – concomitantemente à internalização da contra-hegemonia petista – em torno do personagem carismático Lula, avalia, equivocadamente, que a postura mais à esquerda do discurso petista no 2º turno da campanha eleitoral de 2006 fora resultado direto de "um ano pontuado por mobilizações, greves e ocupações" (ibidem). Isso é o que teria "levado" a candidatura de Lula a assumir um discurso anti-privatista (ibidem). Esse tipo de raciocínio desconsidera a democracia representativa – sistema político realmente existente – como um *elo articulatório* concreto da narrativa petista. Não percebe, assim, que o sucesso eleitoral do PT, conquistado paulatinamente ao longo de sua história, se deveu, em grande parte, às articulações narrativas que permitiram ao PT e a Lula transformarem-se em objetos ampliados de identificação. Tivesse permanecido com o discurso originário, da forma como defende a tese em questão, estaria, provavelmente – à maneira do PSTU –, fadado ao mais cruel *isolamento político*.

Este último é o fantasma que, na nossa opinião, persegue a PSN. Operando uma espécie de *parasitismo político* (para alguns isso seria o mais clássico eufemismo para *oportunismo*), essa narrativa mantém-se no interior de uma contra-hegemonia internalizada com um discurso "radical" de externalidade. Alimenta-se, portanto, da seiva movimentalista que se constrói, principalmente, em torno do carisma de Lula, mas supõe que *nós-não-temos-nada-a-ver-com-isso*. A função articulatória ("mediadora") do Partido é desconsiderada, e este é visto como um "*instrumento* político... Para trilhar a via da transformação" (grifo nosso) (ibid: 47). Reduz a análise política, nesse contexto, à crença na capacidade mobilizadora de um programa (de transição) justo. Contando com demandas como "Fora Bush" e contra o agronegócio, o Partido

poderia resolver seus problemas *organizativos* – "abandono dos núcleos", "falta de formação", "inexistência de jornais", "juventude petista" (ibidem) – através da aplicação de uma boa política.

Permanece, contudo, a noção metafórica moderna do Partido como Unidade-corpo, que pressupõe e deseja – irrealisticamente – a possibilidade de conferir racionalidade única a espaços político-sociais conformados desde culturas políticas bastante diversas. Para a PSN seria fácil, assim, "imaginar o avanço de organização – nucleação, comunicação e inclusive arrecadação – se o partido, dirigentes, quadros e parlamentares, tivessem se empenhado" na mobilização (ibid: 47-8). Essa noção metafórica de Unidade impede, na nossa opinião, um aprofundamento da questão da prerrogativa de ação no processo de representação política. É *ingênua*, portanto, a crença de que um programa justo, dirigido por um *partido* com suficiente firmeza "ideológica", poderia ser *executado* por um *governo* que viesse de suas fileiras, principalmente se apoiado pelos *movimentos sociais*. Essa estrutura narrativa que, como vimos, compacta equivalencialmente esses três espaços básicos, foi paulatinamente sendo "superada" para, enfim, se percebida como "doidice de quem não separa no juízo as coisas" (Josineide Meneses). A essência da noção de Unidade, entretanto, parece permanecer, como valor metanarrativo paradigmático, quando a prerrogativa da ação é creditada aos poderes executivos. A Unidade, nesse caso, deixa de ser da parte-partido (equivalência) e passa a ser do todo-sociedade (diferença).

Para retomar sua capacidade de projeção mítica, a narrativa petista precisa se desvencilhar da estática diferencial "democrática". Isso só se consegue desafiando radicalmente a estrutura lógico-narrativa da democracia liberal-representativa, o que pressupõe a negação da autonomia da esfera política. Politizar outras esferas da sociedade – educação, cultura, economia, religião – guarda, por seu turno, afinidade com valores narrativos territorial-horizontalizantes que, presentes na tradição internacional de esquerda, precisam ser rearticulados, reinventando uma cultura política antagonística capaz de imaginar/construir modelos socialistas de democracia.

7. Conclusão

Tendo percorrido todo esse caminho, cabe ressaltar alguns aspectos que nos parecem relevantes nessa pesquisa. Inicialmente, cumpre dizer que, inserido num contexto de crise paradigmática na tradição de esquerda, nosso trabalho teve o mérito de voltar-se para a construção de novos referenciais analíticos, balizadores de alternativas para uma práxis política antagonística. Assumimos, durante as análises a que procedemos, nosso compromisso com o *ethos* transformador das tradições revolucionárias de esquerda. O sucesso que possamos ter alcançado nessa empreitada, apesar de termos consciência dos limites desse trabalho, deve contribuir, de alguma forma, para que analistas e militantes de "esquerda" vejam com menos reserva as abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas. Essas, com efeito, não podem ser enquadradas politicamente em nenhum rótulo, como, por exemplo, o de liberal.

Consideramos que fomos exitosos em evidenciar, a partir de uma ampla utilização de material empírico, os inextricáveis vínculos entre representação política e constituição de identidades coletivas; o que evidencia a *importância estratégica* do tema, para além de uma racionalidade técnica. Tal entendimento contribui de forma significativa para que se incorpore nas análises e práticas políticas de esquerda uma preocupação com os momentos de articulação entre modelos social e representativo de democracia. Isso porque, como demonstramos através do *conceito de ambiente narrativo*, o estabelecimento dos *loci* de ação política, incluindo os valores culturais que lhes são constitutivos, remete a escolhas que são decisivas para o delineamento da curva identitária dos coletivos políticos. A construção de pontes entre política e cultura demonstrou ser, assim, uma percepção epistemológica fundamental para pensar os processos contra-hegemônicos.

A *abordagem espacial de hegemonia* traz à tona, nesse contexto, o entendimento de que o caráter ativo da ação da representação política (constitutivo de identidades) reside,

precipuamente, no fato de ela articular, mais do que idéias e conteúdos, espaços político-sociais. Alterando-se as fronteiras desses espaços, se promovem traslados nos valores narrativos das tradições políticas representadas, de forma a alterar seus sentidos, como vimos ocorrer com significantes como “cidadania”, “dignidade” e “autonomia”, dentre outros. Mais do que em conteúdo, portanto, nossa abordagem chama a atenção para a riqueza político-metodológica de se focar os efeitos narrativos concretos das práticas articulatórias. Há, portanto, uma valorização do empírico, mas numa perspectiva que rompe com a crença metanarrativa moderna na existência de uma lógica imanente ao social.

A abordagem espacial de hegemonia problematiza, sem desconhecer ou negar sua necessidade, qualquer tentativa de construção de laços ético-políticos promotores de coesão social, ainda que tais laços não sejam pensados em termos de conteúdos, mas de regras. Consideramos, nesses termos, que todo fechamento social – que implica na existência concreta de laços ético-políticos – deve ser visto como resultado de práticas políticas anteriores, que remetem a atos fundantes de poder. Sendo assim, sua referência é mais de ordem pragmática do que de objetivo político a ser alcançado (desejo). Isso não significa dizer, como acreditamos ter convencido o leitor ao longo da tese, que qualquer universalização seja mal vista.

Ao contrário, nossa abordagem tende a considerar que um projeto democrático radical (socialista) qualifica os valores “universalizados” quando ressalta seu caráter contingente. Um modelo ideal de democracia estaria, assim, em constante tensão com a noção unificada de espaço público, trazendo para o campo da reflexividade o desejo de estabelecimento de uma comunidade política. O conceito de ambiente narrativo, nesse contexto, demonstrou-se útil por vincular os sistemas de significação (regras) à práxis política, evidenciando a reverberação da ação de representação política (articulação de espaços) no estabelecimento hegemônico dos preceitos éticos. Nosso estudo contribui, assim, para a procura de caminhos metodológicos que integrem, na análise política, as dimensões lingüística e extralingüística do discurso.

O significado político prático dessa contribuição metodológica é chamar a atenção para a importância política fulcral da questão organizativa. Nos momentos de articulação com a democracia formal-representativa, os partidos políticos, concebidos como canais hegemônicos de participação, tendem a verticalizar suas estruturas organizativas e também a dos movimentos que representa. Tal tendência promove uma tematização na cultura política que é, em última instância, a salvaguarda de um preceito liberal de suma importância para a estruturação do sistema capitalista: o da autonomia da esfera política. Esta última, como vimos, inibe os movimentos horizontal-territorializantes que, desafiando a unicidade do espaço público (noção afim ao discurso republicano), guarda afinidades com a politização de outras esferas/dimensões do social.

A partir dessa discussão, pudemos perceber que a metáfora moderna do partido como uma *unidade* (corpo, rio) coloca problemas às estratégias políticas antagonísticas (princípio estatal). Ao procurar articular espaços sociais constituídos por culturas políticas díspares, num desejo de expansão/universalização, esse modelo de partido abre em demasia os flancos de sua narrativa para a penetração da diferencialidade dos sistemas hegemônicos de significação, o que enfraquece a lógica equivalencial que procura construir. Tentamos captar esse jogo lógico-formal da política através do contraste entre as noções de movimento e estática democrática. Nossa preocupação em tensionar com a unicidade do espaço público e preconizar certa externalidade (relativa) à institucionalidade democrática tem, portanto, o claro sentido de não abdicar da dimensão estratégica da política (ainda que, com Laclau, tenhamos rompido com a noção moderna de emancipação como ato fundante de outra sociedade).

Esses momentos de estática e movimento, no entanto, não devem ser vistos de forma estanque. Procuramos demonstrar, com a análise da figura carismática de Lula, como a dimensão simbólica da representação política é capaz de minar, por “dentro”, a racionalidade da estática democrática. O líder carismático, nesse sentido, desde que “devidamente” alimentado por

processos culturais locais, que resistam à estrutura lógica do sistema de representação política, pode funcionar como uma seiva corrosiva da racionalidade diferencial da democracia. Inversamente, os discursos locais (particulares) não conseguem, sendo sua identidade relacional, constituir-se à parte da diferencialidade do sistema de representação. Inexistindo, por fim, qualquer lógica imanente do social que absorva as disputas políticas, os projetos políticos antagonísticos, na sua busca por *emancipações*, não podem prescindir da constante necessidade de expansão do campo do político.

BIBLIOGRAFIA 1: Geral

ABRAMO, Lais Wendel. (1986), *O resgate da dignidade*: a greve de 1978 em São Bernardo. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Folosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. (1994), "O corporativismo em declínio?", *in* DAGNINO, Evelina (org.), *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.

_____, Maria Hermínia Tavares. (2005), "The social policy of Lula's administration", Novos Estudos Cebrap, V. 1, Nº se, São Paulo.

ALVES, Giovanni. (2003), "Sindicalismo e utopia social no Brasil do século XX: breves considerações sobre anarquistas, comunistas e novos sindicalistas", *in* MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, Maria Izabel (orgs.), *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*, São Paulo, Cortez.

AMARAL, Marina. (2000), "A República Socialista da Fronteira", Especial: Caros Amigos, Nº 6, pp. 16-19, Editora Casa Amarela.

ANDERSON, Perry. (2002), "As antinomias de Gramsci", *in* SADER, Emir (org.), *Afinidades seletivas*, tradução de P. C. Castanheira, São Paulo, Boitempo.

ANTUNES, Ricardo. (1988), *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC: as greves de 1978-1980*, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.

_____, Ricardo. (1993b), "A CUT entre o classismo e a social-democracia", *in* NETO, Sebastião L. & GIANNOTTI, Vito (orgs.), *Para onde vai a CUT?*, São Paulo, Scritta Editorial.

_____, Ricardo. (1995), *O novo sindicalismo no Brasil*. 2ª edição, Campinas, Pontes.

_____, Ricardo. (2005), *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, 10ª edição, São Paulo, Cortez.

_____, Ricardo. (2006), *Uma esquerda fora do lugar: o Governo Lula e os descaminhos do PT*, Campinas, Armazém do Ipê.

ARAÚJO, Angela. (2002), "Apresentação", *in* ARAÚJO, Angela (org.), *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo Editorial.

ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. (1998), *Desenvolvimento nacional e poder político: oprojeto doPartido dos Trabalhadores em um período de crise*, Dissertação de mestrado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, datilo.

AVRITZER, Leonardo. (2002), "O orçamento participativo: as experiências de Portp Alegre e Belo Horizonte", *in* DAGNINO, Evelina (org.), *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra.

BADALONI, Nicola. (1987), "Gramsci: a filosofia da práxis como previsão" in HOBSBAWM, Eric J. (org.), *O marxismo na época da III Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo*, tradução de C. N. Coutinho, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BAKUNIN, Mikhail. (1979), *O socialismo libertário*, tradução de O. Beckerman, São Paulo, Global Editora.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. (1988), Teoria do discurso: fundamentos semióticos, São Paulo, Atual.

BARROS, Antero Paes de. (2005), "Qual o Lula verdadeiro e qual o Lula personagem", disponível em <www.culturabrasil.pro.br>. Acesso em 05/10/2008 às 07:07 horas.

BARTHES, Roland. (1976), "Introdução à análise estrutural da narrativa", *in* MENDONÇA, Antônio Sérgio Lima & NEVES, Luiz Felipe Baeta (orgs.), *Análise estrutural da narrativa*, 4ª edição, Editora Vozes Ltda, Rio de Janeiro.

BAVA, Sílvio Caccia (1983), "Os conselhos populares: as propostas do PMDB e do PT", Desvios, agosto, (sem data e editora).

BENJAMIM, César. (2006), "A furiosa: entrevista com César Benjamim", disponível em <www.afuriosa.blogspot.com>. Acesso em 17/09/2008 às 16:48 horas.

BERNARDES, Américo. (1988), "As heranças de um congresso polêmico", Em Tempo, A. XII, Nº 230, outubro, pp. 6-7, São Paulo, Editora Aparte.

BERTHIER, René. (2002), "Concepções anarco-sindicalistas da autogestão", *in* MINTZ, Frank (org.), *Autogestão e anarquismo*, tradução de P. H. Coêlho, São Paulo, Editora Imaginário.

BETTO, Frei. (2006), *A mosca azul*, Rio de Janeiro, Rocco.

BHABHA, Homi. (2005). *O local da cultura*, tradução de M. Ávila, E. L. L. Reis e G. R. Gonçalves, Belo Horizonte, Editora UFMG.

BOBBIO, Norberto. (1994), *O conceito de sociedade civil*, tradução de C. N. Coutinho, Rio de Janeiro, Edições Graal.

BOGO, Ademar. (2005a), "Introdução", *in* BOGO, Ademar (org.), *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*, São Paulo, Expressão Popular.

_____, Ademar. (2005b), "O legado de Lênin", *in* BOGO, Ademar (org.), *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*, São Paulo, Expressão Popular.

BOITO JÚNIOR, Armando. (1999), *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Xamã.

_____, Armando. (2002), "Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil", *in* ARAÚJO, Angela (org.), *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo Editorial.

_____, Armando. (2005), *O sindicalismo na política brasileira*, Campinas, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

BOMBARDI, Hélio. (2006), "Comissões de fábrica", Revés do Avesso, ano 15, pp. 34-7, abril/maio, São Paulo, Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima.

BRANDÃO, Gildo Marçal. (2001), "O fracasso dos conservadores", *Política Democrática*, ANO 1 Nº 1: 10-14.

BRIE, Michael. (2006), "Conclusiones y perspectivas: aprendiendo avanzaremos", *in* Schulte, Christiane & HILDEBRANDT, Cornelia (orgs.), *Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina*, São Paulo, Editora Expressão Popular.

BRINTON, Maurice. (1975), *Os bolcheviques e o controle operário*, tradução de C. Miranda, Porto, Edições Afrontamento.

_____, Maurice. (2003), *Paris: maio de 68*, São Paulo, Conrad Livros.

BROCKMEIER, Jens & HARRÉ, Rom. (2003), "Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo", Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 16, n.3, pp. 525-535, Porto Alegre, UFRS.

BURAWOY, Michael. (2006), "Por uma sociologia pública", tradução de R. G. M. Mesquita, Política e Trabalho, a. 23, n. 25, João Pessoa: PPGS-UFPB.

BURITY, Joanildo A. (1994), *Radical religion and the constitution of new political actors in Brazil:* the experience of the 1980s, Tese de doutorado, Colchester, Departamento de Governo/Essex University, datilo.

_____, Joanildo A. (2002), *Cultura e Cultura Política: sobre retornos e retrocessos*, Revista de Ciências Sociais (UFC), v.33, p.7 – 31.

BUTLER, Judith. (2003), "Reescinificación de lo universal: hegemonia e limits Del formalismo", *in* BUTLER, Judith, LACLAU, Ernesto & ZIZEK, Slavoj (orgs.), *Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos en la izquierda*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

CAMPOS, José Roberto. (1988), *O que é trotskismo*, 6ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. (1994), "A trajetória dos movimentos sociais", *in* DAGNINO, Evelina (org.), Os anos 90: política e sociedade no Brasil, São Paulo, Brasiliense.

CARRILLO, Santiago. (1977), *"Eurocomunismo" e Estado*, tradução de SILVA, R. R., Rio de janeiro/São Paulo, DIFEL.

CASTRO, Fidel. (2006a), "Che Guevara" *in* RAMONET, Ignacio, *Fidel Castro: biografia a duas vozes*, tradução de E. Sader, São Paulo, Boitempo.

_____, Fidel. (2006b), "Lições de uma guerrilha" *in* RAMONET, Ignacio, *Fidel Castro: biografia a duas vozes*, tradução de E. Sader, São Paulo, Boitempo.

_____, Fidel. (2006c), "Revolução: primeiros passos, primeiros problemas" *in* RAMONET, Ignacio, *Fidel Castro: biografia a duas vozes*, tradução de E. Sader, São Paulo, Boitempo.

CATÃO, Francisco. (1998), "Medellín: Igreja e sociedade", Tempo e Presença, Nº 301, A. 20, p. 29-31, setembro/outubro, Rio de Janeiro, Koinonia.

CERRONI, UMBERTO. (1982), Teoria do partido político, tradução de M. A. Nogueira & S. A. Kneip, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.

CÉSAR, Tadeu Benedito. (2002), *PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991)*, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS.

CHAGAS, Fábio A. Gonçalves das. (2006), "Ação e revolução: os zigue-zagues estratégicos da VPR em 1968", Cadernos de Pesquisa do CDHIS, A. 19, Nº 35: 91-100.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. (2006), "Comentários sobre ação política: as revoluções e os partidos", Educere et Educare, V. 1, Nº 2, jul/dez, pp. 83-100, Unioeste.

COSTA, Caio Túlio. (1985), O que é anarquismo, São Paulo, Brasiliense.

COSTA, Sérgio. (1994), "Esfera Pública: redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa". *Novos Estudos* CEBRAP, 38: 38-52.

_____, Sérgio. (1997), "Movimentos sociais, democracia e a construção de esferas públicas locais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12, 35: 121-134.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (1994), "Corporativismo societal: interesse de classe versus interesse setorial", *in* DAGNINO, Evelina (org.), Os anos 90: política e sociedade no Brasil, São Paulo, Brasiliense.

COUTINHO, Carlos Nélson. (1992), *Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*, São Paulo, Cortez.

_____, Carlos Nélson. (1996), Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios, 2ª edição, São Paulo, Cortez.

CROME, Erhard. (2006), "Coyunturas para una política de izquierda" *in* Schulte, Christiane & HILDEBRANDT, Cornelia (orgs.), *Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina*, São Paulo, Editora Expressão Popular.

DHAL, Robert Alan. (1988), Análise política moderna, tradução de S. Bath, 2ª edição, Brasília, UNB.

DAGNINO, Evelina. (1994), "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania", *in* DAGNINO, Evelina (org.), *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.

_____, Evelina. (2002), "Sociedade civil e espaços públicos no Brasil", *in* DAGNINO, Evelina (org.), *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra.

_____, Evelina. (2004), "Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa", Política e Sociedade, Nº 5, pp. 139-164.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. (1994), "Introduction: entering the field of qualitatative research", *in* DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S (eds), *Handbook of qualitative research*, Londres, Sage Publications.

DERRIDA, Jacques. (1991), *Margens da filosofia*, tradução de J. T. Costa e A. M. Magalhães, Campinas, São Paulo, Papirus.

DOIMO, Ana Maria. (1984), Movimento social urbano, Igreja e participação popular, Petrópolis, Vozes.

_____, Ana Maria. (1995), A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS.

DOSSE, François. (1994), *História do estruturalismo*, tradução de A. Cabral, Campinas, Editora da Unicamp.

DRAY, W. H. (2001), "On the nature and the role of narrative in history", *in* ROBERTS, Geoffrey (at alli), *The history and narrative reader*, London, Routledge.

DUPAS, Gilberto; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de & OLIVEIRA, A. C. da Luz. (2005), *Governança global: o papel das instituições multilaterais nos tema econômicos e sociais*, Lisboa, Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-BR), disponível em <www.ieei.pt>. Acesso em 29/08/2008 às 15:12 horas.

DULLES, John W. Foster. (1977), Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

ELEY, Geoff. (2005), *Forjando a democracia*, tradução de P. C. Castanheira, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

ENGELS, Friedrich. (1978), "Carta de Engels a seu companheiro alemão Bebel", *in* FOOT, Francisco et. ali. (eds.), *A questão do partido*, tradução de E. H. V. Chaves e V. Lando, São Paulo, Kairós Livraria e Editora.

_____, Friedrich. (2005), "Princípios do comunismo", *in* BOGO, Ademar (org.), *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*, São Paulo, Expressão Popular.

ETZIONI-HALEVY, Eva. (1985), *Bureaucracy and democracy: a political dilemma*, London/Boston, Routledge & Kegan Paul.

EVERS, Tilman; PLATENBERG, Clarita & SPESSAST, Stefanie. (1987), *Movimento de bairros X Estado na América Latina*, 3ª edição, São Paulo, Núcleo de Educação Popular.

FAIRCLOUGH, Norman. (2001), *Discurso e mudança social*, tradução de I. Magalhães, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

FILHO, Daniel Aarão Reis. (1990), *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.

_____, Daniel Aarão Reis. (1991), "O maoísmo e a trajetória dos marxista brasileiros", *in* FILHO Daniel Aarão Reis (et al.), *História do marxismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FILHO, José Cândido. (1982), *O movimento operário: o sindicato, o partido*, Petrópolis, Vozes.

FLICK, Uwe. (2004), *Uma introdução à pesquisa qualitativa*, tradução de S. Netz, 2ª edição, Porto Alegre, Bookman.

FONTES, Virgínia. (2007), "Um bloco de esquerda está em formação no país", Revista Sem Terra, A. 10, Nº 39, pp. 5-9, MST.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCO, Augusto de. (1992), "Congresso do PT: quebra cabeça de três peças", disponível em <www.fpa.org.br>. Acesso em 15/08/2008 às 16:20 horas.

FURTADO, Celso. (1966), *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

GAGLIETTI, Mauro. (2003), *PT: ambivalências de uma militância*, 2ª edição, Porto Alegre, Dacasa/Palmarinca.

GALLIE, W. B. (2001), "Narrative and historical understanding", *in* ROBERTS, Geoffrey (at alli), *The history and narrative reader*, London, Routledge.

GARCIA, Marco Aurélio. (1994), "Esquerdas: ruptura e continuidade", *in* DAGNINO, Evelina (org.), Os anos 90: política e sociedade no Brasil, São Paulo, Brasiliense.

GARCIA, Maria José Figueiredo. (2003), "Em busca do conceito de valor", Cadernos de Semiótica Aplicada, V. 1, Nº 2, dezembro, pp. 59-108.

GEBRIM, Ricardo. (2006), "O movimento Consulta Popular", *in* Schulte, Christiane & HILDEBRANDT, Cornelia (orgs.), *Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina*, São Paulo, Editora Expressão Popular.

GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright. (1963), "Introdução" *in* GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright (orgs.), *Max Weber*: *ensaios de sociologia*, tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

GIANNOTTI, Vito & NETO, Sebastião Lopes. (1991), *CUT ontem e hoje*, São Paulo, Vozes.

GLYNOS, Jason. (2001), "The grip of ideology: a Lacanian approach to the theory of ideology", *Journal of Political Ideologies*, 6 (2), pp. 191-214, Essex, UK.

GOHN, Maria da Glória. (2003), *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*, 3ª edição, São Paulo, Cortez.

_____, Maria da Glória. (2007), *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, 6ª edição, São Paulo, Edições Loyola.

GRAMSCI, Antonio. (1978), "Maquiavel, a política e o Estado moderno", 3ª edição, tradução de L.M. Gazzaneo, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A.

GREBLO, Edoardo. (2002), *Democracia: léxico de política*, Nueva Visión, Buenos Aires.

GREIMAS, Algirdas Julien. (1976), *Semiótica e ciência sociais*, tradução de A. Lorencini e S. Nitrini, São Paulo, Editora Cultrix.

GUEVARA, Che. (1979), *Revolução Cubana*, 3ª Edição, São Paulo, Edições Populares.

_____, Che. (2006a), "Sobre a construção do partido", *in* BOGO, Ademar (org.), *Teoria da organização política II: escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-minh, Marighella, Álvaro Cunhal, Agostinho Neto, Florestan Fernandes,* São Paulo, Expressão Popular.

_____, Che. (2006b), "O partido marxista-leninista", *in* BOGO, Ademar (org.), *Teoria da organização política II: escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-minh, Marighella, Álvaro Cunhal, Agostinho Neto, Florestan Fernandes,* São Paulo, Expressão Popular.

GUTIERREZ, Andrei da Cunha Guerrero. (2004). *O trotskismo e o capitalismo neoliberal no Brasil: Democracia Socialista, PSTU e O Trabalho*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, datilo.

HABERMAS, Jürgen. (1984), Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa, tradução de Flávio R. Kothe, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

_____, Jürgen. (1990), *Para a reconstrução do materialismo histórico*, tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2ª edição, São Paulo, Brasiliense.

_____, Jürgen. (2000), *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*, Tradução de L. S. Repa e R. Nascimento, São Paulo, Martins Fontes.

HALL, Stuart. (2003), "Da diáspora: identidades e mediações culturais", Liv Sovik (org.), tradução de A. G. Resende, Belo Horizonte, Editora UFMG.

HARNECKER, Marta. (2003), *Estratégia e tática*, São Paulo, Expressão Popular.

HARVEY, David. (2002) *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, tradução de A. U. Sobral e M. S. Gonçalves, São Paulo, Edições Loyola.

HELD, David. (2002), *Modelos de Democracia*, tradução de T. Albero, Madri, Editora Aleanza Ensayo.

HOBBES, Thomas (1999), *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*, tradução de J. P. Monteiro e M. B. N. Silva, São Paulo, Editora Nova Cultural.

HOLANDA, Sergio Buarque. (2002), "Raízes do Brasil", *in* S. Santiago, *Intérpretes do Brasil*, 2ª edição, III Volume, Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

HOWARTH, David. (2000), *Discourse*, Philadelphia, Open University Press.

_____, David. (2002), *Uma arqueologia do discurso? Avaliando a explicação e a crítica da ideologia de Michel Foucault*, Political Studies, vol. 50, pp. 117-135, Essex University.

_____. (2005), "Discourse theory: achievements, arguments, and challenges", *in* HOWARTH, David & TORFING, Jacob (eds), *Discourse theory in European politics: identity, Policy and Governance*, New York, Palgrave Macmillan.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. (1994), "Temas fundamentais da ação da cidadania contra a miséria e pela vida: explorando textos, imagens e vozes da Campanha contra a Fome", Rio de Janeiro, ISER.

INSTITUTO TEOLÓGICO FRANCISCANO. (2008), "V Assembléia Geral do CELAM: o que se pode esperar?", disponível em <www.itf.org.br>. Acesso em 25/06/2008 às 15:45 horas.

JAGUARIBE, Hélio. (2006), "Decadência ou nova emergência", , disponível em <www.culturabrasil.pro.br>. Acesso em 06/10/2008 às 11:35 horas.

JOVCHELOVITCH, Sandra e BAUER, Martin W. (2002), "Entrevista narrativa" *in* BAUER, Martin W. e GASKELL George, *Pesquisa qualitativa com texto: um manual prático*, tradução de Pedrinho A. Guareschi, Petrópolis, Vozes.

KECK, Margaret E. (1991), *PT: a lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*, tradução de Maria Lúcia Montes com a colaboração de Isa Mara Lando, São Paulo, Editora Ática.

KRISCHKE, Paulo José, (1979). *A Igreja e as crises políticas no Brasil*, Petrópolis, Vozes.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. (2001), *Hegemony e socialist strategy: towards a radical democratic politics*, 2ª edição, Londres, Verso.

LACLAU, Ernesto. (1986), "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social". Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 2, Vol. 1, p. 41-47.

_____. (1993), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

_____, Ernesto. (1996a), "Poder e representação", tradução de J. Burity, *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 7, dezembro: 7-28.

_____, Ernesto. (1996b), "Desconstruction, pragmatism and hegemony", *in* MOUFFE, Chantal (ed.), *Desconstruction and pragmatism*, Londres, Routledge.

_____, Ernesto. (2000), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*, 2ª edição, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

_____. (2002), *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

_____, Ernesto. (2003a), "Identidad y hegemonía: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas", *in* BUTLER, judith, LACLAU, Ernesto & ZIZEK, Slavoj (orgs.),

Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos en la izquierda, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

_____, Ernesto. (2003b), "Ethics, politics and radical democracy: a response to Simon Critchley", disponível em <http://culturemachine.tees.ac.uk>. Acesso em 13/08/2008 às 10: 50.

_____, Ernesto. (2005), La razón populista, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina, SA.

_____. (2006), *Misticismo, retórica y política*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A.

LAHUERTA, Milton. (2001), "Brasil, a democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica", *Política Democrática*, ANO 1 Nº 1: 84-96.

LAMOUNIER, Bolivar. (2007), "Perspectivas da consiliação democrática: o caso brasileiro", disponível em <www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs>. Acesso em 01/11/2008 às 14:58 horas.

LAVALLE, Adrián Gurza. (2005), "As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria", Espaço & Debates, V. 25, pp. 33-44.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P. & CASTELLO, Graciela. (2006), "Democracia, pluralização da democracia e sociedade civil", Lua Nova, nº 67, pp. 49-103, São Paulo.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. (2005), *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?*, Rio de Janeiro, Editora FGV.

LEFORT, Claude. (1987), *A invenção democrática*. Isabel Marva Loureiro. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense.

LÊNIN, V. I. (1916), "O oportunismo e a falência da II Internacional", Verbete, Nº 1, disponível em <http://www.vermelho.org.br/img>. Acesso em 13/05/2008 às 11:50 horas.

LÉNINE, V. I. (1978a), *O Estado e a Revolução*, Lisboa, Editorial Estampa ltda.

LÊNIN, V. I. (1978b), *Que Fazer?*, São Paulo, Editora Hucitec.

LÊNIN, V. I. (2005), "O trabalho artesanal dos economicistas e a organização dos revolucionários", *in* BOGO, Ademar (org.), *Teoria da organização política : escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*, São Paulo, Expressão Popular.

LEVAL, Gaston. (2002), "Concepções construtivas do socialismo libertário", *in* MINTZ, Frank (org.), *Autogestão e anarquismo*, tradução de P. H. Coêlho, São Paulo, Editora Imaginário.

LÖWY, Michael. (1994), As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5. ed. rev. São Paulo, Cortez.

_____, Michael. (2000), *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*, tradução de V. L. M. Joscelyne, Rio de Janeiro, Vozes.

MAINGUENEAU, Dominique. (1993), *Novas tendências em análise do discurso*, tradução de F. Idursky, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.

MAINWARING, Scott. (2002), "Os objetivos dos partidos sob regimes autoritários eleitorais ou democracias frágeis: jogo em duas frentes", Civitas, V. 2, Nº 2, dez, pp. 249-72, Porto Alegre.

_____, Scott. (2004), *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*, tradução de H. B. O. Prieto, São Paulo, Brasiliense.

MALATESTA, Errico. (2000), *Escritos revolucionários*. Tradução de Plínio Augusto Coelho, São Paulo, Editora Imaginário.

MANDEL, Ernest. (1987), *O lugar do marxismo na história*, São Paulo, Editora Aparte Ltda.

_____, Ernest. (1989), *Além da Perestroika: a era Gorbachov e o despertar do povo soviético*, tradução de J. Machado, I. Akselrud & C. Paciornik, 2ª edição, São Paulo, Editora Busca Vida.

MANGABEIRA, Wilma. (1993), *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*, tradução de V. Pereira, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

MANNING, Peter K. & CULLUM-SWAN, Besty. (1994), "Narrative, Content, and Semiotic analysis", *in* DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S (eds), *Handbook of qualitative research*, Londres, Sage Publications.

MARINGONI, Gilberto & SICSÚ, João. (2006) "De onde viemos, onde estamos? Avaliando o desempenho do PT e do governo Lula" *in* Schulte, Christiane & HILDEBRANDT, Cornelia (orgs.), *Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina*, São Paulo, Editora Expressão Popular.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. (2005), *A crise do Governo Collor e a tática do PT*, Dissertação de mestrado, Campinas/SP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas.

MARX, Karl. (1975), "O partido", *in* DANGEVILLE, Roger (org.), *O partido de classe*, tradução de P. Simões, Porto, Publicações Escorpião.

MARX, Karl & ENGELS, Frederic. (1987), *A ideologia Alemã*, tradução de J. C. Bruni e M. A. Garcia, 6ª edição, São Paulo, Editora Hucitec.

MEHRAV, Perez. (1985), "Social-democracia e austromarxismo" in HOBSBAWM, Eric J. (org.), *O marxismo na época da III Internacional: a revolução de outubro; o austromarxismo*, tradução de C. N. Coutinho, L. S. N. Henriques e A. R. Coutinho, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MELUCCI, Alberto. (2001), A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas, tradução de M. C. A. Bomfim, Petrópolis, RJ, Vozes.

MESQUITA, Rui G. M. (2005), *O mito democrático-revolucionário petista na década de 1980: estudo sobre uma experiência radical de democracia*. Tese de mestrado, UFPE, datilo.

_____, Rui. (2007), "Metroviários do Recife: representação, identidade e democracia", Estudos de Sociologia, V. 12, Nº 2: 133-157, Recife, Editora Universitária da UFPE.

MILIBAND, Ralph. (1982), O estado na sociedade capitalista, tradução de F. Tabak, 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (2003), II Plano Nacional de Reforma Agrária, Brasília, MDA.

MOISÉS, José Álvaro. (1977), *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MOUFFE, Chantal. (1996), *O regresso do político*, tradução de A. C. Simões, Lisboa, Gradiva Publicações.

_____, Chantal. (2002), *Politics and Passion*, Centre for the Study of Democracy, London.

MUTZENBERG, Remo. (2002), *Ação coletiva, movimentos sociais: aderência, conflitos e antagonismo social*, Recife, Tese de doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE, datilo.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. (2003), "Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial", Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 18, Nº 52, jun.

NOSELLA, Paolo. (1992), *A escola de Gramsci*, Porto Alegre, Artes Médicas Sul.

OFFE, Claus. (1984), *Problemas estruturais do estado capitalista*, tradução de B. Freitag, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

OLIVEIRA, Eurenice. (2004), *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*, São Paulo, Expressão Popular.

OLIVEIRA, Francisco. (1993), "Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras". *Novos Estudos* CEBRAP, 36: 3-7.

PATEMAN, Carole. (1992), *Participação e teoria democrática*, tradução de L. P Rouanet, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PINTO, Céli Regina Jardim. (2006), "O discurso democrático deslocado: a propósito do paradoxo da democracia" *in* AMARAL JR, Aécio & BURITY, Joanildo de A. (orgs.), *Inclusão Social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*, São Paulo, Annablume.

PINTO, Milton José. (1976), "Introdução: a mensagem narrativa", *in* MENDONÇA, Antônio Sérgio Lima & NEVES, Luiz Felipe Baeta (org.), *Análise estrutural da narrativa*, 4ª edição, Editora Vozes Ltda, Rio de Janeiro.

PITKIN, Hanna Fenichel. (1972), *The concept of representation*, California, University of California Press.

_____, Hanna Fenichel. (2006), "Representação: palavras, instituições e idéias", Lua Nova, Nº 67, pp. 15-47, São Paulo.

POULANTZAS, Nico. (1985), *O estado, o poder, o socialismo*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Graal.

PRADO JÚNIOR, Caio. (1977), *A revolução brasileira*, 5ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense.

PRZEWORSKI. (1989), *Dilemas da consolidação da democracia*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

QUEIROZ, Bertino Nóbrega de. (1982), A autogestão iugoslava, São Paulo, Brasiliense.

RECTOR, Monica. (1978), *Pra ler Greimas*, Rio de janeiro, F. Alves.

REIS, Regina Célia dos. (2007), "Novas experiências de articulação política regional no Grande ABC paulista" *in* RODRIGUES, Iran Jácome & RAMALHO, José Ricardo (orgs.), *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense*, São Paulo, Annablume.

RÉMOND, René. (1989), *O século XIX: 1815-1914*, São Paulo, Editora Cultrix.

RITZER, George. (2000), Social Theory, 5ª ed., New York, McGraw-Hill Higher Education.

RODRIGUES, Iran Jácome. (1997), *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*, São Paulo, Scritta.

_____, Iran Jácome (org.) & RAMALHO, José Ricardo (org.). (2007), "Trabalhadores, indústria automotiva e região: por que comparar o ABC paulista com o Sul Fluminense?" *in* RODRIGUES, Iran Jácome & RAMALHO, José Ricardo (orgs.), *Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense*, São Paulo, Annablume.

RODRIGUES, José Honório. (1982), *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (1990), *CUT: os militantes e a ideologia*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

ROMÃO, Lisbôa Frederico. (2006), *A greve do fim do mundo: petroleiros 1995, expressão fenomênica da crise fordista no Brasil*, Tese de doutorado, Campinas, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, datilo.

ROMANO, Roberto. (1979), *Brasil: Igreja contra Estado*, São Paulo, Kairos.

RUETHER, R. Radford. (1971), *El reino de los extremistas: la experiencia occidental de la esperanza mesiánica*, tradução de C. S. Plou & A. F. Sosa, Buenos Aires, Editorial La Aurora.

RUVIARO, Valderi Antão. (2006), "A CUT nasceu no coração dos trabalhadores, morreu no colo dos patrões e está apodrecendo no governo capitalista de Lula", em <http://www.sitiopolemico.com>. Acesso em 27/06/2008 às 16:30 horas.

SADER, Eder. (1981), "Introdução" *in* SADER, Eder. (org.), *Ernesto Che Guevara*, tradução de R. Ferrandis, São Paulo, Ática.

_____, Eder. (1988), *Quando novos atores entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SADER, Emir. (1991), "Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira", *in* FILHO, Daniel Aarão Reis (et al.), *História do marxismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____, Emir. (2005), "Introdução" *in* SADER, Emir. (org), *Gramsci: poder, política e partido*, tradução de E. Aguiar, São Paulo, Expressão Popular.

SALLUM JR, Brasílio. (2005), "Classes, cultura e ação coletiva", Dados, Nº 65, pp. 11-42.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. (SD), "O PT na encruzilhada" *in* SADER, Emir (org.), *E agora PT: caráter e identidade*, São Paulo, Brasiliense.

SANTANA, Marco Aurélio. (2003), "A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92)", *in* MAZZEO, Antonio Carlos & LAGOA, Maria Izabel (orgs.), *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*, São Paulo, Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2005), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, 10ª edição, São Paulo, Cortez.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2006b) "O PT não perde a eleição", Caros Amigos, A. 10, Nº 115, São Paulo, Editora Casa Amarela.

SAUTU, Ruth; BONIOLO, Paula; DALLE, Pablo & ELBERT, Rodolfo. (2005), Manual de metodología: construcción Del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología, Buenos Aires, CLACSO.

Schulte, Christiane & HILDEBRANDT, Cornelia. (2006), “Introducción al seminario: partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina”, *in* Schulte, Christiane & HILDEBRANDT, Cornelia (orgs.), *Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina*, São Paulo, Editora Expressão Popular.

SERRANO, Fernando García. (2006), “De movimiento social a partido: el caso del movimiento de unidad plurinacional Pachakutik”, *in* Schulte, Christiane & HILDEBRANDT, Cornelia (orgs.), *Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina*, São Paulo, Editora Expressão Popular.

SILVA, Antônio Ozai da. (SD), História das tendências no Brasil: origens, rachas e propostas”, São Paulo, DAG.

SILVA, João Joaquim da. (2006), “As greves de 68”, Revés do Avesso, ano 15, pp. 13-17, abril/maio, São Paulo, Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima.

SOMERS, R.S. & GIBSON, G.D. (1995), “Reclaiming the epistemological “Other”: Narrative and the social constitution of identity” in CALHOUN, Craig. *Social theory and the politics of identity*, Oxford, Blackwell.

_____, Margaret. (1995a), “Narrating and naturalizing civil society and citizenship theory: the place of political culture and the public sphere”, a. 13, v. 3, Sociological Theory.

_____, Margaret. (1995b), “What’s political or cultural about political culture and the public sphere? Toward an historical sociology of concept formation”, a. 13, v. 12, Sociological Theory.

_____, Margaret. (2001), “Narrativity, narrative identity, and social action”, *in* ROBERTS, Geoffrey (at alli), *The history and narrative reader*, London, Routledge.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. (2004), *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*, São Paulo, Annablume.

SOUZA, Hebert de. (2005), “Democracia e cidadania”, Democracia Viva, Nº 38: 48-52, agosto/setembro, Rio de Janeiro, Ibase.

STAVRAKAKIS, Yannis. (2000), “On the emergence of green ideology: the dislocation factor in green politics” *in* HOWARTH, David (atti alli) (orgs) *Discourse Theory and political analysis: identities, hegemonies and social change*, Manchester University Press, Manchester - UK.

TAPIA, Jorge Rubem Biton. (1994), “Corporativismo societal no Brasil: uma transição incompleta?”, *in* DAGNINO, Evelina (org.), *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. (1997), “As dimensões da participação cidadã”, Open Journal Systems, V. 10, Nº 26, UFBA.

TROTSKY, Leon. (1978), *Escritos sobre sindicato*, tradução de V. C. Sampaio, São Paulo, Kairós Livraria e Editora.

VIANNA, Luiz Werneck. (1983), A classe operária e a abertura, São Paulo, Carife.

_____, Luiz Werneck. (1987), “A ruptura está na constituinte” *in* Presença – Revista de Política e Cultura. Rio de Janeiro: junho, nº 10. pp. 5-9.

VIEIRA, Liszt. (2001), *Os argonautas da cidadania*, Rio de Janeiro, Record.

VIET, Jean. (1967), *Métodos estruturalistas nas ciências sociais*, tradução de C. H. Escobar, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro.

WEBER, Max. (1963a), "A política como vocação" *in* Max Weber: *ensaios de sociologia*, GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright (orgs.), tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

_____, Max. (1963b), "O caráter geral do carisma" *in* Max Weber: *ensaios de sociologia*, GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright (orgs.), tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

_____, Max. (1963c), "O significado da disciplina" *in* Max Weber: *ensaios de sociologia*, GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright (orgs.), tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

_____, Max. (1994), "O Socialismo" *in* R. E. GERTZ, *Max Weber e Karl Marx*, São Paulo, Editora Hucitec.

WEFFORT, Francisco. (1972), *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*, Cadernos Cebrap Nº5, São Paulo, Cebrap.

_____. (1992), *Qual democracia?* 2ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.

ZIZEK, Savoj. (1996), "O espectro da ideologia", *in* S. Zizek (org.), *Um mapa da ideologia*, tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto.

BIBLIOGRAFIA 2: Fonte Primária

ABRAMO, Alcione. (2006), "Professores e alunos" *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

ABRAMO, Lais Wendel. (2006), "A morte de Alexandre Vannucchi Leme em 1973" *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

ALENCAR, Francisco. (2005), "Só as lutas sociais podem reorientar o governo Lula", Jornal Sem Terra, abril, pp. 4-5, São Paulo, MST.

ALLENDE, Salvador. (2006), "A via chilena para o socialismo" *in* LÖVY, Michael (org.), *O marxismo na América Latina*, 2ª edição, tradução de C. Schilling & L. C. Borges, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

AMADOR, Carlos Fonseca. (2006), "Nicarágua Hora H" *in* LÖVY, Michael (org.), *O marxismo na América Latina*, 2ª edição, tradução de C. Schilling & L. C. Borges, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

ANAU, Roberto Vital. (1990), "Socialismo: a discussão está aberta no PT", Caderno O Trabalho, Nº 9, pp. 11-37, Sem Local, O Trabalho.

ANTUNES, Ricardo. (1993a), "Impasses e desafios: a crise e os sindicatos", Teoria e Debate, Nº 20: 66-69, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

ARNS, Paulo Evaristo. (2006), "Todas as luzes foram apagadas" *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

AZEVEDO, Ricardo. (2006), “Medo e liberdade” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

BAVA, Sílvio Caccia (1996), “A cidadania das ONGs”, Teoria e Debate, A. 9, Nº 32, pp. 43-46, SãoPaulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

BICUDO, Hélio. (1991), “A esquerda, indefinida”, Brasil Agora, Ano 1, Nº 1, 1ª quinzena, outubro, Partido dos Trabalhadores.

BOFF, Leonardo. (2006), “Uma plataforma para a utopia”, *in* GUIMARÃES, Juarez (org), *Leituras da crise: diálogos com o PT, a democracia brasileira e o socialismo*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

BORGE, Tomás. (1987), “A origem do marxismo na Nicarágua”, Em Tempo, A. X, Nº 216, maio, pp. 6-7, São Paulo, Editora Aparte.

CADERNOS DEMOCRACIA SOCIALISTA. (1988), Programa de Transição: 1938-1988 IV Internacional. São Paulo, Editora Aparte.

CAMARGO, Márcia. (1989), “Um salto para o futuro”, Em Tempo, Nº 240, p. 8, novembro, São Paulo, Editora Aparte.

CAMPOS, Cíntia. (1993), “Quanta ousadia, falar em cidadania”, Boletim Nacional, Nº 70, p. 16, junho, Partido dos Trabalhadores.

CARVALHO, Carlos Eduardo de. (1990), “Tentação reformista: medo (e gosto) de pecar”, Teoria e Debate, Nº 10: 49-53, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

CASALDÁLIGA, Pedro. (1990), “Hora de vivermos acordados”, Jornal Sem Terra, janeiro/fevereiro, pp. 8-9, São Paulo, MST.

CHARF, Clara. (2006), “O AI-5 institucionalizou o golpe” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

CHAUÍ, Marilena. (2006a), “A ética da política”, *in* GUIMARÃES, Juarez (org), *Leituras da crise: diálogos com o PT, a democracia brasileira e o socialismo*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, Marilena. (2006b), *Simulacro e poder*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

COELHO, Fernanda Maria Ribeiro. (2006), “De um pólo a outro” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

Construção da Sede do PT de São Bernardo do Campo. Direção: Mariza Marega. Câmera: Davi O. Andrade. Música: Milton Nascimento. Produção: Regina Festa e Acylino Jr. Narração: Vicentinho. São Paulo: Sindicato dos Metalúrgicos, ABC e Diadema, c1986. 1 DVD (11 min.), son., color.

COUTO, Arthur Lopez. (2006), “O amadurecimento do movimento sindical” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

DANIEL, Celso. (1993), “Cinco desafios”, Teoria e Debate, A. 10, Nº 33, pp. 13-18, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

DIAS, José Américo. (1993), “Um bom sinal”, Teoria e Debate, Nº 20, pp. 47-49, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

DIRCEU, José. (SD), “Os desafios do PT” *in* SADER, Emir (org.), *E agora PT: caráter e identidade*, São Paulo, Brasiliense.

_____. (1991), “A esquerda, indefinida”, Brasil Agora, Ano 1, Nº 1, 1ª quinzena, outubro, Partido dos Trabalhadores.

_____. (1996), “Governos locais e regionais e a luta política nacional”, *in* MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz & TREVAS, Vicente (orgs.), *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____. (2006), “O importante agora é reeleger Lula”, Teoria e Debate, A. 19, Nº 65, pp. 30-35, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

FELÍCIO, João. (2006), *Só faltam as amarras e as algemas*, mimeo.

FERNANDES, Florestan. (1991), *O PT em movimento: contribuição ao Primeiro Congresso do Partidos dos Trabalhadores*, São Paulo, Cortez.

FERNANDES, Bernardo Mançano. (2005), “Entrevista” *in* STEDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.), *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

FILHO, Daniel Aarão Reis. (2005), “As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições, *in* FORTES, Alexandre (org.), *História e perspectivas da esquerda*, São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo.

_____, Daniel Aarão Reis. (2006), “O Ato Institucional nº 5: sociedade e ditadura ao sul do Equador” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

FIORI, José Luís. (1996-97). “O capitalismo e suas vias de desenvolvimento”, Teoria e Debate, A. 10, Nº 33, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

FLORESTAN, Fernandes. (1991), *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Cortez Editora.

GARCIA, Marco Aurélio. (2006), “Os horizontes do governo e do PT”, Teoria e Debate, A. 20, Nº 68, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

GEBARA, Nádia. (2006), “Os sentimentos da luta”, Revés do Avesso, ano 15, pp. 68-74, abril/maio, São Paulo, Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima.

GENRO, Tarso. (1996), “Um debate estratégico”, *in* MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz & TREVAS, Vicente (orgs.), *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, Tarso. (1996/1997), “A regeneração da solidariedade”, Teoria e Debate, Nº 33, pp. 46-53, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, Tarso. (2005), “PT tem que ser refundado”, Teoria e Debate, A. 18, Nº 63, pp. 4-7, julho/agosto, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

GENOINO, José. (1993), “Afirmação nacional”, Teoria e Debate, Nº 20, pp. 54-56, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, José. (2006), “Depoimento à Denise Paraná” *in* PARANÁ, Denise (org.), *Entre o sonho e o poder: a história da esquerda brasileira através das memórias de José Genuíno*, São Paulo, Geração Editorial.

GERMER, Claus. (1990a), “O caráter revolucionário da reforma agrária”, Jornal Sem Terra, março, pp. 4-5, São Paulo, MST.

_____, Claus. (1990b), “Reforma agrária: terra partida nos anos 90”, Teoria e Debate, Nº 10, pp. 64-8, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

GODINHO, Tatau. (1987), “Feminismo e luta dos trabalhadores”, Em Tempo, A. 10, Nº 219, 15-agosto/15-setembro, pp. 4-5, São Paulo, Editora Aparte.

GUARNIERI, Gianfrancesco. (2006), “Vlado, o ponto de partida” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

GUEDES, Ana. (2006), “As mulheres na dianteira” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

GUIMARÃES, Juarez. (1990), “Trotsky livre”, Em Tempo, setembro, Nº (não consta), outubro, p. 13, São Paulo, Editora Aparte.

_____, Juarez. (2004a), *A esperança equilibrista: o governo Lula em tempos de transição*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, Juarez. (2004b), “Rumo a um outro outubro”, Teoria e Debate, A. 18, Nº 60, novembro/dezembro, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, Juarez. (2006), “Paradigmas da reforma política”, Teoria e Debate, A. 20, Nº 68, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

GUSHIKEN, Luiz. (2006), “O vírus da rebeldia e da luta” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

KOWARICK, Lúcio. (2006), “Os movimentos sociais nos anos 1970” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

KUCINSKI, Bernardo. (2005), *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo & Editora UNESP.

LEITE, José Correa. (2003), *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

LIMA, Venício A. de. (2004), *Mídia: teoria e política*, 2ª Edição, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

LINHA de montagem. Direção: Renato Tapajós. Direção de fotografia e Câmera: Zetas Malzoni. Música: Chico Buarque de Hollanda. Montagem: Roberto Gervitz. Narração: Othon Bastos. São Paulo: Tapiri Cinematográfica, c1982. 1 DVD (90 min.), son., color. Documentário restaurado e relançado em 2008.

LÖVY, Michael. (2006), “Carlos Fonseca Amador: a Frente Sandinista na NIcarágua” *in* LÖVY, Michael (org.), *O marxismo na América Latina*, 2ª edição, tradução de C. Schilling & L. C. Borges, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

MAAR, Wolfgang Leo. (2006), “A reação da repressão” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

MACHADO, João. (1987), “Um roteiro para as polêmicas na convenção nacional”, Em Tempo, Nº 222, novembro/dezembro.

_____, João. (1991), “O PT saiu melhor”, Boletim Nacional, Nº 60, pp. 5, São Paulo, Partido dos Trabalhadores.

_____, João. (1993), “Ampliações redutoras”, Teoria e Debate, Nº 20, pp. 50-53, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo”.

MARANHÃO, Bruno. (1996), “Editorial: não se brinca com a imprensa popular”, Brasil Agora, Nº 75, maio, pp. 2, Partido dos Trabalhadores.

MARCONDES, Celso. (2006), “Anos incríveis” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

MARTINS, Antônio & LUEDEMANN, Cecília. (1996), “Crônica de uma crise anunciada”, Brasil Agora, Nº 75, maio, pp. 10-11, Partido dos Trabalhadores.

MARTINS, Franklin. (2007), “De volta à ação política”, Teoria e Debate, A. 20, Nº 71, maio/junho, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

MAURO, Gilmar. (2006), “Construir alianças: uma das principais tarefas do MST para 2006”, Jornal Sem Terra, fevereiro, pp. 4-5, São Paulo, MST.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (2003), Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

MENEGHELLI, Jair. (2006), “Uma greve de todo o Brasil” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

MENESES, Gilson. (2006), “Um basta à ditadura” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE SÃO PAULO. (1986a), *Resoluções do III Congresso*, mimeo.

MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE SÃO PAULO. (1986b), *Construir a CUT pela base*, mimeo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. (1990), “Nossa Posição: ocupar, resistir e produzir”, Jornal Sem Terra, abril/março, p. 3, São Paulo, MST.

_____. (2005), “Movimentos enviam carta à Lula”, Jornal Sem Terra, outubro, p. 9, São Paulo, MST.

_____. (2006), “Editorial: a crise atinge a todos”, Jornal Sem Terra, julho, p. 2, São Paulo, MST.

_____. (2007), “Editorial: o 5º congresso nacional do MST”, Revista Sem Terra, A. 10, Nº 40, julho/agosto, p. 4, São Paulo, MST.

MOURA, Suzana. (1989), “Conselhos populares: renovação do discurso ou discurso do futuro?”, Em Tempo, A. XII, Nº 230, outubro, São Paulo, Editora Aparte.

MÜLLER, Ana Maria. (2006a), “Uma campanha suprapartidária” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, Ana Maria. (2006b), “Rebuliço no jornal” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (2005), “A reforma agrária sob o governo Lula”, Jornal Sem Terra, outubro, p. 3, São Paulo, MST.

_____, Ariovaldo Umbelino de. (2006), “Modernização da agricultura prejudica população rural”, Jornal Sem Terra, março, pp. 4-5, São Paulo, MST.

OLIVEIRA, Francisco. (SD), “Qual é a do PT?” *in* SADER, Emir (org.), *E agora PT: caráter e identidade*, São Paulo, Brasiliense.

_____, Francisco. (2002), “Passagem na Neblina” *in* OLIVEIRA, Francisco, STEDILE, João Pedro & GENUÍNO, José (orgs.), *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

OREB, Laís. (2006), “A participação dos jornalistas” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. (2006), “Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil” *in* LÖVY, Michael (org.), *O marxismo na América Latina*, 2ª edição, tradução de C. Schilling & L. C. Borges, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. (1991a), “Manifesto da Articulação aos petistas”, Boletim Nacional, Nº 57/58, pp. 3, Partido dos Trabalhadores.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. (1991b), “Direito de tendência”, Boletim Nacional, Nº 60, p. 4, Partido dos Trabalhadores.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. (1992), “CS é assunto encerrado”, Boletim Nacional, Nº 65, p. 5, Partido dos Trabalhadores.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. (1999), *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. (2007), *Resumo das teses do Terceiro Congresso do PT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

PARTIDO DOS TRABALHADORES/SP. (1989) *in* GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano, *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Cortez.

PARTIDO SOCIALISTA POPULAR. (2006), “Balance de la actividad de la Dirección Nacional del Partido desde el 26 de julio hasta la fecha...”, *in* LÖVY, Michael (org.), *O marxismo na América Latina*, 2ª edição, tradução de C. Schilling & L. C. Borges, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

PINTO, Céli Regina Jardim. (2003), *Uma história do feminismo no Brasil*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

POERNER, Arthur. (2006), "Na redação do correio da manhã" *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

POMAR, Valter. (2005), "Dirigindo em campo minado", Teoria e Debate, A. 19, Nº 64, pp. 12-13, novembro/dezembro, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

PONT, Raul. (2000), *Porto Alegre: uma cidade que conquista*, Porto Alegre, Artes e Ofícios.

_____, Raul. (2002), *A estrela necessária*, Porto Alegre, Veraz.

_____, Raul. (2005), "Mudança de rumos", Teoria e Debate, A. 19, Nº 64, pp. 10-11, novembro/dezembro, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

RIDENTI, Marcelo. (2006), "As esquerdas armadas no pós-64" *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2006a), "O grande jogo impugnatório", *in* GUIMARÃES, Juarez (org), *Leituras da crise: diálogos com o PT, a democracia brasileira e o socialismo*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SCAVONE, Artur. (1992-3), "PT: alternativa de poder ou poder político", Boletim Nacional, Nº 67, pp. 4-10, Partido dos Trabalhadores.

SILVA, Edivaldo Santiago. (1992), "Entrevista: a greve em que todos perdemos", Boletim Nacional, Nº 64, pp. 14-15, Partido dos Trabalhadores.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. (1991a), "Entrevista: mãos à obra", Teoria e Debate, Nº 13, pp. 4-10, São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo.

_____, Luiz Inácio Lula da. (1991b), "A cara nova do PT", Boletim Nacional, Nº 60, p. 3, Partido dos Trabalhadores.

_____, Luiz Inácio Lula da. (2002), "Carta ao povo brasileiro", em <www.pt.org.br>. Acesso em 27/06/2008 às 16:30 horas.

_____, Luiz Inácio Lula da. (2006a), "O paradoxo da militância e da desinformação política" *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, Luiz Inácio Lula da. (2006b), "Discurso de Lula na abertura da reunião do DN", disponível em < www.pt.org.br >. Acesso em 02/10/2008 às 07:10 horas.

_____, Luiz Inácio Lula da. (2007), "O vermelho do PT corre nas minhas veias", disponível em < www.vermelho.org.br >. Acesso em 07/10/2008 às 03:43 horas.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES - PE. (2000), "Tecnologias da Informação e a Prefeitura da Cidade do Recife", Boizinho, 11 de dezembro de 2000, Sinttel.

SINGER, André. (2001), *O PT*, São Paulo, Publifolha.

_____, André. (2006), “A conjuntura política em 1977” *in* MAUÉS, Flamarion & ABRAMO, Zilah Wendel (orgs.), *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SINGER, Paul. (2001), “Introdução: Stuart Mill o homem e a obra”, *in* MILL, Stuart, *Capítulos sobre o socialismo*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

SOKOL, Markus. (1991), “Para derrotar Collor”, Boletim Nacional, Nº 54, pp. 6, São Paulo, Partido dos Trabalhadores.

STEDILE, João Pedro. (2002), “Comentários” *in* OLIVEIRA, Francisco (org.), *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, João Pedro. (2005), “Entrevista” *in* STEDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.), *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

_____, João Pedro. (2006), “Sair da crise com a energia do povo”, *in* GUIMARÃES, Juarez - *Leituras da crise: diálogos com o PT, a democracia brasileira e o socialismo*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

TAVARES, Maria da Conceição. (2005), “Os desafios da reconstrução criadora”, Teoria e Debate, A. 18, Nº 61, pp. 30-37, fevereiro/março, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

VENCESLAU, Paulo de Tarso. (1989), “Independência de classe no sindicalismo”, Teoria e Debate, Nº 6: 62-65, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

WHITAKER, Chico. (2005), *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*, São Paulo, Edições Loyola e Editora Fundação Perseu Abramo.

Anexos

Anexo 1. Lista de Siglas

Anexo 2. Lista de Entrevistados

Anexo 3. Modelo do Quadro Analítico

Anexo 1. Lista de Siglas

Abong – Associação Brasileira de ONGs
ACO – Ação Católica Operária
AI-5 – Ato Institucional Nº 5
ALN – Ação Libertadora Nacional
ANANPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares
AP – Ação Popular
ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Gradução e Pesquisa em Ciências Sociais
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CIPA – Comissão Interna para Prevenção de Acidente
CNB – Construindo um Novo Brasil
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
COB – Central Operária Brasileira
Cobrasma – Companhia Brasileira de Metais Ferroviários
Colina – Comandos de Libertação Nacional
CONCLAT – Congresso da Classe Trabalhadora
Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONCUT – Congresso Nacional da CUT
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRUSP – Teatro Universitário do Conjunto Residencial da USP
CS – Convergência Socialista
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DS – Democracia Socialista
EV – Esperança é Vermelha
FAO – Food and Agriculture Organization
FPA – Fundação Perseu Abramo
FSNL – Frente Sandinista de Libertação Nacional
ISER – Instituto de Estudos da Religião
Iterra – Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária
JOC – Juventude Operária Católica
Libelu – Liberdade e Luta
MOSM-SP – Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
MP – Mensagem ao Partido
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NE – Nova Esquerda
OM – Organização Marxista
ONU – Organização das Nações Unidas
OSM-SP – Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCB – Partido Comunista do Brasil (PC do B)
PCO – Partido Operário Comunista

PDT – Partido Democrático Trabalhista
PED – Processo de Eleição Direta
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
POLOP – Organização de Combate Marxista Comunista Leninista Política Operária
PRC – Partido Revolucionário Comunista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSN – Plataforma de Soberania Nacional
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia
TL – Teologia da Libertação
UDR – União Democrática Ruralista
USP – Universidade de São Paulo
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Anexo 2. Lista de Entrevistados

São Paulo	Pernambuco
Carlos Henrique Árabe	Alberto Alves dos Santos
Carlúcio Castanha	Alexandre Conceição
Fernanda Estima	Cláudio Duarte
João Felício	Demetrius Fiorante
João Machado	Dilson Peixoto
Júlio Turra	Edmilson Meneses
Lourdes Vicente	Elcyene Carvalho
Markus Sokol	Hélcio Alfredo Silva
Maria Ednalva	Humberto Costa
Nádia Gebara	Jadion Helena Santos
Nalu Farias	Jaime Amorim
Ricardo Azevedo	Jaqueline Dornelas
Soraia Soriano	João Paulo
Vicente Paulo da Silva (Vicentinho)	Jorge César
	Jorge Peres
	Josiel Galvão de Sousa
	Josineide Meneses
	Luzenilda Silva
	Marcelino Vital
	Marcelo Beltrão
	Maria Patrícia Barbosa
	Marilene Costa
	Nelson Pereira
	Padre Henrique
	Pedro Peres
	Sérgio Goiana
	Sílvia Camuça
	Teresa Leitão

Anexo 3. Modelo do Quadro Analítico

Dimensões Analíticas	**Narrativas**	
	Oficial	**Militante**
Tensão estratégia-tática		
Concepção de democracia		
Estrutura organizativa		
***Loci* de ação política**		